

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA



UNIVERSITÉ PARIS 1
PANTHÉON-SORBONNE
UFR HISTOIRE



A NEUTRALIDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Sofia Valdez Tuma

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

HISTÓRIA MODERNA

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA



UNIVERSITÉ PARIS 1
PANTHÉON-SORBONNE
UFR HISTOIRE



A NEUTRALIDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII
DE HUGO GRÓCIO À ACÇÃO POLÍTICA E DIPLOMÁTICA

Sofia Valdez Tũma

Orientadores : Luís Ramalhosa Guerreiro e Claude Michaud

DOCTORAMENTO EM HISTÓRIA
HISTÓRIA MODERNA

2010

Aos meus Pais

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,
Define com perfil e ser
Este fulgor baço da terra
Que é Portugal a entristecer
Brilho sem luz e sem arder,
Como o que o fogo-fátuo encerra.

Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem,
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a Hora!

Valete, Frates.

Fernando Pessoa

Índice

Índice de Figuras, p. 7

Siglas e Abreviaturas, p. 8

Agradecimentos, p. 9

Introdução, p. 11

Parte I

Reconsiderar a herança de Hugo Grócio

Capítulo I – Analogias do corpo humano

- 1 – A sociedade corporativa, p. 36
- 2 – A servidão voluntária, p. 69
- 3 – O andrógino ibérico, p. 77

Capítulo II – O processo grociano

- 1 – Guerra justa ao enriquecimento pecaminoso, p. 105
- 2 – O apresamento da nau *Santa Catarina* e o direito de represálias, p. 119

Capítulo III – Da emancipação do indivíduo à independência dos Estados

- 1 – A propriedade privada: do corpo ao Estado, p. 131
- 2 – *Mare Liberum* ou a liberdade dos homens, p. 145
- 3 – A independência dos Estados, p. 155

Parte II

“O nosso governo era Ermofradita”

Capítulo I – A cabeça do reino e o corpo político

- 1 – A linhagem da real Casa de Bragança, p. 188
- 2 – Sol e Marte, p. 206

Capítulo II – Anatomia geopolítica: a mudança de rumo

- 1 – Das especiarias indianas ao ouro brasileiro, p. 227
- 2 – Pactos familiares e fidelidades contratuais, p. 238

Epílogo - O castigo divino, p. 249

Parte III

A criação de um Estado neutro

Capítulo I – Da justa neutralidade

- 1 – O direito em nome da justiça, p. 278
- 2 – Entre promessa e compromisso, p. 286

Capítulo II – A sociedade da república universal

- 1 – O corpo diplomático, p. 336
- 2 – *Mare Liberum*, um campo de batalha dos neutros, p. 362
- 3 – Represálias dos neutros, p. 380

Epílogo - A neutralidade como experiência do impossível, p. 387

Conclusão, p. 389

Anexos, p. 395

Fontes e Bibliografia, p. 411

Resumo:

A presente dissertação tem por objectivo último analisar a política de neutralidade portuguesa no decurso do século XVIII. Consideramos, inicialmente, as matrizes ideológicas da neutralidade tendo em vista contextualizar conceitos e práticas. Numa abordagem interdisciplinar, são privilegiadas, entre outras, as temáticas desenvolvidas pela historiografia do género no estudo do pensamento político e das relações internacionais. Assim, pretende-se, na primeira parte deste estudo, reavaliar a herança teórica de Hugo Grócio, na qual assenta toda a tradição filosófica moderna relativa às relações entre os Estados. Grócio, na sua obra, condena firmemente a ideia de um corpo político universal, aspiração que lhe parece eticamente condenável e contrária à própria natureza. O carácter dual da monarquia filipina, assim como as viagens oceânicas promovidas pelas potências marítimas da Europa da época moderna, despertaram a ambígua figura dos escritos platónicos, o andrógino. Relativamente ao projecto da Monarquia universal, foi alvo de uma progressiva contestação e, finalmente, substituído pela proposta de um sistema de balança de poderes. Modelo de onde irão emergir os Estados-nação, como o de um Portugal restaurado, separado da União ibérica. Numa segunda parte, analisamos exactamente o caso português que se caracteriza por uma política externa multifacetada, pela superabundância de alianças e inclusive tantas vezes por interesses contraditórios. Semelhante ambiguidade, oscilando entre uma posição e a sua inversa, decorre naturalmente no quadro ideológico prevalecente nas sociedades ibéricas desse período. E assim, o governo português chegou a ser considerado como hermafrodita, um ser *neutrum*. É certo, uma analogia obsoleta segundo a perspectiva humanista secular e racionalista. Na sociedade das nações, a neutralidade, enquanto criação jurídica, evoluiu no sentido de abstenção ou de imparcialidade. Por fim, na última parte, analisamos a experiência da neutralidade

portuguesa no decurso de diversos conflitos europeus setecentistas. Portugal, na sua esfera diplomática, de forma tácita ou expressa, procura defender a soberania elegendo uma política da neutralidade. Beneficiando o reino de um cenário de paz, a neutralidade representava uma alternativa ao monopólio da navegação e do comércio ultramarinos em declínio, sendo, na verdade, uma forma dissimulada e subtil de oposição às outras potências europeias.

Palavras-chave: Neutralidade; Andrógino Ibérico; Hermafrodita; Hugo Grócio; Portugal;

Résumé:

Le présent mémoire a pour objectif ultime d'analyser la politique de neutralité portugaise au cours du XVIII^e siècle. Nous considérons, initialement, les matrices idéologiques de la neutralité en vue de contextualiser des concepts et des pratiques. Selon une approche interdisciplinaire, nous privilégions, parmi d'autres, les thématiques développées par l'historiographie du genre dans l'étude de la pensée politique et des relations internationales. Ainsi, prétend-on, dans la première partie de cette étude, réévaluer l'héritage théorique d'Hugo Grotius, sur lequel repose toute la tradition philosophique moderne relativement aux relations entre les États. Grotius, dans son œuvre, condamne fermement l'idée d'un corps politique universel, aspiration qui lui semble éthiquement condamnable et contraire à la propre nature. Le caractère duel de la monarchie philippine, aussi bien que les voyages océaniques promus par les puissances maritimes de l'Europe de l'époque moderne, éveillèrent l'ambigüe figure des écrits platoniques, l'androgynie. Quant au projet de Monarchie universelle, elle fut l'objet d'une progressive contestation et, finalement, substituée par la proposition d'un système d'équilibre des pouvoirs. Des États-nations émergèrent de ce modèle, comme celui d'un Portugal restauré, séparé de l'Union ibérique. Dans la deuxième partie, nous analysons précisément le cas portugais qui se caractérise par une politique extérieure multi-facette, par la surabondance d'alliances ainsi que par des intérêts bien souvent contradictoires. Une ambiguïté similaire, oscillant entre une position et son contraire, surgit naturellement dans le cadre idéologique qui prévalait dans les sociétés ibériques de l'époque. Ainsi, le gouvernement portugais parvient-il à être considéré comme hermaphrodite, un être *neutrum*. Il s'agit, certes, d'une analogie obsolète selon la

perspective humaniste séculaire et rationaliste. Dans la société des nations, la neutralité, en tant que création juridique, évolua dans le sens de l'abstention ou de l'impartialité. Enfin, dans la dernière partie, nous analysons l'expérience de la neutralité portugaise lors des divers conflits européens du XVIII^e siècle. Le Portugal, dans sa sphère diplomatique, de façon tacite ou expresse, cherche à défendre la souveraineté en optant pour une politique de neutralité. Bénéficiant le royaume d'un scénario de paix, la neutralité représentait une alternative au monopole de la navigation et du commerce outre-mer sur le déclin étant, en réalité, une forme dissimulée et subtile d'opposition aux autres puissances européennes.

Mots-clés : Neutralité; Androgyne; Hermaphrodite; Hugo Grotius; Portugal;

Índice de Figuras

Fig. 1 - O « escravo moribundo » de Miguel Ângelo, p. 67

Fig. 2 - O cortesão, um homem agrilhado, p. 71

Fig. 3 - Reconstituição gráfica do andrógino platónico, p. 80

Fig. 4- Monstro bicéfalo, p. 89

Fig. 5 - O « escravo rebelde » de Miguel Ângelo, p. 127

Fig. 6 - O Hermafrodita (Andrógino), p. 169

Siglas e Abreviaturas

AGS - Archivo General de Simancas

AHN - Archivo Historico Nacional de Madrid

AN – Archives nationales

BL – British Library

BNE – Biblioteca Nacional de Espanha

BNP- Biblioteca Nacional de Portugal

HHS - Haus-, Hof- und Staatsarchiv

IANTT – Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NA- National Archives

SP – State Paper Office

Leg. – Legado

f. – folio

p. – página

Agradecimentos

Gostaria de evocar aqueles que ao longo destes anos, contribuíram de algum modo para a elaboração deste trabalho. Muitos foram, embora cada qual à sua maneira e em períodos distintos. Devo um agradecimento especial aos meus orientadores, os Professores Claude Michaud e Luís Ramalhosa Guerreiro que me apoiaram na prossecução deste projecto e que de alguma forma acreditaram em mim. Identicamente é devido a Manuel Herrero Sánchez um particular reconhecimento pela hospitalidade de que fui beneficiária durante a minha passagem pela Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha, enquanto *Marie Curie Fellow*, bem como a generosa recomendação de António Hespanha. Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, cuja bolsa de investigação me facilitou a deslocação a outras cidades europeias para efectuar pesquisas em bibliotecas e arquivos. A Lenka Rovna expressei ainda a minha gratidão pelo acolhimento que me concedeu no departamento que dirige na Universidade Carlos de Praga. Agradeço igualmente a José Vicente Serrão o apoio em diversas circunstâncias, assim como a Ana Leal de Faria o interesse que manifestou por esta investigação. Encontros breves com Antonio Miguel Bernal, Fernando Bouza e Giovanni Levi permitiram-me equacionar mais amplamente o rumo do presente estudo. Quanto a Julie Peakman a sua contribuição foi decisiva para desenvolver certas pistas menos previsíveis de análise. Não podia deixar de agradecer a Isabel Marcos, a Paulo Silveira e Sousa, a Joana de Balsa Pinho e a Verónica Martins a partilha de experiências de investigação e a amizade. Nem aos outros colegas e amigos cujo nome seria justo lembrar não fosse a enumeração demasiado longa, com os quais me fui cruzando em diversas residências universitárias, como a Residência André de Gouveia, na Cidade

Internacional Universitária de Paris, a Residência de los Reyes Católicos, em Valladolid, a Casa de Velásquez, em Madrid e a *Christian Alliance Center*, em Londres. Com eles partilho recordações inesquecíveis desta minha longa caminhada. Mas foi com o Petr que a grande aventura começou. E agora com a Maria. Da família portuguesa e checa, recebi o que jamais conseguirei agradecer devidamente. Embora deva explicitar a contribuição do Nuno, meu irmão, na resolução de diferentes problemas informáticos.

Introdução

Na cultura ocidental verifica-se uma evidente dificuldade na compreensão do significado do neutro e da neutralidade. Em 1702, John Methuen comunica ao marquês de Alegrete que “não entendia o que ele queria dizer com a palavra neutralidade.”¹ A nível gramatical, o género neutro desapareceu na passagem do latim para o português prevalecendo então a necessidade de marcar a divisão entre os sexos, isto é, o masculino e o feminino. Rafael Bluteau (1638-1734) apresenta no *Vocabulario Portuguez e Latino* o sentido do termo “neutro” do seguinte modo: “Chamão-se nomes neutros, ou do género neutro certos nomes, que na língua Latina, ora se vêem no género masculino, ora no feminino, como Dies, etc. ou os que nunca são do género masculino, nem do feminino, como Castrum, Castellum, etc. Verbos neutros são os que não são nem activos, nem passivos”² Ainda que a dificuldade em entender o neutro seja geral, esta ausência nas línguas vernáculas de origem latina foi qualificada por Roland Barthes como uma carência, uma falta, que podia constantemente afastar-nos das nossas verdades,³ da forma como entendemos o mundo e a nós próprios.

Parece igualmente existir uma clara hostilidade em relação ao neutro, aquele que, por definição, não toma partido, nem por uma nem por outra das partes em confronto. O evangelista João escreve: “Mas, porque és morno, nem frio nem quente, vomitar-te-ei da minha boca” (Apocalipse 3,16). Assim, a imagem depreciativa do neutro remonta, pois, a uma genealogia antiga. Vista por muitos como sinal de fraqueza ou de impotência. Ora, recorrentemente, a imagem foi associada à corte portuguesa.

¹ “John Methuen ao conde de Nottingham, Lisboa, 7 de Setembro de 1702, BL, Add. 29590, fl. 115.

² Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino...*, tomo V, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1716, p. 716.

³ Roland Barthes, *Le Neutre: cours au Collège de France (1977-1978)*, [Paris], Seuil, 2002, p. 237.

Lord de Tirawley não rompeu com a tradição por altura de uma negociação levada a efeito em Lisboa no ano de 1740: “a sua irresolução é tal, não apenas suficiente para perder a paciência dos que têm de tratar com eles, mas também é a ruína dos seus próprios negócios, como as disposições do rei de Portugal em relação a nós [ingleses].”⁴ Mas se a postura de esquiva ao conflito justifica a reputação de um comportamento infame atribuído ao neutro, igualmente lhe confere qualidades positivas, a saber, a benevolência, a predisposição para a paz e para a procura de prosperidade. E assim, esta imagem reveste o país neutro de uma certa autoridade à mesa das negociações. Sem esquecer a vantagem de uma parceria comercial no decorrer dos confrontos, tornando a amizade com o neutro um objectivo desejado. Neste quadro ambivalente, o neutro aparece, em simultâneo, como um amigo cobiçado e um inimigo odiado. É assim que Colbert adverte o embaixador francês em Lisboa, lembrando-lhe que “a neutralidade não obriga ninguém e Portugal ao observá-la seria visto por aqueles que pretendia entreter, como um seu inimigo.”⁵

Em termos gerais, a definição do conceito moderno de Estado neutro foi evoluindo ao longo dos tempos. Assim, para ser considerado como tal, não se deveria pronunciar por nenhum partido durante as hostilidades, abstendo-se de toda e qualquer participação directa ou indirecta nas mesmas. Em alternativa, poderia seguir uma política de imparcialidade, isto é, de estrita igualdade de tratamento em relação a ambos os beligerantes. Posição que lhe permitia salvaguardar os seus direitos, garantir a integridade e a inviolabilidade do seu território e a liberdade para desenvolver as suas relações comerciais. Desde o século XIX, alguns países têm vindo a adquirir um estatuto de neutralidade permanente reconhecido pela constituição e pela comunidade

⁴ “Lord Tirawley ao duque de Newcastle, Lisboa, 26 de Março de 1740”, NA, SP 89-32, fl. 140.

⁵ “Jean-Baptiste Colbert ao Presidente Rouillé, Lisboa, 12 de Julho de 1701”, AMAE, vol. 36, f. 205v.

internacional.⁶ Contudo, nas suas origens, a neutralidade foi entendida enquanto política seguida por períodos mais ou menos curtos, ou seja, durante os conflitos entre dois ou mais beligerantes. Neste última aceção, se foi enquadrando a política externa portuguesa, sendo a neutralidade vista pelos respectivos estadistas e historiadores como uma opção ocasionalmente mais adequada às conjunturas internas e externas. A evolução do sistema das relações internacionais e dos seus fundamentos jurídicos encontraram um lugar para o Estado neutro desde que fizesse a escolha por uma política de abstenção ou de imparcialidade. A Suíça é o exemplo mais conhecido. No presente estudo pretendemos analisar historicamente a existência de um Estado neutro, Portugal, no período em questão, aspecto pouco reconhecido como tal, pelo menos de forma permanente. Caracterizando-se a política externa não propriamente pela ausência de alianças, mas antes pela superabundância das mesmas e expressando inclusive interesses contraditórios. Daí a dificuldade em definir a adequada política diplomática. Assim, Portugal reivindica a posição de cabeça de um império ao mesmo tempo que se vê e é apontado como estando privado da própria soberania, tanto pelas relações próximas com a Espanha, como depois pela tutoria inglesa. Defende tenazmente a independência enquanto Estado restaurado pela Casa de Bragança, desvinculando-se da subordinação hierárquica à Casa Habsburgo, ao mesmo tempo que subjuga e anexa territórios fora da Europa. Tenta proteger um extenso império marítimo ao mesmo tempo que desenvolve a empresa colonial. Defende a liberdade de comércio e navegação enquanto Estado neutro e, do mesmo passo, negoceia o *mare clausum*, definindo fronteiras nas águas territoriais e criando monopólios de circulação. Estabelece alianças matrimoniais e assina tratados de amizade perpétua com Estados católicos, mas também protestantes. O neutro, nesta linha de entendimento, não se

⁶ Os Estados mais antigos a adquirir este estatuto legal foram a Suécia em 1814 e a Suíça no ano seguinte. Outros países são considerados neutrais como a Costa Rica, a Finlândia, a Irlanda, o Japão, o Liechtenstein, Malta, Turquemenistão e o Estado do Vaticano.

define pela abstinência ou renúncia em escolher facções, mas pela escolha simultânea de um e do outro partido acabando eventualmente por esvaziar as razões do confronto. As ambiguidades políticas são vastas e a diplomacia portuguesa promove um discurso dúbio, impregnado de silêncios, oscilações e incongruências. Um discurso que, finalmente, acaba por induzir a uma imagem de apatia política agregada à corte portuguesa. Ora, é precisamente esta aparente letargia o activo e a força do neutro.

O estudo da acção diplomática setecentista portuguesa e a análise do corpo de discursos e de práticas sociais que a precederam e, de algum modo, a explicam, não pode ignorar o pensamento historiográfico incidindo sobre estes domínios, bem como sobre outros períodos históricos. A recente posição neutral portuguesa no decurso da II Guerra Mundial suscitou a necessidade de uma justificação fundada numa corrente historiográfica com influência até aos nossos dias. Pelo que não será ociosa uma breve referência à mesma e a alguns dos seus representantes. António de Oliveira Salazar, na altura presidente do Conselho de Ministros do governo português, definiu a neutralidade perante a Assembleia Nacional nos seguintes termos: “Longe do seu principal teatro, com fronteiras secularmente estáveis, um só vizinho na metrópole, sem problemas de raça ou de língua [...] a um canto da Europa, quási desligado dela e projectado ousadamente sobre o mar, país atlântico por excelência como só a Inglaterra pode pretender sê-lo e como ela com os maiores interesses e a tarefa mais pesada noutros continentes e mares, Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossêgo geral.”⁷ O destino atlântico, isto é, a “dimensão ultramarina da nação portuguesa”, justificava que Portugal vivesse “de costas voltadas para a Europa.”⁸ Consequentemente, a política externa estruturava-se em função do Ultramar. E, assim, nessa óptica, a sua perda não só colocava Portugal numa posição internacional

⁷ Gilberto Osório de Andrade, *Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. [1943], p. 1.

⁸ Idem, *Ibidem*.

subalterna no plano económico e geoestratégico, como ameaçava o país de vir a ser absorvido politicamente no todo peninsular. E, assim, deixando de existir como Estado independente e pondo em causa a sobrevivência da própria nação.⁹ Numa síntese sobre as premissas essenciais desta concepção política, o jurista Gilberto Osório de Andrade aponta os tópicos seguintes: o afastamento, na medida do possível, das querelas intestinas da Europa continental; a fidelidade inalterável à aliança inglesa seis vezes secular;¹⁰ a amizade com o Brasil e a manutenção de relações cordiais com a Espanha.¹¹ A sobrevivência da aliança inglesa num período em que Portugal estava sujeito a um regime de carácter autoritário condicionou um relacionamento ambíguo com os Aliados e as potências europeias expansionistas. Esta falta de clarificação política foi qualificada por Adriano Moreira, politólogo e antigo governante, como uma doutrina de “neutralidade colaborante,”¹² formulada no decurso da guerra civil de Espanha, e ulteriormente adaptada às circunstâncias. Na sequência da emancipação das colónias e com a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia desenvolveu-se uma discussão no seio da intelectualidade português, dividida entre a “vocação-destino” atlântico e a opção europeia.¹³ A este propósito, é de referir, as contribuições do jurista

⁹ Cf. Fernando Martins, “A política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma doutrina histórico-jurídica (1955-1968)”, in *Penélope* 18, (1998), pp. 189-206.

¹⁰ Apesar de o Governo salazarista anunciar que “a Inglaterra nada pedira em nome da aliança e amizade seculares”, importantes concessões foram feitas, nomeadamente a utilização da base das Lajes na ilha Terceira nos Açores. Foi com este objectivo que Winston Churchill proferiu o memorável discurso na sala dos comuns do palácio de Westminster em 12 de Outubro de 1943: “I have an announcement to make to the House arising out of the treaty signed between this country and Portugal in the year 1373 between His Majesty Edward III and King Ferdinand and Queen Eleanor of England”. Eduardo Brazão refere que alguns sorrisos se esboçaram aqui e ali. Para surpresa da dita assembleia, Churchill evocou a história da aliança anglo-portuguesa com base numa lista de tratados assinados entre ambos os Estados de modo a recordar a mais velha aliança no mundo de carácter vigente. (Cf. Eduardo Brazão, *Uma Velha Aliança*, [Lisboa], [Neogravura], 1955, pp. 11-13.)

¹¹ Gilberto Osório de Andrade, Op. cit., p. 6.

¹² Adriano Moreira, *Neutralidade Colaborante*, Lisboa, ISCSPU, 1967. Ver também Luís Manuel Vieira de Andrade, *A Neutralidade colaborante: o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992.

¹³ Cf. Joaquim Barradas de Carvalho, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

Pedro Soares Martínez¹⁴ e sobretudo do historiador Jorge Borges de Macedo. A perspectiva geopolítica implícita nas relações diplomáticas portuguesas, tal como é exposta por este último autor, tem influenciado diversas gerações de estudiosos. Relativamente à análise da neutralidade na época moderna, são de destacar os trabalhos de Avelino Freitas de Meneses, Ana Leal de Faria, Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel Cluny.¹⁵ E assim consideramos útil explicitar as linhas fundamentais da sua proposta no que concerne às lógicas político-diplomáticas em certos períodos fulcrais da História portuguesa. Explicitação que também diz respeito, embora num plano divergente, à análise aqui desenvolvida.

No estudo mais importante que dedicou ao assunto, J.B. de Macedo pretendeu fixar uma teoria da História diplomática nacional.¹⁶ Essa teoria, inscreve-se numa reflexão geopolítica cuja matriz é a “alma portuguesa”, conceito nebuloso marcado por um evidente psicologismo, embora territorialmente contextualizado como se pode concluir do uso de outro conceito basilar do seu modelo analítico, o de “nação situada”. No processo, distinguindo-se momentos de estabilidade e fases de declínio que põem em causa a sobrevivência nacional. Neste contexto, apenas as relações diplomáticas regulares, sobretudo com a Espanha e a Grã-Bretanha, permitem assegurar a estabilidade, assente, por sua vez, no equilíbrio político interno. Quanto à relação com

¹⁴ Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986; Pedro Soares Martínez, *Coordenadas da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981; Pedro Soares Martínez, *Constantes da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981; Pedro Soares Martínez, *Justificação de uma História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1985-1986;

¹⁵ Ver por exemplo, Ana Maria Homem Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, IDI-MNE, 2005; Avelino Freitas de Meneses, “A diplomacia e as Relações Internacionais”, in Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Presença, 2001, pp. 148-191; Isabel Cluny, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na época moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006; Isabel Cluny, “A diplomacia portuguesa e a Guerra de Sucessão de Espanha”, in José Luís Cardoso et al., *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. [51]-67; Nuno Gonçalo Monteiro, “Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais”, in José Luís Cardoso et al., *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. [97]-110.

¹⁶ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Estudo de Geopolítica: Constantes e Linhas de Força*, vol. 1, Lisboa, Tribuna-IDN, 2006 (1ª ed. 1987), p. 25.

a Espanha, esta é sempre vista como a figura do inimigo e sempre disposta a lançar o “cerco” a Portugal pela fronteira terrestre. Quanto à Grã-Bretanha, a “velha aliada”, mantendo uma constante presença protectora mesmo durante os períodos de “insofismável neutralidade”¹⁷ portuguesa. A independência do país é assim protegida, ao longo dos tempos, por esta aliança luso-britânica que anula o isolamento português face à massa continental da Espanha. Não sendo, no entanto, considerada como um vínculo de dependência, mas uma relação de interesse mútuo com vantagens para ambas as partes. Aliança definida consoante a volubilidade das conjunturas. Se Portugal não aceitasse os termos do contrato, por incapacidade de suportar os encargos e compromissos exigidos, então, o país tinha sempre como alternativa, considera Macedo, permanecer neutral nos conflitos peninsulares e europeus. Esta política de distanciamento baseada no princípio de não intervenção, é tida como uma posição cautelosa de “vigilância peninsular” e de alheamento absoluto relativamente às questões da Europa central. No seu entendimento, a independência portuguesa é ainda reforçada pela crescente importância geopolítica do Atlântico, quer para Portugal, quer para a Europa ao longo da história. A capacidade de negociação dos portugueses vai evoluindo em função das vantagens estratégicas e económicas decorrentes da sua expansão no mundo. A aliança inglesa define-se, pois, numa complementaridade de interesses convergentes ao inibir hegemonias continentais e assegurando a estabilidade da circulação marítima, o acesso às possessões ultramarinas e a sua defesa. A unidade religiosa além-mar era, por sua vez, enquadrada pelas relações com a Santa Sé. Entendidas estas numa constante reciprocidade, e visando igualmente o reconhecimento internacional da independência portuguesa. Este relacionamento, exactamente no período aqui em estudo, viria a permitir ao país a conquista da paridade diplomática na

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 62.

Europa. J.B. de Macedo defende a tese de que Portugal conseguia apenas afirmar-se na Europa pela sua dimensão atlântica, contribuindo assim para o equilíbrio ibérico e europeu. Este equilíbrio, ansiosamente desejado, impõe-se, e é mesmo a condição necessária à sobrevivência de Portugal, e única via para cumprir a sua função europeia. O carácter imprescindível da fusão das vertentes atlântica e europeia é assim justificado e, conseqüentemente, irá moldar uma nova personalidade política na construção da identidade portuguesa. Esta, doravante, passa a abraçar a sua continentalidade, ficando superada a inicial condição periférica de Portugal na Europa. Deste modo, o país torna-se de facto europeu, negando apenas a sua identidade ibérica. Segundo o autor esta identidade ibérica nunca terá passado de uma “abstracção geográfica”,¹⁸ ou seja, desprovida por inteiro de uma fundamentação objectiva.

Quanto à perspectiva da decadência, diferentes exemplos, bem como diversos comentários e juízos morais¹⁹ ajudam-nos a compreender a sua natureza e extensão. Esta é uma visão que se inscreve numa tradição historiográfica remontando ao século XIX, período bastante fértil na produção de representações da decadência nacional. A evocação do episódio histórico da guerra civil que culminou na batalha de Alfarrobeira, em 1449, é um exemplo que evidencia os efeitos nefastos dos conflitos de origem externa envolvendo a vida portuguesa. Ainda segundo Macedo, é por isso que se impõe obstar a tal intromissão e, sobretudo, evitar os apoios estrangeiros no que respeita à definição das políticas partidárias. Eis um juízo em que o desejo de doutrinação se sobrepõe à neutralidade do historiador. D. Pedro, o protagonista que perdeu o trono e a vida naquela batalha, ao procurar um equilíbrio peninsular recorrendo em exclusivo aos

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 60.

¹⁹ As conjunturas exemplares do paradigma a não seguir, descritas pela análise histórica de Borges de Macedo, são dadas a conhecer pelo seu carácter maligno através de inúmeros comentários e juízos morais sobre a conduta das políticas externas dos diferentes reinados: “Na verdade, todas estas ocorrências [...] vieram a confirmar os riscos”. (Idem, *ibidem*, p. 86)

recursos continentais, ou seja, esquecendo o apoio da Inglaterra, acabou por suscitar a guerra civil que veio finalmente ameaçar a própria independência nacional.

Em período ulterior, igualmente, do ângulo de análise de Macedo, D. João III falhou a sua política externa esquecendo o imperativo da diversificação nas suas alianças. Ao privilegiar os Áustrias de Espanha visando a defesa das rotas marítimas acabou por comprometer a estabilidade do Estado e ficar dependente da diplomacia espanhola. E é neste contexto que Portugal acabará por ser integrado na União Ibérica. Também muito negativa é a apreciação que o autor desenvolve ao ministério do marquês de Pombal. Ao adoptar uma diplomacia ideológica de cariz galicano, entrou em conflito com a Santa Sé, pondo em causa a mais importante instituição a nível internacional, e por conseguinte o reconhecimento dos direitos expansionistas portugueses. A extinção da Companhia de Jesus anulou a influência e o domínio exercido no terreno por esta ordem religiosa e terá diminuído a capacidade negocial quanto aos limites da fronteira brasileira. A situação, para o autor, demonstra a conveniência para um país como Portugal, de uma ordem internacional estável que faça respeitar as instituições existentes. De outro modo, o sistema torna-se anárquico, fundado em exclusivo em relações de força, com motivações ideológicas desenquadradas das razões geopolíticas que estruturam uma nação.

A patente dimensão teórica destas análises facilitam a deslocação dos seus princípios de conjuntura em conjuntura. O rastro doutrinal que têm subjacente permite ultrapassar em muito as balizas cronológicas do livro. Devido à elasticidade do modelo de Borges de Macedo, a sua aplicação acabou por ser extensiva à própria política contemporânea.²⁰ A análise histórica do autor revela o destino português, ao fazer uma previsão fundamentada das acções políticas capazes de serem bem sucedidas,

²⁰ Ver, por exemplo, Nuno Severiano Teixeira, “Between Africa and Europe: Portuguese Foreign Policy, 1890-2000, in António Costa Pinto (ed.), *Modern Portugal*, Palo Alto, Sposs, 1997, pp. 60-87.

promotoras de estabilidade, bem como as condenadas ao fracasso, conduzindo inevitavelmente ao declínio do país. Neste olhar prospectivo sobressai um apelo a que se abandonem todas as opiniões e críticas rivais ao modelo de estabilidade, pois “a política externa nacional não pode provir da confrontação ou negociação dos partidos”.²¹ Pela história, acentua, foram confirmados “os riscos que corre a independência nacional quando se definem duas políticas externas, contrapostas e apoiadas em grupos (partidos?) dotados de mobilização interna também oposta.”²² A oposição é neutralizada pela fusão das diferentes tendências partidárias num único modelo considerado viável, criando a ilusão de uma representação política de toda a sociedade portuguesa. A história das relações internacionais foi, portanto, um instrumento de fundamentação teórica de políticas governativas contemporâneas ao autor.

A problematização que pretendemos privilegiar no presente estudo, tirando proveito, directa ou indirectamente, ou demarcando-se de certas perspectivas atrás expostas, visa interligar as práticas diplomáticas às formas de mentalidade e às ideologias epocais – dimensão essencial desta dissertação – correspondendo também, em alguns pontos, às temáticas e conceptualizações que Michel Foucault integra no conceito de biopolítica, e que, na actualidade, têm suscitado um grande interesse no âmbito da análise das relações interindividuais.²³ Deste prisma, a consideração das relações de poder que definem a interacção social, mesmo se implicitamente, situam o corpo e a sexualidade num lugar determinante justificando o apelo às ciências sociais e humanas para esclarecer essa dinâmica. É, pois, nesta perspectiva que as temáticas

²¹ Idem, *ibidem*, p. 87.

²² Idem, *ibidem*,.

²³ A biopolítica é um neologismo de Michel Foucault e a sua definição foi formalizada nos seus cursos no *Collège de France* (Cf. Michel Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, intr. de Bruno Mações, Lisboa, Edições 70, 2010).

desenvolvidas pela historiografia do género, constituem, por sua vez, uma dimensão do presente trabalho. Não será desadequado insistir a propósito que este domínio, o do estudo das relações de género, tem obtido uma forte expansão nas últimas décadas. E mais recentemente, conseguiu alcançar o campo das Relações Internacionais, considerado como uma das áreas mais impermeáveis a este tipo de argumentos.²⁴ Ora a compreensão do papel dos actores das relações internacionais tem vindo a revelar a forma como a identidade de género afecta os processos de decisão política. A abordagem em causa explora sobretudo as convergências, diferenças e antinomias identitárias que organizam as relações entre o homem e a mulher, demarcando assim a condição masculina e a feminina. No presente estudo pretendemos ir mais além das oposições rígidas, as mais privilegiadas pela historiografia do género, e tentar compreender o que surge quando estas diferenças se dissolvem ou se confundem.

Nestes termos, importa, pois, avaliar como a ideia de género tem vindo a influenciar o pensamento político ocidental. Estudos recentes refutam a ideia cartesiana da dualidade teórica entre a mente e o corpo,²⁵ valorizando o papel central da emoção na tomada de decisões, assim como a importância dos sentimentos na racionalidade humana. Com base neste pressuposto, desenvolvemos nos primeiros capítulos uma abordagem que valoriza a dimensão somática, ou seja, a nossa experiência corpórea e a da interacção dinâmica entre a mente, o corpo e o mundo. Pensar racionalmente não exclui, portanto, as percepções corporais nem as emoções que estas suscitam. Francisco de Vitória, um teólogo seiscentista, observou serem os reis compelidos a “pensar da

²⁴ Joshua S. Goldstein e Jon C. Pevehouse, *Principles of International Relations*, New York, Pearson Longman, 2009, p. 114; Sobre este tema consultar por exemplo: Jill Steans, *Gender and International Relations: An Introduction*, New Jersey, Rutgers, 1998; V. Spike Peterson e Anne Sisson Runyan, *Global Gender Issues*, Boulder, Westview Press, 1999.

²⁵ Ver por exemplo António Damásio, *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995.

mão para a boca”.²⁶ Devemos, pois, considerar o corpo para além de um mero conjunto de mecanismos físicos. E assim, analisá-lo de um prisma em que a biologia, a cognição e a cultura interagem num estreito e denso tecido de dependências..

Sem perder de vista este quadro conceptual e as suas incidências sócio-históricas, incidimos primeiramente a análise no pensamento de Hugo Grócio, no qual assenta toda a tradição filosófica moderna relativa às relações internacionais e negociações diplomáticas. A escolha deve-se à observação de uma certa tensão entre o ideal corporativo, onde o corpo é usado metaforicamente como símbolo de unidade, perfeição e harmonia do todo social e uma concepção dita materialista, atendendo à corporalidade em si mesma, impondo e apostando num indivíduo com vontade própria, racional e livre. Na consciência também de que toda esta empresa de “subjectivação” dos indivíduos se articula ao desejo de emancipação como forma de resistência aos coactivos dispositivos de poder. Dispositivos – a fórmula é foucauldiana – sujeitos à pressão erosiva de decisões micro-sociais características das sociedades segmentadas. De acordo com esta metodologia, lá onde ela é aplicável, pretendemos fazer surgir os pontos de ruptura e as descontinuidades na obra grociana. E sublinhar, dado o seu carácter seminal, o motivo pelo qual tem sido considerada como precursora da teoria moderna das relações entre Estados. Como igualmente compreender as razões do seu trajecto evolutivo, evitando fracturas teóricas inesperadas.

Tendo, pois, como ponto de partida a obra de Grócio, temos em vista compreender a realidade político-diplomática portuguesa na sua envolvente ideológica e mental, no período setecentista, e muito em particular durante o reinado de D. João V (1706-1750). Dada a longa duração das representações mentais, suporte de qualquer discurso, propomos assim uma análise da génese ideológica da neutralidade para melhor

²⁶ Anthony Pagden, « Dispossessing the Barbarian: The language of Spanish Thomism and the Debate over the Property Rights of the American Indians », in David Armitage (ed.), *Theories of Empire, 1450-1800*, Aldershot:Brookfield:Singapore:Ashgate, 1998, p 159.

contextualizar conceitos e práticas. Com este propósito, foram consultadas múltiplas fontes, portuguesas e estrangeiras (em arquivos espanhóis, franceses, ingleses, austríacos e ainda eclesiais, entre os quais o do Vaticano), com destaque para a correspondência política entre variados agentes diplomáticos e ministros ou soberanos, como analisámos tratados, jornais e panfletos, memorandos, entre outros escritos de circunstância. E, de igual modo, foram consultados vários processos do Tribunal do Santo Ofício, porquanto se entende que a diversidade de fontes, garante uma maior probabilidade de captar os sentidos das distintas e sempre complexas realidades históricas.

Parte I

Reconsiderar a Herança de Hugo Grócio

Um corpo robusto num esforço de torção debate-se com vigoroso zelo para libertar as amarras. A sua musculatura insuflada impressiona e uma certa altivez desprende-se nesta atitude de força. Foi este movimento de rebeldia de cativo que ficou eternizado no mármore branco esculpido por Miguel Ângelo.¹ Obra inicialmente concebida para fazer parte do mausoléu encomendado pelo papa Júlio II, em 1505, no mesmo ano em que o pontífice recebeu a embaixada extraordinária de obediência do bispo do Porto, D. Diogo de Sousa. Acompanhado pelo jurista Diogo Pacheco, o prelado, ao referir ao novo pontífice a recente chegada dos portugueses à Índia, sublinhou o encontro de cristandades naquelas distantes paragens.² A 26 de Janeiro de 1506, a monarquia lusitana verá confirmada a partição do mar oceano pela bula *Ea, quæ pro bono pacis*. A alta função do Papa para a Cristandade, assim como as qualidades particulares de cada vigário de Cristo, por tradição, eram celebradas nos mausoléus pontifícios. Incumbido da missão, Miguel Ângelo projectou um imponente monumento funerário povoado por um insólito conjunto de grandes estátuas de homens em estado de escravidão. O “escravo rebelde” juntamente com o “escravo moribundo” faziam parte do primeiro projecto para o mausoléu do papa Júlio II, o qual foi objecto de sucessivos esboços, desde 1505, até à sua realização em 1542. Composição escultórica, por isso mesmo designada pelo artista como a “tragédia do túmulo”. Na sua versão definitiva não ficou traço da série dupla de cativos, nem dos mármore florentinos, a

¹ Esta é uma referência ao «escravo rebelde» (c. 1513-1515) de Miguel Ângelo (Departamento de Esculturas, Museu do Louvre, Paris).

² Marquis Swiney de Mashanaglass, *Le Portugal et le Saint-Siège, une ambassade portugaise à Rome sous Jules II (1505)*, Paris, impr. De Plon-Nourrit et Cie, 1903, p. 16.

saber, o “jovem escravo”, o “escravo barbudo”, o “escravo Atlas”, o “escravo despertando”, tal como o “génio da Vitória”. Estes projectos foram substituídos por uma versão definitiva mais sóbria, na qual sobressai a imponente figura de Moisés, ladeada por figuras femininas, Raquel e Lea, representando a vida activa e a vida contemplativa.

De qualquer modo, para quem contempla os mármores excluídos do projecto final, não deixa de intrigar o motivo por que terão os escravos sido idealizados como ornamento do túmulo de um papa. Bem como a causa da escravatura a que estes homens esculturais se encontravam submetidos e ainda a razão da sua revolta. Várias têm sido as interpretações que terminaram por envolver a obra num carácter enigmático. Em 1550, Giorgio Vasari, na sua biografia dos principais artistas, *Le Vite delle più eccellenti pittori, scultori, ed architettori* (1550), afirma simbolizarem todas as províncias subordinadas a este pontífice e tornadas obedientes à Igreja apostólica. Em particular, as esculturas dos escravos “rebelde” e “moribundo”, deveriam representar os talentos (*virtu*) e as Artes (*arti ingeniose*), capacidades protegidas e aplicadas durante o pontificado de Júlio II. Lembra assim que de outro modo estariam manietadas, tal como os escravos. Ascanio Condivi, um discípulo do escultor, afiança em *Vita di Michelagnolo* [sic.] *Buonarroti* (1553), personificarem as artes liberais e as artes plásticas. Os escravos referidos, o rebelde e o moribundo, simbolizariam respectivamente, a Arquitectura e a Pintura. Mais recentemente, analisadas as figuras enquanto alegorias neoplatónicas, foi avançada a possibilidade de simbolizarem a luta da alma humana contra as correntes temporais ou ainda da luta do inteligível contra a matéria. A impressão do tormento corporal experimentada pelo escravo rebelde, em particular, denunciada por esta tentativa de libertação - sem sucesso - é reforçada pela evidência da obra inacabada. A missão do escultor era entendida por Miguel Ângelo

como um acto essencial para libertar da pedra a forma humana. O *non finito* da obra, tão eloquente neste caso, torna-se ainda mais evidente nos mármore florentinos.

A alusão cristã à salutar libertação do corpo, expressa nas figuras dos cativos, não seria tida como incompatível relativamente ao conteúdo doutrinal da Igreja e eventualmente enquadraria melhor as esculturas no local para onde estava projectada a sua colocação. Esta explicação vai sobretudo ao encontro das inquietações espirituais e da constante obsessão de Miguel Ângelo pelas transgressões pecaminosas que o levariam a pôr em causa a salvação da alma. Preocupações que perpassam igualmente em toda a sua poesia³, na qual se expressa uma concepção do corpo. Como sublinha Saslow, o artista lamenta a sua sensualidade e interroga nessa poética as ligações inexoráveis entre o amor, a morte e o pecado⁴.

Segundo Michel Foucault, no século XVI, a linguagem é entendida não como um simples episódio na história de uma língua, mas como uma experiência cultural global. Estamos, pois, também no caso em apreço, perante uma escrita que faz corpo com o mundo⁵. O homem é apresentado numa ligação simbiótica com os animais, as plantas, os astros, ou seja, com o universo inteiro e com Deus. Assim, o mais visível torna-se afinal o mais oculto e a busca do seu significado visa desvendar a presença de similitudes⁶. Miguel Ângelo esculpiu o corpo de um escravo, porém a sua significação deve entender-se como universal.

³ James M. Saslow, « Introduction », in *The Poetry of Michelangelo*, New Haven and London, Yale University Press, 1991, p. 30.

⁴ Miguel Ângelo exprime frequentemente nos seus poemas a prisão em que as suas pulsões eróticas se encontra :

*Se vint e preso i' debb'esser beato,
Maraviglia non è se nudo e solo
Resto prigion d'un cavalier armato.*

(*The Poetry of Michelangelo*, tradução de James M. Saslow, New Haven and London, Yale University Press, 1991, n° 98.)

⁵ Michel Foucault, *Les mots et les choses...op. cit.*, p. 60.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 44.

Capítulo 1 – Analogias do Corpo Humano

O corpo, segundo uma longa tradição aristotélica, entre todas as grandezas, é a única perfeita. O corpo determinado nas suas três dimensões é entendido como um todo. Deste modo, o todo, o universo ou o mundo, são grandezas perfeitas por serem um corpo⁷. Assim, este encontra-se no topo da hierarquia ontológica. É, na verdade, a realidade ontológica por excelência. Por analogia estabelece-se uma ligação entre o universo e o ser humano sendo a correspondência muito mais complexa do que um conjunto de simples semelhanças anatómicas. A ideia subjacente é a de um microcosmo, ou seja, a de um ser humano, cujas partes são pensadas como análogas à extensão do universo. O macrocosmo é o universo no seu todo, cujas partes reflectem a mente e o corpo humanos. O homem enquanto resumo do universo distingue-se dos restantes animais como lugar privilegiado neste jogo de semelhanças⁸, um alvo “saturado”⁹ de analogias. O homem forma-se por isso como centro da criação, sendo em função do homem que o cosmos existe. No *Timeu* de Platão¹⁰, vemos o cosmos identificado com um corpo humano. O corpo do cosmos surge somente após ser constituído pela alma, ou seja, depois dela. Segundo este filósofo, os corpos foram criados a partir de quatro elementos. No diálogo de Platão, *Philebus*¹¹, Sócrates declara serem os corpos dependentes do corpo do universo e deste derivam os elementos que os compõem. No composto humano, híbridos e frágeis, no cosmos, na sua pureza

⁷ Aristóteles, *Traité du Ciel*, tradução de J. Tricot, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1998, p. [1].

⁸ Para Michel Foucault a semelhança no saber do século XVI é o que há de mais universal. Distingue quatro tipos, a *convenientia*, a *aemulatio*, a analogia, que sobrepõe as anteriores, e por fim o jogo de simpatias. Por este jogo, o mundo permanece idêntico e dobrado sobre si mesmo. (Cf. Michel Foucault, *Op. cit.*, pp. [32]-59.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 37.

¹⁰ Cf. Platão, *Timeu*, introd. de José Trindade dos Santos e trad. de Maria José Figueiredo, Lisboa, Instituto Piaget, 2003.

¹¹ Platão, *Dialogues*, vol. 4 - *Parmenides, Theaetetus, Sophist, Statesman, Philebus*,], trad. de Benjamin Jowett, Oxford, University Press, [1892], p. 30.

primordial, são fortes. Afirma ainda que o hidrogénio, o oxigénio, o carbono, etc., componentes dos corpos, eram idênticos aos elementos do mundo inumano. Os elementos que incorporavam a natureza do mundo, fundam igualmente a natureza dos corpos de todos os animais. Consequentemente, a terra, a água, o ar e o fogo compõem os nossos ossos, sangue e outros líquidos. A sua dosagem, no entanto, varia consoante as pessoas, a idade, o sexo e o respectivo temperamento, ou mesmo, segundo o ofício ou classe a que cada um pertence. Por sua vez, ao temperamento humano é atribuído um carácter análogo ao de certos astros, por exemplo o Sol e a Lua que exerceriam um controlo misterioso sobre a vida. Segundo o astrólogo e físico inglês John Tanner, no homem era possível descobrir a terra progenitora e a sua interminável descendência. Nele se poderia igualmente vislumbrar a ondulação sem repouso do oceano¹². Godefroy de S. Victor (1125-1194) considera que o homem poderia ser designado como mundo e, este, como cosmos pelos filósofos¹³.

Inversamente, também era prática comum referir o mundo ou a terra em termos corporais. Séneca, nas *Questões Naturais* (III, 15,1) afirma que tal como possuímos veias e artérias, também as possui a terra¹⁴. Se as veias transportam o sangue e as artérias o ar, também na terra existem condutas onde circulam a água e o ar. Os vários “humores” humanos, a saliva ou as lágrimas, na terra correspondem a outros humores que solidificam, convertendo-se em minerais como o ouro ou a prata. Estas analogias antropomórficas foram igualmente evocadas nas primeiras curiosidades cartográficas. O teólogo germânico Heinrich Bünting criou a xilogravura *Europa prima pars terrae in forma virginis*, em 1588, na qual a Europa aparece sob a forma de uma figura feminina,

¹² Sébastien Jahan, *Les renaissances du corps*, 1450-1650, Paris, Belin, 2004, p. 14.

¹³ Godefroy de Saint Victor, *Microcosmus*, Livro II, Lille and Gemblous, Philippe Delhay, 1951, p. 31, citado em George Boas, “Macrocosm and Microcosm” in Philip P. Wiener (ed.), *Dictionary of the History of Ideas*, vol. 3, New York, Charles Scribner's Sons, 1974, p. 130.

¹⁴ Seneca, *Selected Philosophical Letters*, Trad. por Brad Inwood, Edição de Oxford University Press, 2007, p 133.

um tema popular na época. Mais precisamente, tratava-se de uma Virgem Maria, venerada como rainha do continente europeu. Na cartografia de Opicino de Canistris (1296-c.1352) a geografia física é adaptada à morfologia humana, mas também à dos animais. Num dos mapas, de cerca de 1335, vê-se a imagem de um monarca a delinear os contornos da Europa e de uma rainha a recortar o norte de África. O mar Cantábrico toma a forma de um leão. No Mediterrâneo Levantino podemos divisar a figura de um homem barbudo ostentando uma pomba, um livro e um ceptro. Em outro exemplo, no mapa-mundo de Ebstorf (c. 1234) é exposta mais uma visão ordenada do mundo, organizado segundo a perspectiva cristã. O mapa está delineado sobre o corpo de Cristo. A cabeça, na parte superior, indica o Oriente, as mãos, nas extremidades laterais, apontam o norte e o sul, enquanto os pés, na parte inferior, indicam o Ocidente. O ventre de Cristo é apresentado como o mar, um mar matricial onde desaguam todas as águas.

No *De opificio mundi* (XXIII, 69), Fílon de Alexandria (25 a.C.-c. 50) afirma não haver nada sobre a terra que mais se assemelhe a Deus do que ao homem. Esclarece contudo que esta afinidade não se deve às características corporais, uma vez que Deus não é um ser com forma humana, nem o corpo humano reproduz a forma divina. A semelhança conota a dimensão mais importante da alma, ou seja, a mente que nos governa tal como Deus governa o mundo. Segue, pois, a tradição platónica de um mundo perfeito, ordenado e racional. Godefroy de S. Victor no *Microcosmus* (II, 18) declara que o homem é um mundo, menos em função do corpo do que do espírito. Estabelece também o paralelismo entre a alma humana e a ordem cósmica de um universo com carácter sagrado. Ao recordar Santo Agostinho (354-430) que havia identificado as idades do mundo com as do homem, reafirma a estrita ligação entre o destino do universo e o destino do homem. Aquele Padre da Igreja descreve,

ocasionalmente, a Cidade de Deus e do homem como corpos, embora sujeita ao corpo místico de Cristo identificado com a própria Igreja. Relembra as Epístolas de S. Paulo (1 Coríntios 12.12-31) nos sermões, em particular no do Pentecostes (Sermão 267,4), onde defende que a alma está para os nossos membros assim como o Espírito Santo está para os membros de Cristo, isto é, para o corpo de Cristo consubstanciado na Igreja.

A elaboração de correspondências poderia aplicar-se a uma grande variedade de contextos, inclusivamente no quadro de uma análise política ou governativa. O corpo, medida de todas as coisas, calibrava a organização do cosmos ao mesmo título que a da sociedade, tudo orbita em torno do corpo¹⁵. A analogia do *corpus politicum* decorre da percepção das semelhanças entre a sociedade ou Estado e o corpo humano. Devido à natureza orgânica do Estado, este era pensado com funções vitais e assim detentor de uma estrutura física análoga à do corpo humano. Na *República* de Platão¹⁶, o Estado é pensado como um ser humano. O filósofo, não cingindo em exclusivo a analogia a um simples modelo organicista, nele engloba distintas dimensões com a integração de um quadro de metáforas que remetem para uma ampla diversidade de valores e práticas sociais. O Estado é a incorporação visível da justiça sob as condições prescritas pela sociedade. A justiça é a alma, quer a nível individual, quer a nível do Estado. Este último, o corpo. Cada parte do todo deveria desempenhar exactamente a função que lhe era atribuída. Platão afirma que tanto os indivíduos como a alma de cada um exercem três funções distintas correspondendo às três classes da cidade. A alma humana seria afinal composta pelas mesmas partes que a cidade. Temos os artesãos adstritos à função produtiva cuja qualidade corresponde à parte apetitiva da alma. A função protectora é desempenhada por guerreiros irascíveis, condizendo com a parte voluntariosa da alma. E por último, a função governativa, a ser desempenhada pelos filósofos,

¹⁵ Diogo Ramada Curto, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988, p. 12.

¹⁶ Platão, *La République*, Paris, GF-Flammarion, 2000.

correspondendo à parte racional da alma. A desordem surgia quando uma das classes tomava o controlo do Estado e usurpava o poder da razão, ou seja, o poder dos filósofos. O Estado apresentava-se então sem controlo, como um homem sob o império da luxúria. Platão põe em contraste uma sociedade saudável e uma sociedade febril, corrompida pela devassidão. Explorando a analogia, o filósofo caracteriza o maior bem de um Estado, a paz e a amizade, a exemplo do corpo saudável que não depende da assistência e cuidados médicos. A cura daquela sociedade em estado febril nunca resultaria de uma inútil multiplicação de leis, mas antes de uma transformação rigorosa do Estado e do indivíduo. Tendo em consideração que um e outro, Estado e indivíduo, possam exibir um controlo racional, centralizado e uma divisão do trabalho apropriada.

Em Aristóteles¹⁷, seu discípulo, a concepção do Estado apresenta uma maior densidade corpórea, embora sublinhando a posição e o contributo de cada um na harmonia e na eficácia do conjunto. Este modo de ver é justificado pela natureza orgânica do Estado, sendo este uma entidade primordial à família e ao indivíduo (1253a 1-7). A sociedade seria, por isso, criação da natureza e não do homem, porquanto, se por exemplo, o corpo fosse destruído não mais existiria nem mão nem pé. Pelo que, a existência do homem advém do facto de fazer parte da cidade. Todos os que fossem incapazes de se associar, ou disso não tivessem necessidade, por serem auto-suficientes, seriam considerados ou bicho ou deus (1253a 18-29). Muitos séculos depois, Espinoza referindo-se ao “agudíssimo florentino”, Nicolau Maquiavel (1469-1527), autor dos *Discursos sobre Tito Lívio* (III, 1), assinala a analogia que estabelece entre o Estado e o corpo humano. Um e outro necessitam de cura. E se esta não for conseguida atempadamente, “os vícios crescem a um ponto que já não podem extirpar-se sem extirpar com eles o próprio Estado. Pelo contrário, onde for aplicado remédio adequado

¹⁷ Aristóteles, *Politics*, Livro I, trad. por Trevor J. Saunders, Oxford University Press, 1995.

a este mal, ele não poderá cair por vício seu mas somente por algum fado inevitável.”¹⁸

Para Maquiavel, os corpos melhor constituídos e mais duradouros seriam os que obtivessem das suas próprias instituições os meios para se renovarem ou os que conseguissem a mesma renovação de forma accidental, por meios externos¹⁹.

No *Leviatã* de Thomas Hobbes, o Estado é definido como um homem artificial, “embora de maior estatura e força do que o homem natural, para cuja protecção e defesa foi projectado.”²⁰ Ou seja, uma mega-estrutura antropomórfica. Hobbes desenvolvendo a alegoria organicista, compara a soberania à alma artificial, os magistrados às articulações artificiais, as recompensas e as punições aos nervos, e por aí fora. João de Salisbúria (c. 1120-1180) no tratado enciclopédico *Policraticus*, “Manual dos governantes: das frivolidades dos cortesãos e das marcas dos filósofos” (1159), lançou-se numa análise das correspondências entre corpo natural e corpo político. Este texto tem sido entendido como fundador da “versão “secularizada” da metáfora orgânica.”²¹

Elabora uma descrição anatómica pormenorizada de uma sociedade concebida numa perspectiva antropomórfica, começando por distinguir a alma do corpo. À alma faz corresponder aqueles cuja missão é zelar pela prática religiosa, os sacerdotes. A relação da alma e do corpo decorre da função da alma enquanto estímulo e governo da cabeça. Numa sociedade, a posição de cabeça é ocupada exclusivamente pelo rei, dependente apenas de Deus e daqueles que na Terra agem em seu nome. A Igreja define-se como um *corpus mysticum et politicum*, desempenhando o Papa a função da cabeça. Aos reis e aos imperadores corresponde a função dos membros. Num Estado corporativo, o Conselho régio é o coração do corpo político, os juizes e os administradores das

¹⁸ Espinosa, *Tratado Político*, introdução e trad. de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2008, pp. 199-200.

¹⁹ Maquiavel, *Oeuvres complètes de N. Machiavelli*, vol I, *Discours sur la Première Décade de Tite-Live*, Paris, Garnier frères, 1867, p. 544.

²⁰ Thomas Hobbes, *Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 23.

²¹ Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmo, 1996, p. 199.

províncias os olhos, os ouvidos e a língua. Já a administração das finanças é representada pelo ventre, os soldados pelas mãos, os camponeses, os artesãos e os comerciantes, pelos pés²². João de Salisbúria, sublinha, por outra parte a importância de uma união espiritual no Estado e propõe a fórmula da cura para várias doenças políticas, entre as quais inclui a da tirania. Vemos que o imaginário médico é igualmente utilizado na conceptualização política. Isto em paralelo a fontes de carácter especulativo, como a filosofia, o direito e a teologia²³.

Em Espinosa, o corpo humano, ou melhor, o homem no seu estado natural, é definido em analogia com a cidade. Todavia, se a cidade pode precaver-se quanto à opressão da parte de uma outra, “um homem no estado natural não pode, pois sobre ele pesa diariamente o sono, muitas vezes a doença ou as agruras de ânimo e, por fim, a velhice, além de estar sujeito a outros incómodos dos quais a cidade pode prevenir-se”²⁴. Fílon de Alexandria na *De Migratione Abrahami* (33, 185) recorrendo à tradição bíblica (Gen 12, 1-6) já havia utilizado a similitude entre o corpo e a família, instituição no interior da qual se verifica a dualidade entre o amo e os seus dependentes²⁵, numa relação hierárquica.

Vemos assim que por meio de uma cadeia de analogias, o corpo humano é identificado com o universo, o mundo, a sociedade, o Estado, a cidade e a família e que este jogo de semelhanças está largamente difundido no discurso político ocidental. A

²² João de Salisbúria, *Policraticus*, vol. V, trans. Cary J. Nederman, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 67; Cf. Michel Senellart, *As Artes de governar do regime medieval ao conceito de governo*, tradução de Paulo Neves, São Paulo, Editora 34, 2006, nota 117, p. 151.

²³ Takashi Shogimen rompe com as narrativas convencionais da história da teoria política ao estudar o corpo humano enquanto aplicação do conhecimento médico coevo aos problemas e ideias políticas (Cf. Takashi Shogimen, "The Analogy of the Body Politic in European and East Asian Political Thought" *Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Hilton Chicago and the Palmer House Hilton, Chicago, IL, Sep 02, 2004. 2008-10-22* http://www.allacademic.com/meta/p59070_index.html.)

²⁴ Espinosa, *Op. cit.*, p. 100.

²⁵ Godefroy de Saint Victor, *Microcosmus*, Livro II, Lille and Gemblous, Philippe Delhay, 1951, p. 31, citado em George Boas, "Macrocosm and Microcosm" in Philip P. Wiener (ed.), *Dictionary of the History of Ideas*, vol. 3, New York, Charles Scribner's Sons, 1974, p. 128.

atração pelo imaginário corporal na elaboração de teorias orgânicas da comunidade política tem origens antigas constituindo uma enraizada tradição retórica na história do pensamento europeu. As metáforas orgânicas permitem “visualizar” a comunidade política, intangível, em suma uma abstracção. Com efeito, no essencial, permitem facilitar a conceptualização do poder, da autoridade e ainda defender o *status quo* hierárquico. Interessa agora considerar mais detidamente a sociedade corporativa no propósito de avaliar se esta alegoria orgânica se resume a mero engenho retórico.

1 - A Sociedade Corporativa

Na sociedade corporativa, fundada em princípios de ligação orgânica, os indivíduos-membros, dotados de um estatuto e de uma função própria, ocupam um lugar determinado na hierarquia social. A harmonia e a estabilidade da ordenação natural é assegurada por laços de solidariedade no seio da comunidade²⁶, sendo o bem comum o objectivo último desta sociedade de poderes e obrigações partilhadas. Por esse motivo, Francisco Manuel de Melo, historiador e diplomata, refere que “entre a cabeça e mais partes do corpo humano convém que haja grande conformidade, para que vivamos com saúde”²⁷. Se no sistema político, o soberano desempenha a função de cabeça²⁸, no corpo místico é substituído por Cristo, “o Deus que foi num tempo corpo humano”²⁹ e representante da unidade dos cristãos. A imagem corporal torna acessível a mensagem traduzida na injunção que determina uma total fidelidade e obediência ao seu Senhor, seja ele pai, rei, papa ou Deus. A existência de uma homologia entre a reverência a um senhor e o serviço prestado à divindade foi assinalada pelos historiadores³⁰. No seio da comunidade todos deveriam considerar-se membros de um *corpus politicum sive mysticum*, incorporando a transcendente essência divina³¹. Nesta leitura ordenada do mundo, afirma-se a convicção de uma unidade funcional entre a totalidade dos componentes do universo, uma ordem cósmica, por sua vez escondida e sagrada. Para alcançar a harmonia e a estabilidade, todos os seres deveriam cumprir as funções que

²⁶ Cf., Pedro Cardim, *O poder dos afectos : ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, tese de doutoramento em História, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

²⁷ Francisco Manuel de Melo, *Carta de Guia de Casados*, Mem Martins, Europa-América, 1992, p. 60.

²⁸ Cf., António M. Hespanha, *História das Instituições: épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982, pp. 187 segs.

²⁹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto VI, 24.

³⁰ O paralelismo foi estudado por José Adriano de Carvalho e citado em Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 237.

³¹ Hélène Merlin-Kajman, « Le moi dans l'espace social. Métamorphoses du XVIIe siècle », in Laurence Kaufmann e Jacques Guilhaumou (dir.), *L'Invention de la Société. Nominalisme politique et science sociale au XVIIIe siècle*, Paris, Ecole des Hautes études en Sciences Sociales, 2003, p. 24.

lhe estavam consignadas. Cada movimento e acções adequando-se à sua íntima natureza, e daí participando cada qual na obra comum. Os movimentos próprios, “naturais”, concorriam para impulsionar o movimento geral do sistema³². Movimento natural e movimento ordenado são pois sinónimos e tudo ocorre como se a natureza tivesse previsto o que deveria acontecer. Sendo a natureza o princípio e causa do movimento³³, é ela que determina comportamentos e funções. Consequentemente, a mudança era indesejável, já que um ser nunca se realiza tão perfeitamente como no lugar que lhe estava prescrito na ordenação natural³⁴. Neste esquema imutável, esperava-se que o homem respeitasse a natural disposição das coisas de forma a contribuir para o bem comum.

A manutenção da ordem na vida comunitária e a coesão da sociedade do Antigo Regime tem vindo a ser descrita³⁵ como resultado de laços amorosos e mecanismos associados aos afectos que activam uma série de deveres e obrigações, as “coisas mais poderosas com os homens: amor, e obediência”³⁶. Estamos perante uma comunidade fundada no amor e em vínculos de entreajuda. No processo de sociabilização firmavam-se compromissos afectivos, os quais implicavam a fidelidade, a obediência e o respeito. Antes de mais, seria no seio da família que as normas se impunham. A família é entendida em sentido romano, bastante alargado por assentar quer na consanguinidade, quer na propriedade, incluindo filhos e demais parentes, criados e servidores vários. Cada qual com uma posição bem definida no grupo, sendo fixa a ordem do agregado doméstico e as suas regras precisas e imutáveis, e por isso geradora de previsibilidade e estabilidade. A família possuía os seus próprios mecanismos de governo e, enquanto

³² Idem, *ibidem*, p. 100.

³³ Idem, *ibidem*, p. 130.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 27.

³⁵ Ver por exemplo, António Manuel Hespanha, “Las categorías del político y del jurídico en la España Moderna”, *Jus Fugit*, 1994, 3-4, pp. 63-100; Pedro Cardim, *Op. cit.*

³⁶ Francisco Manuel de Melo, *Op. cit.*, p. 27.

instituição patriarcal, a posição preeminente pertencia ao *paterfamilias*. Este era investido de uma autoridade (*patria potestas*) praticamente absoluta sobre os restantes membros. A família era assim uma unidade, uma instituição soberana e auto-suficiente, representada por uma só pessoa jurídica. A comunidade em geral resultava das alianças entre as diversas famílias, sendo o casamento a união por excelência. A coesão é assim garantida entre clãs familiares próximos e semelhantes. Seria apenas nos contactos estabelecidos com aqueles que tinham uma identidade familiar diferente que a regulação jurisdicional era indispensável. Nesta sociedade corporativa que, entre outros, Francisco Manuel de Melo explana, a justiça e o direito positivo incidiam sobretudo nas relações estabelecidas fora do universo familiar, sendo a administração doméstica entendida como uma questão essencialmente moral. Isto prova que o amor e a amizade eram um poder em si mesmos, actuando silenciosamente na intimidade do quotidiano. Ao insistir nesta componente política podemos compreender como, em última análise, os afectos acabaram por constituir uma das directrizes básicas da organização da vida comunitária durante vários séculos. O amor como uma força fundamental estabelece a ordem e unifica o corpo da comunidade.

A estabilidade da comunidade, assentando em grande parte nos afectos pode ser entendida como paradoxal. Todos conhecemos por experiência própria, sem falar de uma imemorial herança literária e poética, a inconstância e a incerteza das emoções, tal como da força do amor e da amizade como fonte de perturbação da ordem estabelecida ou factor de inversão das suas normas. Surgiu assim, no quadro desta sociedade corporativa, a necessidade teórica de distinguir diferentes tipos de amor: “De onde infiro que o amor que se produz do trato, familiaridade e fé [...] para ser seguro e excelente, em nada depende do outro amor que se produziu do desejo do apetite. E

desordem dos que se amaram antes desconcertadamente”³⁷. A criação de dispositivos no interior do grupo, de forma a neutralizar os elementos instáveis, por não contribuírem para o bem comum ao ameaçarem a harmonia da comunidade, foi entendida como necessária. Um desses mecanismos recorria precisamente a uma retórica do amor e da amizade, largamente idealizada e que foi estudada pelo mencionado historiador. A esta literatura se referiu Espinosa do seguinte modo: “Os filósofos concebem os afectos com que nos debatemos como vícios em que os homens incorrem por culpa própria. Por esse motivo, costumam rir-se deles, chorá-los, censurá-los ou (os que querem parecer os mais santos) detestá-los. Crêem, assim, fazer uma coisa divina e atingir o topo da sabedoria quando aprendem a louvar de múltiplos modos uma natureza humana que não existe em parte alguma e a fustigar com sentenças aquela que realmente existe. Com efeito, concebem os homens, não como são, mas como gostariam que eles fossem.”³⁸

Esta retórica assaz utópica, embora não deva ser tomada por um espelho da sociedade, também não deve ser considerada como falsa. Alan Bray vê nela uma sobrevivência das práticas que podiam ser recordadas nos momentos delicados quando as obrigações e amizade eram chamadas a intervir³⁹. O código de honra requeria fidelidade e lealdade nas relações, deixando uma margem considerável a uma inevitável incerteza ética resolvida apenas no concreto, olhos nos olhos e cara a cara. Semelhantes práticas, por entre sinais oferecidos e recebidos, deixaram a amizade na dependência dessa retórica que não podia ser inteiramente assegurada. Por esse motivo as suas convenções e rituais procuravam negociar e transcender as inseguranças nos momentos críticos. Precisamente essa ausência de segurança podia transformar-se em força sedutora e princípio de esperança. É exactamente neste espaço ambíguo e de risco considerável que se movimenta quem é dotado de mobilidade social e para quem o

³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 38-39.

³⁸ Espinosa, *Op. cit.*, p. 73.

³⁹ Alan Bray, *The Friend*, Chicago, the University of Chicago press, 2003, pp. 40-41.

sucesso se funda justamente nas relações sociais que facilitavam, mantinham e poderiam eventualmente transformar. Estes corpos móveis geriam com o necessário virtuosismo a forma de se integrarem confortavelmente nas estruturas de parentesco existentes, nas quais se procedia à troca das mulheres⁴⁰, e assim alcançar posições de poder ou influência. Nesta organização vinculada sobretudo por laços varonis, estes determinavam-se nas relações de fidelidade e obediência aos seus patronos ou mecenas. Este fenómeno atravessa divisões sociais abrindo novos espaços de coesão social precisamente nos pontos onde o sistema simbólico enfatizava a divisão social.

Contrariando a perspectiva estática da sociedade, vemos a Casa essencialmente como um de vida, de dinamismo social e económico. Um lugar de passagem para os adolescentes que deixam a casa dos pais para servirem em Casas de escala social mais elevada, muitas vezes com os próprios pais a receberem crianças em circunstâncias análogas vindas de um patamar social inferior. O movimento de adolescentes entre famílias ligava casa a casa e nesta vasta estrutura, engendrava uma multiplicidade de formas de “parentesco” e assim uma rede complexa de obrigações e de amizade. Esta era a teia social que mantinha a coesão do reino⁴¹. Consequentemente, o indivíduo vivia assim numa potencial pluralidade de famílias, no estrito sentido do termo. O efeito acumulativo envolvia a família numa muito mais vasta rede de amizades que jamais o simples parentesco numa sociedade de linhagem poderia propiciar. Dependente de uma grande casa aristocrática, um grupo estava assim ligado pelo parentesco ou ligações de família de sentido alargado e podia ser definido de diferentes formas. Ou seja, em termos de relações de sangue ou por coabitação ou ainda meras ligações de clientelismo

⁴⁰ “A mulher funciona como um objecto de troca a fim de criar uma relação social, a fim de proporcionar (para o marido) uma posição social superior, ela é pois um objecto precioso - de valor simbólico múltiplo e complexo” (Maria Helena da Cruz Coelho, Leontina Ventura, “A mulher como um bem e os bens da mulher”, Sep. *Actas Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986, p. 11.

⁴¹ Alan Bray, *Op. cit.*, p. 105.

estabelecidas para toda a vida. A domesticidade tanto incluía o jovem pajem, como o secretário ou ministro do reino, ou ainda qualquer membro da grande Casa real. Em relação a esta, é de sublinhar que o conceito de “criado” incluía a própria nobreza.

Estamos perante uma sociedade regida por uma ética de serviço e de reverência, sistematicamente assumida nas trocas epistolares. Assim, uma carta podia ser simplesmente rematada por um “amigo e servidor de V. S.” ou “amigo e criado de V. M.”. Poderia ainda ser mais extensamente subscritas como algumas de José da Cunha Brochado, “para tudo o que se oferecer do serviço de V. S^a lhe dedico toda a minha obediência”⁴². Ou ainda como a que foi dirigida ao soberano de Espanha e assinada pela mão do Infante D. Manuel, um “humildisimo y fidalissimo esclavo”⁴³. Estes homens ao fazerem parte de uma casa, seja a do rei ou a do camponês, ligavam a ela o seu destino e dedicando-se inteiramente ao seu amo. Ainda que possa surpreender o uso da palavra “escravo”, esta remete para um conceito tradicional de serviço.

No século XVIII, esta concepção de serviço era já largamente criticada, como veremos, sem deixar de continuar a prevalecer no código de honra nobiliárquica. Importa referir que a honra era uma condição social e um princípio distribuidor de privilégios, baseada numa política da graça, que assegurava a legitimação do poder estabelecido⁴⁴. Sendo um instrumento para manter a ordem hierárquica da sociedade, convertia o que era “justo” em realidade *de jure*, cuja importância advém sobretudo das inerentes vantagens materiais e sociais. Por homem honrado entendia-se a condição decorrente da nobreza de nascimento, distinção que não expressava um sentimento de dignidade nem uma qualidade moral individual, tal como hoje o entendemos.

⁴² “Carta de 4 de Maio de 1698”, in José da Cunha Brochado, *Cartas*, p. 16.

⁴³ “Infante D. Manuel a Filipe V de Espanha de 2 de Março de 1741”, AGS, Estado, Portugal, leg. 7362.

⁴⁴ José Antonio Maraval, *Poder, honor y elites en el siglo XVII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1979, p. 8.

Queremos desta maneira acrescentar à tradicional concepção de uma sociedade unida por alianças matrimoniais e relações familiares em que a mulher se apresenta como um bem de troca precioso⁴⁵, a movimentada circulação de pajens, criados e demais servidores, entendidos como prolongamentos corporais do amo. O criado “dava-se” ao amo e tornava-se o “seu homem”, sendo comum o amo referir-se a ele dizendo: “ele é meu”⁴⁶. O político Johan van Oldenbarnevelt que protegeu a carreira do autor do *Mare Liberum*, referia-se a este como “o meu Grócio”⁴⁷. Alan Bray considera o fenómeno como o “dom do corpo do amigo”. Aquele que fazia parte de uma casa, dava corpo, bens e a própria vida se necessário, de acordo com o princípio da fidelidade incondicional. Em contrapartida, poderiam eventualmente escapar à condição de origem e beneficiar de um estatuto de favor.

A condição de serviço inicialmente estava sempre associada à ideia de aprendizagem e à educação. Michel de Montaigne aprova este costume: “é um excelente costume da nossa nação que nas casas nobres os nossos filhos sejam recebidos para lá serem criados e educados como pajens como escola de nobreza »⁴⁸. A tradição levava a recrutar estes jovens nos locais onde a nobreza tinha o património. Terras e aldeias dos grandes senhores eram reservas de pajens e domésticos para as suas próprias casas como o eram também para os seus regimentos⁴⁹. Seguindo o exemplo da casa do rei, quase exclusivamente masculina, em todos os níveis encontramos o serviço varonil, até meados do século XVI, por ser considerado o mais prestigiante⁵⁰. Sendo a casa real o modelo a imitar, com reserva contudo de uma distância respeitosa, esta noção de casa não era privilégio da alta sociedade ou às grandes casas senhoriais, mas reproduzia-se

⁴⁵ Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “A mulher como um bem...”, *op.cit.*, p. 11.

⁴⁶ Jean-Pierre Gutton, *Domestiques et serviteurs dans la France de l'Ancien régime*, Paris : Aubier Montaigne, 1981, p [17].

⁴⁷ Eric Wilson, "On Heterogeneity and the Naming of DE INDIS of Hugo Grotius" in *Journal of the Philosophy of International Law*, Vol. 1, No. 1, 2006, p. 97.

⁴⁸ Citado em Jean-Pierre Gutton, *Op. cit.*, p. 14.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p 50

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p 29.

aos níveis mais modestos do artesão ou do camponês. No entanto era nas hierarquias mais elevadas - as casas nobres – que oferecia um nível educativo de excelência. O pajem podia aí receber uma educação em artes cavaleirescas, montar, caçar, praticar o tiro ao arco e eventualmente adestrar-se nas artes da cortesia. Ao fazerem parte da família, numa acepção ampla, passava a estar ligado a um senhor por laços de protecção, em que a hospitalidade pressupunha uma grande diversidade de benefícios. Passava pelo oferecimento da amizade, muitas vezes de uma confiança absoluta, da confidência e ainda de uma remuneração, essencialmente em espécie: alimentação, vestuário e alojamento.

Para Hugo Grócio, as crianças precisam de ser educadas e conduzidas por quem tenha uma perfeita capacidade de julgamento. Note-se nesta afirmação uma alteração fundamental uma vez que, ao sublinhar as faculdades racionais do tutor substitui a deferência às hierarquias promovidas pelas linhagens aristocráticas, pelas quais seria dada primazia à casa dos Grandes. Para Grócio, seriam os pais os que estariam naturalmente incumbidos da função, consentindo no entanto a possibilidade de derogarem esta obrigação. Ao admitir a existência de um direito não só sobre as coisas, mas também sobre as pessoas, esta transferência do filho é classificada como uma sujeição privada por consentimento.⁵¹ A arrogação da criança foi caracterizada por Grócio como o oferecimento de uma pessoa a um amo, sem contudo lhe transferir todos os direitos paternais, nem desobrigar o pai dos seus deveres. O pai apenas confiava o filho a outro que decidia sustentá-lo, substituindo-o neste propósito. O humanista Erasmo compara este acto com a tradicional passagem da mulher, do pai para o marido, concebida como uma transferência de propriedade, uma transferência da mente e do corpo da mulher.

⁵¹ JBP II.5.26.

De acordo com a mentalidade da época, os homens não nasciam, mas eram construídos, ou seja, teriam de ser transformados em homens, o que não podia acontecer pelo processo natural de crescimento desprovido de assistência. Philoponus diz ao futuro amo: “Trago-lhe o meu filho para fazer dele um homem a partir da besta.”⁵² Grócio considera as crianças sem uso pleno da razão, vivendo numa forma de existência algo embrutecida,⁵³ e assim sem capacidade para se governarem a si mesmas. A base ideológica é pois a noção da necessidade de uma instância civilizadora e a ideia de que os homens teriam de ser introduzidos na ordem simbólica da masculinidade, em função da qual teriam de agir durante toda a vida. Os actos de instituição eram o garante da virtude que tinha de ser incorporada, sendo necessários para a transmissão de um saber precioso. Fundavam o processo pedagógico pelo qual se comunicavam ao longo de gerações os segredos de uma sabedoria e a identidade social, ou seja, “os mistérios da autoridade masculina.”⁵⁴

A disciplina privada exercida pelo Senhor, numa linguagem por vezes corporal, pretendia expressar uma posição social de dominação. Bater e castigar são actos pensados como meio de transferência de informação, e assim implicando a própria educação.⁵⁵ A instituição de um homem passava pelo segredo partilhado da *dolorem infandum*, a dor a não falar.⁵⁶ Não é o gesto em si, mas o significado social do gesto que é importante pois é através dele que se define a hierarquia. O patriarca ou o pedagogo exercia uma por vezes imprevisível forma de violência, a qual resultava claramente num ritual político, em que o pedagogo assumia a autoridade soberana do monarca ou

⁵² Erasmo de Roterdão (1466-1536) citado em Alan Stewart, *Close readers: humanism and sodomy in early modern England*, Princeton, Princeton university press, 1997, p. 103.

⁵³ IBP II.5.2.1.

⁵⁴ Os actos de instituição que tanto interessaram o sociólogo Pierre Bourdieu, constituíam o garante da virtude masculina. (Cf. Pierre Bourdieu, *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998); Ver também David Halperin, « Why is Diotima a woman ? », in David Halperin et al., *Cent ans d'homosexualité et autres essais sur l'amour grec*, trad. de Isabelle Châtelet, Paris : EPEL, 2000, p. 288.

⁵⁵ Alan Stewart, *Op. cit.*, p. 100.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 121

magistrado.⁵⁷ Sendo a autoridade patriarcal e a família o nível mais fundamental da formação das consciências neste período, a ordem nas famílias era necessária para a ordem no Estado. O Padre António Vieira defende estes métodos seculares, por ele entendidos como actos purificadores: “E posto que todos devem aceitar estes castigos e açoites como da mão de Quem os dá, e procurar aplacar a Sua divina justiça tão merecidamente provocada, saibam [...] que o mesmo Deus que os castiga os ama, antes porque os ama os castiga, e que depois de castigados e purificados com esta tribulação os há-de fazer *vasos escolhidos da sua glória*.”⁵⁸ A intimidade do corpo pode ser entendida como um instrumento pelo qual as relações sociais podem ser estabelecidas e ter um significado. Toda a disciplina privada exercida pelo patriarca, administrador do próprio como do corpo dos seus dependentes, revela o poder que detém precisamente a partir de pontos inomináveis, tal como demonstraram os trabalhos de Foucault. Henrique Tavares, pajem do conde de Vila Franca, “com medo do ditto Conde não ousou resistir”⁵⁹. Inserido em relações desiguais, a autoridade é justificada por um discurso da necessária virilidade para tornar alguém responsável.

Um jovem ao entrar ao serviço de um senhor, passando a depender do seu favor e a beneficiar eventualmente de uma educação cortesã e militar, submetia-se ao rigor pedagógico dos métodos disciplinares de tradição romana. Estes jovens assistiam os filhos da nobreza e serviam de companheiros em todas as ocasiões. Era frequente andarem em bando pela cidade e na sua passagem deixarem uma onda de violência ocasionando incidentes de ordem pública⁶⁰. António Coelho Gasco justifica estas práticas: “Depois de passada a meninice se exercitam no militar jogo das pedradas [...] do qual guerreiro exército têm saído grandes homens nas armas, e tidos por soldados em

⁵⁷ Idem, *ibidem*, 85.

⁵⁸ Padre António Vieira, *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007, p 100. [itálico nosso]

⁵⁹ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, procº nº 975, fl. 5v.

⁶⁰ Jean-Pierre Gutton, *Op. cit.*, p. 21.

toda a ocasião”⁶¹. No segunda metade do século XVII português, num momento em que estes hábitos passaram a ser tidos por “maus costumes”, “os que entravam nele pareciam mais gladiadores entre os Romanos, que tiradores de funda entre os Portugueses”⁶². Este tipo de práticas ajudavam a articular a distinção entre a juventude e a idade adulta⁶³. O estatuto intermédio era simbolizado pela falta da mais visível das características masculinas: a barba. Aos 21 anos, a João Lobão “lhe começa a barba a apontar”⁶⁴, enquanto com 25, André Botelho de Arruda ainda se encontra “sem barba”⁶⁵. Na estrutura hierárquica etária e dentro das concepções relacionadas com as etapas da vida, o momento de transição era definido pelo aparecimento da barba. Esta era um símbolo da honra masculina sobre a qual se jurava ou insultava⁶⁶: “Dom António [de Alcáçova] o ameaçou [António de Saldanha] pondo a mão na barba e no peito, como quem dizia que lho havia de pagar”⁶⁷. Homens competiam e por vezes lutavam entre eles por causa dos rapazes⁶⁸. A juventude, enquanto etapa da vida marcada pela ambiguidade sexual, ainda não era percepcionada em função das categorias que mais tarde ajudaram a esclarecer as distintas modalidades da adolescência. Na tradição da lei romana, a partir dos 14 anos para os rapazes e dos 12 para as raparigas, só então considerados responsáveis pelos seus actos⁶⁹, os trâmites de

⁶¹ António Coelho Gasco, “Primeira parte das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa império do Mundo, e Princeza do Mar Oceano”, sep. do *Archivo Bibliographico da Universidade de Coimbra*, vol. IX-XII, (1924), p. 184; citado em Diogo Ramada Curto, “Grupos de rapazes, violência e modelos educativos” in Diogo Ramada Curto, *Cultura Escrita, Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 194.

⁶² Fernando Correia de Lacerda, *Catastrophe de Portugal*, Lisboa, Miguel Manescal, 1669, p. 22; citado em Idem, *ibidem*, p. 193.

⁶³ Michel Rocke, *Forbidden Friendships: homosexuality and male culture in Renaissance Florence*, New York : Oxford University Press, 1996, p. 111.

⁶⁴ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, procº 789, fl. 3.

⁶⁵ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Cadernos do nefando, Cadº 9, 1651-1652, Livº 137, f. 9.

⁶⁶ Khaled El-Rouayheb, *Before Homosexuality in the Arab-Islamic world, 1500-1800*, Chicago, The University of Chicago Press, 2005, p. 26.

⁶⁷ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Cadernos do Nefando, Cadº 9, 1651-1652, Livº 137, f. 292.

⁶⁸ Anthony Fletcher, *Gender, Sex and Subordination in England 1500-1800*, New Haven ; London, Yale university press, 1995, p. 33.

⁶⁹ Michèle Janin-Thivos Tailland, *Inquisition et société au Portugal: Le cas du tribunal d'Evora (1660-1821)*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001, p. 320.

um julgamento seguiam praticamente os procedimentos aplicados a um adulto. Assim, temos condenações por pecado nefando da parte do tribunal do Santo Ofício, aplicadas a jovens de 12 ou 13 anos. Isto, como se a criança, sem transição, entrasse directamente na idade adulta. Fora dos tribunais civis e da inquisição, a mocidade era um período da vida de um rapaz bastante longo. Período em que os excessos eram tolerados como sendo “um toque de juventude”⁷⁰. A mudança consistia em saber incorporar os predicados do homem adulto, passando necessariamente a exercer com moderação, o domínio e o mando.

Estes pajens e criados estavam ligados ao senhor motivados pela esperança de recompensa, o que traduz uma grande ambiguidade em matéria de remuneração, propiciando um ambiente de emulação no desfrutar da afeição do amo. Além do mais, o senhor deveria casá-los, obter lugares e cargos e orientá-los na vida. Podemos ler num processo inquisitorial “que Luís de Faria veador do Conde de Vila Franca he inimigo capital delle Reo [André Botelho de Arruda] e era a cousa da inimizade, porquanto fallando elle com o Conde mais veses, e vendo que elle o estimava lhe tinhao grandes envejas”⁷¹. E que o capitão Bartolomeu de Frias “he inimigo delle” por ter querido ser “Almotacel na cidade de Ponta Delgada elle reo o encontrou para que o não fosse e com effeito o não foi”⁷². Dependia assim do gesto do patriarca a posterior definição das hierarquias entre os pajens e restantes criados e, em última análise, determinava o lugar de cada um na sociedade. Francisco Manuel de Melo mostra a sua desconfiança, comum aos moralistas seiscentistas relativamente a estas antigas formas de organização social: “Introduziu o costume, ou o diabo inventou, uma sorte de pajenzinhos [...] sou muito contra ele, porque entram e saem, são espertos e artistas, tomam cio com o favor.”⁷³ Na

⁷⁰ Anthony Fletcher, *Op. cit.*, p. 93.

⁷¹ IANTT, “Processo de André Botelho de Arruda”, *Inquisição de Lisboa*, proc. 3725, fl. 36v.

⁷² Idem, *Ibidem*, fl. 37.

⁷³ Francisco Manuel de Melo, *Op. cit.*, p. 33.

confissão, António Frias Pereira disse que “não fazia aquilo por gosto, senão por comprazer ao dito conde [de Vila Franca], esperando dele bem-fazer.”⁷⁴

O costume ditava a prática da gratificação em diversas circunstâncias como reconhecimento pelos bons serviços prestados. Também com grande frequência, estes dependentes, eram lembrados e beneficiados nos testamentos. O 3º conde da Ribeira Grande, D. Luís Manuel da Câmara, distingue entre os demais, os serviços prestados por um dos seus criados: “quero que todos os criados que me servem sejam atendidos em especial os meus dous valy de chambre que me meresse particular atençam e com maior sera remunerado hum delles que se chama Domingos Ferreira que tem comigo contas e merece ser tratado com mais largueza”⁷⁵. A rainha D. Bárbara de Bragança não esquece no testamento mencionar o seu protegido, o cantor Carlos Farinelli, assim como o seu mestre de música Domingo Scarlati⁷⁶. Esta prática pretendia valorizar a gratidão e a graça, ambos constituindo “o cimento da disciplina das solidariedades clientelares”⁷⁷, escreve António Hespanha. Os criados, no seu sentido amplo, normalmente eram pagos no momento em que cessavam os respectivos serviços ou, quando sentindo necessidade, solicitavam um acerto de contas. Pedidos frequentes, por exemplo, podem ser encontrados na correspondência dos diplomatas portugueses nas cortes estrangeiras.

A amizade foi definida no dicionário de Rafael Bluteau como sendo para “os pobres, património, para ricos, alívio”⁷⁸. Esta ligação vantajosa para ambas as partes faz relembrar a alegoria pictórica do olmo e da vinha, símbolo da união perfeita e harmoniosa⁷⁹. O conceito de amizade está dificilmente desligado do conceito de serviço, convivendo nas relações hierárquicas e desiguais. Estamos perante uma comunidade

⁷⁴ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Nefando nº 9, Livº 137, fl. 185.

⁷⁵ «Testamento do Conde da Ribeira Grande, D. Luís Manuel da Câmara, Lisboa Ocidental, 28 de Setembro de 1723», IANTT, *Ministério do Reino*, cx. 746, ff. 5-5v.

⁷⁶ “Tabla de la variedad de vienes que comprende esta copia del imventario de la señora reyna Dª. María Bárbara de Portugal, 1760”, Real Biblioteca do Palácio Real de Madrid, II/305, f. 73v.

⁷⁷ António Hespanha, *Op. cit.*, p. 50.

⁷⁸ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, p. 70.

⁷⁹ Cf. Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 117.

com um ideal de reciprocidade no serviço, em que os criados ofereciam os seus préstimos em troca de protecção em todos os momentos da vida. Desta troca poderia resultar a mobilidade social, com a possibilidade efectiva de certos criados atingirem posições hierárquicas relevantes. Para o amo a relação também poderia ser bastante vantajosa.

Os domésticos dos Grandes formavam uma pequena comunidade que poderia contribuir para fazer da Casa do Senhor o centro, senão de um bairro, pelo menos de uma rua ou de uma praça⁸⁰. Considerados como um instrumento político a ser usado pelos Grandes, defendendo o seu amo acima de tudo, funcionavam como “tentáculos humanos”. Grócio cita o conselho de Demócrito exortando o amo a recorrer aos “criados como usas as partes do teu corpo: diferentes para propósitos distintos”⁸¹. Pelos laços de fidelidade entre servidores e amo, como detentor do domínio ou do “mando”⁸², este poderia encaminhá-los para os mais diversos ambientes e lugares. Muitas vezes a grande distância, e aí continuar a exercer, a sua influência económica e política. Na mais alta escala social significava representar o rei nas cortes estrangeiras ou combater nos seus exércitos. Grócio esclarece que ao referir-se aos instrumentos de guerra, está a aludir aos próprios homens⁸³. Para este humanista, qualquer pessoa que servisse outra era vista como um instrumento. E assim, poderia ser mencionada como substituto das “nossas mãos”⁸⁴. Rafael Bluteau, a propósito da mencionada definição de amizade, escreve no mesmo sentido: “para a execução muitas mãos, muitos olhos, & muitos braços, nos perigos, & calumnias, muitas bocas, que o defendem”⁸⁵. Os laços de

⁸⁰ Jean-Pierre Gutton, *Op.cit.*, p. 19.

⁸¹ *De Indis*, p. 94. Neste trabalho referiremos ao título da publicação oitocentista, *De Iure Pradae*, como *De Indis*, por Grócio se ter referido ao manuscrito como “Sobre os assuntos das Índias” (*De rebus Indicis*) (Cf. Edição consultada: Hugo Grotius, *Commentary on the Law of Prize and Booty*, Tradução de Martine Julia van Ittersum, Indianapolis, Liberty Fund, 2006).

⁸² Rafael Bluteau, “Domínio”, in *Op. cit.*, p. 156.

⁸³ *De Indis*, p. 94.

⁸⁴ *De Indis*, p. 95.

⁸⁵ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, p. 340.

fidelidade entre a “criadagem” e os Grandes, podiam na realidade ser entendidos como uma ameaça política. Por esse motivo, no momento em que, na corte francesa, o cardeal de Retz caiu em desgraça, Luís XIV expulsou de Paris todos os domésticos e restante clientela (“tous ceux qui ont charge de ses affaires et agissans pour ses interestz”⁸⁶), bem como as respectivas famílias e seus domésticos. O exílio do cardeal arrastou por conseguinte uma multidão de dependentes que deveriam ficar afastados pelo menos vinte léguas da Corte sem possibilidade de retorno à mesma sob qualquer pretexto. Em sentido inverso, a condenação de um criado era vista como uma ferida aberta no corpo do amo. É nesta mesma linha que podem ser entendidas as sentenças proferidas pelo tribunal da Inquisição contra os servidores do Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz de Mudela. A infâmia das condenações por sodomia em 1586 e 1587, de João de Aranda de Contreiras⁸⁷, seu pajem, António moço⁸⁸, um ex-criado seu e ainda Osmã⁸⁹, cativo turco e despenseiro do mesmo marquês, acompanham a sua desgraça política junto de Filipe II de Espanha. Depois de uma vida dedicada a inúmeras campanhas navais, em que sobressaem a participação na batalha do Lepanto e o saque da cidade de Angra, submetendo a ilha Terceira em 1583 à obediência espanhola, o marquês acabou por morrer em Lisboa em 1588, pouco depois das referidas condenações.

Trabalhos recentes de tipo quantitativo sobre os processos da Inquisição têm refutado a ideia que a sodomia tenha sido uma prática frequente entre os nobres, um vício de aristocratas e de gente instruída, tal como ficou registado nos cantos XV e XVI do *Inferno* de Dante. As percentagens de condenação apontam sobretudo para camadas da população de nível inferior. Concluindo mesmo esses estudos ser a nobreza o grupo com menos condenações. No entanto, também não é possível distinguir com clareza nas

⁸⁶ « Ordonnance pour obliger les domestiques de M. Le cardinal de Retz de sortir de Paris dans les 24 heures » de 22 de Agosto de 1654 (Jean-Pierre Gutton, *Op. cit.*, doc. n.º 1, p. [223].

⁸⁷ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. n.º 6430.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, proc. n.º 5878.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, proc. n.º 5296. Foi relaxado à justiça secular.

condenações uma nítida diferenciação social⁹⁰. No exemplo em causa, pensamos necessário relativizar estes novos estudos. Tendo em conta que as condenações daqueles indivíduos de mais baixa extracção social podem ser entendidas como um dano na propriedade ou jurisdição do amo, ao qual estavam ligados por laços clientelares, ou por se acharem ao seu serviço. Nestes casos, além de se terem em conta as percentagens dos acusados segundo uma perspectiva sociológica ampla, parece-nos pertinente considerar as relações de dependência para melhor captar o significado das referidas condenações.

A perseguição inquisitorial aos mencionados três servidores, revelou a incapacidade de um homem, o marquês de Santa Cruz, em cumprir o seu papel enquanto *paterfamilias*. Função que pressupunha a capacidade de exercer o domínio sobre os corpos e os desejos daqueles que estavam sob a sua jurisdição. Vemos que o ideal de masculinidade era acima de tudo uma questão de controlo e de domínio (*imperium*). Juan Costa no seu *El Regidor o Ciudadano*⁹¹, escreve: “La casa es una pequeña Republica” e “o regidor ha de *saber regir se a si, su casa, y familia*, para que sepa bien regir su republica”. Somente um homem capaz de controlar os seus impulsos e daqueles que dependiam de si (mulher, filhos e demais criados), teria uma potencial capacidade para preservar a ordem política e promover o bem comum. Rafael Bluteau diz ser a “Económica” uma “das principaes partes da Politica, porque tendo esta por fim o saber governar huma grande multidão de homens, e não sendo huma Cidade outra cousa, que hum ajuntamento de muitas famílias, *quando estas são bem governadas*, tambem será bem governada a Republica, porque quando cada membro faz bem o seu particular officio, todo o corpo está bom, e se conserva são”⁹². A ordem nas casas significava a existência de hierarquias que garantiam a harmonia social, famílias que

⁹⁰ Rafael Carrasco, *Inquisición y Represión en Valência. Historia de los Sodomitas (1565-1785)*, Barcelona, Laertes S.A. de Ediciones, 1985, pp. 13, 137 e 187.

⁹¹ Citado por Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 227. [itálico nosso]

⁹² Rafael Bluteau, *Op. cit.*, tomo II, p. 157 (itálico nosso).

procuravam a estabilidade através da cadeia dinástica e líderes que desempenhassem a autoridade por via do auto-controlo e moderação, formas de distinção de um adulto responsável. A capacidade de governo da sua família e da sua propriedade era observada com grande atenção por todos, pois dela dependia a confiança na atribuição de cargos de gerência em assuntos públicos. A desordem afectiva tornava as fidelidades políticas duvidosas, estando uma e outras intrinsecamente ligadas. Numa ética que oscila entre a honra e a infâmia, o exame social é exercido pela intriga e pela observação atenta, em busca de sinais suspeitos. A este propósito, será interessante referir que a prática informal de encarar a “natureza” humana observando as características físicas para discernir até que ponto o carácter da pessoa pode ser conhecido pelo seu comportamento. Deste prisma, o padre António Vieira descreve o marquês de Montalvão: “Os que conheceram o Marquês sabem quão bem lhe quadra o nome de agudo, pela esperteza natural que tinha em todas suas acções e execuções, e ainda nas feições e movimentos do corpo”⁹³. Num outro comentário, o padre jesuíta refere: “Verdadeiramente é certo que o Marquês muito tempo foi fiel; o modo com que acabou *mostrou que o não fora sempre*. [...] assim como viu a fidelidade do Marquês na aclamação [de D. João IV], assim viu também a infidelidade de sua mulher e seus filhos”⁹⁴. Vemos uma conexão directa entre a infidelidade conjugal ou filial e a infidelidade política ao rei, ou seja, um esbatimento conceptual entre o público e privado, como entendemos hoje.

A infâmia surgia quando era revelada uma inversão do *ethos*, ou seja, quando surgia uma desordem hierárquica entre o masculino e o feminino, sendo o mesmo que dizer entre aquele que exerce o domínio e o submisso, ou entre o activo e o passivo. A Inquisição institucionalizou esta desordem, incluindo-a no termo genérico de sodomia:

⁹³ Padre António Vieira, *Op. cit.*, p. 54.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 19-20. [itálico nosso]

“maiormente estando tam publicamente infamado neste crime como he notório e avera escândalo se contra elle se não usar de alguma demonstração de castigo.”⁹⁵ A censura moral surgia quando havia aparência de prática de excessos dada a uma violenta erupção de um desejo desordenado que punha em causa a estabilidade e a ordem natural da sociedade. “Natural”, neste caso, refere-se a hierarquias e dependências e era sublinhada a moderação no comportamento. É a regra hierárquica de uma relação de desigualdade estruturada que governa as interações sociais e políticas. Aqueles que perdiam o controlo sobre si mesmos, ou por se entregarem a excessos ou por inverterem as hierarquias, deixavam de ser vistos como homens. E aqueles que revelassem incapacidade para colaborarem entre si, também não poderiam ser considerados inteiramente como homens⁹⁶. A perspectiva de perder o estatuto de género e ser reduzido ao nível social das mulheres era, por consequência, uma eventualidade para todos os homens.

A ideia essencial aqui considerada é não corresponderem necessariamente os géneros masculino e o feminino ao sexo anatómico da pessoa em questão. A interpretar com mais proveito em função da tradição cultural do que no âmbito da esfera biológica⁹⁷. Dentro das convenções definidas e aceites, o homem teria que ocupar em todos os momentos uma posição de domínio. O masculino e o feminino correspondem às funções prescritas no quadro das relações de poder alargadas. O comportamento desviante era visto como perigoso quando as normas hierárquicas eram infringidas. Tratava-se então de uma inversão ou de uma mutação da “identidade de género”, em que o homem abandonava o seu “papel masculino” a favor do “papel feminino”. O desvio prova ser menos uma questão de “diferença sexual” mas uma questão de

⁹⁵ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. n.º 3725, fl. 17.

⁹⁶ Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 52.

⁹⁷ Craig Williams, *Roman homosexuality: ideologies of masculinity in classical antiquity*, New York ; Oxford : Oxford university press., 1999, p. 4.

identidade masculina. Os dois sexos não eram simplesmente opostos, pois a mulher era também potencialmente ameaçadora da identidade masculina. Oscila-se assim entre a presença e a ausência do feminino nas construções masculinas⁹⁸.

Seguimos, desta forma, uma recente vaga historiográfica que vê na dependência o critério para definir no plano simbólico o género de cada um. Assim, mulheres e rapazes, “domesticados” sob a tutela do mesmo amo, partilham na estrutura doméstica o mesmo estatuto social e grande parte das mesmas tarefas⁹⁹. Na estrutura caseira, eram percebidos como social e sexualmente equivalentes. Lisa Jardine nota que o erotismo, no período moderno, não era fundado especificamente no género, mas antes no possível parceiro “submisso”, ou melhor, numa expectativa dessa mesma submissão. Na sentença de André Botelho de Arruda, o tribunal do Santo Ofício decidiu que o réu não era punido com a pena ordinária correspondente aos casos de sodomia prevista nos regimentos do Santo Ofício, já que o conde de Vila Franca detinha “a autoridade de amo, além dos mais respeitos que se consideram em sua pessoa.”¹⁰⁰ Ainda que fosse uma prática comum a comutação das penas,¹⁰¹ o interesse deste caso reside sobretudo na justificação apresentada pelos juízes para lhe suavizar a pena.

As ideias antigas sobre a sexualidade masculina pressupunham, em geral, que a parte activa dominasse de uma maneira ou de outra o parceiro passivo ou receptivo, pretendendo salientar o estatuto de subordinação ou de desigualdade. À época, não era a antinomia igualdade/diferença de género, mas antes o binómio domínio/submissão das pessoas envolvidas¹⁰² a impor-se nas relações. O modelo de relação, onde se incluía a dupla função de activo e de passivo, correspondia a uma série de termos antitéticos

⁹⁸ David Halperin, *Op. cit.*, p. 259.

⁹⁹ Lisa Jardine, *Reading Shakespeare Historically*, London, New York, Routledge, 1996, p. 66.

¹⁰⁰ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 3725, fl. 45.

¹⁰¹ Ver António Hespánha, “De la “Iustitia” a la disciplina”, in F. Tomás y Valiente et al., *Sexo barroco y otras transgresiones premodernas*, Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 175-186.

¹⁰² John J. Winkler, “Laying down the law: the oversight of men’s sexual behaviour in classical Athens”, in David Halperin et al., *Op. cit.*, p. 203.

relativamente à idade, sexo e qualidade da pessoa. Grupos subordinados tinham em comum a carência de direitos cívicos, mas não eram subordinados ao mesmo nível. Teoricamente a vida de uma casa era uma mistura de absoluta e graduada estrutura de autoridade. As mulheres eram membros subsidiários, uma autoridade imediata na gestão doméstica, substituindo os maridos durante a sua ausência. Eram por isso companheiras dos seus maridos, ainda que inferiores.¹⁰³

Esta estrutura hierárquica determinava que o parceiro aceitável para um homem adulto da classe dominante jamais deveria pertencer ao mesmo grupo social, com excepção das mulheres. Neste sistema, o sexo era acima de tudo uma declaração da identidade social de cada um e servia como expressão de um *status* público. Reproduzia na intimidade a estrutura da sociedade, em que o monopólio virtual do poder social e político pertencia ao corpo da elite adulta, preferencialmente por aqueles que conservavam a integridade masculina, designados frequentemente por “sisudos”.

A *virtus* masculina consentia relações entre um homem adulto, amo ou mestre, com mulheres e jovens rapazes, sejam eles criados, pupilos ou escravos. Recordando a Antiguidade, sem dúvida a época em que a referida problemática foi mais estudada, é de notar que para os atenienses as relações lícitas eram estabelecidas com indivíduos de estatuto social e político inferior, ou seja, aqueles que não possuíam os mesmos direitos cívicos (mulher, rapazes, estrangeiros e escravos). Segundo esta helénica tradição pederástica, os cidadãos podiam envolver-se abertamente em relações com adolescentes livres que um dia ascenderiam à condição de cidadãos. Envolvendo uma tal relação uma dimensão de algum modo pedagógica, a diferença de idades, perto de uma geração, encarnava o ideal cultural, encarnava o percurso ideal no acesso ao mundo dos adultos. Em termos romanos, relações com um jovem cidadão livre seria considerado *stuprum*,

¹⁰³ Cynthia B. Herrup, *A House in Gross Disorder, Sex, Law and the 2nd Earl of Castlehaven*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1999, p. 71.

comportamento ilícito e sujeito a condenação penal. As relações de um cidadão romano eram possíveis com mulheres ou rapazes (desde que não fossem cidadãos livres) e homens não totalmente masculinos (os *cinaedus*).

Na época moderna, o período aqui especialmente analisado, uma relação íntima entre homens adultos, sobretudo partilhando a mesma condição social, era virtualmente inconcebível. Esta foi uma das normas quebradas, por exemplo, por D. Álvaro Manuel de Noronha,¹⁰⁴ senhor de Atalaia, que confessou ter pecado com o morgado de Oliveira, Luís Francisco de Oliveira¹⁰⁵. Este comportamento manchava irreversivelmente a *virtus* masculina e neste caso mais especificamente o *ethos* aristocrático¹⁰⁶. Um comentário de Espinosa deixou a seguinte crítica: “Mas nós deixamo-nos enganar pela potência e pela cultura, e daí o dizermos muitas vezes, quando dois indivíduos fazem a mesma coisa, que a um deles é lícito, e ao outro não, fazê-la impunemente, não por ser diferente a coisa, mas quem a faz.”¹⁰⁷ A relação lícita homossexual teria então de inserir-se num esquema hierárquico. Aqueles que falhavam em cumprir moderadamente a ética masculina, seriam alvo de suspeita de promoverem a subversão das hierarquias, e daí o perigo de gerarem desordem e instabilidade na sociedade. É precisamente esta disposição hierárquica que figura na maioria dos processos da Inquisição, sendo sobretudo relações de dominação e submissão¹⁰⁸. A análise destes processos permite portanto conhecer, na prática e no concreto, o que a retórica de um discurso simbólico deixava apenas entrever. Os registos da Inquisição, tanto dos processos como dos “cadernos do nefando”, facilitam o conhecimento da extensão das relações e redes, de amplitude tal que se tornam dificilmente mensuráveis. Estudos também recentes sobre

¹⁰⁴ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. n° 806, fl. 3v.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*., proc. n° 993.

¹⁰⁶ Ver Nuno Gonçalo Monteiro, « O *Ethos* da Aristocracia Portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei », *Revista de História das Ideias*, vol. 19 (1997), pp. 383-402.

¹⁰⁷ Espinosa, *Op. cit.*, p. 149.

¹⁰⁸ André Fernandez, *Au nom du sexe. Inquisition et répression sexuelle en Aragon (1560-1700)*, Paris, L'Harmattan, 2003, pp. 301-307.

os processos da Inquisição, e de diversos tribunais, concluíram ser a sodomia, no sentido que lhe atribuímos hoje, uma prática comum entre a população. De facto, para a maioria dos homens, as relações entre eles representavam uma forma corrente de sociabilidade. Integrava profundamente as estruturas sociais e formas de agregação que ajudavam a constituir a cultura masculina. As ligações entre a actividade homossexual¹⁰⁹ e as relações sociais masculinas em geral eram tão densas e inter-relacionadas que não havia uma autónoma e distinta “subcultura”, muito menos no sentido moderno de uma diversidade essencial ou “desvio”. A sodomia, no sentido moderno do termo, não era um comportamento “desviante”, apanágio de uma distinta minoria sexual, mas uma componente da experiência masculina com ramificações sociais alargadas, permeando a sociedade inteira. Além de afirmar uma identidade social viril, tinha um forte carácter colectivo e ajudava a criar e reforçar as hierarquias. Como era um factor dinâmico na interacção entre os indivíduos e vector de coesão social. Este comportamento parece ter sido um complemento dos intensos laços de afecto e obrigações entre os homens, tão característicos da sociabilidade masculina. Laços alimentados, em parte, por associações formais e de vizinhança, solidariedades profissionais e uniões de parentesco. Numa sociedade onde não existia um estado centralizado, a vida de cada particular dependia das solidariedades colectivas que desempenhavam um papel protector. Não se tinha nada de próprio, nem mesmo o corpo. Um indivíduo quando ameaçado, poderia ter a sobrevivência assegurada em função de um qualquer laço de dependência¹¹⁰. A linguagem da amizade fazia parte da linguagem do serviço, convivendo nas relações hierárquicas e era inalienável das lealdades

¹⁰⁹ O termo “homossexual” tem sido considerado uma invenção recente, remontando aos anos 60 do século XIX quando foi usado pela primeira vez pelo escritor austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, no âmbito de um complexo sistema médico-legal, concebido com o intuito de regular a sexualidade humana.

¹¹⁰ Philippe Ariès, Georges Duby (dir.), *Histoire de la vie privée : De la Renaissance aux Lumières*, tome 3, (vol. dirigé par Roger Chartier), Paris, Seuil, 1986, p. 17.

particulares inscritas numa relação afectiva¹¹¹, a qual não era assexuada. Estes laços de amizade tornavam-se assim bastante vulneráveis a acusações de conspiração. Na sua missão judicial de perseguição e de condenação de heresias, surgem frequentemente no formulário burocrático do Santo Ofício, as expressões “tomou amizade com” ou “continuando na dita amizade”. Existe igualmente toda uma literatura piedosa que vai contra esta concepção de “amizade”¹¹². Rafael Bluteau menciona ser a amizade um donativo da natureza que serve “para ajudar a virtude, não para fomentar o vício”. Diz ainda ser “indigno o titulo de amizade [...] fundada em conveniência, ou em sensualidade”¹¹³. Com a mudança das mentalidades e dos costumes, o tipo de amizade descrita anteriormente passou a ser alvo frequente de desaprovação, sobretudo a partir do século XVII, quando passou a qualificar-se este comportamento como “illicito, lascivo, & profano”, sendo “o mayor tyranno das virtudes; de todo o seu poder nenhum bem se pode esperar; nenhuma luz, porque está cego, nenhuma fazenda, porque anda nú, nenhum conselho, porque he menino, nenhuma firmeza, porque nunca despia as azas, nem tregoa alguma, porque sempre anda armado, nem alivio algum porque he açoute dos seus sequazes, & verdugo dos seus vassallos.”¹¹⁴ Cynthia B. Herrup, no seu estudo sobre a famigerada condenação do conde de Castlehaven em 1630, escreve que a acusação alegou que o referido conde em lugar de gerir a sua própria casa, era, na verdade, um servidor dos seus servidores. O conde ficava assim desacreditado no que respeita ao controlo da vontade e quanto à sua masculinidade¹¹⁵. Parece ser esta situação a que refere Rafael Bluteau quando alude aos “açoutes” dos sequazes ou vassallos. Por outro lado, o autoritarismo hierárquico também podia ser uma máscara para os tiranos,

¹¹¹ *Le Courtisan* aconselha o gentil-homem a escolher o seu amo com cuidado, pois a relação é afectiva. (Cf. Jean-Pierre Gutton, *Op. cit.*, p. [17].)

¹¹² Cf. Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 94.

¹¹³ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, vol. I, p. 340.

¹¹⁴ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, vol. I, 346.

¹¹⁵ Cynthia B. Herrup, *Op. cit.*, p. 70.

os quais no uso desmedido da sua força se poderiam tornar “verdugos”, ou seja, pessoas cruéis que infligiam maus tratos aos vassalos. Por aqui se depreende facilmente como nesta cultura do medo, nasceu o mito moderno do sodomita tirânico e sádico. A condenação pressupunha a prevalência da ambiguidade do termo, sendo necessário distinguir entre as formas virtuosas de amizade das viciosas, ou seja, fazer a distinção entre as concepções humanistas e as antigas práticas. No fundo, pretendia dar preferência a um sistema igualitário no seio da amizade, depreciando a sociedade inigualitária que promovia os laços de fidelidade e de amizade inseridos num esquema hierárquico.

Importa assim compreender como surge a noção e o significado de sodomia e de sodomita com intuito de fazer a sua arqueologia conceptual, revelando também desde já a sua característica mutante ao longo dos tempos, e de considerável instabilidade semântica. A perseguição inquisitorial, limitando-se a uma questão quantitativa ou mesmo qualitativa de certos actos registados numa monotonia burocrática, levou ao conceito foucauldiano de sodomita¹¹⁶. Considera-o apenas como uma “categoria de actos proibidos” cometidos por um sujeito jurídico. A acusação, a dinâmica do processo, a interacção social ultrapassam em muito esta definição. A sodomia não é descrita de uma forma neutra, mas sim instituída no âmbito da condenação de certas práticas.

Mark Jordan no seu estudo sobre a sodomia na época medieval, afirma não ter encontrado qualquer menção a este termo antes do século XI. Conclui que a sodomia é essencialmente uma categoria teológica medieval, construída com base em textos

¹¹⁶ Michel Foucault faz a comparação entre a sodomia e a homossexualidade, segundo um discurso especificamente enquadrado pelo código legal e canónico : « la sodomie- celle des anciens droits civil ou canonique - était un type d'actes interdits, leur auteur n'en était que le sujet juridique ; l'homosexuel du XIXe siècle est devenu un personnage [...] L'homosexualité est apparue comme une des figures de la sexualité lorsqu'elle a été rabattue de la pratique de la sodomie sur une sorte d'androgynie intérieure, un hermaphrodisme de l'âme. Le sodomite était un relaps, l'homosexuel est maintenant une espèce. » (Michel Foucault, *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*, (1^o ed. 1976), Paris, Gallimard, 2006, p. 59.

anteriores. O mérito - ou a culpa - de ter inventado a palavra sodomia, deve-se ao teólogo Pedro Damião no seu *Liber Gomorrhianus*. Por derivação ou dedução de um primeiro termo, o do sodomita, o conceito de sodomia foi fabricado com base numa analogia com a blasfémia, o pecado mais explícito de negação de Deus, reagrupando igualmente um conjunto de pecados sob a velha categoria romana de luxúria. A novidade é o nome abstracto que visa localizar a essência de um pecado¹¹⁷, sendo precisamente os procedimentos da abstracção a concorrer para a instabilidade do termo. É a reinterpretação ao longo de séculos elaborada por diversos teólogos, o objecto de estudo do autor. M. Jordan descreve o percurso como o sentido da luxúria passou de uma fraqueza indigna, a convicção cívica da República romana, para, na teologia cristã, a categoria da perversão da natureza humana. Desta forma, a sodomia passou a cobrir sob o mesmo termo genérico o pecado da luxúria, sendo o sodomita um escravo de apetites e paixões propiciando os mais diversos danos. Actos inapropriados e gravosos vistos como o sintoma de um mal, mais amplo, profundo e difuso¹¹⁸. Como já foi referido, a sodomia inicialmente pouco tinha a ver com a igualdade/diferença entre os sexos. O perigo inspirado pelo sodomita não decorria do alvo da sua atenção, mulher ou homem, mas sim da indeterminação dos seus desejos. Estes ultrapassavam indiscriminadamente qualquer limite. O sodomita é pois associado a um desejo solto, movediço e instável, dominando a mente em vez de ser por ela governado. Isto é, evidenciando-se uma falta de discernimento entre o permitido e o interdito, fruto da má gestão da sua economia do prazer¹¹⁹, enfim, uma cegueira de espírito podendo levá-lo à beira da loucura. A sodomia expressava mais o desejo omnívoro, indiscriminado, do que um desejo fixado nos indivíduos do mesmo género. Daqui resultando ser tomada como sinónimo de intemperança. Um vício na medida em que implicava o prazer dos

¹¹⁷ Mark Jordan, *L'invention de la Sodomie dans la théologie médiévale*, Paris, EPEL, 2007, p. 187.

¹¹⁸ Raphael Carrasco, *Op. cit.* p. 49.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 131.

excessos e deleites. Numa cultura moldada pelo princípio da moderação, o sodomita apresentava uma pulsão desordenada e inconstante, inscrevendo-se na esfera do deboche, uma espécie de inversão da vontade manifestando-se em múltiplas desordens secundárias¹²⁰. A ostentação pública destas práticas era objecto frequente de repreensão¹²¹. Por sua vez, a desordem erótica inscrevia-se numa rede causal associada a uma série de vícios: a opulência, ela mesma tida como efeminizante, a arrogância, o desmedido amor-próprio, o orgulho do poder, tudo envolvido no sentimento da ingratidão. E constituindo-se o conjunto destes elementos como origem de todas as desordens espirituais. A luxúria remetendo para o excesso nas voluptuosidades sexuais, qualificava igualmente um grande número de outros excessos como o uso imoderado da bebida¹²². A luxúria é pois associada à embriaguez, mas também à gula (ganância, avareza), para além dos referidos de excessos de natureza sexual. O vício sodomítico não sendo apenas ridículo e vergonhoso, tal como a gula, era igualmente repugnante e tão assustador como são as atrocidades e as barbaridades. Este pecado para além da efeminização está ainda ligado à animalidade¹²³.

Os sodomitas impugnavam a ordem da natureza. Uma ordem, insistimos, que não é sinónimo de heterossexualidade. Numa sociedade fundada no clientelismo e no patronato, a sodomia *enfraquecia* os laços sociais entre os homens. E ocorria, em geral, quando a embriaguez, a agressão ou a “pederastia” perturbavam a paz abrindo uma fenda na ordem social. Os homens mais proeminentes que eram objecto de acusações públicas de sodomia, normalmente não eram sentenciados por este crime.¹²⁴ Mas antes condenados por suspeita de outras formas de corrupção. Como afirma Nicolau Emérico no seu *Manual dos Inquisidores* “quando à má reputação se juntam maus costumes;

¹²⁰ Cynthia B. Herrup, *Op. cit.*, p. 53.

¹²¹ André Fernandez, *Op. cit.*, p. 302.

¹²² Mark Jordan, *Op. cit.*, p. 166.

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 52.

¹²⁴ Cynthia B. Herrup, *Op. cit.*, p. 36.

visto que as pessoas de maus costumes facilmente caem na heresia e sobretudo em erros que originam vida criminosa”.¹²⁵ As infracções à norma social em matéria de sexualidade eram, pois, associadas facilmente ao pecado da heresia e à prática de outros crimes. Ora, são sobretudo os distúrbios que acompanham estas relações homoeróticas que as revestem de uma dimensão particularmente malévola.¹²⁶ A este propósito, entre outros escândalos, D. Rodrigo da Câmara, conde de Vila Franca foi acusado por estupro,¹²⁷ sendo aliás já conhecido pelas intromissões amorosas nos conventos, tendo-se envolvido com diversas freiras de Odivelas, de St. André, de Jesus Cristo e da Esperança.¹²⁸ Foi ainda preso na Torre Velha de Lisboa por repetidas agressões.¹²⁹ Tendo em conta os costumes da época, provavelmente a condenação em 1652 por sodomia só terá sido sentenciada por, este conde, ter um longo cadastro de desestabilização social. O sodomita incorporava uma imoderação e era o excesso que punha a sociedade em perigo. Considerado um homem sem fé nem lei, o sodomita ameaçava a herança familiar, as hierarquias e a ordem, como a sobriedade, a fidelidade e a lealdade. Por esta razão, Alan Bray considera não haver forma de fazer da sodomia algo claramente definido, sendo o estudo histórico objectivo do sodomita uma impossibilidade¹³⁰. A desordem do sodomita não decorre de um facto ou dado estatístico. Parece-lhe mais adequado inserir o sodomita no estudo sobre a amizade, pois este é considerado o inimigo por excelência. Numa sociedade fundada em laços de fidelidade e amizade, o sodomita era visto, como foi referido, como uma ameaça

¹²⁵ Nicolau Emérico, *Manual dos Inquisidores*, Lisboa, Edições Afrodite, 1972, p. 64.

¹²⁶ Cynthia B. Herrup, *Op. cit.*, p. 38.

¹²⁷ Foi acusado de desonrar uma donzela, D. Úrsula de Frias Coutinho, oriunda de uma família da pequena nobreza açoriana.

¹²⁸ Por causa de um destes casos, o de Guiomar de S. Luís do convento da Esperança em Ponta Delgada, o próprio D. Rodrigo da Câmara viu-se obrigado, em 1635, a deslocar-se a Madrid, onde teve de pagar 18 mil cruzados. (IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc.º 11105, ff. 4 e 76).

¹²⁹ D. Rodrigo da Câmara agrediu a António Correia, Senhor de Belas e a Gonçalo Leite Pereira, Provedor dos Resíduos de Ponta Delgada. (IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. Nº 3725, fl. 7; IANTT., *Inquisição de Lisboa*, Cadernos do Nefando nº 9, Livº 137, fl. 8v-9; IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. nº 3529, fl. 178v).

¹³⁰ Alan Bray, *Op. cit.*, p. 319.

potencial. Alguém que é incapaz de lealdade, e é visto como um “lobo para o seu amigo” (*homo homini lupus*), numa alusão a Cícero, a ponto de cair na traição. Pedro Damião dirige-se ao sodomita nestes termos: “Caro irmão, quem quer que sejas”.¹³¹ O tom de compaixão fraterna faz entrever a possibilidade de o sodomita se encontrar em qualquer parte ou meio, podendo integrar o círculo restrito de familiares ou amigos. Odiado e temido, ele é o modelo do falso amigo, do traidor, conclui Pedro Damião.

A sodomia, em princípio, era um crime que ninguém admitiria ser capaz de cometer, tal como o assassinato ou a blasfémia. A sodomia como pecado contra a natureza, efectuava uma injúria contra o próprio Deus, o organizador da natureza¹³² e regulador das suas leis naturais. O pecado provoca uma ruptura dos vínculos (*societas*) que se devem estabelecer com Deus¹³³. Infringir a ordem da natureza era lançar um desafio a Deus, revoltar-se contra Ele. A heresia desafiava a verdade de Deus revelada à sua Igreja. E o pecado nefando punha em causa a ordem divina inserida na natureza. Tomás de Aquino foi peremptório ao afirmar que a sodomia era uma ofensa à lei natural e, como tal, ao próprio Deus que a conferiu à humanidade inteira¹³⁴. O sodomita é um rebelde face à verdade e a falta cometida um *crimen laesae majestatis*. Um crime horrendo contra o soberano, celestial ou terreno: “Perguntado se sabe elle Reo [conde de Vila Franca] que o peccado de sodomia foi sempre castigado por ley divina, natural, e humana, por ser hum dos mais horrendos, e abomináveis peccados e de que mais se offende a *Magestade Divina*.”¹³⁵ É, pois, um crime religioso bem como político. Para os juristas não havia praticamente diferença entre delito e pecado. Ambos transgrediam indistintamente a lei divina e a lei humana introduzindo na vida social um perigoso princípio de desordem generalizada. Nas *Ordenações e Leis extravagantes*, a sodomia é

¹³¹ Mark Jordan, *Op. cit.*, p. 77.

¹³² Idem, *ibidem*, p. 170.

¹³³ Mark Jordan, *Op. cit.*, p. 117.

¹³⁴ Maurice Lever, *Les Bûchers de Sodome*, Paris, Fayard, 1985, p. 41.

¹³⁵ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Proc° 3529, f. 109. [itálico nosso]

equiparada à traição para com a nação, bem como aos atentados de lesa-majestade e ao assassinato voluntário¹³⁶. Já nos textos da moralidade latina, a luxúria era entendida como o oposto às virtudes da república e vista como uma ameaça de uma dissolução social generalizada, a desagregação das ligações necessárias para a manutenção da cidade e, conseqüentemente, do próprio império. A sodomia potenciava confusão e desordem ilimitadas e neste sentido é pensada em termos apocalípticos e políticos. Um acto de violação gravemente punido por desastres e cataclismos de origem divina. A rebelião contra Deus, expressa na proliferação das práticas sodomíticas, é ilustrada pela destruição da cidade de Sodoma¹³⁷.

Sodomita é o nome do habitante de uma cidade bíblica, Sodoma. A sodomia designa a actividade ou vício comum entre os seus habitantes.¹³⁸ Na Bíblia, *Génese* (Gen 18-19), é relatada a violação dos direitos de hospitalidade¹³⁹ devida a todo o viajante, acabando punida com a destruição de duas cidades: “crime, por respeito do qual a ira de Deus abrasa as cidades infames de Sodoma e Gomorra”.¹⁴⁰ Mark Jordan afirma não ter sido Sodoma punida em razão de um pecado explícito, expressando antes a figura retórica da vingança divina em geral. Segundo o referido teólogo de Harvard, Sodoma, inicialmente, não era o topónimo usado para designar uma espécie particular de pecado, mas um lugar de memória que evoca o poder de Deus de julgar. Sendo esta a recordação das conseqüências de uma rebelião contra Deus, a história de Sodoma era

¹³⁶ Luís Mott, “Justitia et Misericordia: A Inquisição Portuguesa e a Repressão ao Nefando Pecado de Sodomia”, in Anita Novinsky and Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte. 1º Congresso Internacional- Inquisição*, São Paulo, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 706.

¹³⁷ Sto Agostinho utiliza nas suas *Confissões* a história da cidade de Sodoma para exemplificar a punição divina (Mark Jordan, *Op. cit.*, Paris, EPEL, 2007. (1ª ed. 1997), p. 47.)

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹³⁹ Os exegetas propuseram recentemente uma leitura sensivelmente diferente dos textos bíblicos. Para eles, o pecado fundamental do povo de Sodoma não seria a homossexualidade, mas a falta de hospitalidade. (Maurice Lever, *Op. cit.*, Paris, Fayard, 1985, p. 12).

¹⁴⁰ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, procº 3529, f. 200v.

evocada sobretudo para serem retiradas lições de obediência¹⁴¹. A tradição teológica foi entretanto convergindo em torno de um vício específico. A referida actividade é explicada como prática de origem externa à cidade. Os que a praticam são forasteiros, bem como seus parceiros. Uma prática sexual vinda de fora é invariavelmente descrita como o efeito de um contágio, de uma peste¹⁴². Epidemia galopante, doença contagiosa, associada à dor de decomposição. Doença que contaminava a terra como a carne do nosso corpo. Sodoma opõe-se, pois, à Jerusalém celeste. Vivendo em situação de exílio, o sodomita jamais poderá ter acesso a este lugar de novo. A não ser que exprima o seu arrependimento e opte pelo exercício de comportamentos ascéticos.¹⁴³

Vemos assim que a sentença de sodomia não era adicionada a uma eventual lista de pecados, mas antes a simbolizava. A figura do sodomita surge essencialmente como uma ameaça constante numa sociedade em que o homem de verdade teria que desempenhar o seu papel mostrando um perfeito controlo sobre si próprio¹⁴⁴ (*potestas in se*). Bem como conduzir os seus actos respeitando a lealdade e a fidelidade para com os outros e para com Deus. Para garantir a jurisdição, Espinosa escreve, “tem de preservar as causas do medo e da reverência [...] Com efeito, para aqueles ou aquele que detém o Estado, é tão impossível correr ébrio ou nu com rameiras pelas praças, fazer de palhaço, violar ou desprezar abertamente as leis por ele próprio ditadas e, com isto, conservar a majestade, como é impossível ser e não ser ao mesmo tempo. Assassinar e espoliar súbditos, raptar virgens e coisas semelhantes convertem o medo em indignação e, por consequência, convertem o estado civil em estado de hostilidade.”¹⁴⁵ As sentenças executadas pelos tribunais vão abrir caminho a uma nova ética comportamental. Ao

¹⁴¹ Mark Jordan, *Op. cit.*, p. 44.

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 16.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 78.

¹⁴⁴ Michel Foucault, *Le gouvernement de soi-même et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983*, Paris, Gallimard, Seuil, 2008.

¹⁴⁵ Espinosa, *Op. cit.*, p. 107.

propor o argumento segundo o qual a procriação deveria consubstanciar por íntegro o desejo erótico, a lei acabou por assimilar o sexual à actividade reprodutiva.¹⁴⁶ O pecado nefando de sodomia passou então a ser considerado como uma prática sexual destruidora da perpetuação da espécie. É todavia interessante verificar que estas condenações acabaram por assimilar os comportamentos considerados desviantes segundo as antigas práticas, ou seja, aqueles que infringiam as hierarquias. Acabando por inclui-los na censura moral das relações que não se baseavam na diferença entre os sexos. Se no tribunal da Inquisição, André de Castilho é perguntado se sabe “e cré ser prohibida qualquer fornicção que não seja a copula conjugal”¹⁴⁷, ao conde de Vila Franca perguntam “se sabe que no sexto mandamento he prohibido todo o género de luxúria”¹⁴⁸. Vemos que no processo de André de Castilho, ao se pretender promover as relações heterossexuais no seio do matrimónio, a sodomia define-se como uma prática homoerótica ilegítima. Por sua vez, no processo do conde de Vila Franca, a definição de sodomia aparece ligada a uma herança romana do termo de luxúria. Neste caso, a sodomia era resultado de uma inversão de hierarquias, intemperança e desordem geral, inserida em relações que poderiam ser igualmente heterossexuais. Somente um exame atento dos processos poderá tornar visíveis estes matizes que, longe de serem meras variações conceptuais, condicionaram de perto os costumes e as mentalidades.

¹⁴⁶ “Perguntado se sabe elle Reo [André de Castilho], e cré ser prohibida qualquer fornicção que não seja a copula conjugal, e em qual dos mandamentos da ley de Deos se prohibe. Disse que no sexto mandamento da ley de Deos he prohibida qualquer fornicção sob pena de peccado mortal, e só he licita a copula entre os ligimamente cazados, e alli o cré bem, e firmamente.” (IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc° 1469, ff. 28-29.

¹⁴⁷ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc° 1469, f. 28.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, proc° 3529, f. 109.



Fig. 1 - O « escravo moribundo » de Miguel Ângelo. (c. 1513-1515).

Departamento de esculturas, Museu do Louvre, Paris.

Numa cadeia de analogias, o corpo humano é identificado nos tratados político-filosóficos com a sociedade, o mundo, o universo. Este homem apesar da sua impressionante musculatura, não exerce qualquer esforço para se libertar das faixas de tecido que o amarram e que comprimem o peito. A sugerida imobilidade e a unidade do corpo enquanto reflexo da divina ordem, significam que esta não é posta em causa. Por sua vez, o homem, situado no centro do cosmos pela Criação, tornava-se exposto a todas as influências astrais, sugerindo a sua extrema servidão e vulnerabilidade aos laços que o unem e o tornam solidário com os outros elementos que o envolvem¹⁴⁹. O

¹⁴⁹ Sébastien Jahan, *Op. cit.*, p. 18.

seu equilíbrio, tão ambicionado como padrão da perfeição humana, depende da correspondência que o une aos animais, às plantas, aos astros e a Deus. Por detrás do escravo moribundo, o macaco sentado sugere a comparação. Poderá simbolizar a infância¹⁵⁰. Espinosa refere a infância como um estado miserável, uma etapa da vida em que dependemos ao mais alto grau das coisas exteriores¹⁵¹. O macaco também representa a pintura (*ars simian naturae*), a arte que imita o espaço, repetindo-o como se fosse um espelho do mundo¹⁵². O homem aproxima-se do animal pelo seu comportamento, nomeadamente quando perde o controlo do corpo e da vontade, ou seja, quando se torna um ser irracional. Podemos observar a sua mão direita a tocar no peito e os dedos da mão esquerda a enterrarem-se numa cabeleira abundante. De temperamento sanguíneo ou emocional, o escravo moribundo parece entregar-se à sensualidade e a dependências afectivas¹⁵³. A crítica humanista, como veremos de seguida, consistirá em revelar como este homem não conhece a verdadeira liberdade, tornando-se escravo de forças ocultas ou divinas, que lhe governam o destino, ligadas em permanência ao corpo, e determinando-lhe todos os gestos do quotidiano.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁵¹ Espinosa, *Ética*, V, 6 e 39; citado em Gilles Deleuze, *Spinoza et le problème de l'expression*, Paris, Les Editions de Minuit, 1968, p. 199.

¹⁵² Michel Foucault, *Les mots et les choses...op. cit.*, p. 33.

¹⁵³ Segundo a análise de S. Vicente de Ferrer, um dominicano valenciano (1350-1419), os Senhores temporais identificam-se com os cabelos, os confessores com as orelhas, os ricos com a boca que come a carne e os membros inferiores correspondem aos trabalhadores obedientes, encarregados de assegurar a subsistência do conjunto (Sébastien Jahan, *Op. cit.*, p. 15).

2 - A Servidão voluntária

A implementação de uma educação humanista entrou em conflito com a concepção de homem e de virtude que vigorava na Europa. Étienne de La Boétie, um humanista francês, em tom exaltado, intervém de forma bastante crítica: “Suportando as rapinas, as extorsões, as crueldades, não de um exército, não de uma horda de bárbaros, contra os quais cada um deveria defender sua vida a custo de todo o seu sangue, mas de um só: não de um Hércules ou de um Sansão, mas de um verdadeiro homenzinho, amiúde o mais covarde, o mais vil, e o mais efeminado da nação, que nunca cheirou a pólvora das batalhas, quando muito pisou na areia dos torneios; que é incapaz não só de comandar os homens mas também de satisfazer a menor mulherzinha!”¹⁵⁴ Revolta-se desta forma contra o *paterfamilias*, culpado pelas mais diversas formas de violência, perdendo o controlo de si mesmo e em consequência tornando-se, na sua perspectiva, incapaz de comandar os outros. A sua autoridade baseava-se na ordem hierárquica estabelecida, assegurada por deveres de reverência e de obediência. A obediência a um senhor é definida por Francisco Rodrigues Lobo (1580-1622) como uma disposição para “acomodar a vontade com a sua em *um voluntário e forçoso cativo* e daqui nasce que, os que pretendem, vivem em pobreza porque não podem ter próprio enquanto dependem de favores alheios”¹⁵⁵. O atrás mencionado humanista francês, indignado com o existente sistema de obrigações reverenciais, escreveu no seu discurso sobre a servidão voluntária: “Mas, valha-me Deus!, o que é isso? *Como haveremos de chamar esse vício, esse vício horrível?* Não é vergonhoso ver um número infinito de homens

¹⁵⁴ Étienne de La Boétie, *Discours de la Servitude Volontaire (ou le Contr'un)*, (1a ed. 1549), Bruxelles et Paris, Chez les marchands des Nouveautés, 1986, p. 52.

¹⁵⁵ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 291. [itálico nosso]

não só obedecer mas rastejar, não serem governados mas tiranizados, não tendo nem bens, nem parentes, nem crianças, nem sua própria vida que lhes pertençam?”¹⁵⁶

No sermão dirigido aos peixes (1654), o Padre António Vieira pretende igualmente retirar estes homens das trevas: “permite Deus que estejam vivendo em cegueira tantos milhares de gentes há tantos séculos?”. Vieira não aceita o pretexto para tal condição subalterna, o facto de estes homens não terem outro modo de se sustentar, vivendo subjugados por causa de meras promessas: “houve quem os engodou, e lhes fez isca com dois retalhos de pano [...] ou branco, que se chama hábito de Malta, ou verde, que se chama de Avis, ou vermelho, que se chama de Cristo e de Santiago; e os homens, por chegarem a passar esse retalho de pano ao peito, não reparam em tragar e engolir o ferro.”¹⁵⁷ Francisco Manuel de Melo (1608-1666) demonstra igualmente total desgosto em relação aos antigos usos, dizendo que no reinado de D. Sebastião “era costume andarem os fidalgos mancebos encostados a seus pajens [...] E chegava tanto aquele mau costume, que quando os que jogam a péla, passavam de uma casa para outra, e não faziam, sem que se lhes chegassem os pajens, e neles se encostassem. Diziam “haã” fazendo-o muito comprido, e os mais falavam afeminado, por uso naquele tempo.”¹⁵⁸

Quando Vieira se dirige aos peixes, sobre quem salienta a obediência, a ordem, quietação e devoção, aconselha-os a partir para longe dos homens, “fora dessas cortesantias, vivereis sós convosco” porque “de caza, e das portas a dentro tendes o exemplo de toda esta verdade”¹⁵⁹. Por isso “trato e familiaridade com eles, Deus vos livre!”. A competição entre os peixes também entristece o jesuíta português, acusando-os de se comerem uns aos outros. Actividade sem sentido uma vez que “sendo todos

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 51. [itálico nosso] Este “vício terrível” que o autor nem sabe como chamar, é no nosso entender uma referência ao pecado nefando de sodomia, o mais ignóbil dos crimes, e esse era ontologicamente o pecado “a não falar”. Assim transparece, por exemplo, nas sentenças do Santo Ofício, em que o “ditto peccado” e “outras torpezas que *deixão de se referir por não offender os ouvidos dos fieis christãos*.” (IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc.^o 3529, fl. 200)

¹⁵⁷ Padre António Vieira, *Sermoens*, Lisboa, na officina de Miguel Deslandes, 1682, p. 331.

¹⁵⁸ Francisco Manuel de Melo, *Op. cit.*, p. 111.

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 316.

criados no mesmo elemento, todos cidadãos da mesma pátria, e todos finalmente irmãos”¹⁶⁰. Vieira dirigiu-se especificamente aos “voadores” que na sua perspectiva continuavam a ser peixes, mas pela ambição e vaidade queriam voar¹⁶¹. Repreende esta presunção e capricho dos voadores quando afinal Deus os havia feito para serem peixes. Tendo por isca o vento, ao tocar “na vela ou na corda”, caíam “palpitando”, sendo para eles as redes, todas as velas, e os laços, todas as cordas. António Vieira imagina-os postos ao fogo, por quererem ser “borboleta das ondas” acabando por se lhes queimar as asas.



Fig. 2 - « O cortesão, um homem agrilhado », in Baltazar de Castillon, *Le Courtisan*, [Lyon], François Juste, 1538. (1^a ed. 1528)

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 325

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 337-338.

Importa frisar que o Padre António Vieira não estava a falar apenas dos Índios no Maranhão, mas dos próprios europeus: “Cuidais que só os Tapuias se comem uns aos outros; muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os Brancos [...] Vedes aquele subir e descer as *calçadas*, vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como hão-de comer, e como se hão-de comer”¹⁶². Num outro sermão do Padre António Vieira, o dos Cativos, revolta-se contra os “grandes da terra” quando pergunta de que serve “ao homem ser senhor do mundo, se tem a sua alma no cativo do demónio?”¹⁶³ Todos aqueles que serviam foram considerados terem sido “herdados, havidos e possuídos” de má fé¹⁶⁴. O Padre António Vieira prosseguiu nos seus sermões com uma severa crítica à sociedade vigente: “Direis que os vossos chamados escravos são os vossos pés e mãos; e também podereis dizer que os amais muito, porque os criastes como filhos, e porque vos criam os vossos. Assim é; mas já Cristo respondeu a esta réplica: “Se o teu olho te escandaliza, arranca-o; e se a tua mão ou o teu pé te escandaliza, corta-o”¹⁶⁵. Os criados por serem homens naturalmente livres, poderiam servir, se para tal demonstrassem o seu desejo espontâneo e voluntário. Entre os “verdadeiramente cativos” incluíam-se os chamados “de corda” e os tomados em justa guerra e vendidos pelos seus inimigos. Havia ainda os “meios cativos” que apesar de serem livres se sujeitaram a servir metade do tempo de suas vidas. Como todos os homens, a exemplo de Adão e do próprio Cristo, deviam sustentar-se a si mesmos. Os meio-cativos deveriam por isso receber uma remuneração pelo seu trabalho. Aquele que não o fizesse não teria “entendimento” (seria irracional) ou então não seria cristão. A referência à remuneração introduz o

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 325. [itálico nosso]

¹⁶³ Padre António Vieira, *Sermões*, vol. II, org. de Alcir Pécora, Hedra, 2001, p. 456.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 463.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 462.

contrato nas relações de serviço, substituindo os laços amorosos e os vínculos afectivos da sociedade corporativa.

As ideias apresentadas por António Vieira, ainda que inovadoras no seu contexto social e político, havia muito que circulavam na Europa. A tradição de serviço, criticada por Vieira, foi considerada por Hugo Grócio como a mais ignóbil e escandalosa forma de sujeição¹⁶⁶. Para o jurista holandês, seria uma perfeita e absoluta escravatura no caso de um homem se obrigar a servir voluntariamente para toda a vida e imperfeita se fosse apenas por um certo período de tempo. O amo ao adquirir um direito sobre a pessoa em troca de comida, abrigo e outras necessidades essenciais, não tinha contudo qualquer direito sobre a vida ou a morte dos seus servidores, não podendo assim admitir-se quaisquer actos de crueldade¹⁶⁷. Poderes como estes, apenas seriam conferidos aos donos de escravos capturados numa guerra justa¹⁶⁸. Sobre estes escravos como sobre a sua progenitura podia ser aplicado um direito praticamente ilimitado. O direito pessoal adquirido pela transferência da liberdade de alguém, de um homem sobre outro, é designado por Grócio como um direito de propriedade. Os escravos eram propriedade pura e simples, não havendo praticamente qualquer interferência da lei civil sobre a forma como o homem usava a sua propriedade. Consequentemente, os corpos dos escravos estavam inteiramente ao dispor do seu amo. Contudo, Grócio relembra que partilhando uma humanidade comum, escravo e senhor, este deveria usar a razão para controlar as paixões. A humanidade sendo a característica comum entre todos os homens destrói hierarquias. Senhor e escravo tornam-se iguais pela sua humanidade. Este conceito, a humanidade, estabelece a igualdade entre os homens.

¹⁶⁶ A escravatura de Grócio tem sido confundida com a dos escravos africanos (Cf. John W. Cairns, "Stoicism, slavery, and law. Grotian Jurisprudence and its reception", in Hans W. Blom and Laurens C. Winkel, *Grotius and the Stoa*, Assen, Royal van Gorcum, 2004, pp. 199-231; IBP, II.5.27.1.

¹⁶⁷ IBP, II.5.28.

¹⁶⁸ IBP, III.7.2.

O domínio antes de ser sobre os outros e sobre coisas, era primeiro que tudo um poder sobre si mesmo, sobre a própria pessoa (*potestas in se*)¹⁶⁹. Na introdução do *Mare Liberum*, Grócio ao distinguir a justiça da injustiça, comenta que “nenhum homem pode ignorar estes factos a não ser que deixe de ser homem”¹⁷⁰. Assim, todos aqueles que não possuíam uma parte da faculdade de deliberação ou livre-arbítrio, não podiam ser descritos devidamente como homens. O vício humano era produto das paixões fora do império da razão. De sublinhar o acento agora dado à razão. Como vimos, a desordem na sociedade era resultado da falta de acatamento a hierarquias sociais, devido tanto a excessos como à incapacidade de colaboração entre os seus membros. Em causa estava a estabilidade e o serviço fiel e leal a um senhor de modo a todos contribuírem para o bem comum. Em Grócio, a desordem na sociedade resulta da falta de racionalidade nas acções. Os homens teriam de usar o seu livre-arbítrio e controlar as paixões para viverem uma vida virtuosa. Em pleno exercício da razão e com capacidade de auto-controlo, os indivíduos poderiam colaborar para o bem comum, pois segundo o humanista, os homens eram potencialmente sociais (*appetitus societatis*).

O injusto é aquele que seria contrário à natureza da sociedade dos que usavam a razão. Sob a influência de Cícero, para quem a razão é uma qualidade não só humana como divina, a primeira partilhada entre o homem e Deus, Grócio pressupõe que o bom discernimento é uma faculdade atribuída a todos os homens sem excepção. Espinosa partilha do mesmo ponto de vista. No *Tratado Político*, escreve ser fundamental aos “homens de razão jamais renunciarem ao seu direito ao ponto de deixarem de ser homens e serem tratados como gado.”¹⁷¹ Na sua perspectiva, “quando dizemos que cada um pode estatuir o que quiser sobre aquilo que é do seu direito, tal poder não se deve definir só pela potência do agente, mas também pela aptidão do próprio paciente. Se, de

¹⁶⁹ IBP, I.1.5.

¹⁷⁰ Hugo Grócio, *The Free Sea [Mare Liberum]*, ed. D. Armitage, Indianapolis, Liberty Fund, 2004 [1609], p. 6.

¹⁷¹ Espinosa, *Op. cit.*, p. 148.

facto, digo por exemplo que por direito eu posso fazer desta mesa o que quiser, não entendo, por isso, obviamente, que tenho o direito de fazer com que a mesa coma erva; de igual modo, embora digamos que os homens estão sob jurisdição não de si mas da cidade, não entendemos que os homens percam a natureza humana e adquiram uma outra, nem que a cidade tenha o direito de fazer com que os homens voem ou, o que é igualmente impossível, que os homens olhem como honroso o que provoca riso ou náusea.”¹⁷² Em Espinosa é interessante verificar que a figura do escravo inspira a definição do conceito de cidadão e seus direitos inerentes. A escravatura humana foi desta forma ditame fundamental para o emergente modelo da sociedade civil.

Existe, no entanto, a necessidade de distinguir as diversas formas de escravatura. Em Grócio, o *genuine servitus* regulado pelo direito das Nações (*jus gentium*) difere bastante do serviço voluntário que, por sua vez, segue o direito natural (*jus naturale*). E por natureza, afirma, ninguém é escravo (*servus*), distanciando-se desta forma do escravo natural de Aristóteles. De acordo com a lei natural, o senhor adquire um direito (*potestas*) para governar os seus servidores. O amo não adquire a pessoa, mas apenas o direito sobre essa pessoa, ou melhor, o direito pessoal aos serviços dessa pessoa. Na definição de criado de Rafael Bluteau, um homem por entregar a sua vontade e sujeitar-se a uma cega obediência, “não tem mais que meia cabeça, e meia vontade, porque a outra metade é de quem o manda”¹⁷³. Os criados estavam sujeitos a uma *capitis diminutio*, literalmente “diminuição de cabeça”, significando uma capacidade jurídica diminuída, ou melhor, uma falta de personalidade jurídica¹⁷⁴. Grócio concebe a servidão como um estado de contra-natura, apesar de não ser repugnante à justiça natural. Os

¹⁷² Idem, *ibidem*, p. 107.

¹⁷³ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, p. 134.

¹⁷⁴ No nosso entender, esta é a razão pela qual “ao longo dos tempos, foram tantos os senhores que representaram a vontade de um criado, substituindo-o e representando-o em questões de foro jurídico.” (Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 223)

homens podiam tornar-se servidores (*servus*) em virtude de um acordo ou contrato¹⁷⁵.

Deste modo podiam ser adquiridos bens ou actos, mas não a liberdade propriamente dita dessa pessoa que por natureza era inalienável.

¹⁷⁵ IBP, III.7.1.1.

3 - O Andrógino Ibérico

Na reflexão sobre o poder soberano das nações, Hugo Grócio considera três situações, o primeiro, quando diversos Estados se encontram ligados por uma aliança, constituindo deste modo um composto. Cada nação continua, no entanto, a ser um Estado perfeito.¹⁷⁶ O Estado é entendido como “sujeito comum de soberania” e a aliança surge aqui num sentido aristotélico, segundo o qual “a finalidade natural de uma aliança é a assistência mútua” contra um inimigo comum (Aristóteles, *Política*, II.2). Outra situação alude às nações que se encontram sob o poder de outro povo, como as províncias romanas no tempo do imperador Augusto, ou seja, submetidas ao governo absoluto de uma só pessoa.¹⁷⁷ Estas nações não desfrutariam de poder soberano e não seriam consideradas um Estado, mas um membro menos considerado de um grande Estado, tal como os escravos são membros de uma família.¹⁷⁸ Temos aqui uma alusão à união ibérica. Ainda que a referência não seja explícita, é possível fazer tal dedução. De facto, Grócio escreveu no *De Indis* que “Filipe II tornou-se rei da Lusitânia, também conhecida por Portugal.”¹⁷⁹ Ao recordar a toponímia romana, Portugal readquire a sua condição de província. Podemos assim dizer que Portugal se tornou um escravo da grande família hispânica. Para Grócio, poderiam ser várias as razões que levariam uma nação a submeter-se ao governo absoluto de uma só pessoa, renunciando à sua própria soberania: quando não havia outro modo de se salvar da ruína, nem outro modo de se sustentar. Podia igualmente ocorrer, quando um *paterfamilias* tendo muitas possessões, não deixasse ninguém habitá-las sob qualquer pretexto. Sendo amo de muitos escravos,

¹⁷⁶ IBP, I.3.7, p. 260.

¹⁷⁷ IBP, I.3, p. 264.

¹⁷⁸ IBP, I.3.7, p. 259.

¹⁷⁹ *De Indis*, p. 248.

podia no entanto torná-los livres, sob a condição de o reconhecerem como soberano e pagando tributo.¹⁸⁰ Continuando a referência a Portugal, os seus habitantes passaram a reconhecer Filipe II e os seus descendentes como soberanos, rendendo-lhes a honra, o tributo e a obediência acostumada aos reis.¹⁸¹ Se para Aristóteles alguns homens eram naturalmente escravos, Grócio afirma poderem igualmente as nações possuir um certo temperamento, e então sendo mais capazes de obedecer que comandar.¹⁸² O motivo, refere, não se deve ao facto de Deus não ter criado o homem livre. Mas por que alguns indivíduos por desprovidos de carácter, precisam de ser governados segundo a vontade soberana de outro e não pela própria.¹⁸³ No entanto, se os escravos naturais existissem, deveriam ser considerados inumanos. Ou antes, deveriam ser vistos como bichos. Desta maneira, a teoria da escravatura natural não ameaçava a doutrina da perfectibilidade humana, garantida pela revelação divina. De forma bastante clara, Grócio afirma no *De Iure Belli ac Pacis*, não ser nenhum homem escravo por natureza.¹⁸⁴ Natureza entende-se aqui por estado primitivo, independente de qualquer acção humana. Deste modo, distancia-se de Aristóteles e concebe a servidão como um estado contra-natura, apesar de não ser repugnante à justiça natural. Os homens podiam tornar-se escravos (*servus*) em consequência de um crime cometido ou, voluntariamente, em virtude de um acordo ou contrato. Retomando o exemplo português, pelo *Pacto* de Tomar de 1581, Filipe de Áustria foi reconhecido em Cortes como monarca.

À terceira situação relativa à definição do poder soberano, sucede quando diversos povos são governados por uma e a mesma cabeça reinante, sendo porém cada um deles uma comunidade diferente.¹⁸⁵ A sua intenção é condenar vigorosamente a

¹⁸⁰ IBP, I.3, p. 263.

¹⁸¹ *De Indis*, 11.3, p. 248.

¹⁸² IBP, I.3, p. 264.

¹⁸³ *De Indis*, p. 95.

¹⁸⁴ IBP, III.7.1.1.

¹⁸⁵ IBP, I.3.7, p. 260.

existência de tal corpo político, não só por considerar imoral, como por não lhe parecer natural uma cabeça pertencer a vários corpos. Também por eventualmente acontecer, precisa Grócio, a cabeça tenha um juízo diferente para os distintos corpos. E esta é precisamente a situação que, no seu ponto de vista, se verifica relativamente aos dois povos ibéricos, apontando-lhes a falta de acordo mútuo.¹⁸⁶ As diferenças, para ele, são extensivas aos respectivos impérios. No manuscrito *De Indis*, Grócio escreveu a frase, *Alia enim India, alia Americana ratio est*, ou seja, a Índia é diferente do Novo Mundo. Com a incorporação de Portugal na monarquia filipina, em 1581, foi criada uma unidade política, designada por união pessoal das coroas ibéricas. Significa isto que os Estados apesar de governados pelo mesmo soberano permaneciam teoricamente independentes, com leis e interesses distintos. Ao conceber a união pessoal como a incorporação do reino português na coroa filipina, com os respectivos impérios (marítimo e continental), Grócio pôde visualizar os impérios ibéricos como um corpo estendido aos limites do mundo. As viagens ibéricas fora do continente europeu e a monarquia dual teriam despertado o ser andrógino dos escritos platónicos.

¹⁸⁶ *De Indis*, p. 296.



Fig. 3 - Reconstituição gráfica do andrógino platônico por Yves Ubelmann. In Philippe Charlier, *Les monstres humains dans l'Antiquité*, Paris, Fayard, 2008, p. 261.

Segundo a descrição no *Banquete* de Platão, um autor frequentemente citado por Hugo Grócio, a humanidade primitiva era constituída por três géneros, em que um terceiro participava dos outros dois juntos, ou seja, tanto do homem como da mulher, e era designado por andrógino. Sendo o homem uma ramificação do sol, a mulher da terra, o andrógino seria a extensão da lua, por esta participar dos outros dois astros juntos. Esta figura primordial apresentava-se em forma de bola por se assemelhar aos

seus pais. A força e o vigor desta entidade eram extraordinários e enorme o seu orgulho, acabando por desafiar os deuses ao pretender alcançar a sua natureza. Encolerizados, Zeus e os outros deuses, deliberaram e decidiram terminar com a sua insolência. Para os tornar mais fracos resolveram separá-los em duas partes, encarregando-se Apolo de revirar os rostos. Platão idealizou a humanidade primitiva, cuja unidade corporal remete para um período de felicidade absoluta, a Idade de Ouro¹⁸⁷, quando “éramos um ser único.”¹⁸⁸

Este ser auto-suficiente dotado de atributos divinos, possuindo a capacidade de reprodução e de criação, foi descrito poeticamente pelo humanista francês Antoine Héroët, em meados do século XVI, do seguinte modo¹⁸⁹:

*Chacun estoit de son corps tant aisé
Qu'en se tournant se retrouvoit baisé
En estendant ses bras, on l'embrassoit
Voulant penser on le contrepoissoit
En soy voyoit tout ce qu'il vouloit voir
En soy trouvoit, ce qu'il failloit avoir
Jamais en lieu ses pieds porté ne l'eussent
Ne congnoissoit honnesteté, ny honte
Il y entroit tant de doubles plaisirs
A maintenir que la félicité
Fut de tel temps, et le siècle doré
Ce monstre donc, tel, que l'ay figuré
Se tenoit fort de la force assuré.*

¹⁸⁷ Pierre Charlier, *Les monstres humains dans l'Antiquité*, Paris, Fayard, 2008, p. 260.

¹⁸⁸ Platão, *Le Banquet*, trad. L. Robin, Paris, Gallimard, 2007, p. 79.

¹⁸⁹ Antoine Heroët, « L'Androgine de Platon », in Antonio Guevara, *Le mespris de la cour, avec la vie rustique*, Paris, J. Ruelle le jeune, 1568, pp. 128-129.

A intersexualidade foi, na verdade, um tema recorrente na cultura ocidental e, de forma quase obsessiva no decurso da época moderna. Da alquimia aos panfletos políticos, a historiadora K. Long revela uma identidade quase apagada do sistema legal, sendo no entanto uma das mais visíveis figuras da época.¹⁹⁰ A ambivalência corporal do andrógino esbate as fronteiras entre o homem e a mulher, entre o humano e o animal ou mesmo entre o monstruoso e o divino. Num período de grande turbulência epistemológica, religiosa, social e política, de intenso debate sobre as “leis naturais”, a incerteza e a instabilidade da promíscua hibridez do hermafrodita revelou-se um tema fecundo para defender ou refutar a ordem existente. Ao reavaliar todo um sistema de valores, não surpreende que esta reflexão seja também pensada através do corpo, sobretudo por nesta altura não existir uma distinção entre o natural ou o biológico e os outros domínios culturais. Nesta sentido, podemos de certo modo referir a existência de uma grande promiscuidade entre os saberes, tal como os entendemos hoje.

Segundo Grócio, quando o universo e os membros da sociedade constituíam um grande corpo, o mundo inteiro formava um Estado. Existia uma completa subordinação de todos os membros à autoridade do conjunto. No seu entender, os súbditos estavam subordinados ao Estado numa posição análoga à das crianças e dos escravos, por estes se encontrarem sujeitos à solene *patria potestas* do amo¹⁹¹. Mas, na sua perspectiva, Deus havia criado todas as coisas à sua imagem e semelhança, logo, não havia criado o Estado, o corpo andrógino, mas dois seres humanos,¹⁹² Adão e Eva. Nesta linha de pensamento reconcilia o mito platónico com o relato da Criação do Homem no Génesis¹⁹³. Tal como o judeu português Leão Hebreu (1437-1508) que nos *Dialoghi di Amore* publicados postumamente em 1535, vê Adão, o primeiro homem criado por

¹⁹⁰ Kathleen Long, *Hermaphrodites in Renaissance Europe*, Ashgate, 2006.

¹⁹¹ *De Indis*, p. 120.

¹⁹² *De Indis*, p. 137.

¹⁹³ Kathleen Long., *Op. cit.*, p. 9.

Deus à sua imagem e semelhança, como partilhando a condição do homem e da mulher indivisivelmente. A mulher só foi chamada Eva depois de separada do homem e após a expulsão do jardim do Éden. A divisão do homem e da mulher é fruto do pecado e da queda do homem, resultando na dissolução do andrógino. Grócio considera o andrógino, precisamente para o condenar. Em 1604-1605, na margem superior do manuscrito *Mare Liberum* (f. 116v), interroga-se quanto ao direito “que na grande sociedade da humanidade, o povo espanhol tivesse o monopólio do mundo inteiro”. Na revisão do texto para publicação, em Novembro-Dezembro de 1608, retirou, no entanto, a questão.¹⁹⁴

Grócio pretende condenar o ser andrógino entendido como um único corpo: o Estado Ibérico, uma unidade indiferenciada de dimensão universal. Nele, Portugal havia abdicado da sua condição soberana, deixando de constituir um Estado, para se tornar uma província do grande Estado Habsburgo. Este é visto como um Império pois o seu povo possuía o “monopólio do mundo inteiro”. Desta forma insurge-se contra a existência do andrógino ibérico - um império uno e total. O humanista holandês pretende igualmente condenar o andrógino entendido como um corpo, mas em resultado da união de dois corpos distintos. Neste caso os Estados seriam independentes, ainda que integrando o mesmo corpo político. Grócio reflecte sobre a distância precária entre o estatuto de incorporação voluntária, em que a lei e os costumes seriam respeitados, e o de província conquistada, sujeita ao controlo efectivo do território. Em ambos os casos, podemos surpreender no pensamento grociano uma alusão à existência de um corpo político andrógino de cariz universal, o império ibérico.

O andrógino enquanto figura de poder divino, da fertilidade, assumia o papel central como Criador da humanidade, sendo por isso o símbolo da unidade original do

¹⁹⁴ M. Van Ittersum, Preparing *Mare Liberum* for the Press: How Hugo Grotius Rewrote Chapter 12 of *De Iure Praedae*, November 1608-February 1609”, *Grotiana* 26-28), 2007, p. 256.

mundo. Entidade ideal, metáfora do mistério da totalidade, era considerada como imagem exemplar do homem perfeito. É o homem perfeito por ser um “ser total”, um ser poderoso devido à sua dupla natureza. A perfeição humana era imaginada como uma unidade sem fissuras, não passando de um reflexo da perfeição divina, do Todo-Um. Em semelhante concepção está contida a ideia de que a perfeição consiste numa unidade-totalidade. Um sinal distintivo de uma totalidade originária na qual todas as possibilidades se encontram reunidas, cuja plenitude se deve à fusão dos sexos. Foi o desejo de recuperar essa unidade perdida, uma nostalgia do paraíso perdido, que levou o homem a conceber os opostos como aspectos complementares de uma realidade única. Chegou, portanto, a ser “criado um corpo de doutrina sobre uma espécie particular”, o andrógino. Como referiu John Elliot, “durante a Idade Média a consciência histórica das elites governantes dos territórios cristãos estava impregnada de um sentido de unidade perdida, uma unidade que remontava à Hispânia romana”.¹⁹⁵ No seu ponto de vista, seria “um erro ignorar ou menosprezar a importância psicológica e política do conceito subjacente de Espanha na criação e manutenção desta monarquia compósita”. Apesar de não se poder vislumbrar concretamente uma estratégia geral para todo o “império” filipino, podemos inferir a existência de uma comunidade idealizada a englobar toda a *orbis terrae*. O império de Alexandre o Grande ou a extensão progressiva da República romana sugeriram a possibilidade de um Estado alargado às dimensões do mundo.

O andrógino ibérico surge com um carácter universal do qual se poderia apenas pressentir os contornos, sem contudo conhecer ainda os seus limites. Serafim de Freitas¹⁹⁶ defende que após a divisão das coisas e das províncias, foi feita plena

¹⁹⁵ John Elliot, “Constitucionalismo antigo y moderno y la continuidad de España”, (trad. M. Balcels), *Cuadernos de Alzate*, nº 332005, p. 10.

¹⁹⁶ Frei Serafim de Freitas fazia parte da Ordem dos Mercenários (“Os Religiosos deste Instituto, de mais dos três votos ordinários, fazem hum quarto voto, de trabalhar para a Redempção dos cativos em Berbéria, & ainda de se sujeitarem à servidão, para resgatarem aos Fieis.” in Rafael Bluteau, *Vocabulário Portuguez e Latino...*, t. V, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1716, p. 433.)

equidade e justiça na entrega do carácter preferencial e exclusivo aos portugueses e aos castelhanos, os “soberanos do orbe cristão”. Grócio “contra ambos se encrespa [...] chamando-lhes partilhantes, isto é, usurpadores do Oceano e do mundo.”¹⁹⁷ O inglês John Selden, conhecido por refutar a tese grociana, no seu *Mare Clausum*, escreveu haver sido o mundo, em tempos imemoriais, dividido por lotes: o céu atribuído a Júpiter, o inferno a Pluto e o mar a Neptuno. Sublinha não serem estas entidades deuses, mas apenas homens. Pluto era o rei do Ocidente e o Neptuno era o Senhor dos Mares e das Ilhas¹⁹⁸ O domínio surgiu afinal de distribuição humana, havendo o papa Alexandre VI dividido o que “foi descoberto a este aos portugueses e a oeste aos castelhanos”¹⁹⁹, numa referência explícita ao Tratado de Tordesilhas de 1494.

Para o jurista português, ao rei de Portugal não faltava o título²⁰⁰ para ter o direito ao uso das coisas próprias a uma república e comum aos cidadãos, o que significa para uso apenas do seu povo. As coisas comuns, pelo direito das gentes, tornaram-se, após aquisição, públicas de um só povo. Por actos de navegação, o mar tornava-se depois da (quase-) ocupação pelo imperador, uma *res publicae*. Se por lei particular não se podia impor servidão ao mar, a servidão poderia ser aplicada por lei pública. Ainda que a propriedade do mar seja *nullius*, ou seja, não pudesse pertencer a ninguém, pelos “costumes das gentes”, o mar poderia ser considerado sujeito ao domínio, acabando por se efectivar uma “quase posse privativa da navegação para os Índios”²⁰¹. A sua protecção e jurisdição caberiam ao imperador ou rei²⁰² e este, enquanto *dominus* privado, podia legitimamente proibir a todos os estrangeiros o uso das suas possessões públicas. Desta forma, “o imenso e vasto mar [passou a] pertence[r]

¹⁹⁷ Serafim de (1961 [1625]), *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, [1625], Lisboa, Inst. de Alta Cultura, 1961, p. 223.

¹⁹⁸ *Mare Clausum*, p. 48.

¹⁹⁹ *Mare Clausum*, p. 140.

²⁰⁰ *Mare Clausum*, p. 343.

²⁰¹ *Mare Clausum*, p. 352.

²⁰² Serafim de Freitas, *Op. cit.*, p. 256.

a um só reino”, reescrevendo-se o *Dominus mundi* romano e realizando-se a profecia bíblica dos quatro impérios de Daniel.

Em toda a extensão territorial, os monarcas ibéricos almejavam a unidade religiosa.²⁰³ A 1 de Novembro de 1478, por meio da bula *Exigit sinceræ devotionis affectus*, o Papa Sisto IV autorizou a instalação da Inquisição em Castela. Em 1487, no início do reinado de D. João II, foi criado em Portugal o primeiro corpo de inquiridores da fé²⁰⁴. A ideia dos hereges constituírem uma ameaça para o poder, justificou a actuação do Tribunal do Santo Ofício: “a diversidade na fé, nas opiniões e nos costumes é considerada potencialmente capaz de dissolver o sistema social e de abrir nele fendas perigosas e incuráveis”²⁰⁵. Da perseguição aos dissidentes resultou a expulsão de Espanha dos judeus a 31 de Março de 1492. Pouco depois, em Dezembro de 1496, em Portugal, D. Manuel I, iniciou o processo de expulsão de judeus e mouros, tendo como pretensão “criar a unidade religiosa do reino, erradicando dele definitivamente as duas minorias religiosas”²⁰⁶. O primeiro homem a ser queimado num auto-de-fé pela Inquisição portuguesa, foi o escravo mulato António Luís. Evento ocorrido em Évora, a 2 de Agosto de 1575, por ser “pessoa mui prejudicial à republica.”²⁰⁷ Desde 1524 que Clemente VII autorizara às Inquisições de Aragão, Saragoça, Valência e Barcelona o direito de perseguição aos sodomitas, embora em Castela estes continuassem sob a alçada da justiça comum. A unidade religiosa era vista como indispensável para a coesão política e social.²⁰⁸ Visava-se por consequência a homogeneização através de

²⁰³ Segundo Jean-Frédéric Schaub, a religião é o factor primordial para a união peninsular. Cf. Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

²⁰⁴ José Eduardo Franco e Paulo de Assunção, *As Metamorfoses de um Polvo: Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI-XIX)*, Lisboa, Prefácio, 2004, p. 23.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 23.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 26.

²⁰⁷ IANTT, *Inquisição de Évora*, procº 5013; citado em Luís Mott, “Justitia et Misericordia: A Inquisição Portuguesa e a Repressão ao Nefando Pecado de Sodomia”, in Anita Novinsky and Maria Luíza Tucci Carneiro (org.), *Inquisição: Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte. 1º Congresso Internacional-Inquisição*, São Paulo, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 720.

²⁰⁸ J.H.Elliot, “A Europe of composites monarchies”, *Past and Present*, 137,1992, p. 62

uma “uniformização religiosa coerciva”. Com o processo de união espiritual em curso, seguiu-se a unificação territorial de toda a Península em 1581, com a união ibérica. Os reinos continuavam, no entanto, a ser considerados como entidades distintas, seguindo o princípio *aeque principaliter* enunciado pelo jurista Juan de Solórzano Pereira (1575-1655). A administração dos reinos deveria ser levada a cabo “como se o rei que os uniu, fosse rei de cada um deles individualmente”. Descrita enquanto estrutura descentralizada, esta monarquia compósita seria formada por comunidades bem diferenciadas, devendo lealdade ao mesmo soberano. A dualidade jurídica e institucional estabelecida pelo Pacto foi contudo dando lugar a uma maior uniformidade entre os reinos ibéricos. Um projecto posto em prática pelo conde-duque de Olivares, o qual almejava uma mais estreita união, onde coexistiriam “vários reinos, mas uma só lei”. Subjacente perfila-se a ideia de “familiarização” entre os povos da monarquia, com o objectivo de acabar com a “aridez e separação de corações”²⁰⁹. Esta “união de corações” ou “união de amor”, tendia para uma uniformidade de religião, leis e tributação. Um ideia que caminhava para uma unidade indiferenciada dos reinos e dos respectivos impérios, com um cunho centralizador.

Aspirava-se a formar um império mais extenso que o de Carlos V, durante o qual foi cultivada a associação do ideal universal e imperial, nas suas formas tanto romanas como cristãs. Os Habsburgos espanhóis, contudo, evitaram escrupulosamente qualquer pretensão ao título de Imperador, pertencente ao ramo austríaco. Na verdade, no século XVI, o termo monarquia era frequentemente usado como sinónimo de império. A propaganda explorou e caracterizou explicitamente a monarquia hispânica como um império, o mais poderoso da época. Hugo Grócio assinalou a vaidade do título com que alguns dignificaram o imperador “romano”, atribuindo-lhe o direito a governar as mais

²⁰⁹ John Elliot, *Op. cit.*, 1992, p. 62.

distantes partes do mundo, ainda por descobrir. Um império efectivamente unido enquanto *corpus imperii*, uma expressão que surgiu pela primeira vez com Ovídio. Sob o conceito de “corpo político”, o império ficou associado a uma união por incorporação. Um império como um corpo político, incorporando os territórios sobre os quais se exercia a autoridade imperial.²¹⁰ O imperador declarava-se como Senhor do Universo, contudo na opinião de Grócio, o direito ao império não podia ser deduzido, ainda que esta ilação se mostrasse conveniente a essa monarquia universal. E as profecias bíblicas não poderiam ser invocadas como uma causa justa para a declaração de guerra.

A existência de um Estado global sob a tutela de uma coroa cristã, vem colidir com os interesses da Igreja que por seu lado “escolheo o governo monarchico de hum Summo Pontífice”²¹¹ que também tinha vocação a unidade universal dos cristãos. Para os defensores da supremacia do papado na linha do pensamento curialista, como Frei Serafim de Freitas, o sumo pontífice devia reger toda a Igreja, constituindo “um só corpo (João, X)”, onde os cristãos [...] devem constituir uma unidade”²¹². Para o jurisconsulto português, o “Reino de Cristo não suporta duas ou mais cabeças, assim como também as não suporta a união e harmonia da fé e dos dogmas dos fiéis que habitam as diversas regiões do mundo”²¹³. A Igreja forma “uma só república, um só reino, e um só corpo”²¹⁴ e o pontífice é o “representante do maior monarca da Terra.”²¹⁵ Serafim de Freitas cita as Escrituras: “Somos, efectivamente, um só corpo em Cristo, e cada um de nós membros uns dos outros” (Ep. Aos Romanos, 12,5). Existe contudo

²¹⁰ Foi este o modelo seguido pela Grã-Bretanha, ao fundir os reinos da Escócia e da Inglaterra em *unius Regis imperium*, entendido como uma verdadeira incorporação (J. Robertson, “Empire and Union: Two Concepts of the Early Modern European Political Order”, in David Armitage (ed.), *Theories of Empire, 1450-1800*, in A.J.R. Russell-Wood, *An Expanding World. The European Impact on World History 1450-1800*, vol. 20, Aldershot, Ashgate Variorum, 1998, p. 18.

²¹¹ António de Sousa Macedo citado em Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 139.

²¹² Serafim de Freitas, *Op. cit.*, 158

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ Idem, *ibidem*, 170

²¹⁵ “Núncio Conoi, Lisboa, 19 de Agosto de 1701”, Archivio Segreto Vaticano, Secertaria de Estado. Portugal, vol. 58, fl. 194v.

uma disposição hierárquica: Assim como “o marido é a cabeça da mulher, assim como Cristo é a cabeça da Igreja, ele, o Salvador do seu corpo” (Efésios 5,23). Aos reis que seguiam o costume antigo dos imperadores romanos, igualmente na altura chamados de pontífices, Serafim de Freitas recorda-nos o castigo divino para todos os que manifestassem a pretensão de se “intrometer nas funções sacerdotais”²¹⁶. Pelo exposto, vemos que o jurista português é um opositor do regalismo, contestando a ingerência dos reis nas questões religiosas. Seria “monstruoso” a Igreja ter “tantas cabeças, quantos os reis cristãos”²¹⁷. Avisa que os antigos reis e imperadores que se apropriaram do governo das coisas eclesiásticas foram considerados tiranos. Serafim de Freitas condena, pois, a existência do “monstro bicéfalo”, que possui “partes supérfluas e inúteis, como duas cabeças”²¹⁸.

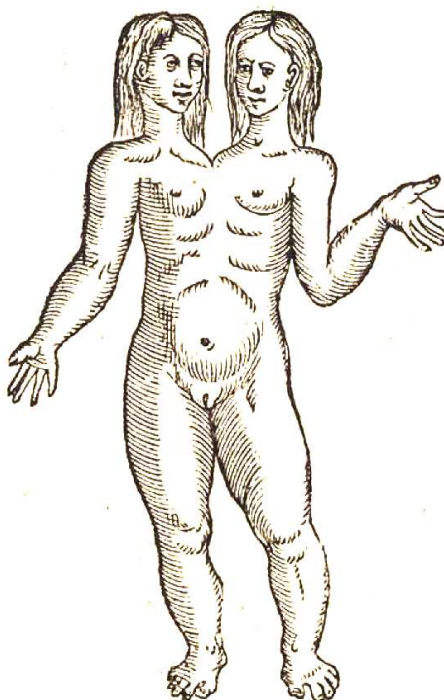


Fig. 4- “Monstro bicéfalo”, in Ambroise Paré, *Les Oeuvres*, Paris, Chez Gabriel Buon, 1575, p. 803.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 169.

²¹⁷ Idem, *ibidem*, 170

²¹⁸ Ambroise Paré, *Les Œuvres*, Paris, Chez Gabriel Buon, 1575, p. MXXII.

Para Serafim de Freitas, o poder espiritual, considerado de forma perfeita, situava-se acima da natureza, ou seja, era sobrenatural, e todo o reino terrestre se ordenava para servir o reino celeste. Do mesmo modo que no homem, a carne estava subordinada ao espírito, isto é, “a alma governa e a carne obedece”. Coloca-se contra o regalismo ibérico e advoga a obediência da realeza ao mediador de Cristo na terra: “não só a Lua, mas também todas as estrelas estão sujeitas ao Sol, visto que dele recebem a luz. Ora, assim como o Sol não está sujeito à Lua, assim também o Pontífice não está sujeito ao rei, mas este ao Pontífice.”²¹⁹ O símbolo da relação entre ambos, aqui identificado com os astros, podia igualmente ser representado por um papa em posse de duas espadas.

Os conflitos jurisdicionais entre a Igreja e a realeza devem-se sobretudo ao crescimento do poder do Estado, surgindo este como um concorrente à ordem estabelecida. Esta é uma luta titânica entre o corpo espiritual da Igreja e o andrógino ibérico, dizendo-se ser este detentor de um império onde o sol nunca se punha. O pensamento político de Serafim de Freitas, de sentido “integrista”²²⁰, deve ter dificultado a edição do seu livro *Do Justo Império* em Portugal. Ainda que o direito ao *dominium* nos mares e terras, atribuído pelas Bulas Papais a sucessivos reis peninsulares, não fosse contestado internamente na Península, a primazia do papado sobre os poderes temporais encontrava uma oposição cada vez maior. Hugo Grócio, por sua vez, ao negar a legitimidade papal em conceder “o uso exclusivo” ao povo ibérico, sobre um espaço ainda indeterminado, pretende apenas ir mais longe nesta secularização do Estado, sujeitando-o às leis civis. Não deixa de ser importante mencionar que a separação entre os dois poderes não foi linear. Segundo Borges Coelho, a condenação

²¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 171.

²²⁰ Cf. Ângela Barreto Xavier e António M. Hespanha, “A representação da sociedade e do Poder”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, António M. Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 134.

pela Inquisição no primeiro de Dezembro de 1652, do cônsul Manuel Fernandes Vila Real, autor dos *Discursos Políticos*, definiu ter ainda o Papa, um poder sobre os príncipes mesmo nas coisas temporais²²¹.

Ao desafiar os deuses, a existência do andrógino tornou-se monstruosa. Segundo Platão, ainda que subsista em cada um de nós a nostalgia desses tempos, “agora por causa da nossa conduta injusta, a nossa unidade foi desfeita por Deus”²²². Na *República*, o Estado, segundo Platão, é pensado como um ser humano e num momento de desordem, apresentava-se sem controlo, como um homem sob o império da luxúria. Platão opõe uma sociedade saudável e uma sociedade febril corrompida pela devassidão. A cura desta sociedade em estado febril jamais resultaria de uma inútil multiplicação de leis, mas antes de uma transformação rigorosa do Estado e do indivíduo. Grócio colherá a lição da sentença para o seu *De Indis* que tem a pretensão de ser, no fundo, um processo jurídico, com o objectivo de provar a “conduta injusta” do andrógino ibérico que resultará no inevitável desmembramento do monstruoso império, abalando ao mesmo tempo a autoridade pontifícia. A ligação de Portugal às Espanhas sendo vista como um símbolo de fidelidade amorosa ao mesmo tempo que união paradoxal entre dois extremos, acaba por representar o testemunho da luxúria que conduz à morte. O semi-deus tomado pela sede do poder foi tocado pela desmedida e pelo excesso, ocupando o lugar de déspota.

Como referiu Kathleen Long, no final do século XVI, a visão do hermafrodita²²³ como monstruoso sobrepõe-se a uma visão mais positiva. O hermafrodita era assim, ao mesmo tempo, uma figura profundamente conservadora e profundamente revolucionária. Tanto podia instaurar uma certa ordem como podia simbolizar a

²²¹ António Borges Coelho, *Política, Dinheiro e Fé*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001, p. 18.

²²² Platão, *Banquet...* *op. cit.*, p. 79.

²²³ O andrógino é considerado um hermafrodita perfeito, por possuir os dois sexos bem formados, reunidos distintamente e com capacidade reprodutiva. Eram, por isso, simultaneamente machos e fêmeas.

desordem no mundo. Este corpo ambíguo provoca a incerteza e faz questionar todo o sistema classificatório. Em 1606, Jonathas Petit de Brétigny escreveu um livro, *L'Anti-Hermafrodite*, revelando a desordem social da figura do hermafrodita. Dirigido ao rei Henrique IV de França, « para restaurar facilmente e gradualmente por uma boa ordem, e meio legítimo todas as desordens, impiedades, injustiças, abusos, crueldades e corrupções que existem neste reino”. Os hermafroditas, nascidos sob a constelação conjunta de Mercúrio e de Vénus, se tivessem ambos os sexos corporalmente, estariam inclinados em brutal e desonesta luxúria. A estes seres, a *Naturalis Historia* de Plínio, o Velho (23-79 d.C.), deu-lhes uma existência real, chegando a localizá-los em África (VII, 15-17), “para lá dos *Naufamones*, ao lado dos *Mocliens* seus vizinhos”²²⁴. Os andróginos, dotados de uma e outra natureza, serviam-se delas na coabitação mútua que tinham uns com os outros, alternando numa mesma pessoa ora o papel de homem, ora de mulher. Santo Agostinho escreveu que alguns abusavam de tal maneira dessa configuração que pelo uso mútuo e recíproco, se entregavam ao deboche. O hermafrodita, pelos seus excessos, tornou-se então um símbolo para designar uma forma particular de libertinagem sexual: “se os hermafroditas são monstros, esse nome é dado aos mais infames debochados”. Bernadette Bucher, uma discípula de Lévi-Strauss, notou a conexão entre o hermafrodita das gravuras de Théodore de Bry (c. 1527-1598) publicadas nas *Les Grands Voyages* e a tradicional imagem medieval do sodomita. Os *bardaxas* ou hermafroditas nativos, eram considerados odiosos e desempenhavam a função de “animais de carga”. Assistiam os índios na guerra, transportando as suas provisões, e ainda os feridos e os mortos. Também olhavam pelos enfermos com doenças contagiosas. A existência dos hermafroditas ficou ligada à decadência, assim como à morte e à catástrofe. Quando o “monstro de Pádua” nasceu em 1487, com duas

²²⁴ Jacques Duval, *Des Hermaphrodits*, Rouen, David Gevffroy, 1612, p. 300.

cabeças e o resto do corpo bem formado, ainda que intersexual, ocorreu um grande tremor de terra, em consequência do qual a igreja do convento do Carmo “foi invertida completamente”. Vemos assim que a controversa forma de intersexualidade do “hermafrodita perfeito”, o andrógino, tanto divina como monstruosa, foi entendida ao mesmo tempo como sinónimo de união frutuosa como de dissolução e caos, em sentido apocalíptico.

Ao analisar as causas da degradação do mito do andrógino, vemos que a fusão do homem e da mulher num único Ser, foi considerada como uma unidade indiferenciada, o Caos. A subversão dos comportamentos implica a total confusão dos valores. Mircea Eliade considera que “os mitos revelam que no começo, *in illo tempore*, havia uma totalidade compacta e que essa totalidade foi seccionada ou fracturada para que o mundo ou a humanidade pudessem nascer. Ao andrógino primordial, a figura esférica descrita por Platão, corresponde, no plano cósmico, o Ovo cosmogónico ou o Gigante antropocósmico primordial.”²²⁵. O Caos era assim concebido como uma esfera semelhante a um ovo ou a uma massa compacta e homogénea na qual nenhuma forma era discernível. Um estado original a existir antes do Tempo, antes da História. A Criação efectua-se pelo seccionamento do ovo ou pelo desmembramento do monstro. Essa separação constitui-se como uma ruptura, uma “queda” e ao mesmo tempo traduz uma mudança ontológica na estrutura do Mundo e da humanidade. A morte do andrógino significa a criação do Homem. Este é o nascimento a que se referiu Michel Foucault. Resultante de uma tensão entre a visão da unidade cósmica e a evidência da diversidade no mundo, a criação do homem é um evento jurídico, uma vez que o homem surge enquanto sujeito jurídico. O direito romano, no qual se inspira Grócio, fez da divisão dos sexos uma questão jurídica. Sendo este um sistema fundado na alteridade

²²⁵ Mircea Eliade, *Mefistófeles e o Andrógino. Comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus*, São Paulo, Martins Fontes, 1991, p. 119.

e ordenado segundo o princípio da divisão, Grócio desenvolverá um pensamento com vista a uma maior tolerância pela diversidade. E tenta vincular o mito do andrógino de Platão à tradição bíblica da queda de Adão, entendendo a divisão sexual como consequência do pecado. O intuito de corroborar o procedimento erróneo de um ser, levará à abertura de um processo inquisitorial seguindo as premissas do direito divino contra a heresia, com a pretensão de retirar o império, a soberania e a propriedade aos portugueses.

Capítulo II - O Processo Grociano

Grócio afirma que apesar das feras terem sido criadas por Deus, por serem perigosas deveria o homem matá-las, destruí-las ou então convertê-las em sua propriedade²²⁶. É com este objectivo que o humanista holandês elabora no seu capítulo XI do *De Indis* um processo de condenação do andrógino, enumerando os crimes cometidos pelos portugueses contra a natureza e contra a criação divina. Além das conhecidas ofensas como o abuso do monopólio inviabilizando o comércio e a comunicação entre os negociantes holandeses e os povos asiáticos, aponta outras situações, reveladoras do carácter do povo português, ocorridas entre 1596 e 1602, perfazendo um total de trinta e três episódios. Grócio começa por denunciar o facto de na maior parte dos países onde os portugueses se instalaram, nem ter havido qualquer progresso religioso, não havendo quaisquer exemplos inspiradores de vida religiosa nem notícia de milagres. Bem pelo contrário, os portugueses eram motivo de escândalo, autores de crimes e impiedades nas Índias Orientais.²²⁷ Grócio discorda por inteiro com os que defendiam a “grande obra de humanidade e propaganda cristã” dos portugueses, dizendo a missão civilizadora e evangelizadora um pretexto para a obtenção de lucro, conquista de propriedade e domínio naquelas partes. Pretende assim desvelar os verdadeiros propósitos, as inclinações e os planos dos portugueses. Os portugueses seriam responsáveis por um enriquecimento injusto, feito à custa do empobrecimento dos outros, e por terem reduzido aqueles territórios a um estado de escravatura.²²⁸ Comportamento que não caracteriza como ganancioso, mas sobretudo como expressão

²²⁶ *De Indis*, p. 135.

²²⁷ *Mare Liberum*, p. 20.

²²⁸ *De Indis*, p. 259.

de uma mesquinhez insana concentrada na busca de lucros e benefícios através do comércio de sedas, das especiarias, das porcelanas e de outros bens luxuosos nos mercados indianos. E a prova é que antes da Índia, Portugal era uma nação pobre e de um momento para o outro ficou rica. Um povo, em outros tempos, indigente, mas que pelo comércio adquiriu de súbito imensas riquezas. Rodeando-se de públicos sinais de luxo e magnificência como nem, no apogeu das suas riquezas, as mais prósperas nações alguma vez foram capazes.²²⁹ Estamos perante uma forma de cobiça absoluta tanto mais que abrange uma vasta porção do mundo a ponto de incluir ilhas tão numerosas que nem um homem conseguiria recordar os seus nomes. Para Grócio, um Estado não podia exercer controlo político sobre um território desconhecido. Conduta agravada por estas possessões se encontrarem afinal em grande parte negligenciadas, quando na verdade tão vastas regiões seriam suficientes para dar às inúmeras nações a oportunidade de comerciar e isso fornecer-lhes a subsistência. Acabando, nas actuais condições, por promover a riqueza, para não dizer a luxúria de um único povo. Acusa ainda os portugueses do vício dos vícios, a saber, o de um incontrolado impulso lascivo pela propriedade e domínio, tornando-se culpados da destruição da liberdade humana.

No seu *De Indis*, Hugo Grócio acusa igualmente os portugueses de manifestarem um comportamento fraudulento, sublinhando ainda a injuriosa perfídia da sua conduta. Devido ao facto de se saberem inferiores em força, vestiram a pele pacífica da amizade, por meio da qual puderam gozar de grande segurança. Acabaram, no entanto, por usar de violência excessiva, com efeitos terríveis junto de pessoas completamente inofensivas. Desta forma, os portugueses submeteram muitas regiões que passaram a temê-los. Acusa-os ainda de deslealdade inigualável por terem retirado do poder precisamente aqueles que os haviam ajudado anteriormente a vencer muitas batalhas. E

²²⁹ *Mare Liberum*, p. 36.

mais, os indianos foram perseguidos pelos portugueses a traírem os holandeses, seus amigos e parceiros comerciais. Mais infame que qualquer outro crime alguma vez cometido, foi a tomada de um navio pelos portugueses, e o extermínio dos seus ocupantes. Quebrando todas as regras da hospitalidade, este assalto foi considerado por todos um crime monstruoso. Para Grócio, qualquer pessoa colocada sob a protecção de outrem, não poderia causar prejuízo à tranquilidade e ao estatuto soberano do protector.²³⁰ Por todas estas razões, e por violarem continuamente os seus próprios compromissos e a palavra dada, já ninguém estabelecia alianças com os portugueses, a não ser em caso de necessidade absoluta. Uma tal aliança era vista como o último recurso numa situação de desespero. Grócio declara detestar traidores e assassinos subornados e mais ainda os envenenadores, crimes todos eles cometidos sob a responsabilidade dos portugueses.

Além de gananciosos e traidores, Grócio avança com diversos testemunhos para provar que os portugueses eram igualmente caluniadores. Difamam os holandeses com falsas acusações e incentivam por toda a parte a inimizade contra eles. Com mentiras maliciosas, calúnias e conspirações, promovem o ódio dos nativos contra os holandeses, induzindo tanto os indianos como os chineses a virarem-se contra os mesmos. Fizeram circular calúnias, dizendo que os recém-chegados eram traiçoeiros e ladrões. Que não veneravam nenhuma autoridade sacrossanta, nem estavam sujeitos à lei. Além de desperdiçarem a riqueza embriagando-se, eram ainda alvo de uma acusação odiosa, a de luxúria pervertida, apesar de ser esta “desconhecida entre os holandeses”²³¹. Tinha por base esta acusação, o facto dos holandeses não se fazerem acompanhar por um grupo de mulheres, como era costume entre os portugueses²³². Foi ainda espalhado outro rumor pelas Índias Orientais, o de possuírem os holandeses uma poderosa frota e ainda que

²³⁰ *De Indis*, p. 173.

²³¹ *De Indis*, p. 262.

²³² *De Indis*, p. 262.

chegando sob o pretexto de comércio, o seu verdadeiro objectivo seria a expulsão dos nativos e o estabelecimento da sua própria soberania naqueles territórios. Hugo Grócio escreve que por todo o Oriente o nome da Holanda se tornou detestável como símbolo de uma maldição infame, a explicação de toda e qualquer calamidade que atingisse os nativos. Em consequência da qual, os holandeses viram obstruído todo o seu comércio, achando-se inclusive em perigo de perderem as próprias vidas. Os portugueses criaram um espírito de hostilidade não só por palavras, mas também usando da prática do suborno, corrompendo o próprio filho do rei de Achém com presentes e vãs promessas²³³. Ofereceram ainda aos africanos cem florins por cada holandês morto, além de lhes terem ensinado a adulterar o ouro.

Ora, esta conduta, segundo o célebre jurista, acabou por se revelar um tremendo desastre para os próprios portugueses²³⁴. A expectativa confiante de obter sucesso com toda a impunidade, convidava afinal à deslealdade e à decepção. Na definição de amor-próprio, Rafael Bluteau apontou ser este o amor “que nace comnosco, & quando he nimio [...] [é] huma monstruosa labareda, que se alumea a si, & deixa os mais às escuras, he huma setta, com cujos tiros se equivoca o arco com o alvo, porque não se destingue o feridor do ferido”²³⁵. Identicamente, segundo Grócio este amor-próprio é considerado como um vício. E este imoderado interesse por si mesmo é afinal um excesso incontrolado desse mesmo amor²³⁶. Ora, só o homem injusto inflige danos a si próprio, provocando a dor e a angústia. Os portugueses por possuírem um excesso de amor-próprio, o resultado foi assim oposto dos seus desígnios. Foram logo derrotados pelos Javaneses, derrota que explica o reforço da hostilidade contra os holandeses²³⁷. Apesar destas circunstâncias, a fúria contra o inimigo não baixou, persistindo

²³³ *De Indis*, p. 272.

²³⁴ *De Indis*, p. 260.

²³⁵ Rafael Bluteau, *Op. cit.* p. 345-346.

²³⁶ *De Indis*, p. 21.

²³⁷ *De Indis*, p. 285.

selvaticamente nas suas ofensas. Grócio insiste na loucura portuguesa, por não existir outro termo mais adequado para descrever as suas atitudes,²³⁸ na loucura instigada por uma incrível força contra os holandeses. Consideravam não só estes inimigos, como todos os que não eram bastante hostis contra eles.

Mas o rol dos agravos cometidos pelos portugueses inclui outras violências. Na guerra começada pela nação portuguesa, os seus súbditos demonstraram uma conduta selvagem, não demonstrando qualquer respeito pelos prisioneiros²³⁹. São acusados de assassinos e de cruéis torturadores, chegando a mutilar mulheres e crianças, e de tal forma que os seus troncos sobreviviam às próprias mutilações, dando azo ao “mais abominável espectáculo”²⁴⁰. Por este motivo, ficar cativo dos portugueses foi considerado por Grócio, um destino menos desejado que a morte, tão dolorosa era a expectativa dos suplícios e torturas que os aguardavam. Os diários de Van Spielbergen, o célebre marinheiro, corroboram esta realidade.²⁴¹ Na sua cólera, esclarece Grócio, que os portugueses empalavam em estacas as cabeças das vítimas, enquanto outras cabeças eram oferecidas aos bárbaros, isto é, os soldados nativos que serviam sob as suas ordens. Estes cozinhavam-nas e usavam depois os crânios como copos.²⁴² Hugo Grócio vê nestes terríveis tormentos a marca de inumanidade que caracterizava o temperamento dos portugueses. Criaturas piores que animais selvagens, possuíam uma natureza monstruosa. Os habitantes da ilha de Amboia, nas Molucas, terão sido sujeitos a tratamentos tão iníquos como os que sofreram os povos dos Países Baixos às mãos dos

²³⁸ *De Indis*, p. 285.

²³⁹ Hugo Grócio defende, citando Séneca, que os princípios essenciais de equidade e virtude requerem uma piedade oferecida aos cativos (*De Indis*, p. 162). Preocupação que dará mais tarde origem às convenções sobre o tratamento de prisioneiros de guerra.

²⁴⁰ *De Indis*, p. 278.

²⁴¹ O neerlandês Joris van Spielbergen escreveu *Miroir Oost & West-Indical* (Amesterdão, Ian Ianst, 1621) e participou em 1607 junto de Jacob van Heemskerck na batalha de Gibraltar. Este último foi comandante de oito navios pertencentes à VOC que capturaram a nau portuguesa *Santa Catarina*.

²⁴² *De Indis*, p. 258.

espanhóis.²⁴³ Vemos aqui uma clara tentativa para tornar a selvajaria uma característica comum aos povos ibéricos. A “crueldade e a avareza ibérica” sempre insaciáveis, eram a razão de todos estes actos inumanos. Discernimos ainda em Grócio, a intenção de atribuir uma situação semelhante às duas Índias, as Orientais e as Ocidentais, embora os crimes dos portugueses, na sua óptica, serem mais nocivos que os cometidos em outras regiões.²⁴⁴ Esta comparação acabou, no entanto, por estreitar as disparidades, assimilando as “depravações” espanholas, relatadas por Francisco de Vitória e por Bartolomé de Las Casas, às actividades dos portugueses no Oriente. Uma comparação atenta da conduta espanhola na América com o procedimento português relativamente aos indianos, acabou por levar Grócio a julgar os espanhóis mais habilitados para a violência e os portugueses para a perfídia. Esta fomentou o ódio sentido pelos indianos, bem como as viagens realizadas pelos holandeses em consequência da “ocupação” espanhola. Pretende o autor dizer que os portugueses não eram menos maliciosos que os espanhóis, mas antes que eram dotados de menor coragem e força que estes últimos.²⁴⁵ A verdade, diz Grócio, era que os portugueses mostravam uma atitude indiferente em relação às armas, assim como às coisas rudes e grosseiras, sendo naturalmente frívolos, afeitos a um estilo luxuoso no vestir e nos adornos. E deve-se, segundo crê, precisamente ao facto de as bugigangas insignificantes serem objecto de grande estima por parte dos bárbaros africanos que os portugueses conseguiam ser persuasivos nas calúnias que difundiam contra os rivais holandeses²⁴⁶. Grócio tem pois em vista desvendar o carácter efeminado dos portugueses, esclarecendo as partes constituintes do corpo andrógino. Ou seja, a mulher seria a nação portuguesa e o homem a nação espanhola.

²⁴³ *De Indis*, p. 292.

²⁴⁴ *De Indis*, p. 260.

²⁴⁵ *De Indis*, p. 260.

²⁴⁶ *De Indis*, p. [264].

A nação portuguesa infringia assim com estes múltiplos e reprováveis comportamentos as leis e a ordem pública colocando muitos povos sob a alçada do crime.²⁴⁷ Perseverando neste mau caminho, não poupavam nem a reputação, nem a propriedade, nem as vidas dos holandeses²⁴⁸. Perturbavam os reinos indianos, súbditos ou aliados, com actividades perversas e crueldades abomináveis, produzindo em toda a parte e em simultâneo, um estado de agitação fundado na suspeição.²⁴⁹ Acabavam com benefícios antigos e obrigações sagradas ligadas a convenções tácitas que nem a inimizade pública destruía entre homens de moderada virtude.²⁵⁰ Traços que excediam de longe os limites observados mesmo entre inimigos e, por isso, nem mereciam para Grócio, ser designados de mera hostilidade. Todos estes factos são provas claras e manifestas da hostilidade “transcendendo os limites do ódio humano”²⁵¹. Expõem, assim, os portugueses, um carácter inato semelhante ao que move os bichos,²⁵² esmagados por um desejo incomensurável e uma arrogância sem limites.

Esta grotesca e hiperbólica lista de malfeitorias e defeitos escandalosos dos portugueses, retoma os lugares-comuns da conhecida “lenda negra” explorada pelas nações setentrionais contra os povos da Península Ibérica. A obra de Hugo Grócio, insere-se, claramente, nesta literatura de propaganda negativa com o objectivo de desacreditar moralmente a grande potência política da época – a Monarquia hispânica. Por regra, a comparação entre o inimigo e o monstro surge nestes relatos de forma quase inevitável. A lenda pretende precisamente aniquilar simbolicamente o inimigo monstruoso. Grócio ao tentar provar serem os portugueses e os espanhóis povos excepcionalmente cruéis, intolerantes, traidores e tirânicos, revelou a quinta-essência do

²⁴⁷ *De Indis*, p. 60.

²⁴⁸ *De Indis*, p. 288.

²⁴⁹ *De Indis*, pp. 259 e 267.

²⁵⁰ *De Indis*, p. 252.

²⁵¹ *De Indis*, p. 288.

²⁵² *De Indis*, p. 292.

“mal político” no mundo. Para Hugo Grócio, o império luso-espanhol converteu-se na encarnação do mal. Era assim revelada a natureza bestial e diabólica do andrógino ibérico que teve um dia a pretensão de se tornar divino. O inimigo dos holandeses e da humanidade era escândalo vivo, tornando-se assim conveniente aniquilá-lo.

Do ponto de vista grociano, homens de tal índole, despidos de qualquer semelhança com Deus ou com a humanidade, deveriam ser relegados para uma classe inferior e transferidos para o serviço daqueles que eram virtuosos. Consequentemente, era permitido destruir estes homens, de forma a prevenir a execução do mal como para servir de exemplo²⁵³. Grócio defende a punição do corpo, segundo ele, justamente infligida aos que se regem por uma má conduta e que impedem a execução da justiça. Justificará a guerra dos holandeses contra os portugueses até a totalidade da quantia em dívida ser saldada.²⁵⁴

Pelo exposto, podemos concluir que o processo concebido pelo humanista holandês contra os portugueses segue o modelo promovido pela Inquisição, e em particular, daqueles que tratam da perseguição por sodomia. O processo configura-se na denúncia contra os portugueses, descrevendo as circunstâncias de tempo e de lugar. Nicolau Emérico no seu *Manual dos Inquisidores* afirma parecer “à primeira vista que esta lei [da Inquisição] é contrária à equidade natural, por retirar aos acusados meios de provar a sua inocência”.²⁵⁵ A razão desta “aparente” injustiça deve-se ao facto de ser “impossível acreditar na palavra daquele que violou a fé devida ao Senhor e não se pode contar com a fidelidade do testemunho daquele que é infiel a Deus”²⁵⁶. Pela descrição dos factos, a sodomia é entendida por Grócio, essencialmente no sentido romano de luxúria em vez de uma descrição jurídica de “actos proibidos”. Por este processo, os

²⁵³ *De Indis*, p. 135.

²⁵⁴ *De Indis*, p. 171.

²⁵⁵ Nicolau Emérico, *Op. cit.*, p. 19.

²⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 19.

portugueses demonstraram ser um povo dado à prática de excessos. A sua intemperança, a inconstância e o desejo desordenado pela propriedade e domínio, submeteram muitos territórios a um estado de escravidão. O comportamento fraudulento, as violações dos compromissos, as calúnias faziam dos portugueses um povo traidor e desleal, em suma, um falso amigo. Exibiam publicamente a opulência arrogante com vestimentas luxuosas e corrompiam toda a gente com presentes e promessas. Esta era uma prática comum, inúmeras vezes descrita nas confissões feitas aos inquisidores. Por exemplo, o conde de Vila Franca ofereceu a Luís da Mota “dinheiro e promessas de bom tratamento”²⁵⁷ e a Henrique Tavares a promessa do hábito da ordem de Cristo e outras mercês”.²⁵⁸ Ao revelar as características efeminadas dos portugueses, considerou a desordem hierárquica entre o masculino e o feminino. Os portugueses exerciam igualmente uma violência exacerbada contra os seus inimigos provocando situações de enorme barbaridade. Violavam igualmente os direitos de hospitalidade. O episódio do navio tomado pelos portugueses e o assassinato dos seus tripulantes, considerado por Grócio como o crime mais infame de todos, recordaria a hostilidade do povo de Sodoma contra os anjos hospedados em casa de Lot (Gen 19). A desordem sem limites resultante da conduta cruel dos portugueses nas Índias Orientais, bem como dos espanhóis nas Índias Ocidentais e na Europa, instaurou o Caos em toda a parte. Vemos assim como o andrógino ibérico, o império universal, símbolo da harmonia e da totalidade se tornou num ser irracional, sem fé nem lei. Uma entidade desregrada e dominada por uma loucura desmedida criando um estado caótico universal.

Em defesa dos portugueses, Serafim de Freitas cita Plínio para recordar que desde longa data havia em Portugal grande abundância de ouro. Lembra ainda que foi precisamente das areias do rio Tejo que se extraiu ouro puro e sem liga para fazer o

²⁵⁷ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Nefando nº 9, Livº 137, fl. 8v.

²⁵⁸ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc. nº 975, fl. 5v.

ceptro dos reis, usado por estes quando aclamados ou para assistir às Cortes²⁵⁹. E no seu tempo seria mesmo possível encontrar minas de ouro e prata, em Portugal, não fosse o édito régio impeditivo. Antes do descobrimento da Índia, não havia na Europa um reino tão opulento como o de Portugal. Relembra ainda a posse da fortaleza de S. Jorge da Mina, precisamente devido às minas de ouro aí encontradas. Sem pretender discutir a veracidade de todas estas afirmações, importa sublinhar a necessidade de provar a constância na riqueza, despistando quaisquer sinais de cobiça ou ganância desenfreada pelo lucro. Muito pelo contrário, o comércio indiano de ouro, prata, pedras preciosas e essências aromáticas, era uma forma de os portugueses contribuírem para o bem comum. Por conseguinte, ajudaram sempre, com generosidade, os príncipes católicos com socorros em dinheiro, munições e armadas. Os portugueses procuravam a expansão da Cristandade e não tanto a expansão dos limites da soberania portuguesa. Por tal razão aplicavam os lucros a proteger a Igreja, construindo templos e fabricando objectos sagrados. Antepunham a causa da religião a qualquer outro interesse. Para isso mantinham exércitos e armadas nas suas províncias de forma a combater os inimigos turcos, mouros, infiéis, piratas, rebeldes e hereges. As vantagens e riquezas retiradas das Índias, dificilmente chegavam para sustentar as despesas quotidianas para o aumento e protecção da fé católica em África e a na Ásia²⁶⁰. Serafim de Freitas prova a utilidade e a necessidade do comércio feito pelos portugueses e a contribuição das riquezas da Índia na defesa dos interesses da comunidade cristã. Este comércio praticado pelos portugueses, foi, desde o início, honrado segundo a opinião de todos. Portugal adquiriu junto daqueles povos uma notável consideração e fama de probidade. Freitas exalta ainda a constância e a fidelidade de juramento dos portugueses.

²⁵⁹ Serafim de Freitas, *Op. cit.*, pp. 360-364.

²⁶⁰ Serafim de Freitas, *Op. cit.*, p. 367.

1 - Guerra Justa ao Enriquecimento Pecaminoso

O encontro paradoxal entre as teses humanistas e o modelo da Inquisição pode ser verificado se compreendermos a figura complexa do sodomita e do seu abominável pecado. Teoricamente, pelos regimentos do Santo Ofício, a perseguição ao pecado nefando estabelece o princípio de igualdade dos homens perante a justiça. Numa provisão do cardeal D. Henrique, em 1574, é ordenado “que se proceda contra estes, que se chamão filhos de dissidência” e “procedais contra elles, e cada hum delles no mesmo modo”. Segundo o regimento do Santo Ofício, sendo necessário inquirir alguma pessoa de qualquer estado, e condição que seja [...] a mandarão chamar ao S. Officio” (I.3.13) Os inquisidores estavam autorizados a proceder “contra os culpados no peccado nefando de sodomia de qualquer estado, grao, qualidade, preheminencia, e condição, ainda que izentos, e Religiozos sejam, guardando a mesma forma, com que procedem no crime de heresia.” (III.15.1). Desde o breve de Gregório XVIII, de Agosto de 1574, se podia proceder contra “os membros do clero regular e membros das ordens militares”. Sendo assim, qualquer pessoa de qualquer crença religiosa, seja cristão-novo ou cristão-velho, criança ou adulto, nobre ou plebeu, “leiga, ou Ecclesiastica, secular, ou regular”, independentemente do sexo, podia ser chamado ao Santo Ofício, processado e condenado. A sodomia estabelece uma indiferenciação entre todos e esta característica é sublinhada nos regimentos da Inquisição. Nestes regulamentos, incidindo a reprovação na materialidade de actos cometidos, qualquer um se tornava igualmente responsável pelos seus próprios actos, sem diferenciação de idade, sexo ou qualidade. Teoricamente seria possível condenar qualquer nobre ou mesmo o próprio rei²⁶¹.

²⁶¹ Diversos elementos da nobreza viram-se envolvidos nas teias do tribunal do Santo Ofício por acusações do pecado nefando. Como por exemplo, D. Álvaro Manuel de Noronha, Senhor de Atalaia

Na *República* de Platão, as paixões irracionais como a luxúria, os prazeres sensuais extremos, o desejo de dominar os outros, o desejo por possessões e riqueza eram comuns em pessoas destemperadas. Era uma condição de nascença que não podia ser corrigida pela educação. Devido à sua fraqueza, essas pessoas eram escravas dos desejos, ocupando a pior condição possível, a dos tiranos ao nível do Estado. Pessoas com este temperamento só poderiam ser tratadas com ameaças, castigos ou a prisão. Apenas uma pessoa governada pela razão, está imune a cometer injustiças. Na introdução do *Mare Liberum*, Grócio ao distinguir a justiça da injustiça, acrescenta o comentário de que “nenhum homem pode ignorar estes factos a não ser que deixe de ser homem”²⁶². Assim, todos aqueles que não possuíssem uma parte da faculdade de deliberação ou livre-arbítrio, não podiam ser descritos devidamente como homens. Para o exercício de autoridade política era necessário ter o uso da razão à semelhança de Deus.²⁶³

O processo grociano prova que os portugueses não podiam reivindicar o direito ao domínio, nem lhes ser atribuída qualquer capacidade para gerir o seu império marítimo. E o humanista vai ainda mais longe. Tal como o povo de Sodoma e Gomorra que sofreu um cataclismo de origem divina, ou tal como o andrógino de Platão que foi destruído pelos deuses, o povo português deveria, do mesmo modo, sujeitar-se à punição, desta vez de acordo com a lei dos homens, ainda que revelada por Deus. A exemplo das bulas papais, os “crimes cometidos contra a sociedade humana” podiam justificar uma guerra justa: “Por causa destes crimes nenhuma pessoa de moderada racionalidade poderá negar que a guerra pode e deve ser feita contra os portugueses

(1644-1665), D. Filipe de Moura (1644-1653), Luís Francisco de Oliveira, Morgado de Oliveira de Miranda (1644-1654) e D. Rodrigo da Câmara, conde de Vila Franca (1643-1672). Este último processo, é provavelmente o único em que um rei se viu directamente envolvido. D. João IV foi testemunha abonatória e interrogado no Paço pelo Inquisidor-Geral.

²⁶² *Mare Liberum*, p. 6.

²⁶³ IBP, II.3.6.

independentemente de qualquer conexão entre estes crimes e o rei de Espanha”²⁶⁴. O condenado podia ser privado de todos os seus direitos, incluindo a liberdade, o *dominium corporis suis*, ou seja, podia perder toda a capacidade de domínio, inclusive do seu próprio corpo. A sua má conduta devia também ser punida de forma a servir de exemplo, sendo necessário que os culpados fossem reduzidos à pobreza extrema²⁶⁵. Este procedimento curativo, foi explicado por Aristóteles. Aplicar a dor como antídoto à condição resultante do excesso de prazer e a perda de bens como remédio para o excesso de lucros. O direito aos bens do inimigo poderia assim ser adquirido, sendo ainda permitido obter o domínio civil ou o direito absoluto para o comandar e governar²⁶⁶. Um outro tipo de punição diz respeito ao castigo exemplar com a intenção de instaurar o medo e prevenir outros tantos de cair na mesma falta. Nesta condenação grociana, deparamo-nos com uma análoga referência aos processos do Santo Ofício. As sentenças consideradas de forma pedagógica, deveriam ter utilidade servindo de exemplo. De acordo com Francisco Bethencourt, o controlo social baseava-se numa cuidadosa administração da justiça inquisitorial, consistindo na exibição pública do arrependimento e do perdão e igualmente do castigo²⁶⁷. Aos inimigos da fé foi aplicado o confisco dos bens. Sendo estes falecidos, a perseguição abatia-se sobre os herdeiros que deveriam dispor de bens para pagamento dos erros do seu parente²⁶⁸, “já que, segundo todas as leis divinas e humanas, os filhos pagam pelas faltas dos pais”²⁶⁹. Estes ficavam estigmatizados pela infâmia durante várias gerações. Segundo o direito canónico haveria que castigar o herege tanto na sua pessoa como nos seus bens. Por altura da detenção de um suspeito de heresia, os seus bens eram sequestrados e feito um

²⁶⁴ *De Indis*, p. 285.

²⁶⁵ *De Indis*, p. 74.

²⁶⁶ *De Indis*, p. 265.

²⁶⁷ Francisco Bethencourt, “Inquisição e Controlo Social”, in *História & Crítica*, nº 14, 1987, p. 13.

²⁶⁸ José Eduardo Franco, Paulo de Assunção, *Op. cit.*, p. 38.

²⁶⁹ Nicolau Emérico, *Op. cit.*, p. 84.

minucioso inventário. Se o processado fosse condenado pelo tribunal os bens eram confiscados e passavam à Fazenda Real que concedia autorização para os vender em hasta pública. Aos hereges era-lhes também interdito pelo Regimento do Santo Ofício de 1613, “ter ofícios públicos, nem benefícios, nem sejam procuradores, rendeiros e boticários, físicos, cirurgiões, sangradores, nem possam ser bombeiros, pilotos, nem mestres de naus nem navios, nem possam trazer nem tragam sobre si e em suas pessoas e vestidos de ouro, prata ou pedraria alguma.” (III.4) O procedimento inquisitorial ditava uma série de inabilitações e incapacidades para os condenados que deveriam ser desapossados de todos e qualquer cargo, benefício, dignidade e autoridade. Estes cargos e funções não poderiam ser desempenhados por aqueles que eram considerados como gente louca, segundo o conceito de herege definido pelas *Las Siete Partidas*: “herejes son una manera de gente loca que se trabajan de escatimar las palabras de Ntro Señor Jesu Cristo e las dan outro entendimiento contra aquel que los Santos Padres le dieron e que la Iglesia de Roma cree e manda guardar”. A partir do momento em que um homem é condenado por heresia, “perde a autoridade civil que tiver sobre os seus criados, a autoridade política que tiver sobre os seus súbditos, a autoridade ou direito sobre os seus bens, os direitos que tiver sobre aqueles que para com ele se obrigaram por meio de todo e qualquer juramento, e finalmente perdem também a autoridade paterna.”²⁷⁰ Quem entrava nos cárceres inquisitoriais “morria” para o mundo, ao contrário do que acontecia com o preso da justiça secular. Por esta razão, entre os historiadores tem-se estabelecido alguma confusão em determinar a data da morte do conde de Vila Franca. Braamcamp Freire refere o ano de 1662 quando na verdade o seu falecimento é posterior, mais precisamente dez anos depois²⁷¹. No *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal* de 1603, é designado por “morte natural” a que se dá nas

²⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 88.

²⁷¹ Anselmo Braamcamp Freire, *O Conde de Vila Franca e a Inquisição*, Lisboa, Impr. Nacional, 1899, p. 242.

execuções dos condenados, a qual é geralmente causada por “doença, velhice, veneno, golpe, suffocação, decapitação, etc.” Por outro lado a “morte civil” é entendida como uma expressão figurada, e por isso não existe propriamente “perda da vida, mas simplesmente perda de direitos e graduação social” (V.13). Pensamos ser neste sentido que resultará a condenação de Hugo Grócio. A destruição do império ibérico na sua globalidade resultava da atribuição da infâmia a todo um povo e à sua descendência, atribuindo-lhe uma série de inabilitações no que diz respeito à propriedade, autoridade e domínio e por consequência à incapacidade intrínseca para gerir o seu próprio império.

Os portugueses que anteriormente, segundo Grócio, haviam decidido voluntariamente tornar-se escravos, submetendo-se à autoridade real espanhola, poderiam agora ser capturados numa guerra justa e tornarem-se *genuine servitus*. Regulado pelo direito das Nações (*ius gentium*), podia ser aplicado um direito praticamente ilimitado sobre estes escravos como sobre a sua progenitura. Os escravos eram uma propriedade pura e simples, não havendo praticamente qualquer interferência da lei civil sobre a forma como o homem usava a sua propriedade. Os corpos dos escravos estavam assim inteiramente ao dispor do seu amo. Esta guerra além de poder ser empreendida por indivíduos privados, poderia ser feita por terceiros. Ou seja, por quem não foi prejudicado directamente, ou por aqueles que não tinham qualquer jurisdição sobre a pessoa contra quem a guerra era feita.²⁷² Significa isto que a guerra contra os portugueses é justa tanto do prisma dos interesses dos holandeses como de qualquer outro povo.

Com a intenção de destruir o império universal, o andrógino ibérico, Grócio acabou por pôr em causa todo o sistema de valores que sustentava a dinâmica corporativa da sociedade, a qual havia tornado possível e legitimado o império ibérico.

²⁷² IBP, II, 20.40.

Somente a partir das suas cinzas seria permitida a criação de uma nova base teórica para o sistema internacional. Veremos de seguida, como esta necessidade de desmembrar o império, permitiu a Grócio abrir a via para a emergência do sistema das relações internacionais que hoje conhecemos. Contudo, a sua tese manteve muitas posições tradicionais e por isso interessa compreender as razões da sua conservação e em que medida houve inovação.

Grócio diz ter observado no mundo cristão um desregramento em relação à guerra, deixando de existir qualquer reverência pelo direito, tanto divino como humano, como se os homens fossem autorizados e resolutos a cometer todas as formas de crimes sem restrição, atitude que designou como barbaridade monstruosa²⁷³. Por conseguinte, ao referir-se a *iustus*, “quando uso este termo não refiro no sentido no qual é por vezes empregue”²⁷⁴. Sendo assim, para Grócio o que se entende por guerras justas? No *De Iure Belli ac Pacis*, Questionou as condições em que a guerra seria justa analisando as suas causas (*ius ad bellum*) e a conduta dos beligerantes durante a guerra (*ius in bellum*). Segundo o humanista holandês, a guerra era justa quando existia uma violação do direito natural, ditado por Deus. A vontade divina constituía a norma da justiça e era revelada pela natureza e pelas Escrituras. Segundo Grócio, Deus desejava que nos protegêssemos a nós mesmos, assegurássemos as necessidades da vida e obtivéssemos o que nos era devido. E que se punissem os transgressores da norma e fosse defendida a estabilidade do Estado. Estes objectivos divinos constituíam por vezes motivos para fazer a guerra. Logo, era da vontade de Deus que se fizessem certas guerras. Uma vez que ninguém negaria ser justo o que é desejado por Deus, consequentemente algumas guerras eram justas. Pela tradição do direito romano, a justiça dizia respeito acima de tudo ao cuidado do corpo: “considera-se feito de acordo com o direito tudo aquilo que

²⁷³ IBP, II, 106.

²⁷⁴ IBP, II, 89.

alguém faz em defesa do seu corpo” (*Digesto*, I.1.3). Uma vez que somos entidades corpóreas, outros corpos podiam naturalmente beneficiar ou ofender-nos. As nossas mãos e pés eram no entender de Grócio como instrumentos adaptados às funções de repelir e atrair.²⁷⁵ Por exemplo, defendermo-nos empurrando as mãos adiante e reivindicamos um bem como nosso pegando nele com as mãos.²⁷⁶ Na sua perspectiva, segundo a ordem natural, cada indivíduo era responsável pela execução dos seus próprios direitos. Fomos organizados com uma mente e um corpo precisamente com este propósito. Como ao homem lhe foi dado um corpo “fraco e enfermo”, instrumentos extra-corporais foram postos à sua disposição para lhe servirem. A estes instrumentos, Grócio chama “armas.”²⁷⁷ Armas usadas pelo homem justo para se defender e para adquirir legalmente os bens de que necessita, e para o homem injusto atacar e capturar. A mão é por assim dizer “o instrumento de todos os instrumentos”. Cita Lucrécio para quem “as armas dos antigos eram as mãos, dentes, e unhas”. Inversamente, as mãos dos soldados eram as armas.²⁷⁸

Grócio subscreve a lei natural consistindo na permissão de cada um defender a própria vida, o que na prática corresponde ao direito de um corpo se proteger de outro. O objectivo é preservar-se a si mesmo no seu estado natural, ou seja, manter perfeitos todos os membros do corpo. Consiste, pois, em defender aquilo que corresponde à natureza e recusar o que lhe era incompatível. Sendo o nosso corpo atacado por um acto violento, representando perigo de vida e não podendo de outro modo evitá-lo, neste caso, a guerra é lícita, mesmo permitindo eliminar aquele que nos expôs ao perigo. Extrapolando o direito de auto-defesa, Grócio argumenta que na ausência de um juiz independente e eficaz, cada pessoa deve assumir os seus poderes soberanos, podendo

²⁷⁵ *De Indis*, p. 23.

²⁷⁶ *De Indis*, p. 92.

²⁷⁷ *De Indis*, p. 50.

²⁷⁸ *De Indis*, p. 94.

actuar em defesa da sua própria causa. Grócio foi o primeiro a defender o direito das pessoas punirem os transgressores do direito natural na ausência de um juiz independente. A ele devemos a conceptualização da guerra privada como um processo legal, uma forma de administrar a justiça. O seu objectivo, com esta argumentação, era facultar à VOC o direito de obrigar à execução dos seus contratos com os nativos na ausência de um juiz independente e efectivo. O direito à punição, um dos pilares da ordem medieval, era tradicionalmente uma especial prerrogativa dos príncipes. Grócio subscreve este direito, embora o poder de punir já não pertença apenas ao Estado. Ao autorizar os indivíduos a executar castigos, vai mais longe que a maioria dos moralistas que apenas autorizavam o uso da força por um indivíduo em sua própria defesa imediata.

Por outra parte, nesta perspectiva grociana, era permitido assegurar ou adquirir os bens necessários à vida. Este princípio punha em prática a atracção de um corpo por outro²⁷⁹. Cada indivíduo, sem violar os preceitos da natureza, preferia adquirir para si próprio que para outrem. A sua satisfação deve preceder a satisfação do outro. A natureza concedia ao homem, e em geral, a todos os animais, a procurarem a sua vantagem particular. Pelo que seria descabido procurar o bem de outrem em nosso próprio prejuízo. Estas “leis” da natureza tornaram-se “direitos” no *De Iure Belli ac Pacis*. Não era incompatível com a natureza da sociedade humana, cada qual tomar conta de si próprio, desde que não fosse em prejuízo do direito alheio. Consequentemente, o direito do outro não era coisa injusta. Este princípio é fundado em princípios de equidade, Grócio afirma ser “tão evidente que até as feras, não sendo providas de direito, mas têm uma ligeira semelhança do mesmo”, distinguem o ataque da defesa. A razão e a natureza da sociedade não proibiam a violência, mas somente

²⁷⁹ *De Indis*, p. 23.

aquela que repugnasse à sociedade, ou seja, aquela que invadia o direito do outro. Para o bem comum da sociedade, cada qual um devia usufruir em sossego dos seus direitos com a ajuda e a força unificada de toda a comunidade. Estabelece desta forma a diferença entre o direito “do proveito inocente”, aquele em que apenas se procura “a minha própria vantagem, sem prejudicar ninguém”²⁸⁰ e o direito de recorrer à força em defesa da própria vida. Quando alguém era prejudicado, passava a poder usar o direito à guerra. O dano podia consistir tanto em palavras como em actos e a resistência era permitida em defesa da propriedade. Esta não devia ser entendida somente num sentido material, mas em referência a qualquer direito, incluindo o direito ao bom-nome. O bom-nome era para Grócio pertença de pessoas virtuosas e do qual não deveriam de nenhum modo ser desprovidas. Outra justa causa para motivar a guerra seria uma aquisição imprópria, excedendo o que seria devido e à custa dos outros. Impunha-se reaver o pagamento devido, tanto por dívidas resultantes de um contracto ou fonte similar, como uma dívida pecuniária, ou obrigações não pagas devidamente. Ao citar Santo Agostinho quando este refere que a ganância produz danos, vinganças cruéis, provoca o espírito insatisfeito, a rebelião selvagem e um desejo pelo domínio e ainda outros traços similares podiam surgir, Grócio conclui serem precisamente estas atitudes o que a lei censura. Segundo Aristóteles (Ética, V.9), a injustiça provinha desta disposição de fazer mal, ou seja, de dar a cada pessoa demais ou de menos sem o devido respeito à proporção exacta. Ao observar esta distribuição desigual, desviada da regra da proporção, a medida era tida como a essência da virtude moral.

As ofensas não eram punidas se não fossem voluntariamente cometidas. Quer isto dizer que ninguém podia ser julgado por ter enriquecido à custa das perdas de outros, a não ser que tenha sido o autor voluntário dessa perda. Estas distintas maneiras

²⁸⁰ IBP, II.2.11.

de causar dano deram origem a diferentes formas de condenação. A lei corrigia não só pecados voluntários mas também involuntários. Em consequência, Grócio elabora uma lei da restituição, consistindo esta na obrigação em devolver a quantia exacta ao valor do enriquecimento obtido à custa do empobrecimento de outros. A restituição deveria ser feita quando a necessidade terminasse, pois tudo o que vai para além dela é injusto²⁸¹. Grócio coloca um limite aos direitos dos proprietários com o objectivo de preservar as leis da equidade natural. A reparação pela perda infligida em caso de roubo ou de empréstimo deveria ser executada, sem atender à qualidade da pessoa, mas apenas ao valor das coisas ou à força das acções envolvidas, para a verdadeira justiça ser feita. As pessoas que infligissem um dano universal ou magoassem apenas uma única pessoa, teriam do mesmo modo que dar satisfações. Neste sentido, um dano provocado a um único indivíduo seria da responsabilidade de todos. Mantendo a concepção corporativa, Grócio compara a sociedade ao corpo, em função do qual os vários membros se deveriam comportar, sempre atentos em protegê-lo do contágio do crime.²⁸² O povo ou Estado podia ser atacado por ter negligenciado punir a má conduta de alguns dos seus membros ou por não ter restituído o que foi tomado injustamente. Vemos assim, como partindo da denúncia a propósito do comércio oriental, feito, na opinião de Grócio, por um povo corroído pelo pecado da cobiça, o português, se chegou a uma lei da restituição²⁸³ como obrigação de reparar os danos causados. Uma afirmação do direito das nações a proteger os lesados de pilhagens e violências, ou seja, a evitar o contágio maligno do crime, sendo ao mesmo tempo uma reiteração da livre vontade de cada indivíduo em fazer uso dos seus actos e possessões como bem aprouver. Decorre de tal veredicto, ser a troca um acto voluntário e não sujeita à vontade de outros. Esta perspectiva é validada pelo consentimento comum de todas as nações. Daí o conceito

²⁸¹ IBP, p. 437.

²⁸² *De Indis*, p. 30.

²⁸³ *De Indis*, p. 29.

bem conhecido de “liberdade natural”, não ser mais que o poder de cada indivíduo agir de acordo com a própria vontade.

Ao mesmo tempo, Grócio estabelece alguns limites à promoção da guerra, alguns dos quais controversos. Além de considerar legítimas certas acções praticáveis mesmo contra um inimigo²⁸⁴, afirma não haver direito de fazer a guerra contra um assaltante “útil a muitos”²⁸⁵. Este princípio aplica-se tanto a indivíduos como a Estados.

Segundo Jean-Mathieu Mattéi, a obra grociana é radicalmente nova na medida em que estabelece uma distinção fundamental ao introduzir uma dimensão subjectiva na apreciação da causa justa²⁸⁶. Para Grócio, era necessário esclarecer as causas externas, mas era igualmente forçoso apreciar as razões internas, ou seja, as que levaram os beligerantes a desencadear a guerra. Jean-Mathieu Mattéi refere que as causas apresentadas por Grócio funcionam como instrumentos jurídicos para distinguir os interesses dos justos motivos. Os interesses não eram, portanto, considerados como causa justa para fazer a guerra. Todavia, o jurista francês salienta que o facto de os evocar pela primeira vez num manual do direito das gentes, consagra a evolução do pensamento jurídico, o aparecimento do subjectivismo e a tomada em consideração dos interesses nacionais particulares pelo direito internacional, mesmo tratando-se de os excluir.

A questão do probabilismo da guerra consiste em saber se a guerra pode ser considerada do ponto de vista dos dois beligerantes como justa. Grócio é herdeiro das soluções medievais. A guerra só podia ser justa de uma só parte.²⁸⁷ Numa visão moral, segundo os teólogos e canonistas e canónicos, a guerra é a punição de uma injustiça sendo a expressão de uma vontade unilateral tomada por uma autoridade competente. É

²⁸⁴ IBP, II, 103.

²⁸⁵ IBP, II.19.1.

²⁸⁶ Jean-Mathieu Mattéi, *Histoire du droit de la guerre (1700-1819). Introduction à l'histoire du droit international*, tome I, Aix-en-Provence, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2006, pp. 308-313.

²⁸⁷ IBP, II.23.13.

possível estabelecer a relação entre justiça e guerra legítima. Se a guerra é assimilada a um acto de justiça, só podia ser justa de uma só parte. Esta afirmação implica que entre dois beligerantes, um deles faz necessariamente a guerra injustamente. Verifica-se um evidente recuo relativamente às teses de Alberico Gentili (1552-1608). Segundo este jurista italiano, existe a possibilidade de ambas as partes reclamarem justa causa, em caso de dúvida ou em caso de ignorância²⁸⁸. Segundo Jean-Mathieu Mattéi, o humanista italiano pretendia acabar com o princípio da justa e unilateral causalidade da guerra. O unilateralismo, e portanto a desigualdade entre beligerantes do ponto de vista do direito, deu lugar ao princípio de igualdade das nações. As opções de Gentili tiveram uma influência notória em Grócio, mas para este jurista, o estatuto de desigualdade entre as nações não é repetido.

Como foi referido, o manuscrito *De Indis* está organizado a refutar qualquer reivindicação portuguesa às Índias Orientais a favor dos interesses holandeses. Em *De Jure Belli ac Pacis*, escrito durante o exílio de Grócio enquanto embaixador da coroa sueca na corte francesa, muitos argumentos foram omissos, sendo apenas apresentados os princípios gerais e recorrendo quase somente a casos exemplificativos da Antiguidade. Importa assim conhecer a evolução do pensamento de Grócio para chegar às mencionadas leis universais. Em *De Indis*, foram repetidos exaustivamente os argumentos que justificam a punição a exercer sobre a nação portuguesa e consequentemente ao império ibérico. Pelo que se impunha justificar as razões pelas quais os holandeses entendiam legitimar uma guerra contra os portugueses. Sublinha pois a sua boa fé, a candura e honestidade dos holandeses, uma inocência que contrasta com a ferocidade dos seus inimigos. Sendo por natureza gentis e compassivos, os holandeses deram provas de lealdade para com os seus aliados. Conduziam o seu

²⁸⁸ Jean-Mathieu Mattéi, *Op. cit.* p. 305.

comércio de forma assaz pacífica, apenas disputando com os portugueses os benefícios pelos quais a natureza a todos os homens garantiu livre acesso. Por outro lado, a guerra, para os holandeses, seria efectuada para conservar a própria vida, isto é, como auto-defesa. As exigências criadas pela conduta do duque de Alba levou o povo holandês a organizar-se militarmente para proteger os seus corpos e os bens. Acrescenta que os holandeses relativamente aos abusos fiscais dos espanhóis foram privados de qualquer outro meio de defesa. Não havia praticamente ninguém que não imputasse o empobrecimento do Estado holandês a ponto de ficar quase desprovido de recursos, a estes actos de violência, muito mais que às perdas sofridas por motivo de naufrágios. Muitos milhares de holandeses foram mandados para as galés e aprisionados, por causa de um édito “bárbaro, digno de Mitridates.”²⁸⁹ Navios e mercadorias foram confiscadas, a contabilidade dos agentes examinadas. Após uma longa série de crimes que escandalizaram a nação holandesa, esta não escolheu atentar contra a vida humana de forma cruel que caracterizava os portugueses. Pelo contrário, a guerra foi conduzida com toda a clemência. E que para Grócio, certos comportamentos eram ilegítimos mesmo contra um feroz inimigo²⁹⁰.

Devido ao inimigo da nação holandesa procurar de forma sistemática subjugar os seus súbditos pela fome e pela privação ao impedir o comércio, seu principal meio de subsistência, os holandeses viram nas longas viagens e as nações distantes a solução para suprir as suas necessidades. A necessidade foi pois a causa destas viagens. As especiarias que a VOC importava das Molucas, Ambon e ilhas Banda eram “necessárias” à vida, facto que tem surpreendido alguns historiadores²⁹¹. Como, segundo Grócio, todos são livres de navegar, mesmo sem ter obtido a permissão de um

²⁸⁹ *De Indis*, p. 253.

²⁹⁰ IBP, II, p. 103.

²⁹¹ Martine van Ittersum, “Preparing *Mare Liberum* for the Press: How Hugo Grotius Rewrote Chapter 12 of *De Iure Praedae*, November 1608-February 1609”, *Grotiana* 26-28 (2005-2007), p. 266.

príncipe, os holandeses tinham sido impelidos a dirigir-se para onde pudessem e a todos era lícito comunicar com outros povos.

2 – O Apresamento da Nau *Santa Catarina* e o Direito de Represálias

A 25 de Fevereiro de 1603, o almirante Jacob van Heemskerck atacou a carraca portuguesa *Santa Catarina* no estreito de Singapura. O contexto histórico desta captura foi amplamente descrito por Peter Borschberg e por Martine van Ittersum²⁹², sendo por isso de maior interesse discutir o seu significado. Esta espectacular captura pela companhia comercial holandesa deve-se a um carregamento valioso²⁹³, perfazendo mais de três milhões de florins neerlandeses no leilão quando vendido em hasta pública. Um valor que representava cerca de metade do capital total da recém-criada companhia²⁹⁴ (desde 1603), conhecida pelas iniciais corporativas VOC. Deve-se ainda a singularidade deste acontecimento, ao facto da captura ter sido efectuada por uma entidade privada contra o rei de Espanha e de Portugal, com quem os holandeses se encontravam em rebelião desde 1568²⁹⁵. O corso e a pirataria não eram nada de novo nas águas asiáticas²⁹⁶. A novidade da ocorrência consiste na tentativa de validar esta comissão privada pelo então direito das gentes, uma tarefa que se mostrou bastante questionável. Em Setembro de 1604, Jan tem Grootenhuys, irmão de um dos directores da VOC pediu ao seu amigo Hugo Grócio para traçar uma opinião legal sobre a referida captura e fazer

²⁹² Cf. Peter Borschberg, “The *Santa Catarina* Incident of 1603: Dutch Freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and Intra-Asian Trade at the Dawn of the 17th Century”, *Review of Culture*, 11 (2004), pp. 13-25; Martine Van Ittersum, “Hugo Grotius in Context: Van Heemskerck’s Capture of the *Santa Catarina* and its Justification in *De Jure Praedae* (1604-1606)”, *Asian Journal of the Social Sciences*, 31(3) (2003), pp. 511-48.

²⁹³ Entre as mercadorias encontravam-se sedas, porcelanas, algodão e açúcar. (Cf. Luís Ramalhosa Guerreiro, *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*, Lisboa, Temas e Debates, 1997, p. 194.)

²⁹⁴ Peter Borschberg, “Hugo Grotius’ Theory of Trans-Oceanic Trade Regulation. Revisiting *Mare Liberum* (1609), *Itinerario* 29, n° 3 (2005), p. 31.

²⁹⁵ A Guerra da Independência holandesa começou em 1568 até 1648 (Cf. Paul C. Allen, *Philip III and the Pax Hispanica, 1598-1621. The failure of Grand Strategy*, New Haven; London, Yale University Press, 2000)

²⁹⁶ Para um estudo aprofundado sobre as represálias nos séculos XV e XVI, ver Ruy de Albuquerque, *As represálias. Estudo de história do direito português (sécs. XV e XVI)*, 2 vols., Lisboa, Universidade, Faculdade de Direito, 1972.

uma apologia da Companhia holandesa das Índias Orientais²⁹⁷. O humanista escreveu entre Outubro de 1604 e Novembro de 1606 a defesa legal da guerra da VOC contra os portugueses no Oriente, no *De Indis*, publicado muito mais tarde, em 1868, sob o título de *De iure praedae commentarius*. A historiadora Van Ittersum refere não ter sido o que os mercadores tinham em mente quando pediram a defesa formal da presa de Van Heemskerck²⁹⁸, um primo de Hugo Grócio.

Como parte da documentação dos directores da VOC, incluída no *De iure praedae* sob o título “relatórios sobre as Índias”, estavam inseridas “inúmeras provas da perfídia, tirania e hostilidade” dos portugueses²⁹⁹. Ao provar que a captura de Santa Catarina pela companhia privada foi “justa, honrada e benéfica”, Grócio acabou por fazer um estudo aprofundado sobre a lei universal da guerra, revolucionando a lei natural e a teoria dos direitos naturais³⁰⁰. Se a captura de *Santa Catarina* poderia ser demonstrada como parte de uma guerra justa contra as reivindicações de monopólio de comércio dos portugueses e dos espanhóis nas Índias Orientais, então presa em si seria justificada. A VOC era entendida como um agente de um estado soberano e independente empenhado numa guerra justa contra a coroa espanhola e por isso poderia ordenar ataques na armada ibérica como parte da guerra pública contra Filipe III de Espanha. No capítulo XIII do *De Indis*, Grócio refere que todos os comandantes da VOC tinham comissões do príncipe Maurício, Grande Almirante das Províncias Unidas, fazendo deles agentes do Estado holandês. Por causa destas comissões, ficava legitimada a captura dos mercadores portugueses como um acto de guerra pública. Esta posição de Grócio, obviamente que não tinha aceitação geral e durante a trégua dos 12

²⁹⁷ Martine Julia van Ittersum, « Introdução », in Hugo Grotius, *Commentary on the Law of Prize and Booty*, trad. de Martine Julia van Ittersum, Indianopolis, Liberty Fund, 2006, p. XIV.

²⁹⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹⁹ “Carta de Jan ten Grootenhuys a Hugo Grócio, 15 de Outubro de 1604”, in Hugo Grotius, *Commentary on the Law of Prize and Booty... op.cit.*, doc. V no apêndice II, p. 546.

³⁰⁰ Martine Julia van Ittersum, *Op. cit.*, 2006, p. XVII.

Anos, a partir de Abril de 1609, Henrique IV de França declarou que os aliados holandeses poderiam ser livres, mas certamente não eram soberanos nem independentes³⁰¹. Por outro lado, a captura do navio foi justificada com base na lei natural que ditava a liberdade de comércio e de navegação, mesmo se a companhia comercial tivesse agido como um agente privado. No capítulo VIII do *De Indis*, Grócio questiona se o poder de punir era essencialmente um poder que pertencia ao estado. “De maneira nenhuma!”³⁰², responde. Defende que pelo contrário, assim como o direito do magistrado advém-lhe do estado, o mesmo direito pertence ao estado por indivíduos privados. E similarmente, o poder do estado é o resultado do acordo colectivo. E como ninguém podia transferir aquilo que não possuía, torna-se evidente para Grócio que o poder de punir existia primordialmente nos indivíduos antes do estabelecimento dos estados. E se qualquer direito pertence ao estado transmitido pelos indivíduos, um estado não podia ter controlo político sobre um território desconhecido³⁰³, como era reivindicavam os portugueses e os espanhóis.

O direito de punir era um direito investido por todos os habitantes no estado natural. O indivíduo na natureza, ou seja, antes de transferir qualquer direito para a sociedade civil, era moralmente idêntico ao estado, logo não haveria qualquer poder em posse do estado que o indivíduo não o possuísse³⁰⁴. Por essa razão, Grócio afirma que Deus criou o homem livre e *sui iuris*, com capacidade de criar as suas próprias leis. Considerava o indivíduo como uma miniatura do Estado soberano, cujo vocabulário de liberdade e soberania poderia ser aplicado. É a teoria do microcosmo patente nos direitos inerentes tanto do indivíduo como do estado. Para melhor compreender os direitos de cada um, estabelece a analogia entre as relações entre os indivíduos e as que

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. XVIII.

³⁰² *De Indis*, p. 136.

³⁰³ Richard Tuck, *The Rights of War and Peace, Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford, New York, Oxford University Press, 1999, p. 92.

³⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 82.

se desenrolam entre os estados. Não havendo qualquer diferença moral entre os indivíduos e o Estado³⁰⁵.

Benjamin Straumann considera ser a doutrina da punição, uma teoria da justiça comutativa preocupada com a correcta administração dos danos, oposta à teoria da justiça distributiva³⁰⁶, mencionada anteriormente. Ao declarar que um dano infligido mesmo a uma só pessoa diz respeito a todos, Grócio infere que o direito de punir não é exclusivo da pessoa injuriada, mas de todos, dando assim uma interpretação bastante alargada a este direito. Os portugueses ao apropriarem-se do mar, cujo direito natural segundo Grócio pertencia como *res communis* a toda a humanidade, estabeleceram um monopólio de comércio ilícito e violaram a lei natural. A ofensa designada como particularmente grave por infligir danos a toda a sociedade humana³⁰⁷. Ao referir a possibilidade de punir homens sobre quem não se possuía um direito político, a punição por natureza deveria ser exercida por aquele que não possuía uma autoridade política sobre o objecto da sua vingança³⁰⁸.

Foi a partir deste último aspecto, no qual se debruçou Grócio para desenvolver o princípio do direito natural à represália. Os portugueses ao monopolizar o mar, violaram a lei natural, dando à VOC o direito natural de punir e concedendo à companhia comercial uma justa causa para fazer a guerra. A noção de Grócio do que constituía uma ofensa era alargada. Para além do perigo de vida e perda dos bens, incluía a violação dos direitos naturais, como a liberdade de comércio e de navegação. O ataque à nau portuguesa foi legitimado para adquirir aquilo que era necessário por ser conforme à natureza. A 9 de Setembro de 1604, o tribunal do Almirantado de Amesterdão proferiu

³⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 85.

³⁰⁶ Benjamin Straumann, “The Right to Punish as a Just Cause of War in Hugo Grotius’ Natural Law”, in *Studies in the History of Ethics*, n.º2, Fevereiro, 2006, p. 8.
URL: <http://www.historyofethics.org/022006/StraumannRightToPunish.pdf>

³⁰⁷ *De Indis*, cap. XII.

³⁰⁸ Richard Tuck, *Op. cit.*, 1999, p. 89.

um veredicto satisfatório para a companhia comercial holandesa. Deste modo, a aquisição dos bens dos inimigos estava assegurada. Grócio cita Platão quando este diz que “os bens que eram propriedade do vencido, tornam-se propriedade do vencedor”³⁰⁹. Pretendia acabar com a convicção absurda, no seu entender, que a apreensão dos despojos deveriam ser excluídos das guerras entre cristãos. A resolução da legitimação da captura de Santa Catarina condenada como “boa e justa” presa, foi entendida em termos de represália como uma vingança pura e simples cometida em termos legais. Para Grócio a represália é justificada como uma transgressão do direito natural visto a entidade privada estar a exercer os seus direitos naturais³¹⁰. A liberdade natural permanece em lugares onde não existem tribunais ou autoridade política, como por exemplo, o mar. O vazio de poder serviu a Grócio para implementar uma norma legal num sistema horizontal sem uma autoridade política central.

Grócio refere que muitos autores antes dele assumiram que o poder de punir (*puniendi potestas*) foi atribuído apenas ao Estado e que portanto a emprego privado da força não estava legislada. Cícero é citado por ter entendido o castigo como uma manifestação da lei natural, definindo-o como um acto, defensivo ou punitivo, repele a violência e o abuso por nós mesmos ou por outros chegados a nós.” Esta perspectiva conduziu Grócio à noção de castigo enquanto instituição da lei natural. Punir os portugueses pelas transgressões da lei natural através de uma guerra justa, vai desbloquear o estático sistema hierárquico que se apoiava num direito das gentes não escrito, ou seja, baseado no costume. Se os holandeses tinham estado apenas empenhados numa guerra de rebelião e defensiva contra o poder espanhol, estavam agora também expostos a uma guerra agressiva que ocasionou a consternação geral na

³⁰⁹ *De Indis*, p. 79.

³¹⁰ Eric M. Wilson, *Op. cit.*, 2006, p. 82.

Europa. Richard Tuck sublinhou a novidade do caso³¹¹, já que significa a legitimidade em inverter a hierarquia. Grócio dedica o capítulo IV do *De Iure Belli ac Pacis*, à guerra feita pelos súbditos aos seus superiores. Se um particular podia fazer a guerra contra outro particular, um príncipe contra outro príncipe, do mesmo modo, um particular poderia legalmente fazer a guerra contra os seus superiores³¹².

Na sujeição existe a necessidade da não-resistência, a qual surge não só pela apreensão de um mal maior, mas decorre do sentido do dever. Se o supremo magistrado por vezes, através do medo, ira ou outra paixão se desvia do caminho correcto que conduz à tranquilidade pública, tem de ser considerado um caso raro. Apesar de incomuns, estes casos têm de submeter às leis gerais, para as quais não existem excepções. Em assuntos públicos, não existe nada mais considerável que a ordem do governo que é incompatível com o direito de resistência dos particulares. Grócio cita Dião Cássio quando este diz que um príncipe não se deveria submeter aos seus súbditos, nem poderia encontrar-se em segurança, se aqueles que obedecem pretendessem comandar. Considerem o que desordem estranha seria se numa família às crianças fosse permitido menosprezar os pais, e nas escolas, os alunos desprezassem os seus mestres. A natureza fez necessário e útil à humanidade, que alguns comandam e outros obedecem. A submissão aos amos deve ser aplicada aos reis. Sendo construídos sob a mesma fundação, respeita o dever dos súbditos como o dever dos servidores. Grócio prova que aqueles que são investidos com o poder soberano, não é legal fazer-lhes resistência.

Um povo livre pode fazer a guerra contra o seu príncipe. Se um príncipe transgride as leis e o estado, não haver resistência pela força³¹³, mas se necessário podem ser punidos com a morte. Se um rei ou um príncipe abdicar do seu governo e

³¹¹ Richard Tuck, *Op. cit.*, 1999, p. 80.

³¹² IBP, I.4.1, p. 336.

³¹³ IBP, I.4.8 p. 372.

manifestamente abandoná-lo, os súbditos podem fazer o mesmo em relação a ele. Se um rei faz a alienação do seu reino ou torna-o dependente de um outro poder, pode haver resistência. Cita Sêneca quando diz que um pai deve ser obedecido em todas as coisas, excepto naquelas em que cessa de ser pai. A resistência também deveria ser feita contra um rei que “num excesso de fúria.” se comporta como um inimigo em relação à nação. Outra razão consiste nas cláusulas onde se encontra expressamente estipulado os casos em que poderia haver resistência a este tirano. Pode igualmente encontrar oposição o rei que usurpou o governo e continua na sua posse injusta. A questão que se coloca a Grócio é saber se seria legal depor o usurpador ou até matá-lo. Se ele não tiver qualquer título para governar além da mera força, o direito da guerra dita que o que for legítimo contra um inimigo pode ser lícito contra ele, podendo qualquer particular assassiná-lo. Se matar ou destronar o usurpador deixa o reino entregue a violentas guerras, especialmente se houver uma facção poderosa em casa ou amigos poderosos fora, Grócio pondera a legitimidade de tão perigosa extremidade.³¹⁴

O direito à represália que havia sido proeminente em *De Indis*, foi afinal escassamente referido no prefácio do *Mare Liberum*, o único capítulo a ser publicado. Inclusivamente, Grócio fez parecer que este direito pertencia apenas a Deus, “rei do mundo inteiro”. Por sua vez seria Deus a comandar aos soberanos para punir as faltas dos homens. De qualquer forma, Grócio ao desafiar a autoridade política de um império, transparece o ensejo de mobilidade na hierarquia dos estados.

³¹⁴ *De Indis*, XIX, p. 381.

Capítulo III - Da Emancipação do Indivíduo à Independência dos Estados

Numa pose elegantemente sinuosa, lembrando cobras, ou como lhes chamava Miguel Ângelo, figuras *serpentinatas*, o escravo rebelde recorda a estátua helénica de Laocoonte³¹⁵ encontrada em Roma em 1506. O tronco torcido para o lado direito e a cabeça atirada para trás do ombro esquerdo em sinal de rejeição, inscreve o todo num movimento ascendente, no qual podemos ver a fixação do olhar para o alto. O homem apesar das suas amarras contempla o cume da hierarquia, o mundo celeste ou talvez o lugar do seu soberano. Por aqui entrevemos ter sido esculpido com ousadia um escravo rebelde, um homem numa pujante vibração de todo o seu ser, com vontade própria, como um indivíduo escandalosamente a querer ser soberano de si mesmo. Podemos eventualmente ver uma influência de Pico della Mirandola que imaginou Deus a falar a Adão, dizendo-lhe que as outras espécies eram limitadas a uma natureza prescrita. Porém, ao homem nenhum limite lhe foi imposto. Este poderia determinar a sua natureza pela livre vontade, de forma que, como um livre e hábil escultor e pintor de si mesmo, poderia moldar-se exactamente na forma que quisesse.³¹⁶

Notamos que a postura recalcitrante do “escravo rebelde” entra em contradição com a sua qualidade de cativo, perturbando a ordem natural³¹⁷. A harmonia promovida

³¹⁵ A semelhança com o padre troiano atacado mortalmente por serpentes marinhas são evidentes. Miguel Ângelo parece ter apenas alongado o corpo do cativo para uma posição vertical, ao contrário do Laocoonte que se encontra sentado, conservando contudo a perna direita flectida. A falta do seu braço direito, sobre a qual deu lugar a uma célebre discussão dentro da comunidade artística renascentista, pode ser sugerida no cativo pelo facto daquele se encontrar atrás das costas. (Para melhor visualizar e comparar, ver a gravura de Marco Dente da Ravenna feita antes do restauro de Montorsoli que se encontra no Museu de Belas Artes em Boston). Recentemente, uma historiadora lançou a polémica, ao atribuir a autoria do grupo de Laocoonte ao próprio Miguel Ângelo Buonarroti (Cf. Lynn Catterson, "Michelangelo's Laocoön?" *Artibus et Historiae* 52 (2005) pp. 29-56.)

³¹⁶ Pico della Mirandola, *De hominis dignitate oratio* (1480), ed. consultada: *On the Dignity of Man*, Indianapolis, Hackett Publishing, 1998, p. 5.

³¹⁷ A escultura parece ter tido ela própria uma vida atribulada ligada a revoltas e rebeliões. Juntamente com outra escultura, a do cativo moribundo ou moribundo, Miguel Ângelo ofereceu ambas ao exilado

por ideias de proporção e simetria aplicadas à concepção da figura humana é igualmente ameaçada por uma sensação de desequilíbrio quando se observa a atitude giratória do corpo num dinamismo contraditório. Se este escravo simboliza a Architectura, como referido anteriormente, a universalidade da harmonia descrita por Leonardo da Vinci, com base no texto “Os 10 livros de Architectura” do romano Vitrúvio, é posta em causa.



Fig. 5 - O « escravo rebelde » de Miguel Ângelo. (c. 1513-1515).
Departamento de esculturas, Museu do Louvre, Paris.

florentino Roberto Strozzi que homenageou por sua vez o rei de França. A mensagem de insubordinação contrastante com a de passividade resignada, ganha forma nestes “dois escravos mais fortes que a natureza” e parece ser usada pelos seus proprietários como protesto em situações limite. Em Outubro de 1632, o neto do condestável de Montmorency, condenado à morte pela sua participação na rebelião contra Luís XIII, doou as referidas esculturas, na véspera da sua execução, ao cardeal de Richelieu. Um descendente do cardeal, Luís-François-Armand, marechal de Richelieu, depois de um breve exílio em 1741, regressa a Paris com os cativos e expõem-nos mais tarde no antigo palácio de Antin. Os dois escravos ficam de cada lado de uma outra figura, conhecida por Baco Richelieu. Finalmente, no final do século, foram salvas por Alexandre Lenoir da lei revolucionária de destruição dos objectos de arte estrangeiros e puderam assim entrar no museu do Louvre. (ver Jean-René Gaborit, *Op. cit.*, pp. 10 segs.)

Apesar das mãos atadas atrás das costas, o cativo parece insurgir-se com obstinação. A desordem e a força deste movimento de rebeldia ao ser petrificado, suspendeu-o, abrindo as portas ao infinito³¹⁸. Ao focar o interesse pelo que está inacabado ou pelo que vai ser, o devir em potência tornou-se mais importante. Agora os movimentos poderão ser em número infinito, ou seja, imprevisíveis. Esta ideia destrona a teoria aristotélica, segundo a qual seria um absurdo e uma impossibilidade pensar que o movimento pudesse continuar durante um tempo infinito³¹⁹. Segundo o filósofo grego, além da capacidade de um corpo executar um movimento natural, admitia no entanto a possibilidade deste executar um movimento contra natura. Mas um movimento não sendo natural ao seu ser, seria contrário à sua natureza. Em última análise, seria irracional pensar que o movimento desordenado pudesse ser contínuo e eterno, pois a experiência demonstrava ser rapidamente destruído tudo o que fosse contra natura.³²⁰ Os movimentos desordenados do cativo, anunciando prematuramente o barroco, não são outra coisa que movimentos contra natura e eram entendidos como um embaraço a essa tal harmonia. Segundo esta concepção, o esforço do escravo rebelde acabaria por ser infrutífero.

Apoiada num cepo, a perna direita flectida parece igualmente dar ao cativo uma certa instabilidade. O pedaço de tronco cortado relembra a árvore antes de ser abatida. A árvore desde sempre forneceu uma grande parte das representações metafóricas do corpo.³²¹ Da árvore decepada ou mutilada resta um toro, ao qual não é difícil associar a imagem do tronco humano, ao deste escravo precisamente, pois também ele se encontra privado dos seus membros. A perna ao apoiar-se no cepo, sugere a continuação do

³¹⁸ Cf., Alexandre Koyré, *Du monde clos à l'univers infini*, (1^a ed. 1957), Paris, Gallimard, 2007

³¹⁹ Jean-René Gaborit, *Op. cit.*, p. 27.

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 7.

³²¹ Idem, *ibidem*, p. 16.

tronco desaparecido e parece dar uma nova vida. Desta vez sem estar forjada nas profundezas da matriz terrestre, do húmus. Por ligação analógica natural, entre o corpo e a sociedade, este homem surge assim desligado dos outros membros da sociedade, ou seja, dos arquétipos hierárquicos próprios de uma sociedade de linhagem, baseados em elos de parentesco hereditários e ligações de família num sentido alargado. Ao servir-se do toro como se fora um degrau, insinuando a possível ascensão do escravo na escala da dignidade humana, o homem parece renascer enquanto indivíduo. Agora o indivíduo já não se encontra totalmente nu como o “escravo moribundo”. Regressou ao paraíso, mas após o pecado original. Sente vergonha, pois sente o seu corpo e por ter consciência dele, teve de o cobrir. A nudez era necessária para sentir, uma experiência para atingir o conhecimento, como defenderá no século seguinte John Locke.³²²

Vemos que a criação nasce de um acto contra-natura. A criação do indivíduo é entendido como um acto perverso. Esta figura de escravo, ao desafiar o movimento que lhe é natural, a sua força não é apenas concorrente da mais alta hierarquia, é também criadora. Se entendermos o escravo rebelde como um indivíduo livre e racional, a sua permanente condição de escravo dificilmente é esquecida. O escravo rebelde significa afinal a criação do sujeito. Tal como foi mencionado anteriormente, trata-se de um sujeito jurídico. É enunciado aqui um princípio que será desenvolvido mais tarde, sucintamente proferido por Jean-Jacques Rousseau: “O homem nasceu livre e por toda a parte vive acorrentado”³²³. Será este mesmo sujeito, o objecto de estudo por excelência da inspiradora obra de Michel Foucault. Gilles Deleuze afirmou ser o princípio geral de Foucault baseado na ideia de que “toda a forma é um composto de relações de forças”. Deleuze explica de seguida que “para que a forma-Homem surja ou se desenhe, é

³²² Cf. John Locke, *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (1690), trad. de Alex Anuar, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

³²³ Jean-Jacques Rousseau, *Du Contract Social, ou Principes du Droit Politique*, I, 1; OC, vol. III, p. 351.

necessário que as forças no homem entrem em relação com as forças do exterior”³²⁴. Esta perspectiva “realista” com conhecidos desenvolvimentos nas relações entre os Estados, foi para Foucault essencial no seu estudo do homem.

³²⁴ Gilles Deleuze, *Foucault*, Paris, Les éditions de Minuit, 2004, p. 131.

1 - A Propriedade Privada: do Corpo ao Estado

Na análise sobre a sociedade corporativa, podemos constatar a dependência de cada um em função do todo, numa inter-relação recíproca e permanente. Uma rede de correspondências e simpatias percorre tanto o cosmos como a sociedade ou o seu corpo. Numa sociedade de linhagem, o sistema hereditário era como uma corrente contínua de transmissão de poderes, onde as discontinuidades eram abolidas. Cada um era como uma ligação de um processo ininterrupto que ultrapassava a sua própria individualidade. Sendo o homem sensível a cada criatura da natureza, às quais poderia assimilar ou revelar as suas qualidades, estando ainda em harmonia com os astros ou as estações do ano. Nestes vínculos temporais, espaciais e até metafísicos entendidos como prolongamentos corporais verticais ou horizontais, havia a impossibilidade de entender o quer que seja isoladamente. A insistência de Serafim de Freitas em mencionar Hugo Grócio como “o mascarado” ou “o incógnito” revelando publicamente a existência de um elemento desvinculado da sociedade, sem protector, converte este humanista numa ameaça da ordem social e do bem comum. E para que o julgamento não se torne ilusório, é formalidade primordial que “o autor legitime a sua pessoa”³²⁵. Grócio surge como “aquele que se não verga a nenhum direito e a nenhuma autoridade”³²⁶. Numa definição de obediência, Rafael Bluteau considera que “o não querer obedecer é quebrar a relação de dependência, e condenar a subordinação das criaturas inferiores às superiores, com a qual se governa, e conserva o Mundo”³²⁷. Laços de fidelidade e de obediência, ligações afectivas e familiares, encadeiam as relações e heranças. O corpo

³²⁵ Serafim de Freitas, *Do Justo Império...op.cit.*, p. [94].

³²⁶ Idem, *ibidem*, p. 95.

³²⁷ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, p. 263.

em permanente porosidade com o que o rodeia, um espaço de permeabilidade com o mundo, é também uma superfície de contacto com o outro.

As viagens marítimas permitiram fazer ver que o mundo não era um corpo, mas feito de corpos. Gérald de Cordemoy no seu *Discours phisique de la parole*, comenta: “Entre les Corps que je vois dans le monde, j’en apperçois qui sont en toutes choses semblables au mien”³²⁸. Retoma-se o pensamento estóico que reduz o ser ao corpo de um só homem. Esta tese dita materialista, vai contra Platão e os neoplatónicos, significando a destruição do andrógino, um corpo de cariz universal. O desaparecimento deste corpo resultou no aparecimento de uma multidão de corpos, infinitos na medida em que o seu número era indeterminado. Não existe criação *ex nihilo*, uma vez que o novo indivíduo resulta da transformação anterior e conserva os seus elementos. A partir de agora qualquer extensão física ao corpo passou a ser considerada monstruosa, moral e fisicamente. Somente as extensões corporais por via do direito eram legítimas. Esta é a ruptura do saber no mundo ocidental a que se referiu Foucault.³²⁹ O conhecimento deixou de ser uma questão de semelhanças, mas de identidades e diferenças. Neste sentido se entende a afirmação de Grócio quando diz que “em cada ser humano existem certas qualidades que existem em comum com todos, e certas pelas quais cada um se distingue dos outros”. Os corpos são infinitamente diversos, mas os homens tinham um ponto comum que era a sua humanidade. As diferenças constatadas empiricamente surgiam apenas da opinião, de escolhas individuais e colectivas e não remetiam à causa essencial da unidade do género humano. José da Cunha Brochado reconhece “já me vou despersuadindo, crendo que neste mundo tudo são uns hábitos mais nascidos nas

³²⁸ Gérald de Cordemoy, *Discorso Físico della Parola*, reprodução fac-simile da edição de 1704, Roma, Editori Riuniti, 2006, p. 257.

³²⁹ Michel Foucault, *Les mots et les choses...op.cit.*, p. 72.

apreensões do discurso e da criação que no coração, no sangue e nas estrelas.”³³⁰ A definição de homem é uma e aplica-se a todos. Ao mesmo tempo, a unidade fundamental do mundo baseava-se agora numa teoria da individualidade. Os seres que compunham o mundo eram realidades individuais perfeitamente determinadas em si e únicas. Descartes defenderá que os corpos não se encontram no *espaço*, mas unicamente entre outros corpos. O espaço que eles *ocupam* não é qualquer coisa que difira deles mesmos. O espaço, o lugar interior, e o corpo que se encontra compreendido neste espaço significam o mesmo. Com efeito, para Descartes, a altura, largura e profundidade que constitui o espaço, constitui o corpo³³¹. Mas agora o indivíduo significa ser indivisível descrevendo-se como algo numericamente singular, uma pessoa. Parte da ideia grega de átomo, um corpo tão pequeno que deveria ser indivisível e homogêneo³³². Se Descartes avança com a noção de sujeito individual, distinto do mundo em seu redor, John Locke introduzirá mais tarde a ideia do indivíduo enquanto *tabula rasa*, modelado a partir do nascimento pela experiência e pela educação.³³³ O sistema hereditário foi sumamente extinto.

A identificação dos corpos e das suas qualidades continuavam a ser indispensáveis, mas é a análise da acção de uns corpos sobre os outros, as forças que eles exercem e o resultado dessas forças que constitui o trabalho tanto de um físico, como de um jurista como Hugo Grócio, um “físico social”. Conhecer os limites do corpo, a fronteira da expansão da pessoa no mundo, ao mesmo tempo que intentava encontrar o “muro” que impedisse a usurpação do outro sobre si próprio tornou-se uma das principais preocupações deste humanista. Segundo Hugo Grócio, somos impelidos a

³³⁰ José da Cunha Brochado, *Cartas*, selecção, prefácio e notas de António Álvaro Dória, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1944, pp. 119-120.

³³¹ René Descartes, *Principia philosophiae*, part II.10, citado em Alexandre Koyré *Op.cit.*, p. 130.

³³² Rafael Bluteau, *Op. cit.*, vol. 1, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 637.

³³³ A teoria, a chamada de “Tábua rasa”, é desenvolvida por John Locke (1632-1704). Considera todos os homens iguais, sendo o conhecimento humano adquirido pela experiência de cada um do particular para o geral, ou seja, das impressões sensoriais para a razão (*Tabula rasa in qua nihil scriptum*). (Cf. John Locke, *Op. cit.*)

ir onde podemos, isto é, até onde não houver qualquer prejuízo para nós, nem para os outros. Pretendia estabelecer até onde a pessoa deve a si mesma e até onde deve aos outros. Como referiu Michel Foucault, o pensamento clássico dirigia-se aos limites do mundo. O discurso passou a ser transparente, perdendo a consistência secreta e opaca do século XVI, em que a palavra surgia misturada com as coisas do mundo³³⁴. No entanto, como foi referido, Grócio é um autor de transição e ainda que tenha encontrado uma nova perspectiva explicativa das relações entre os homens e entre os Estados ao propor de forma sistemática as suas normas de conduta, muitos elementos antigos persistiram. O que acabou por ser afinal uma mais valia para os estudiosos que tentam compreender a visão do mundo que se queria condenar e perceber como se efectuou a configuração de novos horizontes do conhecimento humano.

No seu trabalho foram elaboradas leis universais que pretendiam substituir o império universal. Objectivo enunciado desde logo na introdução de *Mare Liberum*: “A monarquia não está acima das leis, mas retira delas a sua origem e a sua acção das próprias leis”. Por isso, a responsabilidade de cada homem consistia em ser o governador e árbitro relativamente à sua propriedade.³³⁵ E a posse em relação à propriedade era equivalente à responsabilidade em relação às acções. Grócio tenta encontrar o equilíbrio entre os impulsos naturais e as evidências racionais. O direito natural era formado por princípios de razão que permitiam ao homem saber que “uma acção é moralmente honesta ou desonesta conforme a conveniência ou a impertinência necessária que tem com a natureza racional e sociável do homem”. Tinha por objectivo impedir os efeitos perniciosos da insociabilidade e a desintegração dos laços de amizade³³⁶. Se existiam costumes que resistiam a este direito das gentes primitivo,

³³⁴ Michel Foucault, *Les mots et les choses...op. cit.*, p. 322.

³³⁵ *De Indis*, p. 34.

³³⁶ Cf. Anthony Pagden, « Commerce and Conquest : Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the freedom of the seas », in *Mare Liberum*, n° 20, 2000.

segundo o autor, não eram costumes dignos da civilização humana, mas costumes selvagens, depravações e abusos. Na introdução do *Mare Liberum*, Grócio denuncia que “os homens, sobretudo os mais favorecidos do poder e da riqueza, se persuadem que o justo e o injusto não se distingue da sua própria natureza, mas sim por uma opinião vã e pelo costume de alguns homens”. Mais tarde, Manuel Rodrigues Leitão no seu *Tractado analytico e apologetico*, obra redigida em 1659, profere um juízo no mesmo sentido: “há-de haver leis, que presidem aos homens, que isto é dar a presidência a Deus; não hão-de presidir os homens com seu arbítrio à lei, e à razão, que isto é dar a presidência às feras, à cobiça, à ira e às paixões, como disse Aristóteles.”³³⁷ Por isso, estes maus costumes não podiam tornar-se prescrições pela passagem do tempo, nem podiam ser justificados por nenhuma lei, nem estabelecidos por consentimento, protecção ou prática, mesmo sendo executados por muitas nações.

Para Grócio, qualquer acordo voluntário, em que um direito à servidão era estabelecido, obrigava as partes contratantes. Como vimos com o caso da união ibérica, o autor considerou a servidão voluntária de acordo com o direito natural, apesar de lhe parecer contra-natura. É relevante mencionar que esta obrigação não produzia qualquer efeito para terceiros, cujos direitos continuavam intocáveis como antes. Para chegar a esta conclusão, Grócio inspirou-se numa interpretação da lei judaica. Numa das mais interessantes passagens da sua obra, o humanista refere que a lei judia não obrigava os estrangeiros³³⁸. Um atento leitor de Grócio, o filósofo Voltaire, confessa grande simpatia pelo princípio da abstenção da lei judaica face aos estrangeiros, ao contrário de muitos teólogos³³⁹. Contudo, Voltaire afirma que Grócio não sabe o que diz quando insinua que os judeus ensinaram a circuncisão aos outros povos quando afinal a “horda

³³⁷ *Tratado analytico e apologetico sobre os provimentos dos bispados da Coroa de Portugal. Calumnias de Castella convencidas...*, Lisboa, Of. Deslandesiana, 1715, p. 44.

³³⁸ IBP, I.1.2.16, p. 171.

³³⁹ Voltaire, *L'A.B.C., dix-sept dialogues politiques*, vol. 1, (reproduction en fac-similé), Caen: Centre de philosophie politique et juridique, 1985, p. 3.

judaica” aprendeu todos os “seus costumes ridículos” dos povos que a rodeavam. Conclui perguntando: “Mas o que é que a circuncisão tem a ver com as leis da guerra e da paz?”³⁴⁰. Voltaire intriga-se, portanto, com a referência à dimensão corpórea para estabelecer leis reguladoras da conduta social. Tal como temos vindo a insistir neste estudo, o corpo tem uma influência basilar em toda a reflexão teórica de Hugo Grócio. Sendo assim, para este autor, a circuncisão significava precisamente a introdução à lei. A lei de Moisés obriga apenas o povo de Israel, não obrigando directamente os outros, mas como “a circuncisão obrigava toda a posteridade de Abraão”, obrigava, portanto, a toda a humanidade. Fica assegurado que toda a humanidade foi introduzida e submetida à lei. Nada poderia ser contrário à lei natural, perpétua e inalterável, sendo que a palavra de Deus não poderia ser nunca injusta³⁴¹. Grócio pretende demonstrar assim a injusta pretensão dos portugueses, enquanto nação católica, em querer levar a civilização e a religião aos outros povos. Se contudo existir um acordo voluntário entre as partes que leve à servidão, esse acordo não obrigava terceiros. Os outros povos continuariam no seu direito de guardar a sua própria religião e com a capacidade de comunicar e comerciar com todos. Nesta premissa se vai basear a emergente lei da neutralidade. Se esta parecia apenas dizer respeito às conjunturas em que duas nações se encontravam em guerra, vemos agora que o seu significado é mais amplo. Envolve igualmente o direito à neutralidade face a outras religiões e defende o princípio da hospitalidade para terceiros que pretendiam apenas navegar, comunicar e comerciar.

No manuscrito *De Indis* é defendido que as leis naturais se baseavam na vontade de Deus. No que Deus havia mostrado ser a sua vontade, esta era lei. Contudo na primeira edição de *De Iure Belli ac Pacis* (1625), na mais famosa observação do livro sobre o exíguo papel de Deus declara que “o que acabei de dizer seria relevante se

³⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. [4].

³⁴¹ IBP, I.1.2.17, p. 175.

podéssemos supor (o que podemos fazê-lo com delicadeza) que não existe Deus, ou que as questões humanas não lhe dizem respeito”³⁴². Grócio aceita a ideia de Deus ter criado e povoado o mundo, mas, na sua perspectiva, não era preciso pensar no carácter divino da criação para entender o mundo e o homem. Grócio recusa assim derivar as leis naturais de ‘oráculos e profecias’ para, ao invés, deduzi-las apenas do desígnio (*intentio*) do criador, o qual se manifestava na constituição do mundo natural reconhecido por todos³⁴³. A lei natural era assim inata a cada indivíduo e residia na mente de cada um. Deus, o “Senhor supremo e Pai desta família” traçou “algumas leis, tanto para a casa como para o Estado, não estando gravadas em tábuas de bronze ou pedra, mas escritas nas mentes e alma de cada um.”³⁴⁴ O carácter legal advém da assumpção que Deus criou a ordem natural, mas o conhecimento do seu conteúdo provém simplesmente da observação dos factos do universo material³⁴⁵. O universo continuava assim ordenado por Deus, o “Geómetra”, precisamente por ele administrar a lei e a equidade de acordo com o princípio da proporção, com o objectivo de estabelecer a igualdade³⁴⁶. A sua finalidade era devolver a igualdade e a liberdade a toda a humanidade³⁴⁷. Deus, o “fundador e regulador do Universo, e sobretudo pai da humanidade”, não separou os seres humanos em diferentes espécies nem divisões, mas deu-lhes a mesma origem, o mesmo organismo, a linguagem e a “faculdade de olhar na cara uns dos outros”, ao contrário do andrógino, com dois rostos e uma só cabeça. Este por não se assemelhar ao seu pai divino³⁴⁸, era um ser profundamente sem semelhante

³⁴² Cf. IBP, III, p. 1748;

³⁴³ *De Indis*, Prologema, II, p. 19.

³⁴⁴ *Mare Liberum*, introdução.

³⁴⁵ Richard Tuck, *Op.cit.*, 1999, p. 100.

³⁴⁶ *De Indis*, Prologema, p. 29.

³⁴⁷ *Mare Liberum*, introdução e cap. XIII.

³⁴⁸ Segundo Aristóteles, «um ser vivo que não se assemelhe aos seus pais é já, em certos aspectos, um monstro, uma vez que, neste caso, a natureza em certa medida desviou-se do tipo genérico» (Aristóteles, *Génération des animaux*, tradução de P. Louis, 4.2.767b.) Segundo o mito platónico, o andrógino assemelhava-se aos seus pais astros. Grócio ao considerar Deus o pai da humanidade, a existência do andrógino torna-se monstruosa.

que parecia fugir à humanidade, inserindo-se na categoria de monstro, ou seja, aquele que vemos, mas não ousamos nomear. Tal como na Geometria, começa a partir de um ponto de vista matemático para as observações da natureza, o qual passou a ser considerado o método “mais genuíno, simples e instrutivo”. Deste modo, todas as pessoas, de todos os períodos da história, sem consideração pelas suas crenças religiosas, acordaram com os princípios da lei natural. Alarga este estatuto de igualdade a todas as condições sociais indiferentemente da qualidade do nascimento: “Que estas leis ligando grandes e pequenos indiferentemente; os reis não têm mais poder contra elas que o comum das pessoas contra os decretos dos magistrados, que têm os magistrados contra os éditos dos governadores, que têm os governadores contra as ordenanças dos próprios reis”. Esta lei natural era assim derivada da natureza, a mãe comum de todos. Provinha da própria natureza humana.³⁴⁹

A rejeição explícita de Grócio em derivar a lei natural a partir da Bíblia, provou ser uma declaração problemática. Esta concepção, um tanto alarmante para os calvinistas que rodeavam o príncipe de Orange³⁵⁰, acabou por provocar a crítica de William Welwood, professor de direito civil da universidade de St. Andrews e o primeiro a reagir à publicação do *Mare Liberum*, no seu *An Abridgement of all Sea-Lawes* (1613)³⁵¹. Na segunda edição do *Iure Belli ac Pacis*, Hugo Grócio acabou por alterar a definição da lei natural suprimindo a famosa passagem anteriormente citada. Fez então reaparecer o princípio de soberania divina, permitindo, deste modo, que a lei

³⁴⁹ *Mare Liberum*, introdução.

³⁵⁰ Richard Tuck, « Introdução », Hugo Grotius, *The Rights of War and Peace*, Livro I, Indianapolis, Liberty Fund, 2005, tradução de Richard Tuck, Apêndice, p. XXV

³⁵¹ No capítulo XXVII de *An Abridgement of All Sea-Lawes* (1613), William Welwood discute as teses do *Mare Liberum* de Hugo Grócio. Mais tarde desenvolve este capítulo, "Of the Community and Propriety of the Seas", num trabalho de maior folgo intitulado *De dominio maris* (1615). (Cf. William Welwood, *William Welwood's critique: Of the Community and Propriety of the Seas*, in Hugo Grotius, *The Free Sea*, Indianapolis, Liberty Fund, 2004, tradução de David Armitage, pp. 63-74). Ver Martine van Ittersum, "Mare Liberum versus The Property of the Seas? The Debate between Hugo Grotius (1583-1645) and its impact on Anglo-Scotto-Dutch Fishery disputes in the second decade of the Seventeenth Century", *Edinburgh Law Review* 10, issue 2 (2006), pp. 239-276.

natural fosse “instituída pela lei divina”, ou seja, fosse proveniente da vontade de Deus. Consentia novamente que a lei natural poderia ser deduzida não da necessária constituição do mundo físico, mas da palavra proferida directamente de Deus à humanidade.

O primeiro princípio desta ordem natural baseava-se no egoísmo, sendo o próprio interesse a principal preocupação do homem justo³⁵². Este estava dividido em duas categorias, em que o primeiro e mais importante, dizia respeito ao corpo e o segundo tinha a ver com as coisas exteriores ao indivíduo. Sendo assim, a justiça justifica a sua existência tanto pelo cuidado com o corpo como pela propriedade.

No discurso preliminar do *Iure Belli ac Pacis*, Grócio denuncia a existência de alguns animais que esqueciam um pouco a atenção ao seu próprio interesse a favor ou dos mais novos ou dos da sua própria espécie³⁵³. O amor tinha uma dupla vertente, já que se considerava o amor-próprio, o “desejo”, como o amor pelos outros, a “amizade”. A prioridade pelo próprio interesse do indivíduo junto com a derrogação do papel de Deus, tornavam ambos princípios os mais escandalosos e heréticos de toda a obra de Hugo Grócio. Vemos assim que Grócio nos seus primeiros trabalhos foi bastante mais audaz ao dissolver todas as ligações transcendentais, isolando o indivíduo e limitando-o à sua humanidade intrínseca, qualidade que por sua vez possuía em comum com todos os homens. Reconsiderou na segunda edição de *Iure Belli Pacis* e regressou ao princípio de soberania divina. O indivíduo por sua vez, em seu próprio interesse e vontade em se proteger e potencializar a felicidade e o bem-estar era levado a pactuar. Na irrevogabilidade dos pactos se baseava a nova ordem social. Esta pretendia substituir as incertezas dos laços de fidelidade e de lealdade entre os homens e os abusos dos que

³⁵² *De Indis*, Prologema, II, p. 21.

³⁵³ IBP, p. 84.

“sendo colocados numa posição elevada” exerciam “a justiça a seu belo prazer”, estando este “seu prazer” relacionado “apenas com a sua própria perspectiva”³⁵⁴.

Segundo esta teoria contratualista, para se instituir um pacto teria de haver um acordo de vontades. Grócio pretendia reconsiderar a questão da subjugação, revelando como principal preocupação tudo o que dizia respeito à natureza do domínio. Este implicava direitos de propriedade aplicando-se também a faculdades ou funções como a soberania exercida enquanto protecção e jurisdição (*protectio et iurisdictio*) ou o simples consumo ou posse de bens móveis. Deste modo, os homens podiam ter *dominium* sobre a sua propriedade privada, sobre os seus bens, mas também sobre as suas acções e sobre os seus corpos³⁵⁵. Em relação aos bens móveis, a transferência física do bem significava a transferência de propriedade e para se estabelecer o domínio, o bem teria de estar *in commercio*. O uso dos bens implicava necessariamente o perfeito controlo, desde que fosse vantajoso para uns, sem injuriar outros³⁵⁶, existindo a propriedade por acordo humano. O domínio poderia ser derivado apenas do uso, ou seja, da apreensão física (*possessio*). Princípio retirado das Escrituras, por se verificar que Adão e Eva tinham *dominium* mesmo no estado de inocência. De outro modo não teriam podido consumir nada de forma justa.

Para se instituir o domínio, este poderia ser adquirido somente por direito à represália, conquista ou ocupação. Para provar que uma coisa comum podia ser objecto de apropriação particular, Grócio cita a definição de direito particular de Cícero: “o teatro é comum a todos, no entanto o lugar onde cada um se senta é seu”. Acrescenta que este estado de coisas teria continuado se os homens perdurassem na sua primitiva simplicidade ou vivessem juntos em perfeita amizade. Este relato é confirmado pelos habitantes das Américas. Estes indígenas, apesar da “extraordinária simplicidade do seu

³⁵⁴ *Mare Liberum*, introdução.

³⁵⁵ A Pagden, “Dispossessing the barbarian...” in *Op. cit.*, p. 161.

³⁵⁶ IBP, p. 440.

comportamento”, tinham “uma perfeita propriedade do público e do privado dos seus próprios bens e possessões”. A noção de sociedade dos Estados destronou o império universal. Os reis e o papa não conseguiram impor uma obediência universal. Teve como principal consequência, a sugestão de que os *Indos* tinham direito à sua terra e à sua independência. Grócio ao abraçar a noção estoíca de irmandade humana, independente da fé ou da etnicidade, introduziu a ideia de intervenção por parte dos estrangeiros, caso um povo fosse vítima de violência e tirania. Sendo assim, fazia parte do dever da VOC e dos holandeses libertar os povos indianos da opressão portuguesa. Grócio defenderá que as nações distantes conhecidas dos portugueses não lhes estavam sujeitas³⁵⁷. Na sua opinião, as Índias Orientais sempre tiveram os seus próprios governantes, estatutos, e sistema legal, tendo uma perfeita propriedade do público e do privado dos seus próprios bens e possessões. Grócio diz que os portugueses não tinham direito à soberania nem à propriedade nas Índias Orientais por título de descoberta, de conquista, de ocupação, nem mesmo por título de doação papal. Para Grócio, qualquer bem tornava-se pertença de um indivíduo, não em virtude de uma divisão, mas pelo direito da primeira ocupação. Numa referência ao tratado de Tordesilhas onde se dividiu o mundo entre as duas potências ibéricas, Grócio nega a legitimidade das concessões papais. A graça não conferia domínio e o privilégio supunha o domínio por parte de quem o concedia. Segundo o autor, não se podia ser proprietário de algo que não se possuía. E o Papa não tinha qualquer direito jurisdicional sobre as questões temporais. Como ninguém podia dar aquilo que nunca teve ou reivindicar aquilo que era já propriedade de outro, um título não era suficiente se não fosse precedido pela possessão. Um soberano poderia legitimamente governar um povo depois de deter o poder com total direito de propriedade. O que só aconteceria se conquistasse o povo numa guerra

³⁵⁷ IBP, p. 255.

justa, ou quando este povo, para evitar desastre maior, se sujeitasse inteiramente e sem reserva a este soberano³⁵⁸.

Pela lei natural, seria impossível alguém que não o próprio dono de um bem, transferir um título válido de propriedade³⁵⁹. A propriedade tem origem na ocupação. Esta é uma das condições necessárias para aquisição de propriedade. A propriedade dos bens móveis, entre os quais podemos incluir o corpo do homem, é da lei natural, a qual está fundada na própria na própria natureza, aplicando-se a toda a humanidade, civil ou bárbara e é comum a todas as épocas e a todas as regiões. Os indianos eram proprietários dos seus próprios bens, sendo um roubo tirar-lhes o que eles possuíam, com o pretexto injusto e ímpio de levar àquelas nações costumes mais civilizados. A diferença de religião, na opinião do humanista, não deu aos espanhóis mais direitos nas Índias que os *Indos* não teriam sobre a Hispânia se tivessem vindo eles em primeiro lugar. Ora, os povos indianos eram livres e desfrutavam do pleno exercício dos seus direitos, usufruíam da sua própria propriedade e soberania. Logo, nem a posse nem o título de posse podiam ser adquiridos legalmente por outras pessoas que os próprios. Grócio conclui não terem os portugueses adquirido quaisquer direitos sobre o povo, território ou riquezas da Índia. Se qualquer direito existisse, os portugueses eram incapazes de fazer uso deste direito, fruto da sua ausência no território. Um direito que com o tempo era transmitido aos que estavam presentes, por somente a ocupação efectiva poder legitimar a propriedade. Um princípio defendido por Séneca, numa das suas *Controvérsias*, ao dar o exemplo de um escravo que pertencia em comum a dois amos. Sendo um deles ausente, deveria servir o amo que estava presente³⁶⁰. Perante a ausência dos portugueses havia que obedecer à autoridade local.

³⁵⁸ IBP, I.3.2.1.

³⁵⁹ *De Indis*, p. 74.

³⁶⁰ IBP, II.5.20.

No que diz respeito às Américas, antes da chegada dos espanhóis, os índios tinham sido senhores das suas próprias terras, e gozavam *imperium* segundo os termos da lei das nações que garantia direitos de ocupação aos primeiros ocupantes. A reivindicação da coroa castelhana ao domínio das Américas baseava-se contudo no direito natural que concedia domínio sobre aqueles que não eram “civilizados”. Podemos entrever aqui uma similaridade entre estes índios e as crianças que necessitam de educação para se tornarem civilizadas. De igual modo, as crianças poderiam ter e manter a propriedade, mas não poderiam exercer o direito. A faculdade para dispor dos bens supunha um acto de vontade razoável, o qual não existia nas crianças. Para fundamentar a privação ao exercício do direito de propriedade por parte das crianças, Grócio cita as Escrituras: “o tempo todo em que o herdeiro é criança, não difere em nada de um escravo, ele que é senhor de tudo” (Gálatas, 4,1)³⁶¹. O único argumento que podia manter os direitos dos índios ao território e ao mesmo tempo fazer valer as reivindicações espanholas dizia respeito ao *dominium iurisdictionis*. Esta foi a premissa de Bartolomé de Las Casas em 1554: “o único título que Vossa Majestade tem é o seguinte: se todos, ou a maioria, dos Índios quiserem voluntariamente ser seus vassalos e considerarem isso uma honra”³⁶². Por sua vez, o jurista Francisco Vitória deixou a coroa castelhana com o direito ao *dominium iurisdictionis* nas Américas, mas sem quaisquer direitos de propriedade³⁶³.

Relativamente às Índias Orientais, ao discutir sobre as circunstâncias sob as quais o exercício da faculdade podia gerar prescrição, Serafim de Freitas segue a lei romana, segundo a qual a aquisição da posse requeria tanto o controlo físico (*corpus*)

³⁶¹ IBP, p. 459.

³⁶² Anthony Pagden, “Dispossessing the barbarians...”, *Op. cit.*, p. 175.

³⁶³ Idem, *ibidem*, p. 172.

como mental (*anima*), ou seja, a intenção para manter a propriedade como sua³⁶⁴. Era, portanto, lícito a todos os príncipes cristãos procurarem, por intermédio de seus súbditos, a conversão das nações infiéis, seguindo as palavras de S. Marcos: “Ide por todo o mundo, e pregai o Evangelho a toda a criatura” (Marcos 16:15). Os portugueses tinham o direito ao domínio sobre os “Índios” por título de guerra. Apesar dos infiéis não estarem directamente sujeitos ao pontífice eram no entanto “obrigados pelo direito divino a submeter-se-lhes para receberem a fé e o baptismo, pelo qual cada um se torna do rebanho de Cristo e, conseqüentemente súbdito de Pedro”³⁶⁵.

A intenção em controlar a propriedade podia igualmente ser alcançada através de uma proibição contra terceiros, por declaração expressa ou por um título atribuído por um superior, ambos na posse dos portugueses: “nos é permitido não os admitir no nosso comércio e no nosso empório”³⁶⁶. O particular que obteve o privilégio ou o costume, ou seja o povo português, já que os povos podiam ser considerados particulares em relação a toda a humanidade, podia defender em absoluto esse direito contra quem o molestasse, usando a interdição ao acesso e comunicação³⁶⁷. Ainda segundo este humanista, a neutralidade era uma impossibilidade, justificada apenas por ser extremamente prejudicial ao êxito da causa portuguesa e da religião fornecer mercadorias aos povos com quem se estava em guerra. Conclui que prestar auxílio ao inimigo era uma causa justa para fazer a guerra. Adota assim a posição tradicional da jurisprudência medieval.

³⁶⁴ Mónica Brito Vieira, « *Mare Liberum* vs. *Mare Clausum*: Grotius, Freitas, and Selden’s Debate on Dominion over the Seas”, in *Journal of the History of Ideas*, vol. 61, n° 3, 2003, p. 376.

³⁶⁵ Serafim de Freitas, *Op. cit.*, p. 239.

³⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 235.

³⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 256.

2 - *Mare Liberum* ou a Liberdade dos Homens

O homem na sociedade corporativa por vínculos de serviço e reverência condicionava o seu destino à casa do seu senhor, terreno ou celeste. O destino designa o que a vida dos homens não depende deles, mas lhes é decidido por uma força superior ou pela ordem geral do mundo. Contra esta ideia, Grócio pretende na sua obra encontrar uma resposta para o problema moral da liberdade humana. Objectando a sujeição a um destino, comenta haver muitas maneiras de se viver, umas melhores que outras, mas cada um poderia escolher a que mais lhe agradasse. Pretende dar ao homem uma responsabilidade na ordenação do mundo, afirmando a soberania do ser humano na ordem natural. Contra a ideia de um mundo caótico e fortuito, Grócio encontrou no homem, na sua vontade e necessidade, a razão que o poderia levar a recriar uma nova ordem, encontrando contudo os limites à extensão do seu poder. Graças à razão, os homens poderiam ser capazes, por si próprios, de dar uma finalidade para o universo. O papel activo do homem permite-o reivindicar legitimamente a paternidade dos seus actos. Coloca o homem numa posição de quase igualdade com Deus ou pelo menos acima de todos os outros seres. A tese célebre de Cícero do “mundo, cidade comum dos deuses e dos homens” vai dar lugar à ideia de uma pátria alargada regida por uma teoria geral do direito. O mundo era uma *respublica* que deveria ser regulado por leis gerais, aplicado a todo o género humano, sem distinção de nações ou origem.

Segundo Hugo Grócio, nada era por natureza propriedade privada. A natureza não tinha soberanos, era comum e pública. Para Hugo Grócio, a natureza permitiu que uns bens fossem comuns e que outros se tornassem próprios pelo trabalho e indústria. Tal como no ser humano existem certas qualidades comuns a todos e outras em que cada um se distingue dos outros. Deus criou o mundo para toda a humanidade,

concedendo os bens, alguns necessários à vida (segurança) e outros apenas necessários ao bem-estar (conforto)³⁶⁸. De acordo com as leis primárias, a propriedade só pode ser adquirida pelo homem com base no trabalho e na indústria, sendo necessário o reconhecimento de distinções pelo mérito entre as pessoas. O desejo do homem em viver em sociedade, não devia ser corrompido pelo medo nem pela atracção do prazer momentâneo, nem mesmo para ser desperdiçado nos excessos de uma cega paixão. Estes eram entendidos como opostos à lei natural. A sociabilidade pelo contrário deveria ser governada por princípios naturais e racionais. Por sua vez, o homem deveria ser senhor das suas paixões para ser capaz de tomar medidas justas e gerir melhor os seus próprios interesses, para sua segurança e dos seus amigos³⁶⁹. Poderia assim contribuir para uma gestão prudente das gratificações e distribuição dos bens dos particulares e da sociedade em geral³⁷⁰. Sendo por vezes preferível preferir alguém com maior mérito que outro ou estabelecer uma relação com um estrangeiro ou com um pobre em lugar de um rico.

Os princípios naturais ditavam que o uso dos bens comuns não deveria prejudicar os outros (lei da inocência) e que cada homem deveria contentar-se com a sua porção, abstendo-se de dos outros (lei da abstinência), sendo obrigado a manter as promessas, a compensar os danos ingeridos e a devolver o que pertencia a outro. Nestas premissas resume-se o fundamento da justiça distributiva. O respeito pelos direitos dos outros tornar-se-ia fonte de *ius*. A preocupação de Grócio reflecte-se no problema da distribuição dos bens que deveria ser equitativa e justa. Este problema diz respeito a uma divisão dos recursos entre o grupo ou a sociedade. Os indivíduos podiam usar os bens pela posse, “o que tiver sido adquirido para si”, o acto de tomada de posse, que daria subsequentemente origem ao domínio ou ao governo. A introdução da propriedade

³⁶⁸ *De Indis*, p. 23.

³⁶⁹ IBP, p. 117.

³⁷⁰ IBP, p. 87.

privada deu aos proprietários o direito presuntivo do uso inicial antes de qualquer outro, “primeira ocupação” ou primeiro uso³⁷¹, apesar do regime da propriedade privada não dar o direito moral a possessões demasiado extensas (i.e. enriquecimento injusto).

Se a terra podia ser ocupada e possuída por ser fisicamente circunscrita, os seus bens poderiam ser apropriados através do trabalho humano tornando-se privados pelo uso, pelas leis romanas o mar foi declarado ser comum a todos os homens e devia ser entendido um direito comum dos cidadãos romanos³⁷². O direito original da humanidade sobre as coisas, não é de propriedade privada, mas de *dominium* comum. Atribuir ao mar a qualidade de “coisa comum”, queria dizer que não podia ser propriedade de ninguém. Nem um particular, nem o próprio Estado romano, podia ter sobre ele o *dominium* porque a isso se opunha o seu destino natural, ou seja, poder ser aproveitado por todos os homens. Aquele que usa a propriedade comum estava a exercer um direito comum e não privado, logo não tinha mais direito que o usufruto. O mar por ser tão vasto e extenso nunca poderia ser ocupado ou ser sujeito à servidão, nem por particulares, nem por povos. As servidões impostas pelos povos recaíam sob a lei privada. O mar além de não ter soberanos (*res nullius*), ser comum (*res communis*), era público e deveria, por isso, ser regulado pelo direito das gentes.

Tal como o oceano, o homem por natureza não estava sujeito à servidão, sendo um ser livre dotado de atributos racionais. Enquanto um corpo, “esta casa estreita do género humano”, fosse independente de qualquer outro corpo, seria livre e soberano de si mesmo. Do mesmo modo, “não se pode falar em conquista ou possuir os mares, não só porque são propriedade comum da humanidade, mas porque são inesgotáveis”. O oceano com os seus fluxos tumultuosos cercava por todos os lados a terra, sendo visto

³⁷¹ IBP, II.2.8.

³⁷² IBP, p. 460.

como um elemento de unificação da terra³⁷³. A humanidade também pode ser entendida como unificadora da diversidade dos homens tornando-os todos iguais. Queremos com isto estabelecer uma correlação entre o oceano e a ideia de humanidade.

Os filósofos gregos haviam percebido que, embora o mundo fosse variado e distinto, havia algo de comum na matéria que o compunha. Conforme a doutrina tradicional desde Empédocles de Agrigento, o mundo era constituído por quatro componentes: água, ar, fogo e terra. Tudo o que existe resulta de uma mistura dos referidos quatro elementos, em maior ou menor grau. Estes elementos da natureza eram igualmente encontrados nos homens, como foi mencionado no estudo desenvolvido anteriormente sobre as analogias do corpo humano.

Tendo em conta as alegorias entre o corpo e o mundo, queremos fazer notar que a discussão de Hugo Grócio em torno da liberdade dos mares é afinal uma profunda reflexão sobre a servidão englobando todos os aspectos da liberdade humana. Este é o verdadeiro significado do *Mare Liberum*, ou seja, o homem livre. Grócio incidiu a sua análise no oceano Índico o qual se apresentava como uma arena onde os actores negociavam no âmbito de um base legal minimalista, caracterizada pela diversidade cultural e religiosa. Grócio ao desviar o foco do direito para um terreno praticamente “vazio” ou sem profundidade legal, considerou-o potencialmente fecundo para criar uma nova perspectiva para uma vida moral e política na qual todos os homens pudessem dar o seu consentimento³⁷⁴. A vontade tornou-se a origem do direito. O contacto com o outro era possível por um acto voluntário e a obrigação provinha do consentimento, um acordo de vontades. Grócio introduz os direitos subjectivos, em que cada indivíduo podia exercer o seu próprio direito.

³⁷³ IBP, II.3.3.2, p. 431.

³⁷⁴ IBP, p. 93.

Era da lei universal que o mar fosse comum a todos e o seu usufruto baseava-se apenas num acordo mútuo ou outro qualquer ajuste. Cada um seria livre de navegar no mar, mesmo sem ter obtido a permissão de um príncipe. Grócio quando refere a intenção dos portugueses em submeter o mar à sua dominação exclusiva, considera-o injusto e soberanamente bárbaro e desumano. Grócio acrescenta ser um preceito do direito, natural e divino, não se fazer ao outro o que não se quer se fizesse a si mesmo. Sendo assim, os povos marítimos, tais como os venezianos, os genoveses, os espanhóis e os portugueses deveriam ser considerados de um duplo ponto de vista, isto é, deveriam ser activos no que eles prescreveram e passivos na medida em que suportavam a sua própria prescrição. Conclui enfim, em mais uma implícita alusão ao andrógino ibérico, que o direito de prescrição não tinha efeito entre príncipes e povos que não reconheciam um superior na ordem natural.

O oceano era navegável em todos os sentidos e a natureza acordou o acesso de todos os povos. A navegação não reclamava a condição de proprietário, pertencendo este direito a todas as nações por igual. Seria contrário à ordem natural querer colocar um obstáculo a uma tal navegação. Os homens eram impelidos a ir onde pudessem, o que podia ser feito até onde não houvesse qualquer prejuízo para si próprio. Os mares estavam abertos ao uso de todos, tanto para a navegação como para a pesca. Tal como a navegação, a pesca é um exercício livre. Contudo Grócio reconheceu, tal como o jurista romano Ulpiano, que se podia interditar a pesca “em frente à minha casa”.

Um édito de Inglaterra de 16 de Maio de 1609 proibiu a pesca aos estrangeiros nos mares britânicos sem a licença real. Para justificar esta providência William Welwood publicou em 1613 o seu *An Abridgement of all Sea-Lawes* e em 1617, John Selden imprimiu o famoso *Mare clausum seu, De dominio maris*, considerada como a doutrina oficial britânica. Este ao concentrar-se na questão das pescas no mar do Norte,

refere que o rei da Grã-Bretanha era senhor do mar que cerca os seus domínios, entendido como prolongamento inseparável do império britânico e que lhes era possível apropriar-se de todos os espaços marítimos até à margem oposta, isto é, até às longínquas Américas. Para Selden, o mar, pela lei das nações, não era comum a todos os homens, mas capaz de se tornar domínio privado ou propriedade tal como a terra. Os britânicos negam assim a hospitalidade a estrangeiros no que diz respeito à pesca. Por sua vez, Serafim de Freitas adverte que a pesca ou a navegação não leva à ocupação do mar. Cita Pompónio no *Digesto* quando escreve que “nem sequer pescando poderemos conservar o usufruto”³⁷⁵. Esta frase vai ao encontro da tese grociana, pelo que Freitas discorre: “O bom Deus! Se o Incógnito tivesse encontrado este texto, ninguém o poderia suportar”. Para Serafim de Freitas, os portugueses não estavam a reivindicar o domínio sobre todo o oceano, mas sim o direito ao controlo no acesso a determinadas partes do mesmo, neste caso o oceano Índico: “embora não possamos ocupá-lo todo por causa da sua vastidão e da nossa impotência, todavia é ponto aceito que o podemos parcialmente proteger, desinfestar, dominar e ter sob a nossa soberania, a fim de protegermos as nossas coisas e nos defendermos dos inimigos e piratas.”³⁷⁶ Ao contrário de Selden, Serafim de Freitas defende que o mar não podia ser propriedade de ninguém, excepto a parte do mar adjacente a uma terra³⁷⁷. O domínio do mar podia ser legitimamente adquirido tanto pela primeira ocupação, prescrição, nomeadamente a imemorial e finalmente podia ser parcialmente (quase-) ocupado por actos de navegação. Serafim de Freitas reserva-se apenas a uma tentativa de legitimar a defesa dos direitos dos portugueses. Assim sendo, vemos que Freitas adverte que os portugueses não reivindicavam a ocupação e o império de todo o oceano de maneira a proibirem a

³⁷⁵ Serafim de Freitas, *Op. cit.*, p. 284.

³⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 284.

³⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 259. O próprio Grócio vem a reconsiderar a sua posição, reformulando-a de forma a aceitar o domínio nas águas territoriais.

navegação ou a exigirem tributos aos outros povos. Em relação aos mares extra-europeus, como não existiam leis comuns com os “mouros ou gentios”, o jurista é de opinião que os cristãos não podiam “pedir servidão” naquelas partes orientais, por não haver qualquer propriedade herdada ou conquistada. Sem o qual não podia haver servidão “presente ou futura”. Esta tese encontrou, certamente, diversos opositores no seio da corte portuguesa. Freitas pedia apenas aos holandeses para não navegarem em direcção às conquistas portuguesas, adquiridas com tanto “dispêndio de sangue e fazenda”³⁷⁸. Considerava, contudo, o “amplíssimo solar de Neptuno” livre e aberto a todos. O príncipe, para conservar sob o seu poder os homens das províncias, podia, no entanto, recusar em suas terras, a entrada e comércio dos estrangeiros e proibir os súbditos de comerciar com estranhos: “E assim como a cada um é lícito de todo o direito vender a sua coisa a este e não àquele, e conceder a quem lhe aprouver o uso das suas coisas e interdizê-lo a outros, assim também uma província poderá conceder o uso de certos bens a alguns estrangeiros, não perdendo com isso a liberdade de o negar a outros”³⁷⁹. Subscrive as palavras de Ovídio quando este afirma repugnar “à liberdade natural que entres em minha casa contra minha vontade”. Pelo exposto, vemos que os portugueses não reivindicavam o *mare clausum* que pressupunha direitos de propriedade sobre o mar, mas defendia no entanto o direito ao seu domínio, ao império, entendido como legitimamente adquirido pela nação portuguesa.

Grócio recorda Francisco Vitória quando este enumera as causas mais prováveis da guerra dos espanhóis contra os americanos. Ou seja, o impedimento dos índios em deixar os espanhóis viajar até eles, excluindo-os, por isso, do que era comum em virtude do direito das gentes e também por não admitirem os espanhóis no comércio. Para Grócio, a vontade de ter comércio teria de ser recíproca. Havendo a vontade, os pactos

³⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 285.

³⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 119.

seriam escrupulosamente guardados. Nisto consiste um dos mais importantes princípios grocianos, no qual determina que “os contratos têm de ser honrados” (*pacta sunt servanda*). A lealdade a um senhor qualquer que ele seja é substituída pela fidelidade a um contrato assinado. Qualquer infracção ou infidelidade a este fundamento legal constituiria uma causa justa para fazer a guerra com o objectivo de punir os infractores. Este princípio tem sido criticado pelos historiadores que apontam Grócio como responsável pela criação do lado negro do liberalismo e do imperialismo moderno, uma vez que restringe a liberdade de acção dos povos não-europeus, decompondo a sua soberania. Este princípio teve, no entanto, como intenção inicial acabar com o impedimento feito pelos portugueses aos povos indianos de comerciarem com outras nações. A natureza apesar de dar tudo em comum aos homens, por causa da distância dos lugares, impediu o uso de certos bens desejáveis à vida. Por esse motivo, foi necessário iniciar a deslocação ou o transporte, considerado uma das necessidades da natureza. Como disse Aristóteles, o comércio dos objectos de primeira necessidade, na sua origem, estava fundado na natureza e tinha lugar entre os homens, em razão da abundância de uns e escassez de outros. O comércio, contudo, não era nada que pudesse ser apreendido fisicamente e por este motivo não era possível aos portugueses reclamar terem sido os primeiros homens a ter comércio com as Índias Orientais, e muito menos ser-lhes conferido um direito exclusivo. Tal como as outras servidões, o direito exclusivo a comerciar só pode ser atribuído por uma concessão expressa ou pelo menos tácita, isto é, por prescrição. Caso contrário, qualquer impedimento ao livre comércio tornar-se-ia uma causa justa para fazer a guerra.

O comércio é uma expressão que Francisco Vitória designa por *amor*, e o amor entre os homens era uma injunção da lei natural³⁸⁰. O comércio também significa

³⁸⁰ Anthony Pagden, « Commerce and Conquest... » in *Op. cit.*, p. 42.

correspondência, comunicação, conformidade de vontades³⁸¹, da inteligência entre particulares, tanto por causa de negócios, dos estudos ou simplesmente para cuidar uma amizade. Neste sentido se fala no comércio da vida no qual se baseia a nova sociedade civil. Do elo civil, no qual a urbanidade é o emblema, resulta uma nova ética de amizade. A amizade não pode agora existir senão entre iguais e onde houver ausência de igualdade social então a igualdade intelectual ou igualdade de aprendizagem tomava o seu lugar.

Pelo exposto, talvez se possa compreender melhor por que razão o *De Indis* não chegou a ser publicado e o *Mare Liberum* surgiu ao público sem nome de autor. Somente cinco anos depois (1614) uma tradução holandesa deste opúsculo foi pessoalmente endossada por Grócio e licenciada por *Their High Mightinesses*³⁸². Pouco antes, em 1612, a obra foi acrescentada ao índice de obras proibidas da Inquisição espanhola. Grócio ao escrever as suas teorias, sabia que não iria ser popular e que a sua demanda de liberdade de comércio e navegação não iria encontrar imediata nem mesmo aceitação geral. A defesa da privatização da VOC “foi curiosamente mal vista”³⁸³, tendo o próprio Grócio notado o medo geral dos próprios holandeses em se mostrarem a favor da presa portuguesa. Talvez agora também se possa compreender em que contexto foi efectuada a condenação por traição de Hugo Grócio e do seu protector Van Oldenbarnevelt. Na altura, justificada por estes terem abortado a iniciativa da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), um projecto dos calvinistas flamengos, e por terem alegadamente encetado negociações secretas com Espanha³⁸⁴. Outras razões podem estar na base de tais denúncias. Na argumentação para a defesa da liberdade de comércio e navegação, Grócio utiliza uma retórica forense influenciada

³⁸¹ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, p. 70.

³⁸² Martine Julia van Ittersum, *Profit and Principle ...op. cit.*, p. 358.

³⁸³ Idem, *ibidem*, p. 188.

³⁸⁴ Eric Wilson, “Erasing the Corporate Sovereign. Inter-Textuality and an Alternative Explanation for the Publication of Hugo Grotius’ *Mare Liberum* (1609), *Itinerario* 30, n° 2 (2006), p. 98.

sobretudo pela oratória ciceriana, a qual não era propriamente aceite na altura, na medida em que destacava a pureza da *amicitia* ciceroniana. Esta igualdade na amizade faz da sociedade internacional uma realidade onde existe a necessidade de comunicação, para além de um preceito natural de fraternidade, de *mutui amoris*. Ao proclamar que “todas as nações são iguais”, significou o enterramento do princípio de soberania (como se Deus não existisse), podendo ser estabelecidas relações de amizade e não de comando e obediência. A internacionalização fez do mundo uma república em que deixava de ser entendida enquanto una e universal, mas pluralista e universal, regida pelo Direito que pretendia organizar esta sociedade das nações.

3- A Independência dos Estados

Quando o universo e os membros da sociedade constituíam um grande corpo, o mundo inteiro formava um Estado. Existia uma completa subordinação de todos à autoridade do conjunto. No entender de Grócio, os súbditos estavam subordinados a um Estado numa posição análoga à das crianças e escravos, os quais estavam sujeitos à solene *patria potestas* e ao poder do amo³⁸⁵. Como Deus criou todas as coisas à sua imagem e semelhança, não criou o Estado, mas dois seres humanos³⁸⁶. Mais uma vez, o jurista holandês se levanta contra a existência do andrógino ibérico, por, na sua opinião, a sociedade humana ter precedido a existência do Estado. É com base na lei das nações, usada em distinção da lei natural³⁸⁷, que o Estado recebe o poder: “a sociedade humana tem origem na natureza, mas a sociedade civil deriva de um desígnio deliberado”³⁸⁸. Como ninguém é capaz de transferir o que nunca possuiu, é dada precedência a um poder inerente a cada indivíduo antes da referida transferência. Primeiro esta é efectuada na cabeça do *paterfamilias*, também designado por “magistrado doméstico”, para que tivesse jurisdição interna como externa, para sua própria protecção e da sua família. Em seguida, é feita a união de muitas cabeças de família em um só povo ou Estado³⁸⁹, proporcionando um grande poder aos seus membros, sendo esta, para Grócio, “a mais perfeita de todas as sociedades”. O poder do Estado surge assim como o resultado de um acordo colectivo³⁹⁰.

³⁸⁵ *De Indis*, p. 120.

³⁸⁶ *De Indis*, p. 137.

³⁸⁷ IBP, p. 94.

³⁸⁸ *De Indis*, p. 8.

³⁸⁹ IBP, 5.23.

³⁹⁰ Foi na esteira do pensamento de Francisco Vitória sobre a teoria da soberania em que o Estado surge como uma entidade jurídico-política e do pensamento de Suárez sobre a teoria contratualista sublinhando a dimensão internacional regulada por um direito, *ius inter gentes*, que Grócio desenvolveu a teoria das

Ainda que os diversos corpos estejam separados e distantes, existe uma união pelo nome, por o Estado ter uma única constituição e um “espírito”. Ora, este espírito era considerado como uma total e completa associação para a vida política, sendo este o primeiro e imediato efeito do poder soberano e o elo que unia o Estado. O que vai levar Grócio a considerar o Estado como um corpo artificial. Vemos aqui uma transição da ideia de Estado enquanto corpo a passar para uma mera união espiritual, um *corpus mysticum*. Contudo, as analogias corporais mantêm-se. Grócio refere a conexão entre um corpo enquanto sujeito comum da visão e o Estado enquanto sujeito comum de soberania. Assim como o olho era o correlativo adequado da visão, o próprio sujeito, ou melhor, uma ou mais pessoas (de acordo com as leis e costumes de cada nação), era o primeiro poder do Estado³⁹¹. Seguindo o mesmo raciocínio, como as leis de cada Estado diziam respeito ao seu próprio benefício, entre todos ou vários Estados deveria haver leis baseadas no consentimento comum, as quais não diziam respeito à vantagem de um corpo em particular, mas a todos em geral. O Estado era um corpo de pessoas livres, associadas com o intuito de gozarem pacificamente os seus direitos e para seu próprio benefício³⁹². Grócio acreditava que a sociedade não podia atingir a “unidade perfeita e a harmonia”, ou seja, ser e mover-se como um corpo único, mas poderia desejar a concórdia e a aliança entre os diversos corpos. Do mesmo modo, diversos Estados poderiam estar ligados numa aliança estrita e todavia cada um continuar a ser um Estado perfeito³⁹³.

Na introdução do *Mare Liberum*, Grócio denuncia que entre os espanhóis e os holandeses existia uma controvérsia sobre a independência da Holanda, na sua opinião um Estado dignamente constituído com um governo baseado em leis jurídicas. Mas o

relações entre os Estados. (Cf. Wladimir Brito, “Do Estado da construção à desconstrução do conceito de Estado-Nação”, in *Revista História das Ideias. O Estado*. vol. 26, 2005, pp. 259-306)

³⁹¹ *De Indis*, p. 260.

³⁹² IBP, I.3.7.

³⁹³ IBP, p. 260.

que Grócio pretende submeter no seu opúsculo, “não tem nada a ver com estes assuntos”. No entanto, no último capítulo retoma este tema e discute as condições da guerra e da paz entre a Holanda e a coroa espanhola. Para o autor, a paz podia ser de dois tipos, feita sob um pé de igualdade ou de forma desigual, sendo esta última conveniente apenas às almas servis. Concorde com Cícero por este dizer que era por vezes necessário fazer a guerra para viver uma paz sem injustiças e uma liberdade tranquila. A paz não deveria, assim, ser o resultado de um pacto servil. Como o folheto *Mare Liberum* ao ser publicado em 1608, ou seja, nas vésperas da assinatura da trégua entre os dois países, esta discussão adquire um significado especial. Apesar de negar, Grócio pretende desde o início tratar da independência holandesa face aos espanhóis, mas os princípios teóricos a que chegou ultrapassam em muito as relações entre os dois países. Enuncia, afinal, princípios gerais com a ambição de regular as relações entre os Estados. Hugo Grócio vai ainda mais longe. O seu objectivo é devolver a liberdade e a igualdade a toda a humanidade³⁹⁴. Por esta razão termina o seu *Mare Liberum* com um grito de liberdade: “Se for então necessário, levanta-te nação invencível sobre o mar: e luta corajosamente, não pela tua própria liberdade, mas pela liberdade do género humano”³⁹⁵. Sem qualquer dúvida, ainda que ultrapasse esta realidade, o *De Indis* e mais concretamente o *Mare Liberum* devem ser lidos no contexto tanto da infiltração comercial holandesa na Ásia portuguesa como no âmbito dos oitenta anos de guerra entre as Províncias Unidas e a coroa espanhola. Grócio chegou a admitir que o seu objectivo consistiu em assegurar o comércio holandês nas Índias Orientais, o qual, por sua vez, considerava a melhor garantia para a sobrevivência política e militar das Províncias Unidas³⁹⁶.

³⁹⁴ *Mare Liberum*, introdução e cap. XIII.

³⁹⁵ *Mare Liberum*, cap. XIII.

³⁹⁶ Martine Julia van Ittersum, *Profit and Principle ...op. cit.*, p. [485].

As negociações de paz e de trégua de 1607 a 1609 viram a aplicação das teorias dos direitos de Grócio bem sucedida. Ao afirmar explicitamente que os mercadores privados poderiam empreender uma guerra justa por sua própria conta, encorajou um financiamento a curto prazo em proveito da “causa comum”, ou seja, da guerra da independência contra o rei espanhol³⁹⁷. Por causa da guerra nas Índias Orientais, Filipe III recebeu menos proventos ultramarinos e diminui a despesa na frente flamenga³⁹⁸. Por sua vez, a Junta do Almirantado holandês beneficiou das presas capturadas pelos navios de guerra da VOC e dos retornos gerados pelo comércio de especiarias. Os custos da guerra nas Índias Orientais eram proibitivos e por isso não haveria outra maneira de os directores da VOC continuarem a sua campanha de privatização e reinvestimento na companhia. Na opinião pública, a VOC passou a ser identificada com “o partido da guerra” que acabou depois por perder, progressivamente, terreno a favor do “partido da paz”³⁹⁹. Neste contexto resultaram as prisões de Hugo Grócio e do seu protector Johannes van Oldenbarnevelt, líder das Províncias Unidas, este último executado em 1619.

O humanista holandês defendeu os princípios gerais contra a tirania portuguesa nas Índias Orientais, mas as suas ideias acabaram por ter uma forte repercussão entre os próprios portugueses. A doutrina política grociana, foi considerada pelo visconde de Santarém, em 1836, como “um fortíssimo manifesto contra Castela que mostra bem como a revolução de 1640 se preparava muitos anos antes”⁴⁰⁰. Marcello Caetano embora concorde, censura o tom exagerado da afirmação. Mais recentemente, Borges de Macedo reitera a opinião citada: “E foi com este ideal do *Mare Liberum* que os

³⁹⁷ Martine van Ittersum, “Introdução”, in *Mare Liberum*, p. XXII.

³⁹⁸ Martine Julia van Ittersum, *Op. cit.*, p. 481.

³⁹⁹ Eric Wilson, “Erasing the Corporate Sovereign....*op. cit.*”, p. 79.

⁴⁰⁰ Marcello Caetano, “Introdução”, in Serafim de Freitas, *Op. cit.*, pp. 46 e 54.

portugueses se libertaram em 1640”⁴⁰¹. Estas considerações podem parecer surpreendentes, sendo necessário interrogar a efectiva ligação entre as teses grocianas e a restauração de Portugal.

Na resposta de Serafim de Freitas ao *Mare Liberum*, ao apurar a fidelidade e verdade dos portugueses, considera o governo do Príncipe das Espanhas (a quem dedica o seu livro) mais paternal que senhorial. Tal como Plutarco disse a respeito de Alexandre o Grande, o jurista português relembra que “são mais felizes os que vivem sob o seu império, do que aqueles que o evitaram”⁴⁰². Se os holandeses tinham a pretensão de repelir a autoridade do príncipe legítimo, o jurista português alega que esta atitude era de todo impossível por um soberano não poder ser coagido pelos seus próprios súbditos. Os holandeses tinham assim a pretensão de “dar, e não receber leis de seu Príncipe”⁴⁰³. A acusação de rebelião e de traição é sintetizada no seguinte comentário de Serafim de Freitas: “tendo os Holandeses em suspeição o regime monárquico, não vos escolhem de boa fé para árbitros, Sereníssimos Príncipes, nem também procuram decidir a questão segundo o direito divino, comum e hispânico, que veladamente imploram no prefácio, mas segundo a regra lésbia, que o Incógnito tem em casa”⁴⁰⁴. A regra lésbia de que refere Freitas diz respeito à nova concepção de amizade entre os homens e entre as nações, inseridas numa relação livre, igual e de comum acordo.

Serafim de Freitas, refere que pelo contrário os “católicos portugueses”, desde a fundação da nacionalidade, nunca atacaram pelas armas, nem jamais teriam conspirado

⁴⁰¹ Jorge Borges de Macedo, “O Mare Clavsvm na Evolução da política externa portuguesa no século XVI”, in *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XXXIV, Lisboa-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 149.

⁴⁰² *De Indis*, p. 355.

⁴⁰³ Serafim de Freitas, *Op. cit.*, p. [94].

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 95.

contra os seus reis em nenhum lugar do seu remoto império⁴⁰⁵. Qualidades contrárias às dos holandeses que se rebelaram contra o seu príncipe. Um acto que considera, citando o humanista holandês Justo Lipsio (1577-1606), “a maior das misérias, a maior das infâmias, e um mar de calamidades.”⁴⁰⁶ Já como havia escrito Bodin, o “súbdito nada pode tramar contra o príncipe natural, ainda que mau, cruel e tirano.”⁴⁰⁷ Como vimos anteriormente, Serafim de Freitas defende a doutrina integrista que procura conciliar a religião e a política numa monarquia católica submissa ao papa e à igreja romana. Assim sendo, o poder civil encontra-se subordinado ao poder espiritual, e, por conseguinte, nas mesmas “condições de subordinação que o braço para a cabeça; por isso, os príncipes seculares são, no corpo da Igreja, os defensores da sua cabeça e da Igreja [...] e como tais exercem uma função diferente da da cabeça cujo dever é governar, sendo, assim, contidos dentro dela com o nome de braços”⁴⁰⁸. Para Serafim de Freitas, inferindo da sobredita subordinação das coisas temporais às espirituais, o pontífice enquanto detentor da monarquia espiritual da Igreja, podia dispor sobre as coisas temporais e privar os reis heréticos do seu domínio e reino.⁴⁰⁹ Tinha ainda o poder de castigar, podendo chegar à deposição do imperador e dos reis que, depois de legítima advertência, abusassem do seu poder e em extremo prejudicassem, “por maldade ou suma negligência, o bem espiritual, a fé católica, o governo da igreja, e a tranquilidade e paz dos fiéis.”⁴¹⁰ O jurista português apesar de dizer que o exercício desta faculdade do Sumo Pontífice em privar o rei do seu reino e o imperador do seu império aconteceu muitas vezes⁴¹¹, contradiz-se dizendo que na Igreja primitiva, nem

⁴⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 354.

⁴⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 355.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 355.

⁴⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 197.

⁴⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 190.

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 174.

⁴¹¹ Idem, *ibidem*, p. 174.

Pedro nem os seus sucessores utilizaram este poder⁴¹². Esta inibição papal não significa uma carência de poder, mas “falta de sujeito ou oportunidade”⁴¹³. O que poderá todavia acontecer assim que um príncipe católico e filho da Igreja, contra o seu dever, “a abandona e ataca, e afasta o povo da salvação eterna”. Outra razão a coibir a iniciativa dos Pontífices Romanos na deposição dos reis diz respeito ao receio de que “surjam heresias, rebeliões, cismas ou males semelhantes.”⁴¹⁴ Mas nada disto retira ao sacerdote o poder espiritual que exclusivamente lhe pertencia, poder excluir o rei do reino, chegando a privá-lo da vida “por causa da mancha da lepra e crime de heresia.”⁴¹⁵ Isto porque se o rei for herege, deve ser separado da administração do reino e do convívio de sua mulher, podendo ser considerado “pagão e publicano”. Se houvesse infâmia pública que o soberano era herege ou cismático,⁴¹⁶ tornava-se necessário instituir outro em seu lugar. Perante a gravidade da situação e diante de tão poderoso inimigo que colocava a alma em tão grandes perigos, os vassalos ficavam, por isso, desvinculados do dever de fidelidade que lhe juraram. Serafim de Freitas esclarece que o Sumo Pontífice não privava o imperador do seu império, ou o rei do seu reino, enquanto juiz ordinário, da mesma maneira que depunha ou privava os bispos, mas como pastor supremo e universal, quando isso convinha ao fim sobrenatural e por força do poder espiritual.⁴¹⁷ Porém, o Sumo Pontífice não era detentor do poder temporal directo sobre as coisas temporais, mas ao depor o rei por heresia e culpa, excluindo-o ou demitindo-o, usava do seu poder espiritual. Embora a deposição do rei e do imperador se costumasse fazer em Concílio, por se entender haver uma maior e madura deliberação, todavia o Sumo

⁴¹² Idem, *ibidem*, p. 177.

⁴¹³ Idem, *ibidem*, p. 177.

⁴¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 175.

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 205.

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 207.

⁴¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 176.

Pontífice podia justa e validamente fazê-la de *per se*⁴¹⁸. Pelo exposto, ainda que de forma algo ambígua, vemos confirmada que na transferência do império e na eleição do Imperador, o Pontífice Romano não exercia o poder secular ou político, mas o eclesiástico e espiritual. E deste modo se confirma a ideia de que o império era concedido pela Igreja ou pelo Pontífice Romano.

As razões principais para uma atitude tão extrema da parte do papa explica-se pelo receio de “voltar às mãos dos Gregos” (i.e. neoplatonismo), ou “se darem os antigos danos resultantes da eleição para imperador de um herege, cismático, e adversário da fé e da Igreja”. Serafim de Freitas mostrou-se contra o rei herético que podia, “como infelizmente a experiência o está ensinando”, afastar os seus súbditos da fé católica, impondo-lhes penas nos bens e nas vidas. No caso do rei cair em tirania, pela intervenção do Sumo Pontífice, era possível à república tirar-lhe o trono e a vida. Depois deixava o reino e o império à disposição dos eleitores ou dos legítimos sucessores⁴¹⁹. Esta afirmação pode ser entendida como uma contradição ao que Serafim de Freitas refere pouco mais à frente no seu texto. Aqui diz que o Pontífice podia depor os reis à sua vontade e em seu lugar instituir os que quisesse. Demonstrado por William Barclay na seguinte afirmação: “O Sumo pontífice pode tirar o reino a um e dá-lo a outrem” [...] “porque ele próprio é o juiz”⁴²⁰.

Pelo exposto, podemos ver que Serafim de Freitas apesar de dedicar a obra a Filipe IV e tecer elogios à sua governação, indirectamente encontra uma via para a sua deposição. Evitando as revoltas, consideradas contrárias à ordem hierárquica, Freitas ao seguir o pensamento político integrista, coloca sob o arbítrio do Sumo Pontífice o poder para a deposição dos reis e imperadores que demonstrassem ser hereges e tiranos para com os seus súbditos. Contrariando Hugo Grócio, o crime e o pecado não se

⁴¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 176.

⁴¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 193.

⁴²⁰ Idem, *ibidem*, p. 194.

encontravam na nação portuguesa, a qual tinha dado provas de grandes virtudes, descritas longamente por Freitas. Os portugueses enquanto nação, sempre antepuseram a toda a espécie de interesses a causa da religião⁴²¹, dando sempre um grande exemplo de fé em todas as partes do mundo e em todos os tempos. O jurista português conclui que foi “nesta gesta da Família de Bragança digna do maior renome, para que os outros príncipes da Europa, assim como se orgulham de virem da sua prosápia, também sigam as suas lições de virtude e religião”⁴²². Todos os males se concentravam, afinal, naquele que os governava e os desencaminhava da salvação eterna. Concluímos deste modo que Serafim de Freitas além de explicar a via pela qual se poderia fazer uma legítima deposição de Filipe IV, avança com o nome da casa de Bragança para o suceder. Esta foi certamente mais uma razão que impediu uma pronta publicação do seu *Do Justo Império*, cujo atraso tem sido estranhado pelos historiadores. Tratando-se de uma defesa do comércio e do monopólio escrito por um jurista português, tudo levava a crer que seria bem acolhido. Não foi o caso, nem do lado espanhol nem do português. Filipe III de Espanha interditou a circulação e parece que proibiu igualmente a discussão. Segundo a explicação do jurista Camilo Barcia Trelles, esta proibição devia-se ao facto de ser opinião da “Espanha douta, universitária e pensante clara e manifestamente partidária da liberdade oceânica como o provam as imortais teorias de Vitória e Vasquez de Menchaca”⁴²³. Como vimos anteriormente, Vitória numa comparação entre ambas as Índias, teceu elogios ao comércio “lícito” dos portugueses no Oriente, criticando o espanhol. Do lado português, o livro de Freitas recebeu, a 26 de Setembro de 1623, o aplauso do jesuíta Sebastião Couto, o qual aprovou a sua imediata publicação para “para que resplandeça a justiça dos portugueses e seja reprimida a

⁴²¹ Idem, *ibidem*, p. 367.

⁴²² Idem, *ibidem*, p. 368.

⁴²³ Marcelo Caetano, “Introdução”, in Idem, *ibidem*, p. 39.

temeridade dos seus inimigos”⁴²⁴. No conselho de Portugal, pelo contrário, as reservas foram muitas. A 2 de Maio de 1624, emitiu o parecer que a defesa dos portugueses deveria ter sido escrita “por diferente termo do que no dito tratado se sugere” e que a publicação deste livro poderia até ser nociva aos interesses do rei espanhol, “antes se lhe pode prejudicar com se pôr em disputa”⁴²⁵. Como acabámos de ver, esta obra era ofensiva à autoridade real espanhola. Se fora escrita em 1616, pelo menos uma primeira versão⁴²⁶, a sua publicação será arrastada até ao ano de 1625. Contudo, o tratado de Serafim de Freitas pode ser considerado algo isolado na panorâmica nacional, no sentido em que os autores da Restauração, como foi notado por Paulo Merêa, encontraram a legitimidade para a deposição do rei castelhano na “ideia de soberania popular”, também designada por ele de “doutrina democrática”⁴²⁷. Serafim de Freitas preferiu a via hierárquica permitindo a deposição pela autoridade suprema, o Sumo Pontífice.

Um estudo de Diogo Ramada Curto sobre o discurso político em Portugal na primeira metade de seiscentos revela uma ideia de decadência nacional, passando de uma idade de ouro a uma idade de ferro: “neste tempo erão as vidas largas pela falta de vícios que hoje sobejão”⁴²⁸. Sobressaem os temas da destruição de Jerusalém, nas profecias de Jeremias (Jr 4-6), sendo frequente a referência a sinais de depravação: “delícias, trajes luxuosos, banquetes, palácios, etc. representam os alvos mais criticados. Um segundo conjunto inclui as mulheres, um autêntico diabo caseiro, as relações adulterinas e ainda práticas sexuais incestuosas e homossexuais”⁴²⁹. Segundo o referido historiador, é ainda mencionada a crença num Deus vingativo e intenções

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁴²⁵ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁴²⁶ Idem, *ibidem*, p. 41.

⁴²⁷ Diogo Ramada Curto, *O discurso político...op. cit.*, p. 221.

⁴²⁸ Citado em Idem, *ibidem*, p. 21.

⁴²⁹ Idem, *ibidem*.

disciplinadoras, assim como a falta de justiça e a atracção pelas riquezas. Aparece, então, a imagem de um Portugal que havia sido anteriormente temido pelos seus inimigos, a deixar de ser respeitado.

O tom de censura da tratadística portuguesa não parece distanciar-se muito das condenações de Hugo Grócio. Ao comparar brevemente com os protestos políticos portugueses durante a primeira metade do século XVII, reparamos numa afinidade entre as teses do humanista holandês e as reivindicações restauradoras por alguns autores portugueses, intuída pelos historiadores anteriormente referidos. A condenação de um império vicioso e caótico, o andrógino ibérico, tornou possível a rebelião contra o domínio espanhol. Na Nova Espanha, o México é o primeiro a revoltar-se em 1624⁴³⁰, Portugal tem a sua restauração em 1640, Nápoles revolta-se em 1647 e a Holanda torna-se independente em 1649. Vemos que a rebelião de diversos Estados contra o império inicia-se antes da Paz de Westefália em 1648, considerada pelos teóricos como o início das Relações Internacionais em consequência da formação de Estados-nação.⁴³¹

⁴³⁰ Cf. Serge Gruzinski, *Les quatre parties du monde : histoire d'une mondialisation*, Paris, Martinière, 2004, pp. 100-101.

⁴³¹ Cf. Arnaud Blin, 1648, *La Paix de Westphalie ou la naissance de l'Europe politique moderne*, Bruxelles, éditions Complexes, 2006.

Parte II

“O nosso governo era Ermofradita”

Em 1748, o enviado português a Inglaterra, António Freire de Andrade Encerrabodes, ao observar as ambiguidades que caracterizam a política portuguesa proferiu o seguinte comentário segundo testemunha Alexandre de Gusmão: “E Enserrabodes, não sabendo, a q[ue]m havia de pedir, a sua Carta Credencial, pelo jogo do empurra, em que se vio, disse, que o nosso Governo, era Ermofofradita.”¹ Alexandre de Gusmão (1695-1753), diplomata português e inclinado às novas teses e pensando na obsolescência das alegorias corpóreas proferiu o seguinte comentário: “Dito não são contos estrabios, mas sim factos certos, acontecidos dentro da Europa culta”. Ora, o governo português era então classificado um ser hermafrodita. O uso desta noção, na área política, parece revelar a continuidade desta ambígua condição no quadro de categorias que organiza a visão do mundo de alguns grupos de elite.

Quanto ao hermafrodita, ambiguidade que perturba, mas também fascina. Paradoxo que Marie Delcourt considera interligar a experiência do horror e a exaltação do sagrado.² No plano fisiológico, a condição do hermafrodita expressa-se morfológicamente pela existência num mesmo indivíduo dos dois órgãos genitais, o masculino e o feminino. Segundo Aristóteles, o peito direito é como o de um homem e o esquerdo como o de uma mulher.³

¹ “Alexandre de Gusmão a D. Luís da Cunha, Lisboa, 11 de Fevereiro de 1748, in Alexandre de Gusmão, *Genealogia geral da Nação Portuguesa pela qual se desvanece a opinião dos Senhores Puritanos*, BNP, Mss. 258, n° 5, f. 6.

² Marie Delcourt, *Hermaphrodite. Mythes et rites de la bisexualité dans l'Antiquité classique*, Paris, PUF, 1968, p. 50.

³ Jacques Duval, *Des Hermaphrodits*, Rouen, David Gevffroy, 1612, p. 300.

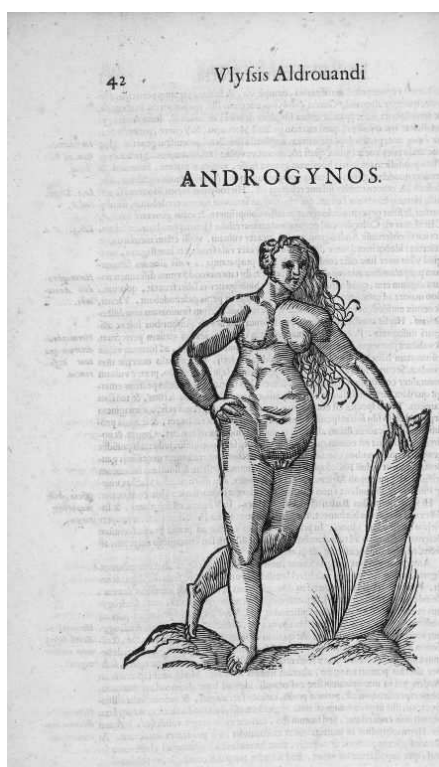


Fig. 6 - “O Hermafrodita (Andrógino)”, in Ulisse Aldrovandi, *Monstrorum historia cum paralipomenis historiae omnium animalium...*, Bolonha, Nicolai Tebaldini, 1658. Gravuras de Jean-Baptiste Corialan, p. 42.

Se à primeira vista aparenta uma definição simples, a opinião dos autores tem variado consideravelmente ao longo da história provocando as mais diversas reacções, por vezes extremas ou mesmo letais. A observação biológica teria de corresponder a uma certa ordem hierárquica que se queria defender ou refutar, compreendendo-se assim a importância concebida na abordagem do tema, sempre tido por delicado. Segundo Paulo de Egina, um médico do século VII, ao referir um trabalho, entretanto perdido, do cirurgião Leonidas de Alexandria (séc. I d.C.)⁴, menciona a existência de quatro espécies de hermafroditas, das quais, três, seriam de sinal masculino e apenas

⁴ Cf. J. Lascaratos, A. Kostakopoulos, “Operations on hermaphrodites and castration in Byzantine times (324-1453 AD), *Urologia internationalis* (1997), vol. 58, nº4, pp 232-235.

uma feminina. Esta distinção foi seguida por Jacques Duval (1555-1615), médico de Rouen, o qual, mantendo a distinção das referidas quatro espécies, esclarece no entanto que três delas tinham falsas aparências dos dois sexos⁵, demorando-se na descrição do então designado “hermafrodita perfeito”, aquele que podia usar de um e outro sexo. De forma sistemática, Ambroise Paré (1510-1590), médico da corte real francesa e considerado o pai da cirurgia moderna ocidental, distinguiu igualmente os mesmos quatro tipos de hermafroditismo⁶. O primeiro, o hermafrodita macho, ou seja, aquele que possuía o sexo masculino perfeito e que assim pode reproduzir, não tinha, contudo, o sexo feminino bem formado. Pelo contrário, o hermafrodita fêmea apresenta o órgão feminino perfeito, podendo igualmente conceber, mas com má-formação do órgão masculino. O terceiro caso de hermafroditismo ocorreria quando se verificasse uma aparência equívoca de ambos os órgãos genitais, não podendo por isso, de nenhum modo, engendrar. Estes hermafroditas não são *nem* machos *nem* fêmeas, ou seja, nem de um nem do outro sexo. O último observa-se quando os dois sexos estão bem formados e possuindo a faculdade de reprodução. Estes hermafroditas são pois, em *simultâneo* machos e fêmeas.

O reconhecimento da dupla potência do hermafrodita perfeito refuta a tese aristotélica que negava a possibilidade de existência de tal fenómeno.⁷ Não seria, assim, possível encontrar as características completas de homem e mulher por ser contrário à natureza. Assim, apenas um desses órgãos possuía a capacidade plena. O outro órgão estaria agregado como se de um tumor se tratasse. A existência de hermafroditas embarça o seu sistema ordenado.⁸ Impunha-se distinguir o feminino do masculino, e manter este género no topo da hierarquia. A admissão do hermafroditismo levou uma

⁵ Jacques Duval, *Op. cit.*, p. 294.

⁶ Ambroise Paré, *Op. cit.*, p. 811.

⁷ Aristóteles, *On the Generation of Animals*, Kessinger Publishing, 2004, p. 110.

⁸ Kathleen P. Long, *Op. cit.*, p. 14.

série de anatomistas do século XVII, entre os quais o mais famoso, Jean Riolan, o novo (1577 – 1657), a argumentar que certos hermafroditas, na verdade, eram mulheres com genitais deformados. Mais radical é a posição adoptada em outros trabalhos, como o de James Parsons (1614),⁹ visando provar que, invariavelmente, todos os casos de hermafroditas na verdade eram mulheres. Guy Patin (1601-1672), deão da faculdade de medicina de Paris e professor do Collège de France, chegou a negar a existência “destes homens ambíguos”¹⁰. O final do século XVIII vê adoptar uma atitude, entendida na altura, como mais moderada : « Les siecles de la crédulité ont été nombreux; celui de la critique est venu à la fin: mais à force de fables la vérité avoit perdu son crédit, parce qu'elle leur ressembloit; on a nié qu'il y eût des *hermaphrodites*.[...] ne donnons ni dans un scepticisme injuste, ni dans une crédulité imbécille ».¹¹ Admitindo a existência de verdadeiros hermafroditas, estes, contudo, só poderiam ser imperfeitos, ou pelo menos seria escassa a probabilidade em encontrar hermafroditas perfeitos.¹² M. La Fosse, médico setecentista, revela no entanto que uma correcta demonstração anatómica, prova a impossibilidade da coexistência dos dois sexos no mesmo sujeito.¹³ Segundo este perito em medicina legal, a Natureza, por vezes, reúne as formas mais díspares, mas não confunde as espécies. Ditame que mostra a dificuldade em encarar a ambiguidade de género. Desde a Antiguidade que o embaraço era acompanhado de um ritual de repressão para negar a sua existência. Se um corpo era monstruoso, então só poder ser um animal.¹⁴ Era costume, em Atenas, lançar os hermafroditas ao mar e, em Roma, ao

⁹ James Parsons, *A mechanical and critical inquiry into the nature of hermaphrodite*, London, J. Waltho, 1741 (Cf. Palmira Fontes da Costa, “Anatomical Expertise and the Hermaphroditic Body”, *Spontaneous Generations: A Journal for the History and Philosophy of Science*, 1 (2007), p. 81).

¹⁰ Jean-Baptiste-René Robinet, “Hermaphrodite”, in *Supplément à l'Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences*, vol. III, ed. André Joseph Panckoucke, Paris, 1777, p. 359.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 359.

¹² Idem, *ibidem*, p. 362.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 365.

¹⁴ Kathleen P. Long, *Op. cit.*, Ashgate, 2006, p. 16.

Tibre, como escreveu o autor romano Júlio Obsecuente no seu *Livro dos Prodígios*¹⁵. Porém, se durante o Império romano se efectuava esta prática, Plínio, o Velho (23-79 d.C.), afirma que, entretanto, a situação se havia alterado¹⁶. Houve por isso a necessidade de saber qual dos dois sexos prevalecia, não se admitindo ambiguidades. Santo Agostinho, na *Cidade de Deus* (liv. 16, 8), informa que o uso comum fazia prevalecer o sexo mais nobre, ou seja, o masculino. Um estudo de Michel Foucault sobre a monstrosidade refere que os hermafroditas constituíram um tipo de “monstro” privilegiado na Antiguidade Clássica¹⁷. Porém, o costume de executar, queimar e lançar as cinzas do hermafrodita ao vento parece ter continuado na Idade Média, chegando ao início do século XVII. Nesta altura, impôs-se a necessidade de teorizar a sexualidade e a correspondente organização anatómica. Afirma-se novamente que o hermafrodita era um monstro, por ser contra a ordem e a regra ordinária da natureza que separou o género humano: machos e fêmeas. Apesar da concepção tradicional da monstrosidade, o hermafrodita escapa à condenação que era de regra anteriormente.¹⁸ Apesar de contrários à natureza, os hermafroditas eram criados segundo a vontade de Deus e entendidos como um sinal do seu poder¹⁹. Teriam, no entanto, que assumir o sexo predominante. Rafael Bluteau menciona o matrimónio entre hermafroditas,²⁰ mas apenas válido com base no sexo que prevalece, tendo obrigatoriamente de se apresentar como marido e mulher. O que seria condenável eram os seus gostos perversos. A sua peculiaridade não poderia de forma alguma constituir um pretexto para uma certa

¹⁵ O *Livro dos Prodígios* (*Liber de prodigiis*) foi escrito no séc. IV a.C. fazendo referência a fenómenos extraordinários e sobrenaturais que ocorreram em Roma durante o período 246-12 a.C. Foi impresso pela primeira vez pelo humanista veneziano Aldo Manuzio em 1508. De grande importância foi a sua reedição por Conrado Licóstenes (1552) pela tentativa de reconstrução das partes em falta e com ilustrações. (Cf. Julio Obsecuente, *Libro de los Prodigios, restituído a su integridad en beneficio de la Historia por Conrado Licóstenes*. Introducción, traducción y notas de A. Mourel. Madrid: Ediciones Clásicas, 1990).

¹⁶ Philippe Charlier, *Op. cit.*, Paris, Fayard, 2008, p. 81.

¹⁷ Michel Foucault, *Les Anormaux. Cours au Collège de France. 1974-1975*, Paris, Seuil/Gallimard, 1999, p. 62.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 66.

¹⁹ Jacques Duval, *Op. cit.*, 1612, p. 292.

²⁰ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, p. 23.

conduta criminosa. Assim, um hermafrodita não poderia revelar qualquer inclinação por homens ou mulheres do sexo assumido. A monstruosidade condenável não era agora a resultante da natureza, mas do comportamento. Para Foucault, esta monstruosidade já não seria jurídico-natural, mas jurídico-moral, uma questão de conduta e não de natureza.²¹

Em Portugal, a perseguição a esta categoria desviante estava sob a alçada do tribunal do Santo Ofício. Verifica-se uma ausência de condenações por parte deste tribunal. O que não surpreende, tendo em conta as conclusões apuradas por A. Hespanha relativamente à suavidade do sistema punitivo português da época.²² Apenas se detecta uma alusão num processo à eventualidade de Luís Estêvão, de alcunha “o Cobra”, ser um hermafrodita²³. Processo bastante volumoso em que depuseram 54 testemunhas, o mulato livre que nele estava implicado foi acusado apenas de bruxaria, pacto com o demónio, superstições e sodomia. Ainda que condenado no auto-de-fé de 10 de Dezembro de 1690, a desconfiança quanto ao seu hermafroditismo não foi comprovada. Condenado pelas razões expostas, pesando, certamente, o seu hermafroditismo. Segundo Foucault, quando um hermafrodita era reconhecido, seria obrigado a escolher um dos sexos, isto é, aquele que dominasse, devendo então comportar-se em função do mesmo. Seria apenas no momento em que o hermafrodita fizesse uso do sexo excedentário que as leis penais ditavam uma condenação por sodomia²⁴.

²¹ Michel Foucault, *Op. cit.*, p. 68.

²² António M. Hespanha, “De la “Iustitia” a la disciplina”, in F. Tomás y Valiente et al., *Sexo barroco y otras transgresiones premodernas*, Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 175-186.

²³ IANTT, *Inquisição de Évora*, proc. 4745.

²⁴ Michel Foucault, *Op. cit.*, p. 62.

Com o progresso da medicina, « tout cet édifice de loix & de précautions, tout cet amas énorme de volumes s'anéantit devant une bonne démonstration anatomique »²⁵. Palmira Fontes da Costa demonstra que a perícia anatómica tornou o saber médico habilitado para ir além das aparências e ter acesso à verdadeira ordem da natureza.²⁶ Contudo, o avanço da medicina permitiu a peritos como La Fosse a demonstrar, nos finais do século XVIII, a impossibilidade da coexistência perfeita de ambos os sexos num mesmo organismo, ou seja, negaram a existência do andrógino. Acabaram, afinal, por confirmar as teses aristotélicas e a nítida divisão dos sexos. Segundo este médico francês, os mais diversos artistas, iludidos pelo gosto do maravilhoso, induziram em erro o público e os juízes. As leis vieram apoiar estas vagas opiniões e definiram todos os casos de hermafroditismo, incluindo o de igualdade dos sexos. Mas revelando uma constante fonte de litígio por não estarem fundadas numa correcta observação anatómica. Nesse parecer erróneo, chegou a ser “criado um corpo de doutrina sobre uma espécie particular”²⁷. Estamos perante uma alusão evidente ao andrógino, o hermafrodita macho-fêmea. Esta controversa forma de intersexualidade é vista por uns como símbolo de harmonia, por outros como expressão do caos. E foi considerada pela Europa “culta” iluminista – para recordar as palavras de Alexandre de Gusmão - , como não existente.

O hermafrodita enquanto manifestação do poder divino, da fertilidade e da procriação,²⁸ um dos seres originários dos quais homens e mulheres descendem, é uma entidade que remonta aos cultos pré-históricos, como mostra o estudo de Marie Delcourt. O seu papel central como criador da humanidade é desenvolvido pelo

²⁵ M. La Fosse, « Hermaphrodites », in *Supplément à l'Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences*, vol. III, ed. André Joseph Panckoucke, Paris, 1777, p. 365.

²⁶ Palmira Fontes da Costa, “Anatomical Expertise and the Hermaphroditic Body”, *Spontaneous Generations: A Journal for the History and Philosophy of Science*, 1 (2007), pp. 80-81.

²⁷ M. La Fosse, *Op. cit.*, p. 365.

²⁸ Marie Delcourt, *Op. cit.*, pp. 30-39.

pensamento gnóstico antigo. Ao participar da natureza masculina e feminina, a dupla potência do hermafrodita perfeito expressava uma força divina e auto-suficiente, subentendendo o poder reprodutivo auto-suficiente. Posteriores desenvolvimentos da imagem de harmonia surgem no contexto da filosofia neoplatónica, como se pode ver no *Gargantua* (1534) de François Rabelais (1483-1553), na sua formulação as cabeças do andrógino encaravam-se uma à outra: “un corps humain ayant deux testes, l’une virée vers l’autre, quatre bras, quatre piedz et deux culz, telz que dict Platon in Symposio avoir este l’humaine nature à son commencement mystic.”²⁹ O judeu português Leão Hebreu (Jehudad Abravanel, 1437-1508), nos *Dialoghi di Amore*,³⁰ publicados postumamente em 1535, retoma igualmente a versão platónica, reconciliando-a, por sua vez, com o relato da Criação do Homem no Génesis.³¹ Adão, o primeiro homem criado por Deus à sua imagem e semelhança ao sexto dia, sendo apenas um indivíduo, continha em si próprio tanto o homem como a mulher sem indivisos. A mulher foi criada a partir de uma das costelas de Adão: “E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada” (Gen, 2:23). A mulher só foi chamada Eva depois de separada do homem e após a expulsão do jardim do Éden. A divisão do homem e da mulher é conseguida fruto do pecado e da Queda do homem, por enfraquecimento do ser hermafrodita. Vemos que nesta versão de Leão Hebreu, o duplo homem e mulher do mito de Aristófanes é subvertido, passando a combinar em apenas um indivíduo, o homem e a mulher indivisos. O seu objectivo é glorificar o amor heterossexual, marital. Os hermafroditas, nascidos sob a constelação conjunta de Mercúrio e de Vénus, se

²⁹ François Rabelais, *La vie très horricque du grand Gargantua, père de Pantagruel*, Lyon, F. Juste, 1537, cap. VII. Citado por Carla Freccero, « The Other and the Same : The Image of the Hermaphrodite in Rabelais », in Margaret W. Ferguson, et al. (ed.), *Rewriting the Renaissance. The Discourses of Sexual Difference in Early Modern Europe*, Chicago, University Press, 1986, p. 145.

³⁰ Cf. Leão Hebreu, *Diálogos de Amor*, trad. e notas de Giacinto Manuppella, 2 vols., Lisboa, INIC, 1983.

³¹ Kathleen P. Long, *Op. cit.*, p. 9.

possuísse ambos os sexos corporalmente, estariam inclinados a brutal e desonesta luxúria. Os machos permitir-se-iam sem vergonha, a empreender relações activas e passivas, ou seja, a exercer quer o papel masculino quer o feminino.

Em pleno século XVIII, Pedro Norberto Padilha, (1704-1759), autor de *Raridades da Natureza*, defende ainda que o hermafrodita não seria uma manifestação da monstruosidade, mas outra expressão de um maior grau de perfeição.³² Neste sentido esclarece: “Minha Mãe, que a ambas as mãos dava uso, também costumava dizer, que ter jeito com a esquerda era perfeição, e servir-se só da direita era ser aleijado.”³³ Além de o considerar natural e perfeito, este autor de ascendência castelhana atribui-lhe a capacidade reprodutiva. Avança o exemplo de uma galinha que tornada galo, e o dono, Miguel Mendes da Costa, por conhecer “o appetite, que eu tinha nella, ma offereceo”.³⁴ Mais tarde, furtada a galinha, uma outra da capoeira se transformou em galo, ao que tudo indica por contágio. Se a anterior galava as fêmeas, mas não brigava com os galos, esta já o fazia. E durante três anos pôs ovos de uma “casta agigantada”. Como testemunhas de tamanha façanha insere na lista os moradores do convento das Necessidades e ainda José Bernardo de Távora, D. Francisco Pedro Xavier de Sousa, D. Pedro Manuel de Melo e D. Dinis de Almeida.

Vemos assim que pelos diversos tratados, relatos e imagens, a dupla natureza do “hermafrodita perfeito”, o andrógino, ao mesmo tempo divina e monstruosa, foi entendida como sinónimo não só de união frutuosa mas também de dissolução e caos, em sentido apocalíptico. A atitude elogiosa de Pedro Padilha em relação ao hermafrodita, revela que tão tarde como no século XVIII, continuaram, pelo menos num contexto ibérico, as considerações bastantes positivas sobre esta entidade.

³² Pedro Norberto de Hancourt e Padilha, *Raridades da natureza, e da arte, divididas pelos quatro elementos*, Lisboa, na officina patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, p. 164.

³³ Idem, *ibidem*, p. 164.

³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 164-165.

Se seguirmos a classificação dos diversos tipos de hermafroditas, vemos que além do andrógino, o grau mais perfeito de intersexualidade, temos ainda os chamados hermafroditas-machos e os hermafroditas-fêmeas. Tidas como anomalias da natureza eram facilmente descritos como “mulheres-masculinas” ou “homens-efeminados”.³⁵ A existência destes homens era “contra os que têm todas as partes de homem, mas fossem eles Marte, não têm o coração mais viril ao de uma mulher cobarde, rendendo-se servos das delícias e das volúpias.”³⁶ O seu comportamento era moralmente condenável.

Múltiplos são os exemplos de mulheres que se tornaram homens. Pedro Padilha cita Ambroise Paré para expressar a naturalidade desta ocorrência, como “por effeito de qualquer força; como a de hum espirro, ou de hum salto”. Relata então o exemplo que “succedeo a hum Francez chamado Germano, que sendo até a idade de vinte annos mulher com o nome de Maria, por hum grande salto, que deu, ficou varaõ; e em memoria deste caso se fez a cantiga, que adverte as raparigas de não darem pulos, para não serem Maria Germano. Este facto he taõ certo, como moderno. O Marquez de Santo Aubin attesta vira o sujeito, e que já estava muito velho, e barbudo.”³⁷ Pedro Padilha refere ainda que na corte portuguesa fez grande escândalo uma pessoa “assaz conhecida” que depois de todos a conhecerem em trajes femininos, foi vista “com espada à cinta”. A razão anatómica apontada por Ambroise Paré para a faculdade das mulheres poderem degenerar em homens resulta do facto daquelas terem no interior do corpo o que os homens ostentam no exterior, faltando-lhes apenas o calor e a dimensão para pôr para fora.³⁸ E conclui sublinhando que sendo muitos os casos de masculinização de mulheres, ao invés, vê só raros os casos de efimização. Este é também o parecer de Pedro Padilha que refere não ter encontrado qualquer caso

³⁵ Ruth Gilbert, *Early Modern Hermaphrodites: Sex and other Stories*, New York, Palgrave, 2002, p. 9.

³⁶ Pierre Boaistuau, *Histoires prodigieuses et mémorables*, Paris, par la veuve de Gabriel Buon, 1598, p. 402.

³⁷ Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, *Op. cit.*, pp. 164-165.

³⁸ Ambroise Paré, *Les Oeuvres*, Paris, Chez Gabriel Buon, 1575, p. 815.

semelhante para além de uma referência na *Eneida* (VI, 448-449). De acordo com a epopeia, Céneo regressou à condição feminina, depois de ter vivido um tempo como homem. Neptuno havia acedido a esta sua súplica após a ter violado: “permita-me de nunca mais ser mulher” (Ovídio, *Metamorfoses*, XII, 200). Ambroise Paré é de opinião que jamais se encontraria na história algum homem que se tenha tornado mulher, porquanto a natureza tende sempre para o que é mais perfeito e não o inverso.³⁹ Subscrive assim a noção de Aristóteles, segundo a qual a mulher era um homem diminuído por uma espécie de defeito genético (*Da Geração dos Animais*, 766a 30).⁴⁰

Esta ponto de vista e a necessidade de tornar nítida a divisão dos sexos, poderão eventualmente explicar a reacção severa por parte do governo de D. João V por altura do Carnaval de 1740. Por as monjas seráficas de Santa Clara (entre elas Francisca Clara da Silva, mãe de D. José) prepararem uma festa contra as ordens do rei, o convento foi circundado de infantaria e cavalaria. O verdadeiro motivo, segundo explica o consul espanhol Jorge Macazaga⁴¹, deve-se ao facto de em festa anterior uma monja se ter vestido de uma autoridade eclesiástica. O rei, deveras desagradado, mandou saber quem havia subministrado o traje prelatício para exhibir num acto burlesco, o que nunca foi possível descobrir. Os referidos militares entraram armados no recinto religioso e levaram as que incorreram na desobediência distribuindo-as depois por outras clausuras, sendo as suas criadas encerradas na prisão pública. O provincial de S. Francisco foi repreendido por ter dado o beneplácito à referida diversão privada, a qual obteve igualmente a licença de D. José, arcebispo de Braga e filho ilegítimo de D. João V.

O desenvolvimento ulterior dos estudos sobre o hermafroditismo, em relação aos quais foram precursoras as teses de Jean Riolan, desloca o problema sobre o transvestismo e transexualidade para um patamar distinto. De um certo ponto de vista,

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 815.

⁴⁰ Citado em Kathleen P. Long, *Op. cit.*, p. 14.

⁴¹ “Jorge de Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 8 de Março de 1740”, AGS, Estado, 7187.

estes podem ser considerados como uma forma de hermafroditismo tendo em conta a dimensão temporal. Não existe simultaneidade dos dois sexos num mesmo organismo, mas primeiro um e depois outro.

Um outro tipo de hermafroditismo foi classificado como nem macho nem fêmea. A coexistência dos dois sexos em um corpo, neutraliza pelo menos o poder reprodutivo do corpo em questão. As partes mal acomodadas não podiam procriar, sendo portanto estéril, ao contrário do andrógino. Este tipo de hermafrodita passa a ser uma má composição acompanhada de uma impotência⁴². É uma figura que provém de uma longa tradição que atribuí a sua existência à união entre os deuses Mercúrio e Vénus. Este ser representava a eloquência ou o comércio, já que Mercúrio (ou Hermes) presidia aos contratos e negócios mercantis, unida às “delícias da sensualidade”, atributos próprios de Vénus ou Afrodite. Num único ser, coexistiam assim duas naturezas opostas, uma união de “cousas tão opostas”, como a eloquência, tão “casta e pura” aliada a “voluptuosas delicias”⁴³. No mito descrito por Ovídio podemos encontrar uma outra explicação para o nome (*Metamorfoses*, IV, 270-409). Hermafrodito, filho de Hermes e Afrodite e descendente de Atlas, amado da ninfa Salmacis, a qual sentindo-se mal correspondida, envolveu-o num abraço por entre as águas límpidas e pediu aos deuses para que os dois jamais se separassem. O pedido foi atendido e os dois corpos fundidos um no outro passaram a confundir-se sob o aspecto de um ser único. Deixaram de ser dois seres, homem e mulher, embora conservassem uma forma dupla, parecendo não ter sexo e ao mesmo tempo possuindo ambos os sexos (*Metamorfoses*, IV, 375-380). O homem naquelas águas deixou de ser macho pela metade e os seus membros perderam o vigor, e a voz o tom viril. Hermafrodita solicitou por sua vez aos deuses que quem quer que se banhasse naquelas águas, deixasse de ser homem pela metade. Ficou então

⁴² Michel Foucault, *Les Anormaux...op. cit.*, p. 67.

⁴³ Rafael Bluteau, *Op. cit.*, pp. 22-23.

garantido que o hermafrodita não possuiria jamais a potência de nenhum dos sexos, ao contrário do andrógino que conjugava a máxima perfeição de ambos. Segundo Kathleen Long, o hermafrodita de Ovídio expressava o medo da castração através de uma sexualidade feminina insaciável. Um medo da perda da identidade masculina, o medo da dissolução da identidade de um no outro sexo⁴⁴. Aqui o hermafrodita surge pois como uma figura fraca, de condição subhumana.

Um poema intitulado *De Hermaphrodito*⁴⁵, comumente atribuído a um autor latino, Hildebert de Lavardin (1056-1133), ao qual Kathleen Long deu o devido destaque, parece no entanto provável que tenha circulado na época renascentista como um trabalho clássico de autoria de António Panormitano⁴⁶. Nestes versos o hermafrodita é predestinado pela profecia divina a sofrer uma morte tripartida. O que viria a concretizar-se, terminando castrado, enforcado e lançado à água. Digno de nota é ainda a designação latina de *neutrum* para se referir ao hermafrodita. O significado etimológico de *neuter* é entendido por não ser nem um nem outro, como “sem sexo” ou assexuado. Aos 16 anos, Michel-Anne Droüatt apesar de educada segundo o comportamento feminino, nenhum sexo a dominava⁴⁷. Ela não terá jamais a verdadeira potência de nenhum sexo.

⁴⁴ Kathleen P. Long, *Hermaphrodites in Renaissance Europe*, Ashgate, 2006, pp. 10-11.

⁴⁵ *Cum mea genitrix gravida gestaret in alvo*
Quid pareret, fertur consuluisse Deos.
Mas est, Phoebus ait, Mars foemina, Junoque neutrii.
Cumque forem natus, Hermaphroditus eram,
Quaerenti letum, Juno sic ait, occidet armis,
Mars cruce, Phoebus aquis, sors rata quaeque fuit,
Arbor obumbrat aquas, ascendo decedit ensis,
Quem tuleram casu, labor & ipse super:
Pes haesit ramis, caput incidit omne, talique
Foemina, vir, neutrum: flumina, tela, crucem.

⁴⁶ Kathleen P. Long, *Op. cit.*, p. 18.

⁴⁷ Gautier d'Agoty Mertrud, *Hermaphrodite. Dissertation au sujet de la fameuse hermaphrodite qui a paru aux yeux du public depuis environ trois mois, faite par le sieur Mertrud...*, [Paris], [Berryer], 1749.

Num estudo realizado sobre a vida de um hermafrodita⁴⁸, Herculine Barbin (1838-1868), Foucault demonstra que os códigos da masculinidade e da feminilidade estavam intimamente associados às práticas da cidadania. A propósito, teorizou a distinção entre os cidadãos. Aqueles que agem segundo os códigos morais e sexuais e os outros, como Herculine, incluídos nas diversas classes dos sujeitos “desviantes”, desestabilizadores da ordem cívica.

Vemos portanto como o estudo do corpo “ambíguo, promíscuo, misto, *neuter* e efeminado” (Joshua Poole, 1657)⁴⁹ abre caminho a uma nova abordagem ao estudo do neutro e da neutralidade. Por esta incursão em torno da problemática do hermafroditismo ao longo dos tempos, explorando a analogia entre a imagem do corpo e a representação do Estado, temos em vista elucidar diversos ângulos da questão. A definição jurídica do conceito moderno de Estado neutro, na sua generalidade, evoluiu no mesmo sentido que o do hermafrodita, nem macho nem fêmea. No decurso das hostilidades, um Estado para ser considerado neutro, não deve pronunciar-se nem por um nem por outro partido. Esta obrigação deve ser declarada numa base *ad hoc* (neutralidade temporária) ou pode ser geral, se referente a todos os conflitos internacionais (neutralidade permanente). Uma outra tradição prefere por definição do neutro, aquele que conserva uma forma dupla, numa simultaneidade dos opostos ou uma abundância dos contrários. Possuindo ambos os extremos, ao mesmo tempo parece não adoptar nenhum. Segue uma política libertina traduzida eventualmente por uma grande dificuldade de definição. Para uma reflexão sobre a neutralidade, no seu sentido amplo, seguiremos de perto o estudo do caso português durante a época moderna. Ainda

⁴⁸ Michel Foucault, “Introdução”, in Abel Barbin, *Herculine Barbin, dite Alexine B.*, [Paris], Gallimard, 1978.

⁴⁹ Joshua Poole, *The English Parnassus*, London, Tho. Johnson, 1957; citado em Ruth Gilbert, *Early Modern Hermaphrodites: Sex and other Stories*, New York, Palgrave, 2002, p. 9.

que se possa entrever longos períodos de abstenção durante as guerras europeias, as ambiguidades políticas ultrapassam em muito estas conjunturas.

Queremos, de seguida, esclarecer o conceito de neutralidade numa época em que a sociedade era pensada em termos corporais. Até meados do século XVIII, o neutro era visto, por analogia corporal, como um ser hermafrodita. A definição, a observação do comportamento, a apologia ou a condenação seguiam uma tradição moral e teológica. Por esta razão, na nossa perspectiva, os estudos de género e das mentalidades parecem mais adequados para a compreensão do Estado neutro e da política de neutralidade na sociedade corporativa.

Capítulo I – A Cabeça do Reino e o Corpo Político

“A pessoa Real é a cabeça da República” - escreveu Francisco Rodrigues Lobo recordando Plutarco – “e nenhuma cousa na terra há sobre ela mais que a Lei, a que deve obedecer”.⁵⁰ O monarca era, assim, visto como cabeça sagrada do reino, garantindo desta forma a legitimidade, uma vez que um reino desprovido de monarca equivalia a um ser desprovido de cabeça.⁵¹ Como referiram António Hespanha e Ângela Barreto Xavier, a função da cabeça (*caput*) representa simbolicamente a unidade do corpo, mas não o substituindo nas suas funções.⁵² É assim preservada a autonomia de cada parcela do corpo social, embora cada qual sujeito ao império do príncipe, tendo este por ofício garantir a harmonia entre todos os membros desse “corpo místico” e zelar pela sua conservação. Regulando a ordem social, o príncipe salvaguarda a harmonia do todo impedindo a instalação do caos. Num memorial do marquês de Candia, diplomata castelhano, este refere “que nada atrai tanto o amor dos vassalos para com o seu rei, que vê-lo exercer o seu ofício”.⁵³ Tal como o súbdito deve ocupar um lugar próprio, igualmente os reis eram obrigados a sujeitar-se à divindade exercendo o ofício que lhes havia sido destinado. Sujeição que, na opinião do mesmo, os soberanos não deviam transferir para outrem, devendo necessariamente assumir o cargo. Com efeito, de outro modo tornar-se-iam “escravos dos seus vassalos”.⁵⁴

⁵⁰ Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, pref. e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945, p. 275.

⁵¹ Anne-Marie Brenot. *Le Corps pour Royaume. Un langage politique de la fin du XVIe siècle et début du XVIIe*, *Histoire, économie et société*, 1991, n° 4, p. 452.

⁵² Ângela Barreto Xavier e António M. Hespanha, *Op. cit.*, p. 134.

p. 123.

⁵³ “Memorial do marquês de Candia ao marquês de Villarias, Lisboa, 12 de Janeiro de 1744”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

Segundo a ordem natural e nesta concepção corporativa, a cabeça era, voltando a F. R. Lobo, “lei para todos os inferiores, para a imitação dos costumes e virtudes que no Príncipe estão mais certas que em outra pessoa particular, de maneira que fica sendo uma lição viva e contínua para os que assistem na sua Corte, na religião, na observância das leis, na excelência das virtudes, na reformation dos costumes, na moderação das paixões, na justiça, na clemência, na liberalidade, na modéstia, na magnanimidade e na constância.”⁵⁵ Ana Isabel Buescu, no seu estudo do normativo constituído pelos espelhos e regimentos de príncipes no reinado de D. João III, menciona a variedade de proliferação de representações do soberano perfeito enquanto cabeça de uma também perfeita república, cujas virtudes diziam necessariamente respeito à sua pessoa e à sua condição de governante.⁵⁶ Um exemplo, por conseguinte, para os súbditos e um modelo a seguir, pelo que a sua conduta deveria passar por um controlo sábio do comportamento e discurso. Caso contrário, como recorda Rodrigues Lobo, “E, posto que houve e há muitos Reis (a que convém mais o nome de tiranos) a que a sua depravada natureza desvia destas condições Reais, que juntamente com a coroa e ceptro se lhe comunicam.”⁵⁷ Se o rei tinha como ofício ditar e contribuir para a harmonia geral do corpo social, antes de mais, teria ele próprio de gerir as suas paixões de forma a poder ser reconhecido como supremo governante.⁵⁸ Nesta análise parece-nos conveniente mencionar a teoria do duplo corpo, humano e simbólico, do rei. E. Kantorowicz situa a sua origem no século XIII quando, metaforicamente, se procedeu à incorporação do reino no corpo do rei.⁵⁹ Na esteira dos trabalhos de Ernst Kantorowicz, Ralph Giesey, Louis Marin, entre outros, a representação simbólica do poder real, no

⁵⁵ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, pp. 274-275.

⁵⁶ Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmo, 1996, p. 65.

⁵⁷ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 275.

⁵⁸ Ana Isabel Buescu, *Op. cit.*, p. 200.

⁵⁹ Ernst Kantorowicz, *Les deux corps du Roi*, Paris, Gallimard, 1989, p. 156.

período barroco, foi objecto de estudo por parte de Luís Ramalhosa Guerreiro.⁶⁰ Este historiador verificou a intensa utilização dos instrumentos de metaforização da imagem régia e da nação como corpo místico. O objectivo, sendo pois, inculcar a supremacia do poder real e garantir a harmonia das diferentes parcelas do todo social.

Olhando para o cenário onde esse esforço de representação se projectava, em primeiro lugar a corte, podemos surpreender os movimentos dos cortesãos, de gestos disciplinados sob o olhar atento do rei, e de todos, disputando no respectivo escalão hierárquico, o favor e a honra⁶¹. Todavia, num universo onde a inveja e a intriga desempenhavam uma função relevante. Neste quadro, podendo um indivíduo elevar-se socialmente ou, pelo contrário, cair em desgraça. Incluindo-se neste jogo os próprios elementos da família real, e até em circunstâncias excepcionais a própria figura do príncipe. A este propósito, parece-nos elucidativo o alvoroço político que resultou do nascimento dos filhos de D. Pedro II: “Contam que quando nasceu este soberano [D. João V], deu o conde Meirinho-mor ao Archeiro que levou a noticia, 10 moedas de ouro, ao nascimento do infante D. Francisco, 5 e ao infante D. António respondeu ao mesmo Alvardeiro: “Vaite em boa hora bêbado, que a gayola he piquena para tanto pasaro.”⁶² O que para o Meirinho-mor significará um hipotético período de turbulência e de disputa pelo poder. É de notar que a descendência masculina de D. Pedro II veio a acrescentar-se com o nascimento do infante D. Manuel. Veremos mais adiante, em que medida estes infantes criaram diversas dificuldades durante o reinado de D. João V.

Numa analogia exposta por John Colbatch, sacerdote britânico e autor de uma memória sobre a corte de D. Pedro II, a corte era entendida enquanto corpo político,

⁶⁰ Cf. Luís Ramalhosa Guerreiro, *La Représentation du Pouvoir Royal à l'Age Baroque Portugais (1687-1753)*, Tese de doutoramento em História, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1995.

⁶¹ Cf. Frédérique Leferme-Falguières, *Les courtisans. Une société de spectacle sous l'Ancien Régime*, Paris, Le Monde, PUF, 2007.

⁶² “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 26 de Maio de 1739”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7186.

análogo a uma alma que comunica vida e movimento aos membros do corpo natural. A corte seria, então, constituída pelos súbditos que detinham as rédeas da administração dos negócios ou influência sobre eles.⁶³ Isto é, um círculo restrito de pessoas. De facto, “os reis que sucedem aos Reinos por herança, - como referiu Rodrigues Lobo – não podem ser iguais no entendimento e prudência, mas com a dos que por eles governam vêm a alcançar esta perfeição; donde nasceu o provérbio antigo de Ateneo que o Rei tem muitos olhos e muitas orelhas, pois ouve e vê polos ministros que governam o seu Estado.”⁶⁴ Por o corpo político ser como um corpo humano, podemos distinguir um Estado são e bem constituído daquele que sofre uma condição enferma. Sendo assim, que fazer em caso do corpo político vir a ser “atacado por uma doença ou se a medicina esperada se afigura insuficiente?” Estas doenças advêm do abuso de poder pelo soberano ou de uma má constituição do Estado, sendo por isso necessário procurar a causa nos que governam ou nos vícios do governo. No presente capítulo, tentaremos descrever os grandes males atribuídos ao governo joanino que foram imputados por definharem o reino. Uma situação observada pelos ministros estrangeiros que tinham por dever relatar o quotidiano do Paço e dos negócios na corte. Na *De la manière de négocier avec les souverains* de François de Callières, o enviado diplomático desde a sua chegada na corte estrangeira, devia aplicar-se a bem conhecer o seu terreno, isto é a observar cuidadosamente a corte e o seu governo. Era sobretudo necessário estudar o príncipe, as suas inclinações, dependências, as suas virtudes e as suas fraquezas, afim de pôr em execução estes conhecimentos nas ocasiões apropriadas⁶⁵. Como não existia nenhum príncipe que não confiasse em alguém nos seus grandes assuntos, era igualmente necessário que o ministro estudasse ainda os confidentes do príncipe de forma a descobrir os seus pontos fracos, opiniões e paixões, precauções e interesses. Para saber

⁶³ John Colbatch, *An account of the court of Portugal, under the reign of the present King Dom Pedro II*, London, Thomas Bennet, 1700; citado em Ana Leal de Faria, *Os Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, p. 53.

⁶⁴ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 276.

⁶⁵ François de Callières, *De la manière de négocier avec les souverains : de l'utilité des négociations, du choix des ambassadeurs et des envoyez, et des qualitez nécessaires pour réussir dans ces emplois*, Amsterdam, pour la Compagnie, 1716 ; edição consultada : *L'art de Négocier sous Louis XIV*, Paris, Nouveau Monde éditions, 2006, p. 93.

até que ponto teriam crédito no espírito do príncipe ou nas resoluções do reino e qual a sua participação nas resoluções tomadas. Assim que tivessem uma instrução exacta, deveriam enviar um despacho ao seu amo. Era aconselhado a usar todo este material de modo a garantir o bom sucesso dos assuntos de que era encarregado. O objectivo, no fundo, seria o de obter a inclinação e a estima do príncipe e seus favoritos, de forma a encontrar os meios para os tornar favoráveis aos interesses do seu amo, fazendo prosperar os interesses comuns. Callières recorda que podia aproveitar-se das paixões do príncipe ou dos seus ministros, tais como um ressentimento ou injúrias recebidas e ainda inveja, para os obrigar a tomar as resoluções conforme os interesses do seu amo, “porque estas paixões prevalecem muitas vezes aos mais altos interesses.”⁶⁶ O conhecimento do carácter do rei, dos ministros e dos mais diversos confidentes, isto é, o quotidiano da corte e do reino, em geral, servia como instrumento a ser usado nos negócios estrangeiros e na relação entre os Estados. Do facto, advém a importância na análise interna e do olhar estrangeiro sobre os mesmos acontecimentos.

⁶⁶ François de Callières, *Op. cit.*, p. [95].

1 - A Linhagem da Real Casa de Bragança

Com a Restauração de 1640, a Casa de Bragança passou a engendrar os reis, os infantes e as princesas de Portugal. A legitimização do governo foi necessária para a consolidação do poder real e dissipar a vulnerabilidade política, sob a ameaça das alegadas aspirações expansionistas espanholas. Foi assim promovido um esforço de produção ideológica visando consolidar uma dinastia. Neste esforço, destacam-se os trabalhos de Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1735-1749), e respectivas *Provas...* (1739-1748)⁶⁷. Devido à finalidade de elaborar uma história eclesiástica do reino com o título de *Lusitania sacra*⁶⁸, em latim, a 8 de Dezembro de 1720, foi inaugurada uma nova Academia Real numa sala do paço dos duques de Bragança. Tão ambicioso projecto foi recebido com incredulidade pelo embaixador espanhol em Lisboa. Considerava este não se ter estabelecido prémio algum, e também não via onde recolher elementos suficientes para uma obra de tão grande envergadura⁶⁹. Na sessão de abertura foi posta a questão quanto à inclusão na história eclesiástica e secular, o período que o reino português esteve ligado à coroa espanhola. Ainda que a decisão tenha sido afirmativa, foi dado “especial encargo aos escritores de que usassem *terminus* mais modestos e proporcionados à

⁶⁷ Manuel Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, 14 vols., Lisboa Occidental, Na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749; Idem, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, 6 vols., Lisboa Occidental, Na Off. Sylviana da Academia Real, 1739-1748.

⁶⁸ D. Manuel Caetano de Sousa planeava uma vasta história eclesiástica de Portugal, a que tencionava dar o título de *Pantheon Antistitum Lusitanorum, sive Lusitania Sacra, hoc est Chronicon virorum, qui in Lusitania Summo jure proefuere*. Estavam nomeados por censores o marquês de Fronteira, de Alegrete, de Abrantes, e o conde de Ericeira e por secretário o de Vila-Maior. Deste projecto saiu o plano da Real Academia de História Portuguesa (Cf. Isabel Ferreira da Mota, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, MinervaCoimbra, 2003, pp. 32 ss).

⁶⁹ “Marquês de Capelatro ao marquês de Grimaldo, Lisboa, 10 de Dezembro de 1720”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7107.

dignidade”.⁷⁰ Foi assim que também se decidiu evitar a censura dos períodos sensíveis relativamente à especificidade de uma identidade histórica portuguesa. Embora a referida obra não tenha sido concluída, o seu projecto indicava a linha historiográfica adoptada pela nova Academia Real de História.

Os estudos saídos das penas dos académicos tiveram sem dúvida importância na afirmação da soberania portuguesa, tendo em vista equipará-la aos demais Estados europeus. E o caso da obra de Luís Caetano de Lima (1761-1757) sobre a *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa* (1734-1736)⁷¹. Portugal é descrito geográfica e historicamente enquanto Estado soberano. Esta obra refuta qualquer pretensão em contrário. Neste sentido, foi publicado, por exemplo, uma história da Casa de Parma escrita por Luís de Salazar y Castro, intitulada *Indice de las glorias de la Casa Franese*⁷² (1716) na qual se discutem os antigos direitos da Casa de Parma à coroa portuguesa. A obra visava legitimar junto da opinião pública o propósito da rainha Isabel de Farnésio reclamar os direitos ao trono português por parte de D. Carlos, seu filho. Neste quadro, se noticiou a existência de umas moedas distribuídas em Nápoles exibindo as armas de Portugal no escudo do referido infante. Armas anteriormente inscritas no escudo de Carlos II por altura do seu funeral, como nos retratos oficiais de Filipe V ou ainda dos papéis legais na Catalunha, Valência e Sardenha.⁷³

⁷⁰ “Marquês de Capelatro ao marquês de Grimaldo, Lisboa, 18 de Fevereiro de 1721”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7114.

⁷¹ Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa com as Províncias que lhes pertencem nas outras partes do Mundo: em que se apontão as mudanças que nelles tem havido, e particularmente as dos últimos tractados de Utrecht, Radstadt, Baden, e da Barreira: com as genealogias das casas hoje reynantes, e outras hoje muy principaes*, 2 vols., Lisboa Occidental, Na Off. De Joseph António da Sylva, 1734-1736.

⁷² Luís de Salazar y Castro, *Indice de las glorias de la Casa Franese, que consagra a la Ausuta reyna de las Españas Doña Isabel Farneses* (Madrid, 1716), 2 vols., ed. fac-simil, Ollobarren : Wilsen editorial, 1997.

⁷³ *Conselho de Estado*, Madrid, 19 de Fevereiro, 1701, AHN, Leg. 1778.

Segundo uma consensual corrente historiográfica, a ameaça externa acentuou o clima de suspeição nas relações luso-espanholas.⁷⁴ Como exemplo, podemos referir as instruções ao duque de Sotomaior que, em 1746, se dirigia, à corte portuguesa como embaixador. Nessas instruções considerava-se que “aunque en los ultimos años del Reynado de n[uest]ro Padre y s[eño]r se ha mantenido una buena correspondencia entre esta corte y la de Lisboa, *no llegó à ser tan franca y sencilla, como era natural* mediando la dos prendas, que recíprocamente se tenian entregadas sus Monarchas, yá por que *no se pudieron olvidar del todo los disgustos que produjo la casualidad*, bien notoria del año de 734. O yá porque *permanecio siempre la desconfianza* de no ser conforme las miras.”⁷⁵ A ênfase nessa ameaça é reveladora de uma mentalidade que parece projectar nos inimigos de Portugal os seus próprios medos.⁷⁶ Acabando eventualmente por ser explorados pelas casas reais estrangeiras.

Ora, a legitimidade da Casa de Bragança ficaria assegurada se o monarca demonstrasse uma plena capacidade governativa. E enquanto *paterfamilias* de uma casa alargada aos limites do reino e ultramarinos teria que demonstrar com moderação, o controlo e o domínio. O rei é visto como um Pai e Juiz supremo, sendo esta uma das premissas teóricas centrais do poder joanino.⁷⁷ Como referiu D. Luís da Cunha, tinha a obrigação “de ter bem regrado o serviço da sua casa, para que cada qual dos seus domésticos faça as funções que lhe competem, conforme a graduação dos seus empregos”⁷⁸. Tinha, assim, de incorporar os predicados do homem adulto, exercendo

⁷⁴ Avelino Freitas de Meneses, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”, in Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Presença, 2001, p. 165.

⁷⁵ “Instrução ao duque de Sotomaior.1746”, AGS, *Estado*, Portugal, Leg. 7239, fls. 1-1v. [itálico nosso] As “prendas” entregues aos monarcas dizem respeito ao duplo casamento luso-espanhol de 1729. Os “disgustos” a que se refere Sotomaior relembram o corte de relações diplomáticas entre os dois reinos ibéricos no ano de 1735 (e não de 1734, como escreve).

⁷⁶ Diogo Ramada Curto, *O discurso político ...op.cit.*, p. 22.

⁷⁷ Maria Paula Marçal Lourenço, « Estado e Poderes », in Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, *Nova História de Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Presença, 2001, p. 25.

⁷⁸ Luís da Cunha, *Testamento Político*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978, p. 20.

um auto-controlo, como mantendo o domínio sobre os corpos e desejos daqueles que estavam sob a sua jurisdição. Ora, quando D. João V subiu ao trono, em 1706, tinha apenas 17 anos. Na opinião de Álvaro Cienfuegos,⁷⁹ esta “pobre criança sem experiência” se achava numa situação de *escravatura*, inteiramente sujeita ao arbítrio de dois ou três ministros⁸⁰, sem contudo os nomear.

Este príncipe “doce”, “tímido e incerto”⁸¹, era conhecido pelos seus “excessos de juventude”⁸² originando preocupações acentuadas pela sua débil saúde. D. João V sofreu desde jovem ataques de epilepsia com alguma frequência. De acordo com as missivas dos enviados franceses, sofreu entre 1714 e 1716, onze ataques epilépticos, cinco dos quais com perda dos sentidos e um com paralisia. O médico Pedro de Horta, autor de um livro dedicado à epilepsia, escrito em 1754, definiu esta doença do seguinte modo: “Epilepsia es una forzada involuntária preternatural violenta convulsiva concusion ó sacudimiento de las partes nerveo-membranasas musculosas de todo el cuerpo, com privacion de sentidos.”⁸³ A causa do comportamento epiléptico devia-se a uma “espasmódica estrictura de las membranas que ciñen el cérebro, espinal medula, y nervios, y por el subseguido influxo de los espíritus animales, muy impetuoso, y violento à los organos motores, poco y muy diminuto à los sensórios”⁸⁴. Sublinha os efeitos nocivos no cérebro e nos membros resultantes da entrada impetuosa e violenta circulação dos “espíritos animais”. Uma longa tradição medieval ligava a epilepsia a

⁷⁹ Álvaro Cienfuegos Villazón (Oviedo, 1657-Roma, 1739) encontrava-se em Lisboa por ocasião da vinda da arquiduquesa Maria Ana Bárbara. Foi cardeal em 1720 e participou nos conclaves de 1721, 1724 e 1730. Foi *chargé d'affaires* do império austríaco junto da Santa Sé a partir de 1722. Teólogo e autor de uma considerável obra.

⁸⁰ “Relatório (1704-1710)”, HHS, *Departamento de Estado*, Portugal, Cx. 11, fl. 66. [vide Anexo I]

⁸¹ “Continuação da Mémoire de Portugal. 1708”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 138.

⁸² “Viganego ao marquês de Torcy, 22 de Agosto de 1713”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 337v.

⁸³ Pedro da Horta, *Informe Medico-moral de la penosíssima, y rigurosa enfermedad de la Epilepsia*, Madrid, Oficina de Domingo Ferandez de Arrojo, 1763, p. 3. (Ver Emilio D. Soria e Edward J. Fine, “The Medical Moral Account on Epilepsy by Pedro de Horta: A Historial Review”, in *Epilepsia*, vol. 36 (7), pp. 736-739).

⁸⁴ Pedro da Horta, *Op. cit.*, pp. 3-4.

uma possessão demoníaca. Pedro de Horta refere que não havendo privação de sentidos, o enfermo caía chorando e rindo, rangendo os dentes, abrindo a boca, e expulsando a língua, como torcendo os olhos e rodando a cabeça.⁸⁵ E havia quem afirmasse que alguns epiléticos falavam línguas que desconheciam. Para além das causas naturais observadas e consideradas do prisma da medicina, havia outras que remetiam para o campo da teologia. A cura pertencia ao médico, mas em certos casos era da competência do teólogo exorcista. O demónio era então visto como a “causa natural mayor”, segundo refere Miguel Godinez em *Práctica de la Theologia Mystica*, onde aponta o poder demoníaco como origem da epilepsia com base nas Escrituras (S. Marcos 9, 14-28). No entanto, segundo Pedro de Horta, nem todas as formas de epilepsia teriam causa sobrenatural, podendo mesmo sofrer de epilepsia, indivíduos piedosos e praticantes de rigorosas penitências. De qualquer modo, a cura da epilepsia passava pelo exercício da virtude, acréscimo de méritos ou purgação passiva da alma perfeita. Bem como de grande resignação e conformidade com a vontade divina.⁸⁶ A epilepsia de D. João V deve, pois, explicar as inúmeras obras piedosas promovidas durante o seu reinado.

Em certos momentos, alguns cortesãos chegaram a acreditar numa morte prematura⁸⁷ do rei. O abade de Mornay, embaixador francês, e o marechal de Huxelles, também ministro da corte francesa, eram, no entanto, mais ponderados. Não julgavam estar a vida do monarca português ameaçada de imediato, podendo ainda viver muitos anos.⁸⁸ A doença de D. João V, sobre a qual temos apenas notícia a partir de 1714 pode ter-se revelado mais precocemente. E terá sido uma das razões que pode ter levado D. Pedro II a deixar “ao Infante D. Francisco tudo o que lhe poudes deixar e estivesse

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 121.

⁸⁷ “Abade de Mornay, Lisboa, 15 de Setembro de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 50, fl. 247.

⁸⁸ “Marechal de Huxelles, Paris, 18 de Agosto de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 51, fl. 70.

vago.”⁸⁹ De facto, fez doação a este filho a Casa do Infantado⁹⁰ e ainda as terras de casas que havia herdado da rainha de Inglaterra sua irmã, pedras preciosas, pratas, e outros móveis. Todas as comendas que estavam vagas e que não haviam sido ocupadas antes da sua morte. O Infante teria de renda 500 mil cruzados e para a sua Casa o mesmo número de oficiais que o rei, seu irmão, com os mesmos privilégios e recompensas⁹¹. Por via testamentária, D. Pedro II parece ter preparado uma alternativa à coroa joanina, eventualmente por recordar a incapacidade governativa do seu irmão, o rei D. Afonso VI que lhe permitiu substituir e assim ascender ao trono. O movimento dos cortesãos em volta do infante D. Francisco revela, sem dúvida, uma clara hesitação nos laços de fidelidade devida a um monarca, neste caso, a D. João V. O marechal de Huxelles considera isto natural, um costume observável em todas as cortes.⁹²

Uma das causas que explicaria a doença epiléptica de D. João V foi atribuída “aos excessos que praticava com as mulheres.”⁹³ As amantes deste rei têm alimentado a imaginação literária, sendo igualmente motivo de interesse historiográfico, constantemente renovado⁹⁴. As amantes conhecidas foram inúmeras, sendo D. Filipa de Noronha, irmã do 3º marquês de Cascais, a primeira a conquistar o coração do jovem príncipe. Depois do casamento com D. Maria Ana de Áustria, a 9 de Julho de 1708, iniciaram-se as régias aventuras conventuais, nomeadamente em Odivelas, onde encontrou uma freira francesa, a mãe do seu primeiro filho ilegítimo, D. António (1714-

⁸⁹ Tristão da Cunha de Ataíde, *Portugal, Lisboa e a corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V: memórias históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1º Conde de Povolide*, introdução de António Vasconcelos de Saldanha e Cármem M. Radulet, Lisboa, Chaves Ferreira, Publ. S.A., 1990, p. 189.

⁹⁰ Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II: o Pacífico (1648-1706)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, p. 290; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, *A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, p. 232.

⁹¹ “Relação sobre a doença e morte do rei de Portugal, Dezembro de 1706”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 91.

⁹² “Marechal de Huxelles, Paris, 18 de Agosto de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 51, fl. 70.

⁹³ “Memória sobre Portugal”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 358v.

⁹⁴ Cf. Paula Lourenço, Ana Cristina Pereira e Joana Troni, *Amantes dos Reis de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008; Alberto Pimentel, *As amantes de Dom João V. Estudos Históricos*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1892; e ainda, Pinheiro Chagas, *A corte de D. João V. Romance histórico*, Lisboa, Quipu, 2002.

1800), futuro doutor em Teologia pela universidade de Coimbra. D. João V teve ainda dois outros filhos, D. Gaspar (1716-1789), filho de D. Madalena Máxima de Miranda que veio a ser arcebispo de Braga e D. José (1720-1801), filho da famosa madre Paula, a sua mais duradoura relação sentimental, o qual veio posteriormente a exercer o cargo de Inquisidor-mor. Estes três filhos reconhecidos por D. João V em 1742 ficaram para a posteridade como os *Meninos da Palhavã* por terem vivido no palácio do marquês de Lourical na zona da Palhavã. De uma senhora nobre, D. Luísa Clara de Portugal, a *Flor da Murta*, casada com D. Jorge de Meneses, nasceu, em 1731, D. Maria Rita de Portugal, filha nunca reconhecida pelo rei. Além de outros esporádicos amores, como a criada desta dama, e uma cigana chamada Margarida do Monte, é conhecida a partir de 1739 uma última amante, Petronilla Trabó Basili.

Pouco após o casamento, temos notícia que a rainha D. Maria Ana convivia mal com a inconstância do seu marido, e comunicava o seu desagrado aos que gostariam de ver dissipados tais “defeitos de juventude”⁹⁵: “Il y a bien du mecontentement au Palais, principalement chez la Reyne qui disoit dernièrement que pour une ou deux maitresses passe, mais quatre cinq et six s’en estoit trop.”⁹⁶ Algumas iniciativas foram tomadas com vista a moderar os ímpetos amorosos do rei, mas sem qualquer resultado. O cardeal da Cunha expôs a D. João V a opinião dos súbditos sobre a sua conduta e o príncipe pareceu não levar em conta esse descontentamento. O cardeal, mortificado, absteve-se por um tempo de visitar o palácio com o pretexto de uma moléstia⁹⁷. A inclinação do rei por uma das damas da rainha, criou igualmente um diferendo com a própria irmã, a infanta D. Francisca, que viu suprimida a pensão como interrompido o crédito junto dos

⁹⁵ “Viganego ao marquês de Torcy, Lisboa, 9 de Janeiro de 1714”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 286.

⁹⁶ “Abade de Mornay ao marquês de Torcy, Lisboa, 6 de Março de 1714”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 46, fl. 65v.

⁹⁷ “Abade de Mornay ao marechal de Huxelles, Lisboa, 3 de Setembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, fl. 99.

joalheiros lisboetas. Pelo que, a infanta comentou ao rei ter decidido retirar-se para um convento de forma incógnita⁹⁸.

Numa carta do futuro cardeal Álvaro Cienfuegos dirigida ao imperador José I, escrita em Agosto de 1709, é referido que as aventuras que D. João V diz ter dentro e fora do Palácio eram fingidas. A intenção seria de persuadir a rainha “â que la separacion y falta de comercio, que tiene com S. Maj.d, no nace de outro deffecto natural oculto, sino ya de algun outro amor, ya de aversión que tenga â S. Maj.d, para que com esso viva engañada la Ser.ma Señora Reyna, y esperanzada de que acabandose uno y outro affecto, que se mudan tan facilmente en los pocos años, pueda tener feliz sucesión en este Reyno⁹⁹. Para dissimular este “defeito natural oculto” a que se refere Cienfuegos, D. João V finge ter outros amores, os quais são “certamente artificiais.”¹⁰⁰ Por causa deste defeito, solicita e toma remédios, despertando a suspeita entre alguns. Cienfuegos mostra-se, contudo, cauteloso e aconselha alguma dilação nas medidas a serem tomadas até se saber ao certo se existe ou não esperança na referida sucessão. Em toda esta matéria, afirma ter a rainha sido mal instruída, apesar dos seus esforços em esclarecer que D. Maria Ana teria que governar simultaneamente como rei e rainha, para não se perder tudo. Desde o início que deveria impor a obediência ao rei como a uma criança, acabando, depois, por ter todos os homens do reino a seu lado. A rainha necessitava de utilizar o caminho do temor, já que o do amor era inútil com o seu marido. Cienfuegos propõe, numa prolongada audiência particular com a rainha, que esta dê a entender, em ocasião oportuna, que conhecia o engano e que tentasse intimidar o rei, “cuyo natural es sumamente cobarde” e “tímido”. Adquiriria assim autoridade

⁹⁸ “Montagnac a De Morville, Lisboa, 20 de Março de 1725”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 60, fl. 207.

⁹⁹ “Carta de Álvaro Cienfuegos ao Imperador, Lisboa, 2 de Agosto de 1709”, HHS, *Departamento de Estado, Portugal*, Cx. 11, , fls. 197-197v. [vide Anexo II]

¹⁰⁰ “Carta de Álvaro Cienfuegos ao Imperador, Lisboa, 30 de Março de 1709”, HHS, *Departamento de Estado, Portugal*, Cx. 11, fl. 66v. [vide Anexo I]

sobre o rei e afastaria as facções perniciosas, permitindo-lhe depois assegurar o governo do reino e ainda os interesses da Casa Austríaca. Porém, o génio brando e suave da rainha Maria Ana não era o mais adequado para evitar a queda no precipício.

Embora Álvaro Cienfuegos adverte para que a sua carta “y estos avisos que participo, no pasaran â otra mano alguna, por el gravísimo perjuicio, que se puede seguir de que se sepa esto”, afirma que entre a nobreza são poucos os que ignoravam o comportamento do rei e alguns elementos do povo já o sabiam. Por este motivo, se iam acercando do Infante D. Francisco na eventualidade de este vir a substituir D. João V, tal como o seu pai, D. Pedro II, substituiu o irmão D. Afonso VI. Este monarca foi considerado como “in-habil para o governo, e inútil para o matrimonio.”¹⁰¹ Foi a memória ainda recente deste caso que certamente levantou as suspeitas e as apreensões de todos. D. Afonso VI exibia ostensivamente as suas excentricidades, sobretudo ao convidar para viver no palácio real, um seu preferido, António Conti que “tinha tenda de fitas, meãs e mais adornos femininos no pátio da capela real”.¹⁰² Conti acabou por ser preso e exilado para o Brasil. Depois do golpe de Estado para acabar com a regência e colocar no trono D. Afonso VI, D. Luísa de Gusmão ao aperceber-se do ascendente do 3º conde de Castelo Melhor sobre o rei, ameaçou-o dizendo: “como se desterravam los piqueños se castigam los grandes.”¹⁰³ Um conde também poderia ser castigado. O exemplo flagrante é o caso do conde de Vila Franca sentenciado pela Inquisição em 1 de Dezembro de 1652. Com esta condenação abriu-se um precedente que demonstrava ser possível um homem de qualidade, tido por intocável, ficar sem o título, privilégios, bens ou quaisquer outros direitos inerentes ao seu estatuto, vivendo o resto dos seus dias num convento, sem comunicação com o exterior. Poucos anos depois, em Novembro de

¹⁰¹ Paulo Drummond Braga, *D. Pedro II (1648-1706)*, Lisboa, Tribuna, 2006, p. 75; Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 98.

¹⁰² Paulo Drummond Braga, *Op. cit.*, p. 59.

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 61.

1667, um rei, D. Afonso VI, abdicou a favor do seu irmão e passou a viver “sepultado, como se fora morto”¹⁰⁴ no Paço da Ribeira e posteriormente no Paço de Sintra. Sofreu uma morte civil prolongando-lhe a agonia até à sua morte natural em 1683, dezasseis anos mais tarde. Foi acusado pelas Cortes em 1668 de ser um rei incapaz de governar, tirano por abusar do seu poder e por dissipar os bens da Coroa¹⁰⁵. A acusação de inabilidade é portanto o resultado de uma série de factores. John Colbatch, autor de um memorial sobre Portugal, refere que além de uma doença de infância, a sua mente parecia manifestar um natural ou accidental defeito de entendimento.¹⁰⁶ Ainda que as suas faltas pudessem igualmente ser imputadas à sua educação. O habitual passatempo do rei, o jogo da pedrada entre rapazes divididos em dois grupos, segundo o referido autor, não se adequava ao exercício dos assuntos de Estado e demonstrava o grau de violência a que D. Afonso se habituara. Este era um rei violento por natureza, sem capacidade para moderar ou dissimular os seus ressentimentos. Como é demonstrado pelo seu gosto em percorrer as ruas acompanhado por um bando de delinquentes, com os quais cometia diversos crimes contra aqueles com quem se cruzavam. Nestas deambulações nocturnas, entravam em casas públicas. Como outras vezes ordenava que lhe levassem prostitutas para o palácio real. Para Colbatch, estes excessos não são de admirar pois este príncipe havia tido uma educação demasiado livre, “sem rédeas”. Segundo o autor, as suas inclinações viciosas eram aparentemente a causa da maioria das desordens de que era acusado. Foram também as que fizeram suspeitar a possibilidade deste destempero lhe ter afectado o cérebro, acabando por nunca se encontrar em seu perfeito juízo¹⁰⁷. Esta descrição apresenta uma evidente semelhança com a condenação do conde de Vila Franca. Este foi considerado um sodomita pelo

¹⁰⁴ Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *Op. cit.*, p. 268.

¹⁰⁵ Paulo Drummond Braga, *Op.cit.*, p. 77.

¹⁰⁶ John Colbatch, *Op. cit.*, p. 45.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 45.

excesso e intemperança nos prazeres, com homens e mulheres. Vivendo com um luxo desregrado afectando os rendimentos da sua Casa, os seus costumes violentos revelaram-se uma ameaça eminente para a ordem e o bem comum da sociedade. Tornou-se então necessária a sua condenação pública. Quanto a D. Afonso VI, o seu pecado capital foi a sua incapacidade em deixar sucessão, colocando em perigo a monarquia portuguesa. Para os seus contemporâneos mostrou ainda não ter capacidade de controlo sobre si mesmo, não podendo portanto governar os outros. Ficava assim justificado o movimento encabeçado por D. Pedro II para depor o irmão.

Na apologia de John Colbatch a este soberano, exalta a moderação do seu comportamento. Refere o seu comedimento à mesa. As refeições eram extremamente moderadas e a bebida preferida a água. Já Francisco Rodrigues Lobo havia assegurado que “a sobriedade e temperança nos nossos Reis naturais é tão louvada que de mui poucos sabemos que bebessem vinho, e de nenhum que comesse demasiado.”¹⁰⁸ A grande aversão ao vinho, abstinência exigida a todos os que rodeavam D. Pedro II, foi igualmente sublinhada por Colbatch. Nobres ou outros indivíduos, se por acaso tivessem bebido vinho não poderiam entrar no Paço nesse dia, não fosse o rei manifestou o seu desagrado no caso de descobrir pelo cheiro a falta cometida.¹⁰⁹ Segundo relata o autor inglês, D. Pedro II, na verdade, não tinha grande dificuldade em fazer-se obedecido nesta questão, uma vez que a aversão ao vinho parecia estender-se a todos, em especial entre as pessoas de qualidade. De modo que, todo aquele que se preocupava com o seu favor se afastava da bebida. Colbatch conclui não haver “nenhum povo na Europa, menos adicto, ao mais inescusável vício da embriaguez, como eles [portugueses] o são”¹¹⁰. Desta forma, o autor dissipa qualquer suspeita quanto ao consumo de vinho pelos portugueses, pelos seus governantes e pelo seu novo soberano.

¹⁰⁸ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 150.

¹⁰⁹ Idem, *ibidem*, p. 5.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 5.

Refere a ausência de imoderação na bebida, o vício imediatamente relacionado com a sodomia. Francisco Rodrigues Lobo escreve que os Atenienses tinham por lei a condenação à morte se “o rei que com demasiado vinho se alienasse.”¹¹¹ Uma reminiscência histórica que servia como advertência aos seus contemporâneos.

D. João V seguia o exemplo de seu pai, bebendo apenas água,¹¹² sendo que “os vinhos estrangeiros não eram conhecidos no Paço.” No que diz respeito à descendência real, as apreensões de todos foram atenuadas em 1711 com o nascimento da infanta D. Maria Bárbara, e em 1712, de D. Pedro, falecido pouco depois. A inquietação pela sucessão ao trono desapareceu em 1714, com o nascimento de D. José e futuro rei de Portugal. Seguido, em 1717, pelo nascimento de D. Pedro. O rei D. João V cumpriu assim o seu principal dever enquanto “pai de famílias”, isto é, “dar competente sucessão à sua casa para que não passe a outra estrangeira”¹¹³. Durante todo este tempo e até a descendência ficar definitivamente assegurada, o infante D. Francisco exerceu uma forte oposição ao irmão. Este infante considerado de génio cruel e turbulento desde a sua infância, aterrorizava as ruas da capital do reino com a sua patrulha de 15 ou 20 homens de “condição social medíocre”, tidos por “ministros dos seus deboches.”¹¹⁴ Parece apenas ter seguido uma tradição quanto às práticas de masculinidade entre os jovens. No entanto, a violência atingida acabou por ultrapassar os limites aceitáveis para a época. A fama atribui-lhe o assassinato de umas dezasseis pessoas, usando do punho, da espada ou de um fuzil disparado indiferentemente às pessoas que passavam nas ruas ou fazendo pontaria às chalupas que se encontravam no rio. Chegou a ser repreendido diversas vezes pelo rei, ainda que inutilmente.

¹¹¹ Idem, *ibidem*, p. 277.

¹¹² “De Montagnac a Chauvelin, Lisboa, 19 de Abril de 1729”, AMAE, *Correspondência política*, Portugal, vol. 64, fl. 93v.

¹¹³ D. Luís da Cunha, *Op. cit.*, p. 19.

¹¹⁴ “Relação sobre a doença e morte do rei de Portugal, Dezembro de 1706”, AMAE, *Correspondência política*, Portugal, vol. 45, fl. 130.

Numa carta da corte francesa dirigida ao cônsul Du Verger imediatamente após a aclamação de D. João V, é dito que os ingleses pensavam seriamente em fazer do infante D. Francisco o novo rei, e à saúde do qual brindavam sempre¹¹⁵. Quando a corte parecia dispor dos mesmos motivos para depor D. João V e que justificaram a deposição de D. Afonso VI, o infante D. Francisco parecia merecer a confiança da rainha D. Maria Ana, apesar das suspeitas e apreensões do irmão¹¹⁶. No parecer do futuro cardeal Cienfuegos, que não tinha por conveniente a intimidade entre ambos, contudo julgava ser um instrumento oportuno para remediar outros males políticos. Uma crise sucessória podia tornar-se motivo de guerra, como os recentes acontecimentos da Guerra da Sucessão de Espanha o comprovavam, provocados pela inabilidade do rei Carlos II em deixar descendência ao trono. O infante D. Francisco pedira igualmente a arquiduquesa D. Maria Madalena de Áustria em casamento, pretensão mais facilmente concedida a um futuro rei,¹¹⁷ como o infante se via então.¹¹⁸ Dissipadas as dúvidas de sucessão dinástica, o infante D. Francisco renovou as suas expectativas em suceder o irmão no trono quando, em 1715, D. João V resolveu ausentar-se do reino durante dois anos para fazer uma viagem pela Europa. A rainha D. Maria Ana ficaria como regente, acompanhada por dois ministros e ainda do marquês de Alegrete, o marquês de Fronteira e o conde de Castelo Melhor.¹¹⁹ O infante D. Francisco que “passava a vida nas florestas”, chegou uma noite a Lisboa precisamente no momento em que o rei ia partir e foi recebido pela rainha nos três dias que se seguiram¹²⁰. Contrariamente ao costume, ficava cerca de três horas seguidas junto da rainha, a qual não dissimulava

¹¹⁵ “Du Verger, 19 de Janeiro de 1707”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 100.

¹¹⁶ “Álvaro Cienfuegos ao Imperador, Lisboa, 30 de Março de 1709”, HHS, *Departamento de Estado, Portugal*, Cx. 11, fl. 67.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, fl. 67.

¹¹⁸ “Álvaro Cienfuegos ao Imperador, Lisboa, 2 de Agosto de 1709”, HHS, *Departamento de Estado, Portugal*, Cx. 11, fl. 198.

¹¹⁹ “Abade de Mornay a Luís XV, 14 de Setembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, fl. 103.

¹²⁰ “Abade de Mornay a Luís XIV, 14 de Junho de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 48, fl. 187v.

sentimentos de satisfação pela assiduidade do príncipe. O embaixador francês concordou terem ambos interesses em comum e vantagens em agir de concerto. D. João V desconfiado da possibilidade de um levantamento no reino promovido pelo infante D. Francisco durante a sua ausência, propôs-lhe que este o acompanhasse.¹²¹ Convite recusado pelo infante com a desculpa de não se encontrar em estado de suportar a despesa considerável a que seria obrigado. Esta viagem, sobre a qual falaremos mais adiante com mais detalhe, acabou por não se realizar. D. João V vendo o seu projecto malogrado, não permitiu, por sua vez, que o seu outro irmão, o infante D. Manuel viajasse pela Europa. Contrariando a vontade real, este infante acabou por fugir do reino em 1715. Exigido o seu regresso desde a primeira hora, mas sem sucesso, D. Manuel testemunhou nas inúmeras capitais europeias, durante quase 20 anos, a incapacidade do rei português em governar a própria família, criando provavelmente suspeitas nas suas capacidades para administrar o reino.

D. João V perante a evidência o fracasso do seu projecto de viagem caiu em grande melancolia. Reanimado, contudo, por um novo projecto, a construção do convento de Mafra, o “Escorial português”.¹²² Convento destinado a acolher elementos da ordem franciscana. Mandado edificar em 1711, segundo a tradição, como promessa caso o rei obtivesse descendência, apenas estava previsto inicialmente um espaço para albergar 13 frades. Acabando por adquirir a capacidade para recolher 300. A primeira pedra colocada em 17 de Novembro de 1717 e sagrado em 22 de Outubro de 1730, este convento passou a ser destino frequente do rei joanino por períodos mais ou menos prolongados.

¹²¹ “Abade de Mornay a Luís XV, 29 de Outubro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, fl. 141.

¹²² Cf. António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

Os últimos anos de vida do rei caracterizaram-se por uma longa doença que lhe sobreveio em Maio de 1742, após um acidente vascular seguido de paralisia. Das inúmeras repetições das convulsões epiléticas, o rei explicou ser do seu agrado não se tornar público nenhum acidente,¹²³ de modo que se procurou ocultar¹²⁴ com muita dificuldade e na verdade sem grande sucesso. Na altura do acidente, todos eram “de parecer que ficará pateta”¹²⁵ e quase um ano depois “se quis saber se o rei estava capaz de mandar, sobre que os médicos responderam que não estava sempre apta a mente régia.”¹²⁶ Quando o rei sofreu o primeiro acidente mandou os secretários de Estado a despacho com o príncipe. O cardeal da Mota desagradado com esta iniciativa, obteve o consentimento para que fosse a rainha a governar como já havia sucedido.¹²⁷ D. Maria Ana, relutante com a decisão, exigiu como condição a presença do príncipe à hora do despacho. Segundo o cônsul espanhol, Jorge Macazaga, esta solução foi resultado do conselho de frei Gaspar e considera-a um golpe de génio, visando prevenir as consequências que de outra forma poderiam afectar o governo, “pouco satisfeito do que há havido até aqui”.¹²⁸ No final de contas, o despacho acabou por ser diferido pelo cardeal da Motta com quem conferiam os secretários de Estado. Só depois se dava conta à rainha, mas apenas os expedientes de pouca importância porque o rei tratava dos outros. No desenrolar de todo este processo, o príncipe D. José era somente uma testemunha.¹²⁹

Quando ocorreu o primeiro acidente, o rei tendo sido instado a fazer testamento, declarou que o seu herdeiro seria o filho D. José. Entretanto, vivia atormentado e temia

¹²³ “Macazaga a Villarias”, Lisboa, 19 Fevereiro de 1743”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7191.

¹²⁴ “Marquês de Candia a Villarias”, Lisboa, 21 Novembro de 1745”, AGS, Estado, Portugal, Leg.7201.

¹²⁵ “Macazaga a Villarias”, Lisboa, 29 de Maio de 1742”, AGS, Estado, Portugal, Leg.7190.

¹²⁶ “Macazaga a Villarias”, Lisboa, 8 de Janeiro de 1743”, AGS, Estado, Portugal, Leg.7191.

¹²⁷ “Marquês de Candia a Villarias, Lisboa, 12 de Janeiro”, 1744, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

¹²⁸ “Macazaga a Villarias, Lisboa, 29 de Maio de 1742”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7190.

¹²⁹ “Marquês de Candia a Villarias, Lisboa, 16 de Dezembro de 1743”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

que pudesse o príncipe suceder-lhe em vida¹³⁰. O marquês de Candia atribui este receio ao facto de o monarca ter muito presente as vicissitudes que envolveram a ascensão do seu pai ao trono. Embora conclua ser um temor sem fundamento, pois o príncipe do Brasil não demonstrava qualquer ambição por reinar. De qualquer forma, o monarca fez o que pôde para que D. José vivesse afastado da nobreza, não lhe tendo nomeado família. Pelo que fazia-o servir pelos próprios criados, ou seja, os três gentis-homens de câmara. De Montagnac, cônsul francês em Lisboa, mostra-se surpreendido ao ver que os príncipes do Brasil não possuíam nem Casa, nem equipagem própria, “vivendo como crianças de família”¹³¹ num pequeno apartamento de dois quartos junto aos aposentos da rainha. Ao quarto do príncipe concorriam somente certos familiares e o rei nunca o deixava sozinho em Lisboa, levando-o sempre consigo, ainda que deixasse ficar a princesa. Evitando igualmente que tratasse com os ministros estrangeiros, vivendo pois “muito sujeito à rainha”.¹³² Quanto à nobreza, esta não estava autorizada a juntar-se “a ilícitos divertimentos”, por se terem proibido na corte os bailes particulares.¹³³ Isto, qualquer que fosse o motivo. Interdição de danças e divertimentos, mesmo por altura dos matrimónios. A marquesa de Távora organizou para o Carnaval uma peça francesa, representada por ela, as suas três filhas, suas parentes D. Joana Perpétua de Bragança, a marquesa de Louriçal e a D. Constança de Meneses. Foi um evento sem convite por ser apenas um divertimento caseiro. No dia em que devia ter lugar o espectáculo, o marquês de Távora teve ordem de passar em casa do secretário de Estado D. António Guedes que lhe disse da parte do rei, não permitir fazer o teatro, nem outro divertimento por este soberano não querer ouvir que a nobreza se divertia.¹³⁴

¹³⁰ “Marquês de Candia a Villarias, Lisboa, 28 de Junho de 1744”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

¹³¹ “De Montagnac ao marquês de Chauvelin, Lisboa, 22 de Março de 1729”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 45, fl. 166.

¹³² “Marquês de Candia a Villarias, Lisboa, 12 de Janeiro”, 1744, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

¹³³ “Candia a Villarias, Lisboa, 23 de Fevereiro de 1745”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7201.

¹³⁴ “Candia a Villarias Lisboa, 3 março de 1745”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7201.

O governo espanhol com o objectivo de mudar a política governativa portuguesa expediu o marquês de Candia para Lisboa incumbido de proceder uma discreta vigilância de forma a evitar a mais leve suspeita sobre os verdadeiros motivos sobre a sua vinda¹³⁵. Não visitou os ministros depois de apresentar os cumprimentos à chegada. Quanto à princesa castelhana D. Mariana Vitória, apenas a via nos seus aposentos sem mais formalidade que de a fazer avisar desde a sua antecâmara por um velho porteiro, o qual se exasperava com esta quebra do protocolo. Na verdade, estes aposentos eram vistos pelos ministros franceses, como por exemplo por De Montagnac, como um lugar impenetrável e cuidadosamente guardado à maneira do “serralho do sultão turco”¹³⁶. Inicialmente, o marquês de Candia fez saber que seguiria para a Dinamarca. Por falta de transporte para Copenhaga, teria decidido passar o inverno na corte portuguesa, sem todavia declarar a natureza da estada. Contudo, em Lisboa, soube-se que Chavigny escrevera três cartas de Frankfurt comentando que Candia estava nomeado por embaixador em Portugal. Na corte pensava-se que a sua vinda tinha por objecto o matrimónio da princesa da Beira com o infante D. Luís. Ainda que não houvesse propriamente intenção em levar avante este projecto, o marquês ficou por embaixador na corte portuguesa, reunindo uma aprovação consensual.

Ora, a verdadeira missão do marquês de Candia consistia persuadir a princesa D. Maria Vitória quanto à necessidade de moldar inteiramente a vontade do príncipe D. José, testemunhando-lhe todo o carinho, para que este atendesse aos seus conselhos de forma a segui-los sem desconfiança.¹³⁷ A corte de Madrid tinha considerado indispensável que a princesa manobrasse o príncipe, com uma discreta sagacidade a fim de o incitar a assumir as rédeas do governo. O estado em que se encontrava a

¹³⁵ “Marquês de Candia a Villarias, Lisboa, 12 de Janeiro”, 1744, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

¹³⁶ “De Montagnac ao marquês de Chauvelin, Lisboa, 8 de Janeiro de 1737, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 72, fl. 15.

¹³⁷ “Marquês de la Candia a Villarias, Lisboa, 12 de Janeiro de 1744”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

administração do reino português, dirigido “apenas por pessoas inclinadas à casa de Áustria e Inglaterra” era contrário ao interesse da coroa espanhola. Era pois fundamental que o príncipe antes da morte do pai, cuja “vida se devia contar muito pouco”, estivesse preparado para dirigir o reino sem outras interferências. O príncipe, de trinta anos de idade, já não necessitava de aio, nem seria desejável que alguém o substituisse na governação, pelo que não convinha que se sujeitasse a um primeiro-ministro. Tornando-se rei deveria ficar com os ministros da sua confiança, de conhecida prudência e inteligência, seguir seus ditames e escolher o que lhe parecesse mais acertado, para depois fazer parecer aos súbditos como tendo sido seus. A princesa do Brasil, segundo o marquês de Candia, estava segura que logo que D. José reinasse não iria permitir que a rainha-mãe ou o cardeal da Cunha mandassem. Considerando o conhecimento que tem do príncipe entende que este não se sujeitaria a um primeiro-ministro e que assumiria o mando por inteiro. Sobre a importância da união com Espanha, a princesa respondeu que as suas intenções eram conformes aos desejos de Madrid. Esta afirmação dá a entender a possibilidade de estar sobre a mesa uma nova aspiração de união ibérica.

A crermos nestes testemunhos, podemos concluir que D. João V viu o seu trono disputado e a sua legitimidade para reinar contestada. Primeiramente por motivo de falta de descendência, a seguir altura de um projecto de viagem pela Europa, na sequência da fuga do irmão D. Manuel e, por fim, devido a doença prolongada. Contrariedades que foram alimentadas por pressões diplomáticas externas e que acabavam por pôr em causa a legitimidade governativa da casa de Bragança em Portugal.

2 – Sol e Marte

A relação entre D. João V, o *Rei-Sol português*, e o infante D. Manuel, o *Marte Lusitano*, forma desde cedo bastante atribuladas. O infante D. Manuel, irmão do rei de Portugal, desejava sair do reino e colocar-se ao serviço do seu tio, o imperador Carlos VI. Em Setembro de 1715 tudo estava pronto para a viagem. O percurso deveria atravessar a Andaluzia e outras províncias de Espanha, antes de seguir por França e Itália, chegando enfim à corte austríaca. Entretanto, D. João V, ele próprio decidiu empreender uma longa viagem. Foi anunciado ter feito a promessa de ir em peregrinação a Nossa Senhora do Loreto, em Itália, devendo o irmão, o infante D. Manuel, acompanhá-lo. Esta *peregrinatio* levou Manuel Caetano de Sousa, a quem se atribui o *Peregrino Instruído*¹³⁸, a elaborar um longo questionário a ser utilizado pelo viajante caso quisesse verdadeiramente conhecer os lugares por onde passava.¹³⁹ Inicialmente fora programada uma ausência do reino de dois anos a fim de conhecer a Espanha, a França, a Itália e a Alemanha. O rei pretendia levar um séquito de duzentas e cinquenta pessoas e as despesas da viagem foram estimadas num quantitativo de trezentos mil cruzados mensais¹⁴⁰. Era intenção régia partir de Lisboa em Outubro de 1715 de maneira a chegar ao Loreto durante o Natal. Com ele, entre as grandes figuras da corte deslocar-se-iam o secretário de Estado, os condes de Assumar, de Unhão, da

¹³⁸ Trata-se do manuscrito não datado, *O Peregrino Instruído. Devem aquelles que por meio das viagens querem conhecer utilmente o Mundo, informarse em cada Lugar do estado natural, Ecclesiastico, Politico e Militar delle*.

¹³⁹ Para uma interpretação comparada sobre o texto setecentista ver Luís Mott, “O Peregrino Instruído. A propósito de um formulário etnográfico do século XVIII”, sep. do *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, série III, 75-78, Lisboa, 1973 e Isabel Buescu, “O ‘Peregrino Instruído’. Viagem e poder na Europa setecentista”, in Isabel Buescu, *Memória e Poder: Ensaio de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. [111]-133.

¹⁴⁰ “Henry Worsley to James Stanhope, Lisboa 16 de Novembro 1715, NA, SP 89 Portugal, 23, f. 312.

Ericeira e o marquês de Marialva.¹⁴¹ A rainha ficaria a exercer a função de regente. Para além dos dois ministros ordinários, permaneceriam ainda no reino os marqueses de Fronteira, de Alegrete e o conde de Castelo Melhor.

Para a viagem, foram mandadas construir magníficas carruagens¹⁴² e encomendados oitenta uniformes para a guarda. Por correio, enviaram-se letras de câmbio no valor de trezentas e cinquenta mil libras,¹⁴³ e de cem mil cruzados, ao conde da Ribeira Grande para adquirir “coisas que julgue necessárias à viagem.”¹⁴⁴ As equipagens chegaram a Portugal a bordo de um navio francês, no início do mês de Dezembro. Como a opinião dos grandes do reino não era em relação ao assunto inteiramente consensual, os ministros a quem desagradava a ideia da viagem é-nos referenciado por um diplomata, “murmuraram contra o conde da Ribeira Grande por ter executado tão prontamente as ordens recebidas a este respeito.”¹⁴⁵

No quadro da preparação da empresa foi ainda ordenado que se indagassem os reis Católico e Cristianíssimo, a fim de saber se facilitariam a passagem do rei português por Espanha e França, respectivamente. O novo embaixador de Portugal em Madrid, Pedro de Vasconcelos, apressou a sua partida para a corte espanhola, já que D. João V pretendia obter quanto antes o consentimento real da sua passagem pelo país vizinho. Os ministros que gostariam de ver prorrogado este inopinado e problemático projecto, desejaram que Vasconcelos “estando em Madrid faria nascer grandes desconfianças para obrigar o Rei de Portugal a não ousar ausentar-se dos seus

¹⁴¹ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 14 de Setembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 103.

¹⁴² “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 8 de Outubro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 127.

¹⁴³ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 15 de Outubro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 135.

¹⁴⁴ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 24 de Outubro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 114v.

¹⁴⁵ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 10 de Dezembro de 1715, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 206v.

Estados.”¹⁴⁶ Ora vista a oposição do governo espanhol, D. João V decidiu optar pela via marítima até Inglaterra e daí passar à Holanda. Descendo a seguir rumo à Itália, precisamente para não passar por Espanha¹⁴⁷. Charles de Merveilleux escreve que “a sua simpatia levava-o a querer começar a digressão pela Inglaterra, mas hesitava.”¹⁴⁸

A contribuir para esta hesitação contribuiu a aludida oposição de vários ministros que não davam o seu acordo à viagem. O duque de Cadaval enumerou as desvantagens do périplo, cujas objecções consistiam fundamentalmente no seguinte: não poder o reino suportar novas despesas, esgotado financeiramente pela guerra recente, e por temer que a ausência do rei viesse a condicionar consequências graves para o país e suas populações. Poderia mesmo esperar-se um levantamento no Brasil em razão de uma carga fiscal acrescida e do “Brasil – nota o grande tutor do monarca – dependia uma grande parte da soberania de Portugal”. A viagem poderia ainda ser nefasta para a saúde do rei, estando previsto para esse ano de 1715 um inverno rigoroso. Por outra parte, impunha-se ainda organizar o juramento do príncipe herdeiro como condição legal para, eventualmente, vir a ter que assegurar, de forma antecipada, a obediência dos súbditos.¹⁴⁹ Sobre este ponto, o duque de Cadaval fez-se representar pelo cardeal da Cunha junto do soberano. O clérigo comunicou por isso ao jovem rei que a persistir na intenção de se ausentar do reino deveria reunir Cortes antes da partida, de forma a fazer executar o juramento ao príncipe do Brasil. Esta cerimónia fundava-se na Lei de Lamego, a Lei fundamental do reino de Portugal relativamente à regra de sucessão ao trono.

¹⁴⁶ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 10 de Dezembro de 1715, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 205v.

¹⁴⁷ “Henry Worsley to James Stanhope, Lisboa 14 de Novembro de 1715, NA, SP 89-23, Portugal, f. 325.

¹⁴⁸ Charles Frédéric de Merveilleux, *Mémoires Instructifs*, trad., prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, in *O Portugal de D. João V visto por Três Forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 151.

¹⁴⁹ Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 245.

A proposição não foi aprovada nem rejeitada durante o conselho de Estado reunido na primeira semana de Dezembro de 1715. Nela, o cardeal da Cunha insinua que, pelo facto de a coroa ter passado por linha colateral para o rei D. Pedro, a Lei de Lamego ditava ser possível nomear um soberano entre o conjunto dos seus filhos¹⁵⁰. Por esta razão haveria que fazer reconhecer em Cortes o filho varão de D. João V. Se a linha directa subsistisse, todos os descendentes deveriam herdar a coroa segundo a ordem de nascimento, e assim, a coroa poderia ser transmitida ao infante D. Francisco. Ora o recurso a este dispositivo legal tinha essencialmente em vista criar novos obstáculos ao projecto de viagem do rei, o qual num primeiro momento ficou abalado até receber melhor esclarecimento sobre a matéria. A casa de Bragança era a única pela qual fora atribuído perpetuamente o direito presuntivo da Coroa, sendo que um herdeiro ao subir ao trono, por sua vez, transmitia a dignidade ao próprio descendente em posição de a receber. O importante da postura do cardeal da Cunha reside nas possíveis incertezas de interpretação da lei, explorando os receios de D. João V que olhava o irmão D. Francisco como um potencial rival a disputar-lhe a coroa.

Outros obstáculos se levantaram, em particular os que diziam respeito às despesas para a viagem. Estas eram assaz consideráveis. Perante a requisição real de oito milhões de libras, o responsável pelas contas públicas achou-se em grande embaraço, porquanto o tesouro do Estado não comportava tamanha verba. D. João V viu-se então obrigado a pedir empréstimos a banqueiros ingleses e holandeses. O embaixador francês chega a afirmar ver o rei determinado a hipotecar a Casa de Bragança como garantia da soma solicitada. Femprest Milner, mercador inglês, forneceria dois milhões de cruzados em letras de câmbio¹⁵¹. Outros negociantes

¹⁵⁰ “Abade de Mornay a Luís XV, Lisboa, 10 de Dezembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 48, fl. 206.

¹⁵¹ “Henry Worsley to James Stanhope, Lisboa 14 Novembro 1715”, NA, SP 89 Portugal, 23, f. 325.

garantiam seiscentas mil libras todos os meses a juro de oito por cento.¹⁵² Os ministros empenhados em impedir o projecto tomaram entretanto medidas para inviabilizar estes fundos tornando mais difícil a concessão das remessas. Os negociantes ingleses acabaram por retirar a proposta e os holandeses, que haviam prometido oitocentas mil libras, exigiram outras garantias.¹⁵³ Pouco depois acabaram igualmente por se apartar do ajustado. É que igualmente fora considerado do interesse político das duas potências marítimas respectivas que D. João V permanecesse no país.. A ausência do rei poderia causar determinados inconvenientes para estas duas potências que pretendiam negociar um novo tratado comercial. E é seguro que a rainha, mesmo como regente, não ousaria assiná-lo. Perante este revés, o governo francês ordenou ao seu embaixador em Lisboa de nada fazer contra a resolução de D. João V em viajar.¹⁵⁴ A alteração de opinião foi tardia, segundo o abade de Mornay,. É que, naquele momento, todos em Lisboa pensavam que as suas iniciativas tinham sido as mais eficazes, sendo a nação francesa a mais beneficiada com a interrupção do projecto.

A rainha, por sua vez, em desacordo com a realização da viagem, sobretudo por temer a possibilidade de o infante D. Francisco organizar um levantamento contra o rei, incitou o outro cunhado, o infante D. Manuel, que vinha manifestando grande vontade de viajar, a decidir fugir do reino. O seu objectivo teria sido, segundo o embaixador francês, de reter o rei, pelo efeito negativo que uma viagem de um membro da própria família viesse a causar e a decorrente censura pública e inconvenientes à mesma associada.¹⁵⁵ Apesar de tudo, D. João V continuou firme na sua resolução e, em Janeiro de 1716, podemos ler numa carta enviada pelo abade de Mornay a referir que o rei

¹⁵² “Abade de Mornay ao marechal de Huxelles, Lisboa, 7 de Janeiro de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 50, f. 4v.

¹⁵³ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 14 de Janeiro de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 50, f. 10v.

¹⁵⁴ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 24 de Dezembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 195.

¹⁵⁵ “Abade de Mornay ao marquês de Torcy, Lisboa, 12 de Novembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 48, fl. 161v.

pretendia atravessar a França sem aí se demorar. Daí seguindo para Holanda e para as cortes do norte. Somente no regresso de Itália, no inverno seguinte, o rei pretendia permanecer uma temporada alongada em França.¹⁵⁶ Para diminuir as despesas, o rei tinha tomado a resolução de viajar incógnito, sem guardas e a comitiva seeria reduzida a cento e cinquenta pessoas.¹⁵⁷ O duque de Cadaval continuou a opor-se e desaprovou esta nova decisão, considerando que os reis, de natureza superior aos demais homens, não poderiam jamais viajar incógnitos. Ou eles se mantinham nos seus reinos ou todo o mundo sabia onde eles estavam. Viajar incógnito foi entendido como um ofensa à grandeza real.¹⁵⁸ Outros pretextos e contratempos foram surgindo e a viagem foi consecutivamente adiada. Um dos motivos para o atraso foi a gravidez da rainha, pela qual o rei teve de atender ao seu pedido e esperar até ao mês de Maio. Sem conseguir os empréstimos e com a discordância de grande parte da sua corte, D. João V pouco ou nada poderia fazer. Caiu então numa grande melancolia “fechando-se frequentemente horas inteiras no seu gabinete sem poder ser mestre de reter as suas lágrimas.”¹⁵⁹ Charles Merveilleux ao comentar o episódio conclui que “se lhe não tivessem impedido, D. João V teria seguido o exemplo do Czar Pedro I e, como ele, teria viajado pelos principais países da Europa”.¹⁶⁰ O real objectivo da viagem, segundo revelou Caetano Beirão, seria “ver praças, marinhas, milícias, exército, comércio, o génio das nações, ajustando artífices, professores para as ciências e artes que mais se ignoravam entre nós.”¹⁶¹

¹⁵⁶ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 7 de Janeiro de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 50, f. 3.

¹⁵⁷ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 19 de Novembro de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 49, f. 180.

¹⁵⁸ Veríssimo Serrão, *Op. cit.*, p. 245.

¹⁵⁹ “Abade de Mornay ao rei, Lisboa, 25 de Maio de 1716”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 50, f. 139.

¹⁶⁰ Charles Frédéric de Merveilleux, *Mémoires Instructifs...op.cit.*, p. 149.

¹⁶¹ Júlio Eduardo dos Santos, “Valioso Subsídio para a Biografia do Infante D. Manuel, irmão de D. João V”, Sep. de Olisipo, Lisboa, 1966, p. 6.

A viagem pelas cortes europeias veio, contudo a ser o destino do irmão mais novo, o infante D. Manuel. Com dezoito anos, este príncipe saiu de Lisboa a 4 de Novembro de 1715, pelas dez da manhã a bordo do Fénix, um navio mercante inglês carregado com fruta e lã com destino a Amesterdão. Partiu acompanhado pelo filho do conde de Tarouca, Manuel Teles da Silva, de um reposteiro e de outro criado. Já tinha caído a noite quando o rei mandou chamar a John Methuen¹⁶², o qual mandou um navio inglês no encalço do infante. Sem sucesso, pelo que durante vários anos seguem ordens reais para o regresso imediato ao reino do infante. D. Manuel. Este, por seu lado, empreendeu uma longa viagem pelas cortes europeias: Amesterdão (1715), Haia (1715-16, 1718 e 1723), por Bruxelas (1716 e 1725), Paris (1716 e 1722), Cambrai (1723), Viena (1716-1717; 1719-22; 1723; 1726 e 1730-1734), Luxemburgo (1725), Madrid (1726-27), Génova (1728 e 1729), Placencia, Pavia, Modena e Parma (1728), Pádua (1729), Moscovo e São Petersburgo (1730), Danzig (1730), Riga e Varsóvia. D. João V protesta contra a desobediência, a inconstância e a “falta de juízo” do infante. Seu irmão. Considera-o um mau exemplo que deixa para outros ou para os descendentes. Inspirando-lhes a fuga de suas próprias casas e a decidirem alianças matrimónias contra a vontade dos seus pais ou irmãos. De facto, o infante intentou vários casamentos em Módena, na Alemanha, em Moscovo, na Polónia, em Paris e em Madrid, sempre sem qualquer êxito, sobretudo por não dispor do beneplácito do irmão e rei de Portugal.

Sob o comando do Príncipe Eugénio de Sabóia o príncipe participou na guerra contra os turcos, saindo ferido num joelho no ataque à Praça de Temeswar em 1716. A justificar-lhe o nome de “Marte Lusitano”, algumas das suas façanhas poderiam ser lidas em panfletos como o *Eclipse da Lua Otomana*¹⁶³ ou a *Notícia Sumária da*

¹⁶² “Henry Worsley to James Stanhope, Lisbon 16th November 1715”, NA, SP 89-23 Portugal, f. 306v.

¹⁶³ José de Monterroio Mascarenhas, *Eclipse da Lua Ottomana ou Relaçam Individual da Famosa Batalha de Petervaradin...*, Lisboa, Na Oficina de Pascoal da Sylva, 1716.

*Gloriosa Vitória Alcançada pelo Sereníssimo Príncipe Eugénio Francisco de Sabóia*¹⁶⁴.

Esta opção de levar uma vida dedicada às armas tem sido a principal razão atribuída à sua ausência do reino¹⁶⁵. Num Portugal neutral, durante o reinado de D. João V, com efeito poucas teriam sido as ocasiões para seguir uma carreira dedicada aos exercícios militares. E mais ainda por lhe estarem destinadas as ordens sacras. A fuga do reino é por isso interpretada como uma atitude recalcitrante perante a imposição de seguir a vida eclesiástica, a exemplo do irmão D. António. A errante e aventureira vida do infante D. Manuel necessita seguramente de maiores esclarecimentos. Com efeito, na sua passagem pela corte espanhola em 1727, foram grandes os empenhamentos de diferentes individualidades visando obter junto da Santa Sé a dignidade cardinalícia para o príncipe.

A questão surgiu precisamente no momento em que já se encontravam ajustados os artigos preliminares entre os monarcas ibéricos a propósito dos enlaces matrimoniais entre o príncipe das Astúrias e a infanta de Portugal e do príncipe do Brasil com a infanta espanhola. Com tal objectivo era ainda necessário obter dispensas, não apenas por razão da proximidade e consanguinidade entre os conjugues, mas igualmente pela escassa idade dos contraentes. Na altura da solicitação do infante D. Manuel, o rei de Portugal estava igualmente empenhado na promoção do monsenhor Vincenzo Bichi que em inícios de 1727 se pensava estar eminente. Para o efeito foram enviadas para Roma grandes quantias em dinheiro, entretanto depositadas no Banco do Espírito Santo.¹⁶⁶ Esta era a maneira de levar a bom termo os negócios na cúria romana: pactuar e presentear os favorecidos do papa. Segundo o cardeal Cornelio Bentivoglio,

¹⁶⁴ José de Monterroio Mascarenhas, *Noticia Summaria da Gloriosa Vitoria, alcançada pelo...Eugénio Francisco de Saboya, lugar-tenente de sua Magestade Cesarea,...no dia 16 de Agosto do presente anno,...contra o formidável exercito dos Turcos nos campos de Belgrado*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva, 1717.

¹⁶⁵ Ernesto Ennes, *Uma conspiração malograda em Minas Gerais para aclamar Rei do Brasil o infante D. Manuel (1741-1744)*, São Paulo : Companhia Editora Nacional 1938, p. 13.

¹⁶⁶ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 11 Janeiro de 1727”, AAE, Offícios da Embaixada, Leg. 290, f. 80.

plenipotenciário espanhol na Santa Sé, o papa era uma santa pessoa, mas deixava-se governar por quem queria aproveitar-se daqueles tempos.¹⁶⁷

A solicitação do infante à dignidade cardinalícia acabou por causar dissabores aos que trataram da operação. O cardeal Bentivoglio confessa que “yo mismo tendria gusto en verme fuera de todo empeño.”¹⁶⁸ São os cardeais espanhóis, Bentivoglio e Cienfuegos a interceder junto da cúria romana visando a promoção do infante português. Para o êxito do processo, Bentivoglio manobra junto dos três cardeais palatinos, Corcia, Lercari e Coradini, de forma a cada um, por sua vez, viesse a mover o ânimo do pontífice no sentido da elevação do infante. O mesmo executou com o cardeal Barberini, decano do Sacro Colégio e com outros, os de maior reputação, de maneira a que todos, unanimemente, se interessassem pela promoção¹⁶⁹. Bentivoglio considera, no entanto, uma perda de tempo falar de mãos fechadas. Por exemplo, com o cardeal Coscia. E desabafa, se “não fosse indecoroso” ao rei e ao infante, com dois ou três dobrões, estaria já terminada a deligência.¹⁷⁰ Feitas as promessas de intercepção por parte de Coscia, vieram as letras de câmbio dos portugueses e este abandonou o empenho, “agarrando-se ao certo”.¹⁷¹ Apesar da desaprovação e temendo o insucesso da missão, Bentivoglio aconselha pois este “terceiro meio”, o dos presentes e das promessas. Ainda que o negócio estivesse avançado, pelo que não sabia se chegariam a

¹⁶⁷ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 22 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 249.

¹⁶⁸ Estas foram as razões apresentadas para preferir D. Carlos Spínola ao abade Cogorani (“Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 4 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 58.

¹⁶⁹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 15 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 221.

¹⁷⁰ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 22 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 248.

¹⁷¹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 22 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 249.

tempo. Mas se o rei aprovasse e lhe fossem enviados os meios, não perderiam nada em tentá-lo.¹⁷²

O problema resultava da relutância de Inocêncio XIII não desejar conceder o capelo ao príncipe, pois este não era ordenado *in sacris*, e por haver oposição da parte do rei de Portugal. O marquês de la Paz relembra que o príncipe não era infante de Castela, mas de Portugal. E que o seu irmão, o rei, não se entendia com ele na solicitude do capelo. D. João V, na expectativa da prometida promoção do monsenhor Bichi, agradecia a promoção do irmão, contudo determinadas circunstâncias e compromissos entre ambos impediam-no de subscrever a promoção do infante D. Manuel à sagrada púrpura.¹⁷³ De qualquer forma, a oposição do rei de Portugal não expressava nenhum antagonismo efectivo relativamente aos desígnios do príncipe. Afinal, o estado eclesiástico desde sempre lhe havia sido proposto porquanto era o mais ajustado ao gosto do monarca português. Em resposta a uma carta do sumo pontífice a respeito da promoção do infante, o rei de Portugal foi taxativo. Declarava que não devia, nem pretendia pronunciar-se sobre a matéria sem antes se cumprir a promessa de fazer cardeal a monsenhor Bichi. Devido à interferência de D. Manuel, a promoção de Bichi, já tida por segura e próxima, tornou-se uma hipótese remota e complexa, apesar da enorme quantidade de dinheiro depositado pelos interessados nos bancos romanos. Contudo, constituindo uma premente tentação, Bentivoglio pensava que a promoção acabaria por vencer.¹⁷⁴

No momento em que as duas coroas ibéricas se ligavam duplamente pelos matrimónios reais, a corte espanhola tomava a iniciativa de se imiscuir nos assuntos

¹⁷² “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 1 de Março de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 308.

¹⁷³ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 1 de Janeiro de 1727”, AAE, Embaixada junto da Santa Sé, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 2.

¹⁷⁴ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 18 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 127.

eclesiásticos do reino de Portugal e promover a elevação à dignidade cardinalícia de um príncipe português. Filipe V pretendia que D. João V lhe agradecesse a promoção do irmão, o que o monarca lusitano recusou em absoluto,¹⁷⁵ por se tratar de uma ofensa ao seu poder soberano. Para contrariar esta política, os seus ministros trabalhavam ainda com mais empenho para que o núncio Bichi fosse elevado a cardeal. A promoção do monsenhor Bichi foi contudo considerada uma “monstruosidade”.¹⁷⁶ No seguimento de um baixo-assinado por parte dos cardeais do Sacro Colégio, a promoção de Bichi ficou encalhada. Os cardeais residentes em Roma alcançavam a soma de trinta e quatro. Todos assinaram, excepto sete. A saber, Cienfuegos, Bentivoglio, Belluga, Pereira, Ottoboni, Coscia, e Lercari, este último, secretário de Estado.¹⁷⁷ O cardeal espanhol e o austríaco não assinaram o dito memorial alegando a necessidade do consentimento dos respectivos soberanos. Não fora este impedimento, o cardeal Bentivoglio não hesitaria, afirma, nem um instante em assiná-lo, por lhe parecer grande escândalo ver elevado à púrpura um sujeito que incorreu em graves censuras. Quando, em simultâneo, via excluído um infante de Portugal a quem assistia a “apreciável recomendação de um tão grande monarca seu amo”.¹⁷⁸

Quanto à ordenação do príncipe, pôs-se a dúvida se o mesmo já estaria ou não *in sacris*. Como o infante gozava de rendas eclesiásticas no reino de Portugal chegaram a pensar que já estivesse tonsurado. De facto, Bentivoglio declara que o infante já se encontrava ordenado *de prima tonsura*¹⁷⁹, o que afinal não era exacto. O infante D. Manuel anunciou, no entanto, não sentir a menor repugnância em receber esta

¹⁷⁵ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 15 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 223.

¹⁷⁶ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 18 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 123.

¹⁷⁷ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 25 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 136.

¹⁷⁸ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 18 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, ff. 125-126.

¹⁷⁹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 15 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 229.

ordenação. Embora estranhasse a exigência do requisito tratando-se de um príncipe de tão elevado nascimento. Em Espanha havia exemplos de personalidades de igual qualidade,¹⁸⁰ como o cardeal-infante D. Fernando de Áustria (1609-1641). Quando o promovido à dignidade cardinalícia era uma pessoa real, não se considerava necessária a ordenação sacerdotal. Porém, D. Manuel, como foi dito, não tinha objecções a pôr à ordenação mencionada¹⁸¹ O príncipe declarou ainda não ter qualquer pretensão em se contrair matrimónio. A Casa real de Portugal, certamente, não viria a necessitar que este príncipe deixasse um dia a púrpura, pois dispunha de um amplo leque de alternativas para a sucessão. O esclarecimento vai de encontro à promessa de o pontífice impedir o matrimónio àqueles que já possuísem a dignidade cardinalícia. Neste ponto, o papa escreve Bentivoglio, revela-se “mais duro que o mármore”.¹⁸² Na audiência do mesmo cardeal com o pontífice, este comunicou-lhe que antes de promover o infante teria que o candidato se ordenar *in sacris*. O plenipotenciário espanhol não entendia o escrúpulo do pontífice em dar resposta à pretensões de um príncipe de tão elevada estirpe.. e contra o que as bulas estipulavam e era prática antiga. Os tempos presentes, conclui, eram extravagantes e irregulares. Neste ponto, o da ordenação, se fundava toda o problema. O rei Filipe V desejava que se promovesse primeiramente o infante e a seguir seria ordenado *in sacris*.¹⁸³ Mas quem garantiria que, após a ordenação do infante, não se iria iniciar uma campanha ou oposição do rei de Portugal, ou surgirem outras dificuldades à referida elevação cardinalícia? O pontífice dava a sua palavra, bastando-lhe apenas saber que o rei de Portugal não se opunha abertamente.

¹⁸⁰ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 15 de Fevereiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 218.

¹⁸¹ “Marquês de La Paz ao Cardeal Bentivoglio, Madrid, 4 de Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 2

¹⁸² “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 5 de Março de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 318.

¹⁸³ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 8 de Março de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 350.

Os cardeais davam já como certo vir o infante a ostentar o hábito sacerdotal e a ordenar-se *in sacris*. As gazetas espanholas de 30 de Agosto divulgavam igualmente o rumor.¹⁸⁴ Bentivoglio obtém a “quase positiva promessa” de o infante D. Manuel vir a ser ordenado¹⁸⁵. A decisão dependia apenas da sua consciência e vocação para um estado tão sublime¹⁸⁶. O “sacrifício” não tinha contudo exemplo e era contra todas as bulas,.Assegurando a propósito Bentivoglio que toda a Roma e todo o Sacro Colégio bramavam contra tal extravagância. Era uma forma de o papa sujeitar o Rei Católico aos seus ditames, experimentando o regozijo de ver o monarca subordinado à Santa Sé.¹⁸⁷. O papa prometia contudo que, no dia imediato à ordenação, iria convocar o Consistório para o declarar cardeal. O que só poderia ser feito em Novembro desse ano de 1727. Por ser tempo de férias, estando ausentes muitos cardeais¹⁸⁸ Ordenando-se D. Manuel *in sacris* se faria *illico* Cardeal. Bentivoglio não duvida da boa fé do papa, mas teme a variação do sistema daqueles tempos, levando por vezes o próprio pontifice a adoptar uma posição por vezes contrária à sua intenção inicial por causa de quem o rodeava e dos respectivos interesses particulares.¹⁸⁹

O infante estava indeciso de se pôr *in sacris*, sendo esta irresolução o único motivo que fazia adiar a sua elevação ao cardinalício, mas também o interesse de outros reinos na matéria.¹⁹⁰ Andando vagos dois capelos, era “manifesta injustiça” deter por mais tempo a promoção de representantes de Espanha e do Império. Tanto mais ter sido

¹⁸⁴ Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 25 de Setembro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1429.

¹⁸⁵ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 1 de Março de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 302.

¹⁸⁶ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 19 de Abril de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 603.

¹⁸⁷ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 14 de Junho de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 871.

¹⁸⁸ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 20 de Setembro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1366.

¹⁸⁹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 8 de Março de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 355.

¹⁹⁰ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 6 de Agosto de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1.

já atribuído o capelo que tocava à França.¹⁹¹ O papa queria esperar que vagasse outro para dar satisfação ao mesmo tempo ao rei de Portugal. Estando aliás muito próximo de vagar o do cardeal Caracciolo, bispo de Aversa. O pontífice queria aguardar por um terceiro capelo por causa das “ameaças” e “dinheiros” dos portugueses. Pode parecer estranho um tão grande investimento financeiro para efeito da promoção de monsenhor Bichi. Mas tal como Bentivoglio entendeu bem, o rei de Portugal comprava não apenas o capelo para Bichi, como a própria igualdade, no plano simbólico, com as três coroas (o Império, a França e a Espanha).¹⁹² Com efeito, os ministros portugueses sempre mencionavam as quatro coroas. Por motivo da morte do cardeal Patrici, legado de Ferrara, ficaram vagos três capelos. Estando já determinada a elevação do infante D. Manuel, desde que em posse das ordens sacras, um dos capelos encontrava-se suspenso, de modo que o pontífice só poderia contentar as duas coroas, Espanha e o Império. Pelos exemplos passados, na promoção das coroas, somente as três coroas de Espanha, Império e França haviam sido consideradas, sem que nunca se houvesse pensado nas demais.¹⁹³ Neste intrincado quadro, o rei de Portugal não poderia pretender a um capelo. Por conseguinte, um novo motivo de desgosto para o soberano. Esperava-se então a possibilidade de dispor de uma vaga por morte, tida por eminente, do cardeal Scrotembach. Tornado-se então possível satisfazer o monarca português.¹⁹⁴ Se ao invés, o cardeal se viesse a restabelecer teriam de convencer o embaixador de Portugal a contentar-se com o primeiro capelo que vagasse e deixar os outros dois candidatos serem nomeados. Previam-se dificuldades ao querer conceder a Portugal um tratamento idêntico ao das três mencionadas coroas. Como escreveu o cardeal Cienfuegos, era bem

¹⁹¹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 18 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 105.

¹⁹² “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 25 Janeiro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 135.

¹⁹³ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 16 de Agosto de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1161.

¹⁹⁴ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 16 de Agosto de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1165.

a aspiração do rei e da nação portuguesa, expressa no muito dinheiro investido para esse fim. Método aliás impróprio para os espanhóis.¹⁹⁵ A promoção das coroas dilatava-se por não haver indício de o infante se pôr *in sacris*, apesar de ter passado tempo suficiente para deliberar sobre o caso.¹⁹⁶ O secretário de Estado alertou Bentivoglio não ser justa tal dilação, porquanto impedia a promoção das coroas em questão, deixando “atadas as mãos do papa”.¹⁹⁷

A 19 de Setembro faleceu o cardeal Fabroni. Ficaram então libertos quatro capelos. As pretensões do Império e de Espanha ficariam assim satisfeitas, além do capelo prometido para D. Manuel desde que o mesmo se dispusesse à ordenação.. Cessaria então a única razão que em que assentava a oposição do papa. Contudo, as coisas alteraram-se de novo. Toda esta teia de negociação e intriga elucida-nos bem relativamente ao labiríntico processo decisório da diplomacia vaticana. É isso que nos leva a prestar-lhe uma tão minuciosa atenção. Acaso a nomeação se concretizasse segundo o previsto, a dignidade cardinalícia recairia em dois portugueses, ainda que apoiada por soberanos diferentes. Havia, é claro, que encontrar novos obstáculos. Começaram a surgir pretensões de outras partes para a obtenção de um capelo. A República de Veneza, através do cardeal Ottoboni, protector dos interesses eclesiásticos da coroa francesa, iniciou as suas diligências para obter a promoção para si,¹⁹⁸ suplicando ao papa que diferisse a promoção das coroas até que houvesse mais um capelo.¹⁹⁹ Um pedido que surpreendeu sobremaneira por vir de uma potência de tão limitada dimensão e sem direito de *nomina*, aspirando pois a ombrear coma as mais

¹⁹⁵ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 16 de Agosto de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1167.

¹⁹⁶ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 13 de Setembro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1334.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, f. 1337.

¹⁹⁸ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 25 de Setembro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1410.

¹⁹⁹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 4 de Outubro de 1727”, AAE, Ofícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1458.

notórias potências católicas da Europa. Com tal a iniciativa a pretensão portuguesa resultava desvalorizada. Afinal, qualquer potência, por reduzida que fosse, poderia ambicionar à igualdade de tratamento, ainda que fosse considerado desproporcionado atribuí-lo. Por sua vez, o cardeal Cienfuegos confirmou já não bastarem os capelos vagos, sendo necessário esperar algum outro para a *nomina* da Polónia.²⁰⁰ Esta teria prioridade sobre a da República de Veneza. De facto, a nomeação recairia no filho do conde de Zizendorf, Grão Chanceler daquele reino. Ficava pois mais alargado ainda o leque de candidatos à promoção das coroas..

A 26 de Novembro, o papa celebrou o Consistório. Declarou então cinco cardeais. D. Diego de Astorga, arcebispo de Toledo pela *nomina* do rei católico, Colnitz, arcebispo de Viena pelo Império, Zinzendorf, bispo de Gevarino, pela Polónia, D. João da Mota e Silva, membro da patriarchal de Lisboa e irmão do enviado extraordinário do rei de Portugal junto da Santa Sé. Por último, por Veneza, elevou monsenhor Querini, bispo de Corfu.²⁰¹ Este foi declarado como reservado *in prectore* na sua promoção anterior e como tal deveria ter a precedência por antiguidade sobre os demais.

Concluído o processo, as ambições portuguesas ficaram inteiramente por cumprir. Em 1728, D. João V havia cortado relações com a Santa Sé. Na altura, monsenhor Giuseppe Firrao fora escolhido pela Cúria ao cardinalício, ascensão prometida ao núncio Bichi, protegido daquele monarca. Após esta longa explanação da sinuosa e contraditória negociação, julgamos poder afirmar que, em grande medida, foi a ingerência do infante D. Manuel nas relações portuguesas com a Cúria romana, que dificultou, ou melhor, sabotou os planos do irmão, o rei D. João V. A hospitalidade de

²⁰⁰ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 12 de Novembro de 1727”, AAE, Offícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1591.

²⁰¹ “Cardeal Bentivoglio ao marquês de La Paz, Roma, 26 de Novembro de 1727”, AAE, Offícios da Embaixada, Leg. 290, f. 1650.

que beneficiou o príncipe português na corte de Espanha teve, afinal, um preço elevado para as ambições políticas portuguesas.

Em outro momento da vida do infante D. Manuel, quando foi ponderada a respectiva candidatura ao trono polaco, a inviabilização do plano tem sido atribuída a D. João V, monarca cioso em evitar encargos e compromissos.²⁰² Mais genericamente, a postura de neutralidade relativamente à sucessão da Polónia tem vindo a ser entendida por diferentes historiadores como um distanciamento do rei face aos compromissos europeus. É que, tanto o comércio colonial como a segurança das fronteiras portuguesas na Europa, prioridades da política diplomática joanina, não estavam aí implicadas²⁰³. Consequentemente, convém esboçar uma curta análise da situação europeia na mesma altura.

A França apoiou Estanislau Leszczyński na subida ao trono da Polónia, candidato que não reunia o consenso das potências vizinhas, acabando aliás por perturbar a ordem da sucessão estabelecida pela Casa de Áustria. As três potências aliadas, o Império, a Prússia e a Rússia, tinham, de facto, um interesse comum em agir contra tais ambições. Por sua vez, as leis do reino polaco estabeleciam o direito a uma livre eleição. Os aliados estabeleceram que o direito de escolha de um candidato deveria recair sobre quem não lançasse qualquer sombra, nem à própria “República”, nem aos vizinhos. Com base nesta máxima, o imperador e o rei da Prússia adoptaram a ideia de favorecer o infante D. Manuel para o trono polaco, ainda durante a vida do rei Augusto II. O imperador auxiliaria o infante a tornar-se rei da Polónia por se tratar de um “príncipe neutral”.²⁰⁴ A abertura das negociações foi proposta ao conde de Tarouca pelo conde de Loeuvenwolde, *Grande Ecuyer* da Czarina, quando este se encontrava em Viena. Uma convenção entre os ministros das três potências aliadas, chegou a ser

²⁰² Jorge Borges de Macedo, *Op. cit.*, p. 306.

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 249.

²⁰⁴ “A Joseph Patiño, Lisboa, 28 de Julho de 1733”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7171, f. 1v.

assinada, porém ficando por ratificar. Neste ponto se encontrava a negociação quando vagou o trono da Polónia, a 1 de Fevereiro de 1733. O rei de Portugal mostrou-se então disponível a envolver-se num plano visando resolver a questão sucessória daquele Estado.²⁰⁵ Em Julho do mesmo ano, D. João V remeteu ao conde de Tarouca o crédito de um milhão de libras destinadas a “promover e facilitar que recaia a favor de seu irmão o infante D. António a eleição de rei da Polónia, com a ordem ao dito ministro que em caso contrário volta a remeter o expressado crédito”²⁰⁶ Em lugar do infante D. Manuel, o rei de Portugal apoiava assim a candidatura do irmão D. António ao trono polaco,.

No entanto, o primeiro cuidado posto na operação foi o de sondar as opiniões na Polónia na expectativa de averiguar quais os partidos que se iriam formar. Para tal expediram-se ordens aos ministros das três potências que se encontravam nos reinos com maior influência sobre os assuntos da Polónia. Verificou-se então que três partidos se manifestavam. Um apoiava Estanislau e outro o Eleitor da Saxónia, ambos filhos de reis da Polónia. Por fim, um terceiro candidato defendendo um *Piaste in aequalitate constitutum*. O principal defensor do primeiro era o “Primado” que possuía a autoridade e o poder ligado à sua dignidade. O segundo era composto pela maioria dos bispos e favorecido pela Santa Sé. As mais ilustres famílias da Polónia e da Lituânia, com excepção dos príncipes Czartoryski, apoiavam o terceiro partido. Perante a situação, os que se opunham à dieta de convocação, tinham como ponto comum o princípio da exclusão de qualquer candidato estrangeiro. Em vários Palatinados foi efectivamente prestado juramento para assegurar em absoluto a rejeição. De modo que, o ministério russo considerou que as razões apresentadas em favor do infante português tinham sido inúteis. Sendo assim, não deveriam deixar criar mais expectativas, até por que a primeira preocupação do rei de Portugal deveria ser o *decorum* da sua estirpe. Sempre

²⁰⁵ “Memória para o conde de Tarouca. 1736”, HHS, Portugal, VIII/20, Lusitana, 7.1, f. 7.

²⁰⁶ “Marquês de Capecelatro a Joseph Patiño, Lisboa, 7 de Julho de 1733”, AGS, Leg. 7171.

as questões de carácter simbólico, a defesa intransigente do prestígio de uma monarquia a orientar a política diplomática neste período barroco.

Ao avaliarem a conjuntura política da Polónia, não pareceu aos aliados ser possível persistir nos esforços promovidos anteriormente em favor do infante português. As três coroas, o Império, a Prússia e a Rússia, passaram então a favorecer o Eleitor da Saxónia contra a pretensão francesa de fazer subir ao trono polaco Estanislau. Iniciada a Guerra da Sucessão da Polónia, foi proposto ao rei de Portugal que, em troca do seu apoio à causa do Imperador, daria este ao seu irmão a Córsega e a Sardenha.²⁰⁷ Perante promessas de concretização duvidosa, D. João V preferiu anunciar a sua neutralidade durante o conflito. Pelo exposto, vemos não existir um distanciamento face aos compromissos europeus. A candidatura do infante D. Manuel ao trono polaco foi de facto inviabilizada por D. João V, mas antes de mais pela própria política interna da Polónia. D. Manuel, dada a condição de estrangeiro, não foi considerado candidato elegível por qualquer partido numericamente relevante, ou tão só influente.

²⁰⁷ “A Joseph Patiño, Lisboa, 24 de Março de 1734”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7171, f. 2.

Capítulo II – Anatomia Geopolítica: a mudança de rumo

Se por algum motivo o corpo místico da República, tal como ainda era designada a estrutura política do Antigo Regime, sofresse de algum mal, havia que tentar conhecer a razão deste mal e encontrar o remédio político. Num panfleto que circulou nas vésperas de Portugal entrar na Guerra da Sucessão de Espanha, o seu autor defendia que a decisão do príncipe era soberana. Porém, não deveria dispensar a consulta do médico para aliviar o doente e fazê-lo tomar livremente os remédios prescritos.²⁰⁸ No que respeita à conservação ou à ruína dos Estados, o príncipe deveria instruir os súbditos sobre o que tinha a decidir, sendo uma obrigação da sua parte escutar muitos deles, antes de tomar qualquer decisão. É aqui defendida uma participação generalizada da população nos assuntos públicos. Deveriam ser ouvidos, por conseguinte, os três Estados que representavam o reino, entre os quais a Igreja considerada a cabeça do sistema contribuindo pelo conselho, a nobreza enquanto coração, agindo pelos empreendimentos, e os povos enquanto pés destinados a assumir os trabalhos penosos.²⁰⁹ Estas três partes eram igualmente necessárias para a manutenção da coesão do todo social como os distintos órgãos para a conservação do corpo humano. Essas entidades deveriam cooperar e tomar parte quer nos planos quer na sua execução. O príncipe deveria prudentemente preparar os súbditos para o que haeriam de sofrer durante a aplicação do remédio dispondo a diminuir o seu mal-estar. Por vezes, os remédios eram difíceis de tomar. Num escrito onde se discutia a conveniência de Portugal permanecer neutral durante a guerra, o seu autor considera ser mais nefasta a perda da cabeça da Monarquia do que a “perda de algumas partes das que

²⁰⁸ “Carta traduzida do português”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 422v.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, vol. 35, f. 423.

compoem o seu corpo mistico, porque estas ou se Restaurão, ou se substituem, ou se passa sem ellas, e a ruina da cabeça he de todo Estado.”²¹⁰ Antes de mais, Portugal deveria assumir como principal objectivo a preservação do Estado. Os domínios ultramarinos eram vistos como acessórios. Nesta perspectiva, as Índias Orientais poderiam ser recuperadas ou pelo menos substituídas pelo Brasil. Paralelamente, a uma preocupação pela conservação do Estado e da dinastia de Bragança, são estes “movimentos pendulares do império”²¹¹, na expressão de Leonor Freire Costa, a marcar a política externa portuguesa e a definir as alianças, sejam elas matrimoniais ou contratuais.

²¹⁰ “Proposta sobre Portugal se declarar e por que Nação, ou ficar Neutral. 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol.. 37 Suplemento. Portugal., f. 459.

²¹¹ Leonor Freire Costa, *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (séc. XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 64.

1 – Das Especiarias Indianas ao Ouro Brasileiro

Desde o século XVI que os interesses e as redes portuguesas se estendiam à escala planetária,²¹² fazendo circular gentes, mercadorias e capitais entre os espaços do império português, a Oriente e a Ocidente, com a África ocidental a funcionar como região complementar às Américas. Em 1622, devido à tentativa dos holandeses em ocupar Macau e a tomada de Ormuz pelos ingleses, o ano passou a simbolizar o início do declínio do império português. A perda gradual das possessões estratégicas no Índico²¹³ pusera em causa o senhorio “do comércio e da navegação” do rei de Portugal. Tal como notou José da Cunha Brochado a propósito desta derrocada, “é inútil alegar posse ou domínio, título ou precedência. A razão do mar cede à força e o domínio ao império.”²¹⁴ Os argumentos jurídicos de Serafim de Freitas não bastavam para anular o aumento da concorrência. O domínio da circulação no Estado da Índia foi passando progressivamente para as mãos de outras potências europeias. Em meados do século XVIII, o parecer de Jorge Macazaga, cônsul espanhol em Lisboa, ilustra bem o declínio português no Índico: “entre outros cuidados o que mais comprime agora a este governo é o da Índia que presentemente serve de pouca ou nenhuma utilidade; se bem que a memória da sua conquista (que se deu em tanta glória do rei D. Manuel, e aplauso da nação Lusitana) serve de estímulo para procurar a sua conservação e assim se trata de enviar gente autorizada em tudo no próximo mês, apesar da desconfiança de que chegue a tempo oportuno, a menos que o apóstolo do oriente faça algum milagre afim que não

²¹² Idem, *ibidem*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 32.

²¹³ Luís Ramalhosa Guerreiro, “O declínio português no Índico e a hegemonia holandesa (1596-1650)”, in Clio, Lisboa, *Centro de História da Universidade de Lisboa*, n. 10, 2004, pp. 111-134 e Michael Pearson, “Os portugueses e a violência no Oceano Índico: algumas reconsiderações”, in Oriente, 2005, pp. 11-23.

²¹⁴ “José da Cunha Brochado, 16 de Abril de 1702”, in José da Cunha Brochado, *Cartas...op.cit.*, p. 145.

se cerre a porta à predicação do evangelho.”²¹⁵ Em paralelo ao decréscimo da importância portuguesa no espaço asiático, um maior investimento político e económico do Portugal Restaurado nas Américas. Desta vez, com o objectivo claro de implementação e de domínio do espaço, pelo que foi adoptado um sistema de capitanias, transformand-o em economia de exportação.²¹⁶ Com a descoberta das primeiras minas de ouro na região de Minas Gerais, a partir de 1693, culmina uma longa saga à demanda do metal dourado, estimulada pela “sagrada sede de ouro”.²¹⁷ Toda uma sociedade passa a organizar-se em função da aquisição e do fluxo do ouro,²¹⁸ marcando incontornavelmente o reinado de D. João V: “O século de ouro de Portugal foi o del Rei D. Manuel, parece que prevenindo que El Rei D. João V e seu quinto neto, havia de ser quem só o excedesse.”²¹⁹

E assim, a política externa joanina, passou a promover uma imagem de opulência e de magnanimidade, sobretudo através das embaixadas enviadas a outras cortes europeias. A 18 de Agosto de 1715, o conde da Ribeira Grande, D. Luís Manuel da Câmara, fez com grande aparato a sua entrada pública em Paris. Apesar de ter chegado a esta corte no final de Outubro de 1714, “pella miudeza e grandeza da obra [coches] não foi possível tão cedo como o dito Sr. quizer.”²²⁰ Como era costume, deveria passar três dias no palácio dos embaixadores, o que obrigou o embaixador persa, Mehemet Reza Beg,²²¹ que o havia precedido, a sair no dia seguinte ao da sua

²¹⁵ “Jorge Macazaga ao marquês de la Quadra, Lisboa, 12 de Agosto 1738”, AGS, Leg. 7185.

²¹⁶ Leonor Freire Costa, *Op.cit.*, p. 43.

²¹⁷ Adam Smith, *An Inquiry into the Nature And Causes of the Wealth of Nations*, vol. IV, Londres, MetaLibri, 2007, p. 52.

²¹⁸ Ver Leonor Freire Costa e Maria Manuela Rocha, “Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII”, in *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 77-98; Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa, *A circulação do ouro do Brasil : o direito do 1%*, Lisboa, *Gabinete de História Económica e Social*, 2002.

²¹⁹ D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. IV, Coimbra, 1947, p. 284.

²²⁰ Alexandre de Gusmão, *Relaçam da entrada publica que fez em Paris aos 18 de Agosto de 1715 o E. Sr Dom Luiz da Câmara conde da Ribeyra Grande*, Paris, na Officina de Pedro Emery, 1715, p. [3].

²²¹ Mehemet Reza Beg é o embaixador do Xá da Pérsia, Hussein Mirza. Chegou a Paris a 26 de Janeiro. O barão de Breteuil conta nas suas memórias que a cerimónia de recepção acordada a Mehement Reza Beg

audiência de despedida, a 15 de Agosto. Segundo a regra, se o palácio dos embaixadores se encontrasse ocupado, a comitiva deveria pernoitar num outro. A insistência quanto a alojamento do embaixador português no dito palácio faz conjecturar que o rei francês dar as honras a esta embaixada ao mesmo tempo apressando por isso a retirada do embaixador persa.

O cortejo e recepção pública do embaixador tinha como objectivo solenizar a paz entre Portugal e a França assinada em 1713 e ainda exhibir ostensivamente o poder do reino português, renovado pelas riquezas provindas do Brasil, o “novo credito á nação Portuguesa.”²²².. A preparação do cortejo foi entregue aos melhores artistas e artesãos de Paris, durante quase um ano. Com efeito, o conde da Ribeira, segundo relata Saint-Simon, “fez em Paris a sua entrada com uma magnificência extraordinária.”²²³ Os coches do embaixador eram em número de cinco, três dos quais tinham um tema específico. O primeiro tinha sido revestido a ouro. A sumptuosidade do coche era tão singular que “o Sr. Embaixador o poz manifesto em sua caza para satisfazer à curiosidade de huma infinidade de pessoas que concorrem a vello, e admirallo.”²²⁴ O segundo coche celebrava a grandeza de Portugal. Ostentava um quadro com uma alegoria feminina da Lusitânia envolta em nuvens, a segurar uma medalha, onde aparecia o retrato do rei. No terceiro coche era bastante original porque contrário ao costume era em prata. Podiam ver-se crianças a recolher conchas, pedaços de coral, ouro, pérolas e outros produtos aludindo o comércio Oriental. Para mostrar a magnanimidade régia, foram cunhadas mais de duas centenas de medalhas de ouro e dez

foi uma comédia dando ao rei ocasião para o tirar da profunda tristeza que o atormentava havia muito tempo. (Cf. Baron de Breteuil, p. 97. Montesquieu escreve nas *Lettres Persanes* sobre este embaixador “Il parît ici un personnage, travesti en ambassadeur de Perse, qui se joue insolemment des deux plus grands rois du monde” (Montesquieu, *Lettres Persanes*, ed. de Jean Starobinski, Paris : Gallimard, 1991, p. 250)

²²² Ignacio Barbosa Machado, *Notícia da entrada publica que fez na Corte de Paris em 18 de Agosto de 1715. o Excellentissimo Senhor D. Luís Manoel da Câmara Conde da Ribeyra Grande...*, Lisboa, na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1716, p. 3.

²²³ Duque de Saint-Simon, *Mémoires de M. le Duc de Saint-Simon*, vol.IV, Paris, éditions Contrepoint, 1980, p. 882.

²²⁴ Alexandre de Gusmão, *Op. cit.*, p. 11.

mil de prata, com o objectivo de serem lançadas aos espectadores do cortejo. Numa fase, via-se o retrato de D. João V com a inscrição *Joannes v.d.g Portugalliae.Rex* e na outra estava gravada uma divisa sobre a paz de Utrecht agrupando dois ramos de oliveira entrelaçados e duas coroas com a inscrição *nectit.et.Firmat*. A concentração popular para apreciar o cortejo por vezes impediu o andamento, de modo que demorou cerca de cinco horas: “Houve o mayor concurso de gente, que se vio em muytos annos naquella Corte, sendo generoso motivo do mayor applauso as medalhas, que se lançavao ao povo.”²²⁵

A 8 de Julho de 1716 foi a vez do marquês de Fontes, D. Rodrigo Anes de Sá Meneses, realizar a sua entrada pública em Roma, num cortejo “tão majestoso e triunfal aparato”²²⁶, com mais de noventa prelados e “um número considerável de Cavaleiros Romanos e estrangeiros e de Gentis-Homens de Cardeais, Embaixadores e Príncipes, repartidos por mais de 300 coches”. O embaixador foi saudar o Papa Clemente XI, e apresentar-lhe as cartas régias com as notícias do nascimento do novo infante D. Carlos e sobre o envio de uma força naval portuguesa contra os turcos.²²⁷ Desde a residência do marquês de Fontes, na praça Colonna, até ao palácio do Quirinal, o conjunto dos coches do embaixador, exibiam alguns temas alusivos ao império. Um dos “monumentos alegóricos rolantes”, representava a Navegação e a Conquista. Esta última alegoria era, segundo disse Luca Chracas, “tão ilustrativa do valor da Nação Portuguesa”, na qual “sempre assistiram a justiça da causa e a Prudência dos chefes [...] pedras basilares para um contínuo e desejável Domínio.”²²⁸ Ao centro na parte dianteira do coche, via-se uma

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 11.

²²⁶ Luca António Chracas, *Ilustre Relato do Sumptuoso Trem de Coches com que foi à Audiência de Sua Santidade no dia 8 de Julho de 1716 o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, Marquês de Fontes...*, Roma, na Tipografia de Gio, 1716, in Bessone Silvana (coord.), *Embaixada do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI*, Lisboa, Museu Nacional dos Coches, 1996, p. 116.

²²⁷ Avelino de Freitas de Meneses, “A Diplomacia e as Relações Internacionais”, in *Nova História de Portugal*, pp. 185-187.

²²⁸ Luca António Chracas, *Op. cit.*, p. 88.

grande concha ornamentada com pérolas, corais e pedras preciosas com a intenção de “demonstrar não serem estas preciosas dádivas do Mar e da Terra a recompensa desejada pelos esforços de tão briosa Nação, mas tão-somente a glória.”²²⁹ Pretendia-se enaltecer os valores nobiliárquicos associados à conquista e à glória, em detrimento da cobiça e da ambição. Esta ideia é “corroborada pelo facto de não existir em todo o Reino um Único edifício construído a expensas das lautas substâncias que a avidez do Ocidente insaciavelmente sorve do Oriente.”²³⁰

Num outro coche viam-se duas figuras humanas, a de escravos “humildes e submissos”, simbolizando as nações bárbaras derrotadas. O Mouro e o Turco seminus e agrilhoados representavam “o glorioso triunfo dos portugueses sobre as subjugadas África e Ásia.” Explicou o folhetim que foi a infidelidade destes povos a impulsionar as “perigosas Navegações e as imortais Conquistas dos Reis Portugueses.” O espírito de cruzada e a missão evangelizadora aparecem no texto a justificar a conquista. A religião estava acima de todos os outros interesses em particular dos mais materiais. Um terceiro coche celebrava a passagem do Cabo da Boa Esperança e as actividades mercantis ultramarinas, de certo modo, entrando em contradição com a mensagem iconográfica dos coches anteriores que louvavam a conquista e a glória. Esta entrada pública foi efectuada já quando “nenhuma nação se acomodava à ideia de despende tanto dinheiro na economia de um so dia como Portugal despendeu.”²³¹ Para uns, “os luzimentos dos faustos” pretendiam “desmentir as sombras dos seus nascimentos, porque entendem que as suas riquezas lhes podem comunicar uma nova origem.”²³² D. João V pertencia à linhagem de Bragança, cuja Casa tinha uma recente memória no governo de um reino, o qual, por sua vez, havia-se desligado de uma das mais importantes monarquias católicas

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 91.

²³⁰ Idem, *ibidem*.

²³¹ D. António Caetano de Sousa, *Op. cit.*, vol VIII, p 51.

²³² Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Discursos Político-Morais*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 88.

europeias. Ora, nestas entradas públicas, o discurso apresentado pretendia estabelecer a continuidade da monarquia joanina com os reinados anteriores, nomeadamente o do rei D. Manuel I, associado às grandes viagens marítimas portuguesas.

O autor anónimo da *Profecia Política*, (1762) chegou a interrogar-se como era possível “um dos reinos mais pequenos da Europa, com um Continente e uma População inferior à de outros muitos Estados, dava a lei aos mais vastos governos.”²³³ A justificação para esta hegemonia, fundamentava-se no facto de Portugal ter adquirido “a chave do mais rico tesouro do Universo”, isto é, a posse do ouro do Brasil. Com este tesouro, Portugal fazia inclinar a balança dos sistemas políticos da Europa em seu favor.

Ao proclamarem nas diversas cortes católicas que a prosperidade de Portugal assentava na exploração das minas de ouro no Brasil, ao mesmo tempo retomam o velho problema moral da utilidade das riquezas. As riquezas em si não eram boas nem más, como lembra Francisco Rodrigues Lobo, “o bom ou o mau uso delas engrandece ou desacredita a quem as possui”.²³⁴ Igualmente estava em causa a questão da actividade mineira. No diálogo sobre os poderes do ouro e do interesse, Rodrigues Lobo escreve terem os soberanos, por cobiça, decidido “romper as entranhas da terra e chegar à vista do inferno por tirar ouro”,²³⁵ após “tão custosas diligências, saindo como parto de venenosa víbora.”²³⁶ As riquezas possuíam a propriedade das víboras, não só pelo veneno, que derramam, como também pelo estrago, que causam a quem as gera.²³⁷ Feliciano de Sousa Nunes acredita que talvez seja por isso que muitos tão facilmente se

²³³ *Profecia Política, Verificada en lo que està sucediendo à los Portugueses por su ciega aficion à los Ingleses*, Madrid, En la Imprenta de la Gaceta, 1762, p. 34.

²³⁴ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 132.

²³⁵ Idem, *ibidem*, p. 126.

²³⁶ Idem, *ibidem*, pp. 141-142.

²³⁷ Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Op. cit.*, p. 85.

encontram com o Inferno, quando procuram riquezas,²³⁸ pois os ricos ao penetrarem o centro da terra, vão buscar as suas riquezas à mesma região dos mortos.²³⁹

Ao ouro, nesta perspectiva ética, era associada a destruição e a ruína, porque “se lavra para ostentações e demasias da vaidade”.²⁴⁰ As riquezas eram vistas como “a origem das maiores desgraças e das mais fatais ruínas”²⁴¹ e a sua ostentação e excesso como um sinal de injustiça, sendo recordadas a este propósito as palavras de Aristóteles: “o rico ou é injusto, ou do injusto é herdeiro.”²⁴² Com as suas pompas aparatos e vaidades, o ouro explorava a luxúria e a arrogância, era fonte de sensualidade, estimulava a preguiça e entorpecia os sentidos. À ociosidade urbana alheada das artes e das manufacturas era, precisamente, apresentada como a causa principal da escassez de população em Portugal, segundo alertou Manuel Severim de Faria (1583-1655) nas *Noticias de Portugal, oferecidas a El-Rei Nosso Senhor D. João IV*. As doutrinas mercantilistas defendiam que nas reservas de ouro residia a riqueza das nações”.²⁴³ No entanto, a criação de riqueza e a conservação do Estado passavam pelo incentivo à agricultura e à indústria.²⁴⁴ A riqueza deveria ser fruto do próprio trabalho, em benefício próprio, visando o bem-estar pessoal. Uma premissa válida para o indivíduo como para o Estado. As riquezas proporcionadas pelas artes, pelas manufacturas e pelo comércio eram vistas como o pilar do poder civil.²⁴⁵ Este princípio, como vimos anteriormente em Hugo Grócio, atinge profundamente o sistema hierárquico fundado em valores nobiliárquicos. Ora, num império visto como um corpo místico, a cabeça do reino desempenhava a função de ditar aos outros membros do corpo, isto é, às suas diferentes parcelas, o que produzir, para em conjunto viverem em harmonia e de boa saúde: “en

²³⁸ Idem, *ibidem*, p. 83.

²³⁹ Idem, *ibidem*, p. 89.

²⁴⁰ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, pp. 141-142.

²⁴¹ Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Op. cit.*, p. 81.

²⁴² Idem, *ibidem*, p. 91.

²⁴³ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, pp. 141-142.

²⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 130.

²⁴⁵ *Profecia Politica...op.cit.*, p. 48.

fin, que es necesario en el orden general de las cosas, que algunas Naciones esten enteramente ociosas, mientras que otras trabajan, y que asi lo tiene ordenado la Providencia.”²⁴⁶ Neste quadro, impunha-se apenas cuidar do corpo e viver com moderação. O diplomata Duarte Ribeiro de Macedo deseja, em primeiro lugar, “a moderação no uso do vestir e nos adornos das casas, e que nos regulasse neles, não a abundância e vaidade, mas o concerto e a modéstia.”²⁴⁷ Era, portanto, necessário zelar pela temperança e a sobriedade, interditando o luxo. Alguns autores não se manifestam contra uma existência faustosa, desde que os artigos de luxo fossem produzidos no reino. Os bens sumptuários concorriam para debilitar a monarquia porque eram importados.²⁴⁸ Duarte Ribeiro de Macedo considera à boa maneira mercantilista que a circulação do dinheiro no reino, servia para alimentar o próprio reino, porém quando saía, fazia nele a mesma falta que o sangue faz no corpo humano. O “dinheiro dos Reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo de alimentar todas as partes dele; e para o alimentar anda em uma perpétua circulação, de sorte que não pára senão com a inteira ruína do corpo.”²⁴⁹ E nesta linha de pensamento que são promulgadas pragmáticas anti-sumptuárias com o objectivo de acabar com os excessos “nos trajes, vestidos, guarnições e outras cousas”, nomeadamente o uso de rendas, bordados, brocados e telas de ouro e prata. Feliciano de Sousa Nunes recorda uma antiquíssima receita: “E já o grande Licurgo o entendeu assim há muitos séculos, quando nas leis, que instituiu aos Espartanos, lhes proibiu o uso do ouro e da prata, como matéria originária de todas as maldades.”²⁵⁰ Por este motivo, após a Guerra da Sucessão de Espanha, quando o novo embaixador espanhol chegou a Lisboa, em 1716, ficou

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 51.

²⁴⁷ Duarte Ribeiro de Macedo, “Discurso sobre a introdução das artes no reino”, in *Portugal como Problema*, introd. e org. Pedro Calafate, Lisboa, Fundação Luso-Americana, Público, 2006, p. 113. Ver ainda Ana Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, pp. 307-341.

²⁴⁸ *Profecia Política...op.cit.*, p. 83.

²⁴⁹ Duarte Ribeiro de Macedo, “Discurso sobre a introdução das artes no reino...op. cit.”, p. 114.

²⁵⁰ Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Op. cit.*, p. 82.

surpreendido e com “notável estranheza” observou o grande fausto da nação portuguesa, traduzido na abundância de carroças e no vestuário e casas de grande aparato, “haviendose portado antes de aora com mucha moderacion observando rigorasamente las Leies dela Pragmática de Su Reyno.”²⁵¹ Estas leis pragmáticas, além de, numa certa perspectiva, promoverem a indústria, pretendiam normalizar certas práticas sociais e conter os gastos exorbitantes resultantes da aquisição de produtos sumptuários no exterior do reino. Na Pragmática de 1668, D. Pedro II sublinha no seu prólogo “estarem os meus Vassallos deste Reino tão atenuados de seus patrimónios, e com tanto empenho, que mal podem com suas rendas acudir ao precisamente necessário, quanto mais as supérfluas e escusadas novidades que se experimentam.” Jorge Macazaga, cônsul espanhol, denuncia o facto de toda uma população ter sido levada pela “sua inata vaidade” e gosto pelo luxo, apesar da escassez de caudais, acabando por fazer “figuras desproporcionadas”.²⁵² Esta era a causa, segundo ele, “de muitas más consequências na república.”²⁵³ E de facto, na sua perspectiva, parecia-lhe “indubitável que Portugal nunca se viu tão pobre, como neste presente reinado, apesar do ouro e diamantes da América tem subministrado.”²⁵⁴ Um parecer partilhado por outros que ficavam surpreendidos ao tomarem conhecimento da falta de dinheiro após tantos anos de paz, sem ter feito nenhuma despesa extraordinária: “Varias veces he oído preguntar, por qué teniendo Portugal tantos medios de ser poderoso, era el Reyno mas débil de Europa?”²⁵⁵

²⁵¹ “Marquês de Capecelatro ao marquês de Meforada, Lisboa, 6 de Abril de 1716”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7085, f. 1.

²⁵² “Jorge Macazaga ao marquês de la Quadra, Lisboa, 29 de Outubro de 1737”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7183.

²⁵³ “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 10 de Abril de 1742”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7190.

²⁵⁴ “Jorge Macazaga ao marquês de la Quadra, Lisboa, 29 de Outubro de 1737”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7183.

²⁵⁵ *Profecia Politica...op.cit.*, p. 16.

Era, portanto, uma “riqueza fingida”²⁵⁶ semelhante à do rei Midas, por o verdadeiramente necessário faltar a Portugal.²⁵⁷

Um dos motivos para explicar as contradições imputadas ao reino de Portugal, foi encontrado no facto da origem das riquezas de Portugal ser “má e viciada.”²⁵⁸ Muitas destas observações visavam directamente o rei, acusado de explorar o trabalho dos súbditos nas minas de ouro, onde muitos deles miseravelmente pereciam.²⁵⁹ Por causa do ouro se tinham feito abomináveis crimes no mundo e finalmente a ruína de todos os bens, dignos deste nome. O ouro era um veneno mortífero para a vida humana,²⁶⁰ pois “quem com a mais bárbara impiedade fez arder como troncos insensíveis tantos índios do México e Peru? Quem fez cortar seus corpos em açougues públicos para os cães? Quem, senão as riquezas?”²⁶¹ – pergunta Feliciano de Sousa Nunes. O autor da *Profecia Política* revela que “nas nossas ultimas guerras se pagou quase sempre com Prata do México as Tropas Francesas em Itália, e com Ouro do Brasil as do Duque de Sabóia e as Inglesas.”²⁶² As jazidas auríferas são a nova origem das calamidades humanas, por haver príncipes que na posse daquele metal obtiveram meios para comprar nações inteiras com o intuito de as destruir.²⁶³

Feliciano de Sousa Nunes entende ser a riqueza excessiva, a pobreza consumada porque tudo o que era excessivo produzia efeitos contrários.²⁶⁴ Este ponto de vista não está longe do que mais tarde formulou Adam Smith. Para este autor, a procura do ouro, projecto dispendioso e incerto, acabava por levar à bancarrota quem se ocupava desta actividade. Não havia maior ruína resultante da procura por novas minas de ouro e de

²⁵⁶ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 130.

²⁵⁷ *Profecia Política...op.cit.*, p. 33.

²⁵⁸ *Idem, ibidem*, p. 33.

²⁵⁹ Francisco Rodrigues Lobo, *Op. cit.*, p. 130.

²⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 145.

²⁶¹ Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Op. cit.*, p. 87.

²⁶² *Profecia Política...op.cit.*, p. 77.

²⁶³ *Idem, ibidem*.

²⁶⁴ Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Op. cit.*, p. 79.

prata, pois, acabava invariavelmente por absorver quer o capital quer o lucro.²⁶⁵ Mais recentemente, Stanley Stein e Barbara Stein, num estudo sobre as complexa interacção entre a América, a Espanha e a Europa entre 1500 e 1750, concluíram que o tesouro americano além de financiar as lutas políticas e militares europeias, provocou efeitos contrários na Espanha imperial, acabando por impedir a sua modernização.²⁶⁶

No que diz respeito ao caso português, o diplomata Alexandre de Gusmão revela terem sido as minas de ouro que acabaram por arruinar e empobrecer os portugueses. Por terem feito mau uso, acabaram por ser instrumento do seu dano.²⁶⁷ Denuncia ainda o facto de Portugal estar a perder a moeda, “pela muita que dele [ouro] se extrai: e como se não aplica remédio a este mal, o vai conduzindo para a pobreza, e por consequência para a ruína, que já vai conhecendo através do seu luxo.”²⁶⁸

Se já tínhamos visto que se o comércio sumptuário das Índias Orientais havia sido considerado como a causa do “espírito doente da nação portuguesa”,²⁶⁹ com o ouro brasileiro as acusações sobre a riqueza injusta persistem, dando continuidade à lenda negra sobre o povo português. Segundo ela, a “tirania, a avareza, e os vícios dos seus governadores soberbos”, tornaram este povo “tão ridículo como D. Quixote, sem ser tão bravos, tão virtuosos e mesmo tão sagazes como este herói da Mancha.”²⁷⁰

²⁶⁵ Adam Smith, *Op. cit.*, p. 53.

²⁶⁶ Cf. Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, *Plata, Comercio y Guerra. España y América en la formación de la Europa Moderna*, Barcelona, Crítica, 2000.

²⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 148.

²⁶⁸ “Alexandre de Gusmão, Cálculo sobre a perda do dinheiro...*op.cit.*, pp. 146-147.

²⁶⁹ “Memória sobre o comércio de Portugal feita no mês de Janeiro de 1737”, AN, Correspondência Consular, B/III/385, fol. 29.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*.

2 – Pactos Familiares e Fidelidades Contratuais

Na sociedade dos príncipes, como referiu Lucien Bély, as relações familiares e pessoais de uma Casa real condicionavam as relações internacionais.²⁷¹ No seio da Cristandade, as suas vidas e relações familiares eram assunto de Estado. Uma crise de sucessão poderia significar a guerra e um casamento favorecer a reconciliação. O papel da mulher era, por isso, de extrema relevância na medida em que assegurava a continuidade da Casa e o futuro da monarquia. As alianças familiares eram consideradas a melhor forma de união entre dois Estados. D. Luís da Cunha expressa esta ideia com clareza: “segurarmonos por todas as partes com estas Allianças de parentesco, enquanto as outras não são sólidas, nem o podemos fazer com as Armas.”²⁷² Por esta razão, para a época moderna, o estudo da família, das suas regras e hierarquias, é uma matéria crucial para a compreensão das relações entre os Estados. A cumplicidade decorrente dos laços de parentesco reflecte-se na forma de tratamento dos assuntos de Estado: “a perspectiva de casar o Príncipe [D. João] com uma filha do Imperador persiste sempre, sobretudo no espírito da rainha de Portugal, foi ela que teve esta ideia. Primeiro ela apresentou-a ao Rei seu Marido de maneira que ainda não existe nenhuma proposição séria a este respeito. A rainha de Portugal [D. Maria Sofia de Neuburgo] escreve algumas vezes à Imperatriz [Eleonora de Neuburgo], não com uma abordagem de Estado, mas naturalmente como usualmente as pessoas próximas propõem as alianças entre os seus filhos.”²⁷³ A escolha dos cônjuges dos príncipes imunha grande ponderação. Quanto mais ilustre era a nobreza de nascimento do cônjuge, maior seria a honra, adquirindo

²⁷¹ Lucien Bély, *La Société des Princes: XVIe-XVIIIe*, Paris, Fayard, 1999.

²⁷² “D. Luís da Cunha, Madrid, 16 de Janeiro de 1720”, IANTT, MNE, Liv. 789, f. 367.

²⁷³ “Presidente Rouillé, Lisboa, 9 de Dezembro de 1698”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 267.

uma sua Casa real maior legitimidade para governar. Na Europa católica, os laços de parentesco estabelecidos com o Império, com a França ou com a Espanha garantiriam o imediato reconhecimento internacional à Casa de Bragança –refere um diplomata– “viraram-se para a casa de Neuburgo apenas por causa da sua aliança com o imperador, acreditando ser cunhado do imperador o título mais honrado que poderia ter o rei de Portugal.”²⁷⁴ Nesta sociedade dos príncipes, vista como uma grande família, havia que considerar a hierarquia dos parentescos. Por exemplo, em 1724, face à proposta de casamento do duque de Bourbon com a infanta D. Francisca, irmã de D. João V, um grande impedimento a fazia inviável: “não ignorarem os siumes de grandeza em que sempre os Portugueses vivem e vivrão com os Castelhanos e assim haveria muitos que alem dos inconvenientes já apontados, terão por hum *obstaculo insurmontavel* que huma *Infante de Portugal viesse a beijar a mão de huma Infante de Castella*.”²⁷⁵ Era, portanto, considerada uma impossibilidade para a infanta D. Francisca inclinar-se diante da jovem princesa D. Mariana Vitória, casada com Luís XV. Maria Ana de Bourbon, princesa de Conti,²⁷⁶ assegurou a D. Luís da Cunha que seria inútil este escrúpulo por não vir a suceder este caso. A corte de França mostrava urgência na sucessão ao trono, por recear pela saúde do rei. Se Luís XV morresse sem herdeiro, temia-se que Filipe V ignorasse o tratado de Utrecht e reclamasse o seu direito ao trono francês. No caso de tal não se verificar, o trono passaria para Luís I, o novo duque de Orleães, filho do falecido Regente. A Casa de Orleães e a Casa de Conde sendo rivais, este evento significaria o exílio político de Luís III de Bourbon-Condé, *Monsieur le Duc*. E de facto, D. Luís da Cunha dispõe de informação quanto ao matrimónio de Luís XV com a infanta de Castela, D. Mariana Vitória e considera que o mesmo não decorre propriamente do

²⁷⁴ “Memória relativa a Portugal”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 49v.

²⁷⁵ “D. Luís da Cunha, Madrid 16 de Janeiro de 1720”, IANTT, MNE, Liv. 789, f. 159. [itálico nosso]

²⁷⁶ Maria Ana de Bourbon (1666-1739), Mademoiselle de Blois, filha ilegítima de Luís XIV e de Luísa de La Vallière. Casou-se com Luís Armando de Bourbon, Príncipe de Conti.

interesse do Estado francês, mas tão somente de “huma conveniência particular do Duque de Orleães”, ou seja, por estratégias dinásticas: “fortificando o seu partido com semelhantes Allianças e retardando a successão d’El Rey Christianissimo casando-o com a Infante de Castella esperava que o tempo e os accidentes lhe abrissem a porta a poder succeder na Coroa.”²⁷⁷ Ora, em 10 de Janeiro de 1724, Filipe V abdicou em favor do seu filho, o príncipe das Astúrias, que se tornou Luís I de Espanha, casado com Mademoiselle de Montpensier,²⁷⁸ filha do Regente. Este reinado foi breve, já que em 31 de Agosto do mesmo ano, o jovem rei morreu de varíola, subindo Filipe V novamente ao trono. A combinação imaginada em 1721 pelo abade Dubois e por Filipe de Orleães parecia agora desarticulada.²⁷⁹ O regresso da rainha viúva inspirou a possibilidade de devolução da infanta espanhola.

A perspectiva da anulação da aliança franco-espanhola, fez surgir diversos interesses e planos de casamento a que a casa real portuguesa não foi alheia. Luísa Francisca de Bourbon²⁸⁰, mãe do duque de Bourbon e Maria Ana de Bourbon, princesa de Conti, projectavam o casamento da infanta D. Maria Bárbara com Luís XV e o da infanta D. Francisca com o duque de Bourbon. Estes casamentos rompiam as aspirações do duque de Orleães. E isto sem escandalizar a corte de Madrid.²⁸¹ Segundo este plano, o príncipe do Brasil ficaria com a infanta de Espanha, a princesa devolvida. Contudo, esta pretensão encontrava várias dificuldades. O duque de Orleães temendo que estes casamentos dessem grande apoio e maior crédito ao duque de Bourbon para se sustentar

²⁷⁷ “D. Luís da Cunha, Paris 10 de Julho de 1724, IANTT, MNE, Liv. 793, f. 349.

²⁷⁸ Luísa Isabel de Orleães (1709-1742), filha de Filipe de Orleães e de Francisca Maria de Bourbon. Casou com Luís, príncipe das Astúrias a 20 de Janeiro de 1722. Regressou a França depois da morte do seu marido.

²⁷⁹ Michel Antoine, *Louis XV*, Paris, Fayard, 1989, p. 151.

²⁸⁰ Luísa Francisca de Bourbon (1673-1743), Mademoiselle de Nantes, filha de Luís XIV e de Madame de Montespan, casada com Luís III de Bourbon-Condé, o duque de Bourbon (1668-1710). Foi mãe de Luís Henrique de Boubon (1692-1740), príncipe de Condé e primeiro-ministro de Luís XV (1723-1726).

²⁸¹ “D. Luís da Cunha, Paris, 28 de Fevereiro de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f. 103.

no governo, uniu-se ao cardeal de Fleury,²⁸² ao duque de Maine e ao conde de Toulouse,²⁸³ com o intuito de viabilizarem o casamento de Luís XV com uma princesa de Lorena. Madame de Prie²⁸⁴ também se opunha à aliança real luso-francesa, pois facilitava o matrimónio do duque de Bourbon e deste modo “perderia o império que nelle tem [no duque de Bourbon].”²⁸⁵

A Casa de Bourbon, em oposição à Casa de Orleães, estava empenhada em fazer todo o possível para que o duque se tornasse tio do rei e da rainha de França. Se, por qualquer motivo, este plano viesse a falhar, e Luís XV, estabelecesse aliança com a princesa Ana Carlota de Lorena,²⁸⁶ tinham planeado o casamento do duque de Bourbon com a irmã desta última, a princesa Isabel Teresa de Lorena.²⁸⁷ Nesta hipótese, já não importaria que a rainha fosse prima direita do duque de Orleães, se o duque de Bourbons fosse cunhado de “Sua Majestade Christianíssima”.²⁸⁸ O casamento na Casa de Lorena inviabilizava, contudo, os meios de França poder contentar os reis Católicos, ao contrário do que se poderia efectuar com a Casa de Portugal. Este casamento era tido pelos Bourbons como o mais vantajoso por o duque vir a tornar-se tio do rei de França, podendo, por esta via perpetuar o seu governo.²⁸⁹ O casamento do duque de Bourbon com a infanta D. Francisca era visto como necessário para que houvesse pronta sucessão, de forma a levar o duque de Orleães a perder a qualidade de imediato sucessor

²⁸² Cardeal André Hercule de Fleury (1653-1743), conhecido por M. de Fréjus. Em 1 de Abril de 1716 foi nomeado pelo duque de Orleães, regente do reino, como tutor do jovem Luís XV. Mais tarde, substituiu o duque de Bourbon enquanto primeiro-ministro (1726-1743).

²⁸³ Luís Alexandre de Bourbon, conde de Toulouse (1678-1737), filho de Luís XIV e da sua amante Madame de Montespan. Desde o seu nascimento que ficou ao cuidado de Francisca Maria de Bourbon, futura duquesa de Orleães.

²⁸⁴ Jeanne Agnès Berthelot de Pléneuf, marquesa de Prie (1698-1727), foi amante do duque de Bourbon e uma das responsáveis pelo casamento de Luís XV com a princesa polaca, Marie Leszczyńska.

²⁸⁵ “D. Luís da Cunha, Paris, 12 de Maio de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f. 240.

²⁸⁶ Ana Carlota de Lorena (1714-1773), filha de Leopoldo, duque de Lorena e de Isabel Carlota de Orleães. A sua mãe era sobrinha de Luís XIV e irmã de Filipe de Orleães, Regente de França na menoridade de Luís XV.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, f.242. Isabel Teresa de Lorena (1711-1741) casou-se depois com Carlos Manuel III de Sabóia, rei da Sardenha e do Piemonte (1701-1773).

²⁸⁸ Idem, *ibidem*, f.243.

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, f.251.

ao cargo de primeiro-ministro.²⁹⁰ A duquesa de Bourbon convenceu o filho a encarregar o abade de Livry das negociações relativas a estes casamentos,²⁹¹ apesar de achar que este abade não era a pessoa certa para o negócio porquanto era um fiel servidor de madame de Prie. Antes de esta se casar, o irmão do abade Livry, Louis II Sanguin, marquês de Livry, havia sido o seu primeiro pretendente e desde então conservavam uma firme amizade.

Após chegar a Lisboa, o abade de Livry deveria remeter a informação ao duque de Bourbon sobre a saúde das infantas e sobre a veracidade quanto à esterilidade das portuguesas em geral.²⁹² Corria o rumor de que as mulheres portuguesas deixavam de ser fecundas a partir dos vinte e cinco anos. A possível esterilidade de D. Francisca já havia contribuído para romper as negociações na altura em que se negociou o matrimónio com Carlos Manuel III de Sabóia (1701-1773), príncipe de Piemonte e futuro rei da Sardenha.²⁹³ Esta princesa também se encontrava na lista de possíveis candidatas para Luís XV apresentada numa sessão do conselho de 31 de Março de 1725. A rejeição foi justificada por ser “de uma nação pouco fecunda e de uma família que parece não ser saudável”.²⁹⁴ A duquesa de Bourbon, a princesa de Conti, o conde de Osmont e o abade de Pinjon, disseram a D. Luís da Cunha que era essencial “destruir o ruído que se fizera correr da incomodidade da Senhora Infanta.”²⁹⁵ O embaixador sugeriu que fosse enviada junto do duque de Bourbon uma pessoa da sua confiança, para que terminassem as suspeitas largamente exploradas por madame de Prie.

²⁹⁰ “D. Luís da Cunha, Paris, 10 de Abril de 1724 de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f.174.

²⁹¹ “D. Luís da Cunha, Paris, 27 de Março de 1724, MNE, Livro 793, f. 137.

²⁹² “D. Luís da Cunha, Paris, 12 de Maio de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f. 241.

²⁹³ O abade de Mornay ao marechal d’Huxelles que “o seu excesso de peso faz temer que não terá filhos” (“Abade de Mornay ao marechal d’Huxelles, Lisboa, 30 de Abril de 1715”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 48, f. 149v.

²⁹⁴ Citado por Michel Antoine, *Louis XV*, Paris, Fayard, 1989, p. 153.

²⁹⁵ “D. Luís da Cunha, Paris, 12 de Maio de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f. 245.

Em Paris, na despedida do abade de Livry, D. Luís da Cunha pediu-lhe como amigo que, nos diversos assuntos que houvesse de tratar, se esquecesse da desproporção existente entre as forças da França e de Portugal e somente se lembrasse das interesses comuns que poderia haver entre as duas coroas.²⁹⁶ Naquela noite, D. Luís da Cunha entregou cinquenta luíses novos e confraternizaram bebendo à saúde dos noivos.²⁹⁷ Apesar de o diplomata português pensar que os consórcios régios eram um dos pontos das instruções secretas dadas ao abade de Livry, o cônsul De Montagnac num dos seus ofícios informa estarem os portugueses na ilusão de que a viagem do embaixador de Livry a Lisboa tinha como objectivo tratar dos casamentos do rei de França com a princesa D. Maria Bárbara, da infanta-rainha, D. Mariana, com o príncipe do Brasil e do duque de Bourbon com a infanta D. Francisca.²⁹⁸

Encerrada a controvérsia a propósito do cerimonial entre o embaixador francês e o secretário de Estado, à qual nos referimos anteriormente, D. Luís da Cunha não duvidava de terem o abade de Livry e madame de Prie planeado usar do primeiro pretexto que surgisse, a fim de entravar a negociação dos casamentos das infantas D. Maria Bárbara e D. Francisca na corte francesa.²⁹⁹ E assim, de um momento para o outro, as negociações, em vista a estreitar a aliança entre Portugal e a França, viram-se goradas. O posterior corte de relações de Portugal com França, foi afinal, em grande medida, o resultado de um intensa disputa entre as Casas de Bourbon e de Orleães com vista ao estreitamento dos laços familiares com Luís XV através do seu novo casamento. Estas negociações, testemunhadas por D. Luís da Cunha, contradizem, no entanto, a ideia de que a Guerra da Sucessão de Espanha consolidou a aliança inglesa

²⁹⁶ “D. Luís da Cunha, Paris, 19 de Abril de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f.187.

²⁹⁷ No encontro foi igualmente apalavrado o casamento do conde de Osmont com uma parente de D. Luís da Cunha que iria com a infanta D. Francisca. “D. Luís da Cunha, Paris, 12 de Maio de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, f. 244.

²⁹⁸ “De Montagnac a De Morville, Lisboa, 20 de Junho de 1724”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 60, f. 109.

²⁹⁹ “D. Luís da Cunha, Paris, 24 de Outubro de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, fl. 536.

em Portugal. Pouco tempo depois do final da guerra, se projectava uma aliança com a França vinculada por um triplo casamento.

Após o desaire diplomático, iniciaram-se os planos para consorciar os príncipes portugueses e espanhóis. D. Luís da Cunha já havia valorizado a proximidade cultural entre ambas nações: “a primeira nobreza de Espanha deseja ardentemente que o Principe de Astúrias case com a Sra Infante, [...] com intento de se livrarem de outra Raynha Estrangeira, porque suppoem que sendo Portuguesa, fallando quasi a mesma língua, sendo criada com as mesmas ethiquetas, e tendo pouco mais ou menos os mesmos costumes, repporia o Palácio no antigo methodo.”³⁰⁰ Ainda no início das negociações para o duplo casamento luso-espanhol, Filipe V e Carlos VI assinaram, em 1725, o tratado de Viena. Segundo o acordo, o imperador renunciava ao trono espanhol ao mesmo tempo que Filipe V renunciava aos territórios do Império em Itália e nos Países Baixos. Estabelecia igualmente a defesa mútua, pactuando ainda a colaboração entre ambos para restituir as praças de Gibraltar e Mahón à coroa espanhola, que pela paz de Utrecht, ficaram sob tutela britânica.

A corte de Madrid deixa bem claro que os recíprocos tratados de casamento se ajustariam somente se fosse igualmente assinado o tratado de aliança defensiva e ofensiva entre ambas majestades e o Imperador.³⁰¹ O tratado de aliança deveria se considerado como parte essencial do de casamento. Pela aliança ofensiva e defensiva, ambos reis deveriam considerar comuns os interesses e os inimigos. No caso de rompimento de uma guerra, entre um qualquer príncipe e o rei Católico ficaria nulo o que havia sido anteriormente estipulado entre Portugal e as demais potências. Pois fazer a guerra a Espanha era o mesmo que fazê-la a Portugal, por força dos novos tratados: “se um dos soberanos fosse atacado ou declarasse guerra, isso obrigava o outro; o

³⁰⁰ “Breve informação para o Sr António Guedes Pereira (1720)”, IANTT, MNE, Liv. 789, f. 642.

³⁰¹ “Juan Baptista de Orendayn ao marquês de Capecehatro, Madrid, 27 dez 1726”, AGS, Leg. 7138.

soberano católico ofereceria igual numero de tropas, navios e fragatas que o rei de Portugal; daria até maior auxílio do que o que ficasse estipulado, se tal se tornasse necessário, mas sem que a isso ficasse obrigado”. Vemos, portanto, que esta aliança defensiva e ofensiva pretendia terminar com a aliança anglo-portuguesa. As opiniões em Portugal dividiram-se. Cunha Brochado via na Liga uma maneira de os portugueses se libertarem da tutela inglesa. O cardeal da Cunha era de igual opinião que esta aliança e Liga poderia desempenhar um papel relevante na conservação do Estado. Diogo de Mendonça envia instruções para que antes de se efectuar qualquer compromisso, haveria que ajustar em primeiro lugar os assuntos pendentes com a coroa espanhola desde o tratado de Utrecht. Além disso, esta Liga não deveria pôr em causa os tratados anteriormente assinados com a Grã-Bretanha. Finalmente, a aliança teria de ser restrita ao “continente de Espanha”. Não seria conveniente à coroa portuguesa ter de socorrer os espanhóis em Itália ou em qualquer outra parte da Europa. A Liga poderia, no entanto, ser extensiva aos domínios que ambas nações possuíam na América e ainda nas “Índias Orientais e Ocidentais e África”. As negociações encetadas num primeiro momento na corte de Madrid, foram deslocadas para Viena, após o imperador convidar Portugal a aderir à Tríplice Aliança. Apesar de se aceitar a proposta para as conferências de Viena, Diogo de Mendonça recomenda o conde de Tarouca, enviado na corte austríaca, a arrastar quanto possível as negociações, “a fim de evitar que Portugal entre nela, mas de modo que os outros negociadores não percebam.” D. João V entretinha a corte espanhola e austríaca com inúmeras dilações, confiante de que não chegaria tão depressa o caso de rompimento e induzido pelas vantagens que ganhava com a convenção dos mencionados recíprocos casamentos.³⁰²

³⁰² “Marquês de Capecelatro ao marquês de la Paz Lx 7 jan 1727”, AGS, Leg. 7138.

Em resposta ao tratado de Viena, formou-se a Liga de Hanôver, em 3 de Setembro de 1725, entre a Grã-Bretanha, a França e a Prússia. No ano seguinte, aderiram a esta Liga as Províncias Unidas e, em 1727, juntaram-se-lhes a Suécia e a Dinamarca. O rei Jorge I escreveu do seu punho ao soberano de Portugal, solicitando-lhe que entrasse na liga hanoveriana, ou pelo menos concedesse a permissão de entrada na barra do Tejo de uma esquadra composta no máximo por doze navios de guerra.³⁰³ O enviado britânico em Lisboa obteve a resposta negativa a ambos pedidos. Portugal alegou não poder absolutamente aderir à primeira solicitação, e em relação à segunda só poderia consentir até o número de seis navios, atribuído às nações estrangeiras. Isto, para não dar motivos de queixa às outras nações, tanto mais estando em boa harmonia com os vizinhos espanhóis. Por sua vez, estes pediram para o conde de Tarouca negociar o tratado entre o rei Católico, o Imperador e a majestade portuguesa. O marquês de Capecelatro foi informado de que de nenhum modo sairiam da neutralidade, devido à desprevenção das praças marítimas do reino e demais conquistas, à escassez de dinheiro e diminuição de tropas, como também pela falta de uma força naval para protecção das suas frotas, além da pacífica inclinação do seu soberano.³⁰⁴

Com a perspectiva de abertura de um congresso de paz geral, o governo português queria garantir a sua participação por haver prometido a adesão ao partido da Liga de Viena, tanto pela ratificação dos recíprocos casamentos, como pelas mais diversas dependências existentes entre as coroas luso-espanholas. O governo espanhol reconhece, no entanto, “a pouca, ou nenhuma sinceridade deste governo sobre o cumprimento das suas promessas e consequentemente poderá com facilidade deixar desvanecidas as suas ideias.”³⁰⁵ O “pacto familiar” entre Portugal e Espanha por ocasião

³⁰³ “Marquês de Capecelatro ao duque de Riparda, Lisboa, 26 Março 1726”, AGS, Leg. 7138.

³⁰⁴ “Marquês de Capecelatro ao marquês de la Paz, Lisboa, 27 de Agosto de 1726”, AGS, Leg. 7138.

³⁰⁵ “Marquês de Capecelatro ao marquês de la Paz, Lisboa, 28 Março 1727”, AGS, Leg. 7138.

do duplo casamento entre D. José, príncipe do Brasil e herdeiro do trono de Portugal, e a infanta D. Mariana Vitória e o príncipe das Astúrias e D. Maria Bárbara não resultou em nenhuma aliança defensiva e ofensiva. Na perspectiva portuguesa, a união não era contra ninguém, nenhum inimigo comum, mas somente em favor das coroas ibéricas. Esta era uma dinâmica diplomática diferente à dos pactos de Família assinados entre a Espanha e a França durante as guerras da Sucessão da Polónia (7 de Novembro de 1733), da Sucessão Austríaca (25 de Outubro de 1743), bem como da Guerra dos Sete Anos (5 de Agosto de 1743). A Espanha tinha visto no casamento dos Príncipes uma aliança para fazer a guerra à Inglaterra, despoletada pela questão de Gibraltar, enquanto Portugal via na aliança um caminho para a paz.

Em consequência do casamento luso-espanhol, a subida ao trono de Fernando VI, em Julho de 1746, corresponde a um período de apaziguamento político-militar em toda a península ibérica. O novo rei de Espanha adoptou a mesma política de neutralidade de D. João V.³⁰⁶ A sua admiração por este príncipe foi assim invocada nestas palavras: “Observamos na conduta do rei D. João 5º nosso sogro (o maior dos reis de Portugal depois da sua separação sem competência) que seu grande saber e larga experiência pensava diferente de seus antecessores pois nos distúrbios de seu tempo, sempre se comportou maduramente, e não deu passos de encano, senão nos que cria preciso ao seu decoro e nos demais se prestava eficazmente ao sossego. E que nas ocasiões que seus antecessores desejariam, esteve quieto sem ceder a sugestões que não pudessem deixar de fazer os Aliados de seu apoio, empenhados em guerras contra os nossos Reinos, desejando amizade de bons vizinhos e vencer com sábia moderação todo encano deste reino. Tudo isto considerado nos moveu a seguir este sistema, arbitrando com solidez, e para isso deixando todas as agressões que inquietaram noutros

³⁰⁶ Ver Juan Molina Cortón, *Reformismo y Neutralidad. José de Carvajal y la Diplomacia de la España Preilustrada*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2003. E ainda José Luís Gomez Urdáñez, *El proyecto reformista de Ensenada*, Lleida, Milénio, 1996.

tempos”³⁰⁷ A influência da política de neutralidade portuguesa em Espanha fica bem patente. Porém, esta durou apenas durante o reinado de Fernando VI que terminou em 1759. Foi, por conseguinte, uma experiência de escassa duração. Este rei também não deixou descendência. A ausência de sucessão significa, na época moderna, uma esterilidade política. Apesar de tudo, ainda que uma experiência efémera, fica demonstrado a potencial capacidade de expansão da política da neutralidade a outras cortes. Contudo, as regras do sistema internacional estavam a mudar consideravelmente e os Estados procuravam agora seguir as “máximas fundamentais da utilidade” e menos “a regra dos parentescos nos príncipes.”³⁰⁸ Neste sistema, as alianças que os casamentos conduziam já não diziam ordem às confederações.³⁰⁹

³⁰⁷ “Instrução ao duque de Sotomaior. 1746”, AGS, Leg. 7239.

³⁰⁸ “Instrução ao marquês de la Cândia. 1743”, AGS, Leg. 7192.

³⁰⁹ “Luís da cunha, Londres 15 de Fevereiro de 1700”, IANTT, MNE, Liv. 776, f. 14.

Epílogo - O Castigo Divino

Naquela funesta manhã do 1º de Novembro de 1755, ao passar pelas ruínas das principais ruas da cidade de Lisboa, um sobrevivente do terrível terramoto, de nação inglesa, sentenciou incrédulo: “Acredito que tão completa destruição dificilmente terá acontecido em outro lugar na Terra, desde o derrube de *Sodoma e Gomorra*.”³¹⁰ Por entre gemidos, gritaria e temores exacerbados de multidões em choque, a morte tornou-se uma realidade presente por toda a parte³¹¹. Uma calamidade tão devastadora que não é fácil de descrever. Cada vez que a terra tremia, a população atirava-se de joelhos para o chão clamando “Misericórdia! nas mais lúgubres entoações imagináveis”, regista o mesmo transeunte britânico ³¹². Reiteradas súplicas e vociferadas orações eram proferidas por quem temia ter chegado o dia do juízo. Um cenário de terror em que milhares de habitantes pereciam soterrados sob as ruínas de um “lugar que foi, mas já não é Lisboa.” ou então por afogamento, submersas pelas ondas gigantes que inundaram a terra, ou abrasadas pelo fogo dos incêndios. E em outros casos sofrendo, sucessivamente, as três espécies de tormento³¹³

Aquele fatal dia de Todos os Santos, suscitou a reflexão sobre as causas de tamanho desastre. O que teria unido aquelas pessoas num mesmo destino, naquela cidade e naquela hora ? Seria um acidente com causas naturais ou a implacável mão de Deus? Terão sido, todas essas vítimas, de alguma forma, responsáveis pelo que lhes acontecera? O Padre Gabriel de Malagrida (1689-1761) no *Juízo da Verdadeira causa*

³¹⁰ « An account of the late dreadful earthquake and fire, which destroyed the City of Lisbon », in Judite Nozes, *The British earthquake of 1755: some British eye-witness accounts*, Lisbon, The British Historical Society of Portugal, 1987, p. 27.

³¹¹ « An account of what happened to Mr. Thomas Chase, at Lisbon, in the great Earthquake », in Idem, *ibidem*, p. 56.

³¹² Idem, *ibidem*, p. 46.

³¹³ « A particular account of the late, dreadful earthquake at Lisbon », in Idem, *ibidem*, p. 92.

do Terramoto (1756) atribuiu aos “nossos intoleráveis peccados”³¹⁴ a responsabilidade pela tragédia. Eram as violações da lei divina os “inimigos mais perversos e perniciosos” que “maquinao ruínas, e tragédias as mais funestas, e deploráveis”³¹⁵ à Monarquia. O jesuíta considera, pois, o pecado como a origem de todas as calamidades padecidas pelos homens. Tendo sido sublinhada, os pecados de um “povo mais duro, e rude nos seus vícios”³¹⁶, responsáveis pelo “horroroso cadáver que contemplamos”. O cadáver de uma corte, antes da catástrofe, vista como a mais opulenta do Mundo, “tão rica, tão bella, tão florecente, debaixo do suave, e pacífico Imperio de hum Rey Pio, e Fidelíssimo, que podia causar inveja às mais opulentas Corte de todo o Mundo”. Por causa dos “fatais oppostos da felicidade publica”, a corte, “Rainha das da Europa”, tornou-se num “assombro de misérias”. Malagrida atribui ao excesso de delitos e iniquidades cometidos por uma população de servos rebeldes e contumazes, a causa de tão colossal castigo, condenando o reino à inevitável decadência. Entre os actos pecaminosos causadores da perdição da cidade, refere, explicitamente, a popularidade dos divertimentos profanos: “Os theatros, as musicas, as danças mais immodestas, as comedias as mais obscenas, os divertimentos, as assistências aos touros, sendo tanto o concurso, que enchiaõ as praças, e as ruas todas.” Malagrida não escondia a sua decepção por ver que estes espectáculos profanos, as casas de jogo e “de conversa” eram tão frequentados, mesmo por “pessoas mais insignes em sciencia, eloquencia, e virtude”³¹⁷, ao passo que as igrejas permaneciam esvaziadas mesmo nas festas sagradas, em que nem sequer “hum alma!” estava presente. Uma displicência semelhante ao exemplo bíblico de Nadab e Abihu, filhos de Aarão, que não demonstraram o devido respeito perante Deus: “contemplaram a Deus, comeram e beberam (Exod. 24.11) e

³¹⁴ Gabriel Malagrida, *Juizo da verdadeira causa do Terramoto, que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755, Lisboa, Na Off. De Manoel Soares, 1756*, p. 4.

³¹⁵ Idem, *ibidem*, p. [3].

³¹⁶ Idem, *ibidem*, 1756, p. 12.

³¹⁷ Idem, *ibidem*, 1756, p. 23.

“apresentaram assim, diante do Senhor, um fogo profano, que Ele não lhes tinha ordenado” (Lev. 10.1-2). Por vingança do seu Templo, Deus puniu-os com a morte, tendo sido devorados pelas chamas. O reino ao ignorar a lição, como poderia esperar “que passasse agora com tanta insensibilidade, e indiferença as mais sacrílegas irreverências, e as mais detestáveis torpezas, que se praticavam nos Templos, ainda mais insígnies desta Metrópoli de tantos Reynos?”³¹⁸ Cidades “mais barbaras, e pagans” sucumbiram aos golpes da ira de Deus. Lisboa, uma cidade “tão pia e tão Catholica, “cujos peccados como acompanhados de maior conhecimento, e desprezo do mesmo Senhor”, sem surpresa, seguiu-lhes o mesmo destino. A referência a duas cidades bíblicas, Babilónia e Nínive, mais que um convite à comparação, permite que os pecados que conduziram à sua queda sejam assimilados e incluídos na lista das faltas pecaminosas dos habitantes do reino português. Em Nínive, encontravam-se os homens da mais “vil escoria do gentilismo”, uns epicurianos, levando uma vida de deleites continuados entre os quais os “mais torpes prazeres corporaes”. Eram portanto, conclui o rigorista sacerdote, homens “totalmente bestiaes” e irracionais. Pela exorbitância de tamanha culpa, Deus, insiste, “ferido no mais vivo da sua honra”, revelou-se gravemente irado pelos pecados de todo o Reino, e especialmente de Lisboa³¹⁹. Por via da indignação de Deus, foi executado um enorme castigo, tão fulminante e violento como o golpe de um “açoute”. A corte portuguesa, a quem “a espada do furor Divino entrou já tanto pela terra dentro”³²⁰, sofreu assim uma “tão grande colheita de almas peccadoras, que levarão para o Inferno”. A *Vim Divinam* fez-se sentir com ferro, fogo e espada visando o “exterminio dos peccadores”. Assertivo, explica, não sendo este

³¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 27.

³¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 15 e 16.

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 13.

mundo uma casa sem dono³²¹, os terremotos não tinham outra causa senão a indignação de Deus.

Malagrida alude, sem transcrição, aos versículos da Epístola de S. Paulo aos Tessalonicenses (II Tess. 2.3), por se coadunarem perfeitamente com a descrição do comportamento dos habitantes de Lisboa: “é preciso que primeiro venha a apostasia e se revele o Homem da impiedade, o Filho da perdição, aquele que se ergue e se insurge contra tudo o que se chama deus ou se adora, a ponto de se assentar em pessoa no templo de Deus e proclamar-se Deus.” Sendo portanto o horizonte da presente desgraça demográfica, urbanística, económica, social, e cultural, fruto da “soberba”³²² de um povo na sua ousada e imprudente pretensão em equiparar-se a Deus.

Babilónia, a cidade do Eufrates, no sul da Mesopotâmia, também um dia havia sido a mais poderosa do mundo antigo. Mas porque “deu de beber a todas as nações o vinho do furor de sua prostituição”, e porque reis e mercadores se enriqueceram com a abundância das suas delícias (Ap. 18.3), sobrevieram relâmpagos e trovões e um grande terremoto, tão violento como jamais tinha havido (Ap. 16.18). A “Babilónia, a pérola dos reinos, o altivo adorno dos caldeus, será, como Sodoma e Gomorra, derrubada por Deus.” (Is. 13.19) E tal como na Babilónia de “insconsolável confusão”, Lisboa caiu. Curiosamente, o padre Malagrida não fez nenhuma referência específica às célebres cidades de Sodoma e Gomorra. No entanto, ao mencionar a queda de Babilónia e de Nínive, todas estas cidades, “bárbaras e pagãs”, se encontram inexoravelmente ligadas pelo mesmo destino.

Sodoma e Gomorra imediatamente reenviavam para o mais ignóbil dos crimes, o pecado nefando da sodomia, e esse era ontologicamente o pecado “a não falar”. Assim transparece, por exemplo, nas sentenças do Santo Ofício, em que o “ditto peccado” e

³²¹ Idem, *ibidem*, p. 8.

³²² Idem, *ibidem*, p. 12.

“outras torpezas que *deixão de se referir por não offender os ouvidos dos fieis christões.*”³²³ Foi o deputado da Real Mesa Censória, Joaquim de Santana que, vários anos depois, em 1772, increpando o apocalíptico pregador, acabou por admitir o que vinha sugerido no texto: “pouco lhe faltou para dizer, que estava Lisboa feita outra Babilónia, outra Ninive, outra Sodoma, ou alguma outra infame Cidade.”³²⁴

Pelo exposto, o *Juízo da Verdadeira causa do Terramoto* descreve a causa da queda do reino de Portugal - e em especial a sua capital, Lisboa -, que outrora fora tão próspero e opulento, atribuída à abundância de pecados. Segundo o padre Malagrida, predominavam especialmente os que decorriam da vida mundana e dos divertimentos perversos de um povo enriquecido e entregue ao excesso de luxúria. Explicados ainda pela ausência do temor a Deus, ao qual não era prestado o devido culto. Por todos estes pecados, o reino sofreu a ira de Deus, que acabou por lhes ditar a sentença e queda. Tal como acontecera em Babilónia, após a sua destruição, os mercadores lamentavam-se por ninguém mais poder adquirir as suas mercadorias. Mercadorias que enumera numa longa lista, e em geral de grande valia: ouro, prata, pedras preciosas, pérolas, linho e púrpura, seda e escarlata, madeira perfumada, objectos de marfim, de madeiras preciosas, de bronze, de ferro ou de mármore. Acrescentando ainda a canela, o cardamomo, perfumes, mirra e incenso, vinho e azeite, a flor de farinha e o trigo. Para além de ovelhas, cavalos e carros, escravos e prisioneiros (Ap 18.11-13). O florescente comércio promovido pela cidade de Babilónia tinha pois sido extinto em resultado da pervertida ambição e luxúria da sua gente.

Queremos fazer notar a semelhança entre esta descrição e a condenação do império ibérico proferida por Hugo Grócio, anteriormente referida. Como vimos, foi a

³²³ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, proc.^o 3529, fl. 200.

³²⁴ “Censura de Joaquim de Santana ao livro Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto, de Gabriel Malagrida, 1772”, in IANTT, Real Mesa Censória, cx. 8, 1772, doc. 18a.; citado em Rui Tavares, *O Pequeno livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China, 2005, p. 134.

partir das cinzas do império que se tornou possível a construção de um novo sistema teórico com base nas relações paritárias entre os Estados. Se a obra de Grócio pode ser considerada como um terramoto teórico no panorama teológico-jurídico, foi de algum modo premonitória, na sua dimensão difusamente profética, da autêntica catástrofe que assolou Lisboa em 1755. A condenação divina descrita por Hugo Grócio, muitas décadas antes, surgia como consequência lógica de um processo jurídico onde se haviam averiguado os incomensuráveis pecados dos portugueses. O texto do padre Malagrida é redigido após a catástrofe. A partir da evidência da destruição, o jesuíta italiano, atribui-a, como largamente demonstramos, a uma condenação divina em resultado dos variados e graves actos pecaminosos assacados aos portugueses. Assim, esta implacável condenação divina, visível perante todos, determinou a ruína de todo um sistema social e mental há muito tempo já em processo de imparável declínio.

A atribuição da tragédia do terramoto a causas estritamente naturais, pelos pensadores mais notórios das Luzes, Voltaire, Rousseau, Adam Smith, Kant entre outros, possibilitou a formulação - literalmente, sobre as ruínas de Lisboa -, de uma nova ordem para o mundo, na linha do pensamento de Hugo Grócio. Um mundo cada vez mais secularizado, orientado para a consolidação das estruturas da sociedade e do Estado modernos. Diego Téllez Alarcia escreve que “o terramoto de Lisboa pode ser entendido como um ponto de viragem na história da humanidade. Marcou a transição entre uma interpretação das causas de tais eventos físicos enquanto sinais sobrenaturais, e uma visão mais neutral ou até secular, proto-científica. Foi o catalisador para uma revolução intelectual que estava em gestação havia décadas.”³²⁵ Ainda que concordemos com esta afirmação, queremos no entanto sublinhar que o processo que marcou a época das Luzes, encontra as suas raízes num período bastante mais recuado.

³²⁵ Diego Téllez Alarcia, “Spanish interpretations of the Lisbon earthquake between 1755 and the war of 1762”, in Theodore E. D. Braun, John B. Radner, *The Lisbon earthquake of 1755. Representations and reactions*, Oxford, Voltaire Foundation, 2005, p. 52.

A referida visão neutral começa a impor-se no final do século XVIII, mas num sentido empobrecido. É retirada então ao neutro toda a carga afectiva e um certo carácter monstruoso ou divino que envolvia um conceito tão polifacetado e ambíguo. Surge doravante como apanágio do distanciamento emocional, a regular racionalmente as relações contratuais na sociedade civil, a marcar o progresso científico e a promover o desenvolvimento de uma linguagem positiva.

Parte III

A criação de um Estado neutro

Numa concepção medieval de guerra justa, apenas uma das partes em conflito empreendia justamente a guerra. Aos Estados terceiros era exigido o apoio ao lado justo, caso contrário, como referiu António de Sousa de Macedo (1606-1682), “quem não é por mim, é contra mim”.¹ Já Luís de Molina (1535-1600) havia enunciado que nenhum Estado podia intervir numa guerra injusta, sendo-lhe contudo lícito participar ao lado dos Estados que combatiam por uma justa causa.² Nesta concepção não existe o direito a ser neutro. Como recentemente afirmou o jurista Jean-Mathieu Mattéi, o princípio da neutralidade não existiu nem na Grécia antiga, nem em Roma, nem na Europa medieval.³ A novidade na época moderna é o aparecimento do neutro enquanto categoria jurídica. A possibilidade de existência da neutralidade surge com a criação de um espaço jurídico-político internacional, o qual foi criado como alternativa aos valores que sustentavam a Cristandade e a Monarquia universal.

Ainda enquanto *medii* – aquele que se encontra ao meio – o princípio é utilizado de forma bastante prudente em Hugo Grócio. Para este humanista, aparece como um prolongamento às suas teorias sobre a guerra justa e a liberdade de comércio. Destas doutrinas deriva a ideia de neutralidade activa. Grócio no capítulo dedicado aos neutros (Livro III, cap. XVII), começa por dizer que poderia parecer supérfluo falar dos que não

¹ António de Sousa de Macedo, *Armonia Política dos Documentos Divinos com as Conveniências de Estado. Exemplar de Príncipes*, Coimbra, António Simões Ferreira, 1737, p. 50.

² Cf. António Pedro Barbas Homem, *História das Relações Internacionais. O Direito e as concepções políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003, p. 214.

³ Jean-Mathieu Mattéi, *Histoire du droit de la Guerre, (1700-1819). Introduction à l'histoire du droit international*, tome I, Aix-en-Provence, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2006, p. [539].

estão empenhados na guerra. E isto por não existir qualquer direito de guerra contra eles. No entanto, muito se podia fazer contra os mesmos sob o pretexto da necessidade e daí o imperativo em proteger esses neutros. Utilizando ainda a fórmula do direito romano, *medii*, explica serem os neutros os que não combatem, o que deveria implicar o afastamento relativamente à definição dos interesses das nações em guerra. Grócio, ao discutir o papel dos neutros ou “dos que não estão em nenhum lado na guerra”, considera como dever adoptarem uma atitude de algum modo parcial. E que o direito à neutralidade, “de ficar quietos e não fazer nada”, podia acabar por fortalecer aquele que prosseguia uma causa injusta. Era, portanto, um dever dos que não estavam envolvidos na guerra, tomar posição a favor do lado com justa causa. Ao beligerante reconhecido como justo, é concedido o direito de violar o território neutral, isto é, é-lhe permitido o trânsito nesse território. Ao invés, esse trânsito deve ser negado ao beligerante injusto. Vemos que o tratado de Grócio torna impossível o estatuto de absoluta imparcialidade. A referida obrigação acaba, afina, por fazer dos neutros aliados de um dos beligerantes.

Contudo, Grócio abre a via para a ambiguidade das alianças. Entende ser muito vantajoso para o país neutro fazer uma aliança com ambos os partidos. De facto, obtido o seu consentimento, aquele que pudesse viver em paz, recebia a permissão para fazer acções de humanidade “promiscuamente” a ambos beligerantes.⁴ Aquele que ambiciona ser amigo de ambos os lados sem se comprometer com nenhum deles, deseja apenas a paz. Grócio sem introduzir ainda a concepção da guerra poder ser justa para ambas as partes do conflito, permite ao Estado terceiro, na sua pretensão em viver em paz, poder ser amigo de ambos os lados e entreter com eles um comportamento promíscuo. Podemos ainda inferir do seu pensamento que ao conceito moderno de neutralidade

⁴ IBP, III.17, 3.

estão conectadas as noções de imunidade e imparcialidade, ambas intrinsecamente relacionadas com os limites dos direitos dos beligerantes.

De enorme importância teve ainda a concepção de liberdade de comércio reivindicada pelas potências neutrais⁵. Sobre esta problemática debruçaram-se outros juristas empenhados na definição dos direitos e deveres dos neutros. Christian Wolff (1679-1754) no capítulo VII do livro IX do *Princípio do direito natural e das gentes*, refere que os Estados que não adoptavam os interesses, nem de uma, nem de outra, das nações beligerantes, e evitavam participar na guerra, eram classificados como neutros e o respectivo território ficava incluído nesta neutralidade.⁶ Sem definir o conceito, Wolff é o primeiro autor a empregar o termo “neutralidade” (*neutralitas*). Esta era uma opção partido naturalmente permitida. No entanto, para assegurar um direito perfeito, de forma a um Estado não ser forçado a quebrar a neutralidade, Wolff defende que deveriam ser assinados tratados com uma das potências em guerra, ou com ambas. Neles, os contratantes neutros, comprometiam-se em abster-se de qualquer iniciativa relativa à guerra. Sendo os tratados de neutralidade considerados como todos os restantes como “santos e invioláveis”.

Entre os juristas envolvidos nesta problemática, queremos ainda destacar Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748) e Emer de Vattel (1714-1767). O primeiro, numa obra sobre os princípios do direito natural e político,⁷ dedica todo um capítulo à neutralidade, distinguindo entre a neutralidade geral e a neutralidade particular. A geral verificava-se quando o neutro, sem ser aliado de nenhuma das partes inimigas numa guerra, se dispunha a prestar serviços a ambos. A neutralidade particular verificando-se quando o

⁵ Ver capítulo seguinte.

⁶ Christian Wolff, *Principes du droit de la nature et des gens: extrait du grand ouvrage latin de Mr. De Wolff*; Mr. Forney (ed.), Amsterdam, Mr Michel Rey, 1758, p. 297.

⁷ A obra *Principes du droit naturel et politique* de Jean-Jacques Burlamaqui foi publicada em 1763, num volume que reunia as suas duas primeiras obras: *Principe du droit naturel* (1717) e *Principe du droit politique* (1751). Obra consultada: Jean-Jacques Burlamaqui, *The Principles of Natural and Politic Law*, ed. de Petter Korkman e trad. de Thomas Nugent, Indianapolis, Liberty Fund, 2006.

neutro estava decidido em ser *neuter* na base de algum acordo, tácito ou expresso. Por sua vez, este tipo de neutralidade poderia definir-se como plena se o comportamento em relação às partes em conflito fosse semelhante. Seria uma neutralidade limitada quando era favorecido um lado mais que o outro.⁸ Os beligerantes tinham, por sua vez, o direito de exigir da nação neutra uma neutralidade exacta e geral, ou seja, a interdição de favorecer o inimigo. Quanto aos deveres dos beligerantes, estes deveriam observar as leis de sociabilidade e não permitir que nenhum acto de hostilidade fosse infringido contra os neutros, impedindo desta forma a pilhagem do seu território. A imunidade do território ficaria assim preservada, apesar de Burlamaqui ter acrescentado ser possível, em caso de necessidade, tomar posse de uma praça situada em país neutral. Embora terminado o perigo, a mesma seria imediatamente devolvida ao seu legítimo proprietário, com a indemnização pelos estragos efectuados.⁹ Os países neutros além de direitos, tinham também deveres. Estavam obrigados a, equitativamente, pôr em prática as leis naturais em relação a ambos os partidos envolvidos na guerra. Se praticassem acções de humanidade, não poderiam recusar ao outro beligerante. A não ser que houvesse uma razão manifesta para recusar. Poderiam assim recusar promover actos de humanidade, se para tal ficassem expostos a grandes perigos. Os neutros também não podiam fornecer bens que pudessem vir a serem usados em actos de hostilidade, a não ser que a isso estivessem autorizados por algum acordo particular.

No estudo jurídico de Burlamaqui, temos visivelmente uma tentativa sistematizada, embora sem grandes desenvolvimentos, relativo aos direitos e aos deveres dos neutros, bem como dos beligerantes em relação aos neutros. Esta obra teve uma influência clara junto de Emer de Vattel, em cujo tratado sobre o direito das

⁸ Jean-Jacques Burlamaqui, *The Principles of Natural and Politic Law*, ed. de Petter Korkman e trad. de Thomas Nugent, Indianapolis, Liberty Fund, 2006, p. 516.

⁹ Jean-Jacques Burlamaqui, *The Principles of Natural...op.cit.*, p. 517.

gentes,¹⁰ publicado em 1758, a neutralidade alcança a primeira grande etapa de teorização. Ao rebentar uma guerra entre duas ou mais nações, a neutralidade seria possível para os restantes Estados que não se encontravam ligados por tratados. No capítulo VII do Livro III, todo ele dedicado à neutralidade, Vattel considera que as nações neutras são aquelas que, em tempo de guerra, não tomam parte na contenda, mas permanecem amigas comuns de ambas as partes, sem favorecer qualquer uma delas. Por este enunciado, adivinha-se a ambiguidade da posição do neutro, o qual, sem participar no conflito, permanecia amigo dos beligerantes. Interessa, pois, ver até que ponto a nação neutra, na perspectiva de Vattel, se podia abster de participar no conflito e até onde chegam os limites da amizade.

Se uma nação quisesse usufruir das vantagens da neutralidade, teria de demonstrar uma estrita imparcialidade em relação aos beligerantes. E assim, não podia favorecer uma das partes em prejuízo da outra. Se a imparcialidade não fosse rigorosamente observada, a neutralidade seria fraudulenta. Pelo que um país neutro não deveria prestar qualquer assistência “quando não existe uma obrigação para dar”, nem voluntariamente fornecer tropas, armas, munições, ou outro bem de uso directo na guerra. Para maior clareza, sublinha não se supor com isto “dar assistência de forma equivalente”, mas “não dar assistência” de todo. Isto por lhe parecer absurdo um Estado poder dar apoio, ao mesmo tempo, a duas nações em guerra uma com a outra. Tanto mais que seria impossível fazê-lo em pé de igualdade. Quanto aos bens não relacionados directamente com a guerra, a nação neutra, apesar de imparcial, não devia recusar a uma das partes o que fornecia à outra. Neste quadro, apenas fazia uso de um direito não conectado com uma atitude de parcialidade. Mas recusar a uma das partes um benefício que concedia à outra, seria considerado uma infracção à estrita neutralidade. Na prática,

¹⁰ Emer de Vattel, *Le Droit des Gens, ou Principes de la loi naturelle, appliqués à la conduite et aux affaires des Nations et des Souverains*, Vol. II, Londres, [s.e.], 1758.

o problema consiste em saber, precisamente, que bens estavam ou não relacionados directamente com a guerra. Desta dificuldade decorrem as ambiguidades de uma nação neutra. A incerteza aumenta, quando, Vattel especifica, a nação neutra não devia conceder assistência a nenhuma das partes, excepto quando não fosse obrigado a fazê-lo. Esta cláusula parece-lhe necessária para justificar um soberano que forneça um socorro moderado a um beligerantes devido a uma antiga aliança defensiva sem tornar-se envolvido na guerra. Cumpria um compromisso e observava ao mesmo tempo uma estrita neutralidade. Admite ainda a hipótese do provimento de tropas, dinheiro e armas, sem que isso significasse qualquer tipo de parcialidade em favor de uma parte da contenda, em detrimento da outra. Esta excepção acontecia quando uma nação permitia levar de tropas destinadas a integrar asforças de uma potência beligerante a quem julgava legítimo dar apoio. Temos aqui uma evidente alusão à prática das tropas suíças, para a qual Vattel fornece uma sustentação teórica. A prática, sublinha, não deveria ser entendida como um acto de hostilidade. O mesmo sucede com os empréstimos em dinheiro, desde que uma nação desde sempre tivesse o costume de os conceder. Com base neste mesmo princípio, prossegue a lista, incluindo agora o comércio de armas, de madeira para a construção náutica, navios e material de guerra. Nenhuma destas transacções podiam ser reprovadas desde que efectuadas com um dos beligerantes que não fosse recusado ao outro a um preço razoável. A nação neutral podia desta forma prosseguir a sua actividade mercantil em tempo de guerra, sem com isso prejudicar ninguém. Sem essa tradição comercial, a importação de bens com utilidade para a guerra não podia ser admitida. De outro modo seriam designados por “bens de contrabando”, incluindo armas, munições, madeira para a construção naval, como todo o tipo de material náutico, cavalos e ainda, em certas conjunturas, bens alimentares, quando se planeava subjugar o inimigo pela fome. As potências beligerantes tinham do

direito de apresar e confiscar toda a espécie de contrabando que os países neutros transportavam. Porém, somente, quando estes países, sem qualquer outro motivo que a da perspectiva do lucro, fortaleciam uma das partes do conflito, sem tomar em conta o mal irreparável que poderiam estar a inflingir à outra parte. Vemos, pois, como um bem podia ser ou não ser qualificado como contrabando. Dependendo a qualificação da origem, do destino e da própria conjuntura.

Apresentad esta perspectiva sobre os modelos de imparcialidade das nações neutras, o jurista e diplomata de origem suíça, numa longa dissertação debruçou-se sobre a inviolabilidade do território neutro, nomeadamente no que respeita à passagem de tropas. Prática permitida a todas nações com quem um Estado se mantivesse em paz. Contudo, as permissões dependiam da avaliação do soberano quanto às razões da passagem. E nem sempre era fácil confirmar as intenções do transeunte. A hesitação na hora de decidir também advinha dos danos previsíveis que resultavam da passagem de tropas pelo território neutral. O qual, muitas vezes acabava por converter-se em teatro de guerra. Em qualquer caso, se um país neutro permitisse ou recusasse a passagem aos exércitos de uma das partes envolvidas na guerra, de igual modo teria de oferecer ou recusar à outra parte. Considerando estas ambiguidades quer beligerantes quer dos países neutrais, uma nação em guerra, usualmente propunha um tratado de neutralidade àquela nação neutra, relativamente à qual alimentava “suspeições”. Era, por isso, prudente saber o que se devia esperar dela e não correr o risco de, subitamente, um vizinho neutral vier juntar-se ao inimigo, no calor da guerra.

Contudo, por princípio o Estado neutro evitava a todo o custo uma declaração de guerra. A tentativa em se apartar do conflito podia ser entendida por uma completa indiferença relativa ao desenrolar dos acontecimentos. O neutro é frequentemente percepcionado com a indiferença a todas as formas de elo social, de comunicação e de

amizade. O marquês de Capecelatro em Lisboa, comunica não haver “o menor indício de se quererem apartar de uma firme indiferença.”¹¹ Os ministros estrangeiros residentes em Portugal reportavam esta mesma impressão para as suas cortes. O cônsul Du Vernay, relata que “toda a gente é surpreendida pela indiferença com que esta corte encara a conjuntura presente, sem marinha, sem tropas, na verdade, sem exercícios e sem oficiais, o arsenal vazio, as praças fronteiriças sem fortificações, e nenhuma medidas para o remediar.”¹² No mesmo sentido, circulam notícias em jornais e panfletos franceses. Em 3 de Fevereiro de 1785, Louis-François Metra (1738-1804) escreveu na *Correspondance littéraire secrète*: «Il court aussi une plaisanterie...ce sont les quatorze Tout: “Le Portugal s’écarte de – Tout. Il y en a peut-être deux ou trois heureusement tournés.”¹³ No *Journal de Verdun*, durante a guerra da sucessão da Áustria, o tom das notícias expressa a incredulidade face à indolência portuguesa: “A corte parece não tomar qualquer partido nos assuntos que estão ao ponto de incendiar toda a Europa.”¹⁴

A indiferença de quem não toma partido, proporciona a vantagem do repouso. Segundo a opinião do diplomata francês, marquês de Torcy, tal vantagem dever-se-ia mais à indolência dos portugueses que à sua política. Considerava que “esta feliz tranquilidade convinha perfeitamente aos povos presunçosos, cheios de opinião sobre si próprios e desprezo pelos estrangeiros.”¹⁵ Para Torcy, os portugueses compraziam-se em ver-se esquecidos pelas outras nações, e também não tinham conhecimento do que se passava fora das suas fronteiras. A maioria das pessoas não estava instruída acerca do

¹¹ “Carta do marquês de Capecelatro a José Patiño, Lisboa, 22 de Dezembro de 1733”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7176.

¹² “Carta de du Vernay ao marquês de Amelot, Lisboa, 24 Novembro de 1739”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 74, fl. 286v.

¹³ Louis-François Metra, *Correspondance secrète, politique et littéraire, ou Mémoires pour servir à l’histoire des cours, des sociétés et de la littérature en France, depuis la mort de Louis XV*, vol. XII, Londres : J. Adamson, 1785, p. 285.

¹⁴ *Suite de la Clef, ou Journal historique sur les matieres du tems [Texte imprimé] : contenant aussi quelques nouvelles de litterature, & autres remarques curieuses...*, Paris : E. Ganeau, Março de 1727, pp. 184-185.

¹⁵ “Marquês de Torcy ao abade de Mornay, Versailles, 22 de Março de 1714”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 47, fl. 2v.

que se passava no resto da Europa, e à parte alguns negociantes que se davam ao trabalho de ler as gazetas, o resto contentava-se em criticar o governo português em funções.¹⁶ Um governo com um soberano tido por estar pouco virado para a novidade política: “O rei não ama a milícia, aborrece a guerra, é inimigo de novidades”,¹⁷ é a opinião do marquês de Candia. No final do reinado de D. João V, o marquês de Chavigny sintetizou em poucas palavras: “um Príncipe meio moribundo, sem tropas por assim dizer, sem navios de guerra, sem dinheiro, uma vez que o emprega todo a consolidar o estabelecimento da sua Patriarcal, além de sem vontade em participar em nada do que se passa na Europa.”¹⁸ O embaixador Chavigny conclui que “nada se assemelha à corte de Portugal, e ela não se parece com nenhuma outra, quão o original é perfeito.”¹⁹

Nesta corte, tão pouco transparecia a menor intenção oposta à conservação da paz. D. João V conversando familiarmente com o marquês de Capecelatro sobre o desenrolar da guerra da Sucessão da Polónia, comunicou-lhe que “considerava por muito feliz, a qualquer príncipe que se mantivesse fora dela, contente com a posse dos domínios que Deus lhe havia repartido.”²⁰ A procura da paz, “este sentimento de humanidade”²¹, de que fala Gabriel Mably (1709-1785), foi objecto de intensa reflexão filosófica e jurídica durante o século XVIII, em especial pelos filósofos das Luzes. Mably a propósito dos soberanos de países neutrais pergunta-se “Será que tem grandes talentos? Ele [soberano] proporciona a riqueza aos seus súbditos; empenha-se a torná-

¹⁶ “Beauchamp ao marquês d’Argenson, Lisboa, 24 de Fevereiro de 1746”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 80, fl. 261.

¹⁷ “Marquês de Candia a Villarias, Lisboa, 28 de Junho de 1744”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

¹⁸ “Beauchamp ao marquês d’Argenson, Lisboa, 24 de Fevereiro de 1746”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 80, fl. 261.

¹⁹ “Marquês de Chavigny ao marquês de Amelot, Lisboa, 6 de Julho de 1740”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 75, fl. 176v.

²⁰ “Marquês de Capecelatro a Joseph Patiño, Lisboa, 13 de Abril de 1734”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7171.

²¹ Gabriel Bonnot de Mably, *Príncipe des Négociations pour servir d’introduction au droit public de l’Europe*, Paris, éditions Kimé, 2001, p. 48.

los felizes: é um pai de família no meio do seu povo.”²² Ao mesmo tempo que era criticado, o governo português foi igualmente objecto de elogio. A paz desfrutada pelos portugueses era afinal uma vantagem, sobretudo para o comércio: “Jamais o comércio foi tão próspero em Portugal como o é presentemente: o que se atribui à brandura do governo que se aplica unicamente a contribuir para a felicidade e a prosperidade da Nação.”²³ Acrescenta, ainda, serem felizes os povos a quem a experiência do governo sabia proporcionar todas as vantagens do comércio ao mesmo tempo que proporcionava a tranquilidade.²⁴

Nestes comentários, transparece a ideia que Portugal beneficia de uma vida tranquila em resultado da indiferença política, apenas com o objectivo do enriquecimento e do bem-estar próprios. Esta ausência de envolvimento emocional e política na cena internacional, enjeitava os vínculos de entreajuda entre as famílias reais europeias e assim causava grande perplexidade e crítica por parte dos observadores. D. João V perguntou ao marquês de Capecelatro as razões que levaam o monarca espanhol a incomodar-se com os interesses dos Bourbon franceses e os destinos da Polónia.²⁵ O embaixador lembrou ao monarca os laços estreitos que ligavam o rei Católico e a casa de Bourbon, e, conseqüentemente, a outra corte partilhava as mesmas preocupações e interesses. Significativa foi a conclusão deste diálogo, verificando D. João V que “a de Espanha não tem encontrado igual correspondência”, ou seja, o interesse não parece ser recíproco pois a Espanha não obtém o mesmo apoio. A indiferença podia ser entendida como uma desatenção, mas também como fruto da experiência do insucesso nas infrutíferas tentativas de envolvimento nos assuntos europeus. Ora, nunca consideradas como devidamente recompensadas.

²² Idem, *ibidem*, p. 107.

²³ *Suite de la Clef du cabinet des princes de l'Europe...op. cit.*, Junho de 1729, p. 415.

²⁴ Idem, *ibidem*, Setembro de 1730, p. 173.

²⁵ “Marquês de Capecelatro a José Patiño, Lisboa, 15 de Dezembro de 1733”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7171.

Em geral, o neutro estava sujeito à semelhante desconfiança por parte das potências envolvidas nos conflitos que vacilavam a considerá-lo amigo ou inimigo. Numa conferência de D. António Guedes, secretário de Estado, o enviado britânico solicitou da parte do rei Jorge II, autorização para admitir uma esquadra britânica no porto de Lisboa. Perante isto, o cônsul Jorge Macazaga conclui que o rei Católico, dada a indiferença de Portugal, teria dois inimigos, sendo “um tanto *mais nocivo quanto mais oculto* e o outro declarado mas também péssimo.”²⁶ Portugal, um país neutral durante a Guerra da Orelha de Jenkins, foi, afinal, considerado ser um inimigo oculto dos espanhóis. Vemos, pois, que coexistem opiniões contraditórias no relacionamento com uma nação neutra, vacilando entre o aplauso e a censura. E que a existência do neutro choca com os interesses dos beligerantes. Apesar do infortúnio que acompanha o percurso do neutro, veremos como a possibilidade de existência da neutralidade surge com a criação de um espaço jurídico-político internacional num sistema universalista - daí a sua oportunidade e a sua fragilidade.

²⁶ “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 16 de Junho de 1739”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7186. [itálico nosso]

Capítulo I – Da Justa Neutralidade

Sobre as notícias que surgiram na Europa a propósito da guerra da sucessão da Polónia, D. João V explicou ao marquês de Capecelatro, embaixador espanhol em Lisboa, que não havia motivo *justo* para que se interrompesse a quietude do seu reino. Na sua opinião, prezava como mais conveniente a não participação portuguesa na guerra, dado os inevitáveis danos que acarretava²⁷. Reafirmava, pois, desta forma, a neutralidade, por ser considerada como a atitude justa. No novo sistema de relações internacionais, o qual emerge “a partir do momento em que os príncipes começaram a seguir a máxima de se conduzir segundo os seus próprios interesses”,²⁸ passou a haver um direito, a ambos os beligerantes em confronto, para justamente conduzir a guerra. Paralelamente a este processo, a nação neutra foi adquirindo para si, de igual modo, a justiça da sua conduta.

Gabriel Bonnot de Mably, autor do *Le Droit public de l'Europe* (1746) proclamou ser “uma felicidade para a humanidade a existência de várias potências neutras.”²⁹ E se a neutralidade fosse a política permanente de todas as nações do mundo? Caminhar-se-ia então para a desejada Paz Perpétua? A existência de nações neutras traduz uma vontade política e a evolução dos direitos e deveres dos neutros, bem como das potências beligerantes em relação às nações neutras. Ao considerar o princípio da neutralidade propomos uma distinção entre a lei e a política, de forma a facilitar a análise. A lei da neutralidade contém as cláusulas jurídicas que se aplicam nas relações entre um país neutro e os beligerantes no quadro de um conflito internacional.

²⁷ “Marquês de Capecelatro a José Patiño, Lisboa, 24 de Novembro de 1733”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7171.

²⁸ « Carta traduzida do português », AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 428.

²⁹ Gabriel Bonnot de Mably, *Op. cit.*, p. 109.

Por sua vez, a política de neutralidade engloba o conjunto de medidas tomadas por um Estado neutro que vão além das obrigações legais, com o objectivo de proteger a credibilidade e eficácia da sua neutralidade. Deste ponto de vista, a política de neutralidade torna-se uma via aberta e indefinida, dependendo das circunstâncias e dos interesses em jogo. Como veremos, a propósito da elaboração dos tratados de neutralidade, a letra da lei acarreta uma inegável e ampla carga política, propiciando futuras ambiguidades de interpretação, sempre exploradas segundo as conveniências decorrentes das diversas conjunturas políticas. Não existe portanto uma distinção clara entre os dois domínios, jurídico e político, apenas separados, como referido, para uma melhor compreensão da questão.

De qualquer modo, a neutralidade portuguesa foi declarada, tácita ou expressamente, perante diversos conflitos ao longo do século XVIII. A saber, no início da Guerra da Sucessão de Espanha, em 1702, por ocasião da Quádrupla Aliança contra a Espanha formada em 1718, por ocasião da assinatura do tratado de Viena e da formação da Liga de Hannover (1725), durante a guerra da Sucessão da Polónia (1733-1738), a guerra da Orelha de Jenkins (1739-1748), a guerra da Sucessão da Áustria (1741-1748), a guerra dos Sete Anos (desde 1756 até à invasão franco-espanhola em 1762), e a Guerra da Independência dos Estados Unidos (1775–1783). Podemos ver que, no período em análise, a neutralidade foi uma política seguida de forma perseverante em Portugal, pelo qual foram elaboradas diversas declarações verbais e convenções escritas. A declaração de neutralidade é um direito que foi sendo conquistado, embora nunca tido por adquirido. A capacidade para o assumir era entendida como um acto de soberania: “porque aqui se deseja muito a neutralidade em caso de rompimento, apesar de correr que os do tratado de Viena querem absolutamente que Sua Mag. Portuguesa se declare,

cuja precisão se tem por indecorosa à sua soberania.”³⁰ O direito a permanecer neutro, pressupõe a existência de um Estado soberano,³¹ cuja soberania deveria ser respeitada pelas potências beligerantes. Porém, uma decisão muitas vezes desrespeitada, sobretudo quando a neutralidade se mostrasse potencialmente desestabilizadora de as estratégias das potências beligerantes, podendo tal atitude neutral favorecer ou colidir com os seus interesses.

A recusa de envolvimento aberto nos conflitos europeus por parte de Portugal tem sido entendida pela historiografia como uma atitude favorável à Grã-Bretanha, e assim colidindo com os interesses da Espanha e da França. Uma perspectiva que pode ser sustentada pelos escritos de diversos diplomatas. O cônsul espanhol Macazaga, por exemplo, na sua missão de dar notícias do quotidiano da corte portuguesa, escreveu: “parece não se enganam no conceito de que Sua Magestade Portuguesa preferirá a neutralidade às alterações que se persuadem na Europa, e que será muito da satisfação da Grã-Bretanha.”³² Num outra situação, o embaixador Chavigni após solicitar a declaração da corte portuguesa a favor da sua, contra os ingleses e holandeses, disse ao cardal da Mota que me caso de não conseguir, regressaria a Paris, sem solicitar a neutralidade. No seu ponto de vista, esta favorecia os inimigos de Espanha e de França, mais que a sua própria união.³³ Apesar da frequente corroboração desta perspectiva por textos coevos, a questão dos beneficiados pela neutralidade portuguesa deve ser ponderada numa análise mais aprofundada.

³⁰ “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 14 de Julho de 1739”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7186.

³¹ Michael Walzer, *Guerras Justas y Injustas: un razonamiento moral con ejemplos históricos*, Barcelona, Paidós Ibérica, 2001, p. [313].

³² “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 25 de Abril de 1741”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7187. Uns anos mais tarde, Macazaga persiste na mesma opinião e avisa Madrid: “Aumentou o receio de alguma novidade com a voz que corre de solicitar o embaixador de França a declaração desta corte, não querendo por nenhuma razão a neutralidade tão conhedidamente contrária aos interesses das duas coroas [França e Espanha], como favorável e de grandes consequências aos de Inglaterra. (‘Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 14 de Maio de 1743’, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7191.)

³³ “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 23 de Abril de 1743”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7191.

Por ora, queremos destacar a demorada decisão governativa portuguesa perante uma situação de conflito externo. Este feito de dilação parece ter sido uma rotina na corte portuguesa. O marquês de Candia anuncia, em Abril de 1744, à corte espanhola, não estar o rei de Portugal “em ânimo de subministrar os socorros nem o seu equivalente com a prontidão pedida pelos ingleses.”³⁴ A lentidão na tomada de decisão era visto como um modo de dilatar o período de paz. O secretário de Estado, cardeal da Mota, assegurou ao marquês de Candia que “os ofícios que se haviam de passar podiam durar tanto quanto a guerra.”³⁵ A lentidão da tomada de decisão por parte do governo português foi, por conseguinte, um motivo de amargura para os enviados diplomáticos que tinham ordens a executar. O atraso do seu cumprimento podia ser considerado pelos seus superiores como uma inabilidade na condução dos negócios. Por isso, são frequentes as referências a estas demoras como precaução quanto a acusações de desleixo ou mau desempenho da sua função. Recordam, por isso, frequentemente, ser a desordem dos assuntos governativos portugueses a impedir o andamento das negociações: “os assuntos que eles [enviados diplomáticos] lhe propõem [rei] são sempre reenviados aos seus Ministros, e estes fazem passar os ofícios que se lhe dão por tantas juntas diferentes, e sujeitam a tanta formalidade que só ao fim de um longo período se pode receber uma resposta definitiva, se pressionamos com alguma vivacidade eles se encolhem, se ao contrário tratarmos com demasiados manejos eles imputam a fraqueza e prevalecem.”³⁶ O estado de indecisão articulado a esta pesada máquina burocrática determinou a qualificação de incompetência, mas também a possibilidade de alteração de uma promessa. Uma tomada de posição deveria esclarecer

³⁴ “Marquês de Candia ao marquês de Villarias, Lisboa, 23 de Abril de 1744”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

³⁵ “Marquês de Candia ao marquês de Villarias, Lisboa, 28 de Junho de 1744”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7195.

³⁶ “Continuação da dissertação sobre Portugal, Lisboa, Outubro de 1715”, AMAE *Correspondência política, Portugal*, vol. 47, fl. 348.

claramente de que lado na guerra se participava. Mas e se fosse conveniente à potência neutra que o conflito perdurasse? Circulava, em Portugal, a opinião que, durante a neutralidade, se deveria deixar de receber, nos portos do reino, os navios ingleses e holandeses. A paragem teria como efeito o prolongamento da guerra e a continuação de um comércio muito vantajoso para os portugueses: “Haveria felicidade maior que obter o que convinha, à custa dos outros?”³⁷ Segundo os partidários desta reflexão, Portugal seria o centro do comércio, estaria tranquilo e ganharia infinitamente, enquanto todas as outras potências sofreriam os males de uma guerra sangrenta.³⁸

Os benefícios da neutralidade recaem, antes de mais, no Estado neutro e esta situação, vista como favorável, resulta precisamente do facto de as outras potências se encontrarem sujeitas aos inconvenientes da guerra. Os partidários da neutralidade portuguesa alegavam que definindo Portugal aproveitar-se do comércio de toda a Europa, como evitar as despesas de uma guerra e deixar o ódio e a indignação das potências mais poderosas, deveria persistir na postura da neutralidade.³⁹ De uma forma praticamente consensual, Portugal devia, antes de mais, permanecer neutro para tirar proveito das vantagens do comércio. Como os ingleses não poderiam importar os vinhos, os azeites, o sal e outros frutos de Espanha e de Itália, deveriam ser necessariamente os portugueses a encarregar-se daquela exportação. Portugal serviria de entreposto às mercadorias inglesas e holandesas colocadas nos portos, para depois passarem a Espanha e a Itália. O comércio, em sentido contrário, poderia, de igual modo, passar por Portugal. Segundo este plano, sobre todas estas mercadorias se poderia impor a fiscalidade que se quisesse, com grande proveito para as alfândegas.⁴⁰

³⁷ “Carta traduzida do português...*op.cit.*”, f. 429.

³⁸ “Cópia de uma carta escrita a um amigo...*op.cit.*”, f. 471v.

³⁹ “Carta traduzida do português”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 428.

⁴⁰ “Cópia de uma carta escrita a um amigo sobre a Liga concluída entre a França e a Espanha de um lado e a coroa de Portugal do outro”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 471.

A razão ditava que o Estado procurasse conservar-se sem ofender ninguém. Quando os monarcas não dispunham de forças necessárias para reduzir conquistas, deveriam ocupar-se da sua conservação. E a primeira obrigação de um bom rei para com os súbditos era a de lhes proporcionar a paz.⁴¹ Pensavam alguns que Portugal tomando o partido da guerra, isso significava que Deus os queria punir.⁴² A guerra era entendida como uma verdadeira calamidade que sempre afligia os homens. Um conflito levaria os portugueses a um estado ainda mais cruel se desencadeado sem qualquer intuito. Ela privaria os habitantes do reino de todas as vantagens da paz, enquanto as demais potências da Europa se encontrassem em grande cuidado e agitação. A guerra levaria a um estado de grande violência que só haveria duas saídas: ou vencer ou perecer. Por esta razão, um fidalgo português em texto anónimo apela a prudência do príncipe, ao seu carácter piedoso, ao amor pelo seu povo e ainda à sabedoria do que convém para o bem do seu reino.⁴³

Com a neutralidade, escreve outro autor, Portugal conservava a paz, o sossego e a amizade com todos, sem temor.⁴⁴ O país que permanecia neutro não ofendia ninguém e nada tinha a temer pois não fazia inimigos. Seria, portanto, uma atitude sem qualquer risco. Se adoptado, não se devia ansiar por sinais particulares de amizade. Era mais que suficiente não dar motivo para queixa. De uma liga militar resultava um inimigo certo. E por conseguinte de enfrentar a vingança de que é ameaçado. Ora, segundo a opinião de uns, o reino não era suficientemente rico para se expor voluntariamente a uma guerra. Sobretudo, pela escassa actividade produtiva do país e pela carga fiscal que os sujeitava. Para além do mais, consideravam Portugal muito desprovido de forças militares, pois as que possuíam para a defesa da terra e do mar mal chegariam por ser de

⁴¹ “Carta traduzida do português...*op.cit.*”, f. 428v.

⁴² “Carta de um gentil-homem português a um dos seus amigos que felicitou-se com ele por esta Corte ter tomado o partido da Neutralidade”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 434v.

⁴³ *Idem, ibidem*, f. 434v.

⁴⁴ “Proposta sobre Portugal se declarar e por que Nação, ou ficar Neutral”, AMAE, liv. 37, f. 462v.

pouco efeito. Com a neutralidade, Portugal poderia, pois, manter dois amigos: os amigos de ingleses, pela força poderosa e pelos serviços prestados, e amigos da Espanha, pela vizinhança e pelo esforço em evitar a guerra.⁴⁵ A neutralidade podia ser entendida pelo rei de Espanha como uma prova de amizade. E assim, Portugal poderia ganhar a amizade de Espanha para sempre. Depois de obtida, conservariam então a amizade com a França.⁴⁶ Podia, contudo, tirar vantagem dos dois partidos. Acima de tudo, o importante era Portugal permanecer tranquilo enquanto os outros países se envolviam em operações belicosas. Por conseguinte, seria má política começar uma guerra sem necessidade.⁴⁷

Outros eram de opinião que, seguindo o partido da neutralidade, os portugueses acabavam por nada merecer e apenas atrair desgostos. A neutralidade apenas seria desejável se pudesse ser duradoura e se à tranquilidade por ela proporcionada não seguisse a desilusão.⁴⁸ Pelo que, à tranquilidade presente, suceder-se-ia a guerra no futuro. Como a mina que rebenta tardiamente, causando então a ruína das monarquias que a evitassem. Afinal, concluía, a neutralidade nunca garantiu grandes vantagens⁴⁹. Neste sentido, alguns alegaram que a neutralidade era uma atitude desprezível. Aqueles que são indiferentes não conseguem sensibilizar nem os vencedores, nem os vencidos. Paralisados com medo dos eventos, não poderiam obter qualquer mérito.⁵⁰ Ao permanecerem em repouso, os portugueses limitar-se-iam a comentar o desenrolar dos acontecimentos. Mas fariam do que não entendiam, sem proveito para o serviço do príncipe. A neutralidade era, por isso, considerada perigosa, ao propiciar a indolência,

⁴⁵ Carta de um gentil-homem português a um dos seus amigos que felicitou-se com ele por esta Corte ter tomado o partido da Neutralidade”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol.37, f. 431.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, f. 434.

⁴⁷ “Carta traduzida do português...*op.cit*”, f. 427.

⁴⁸ “Carta traduzida do português (sobre a Liga entre a França, Espanha, e Portugal”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 459.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, f. 425v.

⁵⁰ “Aviso dado pelos Vinte e Quatro do povo que esteve ao serviço nesta cidade no ano de 1688 aos que ocupam a mesma função no presente ano de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 440v.

vivendo-se, portanto, a letargia da paz.⁵¹ Com a falta de exercício e disciplina militar, reprovasse a neutralidade por fomentar o ócio, arruinar os bons costumes e abater o valor e préstimo. A monarquia devia, por isso, estar sempre preparada para enfrentar o desaire da guerra.⁵²

A melhor solução seria, portanto, garantir uma postura neutral mas simultaneamente dispor de forças bem treinadas para garantirem e defenderem em caso de guerra.⁵³ Ora segundo outro parecer, “para desgraça dos portugueses permaneciam neutros, sem forças, sem armas, sem defesas e destituídos de tudo o que seria necessário.”⁵⁴ Pelo que em caso de guerra, Portugal seria certamente o “brinquedo dos dois partidos”. E nem um, nem outro, teriam consideração pelo pavilhão português. Apresariam navios e mercadorias, julgando-os boa presa. Os franceses sob pretexto das mercadorias serem inglesas e holandesas, os outros alegando que pertenciam aos franceses. Assim, por todo o lado, os portugueses seriam tratados como inimigos.”⁵⁵ Seria, por isso, mais conveniente permanecer na neutralidade, mas fortificando-se por terra e por mar de modo a garantir a defesa do pavilhão português, aumentar o comércio e conservar as conquistas. Uns versos impressos apareceram “um dia pella manhã na porta da Alfandega”,⁵⁶ a defender este ponto de vista:

“Neutral armado has de estar

E he so o que te convem

Não te fies de ninguem

⁵¹ “Carta traduzida do português (sobre a Liga...*op.cit*”, f. 459.

⁵² Idem, *ibidem*, f. 465v.

⁵³ “Aviso dado pelos Vinte e Quatro do povo que esteve ao serviço nesta cidade no ano de 1688 aos que ocupam a mesma função no presente ano de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 440v.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, f. 441.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ “Pasquim que amanhaceo hum dia pella manhã na porta da Alfandega”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, ff. 481-482v. Ver texto integral no Anexo IV.

Ve que não ha que fiar
E que tens ruim vesinho
Que te dezeja enganar
Fortifica o patrio ninho
Vé que pode haver mudança
E que a muita confiança
Da mil vezes no fucinho.

Tem sempre na mão espada
e fé de todos amigo
quem se declarar contigo
veja que não temes nada
exercito e mais armada
te farão grande respeito
faça disto gran conceito
se queres ser Portugal
vé que te diz hum Leal
coração, num firme peito.”

A facção que defendia a neutralidade seria a mais honesta, a mais segura e a mais vantajosa, desde que se tratasse de uma neutralidade bem armada para defender o país por terra e por mar. Um objectivo para o qual não se deveria olhar a despesas, pois, de seguida, seria compensado pelos benefícios do comércio.⁵⁷ Outros consideravam não dispor o reino de forças suficientes para a execução desse direito. Sendo pois necessário recorrer aos auxílios estrangeiros: “Se o Medico examinar o aspecto, e conformação de

⁵⁷ “Aviso dado pelos Vinte e Quatro...*op.cit.*, f. 443.

Portugal verá logo, que o seu primeiro mal, he como disse a estreiteza de seus lemites; mal digo incuravel, sem nos podermos queixar da Providencia, que assim o permitio, de que rezulta o segundo mal, que he a debilidade das suas forças á proporção dos seus vizinhos. Mas como esta fraqueza seja irreparavel, e não tenha remedio especifico: paresse que se deve recorrer a algum que supra parte daquella falta recorrendo a forças Estrangeiras.”⁵⁸

Em resposta a quem preferia contar com o socorro dos aliados, alertava-se que o reino encontraria a destruição no próprio socorro. Se a neutralidade fosse destituída de forças, provocaria o desdenhe e frequentemente o ressentimento. As tropas estrangeiras, por pensarem apenas no seu próprio interesse particular, arruinavam um Estado. Quanto maiores fossem os socorros, por maioria de razão deveriam ser evitados. Não era prudente acolher forças mais poderosas que as próprias. Além de que o país não dispunha de condições para sustentar grande número de tropas estrangeiras sem causar, em pouco tempo, a penúria nos povos. Para não referir os perigos que ameaçavam as igrejas, conventos e o pessoal eclesiástico, em relação aos quais se sabia “o pouco de respeito que têm os inimigos da nossa religião.”⁵⁹ Somente uma nação preventivamente armada, no momento de escolher a neutralidade, permaneceria independente e livre para tomar, em seguida, o partido mais conveniente aos seus interesses.⁶⁰ Se perseverando nesta conduta, o reino fosse vítima de ataque, a justiça da causa acabaria, mais tarde, por concorrer para a sua defesa.

⁵⁸ “Defesa da Nação. No ano de 1727”, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, AHM/DIV/1/3, n° 40, f. 1.

⁵⁹ “Carta de um gentil-homem português a um dos seus amigos que felicitou-se com ele por esta Corte ter tomado o partido da Neutralidade”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 432.

⁶⁰ “Cópia de uma carta escrita a um amigo sobre a Liga concluída entre a França e a Espanha de um lado e a coroa de Portugal do outro”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, f. 471.

1 – O Direito em nome da Justiça

Até meados do século XVIII, o direito em ser neutro dependia mais de acordos bilaterais e conveniências das grandes potências e países beligerantes que um direito por si mesmo, baseado numa lei reconhecida por todos. A necessidade crescente de uma lei geral das nações vai incluir na sua codificação, ainda que lenta, o tratamento doutrinal da neutralidade. Espólio teórico que acompanha a prática dos Estados que, cada vez com mais frequência, invocam a neutralidade perante uma ruptura bélica entre potências. Em Portugal, na primeira metade do século XVIII, foram negociados dois tratados de neutralidade. Uma convenção de neutralidade e liberdade de comércio, assinada a 16 de Setembro de 1702, ou seja, no início da Guerra de Sucessão de Espanha. Um segundo tratado que não chegou a ser concluído, apesar das negociações se terem arrastado entre 1741 e 1745, durante o conflito entre a Espanha e a Grã-Bretanha, conhecida por guerra do *Asiento* ou guerra da Orelha de Jenkins (1739-1748).

No tratado de 1702 foram acordados apenas três artigos. O primeiro estipulava que os navios de guerra ou mercantis das nações beligerantes que se encontrassem nos portos portugueses, deveriam deixar passar duas marés de intervalo entre a saída de cada um deles. O segundo artigo obrigava os navios ingleses e espanhóis a não encetarem qualquer hostilidade à distância de um tiro de canhão das fortalezas do reino, no momento de entrada e saída dos portos portugueses. Por último, ficou estabelecido que restituíam de imediato as presas feitas entre as potências beligerantes, desde que se provasse terem sido feitas dentro do limite do tiro de canhão das fortalezas portuguesas. Este artigo suscitou mais tarde uma série de dificuldades quanto à legitimidade de diversas capturas feitas pelos espanhóis aos ingleses, a pouca distância

da costa portuguesa. A questão chegou mesmo a constituir um dos entraves para a conclusão do referido tratado de neutralidade com a Espanha durante a guerra da Orelha de Jenkins.⁶¹ Em 1745, o intendente da marinha, D. Aleixo de Rubalcava, escreveu ao marquês de Candia, embaixador em Lisboa, ordenando-lhe para se interessar pelo assunto. De maneira a ser despachada favoravelmente uma queixa sobre uma presa apresentada no Conselho da Fazenda.⁶² Mas também deveria ocupar-se de outras nove presas que os armadores espanhóis tinham conduzido para aos portos portugueses até ao ano de 1743, inclusive. O Conselho da Fazenda havia tomado conhecimento das presas por os ingleses as reclamarem, alegando, “com razão ou sem ela”, terem sido feitas à vista das fortalezas portuguesas. Os espanhóis temiam que o conselho da Fazenda, composto por muitos inclinados à nação inglesa, pretendesse fazer respeitar o acordo assinado em 1702, e assim decidissem não atribuir o estatuto de boa presa. Do ponto de vista de Candia, antes do rei português regular a distância adequada para a validação das presas, não deveria insistir na sentença das presas pendentes no conselho da Fazenda. Quanto às sentenças posteriores, estas passariam a ter a mesma deliberação e podiam não ser favoráveis a Espanha. A corte portuguesa pretendia que a distância para validação das presas fosse feita à vista das suas fortalezas, enquanto os espanhóis insistiam na distância a tiro de canhão. A “regra do tiro de canhão” foi estabelecida teoricamente pelo holandês Cornelius van Bynkershoek (1673-1743), na obra *De Domínio Maris* (1702). Este jurista define a extensão das águas territoriais que podiam ser reivindicadas por um Estado, num total de três milhas ou a distância de um tiro de canhão. A ideia tornou-se prática corrente e por isso na década de quarenta, Candia assegura que “hoje é causa comum”.⁶³ No entanto, o artigo 5º do projecto de tratado de

⁶¹ “Instrução ao duque de Sotomaior, 1747”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7239.

⁶² “Marquês de Candia ao marquês de Villarias, Lisboa, 27 de Fevereiro de 1745”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7201.

⁶³ Idem, *ibidem*.

neutralidade de 1743 propunha que à vista das fortalezas portuguesas não seria tolerado qualquer acto hostil quando transitavam no mar. Ora, Candia era da opinião que uma tal medida daria lugar a perpétuas disputas. Não podendo fixar-se um ponto no mar, a distância dependia da altura das fortalezas ou dos miradouros, bem como do forte, do navio e ainda das condições meteorológicas. A desigualdade entre o comércio espanhol e o inglês em Portugal poderia ainda vir a ser considerado. À coroa espanhola é de parecer que a adopção da regra do tiro de canhão seria menos exposta a ambiguidades. Ao contrário da regra da vista das fortalezas que seguia o método antigo de aguardar as duas marés (artigo 1º da convenção de neutralidade de 1702). Decidida a legalidade das presas segundo a jurisdição portuguesa, a isenção poderia apresentar-se como duvidosa consoante a conjuntura. A França, para evitar semelhantes disputas na costa portuguesa, proibiu aos seus armadores de levar as respectivas presas aos portos de Portugal. O embaixador português na corte francesa, D. Luís da Cunha, estava empenhado na derrogação do artigo sobre as presas das últimas ordenanças, que dava por boa presa todas as que haviam sido efectuadas pelos ingleses, quando os franceses não exibiam qualquer documento justificativo da carga ter sido comprada antes da declaração de guerra. O marquês de Candia considera ser o momento propício para o rei francês favorecer os espanhóis e acordar com o governo português a questão relativa ao problema do ponto fixo da distância da validação das presas.⁶⁴

Foi precisamente o diplomata D. Luís da Cunha que, em Janeiro de 1741, apresentou um projecto de tratado entre a coroa espanhola e a portuguesa ao marquês de Amelot, secretário de Estado francês, que por sua vez, o enviou ao Príncipe de Campoflorido. As negociações para a referida Convenção de Neutralidade desenrolaram-se em Paris, Lisboa e Madrid. E como até então, Amelot, só tivesse falado

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

de seis capítulos, o embaixador do rei católico disse não conhecer a intenção do soberano sobre os demais, pareceu-lhe por isso dever, somente, avaliar os que haviam sido anteriormente acordados. Achou, no entanto, muito irregular para o ministro de França que tinha sido mediador, permitir aos portugueses uma alteração dos referidos capítulos. D. Luís da Cunha justificou-se dizendo que os artigos eram na totalidade exigidos pela situação de neutralidade e para afirmá-la com fundamentos mais sólidos, considerava todos os artigos necessários para o novo projecto de tratado.

Pelo contra-projecto de 1743 [*vide* Anexo III], Portugal comprometia-se a observar uma exacta neutralidade durante a guerra anglo-espanhola (art. 3º), obrigando-se a respeitá-la e a cumprir tudo o que fosse estipulado neste sentido (art. 4º). Não obstante, declarava a intenção de preservar os tratados de 1654 e de 1703 assinados com a Grã-Bretanha. Como o rei Católico não tinha conhecimento do conteúdo destes tratados, acharam por bem acrescentar “desde que não fossem contrários ao presente”. Seria uma forma de precaução no caso de haver algo contrário ao que estava a ser projectado. Uma medida cautelosa, sabendo-se que no início das negociações para a convenção de neutralidade com Espanha, Portugal começou por negociar um projecto de convenção de aliança com a Inglaterra, cujas cláusulas convergiam com o tratado de aliança perpétua. A manutenção desta aliança, ao mesmo tempo que Portugal tentava usufruir de uma situação de neutralidade, pode induzir a uma conclusão precipitada acerca da parcialidade relativamente à nação inglesa. Pelo artigo 4º do projecto, ficava prevista a abertura dos portos portugueses aos navios, de guerra e mercantis, de ambas as nações beligerantes. Uma decisão que estava longe de ser benéfica para o comércio inglês em Portugal. Logo que a corte inglesa tomou conhecimento da negociação e tendo razões para recear o sucesso da mesma, Lord Tirawley, em Lisboa, recebeu ordens para usar de todo o seu "crédito para frustrar" qualquer progresso daquela

negociação. O encontro dos ingleses com os navios inimigos nas costas portuguesas poderia perturbar o comércio e iria, sobretudo, obstruir o caminho para o sul de Espanha, concretamente para Cádiz e Gibraltar.

Em tempo de guerra, o Estado neutro tinha o dever de se abster em participar nas hostilidades ou então podia preferir pelo dever de imparcialidade. Esta última posição traduzindo-se por uma igualdade de tratamento relativamente a cada partido beligerante. Como acabámos de ver a abertura dos portos portugueses parecia provar imparcialidade portuguesa, pois ambas as partes envolvidas no conflito poderiam ter um livre acesso aos portos. Porém, a concessão era dificilmente aceitável pela marinha inglesa, podendo os requisitos necessários para a neutralidade prejudicar gravemente a estratégia britânica. Ao ser imparcial, Portugal seria finalmente partidário, revelando-se com tais prerrogativas a sua neutralidade uma enorme desvantagem para a Grã-Bretanha.

O tratado de neutralidade dava igualmente pretexto à assinatura de um outro tratado “bastante prejudicial aos ingleses”. A saber, um tratado de comércio com a França. No *Testamento Político*, D. Luís da Cunha mencionou ter faltado pouco para que em Portugal fosse privada a entrada de panos. De facto, o tratado para o efeito que já tinha sido projectado, não chegou a ser assinado porque não tinha sido concluído o tratado de neutralidade com Espanha, que “era a utilidade que do primeiro queríamos tirar.”⁶⁵ Como referiu o marquês de Candia, a diminuição do comércio era a maior guerra que se podia fazer à Inglaterra, era uma situação que interessava a Espanha e a França⁶⁶. Este ponto de vista assenta numa visão mercantilista sustentando que o poder de um Estado está em proporção directa com o enfraquecimento dos seus competidores. Em relação ao dever de imparcialidade, António de Sousa de Macedo, admitia a possibilidade de apoiar um dos beligerantes com o fim de prolongar a guerra entre os

⁶⁵ D. Luís da Cunha, *Testamento Político...op.cit.*, p. 63.

⁶⁶ “Marquês de Candia ao marquês de Villarias, Lisboa, 7 de Junho de 1743”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7194.

mesmos, de forma a acrescentar o poder dos neutros: “Dizem que nosso D. Sebastiao por diminuir as forças do castelhano Filipe II ajudou em segredo os holandeses com algumas mercadorias e dinheiro.”⁶⁷ Em 1727, o cônsul Dormer escreveu à corte britânica comunicando os rumores sobre uma soma considerável de dinheiro, ainda que não mais de setenta mil libras esterlinas, que tinha sido enviada pelos portugueses a Espanha. O enviado inglês referiu ainda que dois navios portugueses tinham sido encarregados de trazer de Porto Belo a parte dos galeões espanhóis que pertencia ao rei de Espanha. Sousa de Macedo considera que “ajudar a uma parte é menos arriscado, por via de regra, porque a neutralidade nem ganha amigos, nem tira inimigos”. Na conjuntura em análise, durante a guerra da Orelha de Jenkins, Portugal declarou a neutralidade e projectou um tratado com a Espanha afim de que a sua imparcialidade ficasse bem definida, sem dar azo a interpretações. Reiterou, no entanto, a fidelidade aos tratados de 1654 e de 1703 com a Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo negociava com a França um tratado de comércio que os anulasse. A sua alegada imparcialidade na questão dos portos parecia igualmente ir contra os interesses ingleses. Por outro lado, a controvérsia acerca das presas parecia não favorecer a Espanha. Para mais, a relação de forças entre estas potências ganha uma nova visibilidade no outro lado do Atlântico, na colónia do Sacramento. Com vista à neutralidade, o artigo 7º do contra-projecto pretendia chegar a uma resolução amigável dos os diferendos que subsistiam entre as coroas portuguesa e espanhola acerca da Colónia do Sacramento, afinal o verdadeiro objecto do tratado.⁶⁸ O objectivo era levantar o bloqueio da Colónia do Sacramento e a retirada das tropas espanholas. Bem como a conservação as fortificações portuguesas entretanto construídas. Sobre estas, deveria ser elaborado um relatório mencionando a posição exacta de cada uma. Era concedida, ainda, aos portugueses a liberdade de

⁶⁷ António de Sousa Macedo, *Op. cit.*, p. 50.

⁶⁸ “Reflexões sobre o contra-projecto de um tratado de neutralidade entre Sua Mag. Católica e Sua Mag. Portuguesa”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7194.

navegação no rio da Prata. Este princípio é um dos mais prezados pelos navios neutros, associado à liberdade de comércio. O primeiro projecto da convenção apresentado por D. Luís da Cunha previa ainda a interdição da visita aos navios portugueses, sempre que se dirigissem ou regressassem da Colónia de Sacramento. A reformulação espanhola do artigo 11º acabou por tirar o pavilhão neutro estes amplos direitos. Pelo exposto, verificamos que esta convenção previa a concessão à nação portuguesa de consideráveis privilégios. A característica original do diploma, parece-nos advir da noção alargada de neutralidade, pois não somente incluir o território da metrópole, mas também a sua Colónia do Sacramento. Significando isto uma expansão considerável dos direitos dos neutros, chegando assim a incluir domínios e territórios ultramarinos. D. Luís da Cunha solicitou ao marquês de Amelot para analisar o artigo 5º do tratado de Utrecht para o informar enquanto especialista jurídico se, de acordo com o direito comum e das gentes, os portugueses poderiam disputar, “não digo a propriedade da colónia que é indisputável”⁶⁹, mas a construção de fortificações no território. No referido tratado de Utrecht, já se nomeava a colónia do Sacramento de território, mas tinha ficado por decidir a sua extensão. Por altura da negociação para a neutralidade, o objectivo era estender o domínio nas Américas.

Por esta convenção, havia a possibilidade de englobar, além dos portos portugueses, incluir, ainda, os da colónia do Sacramento. Os espanhóis, que disputavam a posse da Colónia, demonstram grande preocupação em desvanecer as irregularidades. Recordam o artigo 6º do tratado de Utrecht, pelo qual qualquer outra nação da Europa, excepto a portuguesa, estava interdita de estabelecer-se ou comerciar, directa ou indirectamente, na Colónia do Sacramento. Recordavam, por este modo, não se poder abrigar naquele porto navios ingleses, nem em grande, nem em pequeno número.

⁶⁹ “Carta de D. Luís da Cunha ao marquês de Amelot, Paris, 11 de Maio de 1743”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7194.

Com este episódio, podemos constatar como os conflitos europeus estavam, sem dúvida, a globalizar-se, revelando um crescendo de rivalidade entre Estados mercantilistas disputando o comércio e os territórios do Novo Mundo⁷⁰.

⁷⁰ Cf. Serge Gruzinski, *Les quatre parties du monde : histoire d'une mondialisation*, Paris, Martinière, 2004.

2 - Entre Promessa e Compromisso

Pedro II, no dia de audiência do ministro inglês, John Methuen, a vinte de Maio de 1702, em Lisboa, ordenou que em todas as igrejas se fizessem preces de modo a ser iluminado pela divina providência de forma a poder tomar a resolução acertada num assunto de extrema importância que tinha entre mãos.⁷¹ Esta encomenda aos céus, levou o conde de Montijo, do Conselho de Estado espanhol, a pôr em dúvida a intenção do rei de Portugal quanto ao cumprimento do tratado assinado com a França e a Espanha a 18 de Junho do ano anterior. De facto, quanto a guardar a palavra, e restituir o tratado, o rei preferia a qualidade de gentil-homem porque enquanto rei teria de atender em primeiro lugar à razão de Estado.⁷² E esta podia ditar uma mudança profunda no rumo da governação. Em matéria de tão grande alcance, vacila o discurso quantas as oposições, e A existência de uma alternativa face à guerra da Sucessão de Espanha multiplica o debate, ultrapassando em muito os conselhos ministeriais, alargando-se a distintas camadas da população. É de sublinhar então o papel da neutralidade na diversificação de opiniões e na atitude crítica sobre um determinado assunto. O período que antecedeu a Guerra da Sucessão de Espanha é provavelmente um dos momentos de maior intervenção pública da população. Surgindo vozes imprevistas se considerarmos os costumes da política do Antigo Regime. Para além das “consultas” de Estado, a controvérsia chega-nos através de pareceres de quem não fazia parte do restrito grupo de conselheiros do rei ou de ministros estrangeiros em Lisboa.⁷³ Escrevem-se e

⁷¹ “Marquês de Capecelatro, Lisboa, 23 de Maio de 1702”, AHN, Leg. 1755, f. 2.

⁷² “Marquês de Capecelatro, Lisboa, 30 de Maio de 1702”, AHN, Leg. 1778, f. 5v.

⁷³ O embaixador austríaco faz circular um escrito sobre o partido que Portugal devia tomar, realçando os inconvenientes em se juntar à França e à Espanha e aconselha a neutralidade. Colocou os “espíritos inquietos” e fez maior efeito por ter aparecido assinado pelos Vinte e Quatro que eram pessoas escolhidas todos os anos para representarem os interesse do povo, nomeadamente das corporações (“Carta de

publicam-se pareceres “para representar aos Monarcas as utilidades do seu Império; pois organizando todos, hum Corpo Místico, podem com os membros dele cooperar, nas suas rezolusoins ou adevertindo o mal para que se evite ou o bem para que se abraze.”⁷⁴ Cartas entre amigos e pareceres provindos das diferentes facções políticas circulam impressos pela cidade de Lisboa. O rei não tomou assim a decisão em solitário.

Este período que antecedeu a entrada de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha tem intrigado diferentes historiadores, devido à adopção de alianças contraditórias em tão curto espaço de tempo. De uma aliança, fundada em 1701, entre D. Pedro II, Filipe V e Luís XIV, para garantir o testamento de Carlos II de Espanha, Portugal, após um curto período de neutralidade, abraçou, em 1703, uma aliança ofensiva e defensiva com o imperador, a rainha Ana de Inglaterra e os Estados Gerais das Províncias Unidas. A radicalidade da mudança obriga a questionar os motivos que fundamentaram esta última escolha política. A historiografia, tem encontrado, com mais facilidade, razões para a aliança estabelecida com as potências marítimas do que para a da França e da Espanha⁷⁵. Importa, assim, analisar o contexto em que cada uma foi adoptada.

Em finais do século XVII, as ligações entre o rei de Portugal e a coroa de Espanha eram sobretudo conduzidas pelas respectivas rainhas. Não era frequente D.

Presidente Rouillé, Lisboa 12 de Abril de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 272v). Em finais de Maio de 1702, John Methuen distribuiu um panfleto intitulado “cópia de uma carta a um amigo sobre a liga concluída entre a França e a Espanha por um lado e a coroa de Portugal por outro”. O embaixador Presidente Rouillé viu-se obrigado a apresentar queixa à corte portuguesa. (“Carta de Presidente Rouillé, Lisboa 31 de Maio de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 77v.)

Cf. “Aviso dado pelos Vinte e Quatro do povo que esteve ao serviço nesta cidade no ano de 1688 aos que ocupam a mesma função no presente ano de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, ff. 440-445.

⁷⁴ “Parecer que o Conde de Castello Melhor D. Luiz de Souza e Vasconcellos offereceu ao Sr. D. Pedro 2º sobre a proposta do Enviado Britânico a instancia da Rainha Anna em 1702”, BNL, mss. 7987, f. 72. Sobre este parecer ver Isabel Cluny, “A Guerra de Sucessão de Espanha e a Diplomacia Portuguesa”, in Penélope, nº 26, 2002, pp. 67-68.

⁷⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, «Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais», in José Luís Cardoso et al., *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

Sofia de Neuburgo, a soberana portuguesa, a ter a iniciativa, mas sim os ministros que se serviam dela para enviar o que queriam.⁷⁶ A rainha devido às estratégias consideradas pelo conde de Oropeza⁷⁷ e das insinuações do embaixador espanhol em Lisboa, estava persuadida de ver, após a morte de Carlos II, um dos seus filhos no trono de Espanha.⁷⁸ Neste âmbito, foi distribuído um escrito em quase todas as cortes da Europa e a favor do rei de Portugal para a sucessão de Espanha, em alternativa à proposta do rei de França.⁷⁹ D. Pedro II estava persuadido tratar-se da iniciativa de um espanhol. E o objectivo era colocar Luís XIV contra si.⁸⁰ Apesar disto, D. Pedro mantinha uma correspondência pessoal com o conde de Oropeza, a origem de toda a “intriga”.⁸¹ Por meio deste ministro, a rainha de Espanha dava ao rei de Portugal garantias de o apoiar, ou a um dos seus filhos, na sucessão ao trono de Espanha, e prometendo pôr no projecto todo o seu poder.⁸² O rei preferia antes ver um dos seus filhos a assumir o encargo, por considerar ficaria demasiado sobrecarregado com o peso de duas coroas. União, todavia, colhia poucos apoios, além de nenhuma potência se manifestar interessada na concretização deste desejo.⁸³ Discursos oficiosos a propósito do problema de Espanha são claros quanto às disposições pouco favoráveis dos espanhóis, testemunhando mesmo uma evidente aversão e desprezo pela ideia de um soberano português no trono

⁷⁶ “Presidente Rouillé, Lisboa, 11 de Março de 1698”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, ff. 116v-117.

⁷⁷ Manuel Joaquín Alvarez de Toledo y Portugal y Pimentel (1650-1707). O conde de Oropeza foi chamado à corte espanhola em 1696, reocupando a presidência do Conselho de Castela e em 1698 tornou-se primeiro ministro ou valido. Após o “motim dos gatos” (Abril de 1699) voltou novamente a cair em desgraça. Foi substituído pelo cardeal Portocarrero, partidário da sucessão de Filipe V. Sobre o seu projecto de união ibérica ver José Manuel de Bernardo Ares, “El iberismo como alternativa político dinástica al Fracesismo y al austracismo (1665-1725)”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. 8, Dezembro 2007, pp. 11-36.

⁷⁸ “Presidente Rouillé, Lisboa, 1 de Julho de 1698”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 173.

⁷⁹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 30 de Setembro de 1698”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 233.

⁸⁰ Idem, ibidem, f. 233v.

⁸¹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 24 de Fevereiro de 1699”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 378v.

⁸² “Presidente Rouillé, Lisboa, 14 de Abril de 1699”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 34, f. 19v.

⁸³ “Presidente Rouillé, Lisboa, 31 Março de 1699”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 393v.

de Espanha.⁸⁴ A ruína do projecto acompanhou a desgraça do ministro Oropéza. E assim ficou patente a ilusão dos portugueses em visionarem um príncipe português a dirigir a Espanha, a ser admitido pelos espanhóis e a suscitar a formação de um partido que o apoiasse.⁸⁵ Apesar do insucesso do projecto, a pretensão portuguesa foi renovada por altura das negociações para o Tratado de partilha da sucessão de Espanha. D. Pedro II consentia formar o Tratado sob a condição de ter uma palavra a dizer quanto à nomeação do príncipe a subir ao trono. E que o rei esperava que um dos seus filhos pudesse entrar na lista de candidatos a propor.⁸⁶ Isto, no caso de o Imperador austríaco não consentir na nomeação do arquiduque Carlos. Com esta proposição, um dos infantes portugueses poderia, assim, tornar-se rei de Castela. D. Pedro II seria um dos eleitores, ao lado de Luís XIV, de Guilherme III e dos Estados Gerais das Províncias Unidas. A posição foi justificada por o reino português ser o mais interessado pela vizinhança.⁸⁷ Contudo, nenhum dos outros parceiros políticos aprovou a proposição, entendida como subterfúgio para retardar as deliberações. Pelo exposto, vemos que o governo português, não se opõe à unificação peninsular. Muito pelo contrário, trabalha neste sentido, conquanto as duas coroas unidas ficassem sob o governo de um monarca português.

Malgrado o projecto, D. Pedro II participa no Tratado de partilha da monarquia espanhola, a 15 de Outubro de 1700, mas sem qualquer direito de voto em matéria de sucessão. No Tratado, se o Imperador austríaco ou a Espanha fizessem a guerra para impedir a partilha, o rei de Portugal ficava obrigado a declarar a guerra. O que limitava os compromissos dos portugueses. Mas isto somente no caso do Imperador e da

⁸⁴ “Presidente Rouillé, Lisboa, 14 de Abril de 1699”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 34, f. 26v.

⁸⁵ “Presidente Rouillé, Lisboa, 2 de Junho de 1699”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 34, f. 61v.

⁸⁶ “Presidente Rouillé, Lisboa, 4 de Junho de 1700”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 34, f. 273.

⁸⁷ “Projecto do Tratado de partilha”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 34, f. 278.

Espanha entrarem em guerra. Na opinião do embaixador Rouillé, não seria mais que uma aliança defensiva, o que para ele “não é nada”.⁸⁸ O marquês de Alegrete afirmou que Portugal não tinha intenção de entrar em guerra. As operações militares confinavam-se à eventualidade de o Imperador e da Espanha vierem a iniciar as hostilidades. Neste caso, então, seria considerada uma guerra justa. Para o embaixador francês, tal princípio mostrava que Portugal, afinal, não tivera qualquer propósito de entrar na aliança da partilha da sucessão de Espanha.⁸⁹

O rei de França intervinha como garante. Mas sob a condição de o tratado ser ratificado pela Inglaterra e pela Holanda. Estas potências recusaram-se a fazê-lo. Foi, então, decidido elaborar um tratado particular somente entre Portugal e a França conforme o que havia sido assinado anteriormente, com as potências marítimas implicadas. Dois artigos separados e secretos garantiam a posse das praças de Badajoz e de Alcântara. Bem como a promessa, por parte de Luís XIV, em incluir o rei de Portugal na escolha do príncipe a ser nomeado para suceder à partilha das possessões da coroa espanhola.⁹⁰ Se o imperador continuasse a recusar a partilha destinada ao arquiduque, D. Pedro II não poderia deixar de obter para um dos seus filhos a boa fortuna.⁹¹ No entanto, havia outros candidatos, como os duques de Lorena, da Baviera e de Sabóia. O segundo tinha a dificuldade do Estado de Milão, por não convir que este se juntasse a Castela, nem que se largasse ao imperador.⁹² Quanto ao duque de Sabóia, nesta ocasião, agiu contra os interesses da França. E, por isso, para o Delfinado marcharam 25 mil homens.⁹³ Em Londres, no mês de Setembro de 1700, o ministro imperial, informado de Paris, informaram que a nomeação iria recair num dos infantes

⁸⁸ Presidente Rouillé, Lisboa, 18 de Agosto de 1700, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 273

⁸⁹ Idem, *ibidem*, f. 66v.

⁹⁰ “Presidente Rouillé, 1x 9 de Novembro de 1700”, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 133v.

⁹¹ Idem, *ibidem*, f. 146v.

⁹² “D. Luís da Cunha, Londres, 13 de Julho de 1700”, ANTT, MNE, liv. 776, f. 56v.

⁹³ Idem, *ibidem*, f. 57.

portugueses.⁹⁴ Isto se o Imperador recusasse a parte que era atribuída ao arquiduque. A rejeição do imperador não assentava na partilha em si, mas na forma pela qual estava projectada,⁹⁵ segundo afirmam os seus ministros.

O novo tratado entre Portugal e a França foi assinado por ambas as coroas, assim como dois originais dos artigos secretos. A propósito foi dada a este novo tratado a data do precedente para encobrir ao público a alteração sobrevinda.⁹⁶ Os ministros de Inglaterra e da Holanda souberam do acto de acessão do rei de Portugal semelhante ao que lhes havia sido enviado. Desconfiaram, contudo, da assinatura simultânea de um tratado particular com a França, ainda que persuadidos da renúncia das praças espanholas.⁹⁷

Após a morte de Carlos II de Espanha a 1 de Novembro de 1700, Luís XIV em vez de respeitar a execução do tratado de partilha, aceitou o testamento que legava a coroa de Espanha ao seu neto, Filipe V, o duque de Anjou. Esta opção foi claramente entendida como menos vantajosa para o governo português. O conde de Valdstein lamentou a precipitação portuguesa de querer entrar no tratado de partilha. Teve por efeito, a resolução de Carlos II em fazer um testamento para evitar o desmembramento da monarquia. Unidas as coroas de Espanha e França, Luís XIV pretendia igualmente permanecer estreitamente ligado ao rei de Portugal. Ordenou ao seu embaixador em Lisboa que propusesse um novo tratado de aliança em termos mais vigorosos e alargar esta aliança à Espanha.⁹⁸ Por ser favorável à Liga, de Versalhes, eram enviadas ordens para impedir aos inimigos a entrada nos portos portugueses, bem como a interdição do

⁹⁴ “D. Luís da Cunha, Londres, 7 de Setembro de 1700”, ANTT, MNE, liv. 776, f. 66v.

⁹⁵ “D. Luís da Cunha, Londres, 13 de Julho de 1700”, ANTT, MNE, liv. 776, f. 56.

⁹⁶ “Presidente Rouillé, lx 9 de Novembro de 1700”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 134.

⁹⁷ Idem, ibidem, f. 134v.

⁹⁸ “Presidente Rouillé, Lisboa, 30 de Novembro de 1700, AMAE, vol. 35, f. 150.

seu comércio.⁹⁹ Esta era vista como condição mínima para uma aliança defensiva, tentando ainda estender estas prerrogativas a outras partes do mundo.

Para convencerem os ministros portugueses, o governo da França sublinhava que a Inglaterra e a Holanda, não tinham declarado a guerra até àquele momento. E se o fizessem, certamente não passaria de um fogo passageiro. A maneira mais segura para os desencorajar seria, precisamente, a união, de forma a recearem a perda completa do seu comércio ao serem fechados, simultaneamente, os portos de França, Espanha e Portugal.¹⁰⁰ E assim, os ingleses e holandeses, sabendo da assinatura deste tratado, e privados de todos os portos, de todo o comércio e de todo o rendimento, muito pouco provável seria que se determinassem a fazer a guerra¹⁰¹. À primeira vista poderia parecer uma medida extrema, mas as propostas concorrentes também não foram consideradas razoáveis. Por parte do imperador, o embaixador alemão explicou o seu “plano imaginário” de uma Liga de toda a Europa contra a França e a Espanha. Com a previsão de um número infinito de tropas em acções executadas de forma exaustiva por terra e por mar. Seria uma guerra de tão longa duração que aqueles que viviam naquela época não veriam o fim. O secretário de Estado, Mendo Fóios, não pôde conter-se a considerar o embaixador como uma pessoa pouco sensata. Quanto às Províncias Unidas e à Inglaterra, estas potências reconheceram Filipe V como soberano de Espanha, respectivamente, em Fevereiro e, em Abril de 1701. Reconhecendo que levou os ministros portugueses a ficar mais seguros quanto à tranquilidade das potências marítimas. A partir de então, a corte portuguesa entendeu ser essencial assegurar-se da

⁹⁹ “Louis XIV a Presidente Rouillé”, Lisboa, 26 de Dezembro de 1700, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 152v.

¹⁰⁰ “Presidente Rouillé, Lisboa, 1 de Fevereiro de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 200.

¹⁰¹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 8 de Março de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 239.

paz do lado de Espanha.¹⁰² Considerado como o momento oportuno para entrar na aliança proposta, exigiu tratar com a Espanha ao mesmo tempo que o fazia com a França. Uma aliança muito desejada na conjuntura de forma a pôr fim aos movimentos dos países que queriam perturbar a paz na Europa.¹⁰³ O embaixador francês em Lisboa recebeu então plenos poderes para assinar, em nome de Filipe V, o tratado de aliança.

Se a união permitia, em caso de guerra, o encerramento dos portos aos ingleses e aos holandeses, isto preocupava o governo de Lisboa. E assim o ministério português alertou para a provável destruição do comércio do reino. E que as duas nações, francesa e espanhola, iriam mobilizar as exportações, resultando num enorme prejuízo para a população. E uma diminuição quase total dos rendimentos das alfândegas e sem cobrança de impostos habituais, uma vez que Portugal permaneceria em estado de guerra.¹⁰⁴ Todas estas perdas, gerais e particulares, decorreriam de uma consequência da aliança com a França e a Espanha. Foi, portanto, tido como indispensável ajustar uma convenção sobre os socorros franceses. Ora, por ocasião da ratificação do tratado, deveriam ser retirados os artigos que continham as promessas ao reino português, contra a Inglaterra e a Holanda, de modo a torná-los secretos. É que ignorando estas nações as disposições acordadas, a sua reacção não seria tão negativa oferecendo a Portugal uma maior margem nas negociações. O embaixador Rouillé, para além do duque de Cadaval, conseguiu o aforro do cardeal de Sousa, do marquês de Arronches e de seu irmão, bem como do secretário de Estado, Mendo de Fóios. O objectivo do tratado era, afinal, manter a paz, apesar de não se recear a guerra, a qual, certamente, no parecer dos

¹⁰² Presidente Rouillé, Lisboa, 16 de Fevereiro de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, Presidente Rouillé f. 219.

¹⁰³ , Presidente Rouillé, Lisboa, 19 de Março de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 249v.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, f. 252v.

ministros portugueses, seria de curta duração.¹⁰⁵ Quando os ministros do Império, de Inglaterra e da Holanda tomaram conhecimento do tratado, em que Portugal se aliava às duas coroas por vinte anos, obrigando-se ao mesmo tempo a fechar os portos a quem lhes fizesse a guerra, ficaram bastante surpreendidos. Sabiam das negociações, mas estavam convencidos que dizia respeito à definição da neutralidade.¹⁰⁶

Num primeiro momento, houve quem entendesse o tratado como uma contribuição para a paz europeia. O rei de Portugal chegou mesmo a receber uma carta dos Estados Gerais a agradecer-lhe o esforço para a manutenção da paz.¹⁰⁷ Mas o esforço acabou por ser infrutífero, pois o Imperador decidiu fazer a guerra. A 7 de Setembro de 1701 foi assinado o tratado da “Grande Aliança” entre o Império austríaco, a Inglaterra e as Províncias Unidas. A conjuntura modificou-se totalmente e a aliança com a França tornou-se efectivamente num compromisso para empreender a guerra, agora tida por eminente. O tratado com a França foi elaborado numa época em que não se imaginava que a nação inglesa quisesse invadir os Estados do rei católico.¹⁰⁸ O duque de Cadaval, o principal ministro afecto aos franceses, passou a receber diariamente ameaças, caso algo desvantajoso sucedesse ao reino. E por isso tomou a decisão de alojar na própria residência uma companhia de cavalaria para sua segurança.¹⁰⁹

Entretanto foram vários os acontecimentos que se precipitaram em Inglaterra. Jaime II morreu a 16 de Setembro. Luís XIV infringindo o tratado de Ryswick, reconheceu o seu filho Jaime III como rei de Inglaterra. D. Pedro II seguiu a mesma política. Guilherme III de Inglaterra ordenou então ao seu enviado em Lisboa para expressar o seu desagrado junto do monarca português. Considerou-se então que sendo

¹⁰⁵ “Presidente Rouillé, Lisboa, 23 de Junho de 1701, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 376v.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, f. 375v.

¹⁰⁷ “Presidente Rouillé, Lisboa, 7 de Julho de 1701, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 416v.

¹⁰⁸ “D. Luís da Cunha, Londres, 21 de Março de 1702”, ANTT, MNE, liv. 777, f. 58v.

¹⁰⁹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 20 de Outubro de 1701, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 495v.

a guerra declarada pela Inglaterra e pela Holanda, seria este o pretexto.¹¹⁰ Entretanto, Guilherme III faleceu entretanto, a 19 de Março de 1702, e a sua sucessora, a rainha Ana, comprometeu-se a seguir a mesma política estrangeira ditada pela maioria parlamentar dos *whigs*, partidários da guerra. Os franceses estranharam que em Portugal se tivesse determinado em poucas horas a reconhecer a princesa Ana como rainha de Inglaterra,¹¹¹ numa corte onde as deliberações eram por regra lentas, em matérias que exigiriam brevidade. D. Pedro II assegurou ao Núncio que esta iniciativa não ia contra o prometido ao rei de França, por o objecto da aliança ser o de conservar a sucessão por inteiro ao trono espanhol à majestade católica.

Em Portugal, também ocorreram alterações no governo. Em inícios de Dezembro de 1701, o secretário de Estado, Mendo de Fóios, sofreu uma apoplexia e foi substituído por Roque Monteiro. Com o falecimento do cardeal de Sousa, a 3 de Janeiro de 1702, sem contar com o seu irmão, o marquês de Arcos, tido por psiquicamente débil, o Conselho de Estado ficou reduzido a três pessoas, o marquês de Alegrete, o conde de Alvor e o duque de Cadaval. Este, por sua vez, nos últimos tempos adoecera, sofrendo de “grande melancolia”.¹¹² Os conselheiros de guerra foram, então, chamados para se lhes juntar. E assim passaram a integrar os Conselhos de Estado, o conde de Galveias, o marquês de Nisa, o marquês das Minas, o conde de S. Vicente e o conde de Atalaia. Era um ministério renovado de forma a fazer face a uma nova conjuntura. Das suas deliberações e consultas veio a resultar uma posição política assaz ambígua e assim todas as possibilidades permaneciam em aberto. Pretendemos contrariar a tese

¹¹⁰ “Presidente Rouillé, Lisboa, 25 de Outubro de 1701, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 35, f. 498.

¹¹¹ “Presidente Rouillé a Luís XIV, Lisboa, 18 de Abril de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 25.

¹¹² “Presidente Rouillé, Lisboa, 3 Janeiro de 1702, AMAE, vol. 38, Suplemento, *Correspondência política, Portugal* f. 2.

determinista de Jorge Borges de Macedo ao afirmar que a participação de Portugal na Guerra de Sucessão de Espanha não passou de inevitabilidade.¹¹³

Da corte francesa segue a ordem para o seu embaixador em Lisboa aceitar um tratado de neutralidade, sendo preferível a uma aliança portuguesa com Inglaterra e os Estados Gerais.¹¹⁴ Num caso de neutralidade simples, não seriam acordados os socorros franceses, já que os portugueses por serem neutrais não tinham nada a temer dos ingleses e dos holandeses. Colbert considera que propondo o governo as mesmas condições para um pacto de neutralidade que as concedidas no pacto de aliança, seria possível oferecer-lhes. Mas previne que a sua execução poderia provocar a guerra.¹¹⁵ Se os portugueses mostrassem vontade em tornar definitivo o tratado provisório sobre as terras do Cabo do Norte, no Brasil, o embaixador francês teria de declarar injusto exigir as mesmas condições que seriam acordadas numa liga ofensiva e defensiva para um simples tratado de neutralidade. A cedência dessas terras só poderia ocorrer na iminência de uma ruptura das negociações. Para a corte francesa, as duas principais condições para uma eventual neutralidade seria a liberdade de comércio e a entrada de seis navios de guerra nos portos portugueses. Os portugueses gostariam, antes de mais, ver executados os antigos tratados com a França, a Inglaterra e a Holanda durante a guerra como durante a paz.¹¹⁶ Os franceses, por sua vez, preferiam que a neutralidade fosse garantida sem um tratado particular. Pensavam tirar vantagem mais tarde ao deixar um justo motivo para censurar a falta de cumprimento da aliança entre Portugal e a França.¹¹⁷ Era preferível que Portugal se mantivesse neutro sem assinar um tratado do

¹¹³ Jorge Borge de Macedo, *Op. cit.*, p. 260.

¹¹⁴ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 24 de Maio de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal* vol. 36, f. 184v.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹¹⁶ “Presidente Rouillé, Lisboa, 16 de Maio de 1702”, AMAE, vol. 39, f. 80v.

¹¹⁷ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 30 de Julho de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 256.

que desobrigá-lo do acordado na primeira aliança.¹¹⁸ É que, por parte dos franceses, a intenção seria de recordar esse acordo num momento oportuno. Desta forma, o tratado subsistira por inteiro e as negociações podiam continuar visando o ano seguinte a reunião de navios suficientes para impedir as actividades das duas potências marítimas, Inglaterra e Holanda. D. Luís da Cunha escreve de Londres, revelando o desejo do rei regressar aos antigos tratados com a coroa inglesa garantindo não ofenderem o tratado concluído com a França. Na sua opinião, esta ambivalência poderia sustentar-se se o motivo apresentado para os ingleses invocarem a guerra não envolvesse a sucessão de Espanha.¹¹⁹ Nestes termos, parecia-lhe justo, que, sem ofender nenhuma das potências, Portugal conseguisse conservar um bom entendimento com um e outro lado, porque “Inglaterra somente nos pedia a nossa amizade sem que perdêssemos a de França, e que França no la pede em forma que devemos quebrar com Inglaterra.”¹²⁰

Methuen não compreendia como o rei de Portugal mantendo boas relações com os dois partidos beligerantes pudesse continuar *neuter*, quando estes se comportavam segundo o seu estrito interesse, fazendo todos os esforços para inclinar os portugueses a seu favor. Questionar-se como poderia um ministro ser tão ingénuo e acreditar ser possível que um tratado de neutralidade pudesse agradar a França e a Inglaterra¹²¹. O marquês de Alegrete lembrou a Methuen a propósito que na sua primeira estada em Portugal, lhe havia feito, caso D. Pedro II abandonasse a aliança com França, relativo ao envio de socorros, em caso de ressentimento por parte dos franceses. E isto, apesar de Portugal não integrar a aliança com os ingleses. Methuen confirmou, mas apenas se a esquadra inglesa pudesse em todas as ocasiões fazer uso dos portos portugueses. A

¹¹⁸ “Colbert ao Presidente Rouillé, Versailles, 4 de Março de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 313v.

¹¹⁹ “D. Luís da Cunha, Londres, 21 de Março de 1702”, ANTT, MNE, *Correspondência política, Portugal*, liv. 777, f. 48v.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, f. 58v.

¹²¹ “John Methuen to earl of Nottingham”, Lisboa, 7 de Setembro 1702, BL, Add. 29590, f. 115.

amizade entre Portugal e a Inglaterra dependia, portanto, inteiramente da liberdade de acesso aos portos.¹²² Um pacto de neutralidade nunca seria admitido sem o livre acesso dos navios ingleses aos portos de Portugal.¹²³ Methuen considerou ser inviável a neutralidade porque se os navios ingleses tivessem o uso aos portos portugueses, a França iria interpretar esse direito como um favorecimento e de imediato faria a guerra.¹²⁴ Além das hostilidades, mesmo se os navios ingleses pudessem entrar livremente nos portos do reino, como antes faziam, seria muito escasso, ou até nenhum o interesse que poderiam tirar desta liberdade, antes grandes prejuízos.¹²⁵ Os navios que fossem a Portugal cairiam nas mãos dos franceses pois estes partilhavam as mesmas facilidades dos portos portugueses, para além dos portos de Espanha. Assim, em certas circunstâncias a neutralidade portuguesa seria para os ingleses tanto ou mais prejudicados que a própria guerra. Por sua vez, não podendo os navios mercantes ingleses aportar em Portugal sem grande risco, os portugueses acabariam por ser afectados pela diminuição das exportações de vinhos e demais frutos. No que diz respeito ao “negócio dos pannos”, para D. Luís da Cunha, era uma matéria a merecer muita atenção.¹²⁶ Os mercadores deveriam ser ouvidos de forma a promoverem as vantagens para Portugal num momento em que a guerra se encontrava pendente, “pois este seria o mayor lucro que devíamos tirar da neutralidade”¹²⁷. Vemos assim que o célebre tratado de Methuen, assinado em 1703, foi concebido para o caso de Portugal adoptar a neutralidade durante a guerra da Sucessão de Espanha. O reino português era a única via de acesso do comércio inglês em Espanha, através dos portos de Lisboa, Porto e outros. Conseguindo introduzir nos domínios portugueses e espanhóis as suas

¹²² Idem, *ibidem*, f. 116v.

¹²³ “John Methuen to earl of Nottingham, 1x 13 novembro 1702”, BL, Add. 29590, f. 159.

¹²⁴ “John Methuen to earl of Nottingham, 1x 26 Janeiro 1703”, BL, Add. 29590, f. 207v.

¹²⁵ “D. Luís da Cunha, Londres, 29 de Agosto de 1702”, ANTT, MNE, liv. 777, f. 113.

¹²⁶ “D. Luís da Cunha, Londres, 26 de Junho de 1702”, ANTT, MNE, liv. 777, f. 95.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, f. 95v.

manufaturas.¹²⁸ Para a corte de Madrid, os ingleses e os holandeses tiravam grande vantagem com a neutralidade portuguesa. Conseguiriam, assim, iludir as penas impostas aos transgressores da Real pragmática de 13 de Junho de 1702.

Entretanto, os franceses tentavam encontrar a maneira de propor a neutralidade ao rei de Portugal sem que desistisse da aliança.¹²⁹ Convinha, no entanto, ao serviço de Luís XIV aguardar que a proposta de um tratado de neutralidade fosse da iniciativa dos portugueses.¹³⁰ Neste caso, as condições já não lhes seriam tão favoráveis como as que poderiam obter vindo a iniciativa do lado francês.¹³¹ Em Espanha, o sentimento era idêntico. E o seu embaixador em Lisboa, desde 11 de Julho de 1702, dispunha já de instrução para o caso de se negociar um tratado de neutralidade. O embaixador estava de acordo com o de França para aguardar uma proposição do rei português.¹³² E, de facto, D. Pedro II declarou-se neutro e um tratado de neutralidade foi acordado, em Setembro de 1702, mas somente entre os portugueses e os ingleses.¹³³ Os franceses não souberam deste acordo e continuaram convencidos de que as negociações para um tratado de neutralidade ainda estavam a decorrer. Segundo a sua perspectiva, a dilatação das negociações justificava-se para não tomar qualquer posição contrária ao tratado concluído no ano precedente com a França e a Espanha. Podendo mesmo retomar a mesma política e pô-la em prática. E se, com o desenrolar dos acontecimentos o tratado lhe parecesse vantajoso.¹³⁴ Através de uma “subtileza política”, o rei diferiu a assinatura do tratado para poder imputar a falta de cumprimento dos franceses em relação à Liga.

¹²⁸ “Filipe V, Madrid, 12 de Dezembro de 1702”, AHN, Leg. 1765, f. 1.

¹²⁹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 2 de Maio de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 37.

¹³⁰ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 8 de Março de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 312.

¹³¹ “Presidente Rouillé a Luís XIV, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 41.

¹³² “Apontamentos do que se passou sobre o tratado de neutralidade com Portugal”, AHN, Leg. 1787, f. 1.

¹³³ “Despacho do Secretário de Estado José de Faria a João Methuen, 16 de Setembro de 1702”, in José Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos...* op.cit., Tomo I, p. [138].

¹³⁴ “Presidente Rouillé, Lisboa, 31 de Outubro de 1702”, AMAE, vol. 38. Suplemento, f. 220.

Esta era, assim, a justificação dos franceses para a ausência da assinatura formal de um tratado de neutralidade.

Pouco antes de ser formada a aliança portuguesa com as potências marítimas e o Império, em Fevereiro de 1703, foram emitidos poderes ao embaixador francês em Lisboa para ajustar a convenção de neutralidade.¹³⁵ Em Abril de 1703, Rouillé recebe, por conseguinte, as ordens para fazer as primeiras diligências tendo em vista a elaboração de um tratado de neutralidade. Os franceses estavam persuadidos que tal acordo poderia esbater a apreensão do governo português relativamente ao receio de um ataque espanhol.¹³⁶ Por sua vez, o marquês de Torcy referiu que se Portugal se compromettesse a observar a neutralidade durante a guerra, o rei Cristianíssimo poderia, assim, já em estado de enviar os socorros necessários, ajudar a defender “uma causa tão justa”, sem qualquer perigo para os Estados portugueses.¹³⁷ Ora, o tratado de neutralidade seria apenas útil aos franceses se o mesmo proibisse a entrada das potências marítimas em Espanha através do espaço português. Seria uma penosa diversão para as suas forças, obrigando a extraordinárias despesas.¹³⁸ Foi com o intuito de evitar esta situação que Rouillé abordou o duque de Cadaval sobre o problema da interdição dos portos de Portugal a todos os navios de guerra. Como a proposição não foi aceite, restava ajustar as condições para assegurar a liberdade de entrada e saída dos navios nos portos portugueses.¹³⁹ O rei de Portugal não queria infringir os termos de uma exacta neutralidade. Como tal, não tomaria qualquer resolução que desagradasse

¹³⁵ “Presidente Rouillé, Lisboa, 20 de Fevereiro de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40 f. 50v.

¹³⁶ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 22 de Abril de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 324.

¹³⁷ “Extracto de um ofício do enviado de Portugal na corte de França. Paris, 30 de Julho de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 38. Suplemento, f. 206.

¹³⁸ “Presidente Rouillé, Lisboa, 16 de Maio de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 80.

¹³⁹ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 14 de Abril de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 322.

aos ingleses e aos holandeses.¹⁴⁰ Foi assim dito a Paul Methuen que os portos continuariam abertos, mas somente para os navios mercantes. O enviado inglês de imediato compreendeu tratar-se de “um artifício” da França.¹⁴¹ Os franceses propunham este meio termo por saberem quão prejudicial seria a Portugal a quebra do comércio. Uma proposição inaceitável para a Inglaterra dada a necessidade de frotas de escolta, sem as quais seria impossível a navegação dos demais navios mercantes.

Tomada a resolução do governo português em preservar a aliança com Inglaterra, a dificuldade que se punha era encontrar uma saída para se libertarem do compromisso assumido com a França sem comprometer a palavra dada.¹⁴² O primeiro artigo da aliança com França obrigava os franceses a enviar socorros por mar, para defesa das possessões ultramarinas, bem como da costa e portos de Portugal, para sua segurança, e do seu comércio. Com base em tal artigo, foram solicitados vinte navios e cinco brulotes para impedir a entrada dos inimigos, como para defender os outros portos e costas do reino. Seriam ainda necessários doze navios para o Brasil, por ter sido advertido que os inimigos fariam uma investida em Pernambuco. Finalmente, foram pedidos mais oito navios para as Índias Orientais para defender Goa e outros domínios¹⁴³. Perante tão extraordinário número de socorros, nada indicava que pudessem ser enviados. De modo que a chegada da frota inglesa à costa portuguesa bastaria para libertar o rei português dos compromissos assinados. Esta proposta foi sugerida pelo marquês de Alegrete a John Methuen, e apresentada como um método infalível para os portugueses se libertarem da França e assim conservavam a amizade com a Inglaterra e a Holanda. O duque de Cadaval, no seu cargo de conferente do

¹⁴⁰ “Presidente Rouillé, Lisboa, 27 de Fevereiro de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 52.

¹⁴¹ “D. Luís da Cunha, Londres, 21 de Março de 1702”, ANTT, MNE, liv. 777, f. 58.

¹⁴² “John Methuen to earl of Nottingham, Lisboa, 19 maio 1702”, BL, add. 29590, f. 29.

¹⁴³ “Presidente Rouillé a Luís XIV, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1702, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 38, Suplemento, f. 94v.

embaixador francês, teve por missão transmitir a declaração do rei, requerendo os socorros prometidos. Missão complexa, por se encontrar comprometido como que tinha a dizer, preferiu ler a instrução régia.¹⁴⁴ Em suma, que se os socorros fossem fornecidos, os portos seriam encerrados e as obrigações do tratado de aliança com França satisfeitas. Contudo, se a frota inglesa aparecesse antes, os ingleses e os holandeses seriam tratados na base dos antigos tratados e a sua entrada franqueada no porto lisboeta até ao quantitativo de seis navios de guerra e sem qualquer restrição no que respeita a navios mercantes. Estabelecer-se-ia então uma neutralidade tácita com todas as coroas. Vemos, assim, que o aparecimento da frota inglesa na costa portuguesa foi uma ideia sugerida pelo lado português e o respectivo plano concertado entre as duas coroas.

Por acordo mútuo, a frota inglesa, ou parte dela, seria recebida nos portos portugueses com mostras de amizade e civilidade, mas somente em caso de perigo no mar ou de outra urgente necessidade, de acordo com os artigos de tratados anteriores entre a Inglaterra e Portugal.¹⁴⁵ Seria preferível para a honra do soberano português que tudo o que fosse feito deveria ser visto como um acto voluntário e não fruto de constrangimento. Consequentemente, para a sua reputação, seria melhor que a frota se mantivesse à vista da costa e não entrasse na barra do Tejo.¹⁴⁶ Esta entrada poderia dar a impressão de uma ameaça. Paul Methuen considera, no entanto, esta cláusula um comportamento “reservado e misterioso” em relação aos ingleses. Interpreta-a como uma manobra para ganhar tempo sem ofender a França, deixando passar a temporada de beligerância activa e garantir a chegada em segurança da frota do Brasil. Por seu lado,

¹⁴⁴ “Presidente Rouillé, Lisboa, 13 de Julho de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 127v.

¹⁴⁵ “Paul Methuen a George Rook, 1x 10 julho 1702”, BL, add. 29590, f 53.

¹⁴⁶ “Paul Methuen to Earl of Nottingham, Lisboa, 14 julho 1702, BL, add. 29590, f 62.

John Methuen garantiu ao rei português que a frota inglesa não teria com a sua chegada a mínima intenção de perturbar o reino.¹⁴⁷

Ora, a 18 de Agosto de 1702, pelas cinco da tarde, a frota anglo-holandesa foi avistada do forte de Peniche. Passou depois pela boca do Tejo. Circunstância suficiente para permitir a coroa de Portugal declarar-se livre e desobrigado da aliança com França como se esta nunca tivesse tido lugar, mantendo a sua amizade e tratados com Inglaterra e a Holanda.¹⁴⁸ O duque de Cadaval fez a “declaração de neutralidade”, apenas em termos verbais. Ficava assente não se fecharem os portos e Portugal viver de boas relações com todas as potências da Europa, tal como acontecera nos últimos trinta anos. Perante tal declaração, o embaixador francês manifestou a sua surpresa, interpretando o acontecimento como “uma espécie de rendição sem ter sido atacado”.¹⁴⁹ Foi registado o “estranho modo”¹⁵⁰ por haverem notificado o embaixador francês, sem, no entanto, nada ter sido participado ao enviado espanhol. O marquês de Capecelatro, não tendo sido inteirado da neutralidade, teve instruções para se fazer de desentendido num ofício que tinha de enviar a propósito de uma presa feita pelos ingleses em Ostende. Vendo que não se lhe dizia nada, o embaixador espanhol foi ver o confessor do rei. Também afirmou nada saber.¹⁵¹ Somente a 28 de Agosto, José de Faria lhe explicou a situação e os motivos que levaram o rei a aceitar a neutralidade.

Na perspectiva francesa, a corte portuguesa expunha-se a contestação sobre os limites da colónia de Cayenne, relativamente à da colónia de S. Gabriel que confinava com a de Buenos Aires, e ainda à impugnação a propósito do tratado do *Asiento*. Seria, ainda, provável perder a garantia do tratado de 1668 entre Portugal e Espanha, ficando,

¹⁴⁷ “John Methuen to earl of Nottingham, Lisboa, 6 agosto 1702, BL, add. 29590, f. 101.

¹⁴⁸ “John Methuen to earl of Nottingham, Lisboa, 25 agosto 1702, BL, add. 29590, f. 106v.

¹⁴⁹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 22 de Agosto de 1702”, AMAE, vol. 39, f. 236v.

¹⁵⁰ “Conselho de Estado, Madrid, 26 de Agosto de 1702”, AHN, Leg. 1778, f. 9v.

¹⁵¹ “Marquês de Capecelatro, Lisboa, 29 de Agosto de 1702”, AHN, Leg. 1778, f. 1v.

por isso, mais dependente da França.¹⁵² Apesar de tudo, Rouillé não via a Liga interrompida por esta declaração de neutralidade. Com efeito, D. Pedro II assegurou-lhe não ser impossível retomar a execução do tratado no ano seguinte.¹⁵³ A neutralidade permitia a admissão dos socorros franceses quando estes pudessem ser enviados.¹⁵⁴ Entretanto, o marquês de Alegrete, conferente de Methuen, confidenciou na altura dispor de ordens régias para ouvir o que os ingleses tinham para oferecer relativamente a uma nova aliança. Apesar de colocar muitas dificuldades e objecções, falou, no entanto, como se estivesse fortemente empenhado na referida união. O embaixador francês, por sua vez, foi informado de uma longa audiência de Methuen com o rei, na qual este lhe fez a proposta de entrar em conversações a fim de acordar as condições de um tratado que estabelecesse solidamente uma política de neutralidade.¹⁵⁵

Quanto à possibilidade de Portugal entrar na Aliança, o embaixador austríaco mostrou-se céptico no que respeita à necessidade de solicitar socorro ao reino de Portugal com vista a colocar o arquiduque Carlos em posse da coroa espanhola. Isto por haver um apoio popular em Espanha e na falta dele, a ajuda de Portugal também não seria suficiente. Não punha objecção a uma aliança do Império com Portugal, mas sublinhava que esta não era importante para o seu soberano. O mesmo embaixador pediu a Methuen para não criar expectativas aos portugueses sobre cedências territoriais em Espanha, as quais seriam tratadas posteriormente.¹⁵⁶ Referia a ajuda da corte austríaca na conquista da ilha de Caiena, no rio Amazonas, ou ceder-lhes algum território no Rio da Prata, porém mostrou-se adverso a qualquer transferência territorial

¹⁵² “Presidente Rouillé, Lisboa, 26 de Setembro de 1702”, AMAE, vol. 39 *Correspondência política, Portugal*, f. 298.

¹⁵³ “Presidente Rouillé, Lisboa, 24 de Outubro de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 334v.

¹⁵⁴ “Apontamentos do que se passou sobre o tratado de neutralidade com Portugal”, AHN, Legado 1787, f. 2.

¹⁵⁵ “Presidente Rouillé, Lisboa, 12 de Setembro de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 39, f. 269v.

¹⁵⁶ John Methuen to earl of Nottingham, 1x 25 agosto 1702, f. 108.

na Península.¹⁵⁷ Esta atitude foi considerada por Methuen como “muito estranha”. Methuen, contudo, admitiu algumas exceções à regra a integrar no reino de Portugal, de uma parte do território da Estremadura, a cedência do porto galego de Vigo, além do distrito de Pontevedra e Baiona.¹⁵⁸ Ora logo que o embaixador alemão teve conhecimento de estar quase concluída a negociação, passou a propor aos negociadores portugueses, primeiramente as Filipinas, depois as Canárias, em seguida o reino da Sardenha. Lugares com grande interesse, refere Methuen, mas que não agravam aos portugueses.¹⁵⁹ D. Luís da Cunha, da corte londrina, alertava Lisboa, considerando que tudo o que se oferecesse fora da Europa não eram propostas compensadoras, mas antes serviria para “fazer mais irregular a Monarquia, por lhe ser necessário crescer em gente, antes de ter onde a empregar.”¹⁶⁰ Era assim razoável aceitar a proposta do imperador que oferecera uma das arquiduquesas para casar com o príncipe do Brasil e em dote presenteava o reino de Galiza. Devido à dificuldade em chegar acordo, foi necessária mediação dos diplomatas aliados para aceitar na Galiza as praças de Salvaterra, Gaião e Montereí e na Estremadura, Alcântara, Valença e Albuquerque, os quais, nem eram fortificados, nem muito extensos. Os portugueses desistiram momentaneamente de Badajoz e, definitivamente, de três povoações em Castela-a-Velha, isto é, de Ciudad Rodrigo, Sanabria e Alcaniças.

Depois de receber instruções para o tratado de aliança, o embaixador austríaco não anuiu os artigos sobre a cedência de territórios em Espanha como na América. Como se opunha a ver o arquiduque designado no tratado como rei de Espanha.¹⁶¹ Neste quadro o chanceler inglês tomou as mais variadas medidas para levar o embaixador

¹⁵⁷ John Methuen to earl of Nothingham, 1x 30 Novembro 1702, f. 166v.

¹⁵⁸ John Methuen to earl of Nothingham, 1x 7 Dezembro 1702, f. 131.

¹⁵⁹ John Methuen to earl of Nothingham, 1x 20 Fevereiro 1703, f. 220.

¹⁶⁰ ANTT, MNE, liv. 777, D. Luís da Cunha, Londres, 26 de Setembro de 1702, ff. 138v-139.

¹⁶¹ John Methuen to earl of Nothingham, 1x 19 Janeiro 1703, f. 205v.

austríaco a mudar de método com o ministro com quem negociava, Roque Monteiro.¹⁶² E pensava existir “um grande mistério” pelo facto de a corte de Viena não desejar a vinda do arquiduque a Portugal, nem desejar que a monarquia de Espanha fosse atribuída à sua pessoa. O enviado inglês não estava sozinho a pensar nisso. Muitos em Espanha estavam persuadidos, que o Imperador sempre se referia ao seu próprio direito e o da Casa de Áustria à sucessão de Espanha.¹⁶³ Pressionado por Methuen sobre a pretensão de o arquiduque ser declarado rei de Espanha, o embaixador dava respostas evasivas. Methuen concluiu que o Imperador ou não desejava realmente uma aliança com Portugal e fazer o arquiduque rei de Espanha ou, então, estava muito mal servido pelo seu embaixador.¹⁶⁴ Na verdade, somente a 12 de Setembro de 1703, é que o Imperador renunciou, para ele e seu filho varão, a todos os direitos sobre a coroa de Espanha.¹⁶⁵ Somente nestas condições, o arquiduque pôde, finalmente, ser reconhecido como rei Carlos III de Espanha. Devemos sublinhar a insistência portuguesa na presença do arquiduque em Portugal, como condição para fazer parte da aliança e desencadear a guerra. Desta perspectiva, Portugal contribuiu para o desmembramento da monarquia universal dos Habsburgos austríacos. Ora, somente após estar assegurado este requisito, Portugal se poderia aliar ao Império (e às potências marítimas) e colaborar na aliança contra o outro projecto de monarquia universal, desta vez, de iniciativa francesa, e porque o mesmo fosse desmantelado.

O marquês de Alegrete apesar da inclinação em inviabilizar a aliança com a França e estabelecer um tratado de paz, amizade e comércio com a Inglaterra, parecia estar muito apreensivo, segundo Methuen, com as consequências de uma guerra que iria certamente alterar a situação política. Apesar de não se opor à entrada de Portugal na

¹⁶² John Methuen to earl of Nottingham, 1x 25 agosto 1702, f. 173.

¹⁶³ John Methuen to earl of Nottingham, 1x 25 agosto 1702, f. 173v.

¹⁶⁴ John Methuen to earl of Nottingham, 1x 13 Janeiro 1703, f. 192.

¹⁶⁵ Lucien Bély, *Les relations internationales en Europe. XVII^e-XVIII^e siècles*, Paris, PUF, p. 395.

aliança, tentava ganhar tempo e atrasava qualquer resolução, enquanto primeiro comissário do Tesouro, até o reino ser provido de armas, artilharia e o necessário.¹⁶⁶ Mas os restantes membros do governo, pensavam ser impossível manter os seus lugares, caso o rei se decidisse entrar em guerra. Assim, primeiramente opuseram-se e, depois, passaram a pôr entraves à resolução do rei, a qual iria certamente trazer outras pessoas a partilhar a administração do reino.¹⁶⁷ É certo que as delongas da corte de Lisboa, em resolver o assunto eram tais, que o rei de França teve tempo para perceber o que se passava e tomar medidas para influenciar os ministros portugueses. Methuen foi assim informado das valiosas ofertas do cardeal d'Estrées.¹⁶⁸

Por parte do governo português foi apresentado um projecto aos ingleses, com uma série de cláusulas visando dificultar a entrada na aliança, nomeadamente para a tornar impossível naquela altura do ano. As que diziam respeito a armas, munições e tropas, eram tão excessivas que nunca poderiam ser cumpridas a tempo. Estas cláusulas foram inseridas no projecto de tratado por aqueles que se opunham ao mesmo.¹⁶⁹ O duque de Cadaval, considerado um indefectível apoiante do partido francês, de forma esperada, admitia com agrado ver um príncipe cadete de França admitido à sucessão de Espanha. Julgava, no entanto, que a reunião de Espanha com a França seria contrário aos interesses dos restantes Estados da Europa.¹⁷⁰ E isso, Portugal não podia excluir-se a uma liga destinada a impedir este desejo. Vemos assim que o duque de Cadaval, ainda que simpatizante da política francesa, zelava antes de mais pelos interesses do reino português.

¹⁶⁶ “John Methuen to earl of Nottingham, 1x 13 novembro 1702”, BL, add. 29590, f. 159v.

¹⁶⁷ “John Methuen to earl of Nottingham, 1x 27 novembro 1702”, BL, add. 29590, f. 165.

¹⁶⁸ “John Methuen to earl of Nottingham, 1x 5 Janeiro 1702”, BL, add. 29590, f. 180v.

¹⁶⁹ “John Methuen to earl of Nottingham, 1x 13 Janeiro 1703”, BL, add. 29590, f. 191.

¹⁷⁰ “Presidente Rouillé, Lisboa, 15 de Julho 1698”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 33, f. 186.

Os aliados, por sua vez, fizeram tudo para levar Portugal a assinar um tratado de confederação. Por alegarem o perigo de uma hipotética monarquia universal, D. Luís da Cunha considera ter sido esta a principal razão a levar os franceses a romperem o tratado de “partilha” e a atribuírem a coroa de Castela ao duque de Anjou. Como não parece possível que o duque de Borgonha viesse a ter filhos, pela sua morte as duas coroas viriam, por conseguinte, unir-se-iam de direito.¹⁷¹ Vendo a irresolução do governo português e esgotados os argumentos, Methuen usou da intimidação, ao declarar que em caso de Portugal não entrar na aliança contra a França, não poderia manter a amizade com Inglaterra. Isto foi por todos entendido como uma clara ameaça ao rei de Portugal.¹⁷² Como se vê era muito limitada a iniciativa portuguesa em fazer vingar a ideia de se manter neutral. Podemos questionar até que ponto a entrada de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha foi resultado de uma opção própria.¹⁷³

Convém esclarecer que o desígnio dos aliados, nesta aliança com Portugal, não era tanto destronar Filipe V e colocar o arquiduque no trono de Espanha, mas comprometer os portugueses na guerra, para ocasionar uma diversão e obrigar a retirada das forças francesas do Reno, de Flandres e de Itália. Os aliados poderiam, depois, prosseguir mais à vontade, os seus objectivos nestas partes.¹⁷⁴ D. Luís da Cunha opina que Portugal deveria entrar na Confederação pois, não lhe parecer provável haver outra ocasião em que, legitimamente, pudesse alargar as fronteiras dos seus Estados.¹⁷⁵ Desta forma, a nova união projectada com o Império deveria fundar-se, primeiramente, no casamento do arquiduque com uma infanta portuguesa. O mesmo deveria transferir-se a Lisboa escoltado por navios de Inglaterra e da Holanda, os quais levariam, igualmente, tropas alemãs para fazer a guerra a Espanha, auxiliados pelas forças do rei de

¹⁷¹ “D. Luís da Cunha, Londres, 29 de Agosto de 1702”, ANTT, MNE, liv. 777, f. 115.

¹⁷² “John Methuen to earl of Nottingham, Lisboa, 9 Março 1703, BL, add. 29590, f. 227v.

¹⁷³ Nuno Gonçalo Monteiro, *Op. cit.*, p. 98.

¹⁷⁴ “Paul Methuen ao Earl of Nottingham, Lisboa, 25 de Abril 1703”, BL, add. 29590, f. 232.

¹⁷⁵ “D. Luís da Cunha, Londres, 26 de Setembro de 1702”, ANTT, MNE, liv. 777, f. 137v.

Portugal.¹⁷⁶ Os portugueses viam a pessoa do arquiduque, como sendo de grande importância, como se tratasse de vinte mil homens.¹⁷⁷ Por isso, se o arquiduque e os socorros não chegassem, o rei de Portugal continuaria *neuter*.¹⁷⁸

No início de 1703, de novo D. Pedro II apresenta a declaração de neutralidade a John Methuen, reiterando a sua decisão em permanecer neutral e viver em concórdia com todas as potências.¹⁷⁹ O enviado espanhol, o marquês de Capecelatro, não deixam de estranhar o silêncio que se guardou por altura da declaração de neutralidade do ano anterior, bem como desta última. Sendo um assunto já deliberado, o governo português não deu parte da referida deliberação aos ministros das duas coroas, nem para contrariar as suspeitas anteriores, nem beneficiar das demonstrações de agradecimento.¹⁸⁰ O embaixador francês sabia que Roque Monteiro afirmara ao residente holandês que D. Pedro tinha rejeitado as proposições de aliança que lhe foram feitas e, por esse motivo, permanecia neutral.¹⁸¹ Ao enviado espanhol foi-lhe dito que aos ministros Methuen e a Schonemberg lhes bastaria a deliberação do rei, sem necessidade de qualquer tratado de neutralidade.¹⁸² Capecelatro critica esta situação, pois na sua opinião, o tratado deixaria o governo português em condições de, terminado o conflito, participar à mesa das negociações. Vemos, no entanto, que na correspondência diplomática dos enviados espanhóis e franceses transparece um total desconhecimento da natureza das negociações a decorrer entre Portugal e os Aliados.

Methuen, poucos meses depois, embarcava para Inglaterra com o tratado de aliança assinado. O conde de Valdestein, embaixador austríaco, partiu a 15 de Maio e

¹⁷⁶ “Colbert a Presidente Rouillé, Lisboa, 11 de Novembro de 1702”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 292.

¹⁷⁷ “Paul Methuen ao Earl of Nottingham, Lisboa, 25 de Abril 1703”, BL, add. 29590, f. 232v.

¹⁷⁸ “John Methuen ao Earl of Nottingham, Lisboa, 8 de Março 1704”, BL, add. 29590, f. 419v.

¹⁷⁹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 3 de Abril de 1703, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 73v.

¹⁸⁰ “Marquês de Capecelatro, Lisboa, 23 de Janeiro de 1703”, AHN, Leg. 1765, f. 2.

¹⁸¹ “Presidente Rouillé, Lisboa, 10 de Abril de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 79v.

¹⁸² “Marquês de Capecelatro, Lisboa, 1 de Março de 1703”, AHN, Leg. 1765, f. 1.

Schonemberg, enviado dos Estados Gerais, pretendia igualmente retirar-se para a sua corte. O embaixador francês chegou a dizer que após o rei de Portugal se ter declarado tão positivamente pela neutralidade, a atmosfera na Corte era tranquila. Mas a suspeita que algo se passava surgiu quando se soube que dois franceses foram a casa do conde de Valdstein. Por entre uns papéis impressos de um almanaque, descobriram-se umas folhas onde estava escrito que o “Rei de Portugal D. Pedro assinou a 16 de Maio de 1703 uma liga com o Imperador, a Inglaterra e a Holanda com a estipulação do casamento do príncipe do Brasil com uma das arquiduquesas.”¹⁸³ Rouillé pediu logo esclarecimentos junto do confessor do rei, o padre Sebastião de Magalhães, como junto do duque de Cadaval, mas ambos evitaram confirmar a notícia. Este último chegou a dizer ficar surpreendido por um embaixador acreditar no que lhe havia sido reportado por gente “mediocre” sobre matéria de tal importância, e precisamente em casa de gente manifestamente inimiga da França e da Espanha. Para o embaixador esta resposta significava muito e não significava nada.¹⁸⁴ Decidiu, então, ir directamente confrontar o rei, o qual, por sua vez, lhe deu apenas respostas genéricas, sem querer comprometer-se. Perante isto, concluiu ser tão grande o segredo que nem ele, nem os que costumavam informá-lo, conseguiriam penetrar nesta matéria.¹⁸⁵

Em Junho, Rouillé inteirado finalmente do tratado de aliança com as potências marítimas foi novamente a casa do duque de Cadaval para que este o confirmasse, o que aconteceu. Contudo, mostrou-se persuadido que o tratado não seria executado, por depender de dois aspectos que lhe pareciam irrealizáveis. Não acreditava que o imperador resolvesse enviar o arquiduque a Espanha, nem que, na corte vizinha, houvesse um partido suficiente amplo e sólido para lhe dar apoio. Por essa razão,

¹⁸³ “Presidente Rouillé, Lisboa, 29 de Maio de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 147.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, f. 149v.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, f. 153.

seguramente o rei não entraria em acção, motivo pelo qual não se iria fazer qualquer preparativo de guerra.¹⁸⁶ Depois da assinatura do tratado com as potências marítimas e o Império, o governo francês considerou ser a conjuntura mais favorável a uma nova ronda de negociações.¹⁸⁷ O tratado original devidamente assinado e outros papéis, do conde de Valdstein, a caminho de Toulon, foram roubados ou lançados ao mar. Estes papéis poderiam dar a conhecer o estado das últimas negociações dos aliados com a corte portuguesa e descobrir as ligações do Império com a Espanha, permitindo elucidar os projectos de revolta.¹⁸⁸ E assim os franceses poderiam reunir os meios de impedir o rei português viesse a assinar um novo tratado.¹⁸⁹ Colbert estava persuadido que os ministros portugueses que conseguiram alcançar os cargos que desejavam e as recompensas prometidas, para serem favoráveis a um tratado “contrário aos interesses do seu país”, facilmente seriam novamente motivados pela esperança de obter novas gratificações, como a defender um ponto de vista em contrário. E já estavam previstos os subornos ao confessor e aos ministros com os quais destruiria os compromissos com os inimigos dos franceses.¹⁹⁰ Rouillé tem ordens estritas para comprometer a coroa portuguesa com a política de neutralidade, prometendo da parte do rei Cristianíssimo, as condições que quisessem.¹⁹¹ Para a corte francesa era difícil acreditar que, após mais de trinta anos de paz, os portugueses se decidissem a pegar em armas para atacar a Espanha, sem outra ambição que a de colocar um príncipe no seu trono, cuja Casa sempre havia sido inimiga da que reinava em Portugal. Também não acreditavam que,

¹⁸⁶ “Presidente Rouillé, Lisboa, 19 de Junho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 187.

¹⁸⁷ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 22 de Julho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 350.

¹⁸⁸ “Presidente Rouillé, Lisboa, 12 de Junho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, ff. 173v-174.

¹⁸⁹ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 1 de Julho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 312.

¹⁹⁰ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 22 de Julho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 351.

¹⁹¹ “Colbert a Presidente Rouillé, Versailles, 22 de Julho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 354v.

ao mesmo tempo, D. Pedro II pusesse em causa a amizade com a França e a Espanha, e deixasse entrar no reino tropas estrangeiras e heréticas. Como, finalmente, concorrer para a ascensão ao trono de um príncipe que depois iria ser o seu “cruel inimigo” se estes projectos viessem a concretizar-se.¹⁹² O embaixador espanhol em Lisboa, Pedro d’Avila y Guzman, também não queria acreditar ser possível que a armada inglesa e holandesa promovesse o ataque a Espanha através do reino de Portugal. Consideravam um projecto impraticável por entender que, politicamente, os portugueses não poderiam aceitá-lo.¹⁹³

Na audiência do embaixador francês com o rei, este disse-lhe que continuava sempre disposto a ouvir as suas propostas.¹⁹⁴ Reiterou da sua parte não haver qualquer alteração relativamente à França, visto não pretender romper a amizade com este reino, mas exclusivamente de se envolver contra a Espanha.¹⁹⁵ Esta postura, na opinião de Rouillé, tinha como objectivo ganhar tempo, inclinando-se quer por um partido quer por outro e no momento de se alcançar a paz, definir o quadro de segurança do seu reino. Perante esta ambiguidade, conclui que “esta conduta é singular, mas tal é a política dos que governam aqui presentemente”.¹⁹⁶ Assim sendo, se o arquiduque não viesse, Portugal ficaria de novo desobrigado dos seus compromissos, desta vez com os aliados. Em tal caso, estaria novamente disposto a ouvir as propostas de um tratado de neutralidade.¹⁹⁷ Durante a guerra nada teriam a temer da parte da França e da Espanha e pelo lado dos aliados ficariam em repouso, por lhes criticar a falta de cumprimento do tratado. Em seguida, conduziriam a sua política como têm feito desde o ano anterior, ou

¹⁹² “Colbert a Presidente Rouillé, Lisboa, 10 de Dezembro de 1701”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 36, f. 293.

¹⁹³ Pedro d’Avila y Guzman, Lisboa, 12 de Abril de 1701”, AHN, f. 2v.

¹⁹⁴ “Presidente Rouillé, Lisboa, 25 de Junho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 196v.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, f. 199.

¹⁹⁶ “Presidente Rouillé, Lisboa, 26 de Junho de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 244v.

¹⁹⁷ “Presidente Rouillé, Lisboa, 23 de Agosto de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 40, f. 286.

seja, “como neutros sem tratado de Neutralidade”.¹⁹⁸ O marquês de Chateauneuf era de opinião que as ameaças feitas aos aliados de os abandonar no final de Outubro, na eventualidade do arquiduque não chegar, podia, no entanto, conduzir a um equívoco. Revelar vontade de descomprometimento, como podia constituir um meio para pressionar os socorros que lhes haviam sido prometidos.¹⁹⁹ Por esta razão, a corte portuguesa lhe parece seguir uma política muito dissimulada, ou seja, é uma neutralidade “sospechada, y sempre sospechosa”²⁰⁰, a dos portugueses.

Na eventualidade de o arquiduque efectivamente chegar, foi dito ao embaixador Rouillé que os portugueses estavam persuadidos que mesmo com a ajuda dos ingleses, jamais poderiam dominar um reino tão vasto. Contariam com uma súbita aclamação assim que o arquiduque surgisse na fronteira, semelhante à que ocorreu em Inglaterra na altura da passagem do príncipe de Orange.²⁰¹ Chateauneuf comunica à corte francesa que a intenção de D. Pedro II resumia-se a dar passagem ao arquiduque e sondar a vontade dos espanhóis.²⁰² Segundo afirmava o próprio D. Pedro II, o conflito não passava de uma guerra de ostentação.²⁰³ Daria apoio à introdução do arquiduque em Espanha, e julgava suficiente mostrá-lo na fronteira para a população lhe manifestar o seu aplauso. No fundo, tudo dependia da primeira jornada. É de sublinhar que nesta ocasião, em inícios do século XVIII, Portugal não enfrentava uma “Espanha unificada, apoiada na retaguarda pela França.”²⁰⁴ Pelo contrário, os portugueses defrontavam uma Espanha dividida, sustentada tanto pela França como pelo Império e as potências

¹⁹⁸ “Presidente Rouillé, Lisboa, 23 de Agosto de 1703”, AMAE, vol. 40, f. 287.

¹⁹⁹ “Chateauneuf a Luís XIV, Lisboa, 25 de Setembro de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 41, f. 157v.

²⁰⁰ “Conselho de Estado, Madrid, 31 de Agosto de 1702”, AHN Leg. 1778, f. 8.

²⁰¹ “Chateauneuf a Luís XIV, Lisboa, 10 de Setembro de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 41, f. 113v.

²⁰² “Chateauneuf a Luís XIV, Lisboa, 25 de Setembro de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 41, f. 156v.

²⁰³ “Chateauneuf a Luís XIV, Lisboa, 13 de Novembro de 1703”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 41, f. 309.

²⁰⁴ Jorge Borges de Macedo, *Op. cit.*, p. 266.

marítimas. Com a chegada do arquiduque Carlos a Portugal, em 1704, iniciou-se a guerra contra a Espanha de Filipe V. Por esse motivo foi publicado no mesmo ano um “Manifesto de el-rei D. Pedro II em que se justifica a resolução que tomara de ajudar a *nação espanhola*”. Queremos sublinhar a divisão política interna espanhola. Portugal entrou em guerra contra uma determinada facção que apoiava o ramo Bourbon. Lembramos que a Guerra de Sucessão de Espanha é, antes de mais, uma guerra civil que acabou por transbordar as fronteiras, tornando-se num conflito de dimensão europeia, estendido aos domínios do além-mar.

Em pleno desenrolar do conflito, em 1708, os ingleses queixaram-se que desde o início não tinha havido da parte dos portugueses um verdadeiro empenho em promover uma guerra ofensiva. As únicas operações em que Portugal se envolveu verdadeiramente foram as que diziam respeito às praças que lhes estavam destinadas por tratado. Esta seria a única parcela do acordo que cuidavam, porquanto as outras operações de interesse comum encontravam sempre obstáculos insuperáveis.²⁰⁵ Estes eram apenas pretextos para nada ser feito e atribuir as omissões aos seus aliados. Acusavam os ministros portugueses de recorrer ao tratado para justificar a recusa de tudo o que lhes era proposto, referindo-se ao mesmo para precipitar o fim desta aliança.²⁰⁶ Concluem ainda os ingleses, não ser possível confiar na sua condução dos assuntos, por ser tão patente a sua oposição aos objectivos da aliança.

A propósito de tanta desconfiança em relação a quem oscila ambigualmente entre promessas e compromissos, como os portugueses, justifica uma referência à opinião de Gabriel de Mably sobre a matéria. De facto, este jurista suíço, considerava ser inútil cultivar a amizade com os Estados neutros com vista a convertê-los em aliados durante a guerra. Assim, relativamente ao mais hábil negociador fracassaria totalmente ao

²⁰⁵ “Discurso sobre os assuntos de Portugal. 1708”, NA, SP 89-20 Portugal, f. 285.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, f. 287.

propor tratados de aliança. Se por um acaso singular, o conseguisse, renderia aliás à sua pátria um serviço perigoso. Isto porque o novo aliado agiria cautelosamente, uma vez que os recursos do seu governo não lhe permitiriam agir com vivacidade. Ele só cumpriria uma parte dos seus compromissos. Cumpriria esses pontos tardiamente e quando já não fossem de qualquer préstimo. No final, tal aliado acabaria por aparecer à mesa das conclusões de paz. A reclamar o pagamento dos seus alegados serviços.²⁰⁷ E a sua conclusão é unívoca. Não se deve ajustar com os neutros nenhum compromisso relativamente à guerra, pois seria sempre “imprudente de se comprometer a fazer a guerra por interesses de um Estado que é incapaz de fazer com sucesso por si mesmo.”²⁰⁸

²⁰⁷ Gabriel Bonnot de Mably, *Op.cit.*, p. 108.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 109.

Capítulo II – A Sociedade da República Universal

Se considerarmos os modelos de relacionamento entre povos propostos por Adam Smith concluimos que são ideologicamente opostos. Na sua obra, *Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações* (1776) refere a existência de “um *projecto de comércio* para as Índias Orientais”, contrapondo-o a um *projecto de conquista*, o qual deu ocasião a todos os estabelecimentos dos espanhóis nas Américas, “essas novas terras descobertas”,²⁰⁹ com “o piedoso propósito de convertê-los ao Cristianismo”.²¹⁰ Concluimos que, a nível teórico, existem dois modelos distintos, o do comércio em oposição ao da conquista. O primeiro encontra-se especialmente conectado com a acção dos portugueses na Índia; o segundo com a actuação dos espanhóis na América. Uma linha de pensamento que já tinha sido desenvolvida por Francisco de Vitória e por Hugo Grócio, como vimos anteriormente. Trata-se ainda de uma discussão com repercussões nas diferentes formas de governo no Estado da Índia, vacilando-se entre, por um lado, um regime de cooperação mercantil entre a coroa portuguesa e vários mercadores quelins e, por outro, um regime centralizador de cariz militar²¹¹. Lembramos, contudo, que na prática, a experiência das “formações imperiais” portuguesa e espanhola, na expressão de Frédéric Schaub, é caracterizada por exemplos tanto de conflitos e tensões como de complementaridade. Ou seja, a nível pragmático, o contraste entre os projectos de comércio e de conquista não é tão vincado. Chegamos a

²⁰⁹ Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, vol. I, edited with an Introduction, Notes, Marginal Summary and an Enlarged Index by Edwin Cannan, London: Methuen, 1904, p. 54. [itálico nosso]

²¹⁰ Adam Smith, *Op. cit.*, p. 53.

²¹¹ Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 79-112.

entrever uma forma difusa de comportamentos em que os dois distintos “projectos” se fundem.

Esta tradição evangelizadora enaltecia os valores nobres de espírito militar e de cruzada em nome da Cristandade e da monarquia universal. A nobreza das armas era considerada incompatível com as práticas comerciais, vistas como fonte de todos os vícios. É que eram as paixões a orientar o comércio, tradicionalmente as menos recomendáveis como a avareza, o gosto pelo lucro, a ambição e o proveito próprio. No *Diccionario do commercio* Alberto Jacqueri de Sales refere a esta tradição: “Nos tempos passados era opinião geral em quasi toda a Europa que o commercio era incompatível com a Nobreza, e as armas, que então fazião a única occupação dos nossos antepassados.”²¹² Por sua vez, Rafael Bluteau no seu dicionário desenvolve o mesmo tema: “com muitas razoes pertendem muitos desacreditar o officio de mercador”, esclarecendo que já na Antiguidade, mandaram “os Athenienses, que as lojas dos mercadores fossem apartadas das casas dos nobres.”²¹³ Assim, por princípio, a nobreza não deveria ocupar-se do comércio. Em França, encontramos uma nobreza de corte recalcitrante em participar em operações comerciais apesar de sucessivos éditos a favorecer a sua abertura à iniciativa mercantil. Desde 1462 é autorizada a prática comercial aos nobres, permitindo-lhes usar “user de marchandises, sans préjudice de leur nom et de leur état”.²¹⁴ Pelo édito de Dezembro de 1701, aos nobres envolvidos no comércio e salvaguardada a prerrogativa de manterem todos os seus privilégios, lhes assegurava o direito de precedência nas assembleias de comércio sobre os não-nobres. Sendo ainda dispensados de fazer parte das corporações, estando apenas obrigados à inscrição nos registos consulares. O facto deu azo, precisamente, a conflitos entre as

²¹² “Nobreza”, in Alberto Jacqueri de Sales, *Diccionario do commercio*, vol. II, c. 1723, f. 277. Este dicionário é uma adaptação do célebre *Dictionnaire universel de commerce* de Jacques Savary des Bruslons (1657-1716).

²¹³ “Mercador” in Rafael Bluteau, *Op.cit.*, tomo V, p. 429.

²¹⁴ Citado por Guy Richard, *La noblesse d'affaires au XVIIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1997, p. 19.

comunidades mercantis e os fidalgos-mercadores que evitavam estabelecer qualquer ligação corporativa²¹⁵ de forma a exercerem plenamente os seus privilégios enquanto nobres e capitalistas. Acontece que mau grado as extensas imunidades de que beneficiou a nobreza, não se verificou um efeito prático substancial de adesão da nobreza francesa às actividades das companhias comerciais²¹⁶. Esta questão deu mesmo origem a uma intensa polémica planfetária desenvolvida sobretudo após o abade Coyer publicar, em 1756, “*La Noblesse commerçante*” em resposta às “*Réflexions*” do marquês de Lassay, para além da rígida refutação do comércio feito por nobres em *O Espírito das Leis* (1748) de Montesquieu²¹⁷.

Contudo, como nota Jacqueri de Sales, com os progressos do conhecimento e “reconhecendo se a lus da Philosophia nos differentes Estados, e o decoro, a grandeza, a utilid[ad]e (*sic*) do Commercio, que pede tantos, e taó complicados estudos, desvaneceo-se gradualmente esta mal fundada illuzaó em beneficio commun das sciencias das artes da Politica, e da opolencia na mesma Europa.”²¹⁸ As práticas comerciais começam progressivamente a serem vistas como actividades nobres. Uma tal evolução manifestou-se no pensamento dos mais variados autores, entre os quais se destaca Hugo Grócio, cuja reflexão incidiu em grande parte sobre os preconceitos em torno da ideia de comércio. Mas a reabilitação da mesma é apenas parcial, porquanto somente o grande comércio marítimo é digno desse esforço, por representar, de facto, a base económico-política para uma Holanda independente. Grócio sublinhou que “há

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 28.

²¹⁶ Os membros de uma sociedade que não eram mercadores estavam isentos de se inscreverem nos consulados, o que tornava bastante vantajoso para a nobreza. Diz-nos assim Guy Richard, que é precisamente nestas sociedades onde se refugia a nobreza capitalista do século XVIII, «qui, en voie d’amalgame avec le capitalisme bourgeois, put sembler un moment, n’aurait été la Révolution, sur le point de contrôler complètement l’industrie « lourde » (mines, métallurgie et industrie chimique) en France. » (Idem, *ibidem*, p. 29).

²¹⁷ Cf. Ulrich Adam, “Nobility and modern monarchy—J.H.G. Justi and the French debate on commercial nobility at the beginning of the seven years war”, in *History of European Ideas*, vol. 29 (2), 2003, pp. 141-157.

²¹⁸ “Nobreza”, in Alberto Jacqueri de Sales, *Op. cit.*, f. 277.

qualquer coisa de sórdido no comércio de retalho”²¹⁹, não concorrendo os mercadores vulgares para a magnificência da sua nação. Esta só alcançada pelo grande comércio com as nações mais distantes. Já Platão havia colocado o grande comércio em primeiro lugar na ordem da natureza. Por ser mais nobilitante, sobretudo se realizado por via marítima por satisfazer um maior número de pessoas, e assim associado às grandes repúblicas.

Na Holanda, no século XVIII, uma pessoa de qualquer condição social, religião, idade, ou profissão podia estabelecer-se sem restrição alguma, sendo-lhe permitida a venda por grosso ou por miúdo.²²⁰ Por sua vez, em Inglaterra, o comércio não abolia a condição de nobreza, nem era considerado incompatível com a nobreza herdada. E assim vemos participar nos negócios as famílias ilustres “sem indecoro algum do seu nascimento.”²²¹ Em Portugal, no período setecentista, a maioria da nobreza portuguesa dedicava-se ao comércio como um prolongamento da actividade agrícola responsável pelo abastecimento das cidades.²²² Com o estreitamento das relações comerciais com a Inglaterra a estimular o incremento da produção do vinho e do azeite, muitas casas nobres viram-se ligadas a um lucrativo comércio internacional. Todavia, na opinião de alguns pensadores económicos como Duarte Ribeiro de Macedo, a nobreza, no geral, não dissimulava a sua aversão ao comércio, possuindo uma mentalidade usuária e não produtiva. E assim, segundo este autor, as fortunas herdadas eram perdidas por motivo de má gestão e devido a gastos extravagantes com demonstrações de riqueza ao gosto da época, “tudo contribuindo para a decadência económica de Portugal”.²²³ Acrescente-se que, normalmente, a nobreza acostumada a viver das suas rendas, preferia aplicar o seu

²¹⁹ *Mare Liberum*, p. 49.

²²⁰ “Mercador”, in Alberto Jacqueri de Sales, *Op. cit.*, f. 224.

²²¹ “Nobreza”, in Alberto Jacqueri de Sales, *Op. cit.*, f. 278.

²²² Jorge Borges de Macedo, «Nobreza» in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, dirigido por Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s/d., p. 156.

²²³ Duarte Ribeiro de Macedo, «Sobre a introdução das artes...», in António Sérgio, *Antologia dos Economistas Portugueses (séc. XVII)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974, pp. [167]-168.

capital na aquisição de terras, fonte de rendimento tradicional e de maior prestígio. Existindo eventualmente uma vontade de investimento na montagem de manufacturas, esta operação exigia maior disponibilidade financeira, o que retraía qualquer iniciativa desprovida do apoio do Estado²²⁴. Aqueles que estariam em melhores condições económicas para promoverem projectos manufactureiros, os judeus e os cristãos-novos, viam a sua actividade restringida por uma depreciação da sua condição a nível social. Tal circunstância foi assinalada, por exemplo, por Duarte Gomes Solis²²⁵ e D. Luís da Cunha²²⁶. Mas já o Pr. António Vieira, impulsionador da ideia da necessidade destes capitais chamados de cristãos-novos, queria ver este grupo social aplicado na formação de uma companhia de comércio do Brasil.

Apesar das contrariedades, vários são os exemplos de nobres portugueses, que se dedicaram às manufacturas e ao comércio, revelando uma vocação mercantil e uma mentalidade capitalista,²²⁷ desafiando as reticências sociais inerentes ao seu estatuto nobiliárquico. Vemos assim que uma “nobreza arredada dos “negócios” por imperativos de classe contornou tal impedimento social confiando a profissionais a gerência activa de suas fortunas. Era a estes “homens de negócios” que incumbia vender e comprar mercadorias, aceitar e passar letras, e emprestar dinheiro a juros”²²⁸. Vemos, por exemplo, os condes da Calheta e Castelo Melhor²²⁹ ligados à produção e venda do sabão.

²²⁴ Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Quercus, 1982, p. 30.

²²⁵ Cf. Carl A. Hanson, *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 132.

²²⁶ D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. Introdução, estudo e edição crítica por Abílio Diniz Silva, p. 324.

²²⁷ Jorge Borges de Macedo, “Capitalismo- Na Idade Moderna” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 466.

²²⁸ Virgínia Rau, “Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa, no século XVII”, separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras, tomo VIII, 1961, p. 12.

²²⁹ *Carta Geral dos privilegios, liverdades, e izençoens, ultimamente confirmadas, pelo Serenissimo Senhor D. João o Quinto, que Deos Guarde; ao Conde de Castello Melhor, Jozé Caminha de Vasconcellos, e Souza, Donatario de juro herdado, das Saboarias do Sabão branco desta Cidade de Lisboa, e Almada; mas com faculdade, de poder vender o Sabão dellas, no Brazil, e todas mais*

O comércio por grosso foi sendo crescentemente referido como prova de nobreza nas habilitações da Ordem de Cristo. Com o pombalismo, em finais do século XVIII, a compatibilidade entre a nobreza e o comércio por grosso ficou formalmente instituída, apesar de nunca ter sido abertamente questionada pelo Direito português.²³⁰ Nuno Gonçalo Monteiro refere que, não obstante as difundidas imagens do fidalgo-mercador português,²³¹ as actividades mercantis associadas ao desempenho de cargos coloniais revelaram escassa importância na composição do património das Casas nobres. Isto porque a legislação sobre o exercício mercantil era ambígua, permitindo o trânsito de certos produtos para o reino, ao mesmo tempo que limitava sistematicamente a actividade comercial aos governadores coloniais.²³² Por exemplo, em 1721, D. João V expediu um alvará proibindo absolutamente aos vicereis, governadores, oficiais da justiça, fazenda e guerra, de praticarem qualquer género de comércio. Por este motivo Pedro Alvares Cabral, eleito Governador de S. Paulo, e João de Saldanha, camareiro do Infante D. António, nomeado no mesmo cargo para Angola, ambos deixaram a posição governativa, alegando que limitados à baixa remuneração ficariam destituídos de meios para compensar as “fazendas dissipadas no real serviço”.²³³

A questão de fundo subjacente a esta interdição tem que ver com o carácter neutro da troca comercial, concebida como uma relação igualitária e voluntária entre entidades equivalentes. Desta interacção comercial, resulta um espaço comunitário marcado pela neutralidade emocional, onde livremente circula dinheiro e trocam-se

Conquistas deste Reyno, como tambem das quatro Comarcas, da Guarda, Pinhel, Vizeu, e Lamego; e do Sabao preto das tres Comarcas, de Coimbra, Thomar, e Aveyro, como tudo consta da confirmação de mercè adiante declarada, Lisboa, na Off. Alvarenses, 1745.

²³⁰ Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes, A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003, p. 28.

²³¹ Maria Júlia de Oliveria e Silva, *Fidalgos-Mercadores no século XVIII. Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992; Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 250.

²³² Nuno Gonçalo Monteiro, *Op. cit.*, p. 351.

²³³ “Marquês de Capecelatro ao marquês de Grimaldo, Lisboa, 1 de Abril de 1721”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7114.

bens.²³⁴ E assim uma relação isenta dos investimentos afectivos que tipificam os sistemas hierárquicos do Antigo Regime. Uma prática, em resumo, desvinculada dos laços de lealdade que estruturavam nessa sociedade pré-moderna as relações entre os homens. Todavia, com as deslocações dos quadros membros constituintes ao longo dos últimos séculos essa rigidez vai-se quebrando e os grupos que monopolizam a esfera governativa vão, por sua vez, inteirando a área negocial à esfera da grande política e da acção diplomática, promovendo o desenvolvimento contratual dos negócios estrangeiros entre Estados paritários. O sistema internacional a substituir limitava-se praticamente a uma interacção diplomática centrada em missões de etiqueta no âmbito da gestão dos laços de parentesco hierarquizados entre os membros das diversas Casas reais, sob a supervisão da Santa Sé. A realeza estaria, portanto, subordinadas à autoridade papal que tinha por vocação concorrer para o bem comum da Cristandade no seu conjunto.

A emergência dos Estados protestantes no seio da Cristandade quebrou o reconhecimento “universal” da autoridade do Papado em questões do foro internacional e assim terminando com a ingerência papal na jurisdição secular. Não chega a verificar-se um vazio de poder no plano internacional, por este ser progressivamente exercido pelos soberanos dos Estados-nações emergentes. No âmbito da consolidação destes Estados-nação é acompanhado por uma rápida extensão da rede diplomática intra-europeia²³⁵ destinada a executar as políticas externas de cada qual. As relações internacionais foram-se desenvolvendo deixando de ser vistas como relações hierárquicas no seio da “família católica” ou do Império, passando cada Estado a considerar-se um actor individual e autónomo. Nesta nova sociedade das nações, o Estado reclama uma total capacidade de negociação, e assim contribuindo para a consolidação e incremento das relações externas. A negociação permanente torna-se de

²³⁴ Pedro Cardim, “Memoria comunitária y dinámica constitucional en Portugal...”, in *Op. cit.*, p. 133. carácter neutro do dinheiro foi referido por David Hume na obra *Political Discourses* (1752).

²³⁵ Pedro Cardim *et al.*, « A diplomacia portuguesa no Antigo Regime...*op.cit.*, p. 285.

grande utilidade, uma vez que todos os Estados cultivavam entre si as mais diversas negociações, de forma que poderiam ser entendidos como membros de uma mesma e grande república. Pelas ligações e dependências estabelecidas entre os diferentes Estados da Europa impôs-se a ideia de que não poderia ocorrer uma mudança considerável num dos seus membros sem que isto perturbasse o repouso dos restantes.²³⁶ E assim, os soberanos viam-se obrigados, sem cessar, a desenvolver novas negociações e a organizar representações diplomáticas. Callières menciona o exemplo do cardeal de Richelieu (1585-1642), considerado como o modelo dos grandes estadistas setecentistas, por negociar constantemente com toda a espécie de Estados, com grandes benefícios para a França. No *Testamento Político*, o cardeal deixou este conselho aos seus leitores: “Os Estados recebem tantas vantagens pelas negociações contínuas, quando estas são conduzidas com prudência, que não é possível crer se o não soubesse por experiência. [...] tenho hoje essa certeza para dizer audazmente que negociar sempre, abertamente ou secretamente, em todos os lugares [...] é algo absolutamente necessário aos Estados.”²³⁷ Para sublinhar a importância e da utilidade das negociações entre os Estados, Antoine Pequet refere que estas preparavam os grandes eventos. Para conservar a paz ou fazer a guerra, eram necessários aliados. E estas obtinham-se através de negociações, que eram igualmente um importante instrumento para alcançar a reconciliação entre príncipes. Esperava-se da acção diplomática o êxito para as forças de um Estado, ao multiplicá-las através de métodos e de outras alianças ou apoios. Era pois forçoso enviar negociadores de forma a reunirem informação necessária e importantes ao bom governo de um Estado.²³⁸ Ora, como aludimos já, uma mutação da prática diplomática fez desta um instrumento de

²³⁶ François de Callières, *Op. cit.*, p. 17.

²³⁷ Citado em François de Callières, *Op. cit.*, p. 19.

²³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 17-18.

negociação extensivo aos interesses comerciais.²³⁹ A escolha dos representantes diplomáticos tinha em consideração o objectivo da missão. Predominando questões de foro comercial, o ofício de mercador adequava-se perfeitamente ao exercício de um posto diplomático. No caso português, escolhidos, por exemplo, para enviar às Províncias Unidas, diplomatas apenas com o “carácter” de encarregado de negócios, sendo este o grau mais elevado alcançado.²⁴⁰ Em países onde continuasse a dominar as famílias reais católicas, ao invés, o “carácter” e o estatuto social do representante diplomático eram necessariamente mais elevados. É assim que se justifica a nomeação, em 1714, de D. Luís da Câmara, conde da Ribeira Grande, no posto de embaixador extraordinário na corte francesa. Ora, será precisamente no seu posto de embaixador e enquanto membro da primeira nobreza que irá desenvolver uma obra de grande vitalidade no plano económico. Inicia então uma intensa actividade manufactureira e comercial com o propósito de aumentar os bens da sua Casa, ainda que certos projectos envolvam os interesses da coroa. Em 1716, criou uma manufactura de panos e uma fábrica de cera na ilha de S. Miguel nos Açores. No Havre, adquiriu um navio, o *Lusitânia*, para fazer transportar técnicos franceses e os utensílios necessários para o estabelecimento da mencionada manufactura. Igualmente, consta a elaboração de um projecto para uma companhia comercial. A sua actividade, foi acompanhada com particular atenção não apenas pela corte portuguesa, mas também pelo governo e imprensa franceses. E isto numa sociedade que, como vimos, era eminentemente hostil à *noblesse commerçante*. O contraste da sua missão diplomática com a actividade desenvolvida não poderia ser mais contraditória. Pretendia-se celebrar solenemente e com a maior magnificência o recente tratado de paz entre Portugal e França assinado em Utrecht em 1713. A ocasião era para D. João V uma oportunidade para exhibir o poder

²³⁹ Cf. Pedro Cardim, “A prática diplomática ...*op.cit.*, pp. [11]-53.

²⁴⁰ Pedro Cardim *et al.*, « A diplomacia portuguesa no Antigo Regime » ...*op.cit.*, p. 312.

português, sublinhado pelas novas formas de riqueza fundadas no Brasil. O perfil de D. Luís da Câmara, um descendente da Casa Rohan-Chabot, adequava-se à solenidade da situação. O conde da Ribeira Grande fora incumbido de uma representação extraordinária junto da corte francesa, mas desde cedo e, tudo leva a crer, por sua iniciativa, procurou encetar negociações tanto em Madrid como, depois, em Paris. Expressa a intensão de levar a cabo uma missão simultaneamente de representação política e de negociação económica. Desempenha o papel de embaixador e desenvolve actividades de um homem de negócios, ou seja, torna-se num embaixador-mercador.

Dado o carácter progressivamente mais contratual nas relações entre Estados, as embaixadas foram adquirindo uma vertente negocial mais vincada. Em Portugal, aparentemente, parece ter havido uma evolução distinta. O período ulterior à vinculação à coroa espanhola, suscitou uma precoce actividade diplomática de tipo negocial. Na altura, a escolha dos enviados privilegiou quem possuía uma formação em leis e experiência na magistratura, de resto, em geral de estatuto social pouco elevado.²⁴¹ Situação análoga à que ocorre nas Províncias Unidas. Portugal enquanto país em rebelião de 1640 a 1668, apesar de confissão católica, foi considerado um país herético do ponto de vista das hierarquias católicas e imperiais. O reconhecimento internacional da independência, nomeadamente pela Santa Sé e por Espanha, permitiu reintegrar novamente a coroa portuguesa, de pleno direito, no seio da Cristandade católica. Assim, as missões de representação do soberano português tornaram-se cada vez mais frequentes. Encargo conferido cada vez em maior número pelas elites, sem contudo constituir regra dominante.²⁴² As missões de representação no tempo de D. João V, pelo aparato e magnificência, destacam-se no panorama internacional, embora de prestígio duvidoso, uma vez que a prática diplomática e as relações internacionais estavam a

²⁴¹ Pedro Cardim *et al.*, « A diplomacia portuguesa no Antigo Regime...*op.cit.* pp. 324-329.

²⁴² Idem, *ibidem*, p. 328.

evoluir numa outra direcção. A sumptuosidade da representação passou, gradualmente, a deixar de ser vista como um elemento diferenciador e positivo na hierarquia dos Estados. E é assim que as comitivas passaram progressivamente a ser menos extensas e onerosas.

A negociação passou a estar no centro das relações entre Estados e na interacção entre os homens. Por isso, os manuais sobre a arte de negociar ou a arte de condução dos assuntos públicos tornaram-se doravante fundamentais, colmatando uma lacuna atribuída às novas necessidades da política externa dos Estados. A negociação contínua, resultante da vida em sociedade, provém das diferenças necessárias entre os Estados, mesmo entre os que se consideravam iguais.²⁴³ Desenvolve-se, por isso, segundo Antoine Pecquet, um comércio quotidiano de objectos, de opiniões e de desejos, não existindo julgar não ter necessidade de interagir com os outros.²⁴⁴ Deste pressuposto nasce uma espécie de negociação universal. Para Pecquet, tudo na vida é comércio ou negociação. A diferença é que as negociações particulares exigiam menos conhecimentos que as negociações públicas, aquelas que eram representadas no “teatro do Mundo”.²⁴⁵

Os referidos manuais sobre a arte de negociar ou de “tratar com os estrangeiros”, promoveram, por outra parte, a afirmação do Direito internacional público. A obra de Gabriel Bonnot de Mably, *Le Droit public de l'Europe* (1746) pode ser considerada como um exemplo demonstrativo desta transição teórica. O autor demarca-se claramente do género do “perfeito embaixador”, segundo ele, uma figura de ficção.²⁴⁶ Mably, da observação da prática política dos Estados promove uma definição dos princípios objectivos a determinar as relações entre soberanos e entre povos. Procura

²⁴³ Antoine Pecquet, *Op. cit.*, p. VII.

²⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. VII.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. XIV.

²⁴⁶ Gabriel Bonnot de Mably, *Op. cit.*, p. 157.

igualmente estabelecer regras morais para o exercício do poder político, de forma que a cada um deles corresponde uma posição determinada por factores geopolíticos, institucionais e culturais²⁴⁷. Esta é a sistema classificatório que perdurou até aos nossos dias.

A ciência da negociação, segundo Mably, teria necessariamente que ser fundada na moral. Distanciava-se deste modo, quer dos maquiavelistas, quer dos adeptos da Razão de Estado, perspectiva que separava a política das premissas éticas. Paixões como a avareza e a ambição ditavam o comércio entre os homens eram as mesmas a sustentar as relações entre os Estados: “A ambição, a ganância, o medo obrigaram todas as nações a procurarem-se mutuamente e a pedir, recusar ou acordar socorros; e são estas mesmas paixões que dirigem o seu comércio, e que as levam a manter embaixadas ou enviados ordinários, encarregues de examinar tudo o que se passa”²⁴⁸ Apoiando-se na análise das paixões dos homens, Mably tem em vista, afinal, moralizar a política. Não se limita, no entanto, a enunciar máximas morais, criando teorias analíticas sem base prática fundamentada e retomando lugares comuns da moral, na esfera de Platão ou do abade de Saint-Pierre.²⁴⁹ Estas máximas, segundo Mably, não eram compatíveis com a natureza dos indivíduos. Os seus princípios morais eram pouco austeros e os seus leitores não teriam necessidade de ser “honestos”, mas simplesmente ambiciosos e com uso da razão. Mably tenta compreender as regras morais do desenvolvimento dos Estados e descobrir os princípios fundamentais da política, de maneira a gerarem para a sociedade uma vantagem geral, durável e permanente. E assim, a maior felicidade seria

²⁴⁷ Marc Belissa, “Introdução”, in Gabriel Bonnot de Mably, *Op.cit.*, p. 16.

²⁴⁸ Gabriel Bonnot de Mably, *Op. cit.*, p. 45.

²⁴⁹ Sobre o *Projet pour rendre la paix perpétuelle en Europe* (1713) do abade de Saint-Pierre ver Lucien Bély, *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*, Paris, Fayard, 1990, pp. [696]-729.

alcançada quando a justiça, a moderação e a caridade constituíssem o âmago da política²⁵⁰.

Uma ideia cada vez mais difundida era a do comércio contribuir para felicidade comum das nações. O intercâmbio que está na base de qualquer negociação entre nações, resultava da impossibilidade de uma total auto-suficiência a qualquer nível. Como referiu Callières, “já não existe nenhum Estado poderoso por si só.”²⁵¹ Christian Wolff (1679-1754) defende quando as forças de um só Estado não chegam para alcançar um objectivo proposto, seria necessário estabelecer um contrato social.²⁵² Na opinião deste filósofo alemão, a sociedade em geral era fundada num contrato, pelo qual os indivíduos que a constituíam reuniam as suas forças para atingir um mesmo objectivo. E para tornar mais evidente esta consideração, estabelece uma semelhança entre o corpo político e as sociedades comerciais: “O que designamos de sociedade no negócio, não é mais que uma espécie de compromisso deste género.”²⁵³ Porque os membros destas sociedades formam um corpo ou comunidade, designam-se por corporações²⁵⁴. Para serem instituídas teriam de possuir cartas patentes devidamente registadas que os estabelecesse como corporação e não entidades particulares. Estavam, então, habilitadas juridicamente a adquirir, acordar ou defender em nome de todos. Vemos, por este modo, como a experiência comercial teve uma importante influência na constituição das sociedades civis. Para Wolff, os associados ou membros seriam aqueles que estabelecem contratos na sociedade, também designados por cidadãos. Tal como os particulares, as nações eram obrigadas a reunir as suas forças para promoverem a perfeição comum. A sociedade era vista como uma “grande cidade.”²⁵⁵ Os membros ou

²⁵⁰ Gabriel Bonnot de Mably, *Op. cit.*, p. 63.

²⁵¹ François de Callières, *Op. cit.*, p. 18.

²⁵² Christian Wolff, *Op. cit.*, p. 210.

²⁵³ Idem, *ibidem*, p. 206.

²⁵⁴ “Corporation”, in *Encyclopedie ou dictionnaire raisonné* (Diderot et d’Alembert, pp. 260-266).

²⁵⁵ Christian Wolff, *Op. cit.*, p. 283.

os cidadãos deste corpo social eram as diferentes nações. Christian Wolff concebe a ideia de uma espécie de grande República, *Civitas Máxima*,²⁵⁶ instituída pela própria Natureza, e na qual todas as nações do mundo seriam membros. Retoma a ideia de Francisco de Vitória, da “sociedade universal do género humano”. O direito das gentes voluntário actuaria como direito civil nesta grande república. Esta era considerada como uma só pessoa,²⁵⁷ e deste ponto de vista, tudo o que a lei natural ditava sobre os deveres de cada um era aplicável às sociedades. Cada membro estaria obrigado a promover todas as forças para reforçar o bem comum e responder fielmente às obrigações às quais se sujeitou. Na sua óptica, o bem comum consiste na abundância de todas as coisas necessárias, úteis e agradáveis à vida e à segurança face aos ataques oriundos do exterior. Ainda segundo Wolff, não havia alguém que não fosse obrigado a conservar os membros e os órgãos do seu corpo, bem como a amar a Deus e a ajudar o próximo.²⁵⁸ A Natureza obriga a zelar pela conservação do corpo, e este não saberia conservar-se sem recurso a alimentos. Daí a necessidade de agir de forma a adquirir os alimentos. E trata-se de um direito universal por ser conveniente a todos os homens, pelo facto de se ser homem. Para satisfazer as necessidades humanas haveria que instituir uma ordem e seria tal ordem a constituir a República. As nações deveriam ser consideradas como pessoas livres e em perfeita igualdade de obrigações e direitos, dada a igualdade de natureza que partilham. Seria, portanto, o Direito natural a regular o seu funcionamento. E este ao ser aplicado às nações passava a ser designado por direito necessário ou natural das gentes, de carácter imutável.

O objectivo da sociedade natural seria a criação de uma comunidade em que tanto os homens como as nações se ajudassem reciprocamente e progredissem nas

²⁵⁶ Ver por exemplo Nicholas Greenwood Onuf, « Civitas Maxima : Wolff, Vattel and the fate of Republicanism, in *American Journal of International Law*, Vol. 88, 1994, pp. 280-303.

²⁵⁷ Christian Wolff, *Op. cit.*, p. 211.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 1.

melhores condições. Para tal, as nações eram obrigadas a viver numa perfeita concórdia e destruir qualquer obstáculo que as poderiam perturbar.²⁵⁹ Numa perspectiva cristã, Wolff propõe que “qualquer nação deve amar os outros como a si mesma, sem excluir os inimigos. Deve interessar-se pela sua perfeição, a sua glória, a sua felicidade, a prosperidade do seu comércio e dos seus empreendimentos.”²⁶⁰ Como entende que o comércio favorece a concórdia, todas as nações seriam obrigadas a promovê-lo e a protegê-lo.

Manuel Severim de Faria (1583-1655) fala do “comércio do mundo” nas *Noticias de Portugal, oferecidas a El-Rei N° Sr D. João IV*. A necessidade de concerto entre as nações foi igualmente mencionada por D. Luís da Cunha nos seguintes termos: “A divina providência permitiu esta mesma recíproca falta de certos géneros, em um e outro hemisfério, para que as nações se comunicassem, e se formasse a Sociedade da República Universal.”²⁶¹ Rafael Bluteau refere que “esta mutua assistência se põem todas as gentes em estado de conservar huma universal, e perpetua amizade.”²⁶² O comércio é assim visto como vector de uma sociabilidade universal, definindo um espaço de reciprocidade potencialmente pacificador. Em *Do Espírito das Leis* (1758), Montesquieu declara que “o espírito do comércio une as nações” e que o seu “efeito natural é de conduzir à paz. Duas nações que negociam tornam-se reciprocamente dependentes: se uma tem o interesse de comprar a outra tem o de vender; e todas as uniões são fundadas sobre necessidades mútuas” (Livro XX, II). O comércio possui em latência o potencial para concorrer para a extinção de preconceitos, manifestando um efeito civilizador: “O comércio cura os preconceitos destruidores; e é quase uma regra geral que onde quer que existam costumes brandos, existe comércio; e onde quer que

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 288.

²⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 286.

²⁶¹ D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas...* op.cit., p. 368.

²⁶² “Negociação” in Rafael Bluteau, *Op. cit.* pp. 258-259.

haja comércio, existem costumes brandos” (Livro XX, I).²⁶³ O negociante simboliza, por isso, os valores da sociabilidade em oposição aos ideais guerreiros.

Em Portugal, a discussão entre a concepção de relacionamento mercantil e de conquista remontam aos inícios do século XVI. No resto da Europa será sobretudo a partir do início do século XVIII, na sequência do insucesso da política de hegemonia europeia de Luís XIV, o “rei da guerra”²⁶⁴. François de Fénelon (1651-1715), bispo de Cambrai, na *Lettre a Louis XIV* (1694), compara a França a um grande hospital pesaroso e sem provisões e toda a obra é uma refutação do espírito de conquista. A conquista, segundo o bispo, não era apenas, na sua perspectiva, moralmente condenável, mas também estaria fatalmente vetada à ruína, por ser perigosa para a potência ambiciosa que pretendia estender o seu território numa qualquer tentativa hegemónica. O espírito de conquista passou a ser sinceramente repudiado e foi sentida a necessidade de criar uma nova ordem europeia de forma a encontrar um princípio regulador que “disciplinasse as paixões”. O princípio foi consagrado pelos tratados de Utrecht e designado por “balança de poderes”, sobre o qual David Hume consagrou um ensaio intitulado precisamente *On the balance of power* (1752). A experiência permitiu, contudo, verificar que em vez de um equilíbrio de forças criando a estabilidade na Europa, este sistema era apenas uma forma de evitar a monarquia universal, embora sem garantir a paz. Tendo em mira o ideal da Sociedade da República Universal e com o objectivo de obter os bens necessários à vida e à conservação de um Estado, a diplomacia de negociação procedia por meios pacíficos.²⁶⁵ Este sistema de equilíbrio razoável e procura da paz perpétua, apesar de ter surgido em substituição do Império

²⁶³ Para uma análise mais aprofundada das concepções de Montesquieu sobre o comércio ver Valérie Bertrand, “La conception du commerce dans l’Esprit des Lois de Montesquieu”, in *Annales Historiques de la Révolution Française*, 1987, pp. 266-290.

²⁶⁴ Expressão retirada a Joël Cornette, *Le roi de guerre. Essai sur la souveraineté dans la France du Grand Siècle*, Paris, éditions Payot & Rivages, 1993.

²⁶⁵ José Calvet de Magalhães, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005, p. 27.

universal, a sua evolução acabará por assimilar os mesmos propósitos imperialistas. O comércio era então acusado de criar tensões e conflitos devido à pretensão de alcançar a dominância pelas potências rivais. Nesta premissa se fundou a rivalidade entre a Grã-Bretanha e as Províncias Unidas no século XVII, expressa em três guerras sucessivas denominadas por “guerras de comércio”, e o antagonismo com a França durante todo o século XVIII. Gabriel de Mably denuncia a Inglaterra de querer exercer uma tirania sobre o comércio, de querer tornar-se na *Roma dos Mares*: “O projecto de querer ser o único senhor do mar, e de capturar todo o comércio, não é menos quimérico nem menos ruinoso que o projecto da monarquia universal na terra.”²⁶⁶

Pelos mais diversos motivos, o projecto universal de Christian Wolff descrito anteriormente, foi objecto de intensa crítica por parte de Emer de Vattel (1714-1767). A este jurista suíço e diplomata, uma tal república não lhe parecia ser uma entidade justa, nem sólida por Wolff ter deduzido as regras de um direito das gentes universal necessariamente admitido entre todos os Estados soberanos²⁶⁷. Não se podia conceber a existência de uma autoridade capaz de comandar todos os membros, pelo facto de cada Estado soberano era efectivamente independente dos restantes e não reconhecia outras leis que as naturais. Ora, estas leis não impunham qualquer obrigação de integrar uma sociedade civil (*Civitatis*) propriamente dita. Era, por isso, suficiente que as nações se conformassem ao que a sociedade natural e geral exigia delas. A lei geral desta sociedade natural, considerada como pessoa moral, estabelecia que cada qual fizesse aos outros o que necessitassem, desde que não negligenciassem o que deviam a si próprios. Eis pois a obrigação geral das nações. O objectivo da sociedade das nações seria a que estas prestassem uma mútua assistência para a sua própria perfeição. As nações eram consideradas como pessoas livres que viviam juntas no estado natural e eram, por isso,

²⁶⁶ Gabriel Bonnot de Mably, *Op. cit.*, p. 80.

²⁶⁷ Emer de Vattel, *Op. cit.*, p. XVII.

naturalmente iguais. Deduzindo-se daí possuírem as mesmas obrigações e os mesmos direitos por natureza. Nesta perspectiva, o poder ou a fraqueza não implicavam qualquer diferença crucial entre elas: “um anão é também um homem, como um gigante; uma pequena república não é menos um Estado que o mais poderoso reino.”²⁶⁸ A necessidade do direito das gentes era uma forma de não permitir que as nações agissem impunemente.”²⁶⁹ Neste sistema internacional, onde as nações eram livres, independentes, iguais e cada uma devendo submeter-se ao imperativo moral, isso dava origem a uma perfeita igualdade de direitos entre todas elas.

Um dos direitos essenciais era o de continuarem os homens a procurar o que lhes era útil ou necessário. Ou seja, o direito ao comércio²⁷⁰. Um comércio recíproco, traduzido no princípio de liberdade. Ora em vez da harmonia idealizada e potencialmente promovida pelos contactos comerciais, os filósofos depararam-se com o desenvolvimento do comércio colonial criador de novas fontes de conflito entre os povos. As políticas mercantilistas promoviam a colonização de novos territórios para garantir aos Estados o acesso a matérias-primas e possibilitar o escoamento de produtos manufacturados. E assim, desde a descoberta da América que o fluxo de metais preciosos se tornou no “nervo da guerra e da política”²⁷¹. O mercantilismo difundiu a crença de que a riqueza de uma nação residia na acumulação de metais preciosos, ouro ou prata. Por seu lado, os mecanismos de conquista, ocupação e consolidação contribuíram extraordinariamente para o crescimento e desenvolvimento do capitalismo comercial e modificaram radicalmente a ordem europeia. Ora o comércio colonial era fundado na força, na conquista, no poder administrativo. O espírito mercantilista considerava que o comércio mundial possuía um volume total fixo e,

²⁶⁸ Idem, *ibidem*, Livro I, p. 11.

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. XX.

²⁷⁰ Idem, *ibidem*, Livro II, p. 274.

²⁷¹ Ver por exemplo Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, *Plata, Comercio y Guerra. España y América en la formación de la Europa Moderna*, Barcelona, Crítica, 2002.

consequentemente, era um jogo de soma nula, em que um país só poderia enriquecer à custa dos outros países.²⁷² O comércio era então visto em termos belicosos: “Todo o comércio é uma espécie de guerra”, afirma Josiah Child²⁷³ em 1693. Donde decorre uma posição contraditória face à concepção pacifista do comércio. Agora passa a ser visto como fonte de todos os antagonismos. Para Jean-Jacques Rousseau, o comércio era um acelerador e um claro sintoma de corrupção cívica, e fonte de “fanatismo político” e as ambições comerciais eram responsáveis por “nacionalizar” as guerras.

Perante todas estas contradições em torno do *doux commerce*, Gabriel de Mably questiona-se: “Que ganham hoje os Ingleses e os Franceses com a guerra por interesses de comércio? As injustiças recíprocas que se fazem, revertem em favor das potências neutrais, cujos comerciantes estendem e multiplicam as suas relações.”²⁷⁴ Um dos princípios que justifica a existência de países neutros é exactamente a liberdade de comércio e a vontade de viver em paz, quando os outros estavam em guerra. Martin Hübner (1723-1795) foi o primeiro a elaborar um trabalho teórico totalmente dedicado aos direitos dos Estados neutrais relativamente ao comércio marítimo, em *De la saisie des batimens neutres, ou Du Droit qu’ont les Nations Belligérantes d’arrêter les Navires des Peuples Amis* (1759). Num artigo publicado no mesmo ano (*Reflexions impartiales sur le droit des nations belligeranes de saisir les batimens neutres*), demonstrou a sua preocupação pelos conflitos entre as potências europeias. Nomeadamente, pelo facto das nações neutras estarem, igualmente, a sustentar a guerra pela ambição do lucro. Esta situação era, na sua opinião, oposta às premissas da lei

²⁷² François Crouzet, *La guerre économique franco-anglaise au XVIIIe siècle*, Paris, Fayard, 2008, p. 8.

²⁷³ Sir Josiah Child (1630-1699) foi governador da Companhia das Índias Orientais. Citado em François Crouzet, *La guerre économique franco-anglaise au XVIIIe siècle*, Paris, Fayard, 2008, p. 8.

²⁷⁴ Gabriel Bonnot de Mably, *Príncipe des Négociations pour servir d’introduction au droit public de l’Europe*, Paris, éditions Kimé, 2001, p. 79.

natural sobre os deveres dos Estados neutros durante a guerra²⁷⁵. Como regra geral, a posição adoptada pelas nações neutras deveria ser, acima de tudo, uma conduta para restaurar a calma e a paz, beneficiando todos os Estados. Os países neutros deveriam portanto restringir o seu comércio com os beligerantes de modo a não explorar ou amplificar o conflito.

²⁷⁵ Koen Stapelbroek, « Universal Society, Commerce and the Rights of Neutral Trade : Martin Hübner, Emer de Vattel and Ferdinando Galiani », in Petter Korkman & Virpi Mäkinen (eds.), *Universalism in International Law and Political Philosophy*, Helsinki: Helsinki Collegium for Advanced Studies, 2008, p. 70.

1.- O Corpo Diplomático

Autores como François de Callières²⁷⁶ (1645-1717) e Antoine Pecquet²⁷⁷ (1700-1762) insistiram no papel do embaixador enquanto “ministro da paz”, considerando o seu esforço em evitar conflitos e aproximar as nações. Gabriel de Mably (1709-1785) escreve no mesmo sentido sobre a função do embaixador: “Deve sempre ter presente que é ministro da paz, e da união, entre os povos.”²⁷⁸ Em Lisboa, o marquês de Capecelatro em missiva para a sua corte em Madrid repete a mesma ideia: “A principal inspecção dos embaixadores dirigia-se a desvanecer receios opostos à conservação da Paz.”²⁷⁹ Com este objectivo, o cerimonial e a ordem das precedências tinham uma importância fundamental. A assimilação do embaixador ao seu príncipe era conseguida pelo próprio cerimonial²⁸⁰. Norbert Elias afirmou que o cerimonial e a etiqueta eram uma questão política essencial da sociedade do Antigo Regime. Eram entendidos como “um tipo de organização na qual cada gesto tinha um valor de prestígio e simbolizava a distribuição do poder”²⁸¹. O cerimonial é descrito por Lucien Bély como uma representação das relações de força e de prestígio de um Estado, “uma linguagem simbólica que mostrava as relações das nações entre elas, sem que tivessem de comparar o seu poder pelo confronto militar.”²⁸² Ora, paradoxalmente, o cerimonial e a ordem das precedências entre os diplomatas podia levar os Estados a uma situação de

²⁷⁶ François de Callières, *De la manière de négocier avec les souverains : de l'utilité des négociations, du choix des ambassadeurs et des envoyez, et des qualitez nécessaires pour réussir dans ces emplois*, Amsterdam, pour la Compagnie, 1716 ; edição consultada : *L'art de Négocier sous Louis XIV*, Paris, Nouveau Monde éditions, 2006.

²⁷⁷ Antoine Pecquet, *Discours sur l'art de negocier*, Paris, Chez Nyon, 1737.

²⁷⁸ Gabriel Bonnot de Mably, *Principes des Négociations pour servir d'introduction au droit public de l'Europe* (1757), introdução e notas de Marc Belissa, Paris, éditions Kimé, 2001, p. 167.

²⁷⁹ “Marquês de Capecelatro ao marquês de Grimaldo, Lisboa 30 de Março de 1723”, AGS, *Estado, Portugal*, Leg. 7127.

²⁸⁰ Lucien Bély, *L'art de la paix en Europe...op.cit.*, p. 566.

²⁸¹ Norbert Elias, *La société de cour*, Paris, Calmann-Lévy, 1974, p. 71.

²⁸² Lucien Bély, *Espions et ambassadeurs...op. cit.*, p. 688.

conflito. O exemplo mais conhecido que ilustra bem a contradição, foi a disputa armada nas ruas de Londres, em 1661, entre o embaixador espanhol e o francês, episódio em que cinquenta homens morreram ou foram feridos. O motivo da contenda, aparentemente resultante de os espanhóis não reconhecerem a precedência da França sobre as restantes coroas da Cristandade. Reconhecimento obtido em 1662, por declaração pública apresentada a Luís XIV, a cargo do marquês de La Fuente²⁸³, embaixador de Filipe IV. Desde então os embaixadores de Espanha ausentavam-se de todas as cerimónias onde se achasse um embaixador da França: “o embaixador deveria ajustar exactamente à prática observada na corte de Roma e nas demais da Europa de não concorrer o embaixador de Espanha com o de França nas funções em que haja acento e lugares determinados, somente no caso em que se declare a nosso favor a preferência, bem que se acaso proporciona essa corte nas ocasiões que ocorrem um meio termo, ou disposição que conserve a igualdade.”²⁸⁴

A imagem dos enviados diplomáticos durante o período moderno era controversa. Se era visto como portador da paz, o embaixador era igualmente entendido como um “espião honrado”²⁸⁵ que devia empregar todos os meios, mesmo aqueles que a moral reprovava, como a corrupção, os escândalos, etc., para alcançar os seus fins. Os filósofos das Luzes, por isso, referiram-se à diplomacia como uma “escola de mentiras”²⁸⁶ e segredo, utilizando os seus agentes o dinheiro para corromper.

Dada a diversidade dos pontos de vista sobre a questão, interessa aprofundar esta intrigante figura do diplomata na sua notável configuração oscilando entre a admiração e a desconfiança ou mesmo o despreço. O desfavor em relação à figura do diplomata

²⁸³ François de Callières, *Op. cit.*, p. 76.

²⁸⁴ “Instrução ao duque de Sotomaior. No ano de 1746”, AGS, *Estado, Portugal*, Leg. 7239.

²⁸⁵ Cf. Gastão de Melo de Matos, *Espões e Agentes Secretos nos inícios do século XVIII*, Oeiras, Edição de Miscelânea, 1931; Esta expressão banalizou-se no discurso historiográfico após a tese de Lucien Bély sobre a diplomacia durante o reinado de Luís XIV (Cf. Lucien Bély, *Espions et Ambassadeurs au temps de Louis XIV*, Paris, Fayard, 1990).

²⁸⁶ Cf. Mark Belissa, « La diplomatie et les traités dans la pensée des Lumières: négociation universelle ou école de mensonge? », in *Revue d'Histoire Diplomatique*, 1999, n° 4.

tem sido atribuído a uma apologia da guerra, em que esta aparece ligada à força e à virilidade, sendo condição própria da nobreza²⁸⁷. Podemos verificar, por exemplo, que durante a Guerra da Sucessão de Espanha, o almirante de Castela ficou descontente com a sua nomeação para embaixador na corte francesa, vista como situação relativamente pouco prestigiante ao seu estatuto de Grande de Espanha. Preferiu contribuir para o esforço de guerra durante o seu exílio na corte portuguesa.²⁸⁸

Apesar desta ambivalência, a figura do diplomata era sobretudo vista como delicada e branda. Numa carta de Voltaire, em 1716, dirigida a Jean François Lériget de La Faye ironizou o destino dos negociadores: “De resto, estou encantado que não tenha partido tão cedo para Génova; a sua embaixada parece-me ser-lhe um benefício simples. Fazer-se pagar pela viagem, e não a fazer. Não se parece com as políticas errantes que se envia de Parma a Florença e de Florença a Holstein e que voltam finalmente arruinadas a Paris para ter o prazer de dizer: o rei meu amo”²⁸⁹. O diplomata, como parte do corpo do rei, seria um instrumento a ser usado mesmo a longa distância. O enviado diplomático munido da credencial estaria na corte estrangeira em representação do seu rei. Na carta-patente de Manuel de Sequeira Crespo, por exemplo, D. João V declara “confiar que no de que o encarregar me servirá muito à minha satisfação” pela “sua capacidade, intelligencia, e mais partes, que nelle concorrem”. Nomeia-o, por isso, como seu agente em Londres, “para o que lhe concedo todos os poderes, privilegios, authoridades, izenções, e graças, e tudo o mais, que por razão do ditto cargo lhe pertencer, e tocar.”²⁹⁰ Um meio utilizado cada vez com mais frequência a partir do século XVII, pois os monarcas deixaram praticamente de se encontrar. D. João V ainda

²⁸⁷ Cf. Rui Bebiano, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI – XVIII)*, Coimbra, Edições Minerva, 2000.

²⁸⁸ Isabel Cluny, « Os diplomatas de negociação e de representação em Portugal no século XVIII », in *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, cerimónias e práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 60.

²⁸⁹ Voltaire, *Correspondence and Related Documents*, T. Besterman (ed.), tomo I, dez 1704-dez 1729, 1968, Carta D 39, p. 53, citado em Lucien Bély, *L'art de la paix en Europe...op. cit.*, p. [557].

²⁹⁰ “Carta-Patente de Manuel Sequeira Crespo, Lisboa, 22 de Maio de 1708”, NA, SP 102, *Cartas Reais*, 44.

reencontra na fronteira com Filipe V de Espanha, em 1729, aquando da “troca das princesas” ibéricas, D. Maria Bárbara de Bragança e D. Mariana Vitória de Bourbon.²⁹¹

Este novo modo de relacionamento entre os príncipes, vai exigir maior sumptuosidade às missões dos seus representantes diplomáticos. O embaixador tinha a prerrogativa de fazer recordar, ou pelo menos de fazer aparecer como idênticas duas figuras, uma presente, a sua, a outra ausente, a do soberano. A sua figura evocava o que substituíra, o rei. Michel Foucault referiu que a semelhança na época clássica surgia na forma dada a conhecer, estando no entanto simultaneamente fora do alcance do nosso conhecimento. Era pela semelhança que a representação podia ser conhecida, isto é, comparada com os que poderiam ser similares, analisadas as características.²⁹² Era necessário que o servidor diplomático representasse, mas que esta representação se encontrasse, por sua vez, representada nele. Trata-se de uma representação desdobrada e redobrada sobre si mesma. O enviado seria o espelho do rei que representa. A representação liga assim o enviado a um outro, ou seja, ao soberano, representando ele próprio, diplomata, esta ligação. Permitia-lhe ainda fazer recordar o que desde há muito tempo havia deixado de existir, como por exemplo, a evocação de um acontecimento do passado tido por glorioso. As embaixadas joaninas não deixaram de evocar o período manuelino, tempos considerados áureos, como se o passado se tornasse novamente uma realidade presente. Nesta alusão, Foucault atribuiu um importante papel à imaginação sem a qual não poderia haver semelhança entre seres distintos e acontecimentos diversos. O murmúrio da semelhança tinha de existir para que a representação fosse conseguida. Na arte do aparato, a evocação era sugestiva. A sua definição consiste precisamente na relação que estabelece.

²⁹¹ Ver Ramon Pérez Caminero, *Bodas Reales en Badajoz. “Bárbara de Braganza-Fernando de Borbón” Reyes de España 1746-1758/59. Documentos del Archivo Histórico Provincial de Badajoz*, Badajoz, Junta de Extremadura, 2003.

²⁹² Michel Foucault, *Les mots et les choses...op.cit.*, p. 82.

Era, portanto, necessário que o emissário diplomático representasse, o que o obrigava a possuir competências próximas da arte do actor. François de Callières, é explícito, refere que “o embaixador assemelha-se a um actor exposto num palco sob os olhares do público para desempenhar grandes papéis.”²⁹³ A sua missão consistia, segundo Bluteau, no estreitamento de relações entre dois príncipes: “com a continuação da sua assistência, cultiva a recíproca amizade de hum Príncipe com outro.”²⁹⁴ O embaixador vai cortejar algum senhor e em sinal de reconhecimento beija-o em nome do seu amo. Este propósito de cortesia que o termo italiano *imbasiatore* expressa, reconhece um tipo de vassalagem a um senhor que não o seu. Uma função que leva Callières a aconselhar este servidor a interiorizar a personalidade do príncipe junto do qual se encontra em missão: “é necessário que se liberte dos seus próprios sentimentos para se colocar no lugar do príncipe com quem se encontra, que se transforme por assim dizer nele, que entre nas suas opiniões e nas suas inclinações; e que após o ter conhecido tal como ele é, possa dizer: “se estivesse no lugar deste príncipe com o mesmo poder, as mesmas paixões e os mesmos preconceitos, que efeitos produziriam em mim o que tenho a representar-lhe?”²⁹⁵ Esta situação de mediador entre dois príncipes colocava o enviado diplomático numa situação ambígua. Em primeiro lugar, assumindo-se o embaixador duplo do soberano que representa, havia, no entanto, que distinguir a função do homem, recordando a todos que o servidor diplomático não era o soberano. Callières admite que é precisamente neste aspecto que muitos negociadores falham. Como o cargo que desempenham os elevava acima da sua condição e, de certo modo, os igualava aos grandes senhores do mundo pela relação particular que com estes estabeleciam, acabavam por se tornar maus actores.²⁹⁶ Estes homens mostravam uma

²⁹³ François de Callières, *Op. cit.*, p. 25.

²⁹⁴ Rafael Bluteau, *Op.cit.*, p. 41.

²⁹⁵ François de Callières, *Op. cit.*, p. 97.

²⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 25.

arrogância despropositada e demasiado orgulho, procurando privilégios em proveito próprio. Punham em causa o prestígio do seu soberano, comprometendo o sucesso das negociações.

Por exemplo, em 1718, em Paris, Alexandre de Gusmão provocou grande escândalo.²⁹⁷ E isto, por continuar a jogar o *Faraó*, ignorando as últimas ordens reais em matéria de jogos de azar. Este jogo de origem italiana, surgiu em França no início século XVIII. Devido à popularidade que despertou e às elevadas somas envolvidas, as autoridades tentaram interditá-lo, mas sem grande sucesso. Alexandre de Gusmão solicitou às autoridades, ou melhor, a tolerância para que este jogo fosse permitido em sua casa, na qualidade de residente de Portugal²⁹⁸. Como nunca apresentou as credenciais que lhe dariam o título que reivindicava, o governo francês fundamentou-se nisso facto para recusar a graça que solicitava. Na verdade, Gusmão viveu desde 1715 em Paris na qualidade de secretário, um “doméstico” do conde da Ribeira Grande. Apenas em 1718 obteve do rei D. João V a nomeação como seu agente. Obtido o cargo, continuou, no entanto, na corte francesa sem apresentar as credenciais.

O prazer do jogo a que igualmente se dedicou “com excesso” o marquês de Cascais, D. Luís Álvaro de Castro (1644-1720), durante a sua embaixada em Paris entre 1695 e 1699, foi igualmente motivo de censura por parte dos franceses, a ponto de o recusarem em diversas casas, como o fez a duquesa de La Ferté e madame de Touche.²⁹⁹ José da Cunha Brochado, secretário do marquês, nas suas *Memórias*, apontou o vício do jogo como uma das coisas mais prejudiciais para os representantes de qualquer corte, aconselhando a moderação quando se encontravam num país

²⁹⁷ “Marechal d’Huxelles, 1 de Janeiro de 1718”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 52, fl. 307.

²⁹⁸ “Marquês d’Argenson ao marechal d’Huxelles, Paris, 31 de Outubro de 1717”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 51, fl. 234.

²⁹⁹ Maria Rosalina Delgado, *José da Cunha Brochado (1651-1733): o homem e a sua época*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2000, p. 67.

estrangeiro. Na sua função de representante, o enviado podia fazer bom ou mau uso da máscara teatral que colocava. O que em linguagem da época justificava distinguir-se o desempenho vicioso do judicioso.³⁰⁰

Em segundo lugar, as ambiguidades das representações estavam estreitamente associadas ao papel cumprido pelo enviado. É de sublinhar que o embaixador desempenhava apenas um papel, cujo texto não fora por si elaborado, não sendo portanto autor, mas meramente expositor da política externa do governo que representava. Consciente deste facto, o marquês de Capecelatro, de Lisboa, escreveu para a corte espanhola: “mi respuesta fué agradeciendo las honras que devia à S.M. Lusitana y ala comfianza que hazia de mi inutilidad al passo que esta matheria no dependia de mi arbitrio sino delas reales resoluciones de V^a Mag.^d”³⁰¹ Na verdade, achava-se investido de uma dignidade pela qual falava, escrevia e agia em nome do soberano. O embaixador enquanto actor, emprestava a voz e o corpo à personagem, mas o actor não era a personagem. Tal como qualquer actor, devia prestar atenção à aparência e, com mestria, sujeitar-se a uma disciplina do corpo e da palavra. A representação não se limitava ao reenvio ao que se encontrava ausente, o soberano, o discurso a pronunciar devia ainda convencer os presentes. Estar em cena, exigia estudo para ultrapassar a espontaneidade, e exercício de forma a evitar a artificialidade da postura, gestualidade e locução. Teria que produzir paradoxalmente o artificial parecendo natural. A capacidade oratória era assim uma arte a valorizar. António da Silva e Sousa exaltou a “elegância das palavras” e a doçura no falar,³⁰² ainda que, com precaução, para o embaixador não parecer efeminado. A cortesia excessiva podia, portanto, colidir e atenuar a necessária postura viril. Vendo bem, trata-se de uma

³⁰⁰ Pedro Cardim, « O embaixador seiscentista segundo António da Silva e Sousa, autor de Instrucçam Politica de Legados (Hamburgo, 1656) », in Zília Osório de Castro (coord.), *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, cerimónias e práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 193.

³⁰¹ “Marquês de Capecelatro, Lisboa, 11 de Janeiro de 1718”, AGS, Estado, Leg. 7097, fl. 8v.

³⁰² Pedro Cardim, « O embaixador seiscentista ...*op.cit.*, p. 190.

condenação da frivolidade, da delicadeza extrema, afinal, as características associadas à dondição feminina. A ostentação era admitida, mas até certos limites, de modo a evitar a quebra de reputação e autoridade.

Por último, ao ministro estrangeiro era aconselhado não pertencer a nenhum partido, conservando uma igualdade de correspondência com toda a gente. Sendo portanto incapaz de sacrificar o segredo que lhe fora confiado.³⁰³ Deveria necessariamente ser o confidente de todos e ganhar de todos a confiança. D. João V elogiou o ministro D. Luís da Cunha por este revelar “notória capacidade e largas experiências”, pelo que “todos os mais o respeitam e fazem assembleia em sua casa, e nenhum duvida comunicar-lhe os seus segredos, ou para o conselho ou por confidência, na certeza da sua probidade”.³⁰⁴ Contudo, o mesmo soberano não deixa de o reconhecer como a fonte donde recebe “as notícias mais puras e mais exactas do que sucede e se discorre naquela e nas mais cortes”. Antoine Pecquet defende que o ministro não deveria envolver-se em intrigas que podiam prejudicar os interesses do seu amo, perdendo necessariamente a confiança daqueles que o tomassem por adversários. Poderia perder a confiança, inclusivamente, do príncipe junto do qual residia, em caso de se envolver nas intrigas da corte, excedendo os limites da sua missão. Para garantir uma confiança constante neste complexo universo da corte, deveria escutar e tratar todos os seus interlocutores com uma exacta igualdade. As suas instruções deveriam persuadi-lo a manter-se simplesmente como um espectador.³⁰⁵ O maior obstáculo para cumprir a missão seria, com efeito, seria o de se tornar actor e adoptar alguma facção.

Durante o período de representação diplomática, o soberano naturalmente exigia uma obediência e fidelidade ao seu enviado, fundada na confiança pessoal e marcada

³⁰³ Antoine Pecquet, *Op. cit.*, p. 80.

³⁰⁴ *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança, rainha de Espanha (1746-1747)*, ed. de A. Pinto Ferreira, Coimbra, p. 195; citado em Abílio Diniz Silva, “Introdução”, in D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 117.

³⁰⁵ Antoine Pecquet, *Op. cit.*, p. 82.

por uma “humildade no serviço”.³⁰⁶ François de Callières definia-a como “exacta obediência”³⁰⁷ e sublinha que qualquer traição pressupunha um castigo. No entanto, Callières sublinha ao mesmo tempo que esta obediência tinha limites, uma vez que um negociador não deveria seguir o príncipe nos seus erros³⁰⁸. Acrescenta mesmo que o negociador perante as instruções reais, deveria ser capaz de tomar iniciativas: “ele é por vezes obrigado a tomar uma posição, e a fazer certas diligências sem esperar pelas ordens do seu amo quando não as pode receber a tempo”³⁰⁹. António da Silva e Sousa, autor da *Instrucçam Politica de Legados* (1656)³¹⁰, também havia exposto uma posição semelhante ao atribuir uma certa liberdade de acção aos enviados na resolução dos problemas. Sendo assim, a “Instrução”, isto é, o documento que recebiam no início de cada missão, não deveria ser visto como um diploma de teor inflexível: “o poder que ao Embaxador se concede nam está dentro de huma ley necessária, nam he destino immutavel”.³¹¹ Assim, a obediência não deveria ser equivalente do cumprimento cego e irreflectido das ordens recebidas.³¹² Esta concessão de uma margem de livre-arbítrio ao servidor diplomático é de extrema importância. O enviado compelido pelas circunstâncias possuía a liberdade de procurar outros meios para resolver os problemas. Incluindo, com referência à doutrina da razão de Estado, a promoção destes actos, impostos pelo interesse do príncipe representado, mesmo em detrimento dos valores éticos e da moral. O modelo de representante diplomático caminha igualmente para uma certa individualização do papel de quem a assume.

Para António da Silva e Sousa, a distância seria precisamente a principal dificuldade na relação entre o rei e o seu servidor, a qual, com o tempo, poderia afectar

³⁰⁶ Pedro Cardim, « O embaixador seiscentista ...*op.cit.*, p. 198.

³⁰⁷ Lucien Bély, *L’art de la paix en Europe...op.cit.*, p. 569.

³⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 570.

³⁰⁹ François de Callières, *Op. cit.*, p. 572.

³¹⁰ Ver Pedro Cardim, « O embaixador seiscentista ...*op.cit.*, pp. 155-213.

³¹¹ Idem, *ibidem*, p. 191.

³¹² Idem, *ibidem*.

o laço existente entre ambos. A distância e as demoras na correspondência podiam, por vezes, dar azo a ambiguidades e a suspeitas de infidelidade. Haveria, pois, que seguir de perto as alterações na conduta dos agentes diplomáticos. Com este propósito, o marquês de Capecelatro, embaixador espanhol, escreveu de Lisboa: “he averiguado que un tal Miguel Marinez Vize Cônsul no correspondia ala entera fidelidad de buen Vasallo de V. Mag.d ni alas obligaciones de seu empleo en cuya vista mande que quedasse inhabilitado para siempre. Enquanto al punto que al Cônsul se le atribuye de infidelidad [...] tengo hechas varias diligencias com personas Eclesiásticas y otras fidedignas, y no encuentro nada delo.”³¹³ A infidelidade poderia pois levar à abertura de um processo de inhabilitação para desempenho do cargo. Num outro exemplo, no decurso do reinado de D. João IV, o embaixador português, nomeado em 1643 para a Holanda, D. Fernando de Faro Teles, foi sentenciado por passar informações a Espanha e assim ter traído os interesses portugueses.³¹⁴ Mais tarde, em 1725, o conde de Tarouca foi acusado por Diogo de Mendonça Corte Real de violar o segredo diplomático pasando informações aos ministros ingleses, nomeadamente ao seu amigo Towshend.³¹⁵ Ao revelar detalhes sobre as negociações da aliança com o Império foi além das ordens que recebera da corte. O conde de Tarouca, em 1709, partiu para a corte de Londres e nunca mais regressou a Portugal, acabando por morrer em Viena em 1738, sem “nenhum género de mercê ou afago, depois de vinte e houto annos de embaixadas”.³¹⁶ Ora esta caída em desgraça deveu-se provavelmente às acusações de violação do segredo diplomático de que foi alvo em 1725. O conde de Tarouca tomando então consciência da pouca

³¹³ “Marquês de Capecelatro ao marquês de Grimaldi, Lisboa, 22 de Fevereiro de 1718”, AGS, Estado, Leg. 7097, f. 10v.

³¹⁴ “Documentos sobretudo relativos à política portuguesa e europeia da segunda metade do século XVII”, BNP, cod. 1459, fls. 37v-40.

³¹⁵ Isabel Cluny, *O Conde de Tarouca...op.cit.*, p. 423.

³¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 459.

probabilidade em poder regressar ao reino.³¹⁷ Ainda que a missão dos enviados diplomáticos fosse vista como prestigiante para a sua Casa, a ausência da corte podia tornar-se num verdadeiro exílio. A missão diplomática, neste sentido, adquire uma certa semelhança com as sentenças do tribunal do Santo Ofício, na maioria das vezes consistindo precisamente na saída forçada da corte ou do reino, ou seja, na pena de degredo.

Alguns dos enviados diplomáticos também chegaram a ser condenados pela Inquisição. É o caso de Damião de Góis (1502-1574). Humanista de relevo de ascendência flamenga, efectuou várias missões diplomáticas, tendo sido sentenciado em 1572 por heresia luterana³¹⁸. Manuel Fernandes Vila Real (1608-1663), cônsul em Ruão³¹⁹, de onde apoiou a Restauração e onde escreveu o *Político Cristianíssimo* (1642) e o *Anti-Caramuel* (1643)³²⁰, foi sentenciado por judaísmo em 1 de Dezembro de 1652. No século seguinte, o Cavaleiro de Oliveira também sentenciado pelo Santo Ofício e queimado em efígie em 1761, veio a morrer em Londres em 1783. Numa carta de Sebastião José de Carvalho e Melo, o diplomata escreve: “Vim achar em Londres o célebre Francisco Xavier de Oliveira, ou por outra o *secretário infiel* do senhor Conde de Tarouca”³²¹.

Em acréscimo às acusações de infidelidade, os servidores diplomáticos poderiam ser alvo de outras delações por parte dos seus conterrâneos. O esforço do enviado em

³¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 423.

³¹⁸ Ver Raul Rêgo, *O Processo de Damião de Goes na Inquisição*, apresentação de António Reis, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007 e ainda José Vicente Serrão, *Damião de Góis, um humanista na Torre do Tombo*, Lisboa: IANTT, 2002.

³¹⁹ Ramos Coelho, *Manuel Fernandes Villa Real e o seu processo da Inquisição de Lisboa*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1804.

³²⁰ Manuel Fernandes de Vila Real, *Epítome genealógico do eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu e discursos políticos sobre algumas acções da sua vida*, edição de António Borges Coelho, Lisboa, Biblioteca nacional de Portugal, 2005; Manuel Fernandes Vila Real, *Anticaramuel o defença del manifiesto del Reyno de Portugal. A la respuesta que escrivio Don Ivan Caramuel Lobkovitz Religioso de Dunas, Doctor de S. Theologia, Abbad de Melrosa, y Vicario general de la Orden de Cister por los Reynos de Ingalaterra, Irlanda, Escocia*, Paris, En la Officina de Miguel Blageart, 1643.

³²¹ Carta citada em Aquilino Ribeiro, “Prefácio”, in Cavaleiro de Oliveira, *Cartas*, (1741-1742), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982, p. XXIV. [itálico nosso]

compreender o rei e a corte onde se encontrava como representante, deu azo a comentários depreciativos como, por exemplo, os do célebre duque de Saint-Simon, precisamente sobre François de Callières: “à força de viver por entre os estrangeiros, aprendeu todos os costumes e adquiriu um exterior desagradável”.³²² Em Portugal, esta ideia, desenvolveu-se, em torno do conceito de “estrangeirado”, contudo, num sentido oposto ao expresso por Saint-Simon. No caso português é sublinhado o fascínio por tudo o que vem de fora, aludindo, por sua vez, uma maior credibilidade das propostas “externas”. Contra esta ideia de “estrangeirado” se insurgiu Jorge Borges de Macedo.³²³ Como acabámos de ver, aquele que saía da corte ou do país, poderia, afinal, ser facilmente objecto de suspeita de heresia religiosa ou traição política. Podia ainda generalizar-se e envolver os valores culturais de uma sociedade. D. Luís da Cunha confessou a Diogo de Mendonça Corte Real o seu distanciamento em relação aos costumes portugueses: “Para vos falar mais claro, entre nós, [...] supondo que havendo feito hábito dos costumes estrangeiros, havia perdido o gosto dos naturais.”³²⁴ Numa outra carta, dirigida a Marco António de Azevedo Coutinho, o diplomata refere que “os muitos anos que tenho vivido com as outras nações me fizeram contrair certos hábitos, que me não deixarão contentar a nossa nobreza, e é muito tarde para me repatriar.”³²⁵ Este diplomata acabou por ser acusado de se tornar um afrancesado, “a partir do momento em que contactou com a corte francesa” e de ter perdido os valores de

³²² Duque de Saint-Simon, *Mémoires*, Arthur de Boislisle (ed.), tomo III, 1881, pp. 300-301, citado em Lucien Bély, *L'art de la paix en Europe...op.cit.*, p. 569.

³²³ Jorge Borges de Macedo, “Estrangeirados”, um conceito a rever, in Separata *Bracara Augusta*, 28, Braga, [s.n.], 1974.

³²⁴ “D. Luís da Cunha a Diogo de Mendonça Corte Real, Bruxelas, 4 de Janeiro de 1726”, IANTT, MNE, Liv° 794, fl. 4v; citado em Abílio Diniz Silva, “Introdução”, in D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 41.

³²⁵ “D. Luís da Cunha a Marco António de Azevedo Coutinho, Haia, 5 de Junho de 1736”, IANTT, MNE, Legação dos Países Baixos, cx. 789; carta transcrita em D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas...op. cit.*, p. 426.

“identidade nacional”.³²⁶ José da Cunha Brochado, por sua vez, sentiu necessidade em defender-se dizendo: “Pouca razão tem V.M. de me supor francês naquelle discurso, porque lhe afirmo que nada amo menos que esta nação [portuguesa]”³²⁷. Longe do encantamento pelos argumentos dos “estrangeirados”, afinal com alguma regularidade as opiniões dos diplomatas eram tidas de credibilidade duvidosa. Contudo, nada garantia que a influência da corte onde residiam os enviados diplomáticos persistisse por muito tempo. Em 1715, após a sua missão em Paris e regresso da corte de Londres a Lisboa, José da Cunha Brochado asseverou a Henry Worsley ter sido um bom português na Grã-Bretanha, e assim deveria agora ser um bom inglês em Lisboa³²⁸. O enviado inglês ficou satisfeito por ouvir isto, sabendo que anteriormente havia sido um bom francês.

Pelo exposto, verificamos que enviado diplomático encontra-se num limbo entre uma relação de distância e de proximidade com a corte de origem e com aquela onde se encontra em funções. Em representação do seu rei, cultiva a amizade com o príncipe do país onde reside. Representa ele próprio a ligação entre ambos, servindo como mediador. Ao mesmo tempo, é aconselhado a evitar pertencer a qualquer partido, de modo a conservar uma “igualdade de correspondência” entre todas as facções. E se, para Callières, o diplomata se assemelha a um actor, Pecquet aconselha-o a ser simplesmente um espectador. Além do mais, se lhe era exigida uma obediência e fidelidade totais, também lhe era atribuída a necessidade de tomar iniciativas e manifestar uma certa liberdade de acção. Atitudes, no entanto, qualificadas como traição política, religiosa e cultural. Ao situarmos o comportamento diplomático num plano

³²⁶ Isabel Cluny, *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 210-214.

³²⁷ “José da Cunha Brochado de 29 de Junho de 1698”, in José da Cunha Brochado, *Cartas...op.cit.*, Lisboa, Sá da Costa, 1944, p. 38.

³²⁸ “Henry Worsley a James Stanhope, Lisboa, 16 de Novembro de 1715”, NA, SP 89-23 Portugal, f. 312v.

entre o desprendimento e o compromisso, facilmente o conotamos a qualidades neutras. Vemos portanto que o diplomata pode ser considerado como uma figura neutra.

Consequentemente, a fronteira entre a acusação de traição e o reconhecimento geral pelos serviços prestados era muito ténue. Somente o servidor fiel era tocado pela graça do seu senhor. O modo do soberano retribuir os serviços dos seus vassallos consistia em atribuir-lhe comendas das ordens militares, pensões ou mesmo títulos nobiliárquicos. Estudos de tipo quantitativo confirmam que a via diplomática podia constituir um trampolim para a mobilidade social.³²⁹ Com efeito, parte dos diplomatas, sem pertencer à primeira nobreza ou aos principais corpos institucionais adquiriram títulos nobiliárquicos ou passaram a desempenhar cargos elevados na administração do reino. D. Luís da Cunha nas instruções políticas a Marco António de Azevedo Coutinho interrogando-se sobre o modo de retribuir os serviços dos vassallos.³³⁰ Por serem “curtos os limites de Portugal”, além de limitado número da sua população e da nobreza, ao soberano português restava muito pouco para dar. De modo que a solução estava na justiça distributiva, de forma a todos obterem a sua proporção. Um ideal difícil de alcançar, tendo em conta as permanentes queixas dos servidores diplomáticos sobre a falta e demora dos pagamentos.³³¹ Por este motivo, José da Cunha Brochado afirmou que “para viver bem, nenhuma terra é má, e para viver mal só Paris é bom.”³³²

A magnificência das embaixadas era assim um problema constante para aqueles a quem incumbia a tarefa de representação. De Lisboa, o marquês de Candia explicou assim a situação: “He procurado desempenar esta embajada en todas sus partes, sin omitir la del lucimiento, tan necesario al carácter. [...] Conozco que las embajadas, no

³²⁹ Pedro Cardim *et al.*, « A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajectórias », in Nuno G. Monteiro *et al.* (org.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 333.

³³⁰ Luís da Cunha, *Instruções Políticas...op.cit.*, pp. 357-358.

³³¹ Cf. Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz...op.cit.*, pp. 93-97; Isabel Cluny, *O Conde de Tarouca...op.cit.*, pp. 175-178.

³³² “Prefácio”, José da Cunha Brochado, *Cartas...op.cit.*, p. XXVI.

siendo extraordinárias, solo son buenas para los mui ricos, o mui miserables, porque los primeros tienen de que suplir lo que la corte deja de dar, y los segundos tratandose mal en perjuicio del decoro del empleo ahorran dinero como le sucedio a mi antecesor, bastante memoria conserban aqui de su miséria; [...] ni soi rico, ni miserable. Como particular supe ser económico; como embajador no conviene serlo en muchas cosas. En la casa de un embajador no se há de reconocer miséria, si abundância, y algunas vezes es inremediabile el desperdício.”³³³ A ostentação necessária para o bom desempenho da embaixada tinha em vista induzir o respeito pelo poder do soberano. Na sociedade dos príncipes, a magnificência era essencial nas cortes católicas. Não sendo tão vinculada nas protestantes. José da Cunha Brochado alude a esta diferença no seguinte comentário: “Já que me não pode mandar para Roma, por me faltarem as beatificações necessárias, mande-me para Hollanda e viverei lá com menos vergonha de mal vestido.”³³⁴

A crítica à remuneração fundada na graça era cada vez mais acentuada durante o século XVIII, opondo-a ao mérito do indivíduo, único meio para uma justa recompensa. José da Cunha Brochado denunciou gerar a cobiça grandes disputas por altos cargos e assim por mercês e privilégios, “pondo de parte a fineza, a inclinação natural, o brio e a honra”³³⁵. Segundo esta última perspectiva, a justiça distributiva baseava-se no mérito e seria apenas nela que o serviço diplomático deveria ser remunerado. O enviado passava a gozar do direito de receber um pagamento pelo seu trabalho. Ao institucionalizar o sistema de pagamentos, caminhou-se, conseqüentemente, para uma “burocratização” do serviço diplomático³³⁶, ao mesmo tempo que era desvinculado da política da graça, bem

³³³ “Marquês de Candia ao marquês de Villarias, Lisboa, 24 de Novembro de 1744”, AGS, Estado, Leg. 7196.

³³⁴ Carta de 19 de Outubro de 1698, citada em Maria Rosalina Delgado, *José da Cunha Brochado...op.cit.*, p. 108.

³³⁵ Idem, *ibidem*, p. 252.

³³⁶ Pedro Cardim, « A prática diplomática na Europa do Antigo Regime », in Luís Nuno Rodrigues e Fernando Martins (ed.), *História e Relações Internacionais*, Temas e debates, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2004, p. 43.

como dos laços afectivos que ligavam o servidor ao amo, ou seja, o diplomata ao soberano.

As questões protocolares, como já foi referido, faziam parte intrínseca do quotidiano dos servidores diplomáticos. Através do protocolo, reproduzia-se em ponto pequeno, como se fora um microcosmo, a visão que se tinha do sistema internacional ou a que se queria impor. Por este motivo, o rei português, D. Pedro II, recusou-se, em 1703, a assinar qualquer tratado em que o nome da rainha de Inglaterra surgisse em primeiro lugar. Tal como o enviado inglês em Lisboa, John Methuen, rejeitava subscrever os tratados onde o nome de D. Pedro II³³⁷ precedesse. Assim, foi acordado que deveriam fazer-se duplicados dos tratados a ser despachados para as cortes de Viena, de Londres e dos Estados Gerais. Um deles, naquele em que o nome da rainha de Inglaterra precedesse o do rei de Portugal, seria assinado pelo embaixador austríaco e os enviados, holandês e inglês e sem a assinatura dos plenipotenciários portugueses. No outro, onde se invertia a ordem, o nome do rei de Portugal aparecia em primeiro lugar, e portanto, seria igualmente assinado pelo embaixador austríaco e o enviado holandês, assim como pelos plenipotenciários portugueses, mas sem a assinatura do enviado inglês. Num outro exemplo, relativo à questão das precedências, desta vez entre as cortes portuguesa e espanhola, em 1714. Abre-se um diferendo por se ter alterado o estilo na correspondência entre as duas coroas.³³⁸ Numa carta remetida por D. João V a Filipe V para anunciar o nascimento do filho D. José, foi notada a omissão da palavra *Real* em *Vossa Majestade*, e, no sobrescrito, a ausência da expressão *Pela graça de Deus*, antes da palavra *Rei*. A corte espanhola por ver a missiva diminuída nas formalidades, contra o estilo do formulário praticado pelo anterior monarca, reuniu o Conselho de Estado a fim de reflectir sobre os “graves inconvenientes” que decorrem do

³³⁷ “John Methuen ao Earl de Nottingham”, BL, Add. 29590, fls. 260-260v.

³³⁸ “Consulta de 7 de Julho de 1714”, AHN, Estado, *Portugal*, Leg. 1779, fl. 1.

consentimento deste acto. Através do marquês de Bay, foi pedido esclarecimento a Diogo de Mendonça Corte Real, o secretário de Estado português, o qual justificou o sucedido por se ter verificado a mesma omissão na carta em que Filipe V participava a D. João V a notícia da morte da rainha Maria Luísa. Pareceu assim conveniente a Madrid repetir, por advertência, as mesmas circunstâncias “por que en la igualdad no ay ofensa.”³³⁹ Da resposta de Diogo de Mendonça, a corte espanhola reconheceu nas suas expressões “pouco respeitosa”, “el desseo voluntario y mal fundado de querer tratamiento igual.”³⁴⁰

Estes incidentes e reivindicações protocolares têm sido entendidos como uma forma do reino português alcançar ou garantir a paridade diplomática com as outras potências estrangeiras³⁴¹. O exemplo mais citado pelos historiadores, dada a repercussão produzida nas relações externas portuguesas, recorda o corte de relações diplomáticas entre Portugal e França entre 1725 e 1737, alegadamente devido a uma questão de precedências por altura da visita protocolar entre o embaixador e o secretário de Estado português. Importa assim escarecer a razão deste diferendo. O estilo observado por todos os embaixadores por ocasião do seu ingresso na corte de Lisboa impunha o envio de cópia das cartas credenciais ao secretário de Estado. O abade de Livry cumpriu a formalidade. Contudo, não pediu audiência particular ao rei como era prática habitual. Por ter “pressentido”³⁴² que o dito Secretário forçava uma “novidade” protocolar, por influência superior da parte do marquês de Abrantes, quis vê-la superada antes de pedir a dita audiência. Para justificar a sua postura alegou que na recepção do seu predecessor, como do núncio e do embaixador de Espanha, à sua chegada, haviam recebido a visita do secretário de Estado. Pretendeu, portanto, que este lhe devia fazer a

³³⁹ “Consulta de 4 de Setembro de 1714”, AHN, Estado, Portugal, Leg. 1779, fl. 5.

³⁴⁰ Idem, ibidem, fl. 7.

³⁴¹ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa...op.cit.*, p. 294.

³⁴² “Marquês de Capecelatro ao marquês de Grimaldo, Lisboa, 26 de Setembro de 1724”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7130.

primeira visita com as devidas formalidades. Por sua vez, o secretário de Estado argumentava que as referidas visitas haviam sido amistosas e confidenciais sem cerimónia alguma. Não teriam sido, pois, visitas de cerimónia entre o secretário de Estado e os embaixadores, mas encontros informais, de mera amizade.³⁴³ Examinadas as memórias relativas às práticas cerimoniais, na Secretaria de Estado, nada havia sido encontrado no formulário dos embaixadores, obrigando a serem visitados em primeiro lugar. Bem pelo contrário, além de ser este o costume executado quer em Paris quer em Madrid, a prática lembrava que três embaixadores de França, os marqueses de Oppède e de Saint-Romain e ainda Pierre Rouillé, haviam visitado o secretário de Estado.

D. Luís da Cunha a propósito do caso, esclareceu que o abade de Livry tinha recebido uma informação falsa e não se admirava que o embaixador de Espanha fosse um dos responsáveis “porque folgará muito de nos ver embrulhados com esta Coroa [francesa]”.³⁴⁴ Perante a probabilidade de os dois núncios do Papa terem participado na manobra, foi vista por “couza bem deplorável”. Efectivamente, o embaixador Livry recebeu ordem para se retirar da corte de Portugal sem obter audiência do rei. E D. João V deu ordem a D. Luís da Cunha, seu embaixador plenipotenciário em Paris, e Marco António de Azevedo Coutinho, seu enviado extraordinário, se retirassem para a Haia.³⁴⁵ Ainda que as relações franco-portuguesas fossem oficialmente reatadas apenas em 1737, o embaixador de França na Holanda, o marquês de Fénelon, visitou D. Luís da Cunha em 1731, “de que se infere haver-se restabelecido a comunicação entre ambas cortes.”³⁴⁶ No segundo encontro acordaram várias disposições expostas no documento

³⁴³ “Caso sucedido en Portugal con el Abad de Levry, embaxador de Francia en Portugal año de 1725 copiado de la Gaceta de Amsterdam nº 9 del Martes 6 de Febrero del mismo año”, BNE, MSS/12948/38, fl. 1.

³⁴⁴ “D. Luís da Cunha, Paris, 24 de Outubro de 1724”, IANTT, MNE, Liv. 793, fl. 535.

³⁴⁵ Caso sucedido en Portugal con ...*op.cit.*, fl. 4.

³⁴⁶ “Marquês de Capecelatro ao marquês de La Paz, Lisboa, 30 de Janeiro de 1731”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7163.

intitulado “Sobre o tratamento que os Embaixadores de França devem dar aos secretários de Estado”,³⁴⁷ a fim de prevenir e atenuar o diferendo entre as duas cortes.

Pouco tempo antes, em 1725, no ano em que as cortes francesa e portuguesa resolveram cortar relações diplomáticas, a Inglaterra deu ordens para mediar a questão do cerimonial. O governo português mostrou-se sumamente indignado com D. Luís da Cunha por este haver aconselhado a envolver Inglaterra no assunto. O diplomata português defendeu-se alegando que nas suas instruções lhe era prescrito que se fizesse valer do auxílio daquela corte sempre que achasse útil à coroa portuguesa.³⁴⁸ Lucien Bély, esclarece nesta matéria que a manobra se revela mais estreita para um negociador quanto mais forte e centralizado é o Estado. Dá o exemplo de Utrecht, onde os plenipotenciários portugueses pareciam bastante livres nas suas resoluções, na medida em que Portugal se colocava na esteira da diplomacia inglesa³⁴⁹. No início do século XVIII, os diplomatas portugueses revelam, portanto, uma considerável autonomia face ao poder real.

Se o cerimonial devia ser estritamente observado reflectindo a hierarquia entre os príncipes, o mesmo poderia ser visto como um obstáculo à desejada convivência no decurso de negociações que se queriam secretas. John Methuen parece ter beneficiado de grande autonomia durante as negociações que precederam a entrada de Portugal na Grande Aliança, em 1703. Apesar da rainha o ter honrado com o carácter de embaixador extraordinário, Methuen, com o consentimento da corte portuguesa, preferiu recusar a graça para usufruir de maior liberdade³⁵⁰. O sigilo era essencial para o sucesso das negociações, pois caso o ajuste não se mantivesse em “perfeito e completo segredo,

³⁴⁷ “Sobre o tratamento que os Embaixadores de França devem dar aos secretários de Estado”, IANTT, NNE, III-A, França, cx.1, 158, n° 4.

³⁴⁸ “Marquês de Capecelatro ao marquês de Grimaldo, 13 de Fevereiro de 1725”, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7133.

³⁴⁹ Lucien Bély, *L’art de la paix en Europe...op.cit.*, p. 572.

³⁵⁰ “John Methuen ao Earl de Nottingham, Lisboa, 6 de Agosto de 1702”, BL, Add. 29590, fl. 99.

tudo o que se podia esperar era o seu fim e eu [John Methuen] nunca mais deveria aparecer nesta corte [portuguesa]”³⁵¹. O enviado inglês entregou as suas credenciais ao secretário de Estado que o visitou ao segundo dia e pouco depois foi-lhe anunciado que poderia ser recebido pelo rei em audiência privada do rei sem qualquer outra cerimónia. Conseguiu depois conferenciar em grande segredo com o marquês de Alegrete sem o conhecimento da maioria dos ministros portugueses,³⁵² e mesmo dos enviados das cortes aliadas, o holandês Francisco Schonenberg e o embaixador austríaco, conde de Valstein³⁵³. Este último, desde o momento da sua chegada a Lisboa, tinha sido embaraçado com títulos e cerimónias,³⁵⁴ pelo que não chegou a ver até então nenhum conselheiro de Estado, ou da Guerra, nem nenhum marquês, limitando-se às conferências com o secretário de Estado Roque Monteiro. Assinados os tratados em Março de 1703, a notícia da aliança com as potências marítimas e o Império apanhou o embaixador francês, Pierre Rouillé, completamente de surpresa. Este episódio revela não apenas a enorme insucesso da diplomacia francesa em Lisboa, com o seu embaixador e os outros agentes diplomáticos incapazes de penetrar no segredo das negociações, mas também a preferência por um novo estilo de negociação. Ou seja, evitava o rígido cerimonial de modo a empreender uma negociação directa sem outro protocolo. Com esta intenção, em 1739, “o enviado de Inglaterra para evitar as suas audiências publicas com o rei se supõe que vá de noite a falar-lhe.”³⁵⁵

O diplomata Sir William Temple³⁵⁶ (1628-1699) vê as disputas sobre o cerimonial como impertinências dependentes do carácter do embaixador e que resultava quase sempre da mediocridade de carácter do mesmo ao cingir-se à letra do

³⁵¹ “John Methuen ao Earl de Nottingham, Lisboa, 23 de Setembro de 1702”, BL, Add. 29590, fl. 131.

³⁵² “John Methuen ao Earl de Nottingham, Lisboa, 13 de Novembro de 1702”, BL, Add. 29590, fl. 159.

³⁵³ “John Methuen ao Earl de Nottingham, Lisboa, 23 de Setembro de 1702”, BL, Add. 29590, fl. 131.

³⁵⁴ “John Methuen ao Earl de Nottingham, Lisboa, 27 de Novembro de 1702”, BL, Add. 29590, fl. 165v..

³⁵⁵ “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, Lisboa, 14 Julho 1739”, AGS, *Estado, Portugal*, Leg. 7186.

³⁵⁶ Sir William Temple foi um dos diplomatas ingleses mais importantes do século XVII, tendo negociado a Tríplice Aliança de 1668 e o tratado de Westminster de 1674. Escreveu as suas memórias, publicadas em 1731 por Jonathan Swift, de quem foi patrono.

cerimonial.³⁵⁷ Este diplomata inglês defendia que os embaixadores se preocupassem menos com minúcias, dando sobretudo atenção às coisas que de facto faziam “a grandeza, a glória e a prosperidade de um Estado”.³⁵⁸ Quando algumas coroas começaram durante a negociação de paz de Munster, em 1679, a querer introduzir uma igualdade entre os reis da Europa, esta pretensão foi considerada por François Callières como uma “novidade mal fundada, e desconhecida até ao momento”,³⁵⁹ considerando que a França deveria continuar a defender o antigo direito de primazia. Também em 1699, durante as negociações do tratado de Karlowitz, foram construídos edifícios de madeira com o número de portas igual ao número de delegados e forma a entrar em simultâneo ao som de uma trompeta.³⁶⁰ E assim, foi assegurada a igualdade de precedência.

Em França, a crítica ao cerimonial aparece bastante tarde, já em plena época das Luzes, mas então com grande unanimidade. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), de uma maneira bastante irónica, põe em causa a diplomacia tradicional e critica designadamente as regras de precedência, dizendo que nos congressos “onde se delibera em comum se a mesa será redonda ou quadrada, se a sala terá mais ou menos portas, se um tal Plenipotenciário estará de frente ou de costas para a janela, se numa visita fará dois pequenos passos a mais ou a menos, e sobre mil questões de semelhante importância, inutilmente colocadas há três séculos a esta parte, e definitivamente muito dignas de ocupar os nossos Políticos.”³⁶¹ O cerimonial passou a contrariar o princípio primordial do direito das gentes que estabelecia a igualdade jurídica entre as nações.

³⁵⁷ Gabriel Bonnot de Mably, *Principes des Négociations pour servir d'introduction au droit public de l'Europe* (1757), introdução e notas de Marc Belissa, Paris, éditions Kimé, 2001, p. 167.

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 168.

³⁵⁹ François de Callières, *Op. cit.*, p. 76.

³⁶⁰ Leira, Halvard. and Neumann, Iver. "Beyond Embassies - Towards a Corps Diplomatique", p. 6. 2009-05-25, http://www.allacademic.com/meta/p69304_index.html.

³⁶¹ « Extrait du Projet de paix perpétuelle de Monsieur l'abbé de Saint-Pierre » (1760), J.-J. Rousseau, *Œuvres complètes*, pp. 574-575, citado em Lucien Bély, « Les temps modernes (1515-1789) », in Françoise

Uma cada vez maior atenção passou a ser conferida ao direito positivo em detrimento das ligações pessoais inseridas numa rede de relações hierárquicas. A letra dos diplomas ganhou um outro significado. Jean du Mont publicou o *Corps Universel Diplomatique du droit des gens* (1726)³⁶², introduzindo a palavra *diplomatique* como equivalente de *diplomaticus*³⁶³. Tal como Gottfried Leibniz no *Codex Juris Gentium Diplomaticus* (1693)³⁶⁴, o significado de *diplomaticus* foi alterado. A diplomática tinha como objecto o estudo dos diplomas, prestando atenção ao tipo de caligrafia e à produção do material, com o propósito de verificar a sua autenticidade. Du Mont e Leibniz, em contrapartida, consideraram sobretudo o conteúdo dos diplomas, associando o *diplomaticus* ao estudo do direito das gentes.³⁶⁵ Ou seja, passaram a referir-se às relações entre os soberanos ou entre os Estados através da troca de diplomas,³⁶⁶ resultando no uso específico da diplomática na terminologia das relações internacionais. A nova palavra diplomacia, de conotação política, ligada aos negócios estrangeiros é portanto derivada da arte *diplomarius*³⁶⁷. As palavras “diplomacia” e “diplomata” aparecem apenas no final do século XVIII. Em França, é Simon-Nicholas Linguet que emprega o termo “diplomata” pela primeira vez, em 1791, nos *Annales politiques, civiles et littéraires du XVIIIe siècle* e Maximilien de Robespierre foi o primeiro, em 1792, a utilizar a palavra “diplomacia” no *Le Défenseur de la*

Autrand et al., *Histoire de la Diplomatie Française*. I. Du Moyen Age à l'Empire, Paris, éd. Perrin, 2005, p. 457.

³⁶² Jean du Mont, *Corps universel diplomatique du droit des gens contenant vn recueil des traitez d'alliance, de paix, de treve, de neutralité, de commerce, d'échange ... & autres contrats, qui ont été faits en Europe, depuis le regne de l'empereur Charlemagne jusques à présent : avec les capitulations imperiales et royales ... le tout tiré en partie des archives de la ... maison d'Autriche ... soit en histoire, en politique, ou en droit*, 13 vols, Amsterdam, Brunel et Wetstein, 1726-1731.

³⁶³ M. Constantinou Costas, *On the way to Diplomacy*, Minneapolis:London, University of Minnesota Press, 1996, p. 80.

³⁶⁴ Gottfried Wilhelm Leibniz, *Codex Juris Gentium Diplomaticus*, Hannoverae, S. Ammonii, 1693.

³⁶⁵ Costas M. Constantinou Costas, *Op.cit.*, p. 80.

³⁶⁶ Diploma, etimologicamente vem do grego e significa “dobrado em dois”, significando a cópia dupla de um acto, a *duplicata*.

³⁶⁷ Costas M. Constantinou, *Idem, ibidem*, p. 81.

*Constitution*³⁶⁸. Em Portugal, a palavra “diplomata” só apareceu no vocabulário político por volta de 1830³⁶⁹.

O conceito de “corpo diplomático” parece ter sido bastante mais prematuro. Em 1737, surge pela primeira vez num manual, o já referido *Discours sur l’art de negocier* de Antoine Pecquet, como a “sociedade dos ministros estrangeiros”³⁷⁰. Segundo o autor, este corpo de ministros formava uma espécie de sociedade independente, cujos membros viviam em intimidade, na proporção ao modo como os soberanos se relacionavam si. Deveriam observar sempre as normas de urbanidade com todos os ministros, mesmo quando os seus amos se encontravam em guerra com os soberanos que representavam. Já François de Callières havia escrito que os ministros dos príncipes que estavam em guerra, apesar de não se visitarem, deveriam proceder às cortesias devidas quando se encontravam. Para este diplomata, a guerra não destruía as regras da honestidade e da generosidade. Pelo contrário, proporcionava até a ocasião ao ministro as pôr em prática com maior glória.³⁷¹ Eram precisamente estes laços no quotidiano cortesão que ligavam os enviados diplomáticos aos seus pares. A partilha do segredo num momento fortuito poderia ditar o sucesso de uma negociação. As ocasiões de encontro multiplicavam-se nos rituais da corte, como baptizados, casamentos, aniversários, pompas fúnebres, entre outras cerimónias, para além das festividades organizadas nas residências de cada ministro estrangeiro ou de particulares.

Os enviados, apesar de movidos por interesses diferentes, e por vezes opostos, possíam um objecto em comum, conhecer o país onde viviam e concluir com êxito a missão que lhes havia sido confiada. Estavam ligados ao mesmo tempo por uma cada vez mais rigorosa codificação das imunidades, cuja infracção em prejuízo de algum, de

³⁶⁸ Lucien Bély, *L’art de la paix en Europe...op.cit.*, , p. [583], nota 2.

³⁶⁹ Ana Leal de Faria, *Os Arquitectos da Paz...op.cit.*, p. 57.

³⁷⁰ Antoine Pecquet, *Op.cit.*, p. 134 ; Somente em 1789, foi notada a referência a este termo no *Diccionario da Língua Portuguesa* (Cf. Ana Leal de Faria, *Os Arquitectos da Paz...op.cit.*, p. 57).

³⁷¹ François de Callières, *Op.cit.*, p. [79].

imediatamente se tornava em causa de todos. Um dos primeiros momentos de acção colectiva ocorreu em 1708, quando o ministro russo, Andrey Matveyev, foi preso devido às queixas de um conjunto de comerciantes. Quando o soltaram, todos os responsáveis de missões diplomáticas em Londres (excepto o da Suécia que estava em guerra com a Rússia) acompanharam-no até à sua casa em demonstração de solidariedade.³⁷² É que uma falta aos privilégios de um enviado diplomático era vista como uma ofensa à pessoa do seu soberano e ao seu Estado. Teriam, por isso, que ser assegurados. Do incidente resultou o primeiro acto a garantir a imunidade diplomática, adoptado pelo parlamento britânico a 21 de Abril de 1709.

No seio deste novo corpo diplomático, cada grau de representação, de subordinação ou de superioridade encontravam-se hierarquizados, gozando privilégios diferentes no país de acolhimento em igual proporção: embaixadores, plenipotenciários, enviados, etc. Existindo regras de precedência entre eles, estas aplicavam-se igualmente entre os ministros estrangeiros de grau semelhante. Quando a D. Maria, princesa do Brasil, casou, em 1760, com o seu tio, D. Pedro, foi declarado que apenas o núncio papal e o representante do Imperador teriam precedência e que os restantes diplomatas se organizariam por ordem de antiguidade na corte de Lisboa. A crescente formalização do corpo diplomático foi uma forma de os países de acolhimento reagirem contra as querelas sobre precedências. Com vista a uma progressiva definição corporativa, não pode ser alheia a criação das secretarias de Estado dos Negócios estrangeiros. Em Espanha, durante as reformas borbónicas, foram criados em Fevereiro de 1714, quatro secretarias de Estado e do despacho, entre elas a dos Negócios estrangeiros sob a responsabilidade do marquês de Grimaldo³⁷³. Em França, o regente Filipe de Orléans põe em prática, entre 1715 e 1718, a polissinodia, isto é, um sistema de conselhos de

³⁷² Mathew Smith Anderson, *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, London, Longman, 1993, p. 54.

³⁷³ Beatriz Badorrey Marin, *Los orígenes del Ministerio de Asuntos Exteriores (1714-1808)*, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1999, p. 31.

governo, entre os quais o Conselho dos Negócios estrangeiros, presidido pelo marechal de Huxelles.³⁷⁴ Em Portugal, a criação da secretaria de Estado dos Negócios estrangeiros e da Guerra teve lugar somente em 28 de Julho de 1736, logo após a morte do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real.³⁷⁵

A sociabilidade e as marcas de urbanidade entre os agentes diplomáticos reflectem a vontade da instituição da paz entre os Estados. Um preceito proclamado por Thomas Hobbes no *Leviatã*: “Que todo o homem se deve esforçar pela paz, na medida em que tenha esperança de a conseguir”³⁷⁶. Na sua perspectiva, se cada homem tiver direito de fazer tudo o que lhe apraz, todos os homens se encontrariam em constante condição de guerra. Apesar de Hobbes considerar ser esta a condição do homem, uma luta permanente de todos contra todos, é possível superar o conflito pela mediação. Esta poderia, assim, permitir a cada força de se estabelecer sem encontrar o adversário, abandonando-se as estratégias individuais de domínio. Para Hobbes, a solução seria instaurar uma lógica de conjunto, de forma a prescindir do direito natural de se auto-governar, confiando em um terceiro o encargo desde que garantisse a segurança de todos. Deste modo, seria possível a passagem de um estado de caos belicoso à paz civil. Operando-se, assim, a passagem de Behemoth, o corpo natural e bárbaro, ao Leviatã, o corpo artificial do Direito. O representante com autoridade política adquiria deste modo a personalidade jurídica de uma instituição. De notar, por esta via, a desvinculação do contrato vassálico que estabelecia a aliança do diplomata e o seu soberano. Como refere Pedro Cardim, a distância entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem passa a

³⁷⁴ Lucien Bély, « Les temps modernes (1515-1789) », in Françoise Autrand et al., *Op.cit.*, p. 450.

³⁷⁵ Cf. Eduardo Brazão, “A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”, in *Revista Portuguesa de História*, 16, Coimbra, 1978, pp. 51-61.

³⁷⁶ Thomas Hobbes, *Op. cit.*, p. 116.

caracterizar a actividade governativa.³⁷⁷ O vínculo regulado por leis e contratos é caracterizado, pela sua objectividade e formalização, por uma neutralidade afectiva. A fundação contratual do político abriu o caminho para a representação pacífica.

Na análise elaborada por D. Luís da Cunha n' *O Projecto das Condições da Quádrupla Aliança*, compara as suas ideias “pacíficas” com a inclinação “marcial” do Infante D. Manuel a quem dirige as seguintes palavras: “so direy, senhor que não sey se deva reçar, que as minhas ideas pacificas que lhe dou no fim deste papel discordem da inclinaçam marcial que levou V.A. por entre os riscos do mar e do vento a desprezar os perigos da terra e do fogo, porem como V.A., deixou, digo, não deixou a paz senam por aquella parte, que tinha de ócio ainda que virtuozo busquea V.A. presententemente por aquella, que pode ter de trabalho, nam menos útil e necessário, applicando-se à política, como faz com tanta felicidade, por ser outra espécie de guerra, nam menos gloriosa, supposto que dezarmada.”³⁷⁸ Nesta observação efectuada pelo diplomata português, a dicotomia entre a guerra e a paz pode diluir-se e a fronteira entre os dois conceitos acaba no fundo por esbater-se.

³⁷⁷ Pedro Cardim, “Memoria comunitária y dinámica constitucional en Portugal (1640-1750), in Pablo Fernández Albaladejo (ed.), *Los Borbones. Dinastía y memoria de nación en la España del siglo XVIII*, Madrid, Casa de Velázquez - Marcial Pons, 2002, p. 132.

³⁷⁸ IANTT, MNE, Liv. 374, fl. 98v; citado em Isabel Cluny, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 53;

2 - *Mare Liberum*, um campo de batalha dos neutros

Durante o século XVIII inúmeras convenções de neutralidade armada foram assinadas. Um destes acordos foi subscrito por Portugal, em 13 de Julho de 1782, por iniciativa da czarina Catarina II da Rússia³⁷⁹. O texto sublinha a intenção de proteger a liberdade de navegação aos navios neutros, decretando a neutralidade das mercadorias transportadas pelos mesmos. Reivindicava no fundo a liberdade dos mares para os navios neutros e queria ver o princípio respeitado. Acima de tudo pela Grã-Bretanha, a grande potência naval da época. Como vimos anteriormente, no início do século precedente, Serafim de Freitas defendeu o “justo Império” português e os direitos inerentes ao monopólio de navegação. Entretanto, algo parece ter mudado inteiramente. De certo modo, um dos senhores dos mares do tratado de Tordesilhas proclamava a liberdade dos mares enquanto país neutro. Torna-se assim de grande interesse analisar como se efectuou esta evolução.

Se pela fronteira terrestre, Portugal tinha como único vizinho a Espanha, do outro lado tinha o “profundo oceano azul” que na verdade estava cheio de hóspedes nos portos marítimos ou no alto mar, por vezes não muito amigáveis. Para se atravessar com sucesso o grande oceano, ou se era Senhor dos Mares ou se estava entre amigos. Portugal, ao assegurar o monopólio das rotas comerciais com o Brasil e outros domínios ultramarinos ao mesmo tempo que proclamava a liberdade de comércio para os navios neutros, ambicionava ambas situações. O problema principal consistia no facto do seu monopólio havia sido há muito posto em causa e um navio neutro era considerado um

³⁷⁹ “Convenção Marítima de Neutralidade Armada entre D. Maria I de Portugal e Catarina II da Rússia, 13 de Julho de 1782”, in Jorge Borges de Castro, *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao presente*, tomo III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. [310]-319.

amigo duvidoso cuja imparcialidade era certamente incerta. O caso português, segundo a historiografia actual, marcado pela “velha aliança” com Inglaterra e a proclamada necessidade de protecção pela poderosa marinha britânica, pode levar a uma conclusão precipitada sobre a parcialidade portuguesa em relação à Grã-Bretanha durante o século XVIII. Veremos de seguida que esta evidência não é assim tão linear. Para tal, cremos ser necessário entender a base da aliança britânica, as suas implicações económicas e a evolução da prática da neutralidade nos mares.

Primeiro que tudo, temos de ter presente que a liberdade de comércio entra em conflito com interesses básicos de países terceiros. Esta era uma preocupação antiga e está na base do tratado de 1353 entre Portugal e a Inglaterra. A menção a um tal acordo tão distante é justificada para melhor se entender a aliança britânica, em que condições foi assinada e respectivas consequências. Este tratado, e os que lhe seguiram, de 1373 e 1386, eram simplesmente acordos proveitosos, não estando alicerçados a qualquer premissa para proteger os direitos dos neutros, uma vez que na época não existia ainda esta noção. Tratava-se de uma mera garantia para prevenir o país não beligerante, ou seja, Portugal, de conceder "ajuda ou socorro" aos inimigos dos ingleses. Estava, então, implícito a ideia do fornecimento de armas a um terceiro país, o pesadelo em todas as épocas dos beligerantes e a base da profunda desconfiança relativamente aos Estados neutros, navios e comerciantes.

Na realidade, esta aliança com a Inglaterra em vez de conceder a liberdade aos neutros para comerciar indiferentemente com ambos os beligerantes, pelo contrário, cortava aos portugueses as ligações comerciais com os outros participantes no conflito. Porém, abriu os portos portugueses aos comerciantes do Estado aliado. E com a multiplicação dos portos "portugueses" num mundo em vias de globalização, a rainha Isabel I não "via motivo algum razoável para que seus súbditos não pudessem ir aos

países e províncias sujeitas à soberania e domínio de El-Rei seu irmão, - pois estavam em amizade com ele- pagando-lhe direitos pelo comércio que ali fizessem.”³⁸⁰ Era uma pedido de reciprocidade no comércio para os domínios de ambas as coroas, pouco antes dos portos britânicos se fecharem ao comércio português quando Portugal passou a fazer parte do longo título real de Filipe II de Espanha. Uma exigência reforçada por Hugo Grócio que pretendia, como vimos, a liberdade de comércio e de navegação em todos os mares, ou seja, tanto podia ser nas distantes Índias Orientais, como nos países europeus vizinhos envolvidos em guerras ininterruptas. A ligação entre a ideia do *Mare Liberum* e o nascimento conceptual dos direitos dos neutros deve ser sublinhada. O princípio da liberdade dos mares aplicado em tempo de guerra, traduzia-se no direito aos súbditos dos Estados neutros prosseguirem a habitual troca comercial sem interferência dos beligerantes. Com excepção dos casos em que se encontrassem mercadorias de contrabando destinadas aos envolvidos na contenda. Em última análise, se a liberdade dos mares para navios neutros em tempos de guerra é reconhecida aos navios neutros, por conseguinte há um direito ao livre acesso ao mar por todas as nações em tempo de paz.³⁸¹ Numa carta escrita em 1702, José da Cunha Brochado deseja a liberdade dos mares “para maior felicidade do comércio das gentes.”³⁸² Poucos anos depois, D. Luís da Cunha avaliou as possíveis vantagens, caso os portos do Brasil fossem abertos a todas as nações.³⁸³ Propôs a liberdade de comércio entre as duas coroas ibéricas pelos grandes benefícios para o negócio da Índia e da China.

Alcançar este poderoso princípio teórico, o da liberdade dos mares, tem sido, no entanto, uma viagem longa, literalmente no mar, mas também apoiada por uma extensa

³⁸⁰ Carta do embaixador João Pereira Dantas citada por Gilberto Osório de Andrade, *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., p. 88.

³⁸¹ Princípio defendido na mensagem ao Senado pelo Presidente dos EUA, Woodrow Wilson, a 22 de Janeiro de 1917.

³⁸² “Carta de José da Cunha Brochado, 16 de Abril de 1702”, in José da Cunha Brochado, *Op. cit.*, p. 144.

³⁸³ D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas...op.cit.*, p. 368.

prática estatal, com uma contribuição teórica de vários autores que "sonhavam sobre o papel e navegavam tranquilamente dentro nos seus gabinetes"³⁸⁴. O direito em ser neutro foi inicialmente adquirido por navios de mercadorias, precedendo, assim, o conceito de neutralidade para os Estados. Isto é resultado de uma intensidade crescente do comércio marítimo a partir do século XVI. Mais precoce que a definição dos Estados,³⁸⁵ na época ainda com limites territoriais e políticos imprecisos. Por esta razão, é importante sublinhar a função central do mar na consolidação da doutrina de neutralidade. O papel de Portugal, enquanto potência marítima torna-se, sem dúvida, relevante na elaboração deste conceito. Um desempenho que tem sido praticamente desconhecido ou negligenciado pela historiografia.

Se os holandeses haviam sido os primeiros a abrir uma ferida no império marítimo português, o governo e os comerciantes lusos iniciaram a batalha com as mesmas armas dos seus inimigos. Apesar de, na medida do possível, continuarem a proteger o monopólio de navegação, reivindicaram o princípio do *Mare Liberum* para os navios neutros. Vemos, por exemplo, no contra-projecto da convenção de neutralidade de 1743, referido anteriormente, que o artigo XI, reporta-se à livre navegação dos portugueses no Rio da Prata. D. Luís da Cunha defende que nesta cláusula não se pretendia a soberania sobre o rio, apesar de não a atribuir igualmente aos espanhóis. Os portugueses pretendiam adquirir, somente, o direito de ir e voltar, sem depender de qualquer permissão e sem tocar nos estabelecimentos que pertenciam à Espanha. Esta navegação deveria ainda ser livre, ou seja, os navios neutros não podiam ser visitados sob qualquer pretexto³⁸⁶. A resposta do embaixador da Espanha refere que este artigo, com estas condições, pretendia uma igual soberania portuguesa no rio da Prata. Na perspectiva espanhola, este domínio pertencia em toda a sua extensão ao rei católico.

³⁸⁴ “Carta de José da Cunha Brochado, 16 de Abril de 1702”, in José da Cunha Brochado, *Op. cit.*, p. 145.

³⁸⁵ Jean-Jacques Langendorf, *Histoire de la Neutralité : une perspective*, Gollion, Infolio, 2007, p. 47.

³⁸⁶ “Contra-resposta do embaixador de Portugal, AGS, Estado, Portugal, Leg. 7194.

Por isso estranhava muito a inclusão deste artigo a respeito da livre navegação, devendo bastar as seguranças dadas pelo seu amo, assim como as garantias da França. Igualmente lhe parecia inadmissível a cláusula em que se intentava introduzir reciprocamente a igualdade de visita dos navios de uma e outra nação que navegassem no rio da Prata. As embarcações espanholas nunca tiveram necessidade da condescendência portuguesa para gozar em absoluto da liberdade de navegação naquele rio. Por isso, não podia haver qualquer fundamento na tentativa dos portugueses em eximir-se da visita e reconhecimento às suas embarcações. Como o rei católico havia admitido uma exceção relativamente à navegação dos navios ingleses por causa do *Asiento*, os portugueses com o pretexto da neutralidade estavam a requerer a mesma igualdade de tratamento. Com “grande malícia”, segundo a opinião espanhola, os portugueses pretendiam adquirir, com o seu consentimento, direitos sobre os “mares de Índias”. Os espanhóis deveriam apenas consentir na promessa da livre passagem para ir à Colônia do Sacramento, sem recíproca, e sem a possibilidade de abordagem de nenhum outro local na margem do rio. Somente por este modo, os espanhóis poderiam fazer valer o seu domínio sobre o rio da Prata. Por este exemplo, vemos como a neutralidade e a defesa da liberdade de navegação, serviram de pretexto para adquirir direitos e domínio em zonas ultramarinas.

O direito dos neutros a poderem comerciar como sempre, ou seja, durante a paz como em tempo de guerra, com ambos os beligerantes, revela a principal preocupação da lei da neutralidade: o transporte de carga no mar. O primeiro sistema de transporte marítimo foi definido pelo *Consolato del Mare* (1494, Barcelona), o qual garantia o respeito pelos bens neutros encontrados em navios neutros. Mas se a carga fosse propriedade de comerciante da nação inimiga, o navio podia ser igualmente considerado presa de guerra, admitindo desta forma a possibilidade de apoderar-se das mercadorias

inimigas a bordo dos barcos neutros. Segundo este princípio, o “pavilhão não cobre a mercadoria”. Por sua vez, a carga de um comerciante de país neutro poderia ser confiscada se fosse a bordo de um barco inimigo. Este princípio ficou conhecido por “barco inimigo, carga inimiga”.

A França constantemente absorvida em conflitos com outras nações europeias, pelos éditos de 1538, 1543 e 1584 e Ordenanças marítimas de 1681, preferiu desenvolver um outro princípio, o “barco neutro, mercadoria neutra”. Segundo este, seriam consideradas como neutras as mercadorias a bordo de barcos também neutros. Esta fórmula conferia às bandeiras neutras a cobertura de bens inimigos, não podendo estes ser capturados se estivessem a bordo de navios neutros³⁸⁷, uma vez que o “pavilhão cobre a mercadoria”, uma regra também designada por *robe-couvre* e mais extensamente por *pavillon couvre la marchandise* ou, ainda, *robe d’ami couvre biens d’ennemi*. De acordo com este princípio, a bandeira neutra protegia os bens inimigos de serem confiscados, ou seja, “cobria” a carga do inimigo, com a exclusão imperativa de contrabando de guerra. A lista do que era considerado contrabando foi sendo especificada pelos tratados. A relação modelo ficou estabelecida no tratado dos Pirenéus em 1659 entre a França e a Espanha, sendo depois reactualizada pelo tratado de 1766 entre a Rússia e a Inglaterra³⁸⁸.

Todo este sistema do “barco neutro, mercadoria neutra” significa que um beligerante podia importar e exportar os seus bens, o que seria dificilmente aceitável pelos outros beligerantes, nomeadamente pela Inglaterra que via nesta última regra, também conhecida por *free ships – free goods*, uma enorme vantagem para o partido beligerante francês e o sucesso da marinha neutral holandesa. Em oposição, retomou o sistema do *Consolato del Mare* e procurou defender o princípio em que “o pavilhão não

³⁸⁷ Stephen C. Neff, *The rights and duties of Neutrals. A general history*, New York/Manchester, Juris Publishing/Manchester University Press, 2000, p. 56.

³⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 33.

cobre a mercadoria”. Quer isto dizer que a Inglaterra procurou colocar entraves ao comércio dos neutros, mais concretamente contra a Holanda, em proveito do seu próprio comércio. Por um lado, tentou controlar as suas importações e exportações, através de uma série de Actos de Navegação desde Outubro de 1651, monopolizando para o transporte a força naval britânica. Por outro lado, foi progressivamente aumentando a lista de contrabando de guerra, de maneira a incluir material naval e no final do século XVII acabou mesmo por banir dos navios neutros o transporte de mantimentos para o país inimigo, com o fundamento de fazer parte da estratégia de guerra britânica levar à submissão total do seu adversário³⁸⁹. Multiplicou ainda as visitas a bordo dos navios neutros para verificação da legalidade da carga, a qual devido à extensa lista de contrabando aplicada pelos britânicos, dificilmente se viam a salvo de serem considerados boa presa.

Durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), desenvolveram a “Regra de 1756” de forma a evitar o transporte pelos neutros de bens coloniais até à metrópole. Esta era uma prática admitida pelos franceses que procuravam o serviço de fretamento do pavilhão neutro holandês. Pela regra britânica mencionada, os neutros viam-se privados de um comércio em tempos de guerra se este lhes havia sido vedado anteriormente, em tempos de paz³⁹⁰. O que era normalmente o caso do trato colonial, estando o transporte dos produtos coloniais para a metrópole reservado aos súbditos do Estado colonizador.

Os neutros, desde logo, tentaram contornar a regra britânica e passaram a dividir a viagem em duas. A primeira consistia no transporte dos produtos coloniais num barco neutro até um Estado neutro. Sendo assim, umas das opções viáveis, seria o transporte dos produtos coloniais franceses por navios holandeses até Portugal. Desta forma a carga estaria protegida da captura, por ser considerada mercadoria neutra em barco

³⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 64.

³⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 65.

neutro em direcção a um país neutro. Na segunda viagem, a mercadoria também estaria a salvo do apresamento, uma vez transportada por conta própria pelos comerciantes neutros,³⁹¹ por ser a nacionalidade do consignatário a determinar o carácter da mercadoria. A carga por não estar consignada a nenhum receptor identificado no país inimigo, adquiria o carácter neutro. Por este sistema a Regra de 1756 não seria aplicada.

A Inglaterra por não querer permitir que o pavilhão holandês cobrisse os produtos coloniais franceses, reagiu com uma nova doutrina, a da “viagem contínua”. O seu objectivo era revelar o “disfarce” do carácter neutro das mercadorias, por estas serem, na verdade, produtos coloniais do inimigo a serem transportados da colónia para a metrópole. As duas viagens separadas foram, deste modo, entendidas como duas etapas de uma só viagem, isto é, uma viagem contínua. Passou a ser considerado legal o apresamento dos barcos holandeses e o confisco da mercadoria francesa. A Inglaterra, enquanto país beligerante e detentor de uma força naval cada vez mais poderosa, intervém como a campeã nas ofensas aos direitos dos neutros. No decurso de mais uma guerra com a Holanda (1780-1784), acabou finalmente por pôr termo ao acordo “barco neutro, mercadoria neutra”, assinado em 1674 entre as duas potências marítimas. Vemos que a Inglaterra concentrou todos os esforços para diminuir a liberdade de comércio reiterada por tratados entre diversos Estados europeus e a Holanda, conseguindo, por fim, cessar os privilégios que ela própria havia concedido aos holandeses. Contudo, esta oposição inglesa aos barcos neutros não deve ser vista de forma linear. A Inglaterra foi, por sua vez, uma beneficiária das prerrogativas e imunidades acordadas aos neutros. Na verdade, o primeiro acordo europeu a estabelecer o princípio “barco neutro, mercadoria neutra” foi assinado, em 1654, entre Portugal e a Inglaterra, durante a guerra da Restauração portuguesa. Do ponto de vista dos beligerantes, Stephen Neff refere que

³⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 67.

este sistema poderia ser benéfico, uma vez que poderia ser uma forma mais económica de proteger o seu comércio, evitando o custo tanto a nível administrativo como financeiro em manter um comboio armado como protecção dos navios mercantes³⁹². De modo que Portugal, em guerra com Castela, teria vantagem em assinar este tipo de acordo com uma Inglaterra neutra. Contudo, este tratado facultava aos navios britânicos o transporte de quaisquer bens a ambos os países envolvidos na contenda, incluindo armamento de guerra (“possa livremente levar em suas Naus todas as couzas, bens, mercadorias de qualquer género que fossem, ainda armas, mantimentos, ou outras couzas semelhantes”³⁹³). Apenas teria como condição a da mercadoria não sair dos portos portugueses, ou dos seus domínios, directamente para os portos espanhóis. O direito concedido aos neutros em fazer o comércio com as partes beligerantes podia revelar esta faceta sombria, a dos negociantes oportunistas, longe de eventuais ideais de pacifismo.

Do texto do tratado se depreende que foram facultados extensos privilégios comerciais, nomeadamente ao incluir armamento de guerra. Como foi referido, apenas cinco anos depois deste acordo, foi efectuada, no tratado dos Pirenéus, a relação de bens interditos ao comércio dos neutros em tempo de guerra. Relativamente ao tratado anglo-português, sem dúvida que concedeu vastos direitos a Inglaterra. Pelo menos até ao envolvimento directo do exército britânico na guerra na península³⁹⁴, após o ano de 1660. No ano seguinte, o privilégio foi concedido aos Estados Gerais, e mais uma vez foram mencionadas “armas e petrechos de guerra”³⁹⁵ como uma carga autorizada. Além

³⁹² Idem, *ibidem*, p. 78.

³⁹³ “Artigo X do Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e a Inglaterra, 10 de Julho de 1654”, in Jorge Borges de Castro, *Collecção de Tratados...* *op.cit.*, p. 177.

³⁹⁴ “Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Inglaterra, 18 de Abril de 1660 », Jorge Borges de Castro, *Op. cit.*, p. 231.

³⁹⁵ “Artigo XII do Tratado de Paz e de Confederação entre Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, 6 de Agosto de 1661”, Idem, *ibidem*, p. 275.

do transporte de “trigo e mantimentos; assim das terras dos E.E., como de outros quaesquer portos e terras, em quaesquer partes e províncias do mundo”³⁹⁶

O fim da guerra em Portugal é seguido por um longo período de paz no território peninsular³⁹⁷, confirmando a imagem de "Pacífico" do rei D. Pedro II. Apesar deste cognome estar imbuído por uma grande ambiguidade se a ele relacionarmos as reivindicações portuguesas no oceano Pacífico, um local de encontro conflituoso com diversas potências europeias.³⁹⁸ De qualquer modo, na Europa, Portugal e Inglaterra tinham agora invertido papéis nos negócios estrangeiros. Porém, enquanto país neutro, Portugal poderia dificilmente tirar proveito do comércio bilateral por diversas razões. Primeiro, por o acordo “barco neutro, mercadoria neutra” de 1654 (ou de 1661, no caso dos Estados Gerais) não seguir o princípio de reciprocidade. Não foram, portanto, ajustados os mesmos direitos inerentes no caso de Portugal adquirir a condição neutra. Por isso, os comerciantes portugueses não tiveram direitos análogos para comerciar com a Inglaterra ou com os Estados Gerais quando estes estavam envolvidos em guerras europeias, ou seja, durante a Guerra da Devolução (1667-1668) e a Guerra da Holanda (1672-1678). Este era na verdade um bloqueio diplomático aos comerciantes portugueses, denunciado por D. Luís da Cunha em 1702, no ano precedente ao tratado com as potências marítimas durante a Guerra da Sucessão de Espanha. Este diplomata apoiava a ideia de neutralidade pelas grandes vantagens para o comércio português em direcção ao norte da Europa, censurando contudo a nação britânica por jamais permitir o aumento da navegação portuguesa: “não obstante todo o perigo que os navios [ingleses] corressem jamais nos deixariam os meios de augmentar a nossa navegação sendo so as

³⁹⁶ “Artigo XII do Tratado de Paz e de Confederação entre Portugal e os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, 6 de Agosto de 1661”, Idem, *ibidem*, p. 277.

³⁹⁷ Cf. Ana Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, pp. 587-780;

³⁹⁸ Uma ideia ilustrada na gravura “D. Pedro II, Rei de Portugal: “dominará de um ao outro mar” (Cf. Ana Leal de Faria, *Os Arquitectos da Paz...*”, in Op. cit., pp. [135] e 176-177.

nossas embarcações as que trouxessem e levassem huns e outros géneros.”³⁹⁹ Como foi referido, o comércio com a Inglaterra foi protegido por uma série de Actos de Navegação que restringiram a importação e a exportação de mercadorias transportadas em navios estrangeiros. Este foi outro bloqueio diplomático considerável para os comerciantes portugueses, uma vez que se viram excluídos de transportar bens não-europeus para a Inglaterra ou outros territórios pertencentes à *Commonwealth*. Por esta razão, podemos ver, por exemplo, em 1741, um relatório do advogado e procurador-geral a informar da legalidade do apresamento de um navio português no porto de Londres por ter a bordo bens provenientes do Brasil⁴⁰⁰. A referida série de leis britânicas tinham, no entanto, como principal alvo lesar o comércio holandês que controlava em larga medida as conexões marítimas europeias, beneficiando a maior parte das vezes do seu pavilhão neutro. Acabou igualmente por prejudicar o comércio português, uma vez que só era possível exportar para Inglaterra em navios nacionais, os bens produzidos originalmente em terras nacionais. E Portugal produzia ele próprio poucos bens para exportação, sendo mais conhecido nos portos europeus enquanto reexportador de produtos exóticos e tropicais⁴⁰¹. Na *Commonwealth* as portas estavam legalmente fechadas aos portugueses. A interdição efectuada pelos Actos de Navegação explica a ausência de produtos coloniais no tratado de Methuen em 1703, apesar da sua inclusão ter sido considerado na altura. D. Luís da Cunha escreveu da corte de Londres mostrando o seu desapeço pela interdição em se poder levar para Inglaterra o açúcar, o tabaco “com o pretexto de que não cresem em Portugal como se o Brasil pertencesse a outra Potencia.”⁴⁰² Este diplomata português chegou então a projectar a possibilidade de somar estes produtos à lista das exportações portuguesas, depois de se efectuar a

³⁹⁹ “D. Luís da Cunha, Londres, 29 de Agosto de 1702 », IANTT, Liv. 777, fl. 113v.

⁴⁰⁰ “Carta a Lord Harrington, Lisboa, 17 de Outubro de 1741”, NA, SP 89-32, fl. 261.

⁴⁰¹ Leonor Freire Costa, « Relações Económicas com o Exterior », in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 266.

⁴⁰² “Carta de D. Luís da Cunha, Londres, 18 de Janeiro de 1700”, IANTT, MNE, Liv. 776, fl. 4v.

transacção relativa ao negócio de vinho. Esta foi realizada em 1703, dando origem ao famigerado tratado de Methuen, mas a referida intenção não chegou a concretizar-se.

D. Luís da Cunha demonstrou uma precoce apreensão pela excessiva representação do pavilhão inglês nos portos portugueses, muito antes da conhecida “Relação dos Gravames” (1740)⁴⁰³ elaborada por Sebastião de Carvalho e Melo. Neste texto, o futuro marquês de Pombal viu nos Actos de Navegação um plano legal responsável pela crescente auto-suficiência marítima do poder naval britânico, em cujo processo se pode incluir os tratados de Methuen⁴⁰⁴. Este diplomata censurou-os por facilitarem a drenagem de ouro para aquele país, como fruto de uma rede britânica ampliada, fazendo valer os privilégios acordados no que diz respeito ao fretamento de navios e ao uso dos portos portugueses. Um olhar mais atento aos tratados negociados por John e Paul Methuen revelam a parca novidade dos privilégios concedidos aos comerciantes ingleses em 1703, relativamente ao que fora determinado anteriormente pelos tratados de 1642, 1654 e 1661. A inovação dizia respeito ao carácter perpétuo da aliança defensiva.⁴⁰⁵ Consideramos o artigo XV igualmente com um carácter inovador. Nele foi concedida aos comerciantes portugueses, a reciprocidade de privilégios e imunidades que previamente haviam sido atribuídos aos comerciantes ingleses e holandeses: “Que os Privilégios das Pessoas, e as liberdades do comércio que tem ao presente os Ingleses e Holandeses em Portugal, terão reciprocamente os Portugueses no Reino de Inglaterra, e Estados de Holanda.”⁴⁰⁶

⁴⁰³ *Relação dos Gravames que ao Comércio e Vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra com as infracções que dos pactos recíprocos se tem feito por este Segundo Reino; assim nos actos do Parlamento que publicou, como nos costumes que estabeleceu; e nos outros diversos meios de que se serviu para fraudar os Tratados do Comércio entre as Duas Nações*, BNP, Colecção Pombalina, código 635.

⁴⁰⁴ Leonor Freire Costa, “Relações Económicas...op.cit., p. 287.

⁴⁰⁵ Em 16 de Maio de 1703 foram assinados dois tratados: o Tratado de Liga ofensiva e defensiva entre o Imperador dos Romanos, a rainha de Inglaterra, os Estados Gerais dos Países Baixos e Portugal e o Tratado de Liga defensiva entre Portugal e a Grã-Bretanha e os Estados Gerais dos Países Baixos (Cf. Jorge Borges de Castro, *Op. cit.*, pp. 141-191.)

⁴⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 151.

Este é um dos artigos que Carvalho e Melo, numa missão diplomática na corte de Londres, no ano de 1739, exigiu a pronta necessidade de execução. O momento político era oportuno para fazer lembrar algumas antigas reivindicações particulares. A Grã-Bretanha estava à beira de principiar uma guerra com a Espanha, conhecida por guerra da Orelha de Jenkins (1739-1748). O rei britânico recordou, na altura, os compromissos assumidos pelos tratados entre as duas coroas. Este facto dissuade qualquer possível consideração em ter a aliança defensiva uma única direcção, ou seja, a defesa de Portugal em caso de ameaça por parte da Espanha ou da França. Pelo artigo XII deste tratado, “Sua Magestade [de Portugal] será também obrigada a romper a guerra com todas as suas forças aos ditos Reis [Castela e França] ou qualquer deles”⁴⁰⁷ sempre que ofendam as potências marítimas. Não era apenas uma prerrogativa escrita, mas tal como esta ocasião o demonstra, podia ser efectivamente recordada pelos ministros britânicos. Nesta conjuntura a compensação por tal valioso compromisso seria a posse da nova colónia do Sacramento que estava na altura sob um bloqueio (de acordo com a perspectiva de britânica),⁴⁰⁸ denunciando uma situação contrária ao que fora assinado na Convenção⁴⁰⁹ de 1737. Este diferendo tinha sido arrastado, por a Inglaterra não ter particular intenção em reduzir as tensões entre os reinos ibéricos. Na verdade, os comerciantes britânicos eram, eles próprios, os principais concorrentes comerciais na dita colónia⁴¹⁰. Aproveitaram vantagens concedidas ao longo de uma série de tratados e com uma indubitável habilidade conseguiram enviar os seus próprios navios com passaportes e pavilhão, portugueses ou espanhóis, dependendo das conveniências.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*, pp. 149-151.

⁴⁰⁸ A perspectiva portuguesa era diferente, se atendermos ao ponto de vista do cardeal da Mota, segundo o qual a colónia do Sacramento não estava sob qualquer bloqueio, estando a guarnição e os seus habitantes a usufruir liberdade total para transportar o que quisessem para dentro ou fora do local. (“Carta do Lord Tirawley ao duque de Newcastle, Lisboa, 2 de Janeiro de 1740”, NA, SP 89-40, fl. 95).

⁴⁰⁹ « Convenção assinada em Paris, por mediação de suas Majestades Britânica e Cristianíssima e pelos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, para se ajustar certas diferenças entre as cortes de Portugal e Espanha, a 16 de Março de 1737” (Idem, *ibidem*, pp. [317]-327.)

⁴¹⁰ Cf. Paulo Possamai, *A vida quotidiana na Colónia do Sacramento. Um bastião português em terras do futuro Uruguai*, Lisboa, Livros do Brasil, 2006, pp. 385-408.

Perante a nova conjuntura, devido ao conflito anglo-espanhol e a necessidade dos britânicos entrarem em diálogo, os ministros portugueses viram-se numa posição mais confortável no momento em que se iniciaram as negociações. A reivindicação de Carvalho e Melo consistia na falta de cumprimento do tratado de 1703, ou seja, a ausência de reciprocidade nos privilégios e imunidades que os súbditos da tanto da Grã-Bretanha, como de Portugal, deveriam usufruir ao residirem nos seus reinos e domínios⁴¹¹. Os súbditos britânicos residindo em Portugal usufruíam desses direitos, enquanto o caso inverso não se verificava. Do ponto de vista britânico, o sentido do tratado indicava que os súbditos portugueses poderiam usufruir tais privilégios desde que fossem concordantes com os Actos do Parlamento. Estas leis específicas de acordo com o regulamento do governo não poderiam ser desobrigadas pelo rei. Tal como o duque de Newcastle frisou, a questão de fundo consistia no grande inconveniente em isentar dos deveres e pagamentos dos estrangeiros⁴¹².

Porém, após trinta seis anos de “uso e prática constante”, o rei George II “apesar da sua falta de poder” responsabilizou-se pela isenção de pagamento pelos portugueses relativamente aos impostos públicos e paroquiais, o que significava a desobrigação de impostos implementados por um Acto de Parlamento. A excepção a tal empenho foi vivamente sublinhada, provavelmente para prevenir outras demandas semelhantes e, ao mesmo tempo, demonstrar uma sincera preocupação pelos negócios dos portugueses. O objectivo último consistia em atrair a corte de Lisboa à causa britânica. Porém, pelo projecto da Convenção, Portugal não se via obrigado a entrar em qualquer ofensiva ou fazer parte activa na guerra.⁴¹³ Os ingleses esclareceram, então, que pretendiam apenas evitar qualquer tipo de ajuda ao rei de Espanha (implicitamente é dito que tal poderia

⁴¹¹ “Duque de Newcastle ao Lord Tirawley, 21 de Junho de 1739 », BL, Add. 20795, fl. 87v.

⁴¹² “Duque de Newcastle a Sebastião José de Carvalho e Melo, 20 de Novembro de 1739, BL, Add. 20795, fl. 108.

⁴¹³ “Convenção”, BL, Add. 20795, fls. 105-106.

acontecer), e assegurar a livre admissão dos navios britânicos nos portos portugueses. Mas a questão principal residia em torno da colónia do Sacramento. A neutralidade portuguesa no conflito anglo-espanhol não se revelou favorável aos ingleses e as suas mercadorias tiveram bastante mais dificuldade em entrar na América do Sul por via da colónia.⁴¹⁴

Direccionado contra a Grã-Bretanha de forma mais evidente foi o aparecimento das neutralidades armadas no final do século XVIII. A liga organizada pela Rússia, em 1780, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos da América declarava a intenção de não se aliar a nenhum dos partidos beligerantes, afirmando defender a sua neutralidade de qualquer incursão por parte dos lados da contenda. Tinha, no fundo, como propósito obter da Inglaterra o reconhecimento pela regra “barco neutro, mercadoria neutra” como princípio geral e não apenas uma mera provisão em tratados bilaterais. Como informou ao governo português o conde de Panin, chefe do colégio dos Negócios Estrangeiros da Rússia, pretendia-se estabelecer um “Direito das Gentes na Guerra do Mar”⁴¹⁵, ou seja, um “Codigo marítimo universal”⁴¹⁶. Os contratantes fundadores da liga foram, para além da Rússia, a Suécia e a Dinamarca, seguidos por outros países nos três anos seguintes, entre os quais Portugal.⁴¹⁷ A evidência do carácter anti-britânico da liga reflecte-se no facto dos inimigos declarados da Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, terem abertamente apoiado os seus objectivos.⁴¹⁸ A adesão portuguesa efectuou-se um pouco tardiamente, apenas em 1782, por a rainha D. Maria I inicialmente não ter considerado “conveniente alterar para com as cortes de Paris,

⁴¹⁴ “Jorge Macazaga ao marquês de Villarias, 29 de Dezembro de 1739”, AGS, *Portugal*, Estado 7187, fl. 1.

⁴¹⁵ Rómulo de Carvalho, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 91.

⁴¹⁶ “Convenção Marítima de Neutralidade Armada entre D. Maria I de Portugal e Catarina II da Rússia, 13 de Julho de 1782”, in Jorge Borges de Castro, *Op. cit.*, p. 319.

⁴¹⁷ Cf. Zília Osório de Castro e José de Saldanha, « Dos Mares Fechados ao Mar Aberto », in Zília Osório de Castro (coord.), *Portugal e os Caminhos do Mar, séculos XVII-XIX*, Lisboa, Edições Inapa, 1998, pp. 71-79.

⁴¹⁸ Stephen C. Neff, *Op. cit.*, p. 72.

Madrid e Londres aquella pratica de exacta neutralidade, que lhes participou tinha resoluto de observar, pois que aquellas mesmas Cortes em cousa alguma tem faltado a respeito de S. Mag.^{de} Fid.^{ma}, ao que prescreve nestes casos o direito das gentes”⁴¹⁹. A discussão em torno da adesão à liga, demonstra um conflito de interesses entre os países neutros. Paradoxalmente, vemos a neutralidade tida por imparcial somente no caso de Portugal não aderir à liga dos neutros. Com a intenção de coagir Portugal a integrar a liga de neutralidade armada, os corsários da Galiza deixaram provisoriamente, em 1780, de respeitar a neutralidade do pavilhão português.⁴²⁰ Uma situação há muito praticada pelos corsários britânicos.⁴²¹ Além do governo inglês exercer ainda, nesta conjuntura, uma pressão para se fechar os portos portugueses aos outros navios neutros que levassem carga dos seus adversários,⁴²² numa tentativa de inviabilizar o princípio “barco neutro, mercadoria neutra”. Uma situação que culminou com a publicação do decreto real de 30 de Agosto de 1780, a expulsar todos os corsários no Tejo. Uma medida considerada insuficiente por espanhóis e franceses e excessiva por ingleses. Com a escalada britânica contra o direito dos neutros e tendo sobre a mesa uma aliciante proposta de um tratado de comércio com a Rússia, há muito desejado,⁴²³ Portugal acabou por aderir à liga da neutralidade armada. No tratado foram especificados quatro princípios que os beligerantes (leia-se a Grã-Bretanha) teriam de respeitar. O primeiro consistia no direito da liberdade de navegação dos neutros aplicado a viagens entre portos inimigos. Pretendia-se, ainda, defender o princípio “barco neutro, mercadoria neutra”, com excepção do contrabando, cuja lista vinha especificada pelos artigos X e

⁴¹⁹ « Minuta de Aires de Sá para Horta Machado, de 27 de Junho de 1780”, IANTT, MNE, Legação de Portugal na Rússia, cx. 1, citado em Rómulo de Carvalho, *Op. cit.*, p. 91.

⁴²⁰ Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da Silva, *Ideário Político de uma elite de Estado. Corpo Diplomático (1777/1793)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, p. 217.

⁴²¹ Idem, *ibidem*, p. 233.

⁴²² Idem, *ibidem*, p. 218.

⁴²³ “Russia. Aberturas que pela sua parte se nos tem feito, e interesses que podemos ter com aquela Corte, 1735”, BL, Add. 20795, fls. 247-248v; “Algumas observações sobre um projecto de comércio entre a Rússia e Portugal, 1736”, BL, Add. 20795, fls. 249-250.

XI do já referido tratado de comércio concluído entre a Rússia e a Grã-Bretanha em 20 de Junho de 1766. Finalmente, relativamente à determinação dos bloqueios, foi determinado que estes seriam mantidos se houvesse efectivamente “perigo evidente de entrar n’elle”,⁴²⁴ sem, contudo, especificar o número mínimo de navios. Apesar desta última medida mais conciliadora com a Grã-Bretanha, esta rejeitou o reconhecimento de tais princípios e entrou em guerra com um dos membros da liga, a Holanda, cessando de imediato para esta, o seu estatuto de neutralidade. Apesar do insucesso da liga, estes princípios serão retomados na chamada “doutrina americana da liberdade dos mares”, intrinsicamente ligada à sua emancipação enquanto Estado desvinculado da soberania britânica. Mais uma vez verificamos a doutrina do *Mare Liberum* como base da independência dos Estados.

Portugal por seu lado, e na medida do possível, pretendia opor-se ao domínio dos mares pelas potências navais dominantes na altura, ou seja, inicialmente contra os holandeses e depois contra os ingleses. A noção de neutralidade evoluiu com o objectivo de substituir a perda gradual do monopólio de navegação e comércio, nomeadamente para a América do Sul. Exigindo os direitos de navegação aos navios neutros na colónia do Sacramento foi uma forma de substituir a falta de uma estrutura defensiva efectiva para proteger as vantagens do monopólio no Novo Mundo. Neste sentido, esta perspectiva põe em causa a tese que afirma ser necessário o suporte da aliança inglesa para a manutenção do “espaço imperial português”⁴²⁵. E se no final do século XVIII, os navios portugueses eram vistos com mais regularidade no norte da Europa, o facto deveu-se a um aumento da capacidade para proteger os direitos dos neutros, assim como ao alargamento do leque de parceiros comerciais (i.e. Rússia e Dinamarca). Nesta perspectiva, as reivindicações portuguesas para fazer respeitar a

⁴²⁴ “Convenção Marítima de Neutralidade Armada entre D. Maria I de Portugal e Catarina II da Rússia, 13 de Julho de 1782”, in Jorge Borges de Castro, *Op.cit.*, p. 313.

⁴²⁵ Esta é uma tese que vai ao encontro da política externa portuguesa durante o Estado Novo.

liberdade de comércio e navegação aos estados neutros vão em direcção oposta aos sucessivos tratados anglo-portugueses, nomeadamente o de 1654 e dos tratados de Methuen, ou seja, contra a política inglesa em geral. A falta de reciprocidade do tratado de 1654 que subscreveu o princípio “barco neutro, mercadoria neutra”, beneficiando a Inglaterra, não permitia, a um navio neutro português, cobrir os produtos do inimigo quando aquela se encontrasse em guerra. Pelos Actos de Navegação, Portugal também não podia levar os produtos ultramarinos para a Grã-Bretanha e seus domínios, sem arriscar a captura das mercadorias pela marinha inglesa.

Foi assim adoptada uma linha de conduta, ao modo de um “forçador do bloqueio”, a qual permitiu ultrapassar algumas das grandes restrições diplomáticas aos comerciantes portugueses. Estas consistiam, sobretudo, na falta de reciprocidade nos tratados negociados com as potências marítimas, nomeadamente o acordo “barco neutro, mercadoria neutra” de 1654 e, ainda, nas limitações da relação comercial com a Inglaterra devido à promulgação de uma série de Actos de Navegação. Ancorando-se à progressiva, ainda que lenta, codificação da lei da neutralidade, Portugal pôde, de algum modo, enfrentar o sistema de *free-riding* da poderosa marinha britânica.

3 - Represálias dos neutros

Em 16 de Maio de 1703, entre Portugal, a Grã-Bretanha e os Estados Gerais das Províncias Unidas, celebrou-se um tratado de aliança perpétua. Pelo artigo III, ficou ajustado que, na hipótese de Castela ou a França, pretendessem fazer a guerra a Portugal, as potências marítimas se comprometiam a romper a guerra “com todas as suas forças” para proteger a costa portuguesa, os seus portos e o comércio, com extensão aos domínios ultramarinos.⁴²⁶ Deveriam para o efeito enviar doze mil homens para a guerra que se fizesse no reino. Contudo, para obter a protecção militar, Portugal teria que estar, de facto, a enfrentar uma ameaça eminente do lado espanhol. Pelo tratado, as potências marítimas não poderiam ser chamadas a intervir a não ser que os reis de Castela e França “queirão, ou se prezuma que querem fazer guerra a Portugal no seu Continente, ou nos seus Domínios”.

Surge todavia um problema no caso de ser Portugal a começar um conflito contra a Espanha. Isto veio efectivamente a acontecer em 1735 durante uma disputa entre os dois Estados ibéricos, desencadeada pelo embaixador português, Pedro Álvares Cabral. O incidente ocorreu devido a uma falta de definição legal a propósito das imunidades diplomáticas. No dia 20 de Fevereiro de 1735, pela porta de Alcalá, em Madrid, passou montado num burro um preso com grilhões nos pés e escoltado pelos alcaides e soldados. Os criados do embaixador de Portugal naquela corte, à vista de um grande número de pessoas por ser hora do passeio público, levaram o alegado assassino para casa do referido diplomata. Tirados os grilhões ao prisioneiro e passadas umas trinta ou quarenta horas, levaram-no de coche para outro lugar. Pedro Álvares Cabral

⁴²⁶ “Tratado de Liga Defensiva entre El-Rei o Senhor D. Pedro II, Anna, Rainha da Gran Bretanha, e os Estados Geraes dos Paizes Baixos”, in José Borges de Castro, *Op. cit.*, p. 145.

escreveu então ao Governador do Conselho dizendo-lhe que tinha sabido do caso e que logo havia despedido os lacaios e expulso o réu. Ao terceiro dia, o rei mandou prender os delinquentes em casa do embaixador. Tal decisão foi tomada pois a situação era entendida como a expressão do menosprezo pela soberania do Rei Católico. Posta em causa no distrito do seu real palácio pela declarada protecção do embaixador português a um delinquente de semelhante classe. Tudo agravado pela pompa que manifestaram os criados do mesmo diplomata.⁴²⁷ E ainda por Pedro Álvares Cabral não se ter dignado dar satisfação alguma. Todas estas razões levaram Filipe V, “muito irritado” pelo sucedido, a dar ordem para que se prendessem os lacaios do ministro. De imediato se deslocou ao Prado o embaixador de Portugal a fim de apresentar queixa do sucedido ao secretário de Estado, embora sem requerer uma audiência com o rei. De seguida, despachou um correio para Lisboa. Aqui, o embaixador de Espanha foi proibido de entrar no palácio. O Rei Católico, por sua vez, comunicou ao seu embaixador que na ausência de uma satisfação logo se retirasse da corte portuguesa. Assim o fez o embaixador, pedindo passaporte para empreender a viagem. Mas antes de se lhe entregar o documento, como represália foram enviados soldados à sua residência com ordem para prenderem os seus criados. Em Espanha, Pedro Álvares Cabral, o embaixador português, deu a saber às autoridades competentes ter recebido de Lisboa ordem régia para abandonar Madrid..

O que estava uma vez mais em causa eram os limites da imunidade diplomática. Para a corte espanhola não podia haver privilégio que cobrisse um insulto tão frontal contra o Palácio do Rei, a justiça e a soberania de um monarca na sua própria corte. O embaixador português era, por conseguinte, digno de castigo. Por ter pago, mantido e estimulado um comportamento tão reprovável, ter procedido de má fé, e ter-se

⁴²⁷ “Memória. Pardo, 25 de Fevereiro de 1735”, AGS, Leg. 7181.

esquecido de apresentar ao soberano espanhol o menor pedido de desculpas⁴²⁸. Um relato do episódio dá-nos a saber que a generalidade dos embaixadores e ministros estrangeiros, residentes na corte espanhola, desaprovaram publicamente a conduta do ministro do rei de Portugal.

O desentendido ocorreu num momento em que as tropas espanholas se achavam “totalmente empregues noutras partes”, em socorro do rei de Nápoles e da Sicília, nos ducados italianos, contra as forças imperiais. Pelo que, refere um informador britânico, “era difícil imaginar que a Espanha, na presente circunstância, pudesse pensar em atacar Portugal nas suas fronteiras.”⁴²⁹ Eis como um episódio menor, em tal conjuntura, poderia dar pretexto a um confronto armado entre Estados. De acordo com os cálculos do governo britânico, o número de tropas em Espanha era bastante escasso, com excepção da Catalunha. Na verdade, este era precisamente o momento conveniente para atacar a Espanha e colocar o príncipe das Astúrias (casado com D. Bárbara de Bragança) no trono de Espanha⁴³⁰, uma pretensão da monarquia portuguesa. A potencial manobra de diversão a fazer às tropas espanholas, forçadas a evacuar de Itália, era por sua vez um desejo da parte austríaca, que acabou por se concretizar. D. Luís da Cunha, no seu *Testamento Político*, fez amplo elogio ao cardeal da Mota por este ter “sempre aconselhado a sua majestade de conservar em paz os seus vassalos, quando toda a Europa ardia em guerra, e *quando outros podiam inspirar que se aproveitasse da ocasião* em que a Inglaterra a declarava à Espanha, a fim de forçar aquela coroa a que conviesse a cumprir exactamente o que com ela estipulámos no Tratado de Utrecht, pois uma diversão da parte de Portugal não lhe permitia acudir à guerra de Itália.”⁴³¹ O duque de Newcastle acreditava que o ressentimento imperial contra a Espanha tinha

⁴²⁸ “Memória. Pardo, 25 de Fevereiro de 1735”, AGS, Leg. 7181.

⁴²⁹ “Duque de Newcastle ao Lord Tyrawley, 18 de Abril de 1735”, BL, Add. 23627, f. 58.

⁴³⁰ A. de Béthencourt Massieu, *Relaciones de España bajo Felipe V*, Valladolid, A.E.H.M., 1998, p. 381.

⁴³¹ D. Luís da Cunha, *Testamento Político...op.cit.*, p. 14.

sido a principal razão para o envio a Lisboa de Unico Wilhelm van Wassenaer, um diplomata holandês. Este, na sua abalizada opinião, deveria ter contribuído bastante para aquele estado a que chegaram os assuntos. Do ponto de vista do ministro inglês, o perigo que causou a apreensão de D. João V não era fundado em factos, mas em conjecturas. Fundamentadas pelas “perspectivas ambiciosas” de Isabel de Farnésio, expressas na publicação de um livro reafirmando o direito da Casa de Parma à coroa de Portugal, bem como pela gravação das Armas de Portugal nas moedas de Carlos de Bourbon em Nápoles. Casos semelhantes poderiam ser aduzidos, tal como a introdução das Armas de Portugal no brasão de Carlos II de Espanha, no âmbito das suas exéquias em 1700, ou nos retratos de Filipe V no início do seu reinado, ou ainda nos papéis oficiais na Catalunha, Valência e Sardenha.⁴³²

Dispondo de tão graves ofensas à soberania de Portugal, os diplomatas portugueses teriam de convencer a corte londrina da existência de uma efectiva e eminente ameaça por parte da Espanha. Com efeito, o rei Jorge, como prova de “grande amizade”, enviou “uma poderosa frota”, mas sem tropas, por ser “impróprio ao rei [da Grã-Bretanha] assisti-lo [rei de Portugal] em um projecto deste género.”⁴³³ Como o governo britânico não estava interessado numa guerra por terra contra a Espanha, também não fez caso das hostilidades em curso nas Índias Ocidentais. Foi espalhado pelos diplomatas portugueses que estas ocorrências tinham sido iniciadas pelos espanhóis. Em lugar tão distante, como a colónia do Sacramento, num momento em que não havia intenção de tomar medidas extremas, era fácil sublinhar a incerteza dos relatos, por não se saber com exactidão se, na verdade algo de grave acontecera

Sem o apoio das tropas britânicas, não havia possibilidade para Portugal de empreender qualquer plano ofensivo contra Espanha. Por esta razão, D. João V não

⁴³² “Consejo de Estado, Madrid, 19 de Fevereiro de 1701”, AHN, Leg. 1778.

⁴³³ “Duque de Newcastle ao Lord Tyrawley, 18 de Abril de 1735”, BL, Add. 23627, f. 67.

demonstrou grande satisfação pelo envio da frota inglesa.⁴³⁴ O episódio contradiz a ideia de seguir a corte de Portugal um sistemático princípio de neutralidade, previsível desde o início. Se no século XVIII, podemos entrever uma tendência portuguesa para a neutralidade, esta linha de conduta está longe de possuir um carácter permanente. O conflito com a Espanha, em 1735, revela ainda que esta atitude neutral é explorada para fins ofensivos. Na medida em que assente num discurso de muitos anos reclamando uma postura de abstenção no que toca à participação directa nos confrontos europeus, qualquer ameaça à tranquilidade portuguesa seria necessariamente vista como resultado de iniciativa espanhola. Pelo que, o discurso sobre a neutralidade portuguesa serve no essencial para tornar mais eficazes as acusações contra as intenções dos espanhóis, recorrentemente inculcados em gizar projectos de conquista do reino português. Esta ameaça condicionaria o tratado de aliança defensiva com a Grã-Bretanha. E, eventualmente, o tratado com os Estados Gerais. De facto, este último não tendo sido ratificado, não poderiam ser cumpridos os artigos ajustados.

A neutralidade portuguesa tem vindo a ser interpretada como uma consequência dos numerosos benefícios económicos e comerciais oferecidos à Grã-Bretanha, cuja aliança era vista como necessária para enfrentar a ameaça espanhola. Como acabamos de ver, o conflito de 1735 revela a construção de um discurso diplomático baseado nos artigos do tratado de aliança perpétua com a Inglaterra. Visando activar o apoio militar e a protecção inglesa, verifica-se, em geral, e segundo cremos, uma instrumentalização do discurso político-diplomático no sentido de converter uma ameaça duvidosa de invasão espanhola numa ameaça real. Era portanto necessário convencer os aliados do perigo de uma operação ofensiva eminente dos espanhóis para alcançar um pronto e efectivo auxílio da Grã-Bretanha, caso contrário não seria o mesmo evidente, tendo em conta o

⁴³⁴ Idem, *ibidem*.

teor dos tratados assinados. O que estava em causa era, pois, manipular o carácter defensivo da aliança reconvertendo-o num objectivo ofensivo.

Com o exemplo exposto, podemos afirmar que a aliança inglesa era, de facto, imprescindível para enfrentar a ameaça espanhola (ameaça real ou simplesmente hipotética). Sem essa aliança, D. João V não poderia planejar uma ofensiva militar na península, dispondo por sua vez de uma limitada capacidade de resposta no mar, e mais precisamente na disputada colónia do Sacramento. Por estas razões, o conflito adquiriu outra dimensão, agora, à mesa das negociações, tendo a França e a Grã-Bretanha por mediadores. Como frequentemente acontece em caso de corte de relações diplomáticas, os embaixadores de Portugal e Espanha regressam aos respectivos reinos. Pedro Álvares Cabral e o marquês de Capecelatro terminaram a missão e partiram para os reinos respectivos. Contudo, as negociações continuaram nas chancelarias dos Estados mediadores, quer em Lisboa quer em Madrid, envolvendo os seus agentes e os ministros representativos dos interesses de ambas as coroas. O diálogo entre os dois reinos ibéricos, em lugar de se interromper, adoptou um canal diferente. Na sombra, de maneira secreta, movimentando uma mais complexa rede de intervenientes. Uma rede dispersa por microcosmos diplomáticos, a explorar contextos culturais e idiossincrasias geopolíticas diferenciadas nas cortes europeias com peso e influência no concerto das nações. Assim, o corte de relações com a Espanha, em vez de propiciar um esfriamento dos processos de comunicação diplomática, pelo contrário, deu lugar ao incremento de um diálogo com variadas potencialidades na esfera das relações internacionais. Mobilizando os mecanismos informação, contra-informação e persuasão que iriam converter a negociação diplomática numa “arte suprema”⁴³⁵.

⁴³⁵ Cf. Lucien Bély, *L'art de la paix en Europe...op.cit.*, pp. [584]-602.

O conflito com a Espanha, em 1735, pelo seu carácter singular, a nosso ver permite reconsiderar o papel da aliança britânica com Portugal. Verificando-se, como já referimos, uma evidente instrumentalização da neutralidade portuguesa para fins belicosos. A fragilidade da política neutral de um Estado poderia levar este a recorrer a represálias para garantir os seus direitos. O que, muito presumivelmente, acabaria por provocar uma declaração de guerra. Em lugar de recusar a todo o custo a participação numa guerra, - por definição, a política de um Estado neutro-, Portugal, em 1735, joga com a ambiguidade da sua condição para provocar o conflito armado e obter o apoio da Grã-Bretanha contra a Espanha.

Epílogo - A neutralidade como experiência impossível

Portugal, anos mais tarde, já no reinado de D. José I, perante um conflito europeu, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), recorre de novo ao estatuto de país neutral. E deixa transparecer uma vez mais a fragilidade da sua política já que a imunidade do Estado neutral é violada. O interesse “universal da tranquilidade publica das Potencias Neutraes”⁴³⁶ é revogado pela entrada das tropas franco-espanholas no reino de Portugal. Estas forças poderiam ter sido, no entanto, recebidas como amigas em lugar de serem tratadas como invasoras. As razões apresentadas para a aliança com a Espanha e a França eram justificadas por se impor conter o “orgulho” da nação britânica pelo seu ambicioso projecto hegemónico, em ser “despótica nos mares” e, por conseguinte, de se apoderar de todo o comércio ultramarino, tanto por usurpação dissimulada como por conquista.⁴³⁷ Estabelecidos em Portugal “notorios principios de Religiao, de Decencia, e de Humanidade, o sistema da Neutralidade,”⁴³⁸ ficaria agora ao critério do rei Fidelíssimo ao receber as tropas espanholas que já se encontravam próximas da fronteira do reino. Isto com o objectivo de, tranquilamente, ocuparem as províncias e fecharem os seus portos, ou como aliadas ou como inimigas. Atitude qualificada por D. José como uma “inezperada invazão violenta”⁴³⁹ e uma ofensa aos Direitos divino, natural, e das gentes. Ora tinha o monarca resolvido empregar todos os meios possíveis para defender a neutralidade dos seus reinos. A intenção de sustentar

⁴³⁶ *Razon de entrar en Portugal ...op.cit.*, p. 39.

⁴³⁷ *Idem, ibídem*, p. 4.

⁴³⁸ *Idem, ibídem*, p. 17.

⁴³⁹ *Idem, ibídem*, p. 47.

esta política neutral acabou por conduzir à guerra, e a “a servir de exemplo universalmente nocivo a todas as outras Potencias pacificas.”⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Idem, *ibídem*, p. 49.

Conclusão

Antes de incidir sobre as problemáticas da neutralidade no século XVIII português, este estudo pretendeu reavaliar a herança de Hugo Grócio dada a sua longa influência ideológica, e mais especificamente os argumentos por si utilizados contra a acção dos portugueses no Índico. O nosso estudo apoiou-se essencialmente numa análise comparada do manuscrito *De Indis*, escrito em 1606, e publicado somente em 1868, sob o título *De Iure Praedae Commentarius* e *De Iure Belli ac Pacis* (1625). Nestas obras, Hugo Grócio condena firmemente a existência de um corpo político universal por considerar como entidade imoral e atentar contra a ordem da natureza. A monarquia espanhola ao incorporar Portugal em 1581, criou uma união das coroas ibéricas. O carácter dual da monarquia, assim como as viagens marítimas dos ibéricos, despertaram a antiga figura dos escritos platónicos – o andrógino –, para caracterizar essa mega e monopolista estrutura estatal. Ao revelar a natureza monstruosa do andrógino, Grócio apresentou um caso tão desviante que não poderia denotar qualquer semelhança humana. Ficando ainda, através da clássica metaforização discursiva,, comprovada a infidelidade a Deus dos povos integrados naquela Monarquia planetária e demonstrada a natureza malévola de tão disforme entidade imperial. O humanista holandês utilizou todos os argumentos disponíveis para retirar aos portugueses qualquer direito relativamente à posse das Índias Orientais. Esforçando-se por demonstrar a sua incapacidade para gerir um tão imenso império marítimo e, no mesmo esforço, acabando por agredir juridicamente o império ibérico na sua totalidade. Ao pôr em causa o sistema de valores que anteriormente havia tornado possível e legitimado a existência de um império à escala universal, Grócio vinculou uma lenda negra à acção

portuguesa no Oriente. Assim como o povo de Sodoma e Gomorra sofreu um cataclismo de origem divina, ou tal como o andrógino de Platão, que foi destruído pelos deuses, o povo português, proclama Grócio, deveria do mesmo modo sofrer a sua punição, desta vez de acordo com a lei dos homens, ainda que revelada por Deus.

A morte do andrógino ibérico significa, na verdade, o fim de um mundo fabuloso povoado de qualidades e seres extravagantes, de fantasias e de monstros. A condenação de Hugo Grócio dirigida contra um ser monstruoso como o mundo dos ibéricos elimina a parte animal do homem, passando este a ser apenas compreendido na sua intrínseca e estrita humanidade. Ao procurar a finitude corporal marcada pela espacialidade do corpo dos indivíduos, o pensador holandês tenta encontrar os limites do poder do homem, nomeadamente no que diz respeito ao exercício do domínio.

A morte do homem andrógino de dimensão universal – o império ibérico –, significou ainda a emergência das relações entre os Estados reguladas por um sistema jurídico. Grócio, ao incidir a sua análise no oceano Índico, desviou o foco do direito para um terreno praticamente “vazio” ou sem profundidade legal, o mar. Considerou-o potencialmente fecundo para criar uma nova perspectiva para uma vida moral e política na qual todos os homens pudessem dar o seu consentimento. A condenação do império *marítimo* português e, por corolário, a do império universal – o andrógino ibérico – permitiu a emergência de uma teoria das relações inter-nacionais. A introdução de uma linguagem positiva, visando retirar a dimensão metafísica ao discurso das leis e libertá-lo das analogias que ligavam o homem a tudo o resto, torna igualmente manifesta a impossibilidade de se atingir a universalidade do conhecimento. Por todas estas razões, a obra grociana representa uma clara refutação do princípio do homem universal (*homo universalis*) do Renascimento. Subjacente aos acontecimentos que precipitaram o

declínio do poderio português no Índico e o fim da união ibérica, encontra-se uma profunda mudança na perspectiva ontológica do mundo e do próprio homem.

A discussão sobre as relações com as Índias Orientais, no caso de Hugo Grócio e sobre a colonização das Américas, no caso do padre António Vieira, teve uma enorme influência nas mudanças culturais e nas mentalidades dos próprios europeus. Prosseguem uma crítica a toda a organização social e política no seio da própria Cristandade, com o objectivo de encontrar uma resposta para o problema moral da liberdade humana. Pretendem dar ao homem uma responsabilidade na ordenação do mundo, afirmando a soberania do ser humano na ordem natural. Graças à razão, os homens poderiam ser capazes, por si próprios, de dar uma finalidade para o universo. Colocam o homem numa posição de quase-igualdade com Deus ou pelo menos acima de todos os outros seres. O objectivo é devolver a igualdade e a liberdade a toda a humanidade.

De igual modo, na sociedade das nações, cada Estado deveria ser livre de prosseguir o seu destino e capaz de ditar os seus próprios interesses. Consequentemente, a Monarquia universal passou a ser alvo de crescente crítica. Substituída por Estados-nação, estes começam a ser percebidos como livres e membros igualitários no sistema da balança de poder. Caminha-se, então, para uma codificação legal, com o propósito de regular as relações entre os Estados, de modo a substituir a ingerência papal nos assuntos seculares. Somente no seio desta sociedade existe a possibilidade de um Estado neutro existir, ou seja, capaz de ver a sua política de neutralidade entendida como justa e respeitada como um direito. Seguimos de perto o exemplo português que pela especificidade a todos os níveis permitiu uma melhor compreensão do próprio conceito de neutralidade.

Para a definição da sua política multifacetada tiveram necessariamente de conviver concepções corporativas e contratualistas. Até meados do século XVIII, as ambiguidades sentidas, oscilando entre um lado e o seu oposto, foram pensadas no quadro ideológico corporativo. Neste sentido, tendo em conta as alegorias entre o corpo e tudo o resto, o governo português era considerado como hermafrodita. De Portugal se tinha notícia de doença, de impotência, e de esterilidade. Vivia-se ainda um luxo excessivo, ao mesmo tempo que se testemunhava a existência de grandes carências, confirmando-se, por isso, serem os gastos irracionais. O ouro, fonte de vício, era visto como o verdadeiro mal dos portugueses e a nova origem das calamidades humanas. Criava desumanidade. Seguindo o destino dos hermafroditas, a sua existência era imoral e ilegítima. Por todos os pecados, segundo a pregação do Padre Malagrida, os portugueses sofreram o castigo divino, o terramoto de 1 de Novembro de 1755. Por causa deste dia, toda uma visão do mundo caiu por terra, apesar de ser há muito contestada.

A perspectiva secular do mundo foi progressivamente impondo o jurídico como base de organização social, entre os homens e entre os Estados. A neutralidade é uma criação jurídica, expandindo-se aos mais diversos domínios, suportada por uma máquina burocrática cada vez complexa. Da prática comercial à negociação política, o espaço comunitário é marcado pela neutralidade afectiva. Por implicar uma mudança substancial das mentalidades, a evolução é lenta e gradual. O próprio conceito de neutralidade tem evoluído ao longo dos tempos. Se para Hugo Grócio, a nação neutra tinha o dever de favorecer o beligerante que fazia a guerra com justa causa, para Vattel o neutro deveria demonstrar uma estrita imparcialidade em relação às potências beligerantes. Na mesma época, a neutralidade também podia ser entendida de diferentes maneiras, por exemplo, por nações neutras e por nações beligerantes. Por exemplo, a

abertura dos portos portugueses a todas as nações durante a Guerra da Orelha de Jenkins era percebida como uma medida imparcial face aos beligerantes. Esta atitude por parte de Portugal era, afinal, vista como bastante prejudicial aos interesses britânicos. As interpretações a propósito da neutralidade variavam, igualmente, entre as próprias nações neutras. Portugal, em 1780, justificou a recusa em participar na Liga da Neutralidade Armada por querer seguir uma exacta neutralidade durante a Guerra da Revolução Americana. A neutralidade era entendida por imparcial somente no caso de não adesão à liga dos neutros. A concepção de neutralidade poderia ainda ser diferente num mesmo Estado nos períodos em que era beligerante e naqueles em que era neutro. Por exemplo, a Grã-Bretanha, enquanto nação neutra durante a guerra da Restauração portuguesa, beneficiou do princípio “barco neutro, mercadoria neutra”. Enquanto país beligerante e detentora de uma poderosa armada tentou extinguir este princípio, para impor um outro, o do “pavilhão não cobre a mercadoria”.

Na perspectiva portuguesa, a neutralidade foi uma política seguida ao longo do século XVIII, como forma de protecção da integridade territorial e inviolabilidade das águas territoriais, isto é, como afirmação da sua própria soberania. A neutralidade foi igualmente uma via para adquirir direitos e territórios nas Américas, mais concretamente no rio da Prata e terras adjacentes. Já não sendo possível a Portugal se impor de outra forma, a política neutral substitui a perda gradual do monopólio de navegação e de comércio. Beneficiando de um estatuto pacífico e de um cenário de paz no reino, a neutralidade portuguesa foi, no fundo, uma forma de fazer a guerra às potências dominantes, de maneira não declarada e muito mais subtil.

ANEXOS

Anexo I

Cópia da Carta do Cardeal Álvaro Cienfuegos ao Imperador José I de Áustria* **Lisboa, 30 de Março de 1709**

El Padre Miller me insinua ser del agrado de VMC que yo explique abiertamente el estado de esta Corte despues de l avenida de la sereníssima senora Reyna; y deviendo yo la mas rendida obediencia â VMC por tantos titulos, passo â executar fielmente lo que VMC me manda con aquella sinceridad de animo, y verdad, que devo professar a VMC.

Las cosas de este Palacio, y Corte van mucho peor cada día; porque esperando todo este Reyno la venida de Su Magestad, como el unico remedio, que quedaba â la esperanza de restituir â buen estado la perdicion, con que caminan las cosas de este Gobierno, y sacar de la esclavitud, en que se halla un pobre Rey Niño sin experiencias, y sugeto enteramente al arbitrio de dos, o tres hombres, quexosos, y malcontentos todos los demas: van experimentando, que la mucha blandura, y genio dulcísimo de la Serenissima Señora Reyna no sirve de freno alguno para evitar este precipicio: con que se hallan descontentos, y se pude temer alguna inquietud del Pueblo, sino se muda de rumbo. Yo me persuado â que Su Mag.d vino mal instruida en este punto, por mas que yo desde aquí escrivi con har- [fl. 66] ta claridad, que sino venia â ser juntamente Rey y Reyna, se perderia todo: y si viessen que Su Mag.d mostraba resolucion, tendria todos los hombres del Reyno â su lado, y el mismo Rey le estaria obediente y sugeto como un Niño, pues es sumamente timido; y como le tienen sugeto sus dos Ministros, mejor le podria tener Su Mag.d Que por esso libremente supliqué â Su Mag.d en dias passados

* HHS, *Departamento de Estado, Portugal*, Cx. 11, “Relatório (1704-1710)”.

en audiencia particular, fuesse servida tentar el camino del temor, ya que el del amor era inútil con el Rey su Esposo.

A estos males me parece se punta outro deffecto natural oculto, del qual por ventura estará VMC mas bien informada, y de el, como de raiz, nace el irse insensiblemente apartando cada dia el Rey de la comunicacion com la Sereníssima Senora Reyna, y haciendo com esso inassequible el que por amor pueda nunca atraerle azia si, ni a poner el Gobierno conforme es razon. Para dissimular dicho deffecto finge el Rey tener otros amores, los quales son ciertamente artificiales: y com ellos mismos, y com algunos remédios, que solicita y toma, da bastante sospecha de este deffecto â algunos; siendo assi, que el mayor mal que puede ocasionar este deffecto, será, si saliere al publico; pues com esso los mal contentos (que son todos, menos poquissimos y se van arrimando al Infante) tienen el mismo motivo, o los mismos, que tuvieron para deponer al Rey Don Alfonso, y substituir al Rey Don Pedro. Suplico humildemente a VMC sea servida hacer madura reflexion sobre esto, altamente persuadida, a que las cosas de aqui caminan a toda prissa al mismo estado, y successo referido. [fl. 66v]

Es verdad, que el Infante solicita merezer la confianza de la Sereníssima Señora Reyna; pêro qualquiera intimidad azia esta parte atraviessa com sospechas y rezelos el corazon del Rey: com que no la tengo por conveniente; aun que para remediar otros males políticos era instrumento muy oportuno. Y ya el dicho Infante tiene bastantes argumentos para assegurar-se del defecto del Rey, com que poço â poço irá saliendo al publico: Tambien insta el Infante aora en pedir la Sereníssima Señora Archiduquesa Magdalena, esperanzado, en que sabiendo VMC, que no ay esperanza alguna de succession de este Matrimonio, vendrà mas facilmente en concederle la Sereníssima Señora Archiduquesa, como â Rey futuro.

Para concedersela, supuestas las circunstancias referidas, ay dos razones de bastante peso: la primera, que la Sereníssima Señora Archiduquesa, que viniesse, sosegaria mucho los espíritus del Infante, y podria ser instrumento de la concórdia de un Hermano com outro, quitandole qualquiera impression, ô pensamiento contra la quietud publica; pues bien unidas ambas Hermanas, y entrando el Rey Carlos â ocupar el trono en España, se devia prudentemente esperar, que viviesen com union, sin que el Infante machinasse algun atentado. [fl. 67]

La segunda, que si no se le concede, será natural, que se incline â casarse ô en Francia, ô en outra parte, de donde le vengán sugestiones perniciosas en este punto; siendo quizá su Muger la que principalmente le fomente por la ambicion de reynar.

Mas para negarla qy otras dos razones no menos efficazes: la una es el génio, y natural del Infante tan fiero, y tan indomito, como VMC estará bastantemente noticiosa; y aun que ahora va quitando aquellas exterioridades, que le hacian tan aborrecible (con la maxima por ventura de ir ganando de esta suerte la Nobleza, y el Pueblo, para intentar después con mas seguridad un atrevimiento) pero la raiz se puede temer, que sea siempre la mesma, si Dios con su omnipotencia no la sana, como talvez â sucedido. La otra es, que el unico motivo, que puede retardar al Infante de un attentado, especialmente después que el Rey mi Señor se halle en su trono, será el temor de las armas vezinas de España; pues bien conoce, que el Rey mi Señor debe por todas leyes proteger la justa causa del Rey, y de la Señora Reyna su Hermana. Y si el Infante se viesse casado con otra Serenissima Señora Archiduquesa, acaso creeria, que las armas de España no se moverian contra el, pues igualmente quedaba Reyna de Portugal una Hermana de S Mag.d, reinando el Infante, como reinando el Rey Don Juan. [fl. 67v]

El singular entendimiento de VMC podrá tomar en materia tan difficultosa aquellas medidas, que fueren mas ajustadas â la prudencia, y al acierto, que â mi solo

me toca en execucion del real orden de SMC haver dicho abiertamente el poco feliz estado â que esto està reducido; los medios, que assi aquí, como desde allà pueden ponerse; y los inconvenientes, ô peligros, que por una y otra parte se ofrecen en applicar el principal remedio de este daño. Esperando de la clementísima Grandeza de VMC, que esta Carta mia, y estos avisos que participo, no passaran â otra mano alguna, por el gravísimo perjuicio, que se puede seguir de que se sepa esto. En todo quanto alcanzare là cortedad de mis furzas soi con perpetua esclavitud humildísimo y fiel Capellan de VMC; cuya larga vida y felicidad ruego continuamente â Vuestro Señor, de cuio brazo poderoso espero yo el remedio eficaz de tantos males, y que Guarde la sagrada Persona de VMC lo que la Christiandad â menester. [fl. 68]

Anexo II

Cópia da Carta do Cardeal Álvaro Cienfuegos ao Imperador José I de Áustria * **Lisboa, 2 de Agosto de 1709**

Y antes de hablar del Matrimonio del Infante Don Francisco me parece conveniente poner en la soberana noticia de SMC, como van creciendo cada dia las demonstraciones de disgusto, que el Rey de Portugal manifiesta azia la Ser.ma Señora Reyna; y mientras con mas cariño, y continuación le assiste en esta enfermedad, mas desaires publicos experimenta del zeño del Rey. Pero yo suplico â VMC sea servida de creerme, que assi esta aversión, que muestra, como alguna otra inclinación, que affecta tener dentro y fuera de Palacio, son fingidas, solo â fin de que la Ser.ma Señora Reyna se persuada, â que la separacion y falta de comercio, que tiene con SM, no nace de otro defecto natural oculto, sino ya de algun otro amor, ya de aversión que tenga â SM, para que con esso viva engañada la Ser.ma Señora Reyna, y esperanzada de que [fl. 197] acabandose uno y otro affecto, que se mudan tan fácilmente en los pocos años, pueda tener feliz sucesión en este Reyno. Estas machinas le suggieren sin duda los lados de quien el Rey se fia, para dar tiempo al tiempo con este engaño, bien â costa de la paciencia de esta Angelical señora.

El remedio unico que esto tiene es el que SM procure oportunamente dar â entender, que conoce el engño, y juntamente intimidar al Rey, cuyo natural es sumamente cobarde; y en conociendo, que la señora Reyna conoce, y que va cobrando espiritu, se le â de someter en todo por el miedo de que hable, y porque dissimule: y

* HHS, *Departamento de Estado, Portugal*, Cx. 11, “Relatório (1704-1710)”.

mas quando el no ignora, que si esto se publicasse del todo, estaba perdido â vista de lo que el Pueblo celebra al Infante, y â vista de el ejemplar tan reciente.

Todo esto dixe â tres dias â la Ser.ma Señora Reyna en audiencia particular y larga, que tuve, exhortando â SM â aplicar este remedio con aquella prudencia, de que Dios la â dotado, aunque sea tan contra la dulzura, y suavidad de su genio: porque luego que por este camino tenga al Rey un poco sugeto, podrâ tener autoridad para apartar los lados perniciosos, y poner el Gobierno en modo, que se asegure el bien de este Reyno, y los interesses de la Aug.ma Casa; estando cierta, que de esta manera tendrâ todos los hombres del Reyno â sus Pies. Y yo ruego humildemnte â VMC per viscera Jesu Christi sea servida dar credito â mi experiencia en esta Corte, persuadiendose bien â que no ay otro remedio para apartar tan graves males.

Por lo que mira al casamiento, sé con bastante certeza, que el Infante Don Francisco no admitirà otra proposicion, ni aun la de la Hermana de la Reyna ni Señora, hasta estar [fl. 197v] desesperado de conseguir la Ser.ma Señora Arquiduquesa, ha qual assi como no se debe dar a un Infante de Portugal, se puede conceder â un Prinzipe del Brasil; y el Infante se mira como tal, porque sabe muy bien lo que passa y se va ya publicando de modo, que con verdad se puede decir, que lo ignoran pocos de la Nobleza, y lo saben algunos del Pueblo. Pero si yo fuesse capaz de dar algun dictamen en esta materia, creeria ser conveniente darle esperanzas, y juntamente ir dilatando la execucion con varios pretextos. Porque con esta dilacion se lograban dos fines; el primero, que entre tanto se asegura el saber de cierto si ay ô no esperanza de sucesión del presente real Matrimonio; de suerte, que quando se le concediesse al Infante lo que pide, seria ya notorio que se daba la Ser.ma Señora Archiduquesa â un Principe Rey futuro, sin cuya circunstancia fuera indecoroso, y sin ejemplar en la Aug.ma casa semejante casamiento. Lo segundo se lograra el experimentar con madurez, si esta

mutacion de costumbres, que hizo el Infante nace de verdaderos y solidos principios, ô si es solo una como tregua del furor nacida de un artificio ambicioso, que después haya de salir de represa â nuevos excessos. Esto es lo que yo juzgo en esta materia con aquella ingenuidad y verdad que devo â VMC; [fl. 198]

Anexo III

“Contra Proyecto de un tratado de neutralidad entre S. M. Catholica y S. M. Portuguesa (1743)”*

Deseando S. M. Xpma ver bien asegurada la buena amistad, y correspondencia entre S. M. el Rey de España, y S. M. el Rey de Portugal, ha creído que nada puede contribuir tanto a estrechar los nudos de las mutuas alianzas felizmente contraídas entre estos dos Principes, como el concertar entre los dos un Tratado de neutralidad de la parte de S. M. Portuguesa durante la Guerra encendida entre la Corona de España y la de Inglaterra; y con este fin ha tomado a su cargo S. M. Xpma el proponerles el referido Tratado a las mencionadas Majestades; las que animadas del mismo deseo de afirmar, y mantener entre si una perfecta, y sincera amistad, y de vivir como buenos vecinos, han condescendido voluntariamente à el, y à este efecto han dado sus Plenos poderes etc. Los que han convenido en los Articulos siguientes.

Art. I – Que abra entre las dhas Majestades sus sucesores, Reynos, y Vasallos una mui fiel sincera, y verdadera amistad, y correspondencia.

Art. II – Que el Tratado de Paz hecho en Utrecht entre las referidas Majestades en 6 de Febrero de 1715 queda confirmado por este como si estuviese inserto en el palabra por palabra en todo lo que no sea expresamente derogado.

* AGS, *Estado, Portugal*, Leg. 7195.

Art. III – Que SM Portuguesa se obliga a guardar una exacta neutralidad durante el curso de la Guerra sobrevenida entre la corona de España, y la de Inglaterra: declarando no obstante que no es la intencion de S. M. Portuguesa de faltar por este tratado a los que tiene hechos con la Gran Bretaña en el año de 1654 y en el de 1703 enquanto no sean contrarios al presente.

Art. IV – Que en consecuencia de esta neutralidad promete S. M. Portuguesa que los Puertos de Portugal estarán libremente abiertos à los Navios asi de Guerra, como mercantiles de las dos naciones guerreantes; pero entendiendose que los primeros no podran entrar en una, ni en diferentes veces mas que seis en los Puertos grandes, ni mas que tres en los pequeños; y en el caso de que arrojados por la tempestad entren en mayor numero, no podran quedarse mas tiempo del que se les permita para componerse según lo pide el derecho de la hospitalidad: todo según los tratados que median entre Portugal, y las dos naciones beligerantes.

Art. V – Que S. M. Portuguesa no dara asilo, ni retirada en sus Puertos, ó Bahias, à las Armadores de las dos naciones que estan en Guerra: al contrario los hará salir lo mas presto que sea posible; y que para ebitar las disputas que pueden sobrevenir por lo que mira a estos mismos navios, ó otros se obserbara el reglamento que se hizo en el mes de Octubre de 1702 con los ministros de las Potencias que estaban en Guerra entonces; és à saber 1º que quando los Bageles delas dos Naciones Beligerantes sean de Guerra, ó Mercantiles se hallaren en los Puertos dexaran pasar dos Mareas de interbalo entre la salida de los unos, y la de los otros: 2º Que los Bagelos de las dos Naciones iendo à entrar, ó queriendo salir de los Puertos, no haran hostilidad alguna los unos a los otros al

tiro de Cañon de las Fortalezas de S. M. Portuguesa 3° Que se restituiran prontamente de una, y otra parte las Presas que se harán, siempre que se pruebe con justificaciones, y atestaciones que se hicieron a tiro de cañon de las dhas Fortalezas.

Art. VI – Que S. M. Portuguesa se obliga à hacer, y à cumplir todo lo que toca a la neutralidad, tanto por lo que mira à la España, como por lo respectivo à la Inglaterra.

Art. VII – Que en vista de esta neutralidad S. M. Catholica obliga à nombrar desde luego Ministro, ó ministros que con plenos poderes suficiente, y interviniendo la mediación de S. M. Xpma, y baxo su garantia trabaxen inmediatamente, y sin descontinacion con los de S. M. Portuguesa igualmente autorizados à este efecto à reglar amigablemente todas las diferencias que subsisten aun entre las dos Coronas, sobre la Colonia del Sacramento según el verdadero sentido del Tratado de Utrecht.

Art. VIII – Que S. M. Catholica se obliga inmediatamente después de la firma, y ratificacion de este Tratado à dar las ordenes mas claras, y positibas que puedan ser para que el Governador de Buenos Aires lebantar el bloqueo de la Colonia del Sacramento, y que se retiren las tropas que le formaren à los antiguos parages en que se hallaban antes de moverse estas ultimas disensiones; y para que se obserbe todo lo convenido en los anteriores tratados según, y en la forma que en ellos se previene.

Art. IX- Que bombiene S. M. Catholica en que subsistan las Fortificaciones adelantadas en la Colonia del Sacramento después del arribo delas ordenes para la cesación de hostilidades con tal que sea por ahora, y baxo la condicion de que se executara respecto de ellas lo que se arreglare por los ministros Plenipotenciarios.

Art. X – Que S. M. Catholica y S. M. Portuguesa se obligan reciproca, y respectivamente à hacer una información autentica por escrito, S. M. Catholica de las fortificaciones hechas por su parte delante de la Colonia del Sacramento con la precisa ocasión del sitio y Bloqueo, y S. M. Portuguesa de las de la mencionada colonia y de las demas nuevamente fabricadas; y que ambas Magestades se obligan a entregarse mutuamente traslados legaizados de los referidos instrumentos para el uso que es consecuente al Art. 7 de este Tratado.

Art. XI – Que se obliga S. M. Catholica à dar las ordenes mas claras, y positibas para que en el interin que formal y solidamente se regla por los Ministros Plenipotenciarios la navegación de las Naves portuguesas en el Rio de la Plata a la Colonia del Sacramento no seles haga hostilidad alguna en contravención ó ampliación de los Tratados antecedentes.

Art. XII – Que cualquiera contravención que pueda hacerse à cualquiera de estos Articulos ó à todos juntos tanto por los vasallos de S. M. Catholica quanto por los de S. M. Portuguesa sera reparada prontamente, y de buena feé, y castigados vigorosamente los contraventores.

Art XIII – Que las ordenes que S. M. Catholica embiara al Governador de Buenos Aires, y S. M. Portuguesa al Governador de la Colonia hande ser duplicadas para que cada uno de los dos soberanos las pueda remitir por su parte afin de que se ejecuten luego que sean notificadas al uno ó al otro delos dhos Governadores ó à los que en aquel tiempo esten en su lugar.

Art. XIV – Todos estos articulos se han debatido, y ajustado por los respectibos Plenipotenciarios con entero conocimiento de los Ministros de S. M. Xpma que ha tenido à bien el hacerse Garante de su execucion.

Art. XV – Las ratificaciones se daran, y cangearan en buena forma dentro de seis semanas contando desde el dia dela firma ó antes si se pudiese.

ANEXO IV

“Pasquim que amanhaceo hum dia pella manhã na porta da Alfandega”⁴⁴¹

1º

Enfermo do mal francez
Ha annos esta Portugal
E não sara deste mal
Porque o curão ao reves
Deos lhe acuda desta vez
Porque este Reyno cuitado
De sorte esta Galicado
Que he dificultosa a cura
E assim esta na sepultura
Vivo mas quase enterrado.

2º

De huma Raynha franceza
Que aqui veyo a Portugal
Se pegou tão grande mal
Nesta Nação Portugueza
Penetrou mais na Nobreza
Este pertifero humor
Ja não ha grande Senhor
Que este veneno escondido (f. 481a)
Lhe não tenha corrompido
De seu peito o interior

3º

Huns dois Medicos ou tres
Pertendem o Reyno curar
E em vez da cura acertar
O vão pondo ao Requies,
Outros mais deste jaez
Que so tratão da ambição
Da honra da patria não
Se interesses lhe convem
Do propio Deos que tem
Quasi judas o venderão.

4º

Ha Mizero Portugal
Que so tenho de te ver
Pois podendo renascer
Te veyo quasi mortal

⁴⁴¹ “Pasquim que amanhaceo hum dia pella manhã na porta da Alfandega”, AMAE, *Correspondência política, Portugal*, vol. 37, ff. 481-482v.

Se quers sarar de este mal
Lança este galico fora
Veras que assim se melhora (f. 481b)
Por meio desta virtude
A tua antigua saude
Se a tens perdida agora.

5°

Levantete Reyno logo
Desta mizera peçina
Arranca a Espada ferma
E poem tudo a ferro e fogo
Não te abrande algum rogo
Destes infames Trahidores
Que querem com vis errores
Por medo ou por interes
Deixar o amor Portuguez
Pellos francezes amores.

6°

Estes nossos Mandarins
Nesta confusão e enleyo
Ja nos peitos de receyo
Lhe tocão arma os clarins
Mandão vir huns Boclantins
Com Granadas e Bandolas
Fazendo Cabriolas
Dizem que isto so convem
Por moda e uzo que vem
Lá das francezas escolas. (f. 481v a)

7°

A milicia singular
Que na Escola da campanha
Portugal mandou com manha
Aos seus filhos ensinar
Ja dessa não ha tratar
Tudo esta prevaricado
E o pobre do Soldado
Anda morrendo de fome
E se algum bocado come
Tudo come de hum bocado.

8°

Dizem que Dragois francezes
Mandão vir a Portugal
Quem vio ignorancia igual
Em juizos portuguezes
Tendo se visto mil vezes
A Lusitana Serpente

Vencer o Leão potente
E outros animaes ferozes
Que com furias muy atrozes
Dezejavão por lhe o dente.

9º

Da Caza de Austria sola
Tomou posse a de Bourbon
E pertende a este som (f. 481v b)
Em a de Bragança entrar
Hea pois filhos armar
Contra esta traça franceza
E com furioza crueza
Sustentemos sempre a Ley
Que deve á patria e ao Rey
Esta Nação Portugueza.

10º

Pouco a Alfandega rende
Ja nella falta a Fazenda
Não ha quem não entenda
Porem nisto não se entende
Tudo esta pende não pende
Em huma falsa Balança
Que dizem que el Rey de França
Te enviou Portugal
Pera pezares teu mal
Quando houver nova mudança.

11º

Neutral armado has de estar
E he so o que te convem
Não te fies de ninguem
Ve que não ha que fiar
E que tens ruim vesinho
Que te dezeja enganar (f. 481a)
Fortifica o patrio ninho
Vé que pode haver mudança
E que a muita confiança
Da mil vezes no fucinho.

12º

Tem sempre na mão espada
e fé de todos amigo
quem se declarar contigo
veja que não temes nada
exercito e mais armada
te farão grande respeito
faça disto gran conceito
se queres ser Portugal

vé que te diz hum Leal
coração, num firme peito. (f. 482v)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Archives du ministère des Affaires étrangères. Paris.

Correspondência Política, Portugal

Vols. 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86.

Memórias e documentos. Fundo diverso. Portugal

Vols. 1 e 2.

Archives nationales. Paris.

Correspondência Consular, Portugal

B/I/ 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680.
B/III/385.

Archivio Segreto Vaticano

Archivum Arcis
AA. ARM I- XVIII vol. 612.

Secretaria de Estado. Portugal
Vols. 57, 58, 85, 161, 162.

Archivo Historico Nacional, Madrid.

Secção de Estado. Portugal

Legados 1755, 1765, 1766, 1768, 1769, 1773, 1774, 1777, 1778, 1779, 1785, 1786, 1788, 1791, 3439, 4841, 6380

Archivo General del Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid.

Embaixada de Espanha junto da Santa Sé

Ofícios da Embaixada

Legados 277, 278, 279, 280, 290, 291, 293, 298, 302, 304, 310, 312, 325

Ordens Reais

Legados 164, 179, 180, 185, 186, 188, 189, 190, 194

Correspondência extraoficial

Legados 374, 375, 376, 378, 379, 380, 383, 407

Archivo General de Simancas

Secção de Estado. Portugal

Legados 7078, 7080, 7081, 7082, 7083, 7084, 7085, 7086, 7087, 7088, 7089, 7090, 7091, 7092, 7093, 7094, 7095, 7096, 7097, 7097, 7098, 7100, 7103, 7104, 7105, 7106, 7107, 7108, 7110, 7012, 7114, 7115, 7116, 7122, 7122, 7124, 7125, 7127, 7128, 7130, 7130, 7131, 7133, 7136, 7137, 7138, 7140, 7142, 7147, 7150, 7143, 7151, 7152, 7153, 7158, 7159, 7160, 7163, 7166, 7171, 7172, 7176, 7177, 7177, 7178, 7179, 7180, 7181, 7183, 7184, 7185, 7186, 7187, 7188, 7189, 7190, 7191, 7192, 7194, 7195, 7196, 7198, 7199, 7201, 7202, 7205, 7208, 7211, 7215, 7216, 7217, 7220, 7225, 7226, 7227, 7228, 7230, 7232, 7234, 7239, 7242, 7272, 7273, 7276, 7277, 7347, 7353, 7354, 7360, 7361, 7363, 7371, 7371, 7369

Guerra Moderna

Legados 2202, 2203, 2204, 2204, 2205, 4562

Archivo General Militar de Madrid

Colecção Geral de Documentos

Rolo 60- 5-3-4-1, 5-3-4-3, 5-3-4-5, 5-3-4-7, 5-3-4-15, 5-3-4-18

Biblioteca de la Casa de Alba. Madrid

C. 15-1 e 2; C. 25-107; C. 102-20 e 23; C. 106-43 e 48; C. 151-123, 124, 126, 130 e 133; C. 246-27 e 28.

Biblioteca Nacional de España

Caso sucedido en Portugal con el Abad de Levry, embaxador de Francia en Portugal año de 1725 copiado de la Gaceta de Amesterdam nº 9 del Martes 6 de Febrero del mismo año. Mss/12948/38

Dialogo que haze Trajano con su Politico investigando el estado de los soberanos y gabinetes de Europa con motivo de la muerte de luis XIV, Rey de Francia. Mss/12957/15

Discurso sobre la Enfermedad del Rey ntro Señor Dn Fernando Sexto (que Dios guarde) escrita por Dn Andres Piquer Medico de Camara de SM. Mss/11201

Divisas de los Regimientos de Infantería y Caballería del Reyno de Portugal. Mss/10043

El politico daño o la ambicion de los Ingleses: obra en que se busca qual de las naciones, francesa o inglesa, ha desordenado por sus hostilidades la armonia de la Europa. Mss/10519

Forma del ceremonial ajustado en la Corte de Viena, con el Infante Don Manuel de Portugal. Año de 1717. Mss/12948/27

Justificacion de Portugal en la resolucion de ayudar a la inclita nacion española, a sacudir el yugo frances, y poner en el trono real de su Monarquia al Rey Católico Carlos Tercero= Año de 1704

Pretensiones de los Potentados de Europa. Mss/10727

«Relacion dela Embaxada Extraordinaria del Marques de los Balbases en Portugal», Papeles Varios. Mss/10747

Representación hecha al Consejo de Estado (de Portugal) sobre el bien público (y en contra de Castilla) – [1702]. Mss/12934/24

Respuesta de un Amigo ô otro despues de haverle este remitido el papel de las Profecias Politicas sobre Portugal i le envía su parecer. [1762] Mss/12934/25

«Sobre la enfermedad de la Reyna y los remedios para extinguirle», Papeles varios. Mss/10683

«Testamento de la Reyna, que Dios haya en Decimas» «Descripción à la Muerte de la Reyna Nra Señora en las siguientes Decimas» Papeles curiosos manuscritos. Mss/10893

Biblioteca Nacional de Portugal

Alexandre de Gusmão, Genealogia geral da Nação Portuguesa pela qual se desvanece a opinião dos Senhores Puritanos, Mss. 258, nº 5.

“Parecer que o Conde de Castello Melhor D. Luiz de Souza e Vasconcellos offereceu ao Sr D Pedro 2º sobre a proposta do Enviado Britânico a instancia da Rainha Anna em 1702”, Cod 7987.

British Library

Add 20788, 20795, 20802, 23627, 28946, 29590

Haus-, Hof- und Staatsarchiv. Viena

VIII/20, Portugal
Nº 2, 7, 11, 12, 66

Intituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Liv. 776, 777, 789, 790, 791, 792, 793

Inquisição de Lisboa

Processos nº 365, 789, 806, 975, 981, 983, 993, 1469, 1470, 2775, 3725, 3529, 5947, 6430, 6919, 11105

Caderno do Nefando nº 8, Livº 136 e nº 9, Livº 137

Inquisição de Évora

Processos nº 4745, 5013

National Archives. State Paper Office. Londres.

SP 89, Portugal- 10, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 89, 90, 91

SP 78, França- 159, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 177, 179, 182, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 233, 252, 253, 254

SP 94, Espanha- 82, 218

SP 91, Russia- 11, 12

SP 90, Prussia- 4

SP 103, Tratados- 58, 104

SP 102, Cartas reais- 44

FO 90, Livros das cartas do Rei- 48B

FONTES IMPRESSAS

A short review of the Principal transactions in Europe since the Peace of Utrecht, London, Printed for J. Wilford in Stationer's Court, 1729.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1716.

BOAISTUAU, Pierre, *Histoires prodigieuses et mémorables*, Paris, par la veuve de Gabriel Buon, 1598.

BRAUN, Theodore E. D., RADNER, John B., *The Lisbon earthquake of 1755. Representations and reactions*, Oxford, Voltaire Foundation, 2005.

BROCHADO, José da Cunha, *Cartas*, selecção, prefácio e notas de António Álvaro Dória, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1944.

CASTRO, Jorge Borges de, *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

CHAVES, Castelo Branco (intr. e notas), *O Portugal de D. João V visto por Três Forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

COLBATCH, John, *An account of the court of Portugal, under the reign of the present King Dom Pedro II*, London, Thomas Bennet, 1700.

CORDEMOY, Gérald de, *Discorso Físico della Parola*, reprodução fac-simile da edição de 1704, Roma, Editori Riuniti, 2006.

COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, pref. E notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1954.

COVARRUBIAS, Sebastián de, *Tesoro de la lengua castellana o española* (1673), Madrid, Editorial Castalia, 1994.

CUNHA, D. Luís da, *Instruções Políticas*, intr. e notas de Abílio Diniz Silva, Lisboa, CNCDP, 2001.

_____, *Testamento Político*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.

DAVENANT, Charles, *An Account of the Trade between Great-Britain, France, Holland, Spain, Portugal, Italy, Africa, Newfoundland*, London, Printed for A. Bell, 1715.

EMÉRICO, Nicolau, *Manual dos Inquisidores*, Edições Afrodite, 1972.

Gaceta de Madrid, 1701-1703, 1715-1750.

GIBSON, William, *A History of the Affairs of Europe*, London, Printed for J. Batley, 1725.

GUSMÃO, Alexandre de, *Genealogia geral da Nação Portuguesa pela qual se desvanece a opinião dos Senhores Puritanos*, BNP, Mss. 258, n° 5, f. 6.

_____, *Relaçam da entrada publica que fez em Paris aos 18 de Agosto de 1715 o E. Sr Dom Luiz da Câmara conde da Ribeyra Grande*, Paris, na Officina de Pedro Emery, 1715.

HEBREU, Leão, *Diálogos de Amor*, trad. e notas de Giacinto Manuppella, 2 vols., Lisboa, INIC, 1983.

HEROET, Antoine, “L’Androgine de Platon”, in Antonio Guevara, *Du mespris de la court, avec la vie rustique*, Paris, J. Ruelle le jeune, 1568.

Informe Medico-moral de la penosísima y rigurosa enfermedad de la Epilepsia, Madrid, en la oficina de Domingo Fernandez de Arrojo, 1763.

LOBO, Francisco Rodrigues, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, pref. e notas de Afonso Lopes Vieira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945.

MACEDO, António de Sousa de, *Armonia Política dos Documentos Divinos com as Conveniências de Estado. Exemplar de Príncipes*, Coimbra, António Simões Ferreira, 1737.

MACHADO, Ignacio Barbosa, *Noticia da entrada publica que fez na Corte de Paris em 18 de Agosto de 1715. o Excellentissimo Senhor D. Luís Manoel da Câmara Conde da Ribeyra Grande...*, Lisboa, na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1716.

MALAGRIDA, Gabriel, *Juizo da verdadeira causa do Terramoto, que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, na of. de Manoel Soares, 1756.

MARIZ, Pedro de, *Dialogos de Varia Historia, em que se continuão as vidas dos Senhores Reys de Portugal, e mais noticias conducentes aos nossos Reinos, e Conquistas*, Lisboa, na Officina de Manoel Soares, 1758.

MASCARENHAS, José de Monterroio, *Eclipse da Lua Ottomana ou Relaçam Individual da Famosa Batalha de Petervardin...*, Lisboa, Na Oficina de Pascoal da Sylva, 1716.

_____, *Noticia Summaria da Gloriosa Vitoria, alcançada pelo...Eugénio Francisco de Saboya, lugar-tenente de sua Magestade Cesarea,...no dia 16 de Agosto do presente anno,...contra o formidável exercito dos Turcos nos campos de Belgrado*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva, 1717.

MELO, Francisco Manuel de, *Carta de Guia de Casados*, Mem Martins, Europa-América, 1992.

Mercurio Historico y Politico, 1738-1741.

MERTRUD, Gautier d'Agoty, *Hermaphrodite. Dissertation au sujet de la fameuse hermaphrodite qui a paru aux yeux du public depuis environ trois mois, faite par le sieur Mertrud...*, [Paris], [Berryer], 1749.

METRA, Louis-François, *Correspondance secrète, politique et littéraire, ou Mémoires pour servir à l'histoire des cours, des sociétés et de la littérature en France, depuis la mort de Louis XV*, vol. XII, Londres, J. Adamson, 1785.

Money of England, reduced into Money of Portugal and the Money of Portugal reduced into English Money, Falmouth, Printed by M. Allison, 1766.

NOZES, Judite, *The British earthquake of 1755: some British eye-witness accounts*, Lisbon, The British Historical Society of Portugal, 1987.

NUNES, Feliciano Joaquim de Sousa, *Discursos Político-Morais*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

OLIVEIRA, Cavaleiro de, *Cartas (1741-1742)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982.

PADILHA, Pedro Norberto de Hancourt e, *Raridades da natureza, e da arte, divididas pelos quatro elementos*, Lisboa, na officina patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

PARE, Ambroise, *Les Œuvres*, Paris, Gabriel Buon, 1575.

Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana. Historia, Practica, Symbolica, Ethica e Politica. Parte I. Coimbra, Na Officina de Joam Antunes, 1726.

Profecia Politica, Verificada en lo que està sucediendo à los Portugueses por su ciega aficion à los Ingleses, Madrid, en la Imprenta de la Gaceta, 1762.

Razon de entrar en Portugal las Tropas Españolas, como amigas, y sin-razon de recibirlas, como enemigas, Madrid, en la Imprenta de la Gaceta, 1762.

Relação dos Gravames que ao Comércio e Vassalos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra com as infracções que dos pactos recíprocos se tem feito por este Segundo Reino; assim nos actos do Parlamento que publicou, como nos costumes que estabeleceu; e nos outros diversos meios de que se serviu para fraudar os Tratados do Comércio entre as Duas Nações, BNP, Colecção Pombalina, códice 635.

Relation de la Cour de Portugal sous D. Pedre II. A Present Regnant. Avec des Remarques sur les Intérêts de cette Couronne par rapport aux autres Souverains ; et l'Histoire des plus considerables Traitez, qu'elle ait fais avec eux., 2vols., Amsterdam, Chez Thomas Lombrail, 1702.

ROBINET, Baptiste-René, “Hermaphrodite”, in *Supplement à l'Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences*, vol. III, ed. André Joseph Panckoucke, Paris, 1777.

SAINT-SIMON, Duque de, *Mémoires de M. le Duc de Saint-Simon*, vol. IV, Paris, éditions Contrepoint, 1980.

Some observations on the Present Plan of Peace, Occasion'd by two Papers, published in the Gazetter ; intitled “An Impartial Review of the Present State of Affairs in Europe”, London, Printed by H. Haines, 1736.

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1947.

SOUSA, Manuel de Faria, *Historia del Reyno de Portugal, dividida en cinco partes, que contienen en compendio, sus Poblaciones, las Entrada de las Naciones Setentrionales en el Reyno, su Descripción, antigua y moderna, las Vidas y hazañas de sus Reyes con sus Retratos, sus Conquistas, sus Dignidades, sus Familias ilustres, con los titulos que sus Reyes les dieron, y otras cosas curiosas del dicho Reyno*, Amberes, en Casa de Juan Bautista Verdussen, 1730.

Suite de la Clef, ou Journal historique sur les matières du tems, contenant aussi quelques nouvelles de littérature, & autres remarques curieuses..., Paris, E. Ganeau, 1727.

The Natural probability of a lasting peace in Europe, London, Printed for J. Peele, at Locke's-Head, 1732.

The Tallies of War and Peace: Or, what may be expected from the present situation of Affairs in Europe, London, Printed for J. Roberts in Warwick-Lane, 1727.

The Trade with France, Italy, Spain, and Portugal, London, Printed for J. Baker at the Black-Boy, 1713.

Tratado analytico e apologético sobre os provimentos dos bispados da Coroa de Portugal. Calumnias de Castella convencidas..., Lisboa, of. Deslandesiana, 1715.

Tratado Definitivo de Paz concluido entre El Rey Nuestro Señor y S. M. Cristianísima por una parte, y S. M. Británica por otra, en Paris á 10 de Febrero de 1763 con sus Articulos Preliminares, y la Accesión de S. M. Fidelísima á ellos, y al mismo Tratado; Como tambien las Ratificaciones, Plenipotencias y demas Actos de las Portencias interesadas, Madrid, en la Imprenta Real de la Gaceta, 1763.

VELHO, Álvaro, *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, intr. e notas de Luís de Albuquerque, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989.

VIEIRA, Padre António, *Sermoens*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1682.

_____, *Sermões*, vol. II, org. de Alcir Pécora, Hedra, 2001.

VILA REAL, Manuel Fernandes de, *Anticaramuel o defença del manifiesto del Reyno de Portugal. A la respuesta que escrivio Don Ivan Caramuel Lobkovvitz Religioso de Dunas, Doctor de S. Theologia, Abbad de Melrosa, y Vicario general de la Orden de Cister por los Reynos de Ingalaterra, Irlanda, Escocia*, Paris, En la Officina de Miguel Blageart, 1643.

_____, *Epítome genealógico do eminentíssimo Cardeal Duque de Richelieu e discursos políticos sobre algumas acções da sua vida*, edição de António Borges Coelho, Lisboa, Biblioteca nacional de Portugal, 2005.

WOLFF, Christian, *Principes du droit de la nature et des gens : extrait du grand ouvrage latin de Mr. De Wolff*, Mr. Forney (ed.), Amsterdam, Michel Rey, 1758.

BIBLIOGRAFIA

Tratados Políticos e Diplomáticos

ARISTÓTELES, *On the Generation of Animals*, Kessinger Publishing, 2004.

_____, *Politics*, Livro I, trad. por Trevor J. Saunders, Oxford University Press, 1995.

_____, *Traité du Ciel*, tradução de J. Tricot, Paris, Vrin, 1998.

BOETIE, Étienne de la, *Discours de la Servitude Volontaire (ou le Contr'un)*, Bruxelles et Paris, Chez les marchands des Nouveautés, 1986.

BURLAMAQUI, Jean-Jacques, *The Principles of Natural and Politic Law*, ed. de Petter Korkman, trad. de Thomas Nugent, Indianapolis, Liberty Fund, 2006.

CALLIERES, François de, *L'art de Négocier sous Louis XIV*, Paris, Nouveau Monde éditions, 2006.

ESPINOSA, *Tratado Político*, introdução e trad. de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2008.

FREITAS, Serafim de, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses* (1625), Lisboa, Inst. de Alta Cultura, 1961.

GRÓCIO, Hugo, (2006 [1868]), *Commentary on the Law of Prize and Booty [De Iure Praedae Commentarius]* (1868), trad. M. J. van Ittersum, Indianapolis, Liberty Fund, 2006.

_____, *The Free Sea [Mare Liberum]* (1609), trad. D. Armitage, Indianapolis, Liberty Fund, 2004.

_____, *The Rights of War and Peace [De Iure Belli ac Pacis]* (1625), trad. R. Tuck, vol. II, Indianapolis, Liberty Fund, 2005.

HOBBS, Thomas, *Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

LOCKE, John, *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (1690), trad. de Alex Anuar, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MABLY, Gabriel Bonnot de, *Principes des Négociations pour servir d'introduction au droit public de l'Europe* (1757), intr. e notas de Marc Belissa, Paris, éditions Kimé, 2001.

MONT, Jean du, *Corps universel diplomatique du droit des gens contenant un recueil des traitez d'alliance, de paix, de trêve, de neutralité, de commerce, d'échange ... & autres contrats, qui ont été faits en Europe, depuis le règne de l'empereur Charlemagne jusques à présent : avec les capitulations impériales et royales ... le tout tiré en partie des archives de la ... maison d'Autriche ... soit en histoire, en politique, ou en droit*, 13 vols, Amsterdam, Brunel et Wetstein, 1726-1731.

MAQUIAVEL, *Oeuvres complètes de N. Machiavelli*, vol I, *Discours sur la Première Décade de Tite-Live*, Paris, Garnier frères, 1867.

MIRANDOLA, Pico della, *De hominis dignitate oratio* (1480), ed. consultada: *On the Dignity of Man*, Indianapolis, Hackett Publishing, 1998.

MONTESQUIEU, *Lettres Persanes*, ed. de Jean Starobinski, Paris, Gallimard, 1991.

PECQUET, Antoine, *Discours sur l'art de negocier*, Paris, Chez Nyon, 1737.

PLATÃO, *Dialogues, IV (Parmenides, Theaetetus, Sophist, Statesman, Philebus)*, trad. de Benjamin Jowett, Oxford, University Press, 1892.

_____, *La République*, Paris, GF-Flammarion, 2000.

_____, *Timeu*, introd. de José Trindade dos Santos e trad. de Maria José Figueiredo, Lisboa, Instituto Piaget, 2003.

SALISBÚRIA, João de, *Policraticus*, vol. V, trans. Cary J. Nederman, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

SELDEN, John, *Of the dominion, or, Ownership of the sea [Mare clausum seu, De dominio maris]* (1617), vol. I, Leiden : IDC, 1984.

SENECA, *Selected Philosophical Letters*, trad. por Brad Inwood, Edição de Oxford University Press, 2007.

SMITH, Adam, *An Inquiry into the Nature And Causes of the Wealth of Nations*, vols I e IV, Londres, MetaLibri, 2007.

VATTEL, Emer de, *Le Droit des Gens, ou Principes de la loi naturelle, appliqués à la conduite et aux affaires des Nations et des Souverains*, Vol. II, Londres, [s.e.], 1758.

VOLTAIRE, *L'A.B.C., dix-sept dialogues politiques*, vol. 1, (reproduction en fac-simile), Caen, Centre de philosophie politique et juridique, 1985.

Estudos Filosóficos e de Ideias Políticas

BARTHES, Roland, *Le Neutre: cours au Collège de France (1977-1978)*, [Paris], Seuil, 2002.

BERTRAND, Valérie, “La conception du commerce dans l’Esprit des Lois de Montesquieu”, in *Annales Historiques de la Révolution Française*, 1987, pp. 266-290.

BOAS, George, “Macrocosm and Microcosm”, in Philip P. Wiener (ed.), *Dictionary of the History of Ideas*, vol. 3, New York, Charles Scribner's Sons, 1974.

BORSCHBERG, Peter, “Hugo Grotius’ Theory of Trans-Oceanic Trade Regulation. Revisiting *Mare Liberum* (1609)”, in *Itinerario* 29, n° 3, 2005.

BORSCHBERG, Peter, “The *Santa Catarina* Incident of 1603: Dutch Freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and Intra-Asian Trade at the Dawn of the 17th Century”, in *Review of Culture*, 11, 2004, pp. 13-25.

BOURDIN, Jean-Claude et al. (dir.), *Michel Foucault, Savoirs, domination et sujet*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2008.

BRITO, Wladimir, “Do Estado da construção à desconstrução do conceito de Estado-Nação”, in *Revista História das Ideias. O Estado*. vol. 26, 2005, pp. 259-306.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?*, Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

CAVARERO, Adriana, *Corpo in figure. Filosofia e politica della corporeità*, Milão, Feltrinelli, 1995.

DAMÁSIO, António, *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995.

DELEUZE, Gilles, *Foucault*, Paris, Les éditions de Minuit, 2004.

_____, *Spinoza et le problème de l’expression*, Paris, Les Editions de Minuit, 1968.

DARMON, Jean-Charles, *Le moraliste, la politique et l’histoire. De La Rochefoucauld à Derrida*, Paris, Desjonquères, 2007.

ERIBON, Didier, *Michel Foucault (1926-1984)*, Paris, Flammarion, 1991.

FOUCAULT, Michel, « *Il faut défendre la société* ». *Cours au Collège de France*. 1976, Paris, Gallimard, Seuil, 1997.

_____, *Le gouvernement de soi-même et des autres. Cours au Collège de France*. 1982-1983, Paris, Gallimard, Seuil, 2008.

_____, *Les mots et les choses* (1a ed. 1966), Paris, Gallimard, 2007.

_____, *Nascimento da Biopolítica*, intr. de Bruno Maçães, Lisboa, Edições 70, 2010.

GOLDSTEIN, Joshua S., PEVEHOUSE, Jon C., *Principles of International Relations*, New York, Pearson Longman, 2009.

GROS, Frédéric, *États de violence : essai sur la fin de la guerre*, Gallimard, Paris, 2006.

HOMEM, António Pedro Barbas, *História das Relações Internacionais. O Direito e as concepções políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina, 2003.

ITTERSUM, Martine van, “Hugo Grotius in Context: Van Heemskerck’s Capture of the Santa Catarina and its Justification in *De Jure Praedae* (1604-1606)”, in *Asian Journal of the Social Sciences*, 31 (3), 2003, pp. 511-48.

_____, “Mare Liberum versus The Property of the Seas? The Debate between Hugo Grotius (1583-1645) and its impact on Anglo-Scotto-Dutch Fishery disputes in the second decade of the Seventeenth Century”, *Edinburgh Law Review* 10, issue 2, 2006, pp. 239-276.

_____, “Preparing *Mare Liberum* for the Press: How Hugo Grotius Rewrote Chapter 12 of *De Iure Praedae*, November 1608 - February 1609”, in *Grotiana* 26-28, 2007.

_____, *Profit and Principle : Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies (1595-1615)*, Leiden, Boston, Brill, 2006.

KEENE, Edward, *Beyond the Anarchical Society. Grotius, Colonialism and Order in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

KORKMAN, Petter, MÄKINEN, Virpi (eds.), *Universalism in International Law and Political Philosophy*, Helsinki, Helsinki Collegium for Advanced Studies, 2008.

KOYRE, Alexandre, *Du monde clos à l’univers infini*, Paris, Gallimard, 2007.

KERMER-MARIETTI, Angèle, Michel Foucault, *Archéologie et Généalogie*, Paris, Livres de Poche, 1985.

MAGALHÃES, José Calvet de, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2005.

MOREIRA, Adriano, *Neutralidade Colaborante*, Lisboa, ISCSPU, 1967.

_____, *Saneamento Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985.

ONUF, Nicholas Greenwood, “*Civitas Maxima*: Wolff, Vattel and the fate of Republicanism”, in *American Journal of International Law*, Vol. 88, 1994.

PAGDEN, Anthony, “Commerce and Conquest : Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the freedom of the seas”, in *Mare Liberum*, n° 20, 2000, pp. 33-55.

_____, *Lords of all the World, Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c. 1500-c. 1800*, New Haven; London, Yale University Press, 1995.

SEFFAHI, Mohammed, *Autour de Jacques Derrida. De l'hospitalité. Manifeste*, Genouilleux, éditions la passe du vent, 2001.

SHOGIMEN, Takashi, "The Analogy of the Body Politic in European and East Asian Political Thought", in http://www.allacademic.com/meta/p59070_index.html.

STRAUMANN, Benjamin, "The Right to Punish as a Just Cause of War in Hugo Grotius' Natural Law", in *Studies in the History of Ethics*, n°2, Feveireiro, 2006.

THORNTON, Helen, «Hugo Grotius and the Freedom of the Seas», in *International Journal of Maritime History*, vol. XVI, n° 2, Dezembro, 2004, pp. 17-38.

TUCK, Richard, *Natural rights theories, Their origin and development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

_____, *Philosophy and Government, 1572-1651*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

_____, *The Rights of War and Peace, Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford - New York, Oxford University Press, 1999.

VEYNE, Paul, *Foucault, sa pensée, sa personne*, Paris, Albin Michel, 2008.

VIEIRA, Mónica Brito, "Mare Liberum vs. Mare Clausum: Grotius, Freitas, and Selden's Debate on Dominion over the Seas", in *Journal of the History of Ideas*, vol. 61, n° 3, 2003, pp. 361-377.

WALZER, Michael, *Guerras Justas y Injustas: un razonamiento moral con ejemplos históricos*, Barcelona, Paidós Ibérica, 2001.

WIENER, Philip P. (ed.), *Dictionary of the History of Ideas*, vol. 3, New York, Charles Scribner's Sons, 1974.

WILSON, Eric, "Erasing the Corporate Sovereign. Inter-Textuality and an Alternative Explanation for the Publication of Hugo Grotius' *Mare Liberum* (1609)", *Itinerario* 30, n° 2, 2006, pp. 78-103.

_____, "On Heterogeneity and the Naming of DE INDIS of Hugo Grotius" in *Journal of the Philosophy of International Law*, Vol. 1, No. 1, 2006, pp. 72-115.

Estudos Históricos

ALBALADEJO, P. Fernández (ed.), *Los Borbones. Dinastía y memoria de nación en la España del siglo XVIII*, Madrid, Casa de Velázquez - Marcial Pons, 2002.

ALBUQUERQUE, Martim, *Um percurso da construção ideológica do Estado*, Lisboa, Quetzal Editores, 2002.

ALLEN, Paul C., *Philip III and the Pax Hispanica, 1598-1621. The failure of Grand Strategy*, New Haven - London, Yale University Press, 2000.

ALVARES, Francisco, *Verdadeira informação sobre a terra do Preste João das Índias*, dir. e coment. de Luís de Albuquerque, transcrição em português actual por Maria da Graça Pericão, Lisboa, Alfa, 1989.

ANDERSON, Mathew Smith, *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919*, London, Longman, 1993.

ANDRADE, Gilberto Osório de, *Os Fundamentos da Neutralidade Portuguesa*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. [1943].

ANDRADE, Luís Manuel Vieira de, *A Neutralidade colaborante: o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial*, tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1992.

ARES, José Manuel de Bernardo, “El iberismo como alternativa político dinástica al Fracesismo y al austracismo (1665-1725)”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. 8, Dezembro, 2007, pp. 11-36.

ARIES, Philippe, DUBY, Georges (dir.), *Histoire de la vie privée : De la Renaissance aux Lumières*, tome 3 (vol. dirigé par Roger Chartier), Paris, Seuil, 1986.

ANTOINE, Michel, *Louis XV*, Paris, Fayard, 1989.

BEBIANO, Rui, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI – XVIII)*, Coimbra, Edições Minerva, 2000.

BELY, Lucien, *Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV*, Paris, Fayard, 1990.

_____, *L'art de la paix en Europe. Naissance de la diplomatie moderne XVIe- XVIIIe siècle*, Paris, PUF, 2007.

_____, *La Société des Princes: XVIe-XVIIIe*, Paris, Fayard, 1999.

_____, *Les relations internationales en Europe. XVIIe-XVIIIe siècles*, Paris, PUF, 1991.

_____, “Les temps modernes”, in Françoise Autrand e tal., *Histoire de la Diplomatie Française*, vol. I, Du moyen Age à l'Empire, Paris, Perrin, 2005, pp. [181]-470.

_____ (dir.), *L'Europe des traités de Westphalie. Esprit de la diplomatie et diplomatie de l'esprit*, Paris, PUF, 2000.

BERNAL, António-Miguel, *España, proyecto inacabado. Cortes/beneficios del Imperio*, Madrid, Fundación Carolina/Marcial Pons Historia, 2005.

_____, Monarquía e imperio, in Josep Fontana y Ramón Villares (dir.), *Historia de España*, vol. 3, Madrid, Crítica, Marcial Pons, 2007.

- BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa, I. A Formação do Império (1415-1570)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.
- BÉTHENCOURT, Massieu de, *Relaciones de España bajo Felipe V*, Valladolid, A.E.H.M., 1998.
- BLIN, Arnaud, 1648, *La Paix de Westphalie ou la naissance de l'Europe politique moderne*, Bruxelles, éditions Complexes, 2006.
- BOIS, Jean-Pierre, *De la paix des rois à l'ordres des empereurs (1714-1815)*, Paris, Editions du Seuil, 2003.
- BOXER, C.R., *O Império Marítimo Português. 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2001.
- BOUZA, Fernando, *Portugal no tempo dos Filipes*, Lisboa, Edições Cosmo, 2000.
- BRAZÃO, Eduardo, "A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V", in *Revista Portuguesa de História*, 16, Coimbra, 1978.
- _____, *Uma Velha Aliança*, Lisboa, Neogravura, 1955.
- BRENOT, Anne-Marie, "Le Corps pour Royaume. Un langage politique de la fin du XVIe siècle et début du XVIIe", in *Histoire, économie et société*, n° 4, 1991.
- BUESCU, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-1549)*, Lisboa, Edições Cosmo, 1996.
- _____, *Memória e Poder: Ensaio de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- BUCHER, B., *Icon and Conquest : A Structural Analysis of the Illustrations of De Bry's Great Voyages*, Chicago; London, University of Chicago Press, 1981.
- CALAFATE, Pedro (org.), *Portugal como Problema*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, Público, 2006.
- CAMINERO, Ramon Pérez, *Bodas Reales en Badajoz. "Bárbara de Braganza-Fernando de Borbón" Reis de España 1746-1758/59. Documentos del Archivo Histórico Provincial de Badajoz*, Badajoz, Junta de Extremadura, 2003.
- CARCEL, Ricardo García (coord.), *Historia de España. Siglo XVIII. La España de los Borbones*, Madrid, Cátedra, 2002.
- CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos : ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, tese de doutoramento em História, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- CARDOSO, José Luís et al., *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

CARVALHO, Rómulo de, *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

CASTRO, Zília Osório de (coord.), *Diplomatas e Diplomacia. Retratos, cerimónias e práticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

_____, *Portugal e os Caminhos do Mar, séculos XVII-XIX*, Lisboa, Edições Inapa, 1998.

CATTERSON, Lynn, "Michelangelo's Laocoön?" *Artibus et Historiae*, 52, 2005, pp. 29-56.

CLUNY, Isabel, "A diplomacia portuguesa e a Guerra de Sucessão de Espanha", in José Luís Cardoso *et al.*, *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. [51]-67.

_____, "A Guerra de Sucessão de Espanha e a Diplomacia Portuguesa", in *Penélope*, n.º 26, 2002.

_____, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na época moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

COELHO, António Borges, *Política, Dinheiro e Fé*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001.

COELHO, Maria Helena da Cruz, VENTURA, Leontina, "A mulher como um bem e os bens da mulher", Sep. *Actas Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1986.

COELHO, Ramos, *Manuel Fernandes Villa Real e o seu processo da Inquisição de Lisboa*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1804.

CONSTANTINOU, Costas M., *On the way to Diplomacy*, Minneapolis - London, University of Minnesota Press, 1996.

CORNETTE, Joël, *Le roi de guerre. Essai sur la souveraineté dans la France du Grand Siècle*, Paris, éditions Payot & Rivages, 1993.

CORTON, Juan Molina, *Reformismo y Neutralidad. José de Carvajal y la Diplomacia de la España Preilustrada*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2003.

CORTESÃO, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1950.

COSTA, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (séc. XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

COSTA, Leonor Freire, ROCHA, Maria Manuela, SOUSA, Rita Martins de, *A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%*, Lisboa, Gabinete de História Económica e Social, 2002.

____, “Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII”, in *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 77-98.

CURTO, Diogo Ramada, *Cultura Escrita, Séculos XV a XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

____, *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1988.

DELGADO, Maria Rosalina, *José da Cunha Brochado (1651-1733): o homem e a sua época*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2000.

DIAS, José da Silva, *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*, Porto, Campo das Letras, 2006.

ELIAS, Norbert, *La société de cour*, Paris, Calmann-Lévy, 1974.

ELLIOT, J.H., “A Europe of composites monarchies”, *Past and Present*, 137, pp. 48-71, 1992.

____, “Constitucionalismo antigo y moderno y la continuidad de España”, (trad. M. Balcells), *Cuadernos de Alzate*, nº 33, 2005, pp. 5-19.

ENNES, Ernesto, *Uma conspiração malograda em Minas Gerais para aclamar Rei do Brasil o infante D. Manuel (1741-1744)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional 1938.

FARIA, Ana Leal de, *Duarte Ribeiro de Macedo. Um diplomata moderno (1618-1680)*, Lisboa, IDI-MNE, 2005.

____, *Os Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008.

FRANCO, J. E. e ASSUNÇÃO P. de (2004), *As Metamorfoses de um Polvo: Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI-XIX)*, Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar, Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.

GRUZINSKI, Serge, *Les quatre parties du monde : histoire d'une mondialisation*, Paris, Martinière, 2004.

GUERREIRO, Luís Ramalhosa, *La Représentation du Pouvoir Royal à l'Age Baroque Portugais (1687-1753)*, Tese de doutoramento em História, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1995.

____, “O declínio português no Indico e a hegemonia holandesa (1596-1650)”, in *Clio*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, n. 10, 2004, pp. 111-134.

____, *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*, Lisboa, Temas e Debates, 1997.

_____, “Sacralidade e História Antropológica”, in *Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

GUTTON, Jean-Pierre, *Domestiques et serviteurs dans la France de l'Ancien régime*, Paris, Aubier Montaigne, 1981.

HAUDRERE, Philippe, *Les Compagnies des Indes orientales. Trois siècles de rencontre entre Orientaux et Occidentaux (1600-1858)*, Paris, éditions Desjonquères, 2006.

HAZARD, Paul, *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*, Paris, Fayard, 1961.

HERRERO SANCHEZ, Manuel, *El acercamiento hispano-neerlandés 1648-1678*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

_____, *Las Provincias Unidas y la Monarquía Hispánica (1588-1702)*, Madrid, Arco Libros, 1999.

HESPANHA, António M., *História das Instituições: épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

_____, “Las categorías del político y del jurídico en la España Moderna”, in *Jus Fugit*, 1994, 3-4, pp. 63-100.

_____, “Les autres raisons de la politique. L'économie de la grâce », in J.-F. Schaub (ed.), *Recherche sur l'histoire de l'Etat dans le monde ibérique (15^e-20^e siècle)*, Paris, 1993, pp. 67-86.

_____ (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

_____, “Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique”, in *Ius commune. Zeitschrift für Europäische Rechtsgeschichte*, n. 10 (1983), pp. 1-48.

HESPANHA, António M., SERRANO, A., “La senda amorosa del derecho. Amor y iustitia en el discurso jurídico moderno”, en C. Petit (ed.), *Las Pasiones del Jurista. Amor, memoria, melancolía imaginación*, Madrid, 1997, pp. 23-73.

HUGON, Alain, *Rivalités européennes et hégémonie mondiale, XVI^e-XVIII^e siècles*, Paris, Armand Colin, 2002.

JARDINE, Lisa, *Reading Shakespeare Historically*, London - New York, Routledge, 1996.

KANTOROWICZ, Ernst, *Les deux corps du Roi*, Paris, Gallimard, 1989.

KAUFMANN, Laurence, GUILHAUMOU, Jacques (dir.), *L'Invention de la Société. Nominalisme politique et science sociale au XVIIIe siècle*, Paris, Ecole des Hautes études en Sciences Sociales, 2003.

KENNEDY, Paul, *Ascensão e queda das grandes potências*, Mem Martins, Europa América, 1990.

LABOURDETTE, Jean-François, *La nation française à Lisbonne de 1669 à 1790 [Texte imprimé] : entre colbertisme et libéralisme*, Paris, Centre culturel portugais : diff. J. Touzot, 1988.

LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

LANGENDORF, Jean-Jacques, *Histoire de la Neutralité : une perspective*, Gollion, Infolio, 2007.

LEFERME-FALGUIERES, Frédérique, *Les courtisans. Une société de spectacle sous l'Ancien Régime*, Paris, Le Monde, PUF, 2007.

MACEDO, Jorge Borges de, “Estrangeirados”, um conceito a rever, in *Separata Bracara Augusta*, 28, Braga, [s.n.], 1974.

_____, *História Diplomática Portuguesa. Estudo de Geopolítica: Constantes e Linhas de Força*, vol. 1, Lisboa, Tribuna/IDN, 2006 (1ª ed. 1987),

_____, “O Mare Clavsvm na Evolução da política externa portuguesa no século XVI”, in *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XXXIV, Lisboa - Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995.

MARAVALL, José Antonio, *Poder, honor y elites en el siglo XVII*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1979.

MARIN, Beatriz Badorrey, *Los origenes del Ministerio de Asuntos Exteriores (1714-1808)*, Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1999.

MARTÍNEZ, Pedro Soares, *Constantes da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981.

_____, *Coordenadas da História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981.

_____, *Justificação de uma História Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Academia das Ciências, 1985-1986.

_____, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.

MARTINS, Fernando, “A política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma doutrina histórico-jurídica (1955-1968)”, in *Penélope* 18, 1998, pp. 189-206.

MASHANAGLASS, Marquis Swiney de, *Le Portugal et le Saint-Siège, une ambassade portugaise à Rome sous Jules II (1505)*, Paris, impr. De Plon-Nourrit et Cie, 1903.

MATTEI, Jean-Mathieu, *Histoire du droit de la guerre (1700-1819). Introduction à l'histoire du droit international*, tome I, Aix-en-Provence, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2006.

MIRANDA, João, *A ideia de Europa em Portugal na época de D. João V*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes, A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

_____, “O Ethos da Aristocracia Portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei”, *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1997, pp. 383-402.

_____, “Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais”, in José Luís Cardoso et al., *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. [97]-110.

MONTEIRO, Nuno G. et al. (org.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

MOTT, Luís, “O Peregrino Instruído. A propósito de um formulário etnográfico do século XVIII”, in Sep. do *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, série III, 75-78, Lisboa, 1973.

MICHAUD, Claude, *L'Église et l'argent sous l'Ancien regime. les receveurs généraux du clergé de France aux XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Fayard, 1991.

_____, “Un anti-Jésuite au service de Pombal”, in Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.), *Pombal Revisitado*, vol. I, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 389-401.

NEFF, Stephen C., *The rights and duties of Neutrals. A general history*, New York/Manchester, Juris Publishing/Manchester University Press, 2000.

PEARSON, Michael, “Os portugueses e a violência no Oceano Indico: algumas reconsiderações”, in *Oriente*, 2005, pp. 11-23.

POSSAMAI, Paulo, *A vida quotidiana na Colónia do Sacramento. Um bastião português em terras do futuro Uruguai*, Lisboa, Livros do Brasil, 2006.

PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

RÊGO, Raul, *O Processo de Damião de Goes na Inquisição*, apresentação de António Reis, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

- RICHARD, Guy, *La noblesse d'affaires au XVIIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1997.
- ROCHE, Daniel (dir.), *La ville promise : mobilité et accueil à Paris, fin XVIIe-début XIXe siècle*, Paris, Fayard, 2000.
- RODRIGUES, Luís Nuno, MARTINS, Fernando (eds.), *História e Relações Internacionais*, Temas e debates, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2004.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R., *An Expanding World. The European Impact on World History 1450-1800*, vol. 20, Aldershot, Ashgate Variorum, 1998.
- SANTOS, Júlio Eduardo dos, “Valioso Subsídio para a Biografia do Infante D. Manuel, irmão de D. João V”, in sep. de *Olisipo*, Lisboa, 1966.
- SASLOW, James M., *The Poetry of Michelangelo*, New Haven and London, Yale University Press, 1991.
- SECELLART, Michel, *As Artes de governar do regime medieval ao conceito de governo*, trad. de Paulo Neves, São Paulo, Editora 34, 2006.
- SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H., *Nova História de Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, Lisboa, Presença, 2001.
- SERRÃO, José Vicente, *Damião de Góis, um humanista na Torre do Tombo*, Lisboa, IANTT, 2002.
- SERRÃO, José Vicente, et al., *O Terramoto de 1755: impactos históricos*, Lisboa, Livros Horizonte. 2007.
- SCHAUB, Jean-Frédéric, *Le Portugal au temps du conde-Duc d'Olivares (1621-1640)*, Madrid, Casa de Velazquez, 2001.
- , *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, *Ideário Político de uma elite de Estado. Corpo Diplomático (1777/1793)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *D. João V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- SILVA, Maria Júlia de Oliveria e, *Fidalgos-Mercadores no século XVIII. Duarte Sodré Pereira*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.
- SILVANA, Bessone (coord.), *Embaixada do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI*, Lisboa, Museu Nacional dos Coches, 1996.
- STEIN, Stanley J., STEIN, Barbara H., *Plata, Comercio y Guerra. España y América en la formación de la Europa Moderna*, Barcelona, Crítica, 2002.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1995.

VALLADARES, Rafael, *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680)*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006.

_____, *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*, Madrid, ArcoLivros, 2002.

TAILLAND, Michèle Janin-Thivos, *Inquisition et société au Portugal: Le cas du tribunal d'Evora (1660-1821)*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2001.

TAVARES, Rui, *O Pequeno livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Tinta da China, 2005.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Between Africa and Europe: Portuguese Foreign Policy, 1890-2000", in António Costa Pinto (ed.), *Modern Portugal*, Palo Alto, Sposs, 1997, pp. 60-87.

TORPEY, John, *A Invenção do Passaporte. Vigilância, Cidadania e o Estado*, Lisboa, Temas e Debates, 2003.

TRONI, Joana Almeida, *Catarina de Bragança (1638-1705)*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

URDAÑEZ, José Luís Gomez, *El proyecto reformista de Ensenada*, Lleida, Milénio, 1996.

USUNARIZ, Jesus Maria, *España y sus tratados internacionales: 1516-1700*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2006

Estudos de Género

BETTERIDGE, Tom, *Sodomy in early modern Europe*, Manchester, University Press, 2002.

BRAY, Alan, *The Friend*, Chicago, the University of Chicago press, 2003.

BOURDIEU, Pierre, *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998

BUTLER, Judith, *Problemas de género. Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

CARRASCO, Rafael, *Inquisición y Represión en València. Historia de los Sodomitas (1565-1785)*, Barcelona, Laertes S.A. de Ediciones, 1985.

CHARLIER, Pierre, *Les monstres humains dans l'Antiquité*, Paris, Fayard, 2008.

COSTA, Palmira Fontes da, “Anatomical Expertise and the Hermaphroditic Body”, *Spontaneous Generations: A Journal for the History and Philosophy of Science*, 1, 2007, pp. 80-81.

DELCOURT, Marie, *Hermaphrodite. Mythes et rites de la bisexualité dans l'Antiquité classique*, Paris, PUF, 1968.

DUPONT, Florence, ELOI, Rhierry, *L'érotisme masculin dans la Rome antique*, Paris, Belin, 2001.

ELIADE, M., *Mefistófeles e o Andrógino. Comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus*, São Paulo, Martins Fontes, 1991.

FERGUSON, Margaret W., et al. (ed.), *Rewriting the Renaissance. The Discourses of Sexual Difference in Early Modern Europe*, Chicago, University Press, 1986.

FERNANDEZ, André, *Au nom du sexe. Inquisition et répression sexuelle en Aragon (1560-1700)*, Paris, L'Harmattan, 2003.

FLETCHER, Anthony, *Gender, Sex and Subordination in England 1500-1800*, New Haven - London, Yale university press, 1995.

FOUCAULT, Michel, “Introdução”, in Abel Barbin, *Herculine Barbin, dite Alexine B.*, Paris, Gallimard, 1978.

_____, *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*, (1^o ed. 1976), Paris, Gallimard, 2006.

_____, *Les Anormaux. Cours au Collège de France. 1974-1975*, Paris, Seuil/Gallimard, 1999

GIL, José, *Metamorfoses do corpo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997.

GILBERT, Ruth, *Early Modern Hermaphrodites: Sex and other Stories*, New York, Palgrave, 2002.

HALPERIN, David, *Cent ans d'homosexualité et autres essais sur l'amour grec*, Paris, EPEL, 2000.

HERRUP, Cynthia B., *A House in Gross Disorder, Sex, Law and the 2nd Earl of Castlehaven*, New York - Oxford, Oxford University Press, 1999.

HESPANHA, António M, “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna”, in *Análise Social*, vol. XXVIII, 123-124, (1993) (4-5), pp. 951-973.

_____, “De la “Iustitia” a la disciplina”, in F. Tomás y Valiente et al., *Sexo barroco y otras transgresiones premodernas*, Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 175-186.

_____, « El estatuto jurídico de la mujer en el derecho común clásico », in *Revista Jurídica*. Madrid, Universidade Autónoma de Madrid, 2001, pp. 71-87.

- JAHAN, Sébastien, *Les renaissances du corps, 1450-1650*, Paris, Belin, 2004.
- JOHNSON, Harold, DUTRA, Francis A., *Pelo vaso traseiro: Sodomy and sodomites in Luso-Brazilian History*, Tucson, Fenestra Books, 2007.
- JORDAN, Mark, *L'invention de la Sodomie dans la théologie médiévale*, Paris, EPEL, 2007.
- LASCARATOS, John, KOSTAKOPOULOS, Athanasios, "Operations on hermaphrodites and castration in Byzantine times (324-1453 AD)", *Urologia internationalis*, vol. 58, n°4, 1997, pp. 232-235.
- LEROI, Armand Marie, *Mutantes. Forma, variações e erros do corpo humano*, Lisboa, Gradiva, 2009.
- LEVER, Maurice, *Les Bûchers de Sodome*, Paris, Fayard, 1985.
- LONG, Kathleen, *Hermaphrodites in Renaissance Europe. Women and Gender in the Early Modern World*, Aldershot, Ashgate, 2006
- MATHIEU-CASTELLANI, G., "La séduction du monstre Méduse, Hermaphrodite, chimères et monsters fantasques", in Line Cottegnies *et al.* (dir.), *La beauté et ses monstres dans l'Europe baroque 16^e-18^e siècles*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2003.
- MOTT, Luís, "Justitia et Misericordia: A Inquisição Portuguesa e a Repressão ao Nefando Pecado de Sodomia", in Anita Novinsky e Maria Luiza Tucci Carneiro (org.), *Inquisição: Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte. 1º Congresso Internacional-Inquisição*, São Paulo, Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- PETERSON, V. Spike, RUNYAN, Anne Sisson, *Global Gender Issues*, Boulder, Westview Press, 1999.
- ROCKE, Michel, *Forbidden Friendships: homosexuality and male culture in Renaissance Florence*, New York, Oxford University Press, 1996.
- ROUAYHEB, Khaled El, *Before Homosexuality in the Arab-Islamic world, 1500-1800*, Chicago, The University of Chicago Press, 2005.
- ROUDINESCO, Elisabeth, *La part obscure de nous-mêmes. Une histoire des pervers*, Paris, Albin Michel, 2007.
- STEANS, Jill, *Gender and International Relations: An Introduction*, New Jersey, Rutgers, 1998.
- STEWART, Alan, *Close readers: humanism and sodomy in early modern England*, Princeton, Princeton University press, 1997.
- THOMAS, Yan, "La Division des sexes en droit romain", in Georges Duby e Michelle Perrot (cord.), *Histoire des Femmes en Occident*, Paris, Plon, 1991.

WILLIAMS, C. (1999), *Roman homosexuality: ideologies of masculinity in classical antiquity*, New York, Oxford, Oxford University press, 1999.

**UNIVERSITÉ PARIS 1
PANTHÉON-SORBONNE
UFR HISTOIRE**

Doctorat d'Université

**LA NEUTRALITÉ PORTUGAISE AU XVIII^e SIÈCLE
D'Hugo Grotius à l'action politique et diplomatique**

*A Neutralidade Portuguesa no século XVIII
De Hugo Grócio à acção política e diplomática*

Sofia Valdez Tuma

**Doctorat en cotutelle à la Faculté des Lettres de l'Université de Lisbonne et à l'Université
de Paris 1, Panthéon-Sorbonne**

Directeurs : Luís Ramalhosa Guerreiro et Claude Michaud

Jury : António Dias Farinha, Faculté des Lettres de l'Université de Lisbonne
Luis Ramalhosa Guerreiro, Faculté des Lettres de l'Université de Lisbonne
Ana Leal de Faria, Faculté des Lettres de l'Université de Lisbonne
Claude Michaud, Université Paris I – Panthéon-Sorbonne
Lucien Bély, Université Paris IV. Paris-Sorbonne
Manuel Herrero Sánchez, Université Pablo de Olavide, Seville

2009

Résumé:

Le présent mémoire a pour objectif ultime d'analyser la politique de neutralité portugaise au cours du XVIII^e siècle. Nous considérons, initialement, les matrices idéologiques de la neutralité en vue de contextualiser des concepts et des pratiques. Selon une approche interdisciplinaire, nous privilégions, parmi d'autres, les thématiques développées par l'historiographie du genre dans l'étude de la pensée politique et des relations internationales. Ainsi, prétend-on, dans la première partie de cette étude, réévaluer l'héritage théorique d'Hugo Grotius, sur lequel repose toute la tradition philosophique moderne relativement aux relations entre les États. Grotius, dans son œuvre, condamne fermement l'idée d'un corps politique universel, aspiration qui lui semble éthiquement condamnable et contraire à la propre nature. Le caractère duel de la monarchie philippine, aussi bien que les voyages océaniques promus par les puissances maritimes de l'Europe de l'époque moderne, éveillèrent l'ambigüe figure des écrits platoniques, l'androgynie. Quant au projet de Monarchie universelle, elle fut l'objet d'une progressive contestation et, finalement, substituée par la proposition d'un système d'équilibre des pouvoirs. Des États-nations émergèrent de ce modèle, comme celui d'un Portugal restauré, séparé de l'Union ibérique. Dans la deuxième partie, nous analysons précisément le cas portugais qui se caractérise par une politique extérieure multi-facette, par la surabondance d'alliances ainsi que par des intérêts bien souvent contradictoires. Une ambiguïté similaire, oscillant entre une position et son contraire, surgit naturellement dans le cadre idéologique qui prévalait dans les sociétés ibériques de l'époque. Ainsi, le gouvernement portugais parvient-il à être considéré comme hermaphrodite, un être *neutrum*. Il s'agit, certes, d'une analogie obsolète selon la perspective humaniste séculaire et rationaliste. Dans la société des nations, la neutralité,

en tant que création juridique, évolua dans le sens de l'abstention ou de l'impartialité. Enfin, dans la dernière partie, nous analysons l'expérience de la neutralité portugaise lors des divers conflits européens du XVIII^e siècle. Le Portugal, dans sa sphère diplomatique, de façon tacite ou expresse, cherche à défendre la souveraineté en optant pour une politique de neutralité. Bénéficiant le royaume d'un scénario de paix, la neutralité représentait une alternative au monopole de la navigation et du commerce outre-mer sur le déclin, étant, en réalité, une forme dissimulée et subtile d'opposition aux autres puissances européennes.

Mots-clés : Neutralité; Androgyne ibérique; Hermaphrodite; Hugo Grotius; Portugal;

INTRODUCTION

La culture occidentale fait preuve d'une évidente difficulté à comprendre la signification du neutre et de la neutralité. En 1702, John Methuen communique au marquis d'Alegrete qu'« il ne comprend pas ce qu'il entend par le mot neutralité ».¹ Au niveau grammatical, le genre neutre a disparu lors du passage du latin au portugais, prévalant alors la nécessité de marquer la distinction entre les sexes, c'est-à-dire le masculin et le féminin. Bien que la difficulté à comprendre le neutre soit générale, son absence dans les langues vernaculaires d'origine latine a été qualifiée par Roland Barthes comme une carence, un manque, qui pouvait constamment nous éloigner de nos vérités², de la façon dont nous appréhendons le monde et nous-mêmes.

En termes généraux, la définition du concept moderne d'État neutre a évolué au cours du temps. Dès le XIX^e siècle, quelques pays en sont venus à acquérir un statut de neutralité permanente reconnu par la constitution et par la communauté internationale³. Toutefois, à l'origine, la neutralité était entendue en tant que politique suivie, pendant des périodes plus ou moins courtes, lors de conflits entre deux belligérants ou plus. La politique extérieure portugaise s'est encadrée dans cette dernière acception, la neutralité étant vue par les hommes d'État d'alors et les historiens comme une option occasionnellement plus adéquate aux conjonctures internes et externes. L'évolution du système des relations internationales et de ses fondements juridiques a admis l'État neutre en cas d'adoption d'une politique d'abstention ou d'impartialité. La Suisse en est l'exemple le plus connu. Dans la présente étude, nous prétendons analyser d'un point de

¹ « John Methuen au comte de Nottingham, Lisbonne, 7 septembre 1702 », Bibliothèque britannique, Add. 29590, f. 115.

² Roland Barthes, *Le Neutre : cours au Collège de France (1977-1978)*, [Paris], Seuil, 2002, p. 237.

³ Les États les plus anciens à avoir acquis ce statut juridique ont été la Suède, en 1814, et la Suisse, l'année suivante. D'autres pays sont aujourd'hui considérés comme neutres, tels que le Costa Rica, la Finlande, l'Irlande, le Japon, le Liechtenstein, Malte, le Turkménistan et l'État du Vatican.

vue historique l'existence d'un État neutre, le Portugal, lors de la période en question, aspect peu reconnu, du moins avec une notion de permanence. Sa politique extérieure n'était pas à proprement parler caractérisée par une absence d'alliances, mais plutôt par la surabondance de ces dernières, exprimant notamment des intérêts contradictoires, d'où la difficulté à définir une politique diplomatique adéquate. Ainsi, le Portugal a-t-il revendiqué une position à la tête d'un empire en même temps qu'il se sentait et était considéré privé de sa propre souveraineté, aussi bien dans ses relations proches avec l'Espagne que, plus tard, par le tutorat anglais. Il défendait avec ténacité son indépendance en tant qu'État restauré par la dynastie de Bragance, se détachant de la subordination hiérarchique de la dynastie de Habsbourg, en même temps qu'il subjuguait et annexait des territoires en dehors de l'Europe. Il s'efforçait de protéger un vaste empire maritime en même temps qu'il développait l'entreprise coloniale. Il défendait la liberté de commerce et de navigation en tant qu'État neutre et, par la même, négociait le *mare clausum*, définissant les frontières dans les eaux territoriales et créant des monopoles de circulation. Il établissait des alliances matrimoniales et signait des traités d'amitié perpétuelle avec des États catholiques, mais également protestants. Le neutre, selon cette ligne de pensée, ne se définissait pas par l'abstinence ou la renonciation à choisir des factions, mais par le choix simultané de tel ou tel parti, les raisons de la confrontation finissant par s'évincer par elles-mêmes. Les ambiguïtés politiques sont vastes et la diplomatie portugaise promeut un discours ambigu, imprégné de silence, d'oscillations et d'incongruités. Ce discours a fini par conférer une image d'apathie politique à la couronne portugaise. Si la posture d'esquive du conflit justifie la réputation d'un comportement indigne attribué au neutre, des qualités positives lui sont toutefois également accordées, à savoir la bienveillance, la prédisposition à la paix et à la recherche de la prospérité. Fort de cette image, le pays neutre va ainsi jouir d'une

certaine autorité à la table des négociations, sans oublier l'avantage d'un partenariat commercial au cours de confrontations, faisant de l'amitié avec le neutre un objet de convoitise. Dans ce cadre ambivalent, le neutre apparaît à la fois comme un ami désiré et un ennemi haï. C'est ainsi que Colbert met en garde l'ambassadeur français à Lisbonne, lui rappelant que « la neutralité n'oblige personne et que le Portugal, en l'observant, serait vu par ceux à qui il prétendait plaire comme un ennemi ».⁴

La problématisation que nous souhaitons privilégier dans la présente étude, visant à mettre en liaison les pratiques diplomatiques avec les formes de mentalité et les idéologies d'époque, dimension essentielle de ce mémoire, correspond aux thématiques que Michel Foucault intègre dans le concept de biopolitique.⁵ Sous ce prisme, la considération des relations de pouvoir qui définissent l'interaction sociale situent le corps et la sexualité à une place déterminante, justifiant l'appel aux sciences sociales et humaines pour clarifier cette dynamique. C'est, effectivement, dans cette perspective que les thématiques développées par l'historiographie du genre constituent, pour leur part, une dimension de cette analyse. Il faut mentionner que le domaine du genre a connu une forte expansion au cours des dernières décennies. Plus récemment, il est finalement parvenu à pénétrer le champ des relations internationales, considéré comme l'un des domaines les plus résistants à ce type d'arguments.⁶ En ces termes, il convient de voir comment l'idée de genre est venue à influencer la pensée politique occidentale. Nous développons ici une approche qui valorise la dimension somatique, autrement dit notre expérience corporelle, et celle de l'interaction dynamique entre l'esprit, le corps et

⁴ « Jean-Baptiste Colbert au président Rouillé, Lisbonne, 12 juillet 1701 », Archives du Ministère des Affaires étrangères de France, *Correspondance politique, Portugal*, vol. 36, f. 205v.

⁵ La biopolitique est un néologisme de Michel Foucault et sa définition a été formalisée dans ses cours au Collège de France (Cf. Michel Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, intr. de Bruno Maçães, Lisbonne, Edições 70, 2010).

⁶ Joshua S. Goldstein et Jon C. Pevehouse, *Principles of International Relations*, New York, Pearson Longman, 2009, p. 114 ; sur ce thème, consulter par exemple : Jill Steans, *Gender and International Relations: An Introduction*, New Jersey, Rutgers, 1998 ; V. Spike Peterson et Anne Sisson Runyan, *Global Gender Issues*, Boulder, Westview Press, 1999.

le monde. Penser rationnellement n'exclut donc ni les perceptions corporelles ni les émotions suscitées. Francisco de Vitória, théologien du XVI^e siècle, a observé que les rois subissaient la contrainte de « la main qui chasse à la bouche qui mange »⁷. Nous devons envisager le corps au-delà d'un simple ensemble de mécanismes physiques, dans une perspective où la biologie, la cognition et la culture interagissent.

Notre analyse gravite autour de la pensée d'Hugo Grotius (1583-1645), sur laquelle repose toute la tradition philosophique moderne relative aux relations internationales et aux négociations diplomatiques. Ce choix se doit à l'observation d'une certaine tension entre l'idéal corporatif, où le corps est utilisé métaphoriquement comme symbole d'unité, de perfection et d'harmonie du tout social et une conception dite matérialiste, prenant en considération la corporalité elle-même, imposant et pariant sur un individu doté d'une volonté propre, rationnelle et libre. Le désir d'émancipation en tant que forme de résistance aux dispositifs de pouvoir s'articule autour de la conscience de toute cette entreprise de « subjectivation » des individus. Les dispositifs, selon la formule foucaldienne, sont sujets à la pression érosive de décisions microsociales caractéristiques des sociétés segmentées. Conformément à cette méthodologie, nous entendons faire surgir les points de rupture et les discontinuités dans l'œuvre grotienne, en d'autres termes, souligner, en raison de son caractère séminal, le motif pour lequel elle a été considérée comme le précurseur de la théorie moderne des relations interétatiques, mais également comprendre les raisons de la transition et leur évolution, évitant des fractures théoriques inattendues.

En prenant, effectivement, l'œuvre de Grotius comme point de départ, nous entendons appréhender la réalité portugaise, en nous concentrant sur le XVIII^e siècle et plus particulièrement sur le règne de Jean V (1706-1750). Étant donné la longue durée

⁷ Anthony Pagden, « Dispossessing the Barbarian: The language of Spanish Thomism and the Debate over the Property Rights of the American Indians », in David Armitage (ed.), *Theories of Empire, 1450-1800*, Aldershot, Brookfield, Singapour, Ashgate, 1998, p 159.

des représentations mentales, support de tout discours, nous proposons d'analyser la genèse idéologique de la neutralité afin de mieux contextualiser les concepts et pratiques. À cette fin, une grande diversité de sources, portugaises et étrangères (dans des archives espagnoles, françaises, anglaises, autrichiennes et aussi ecclésiastiques) ont été analysées, en mettant l'accent sur la correspondance politique entre divers agents diplomatiques et des ministres ou souverains, comme sur des traités, journaux, pamphlets, mémorandums, entre autres écrits de circonstance. Similairement, divers procès du Tribunal de Saint Office ont été étudiés, dans la mesure où l'on considère que la diversité des sources garantit une plus grande probabilité de capter le sens de la réalité historique.

RECONSIDÉRER L'HÉRITAGE D'HUGO GROTIUS

Les arguments pour soustraire à la souveraineté portugaise les Indes orientales invoqués par Hugo Grotius dans l'opuscule *Mare Liberum* sont bien connus.⁸ Grotius, en mettant en cause le titre de découverte et de conquête et en contestant, en outre, le monopole de commerce et de navigation des Portugais, leur nie tout droit d'occupation, d'origine ou acquis par guerre juste, la validité des privilèges octroyés par bulles papales ainsi que l'usufruit exclusif par titre de prescription.⁹ Ainsi, le feuillet anonyme publié en 1609 n'est-il rien de plus que le chapitre d'un long manuscrit « sur les affaires des Indes » (*De rebus Indicis*), auquel Grotius s'est reporté à plusieurs reprises dans sa correspondance.¹⁰ Cette œuvre, seulement intégralement éditée en 1868, sous le titre *De Iure Praedae Commentarius*, a été écrite en défense de la Compagnie hollandaise des Indes orientales (VOC). L'ambitieuse réflexion théorique a été provoquée par la capture controversée d'un galion portugais dans le détroit de Singapour, le 25 février 1603. Cette saisie a été spectaculaire, si l'on considère le montant rapporté, qui s'est élevé aux enchères publiques à plus de trois millions de florins néerlandais, une valeur qui représentait près de la moitié du capital total de la compagnie créée depuis peu. La

⁸ David Armitage, « Introduction », in Hugo Grotius, *The Free Sea [Mare Liberum]* (1609), trad. D. Armitage, Indianapolis, Liberty Fund, 2004, pp. XI-XX ; Anthony Pagden, « Commerce and Conquest: Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the freedom of the seas », in *Mare Liberum*, n° 20, 2000, pp. 33-55 ; Helen Thornton, « Hugo Grotius and the Freedom of the Seas », in *International Journal of Maritime History*, vol. XVI, n° 2, décembre 2004, pp. 17-38 ; Mónica Brito Vieira, « *Mare Liberum* vs. *Mare Clausum*: Grotius, Freitas, and Selden's Debate on Dominion over the Seas », in *Journal of the History of Ideas*, vol. 61, n° 3, 2003, pp. 361-377 ; Martine van Ittersum, « Hugo Grotius in Context: Van Heemskerck's Capture of the Santa Catarina and its Justification in *De Jure Praedae* (1604-1606) », in *Asian Journal of the Social Sciences*, 31 (3), 2003, pp. 511-48 ; Peter Borschberg, « The Santa Catarina Incident of 1603: Dutch Freebooting, the Portuguese *Estado da Índia* and Intra-Asian Trade at the Dawn of the 17th Century », in *Review of Culture*, 11, 2004, pp. 13-25.

⁹ La prescription est un concept général de droit, étant un mode légal d'acquisition ou d'extinction de droits par le simple fait de leur possession pendant une certaine durée. Les Portugais ont fait valoir le titre de prescription sur les territoires indiens, lequel était refusé par Hugo Grotius.

¹⁰ Eric Wilson, « Erasing the Corporate Sovereign. Inter-Textuality and an Alternative Explanation for the Publication of Hugo Grotius' *Mare Liberum* (1609) », *Itinerario* 30, n° 2, 2006, p. 78.

singularité de cet événement a trait au fait que la capture a été effectuée par une entité privée contre le roi d'Espagne et du Portugal, contre qui les Hollandais étaient en rébellion depuis 1568. La nouveauté de cette occurrence réside précisément dans la tentative de valider cette commission privée au travers du droit des gens. Dans l'avis juridique relatif à la capture du vaisseau *Santa Catarina* et l'apologie de la Compagnie hollandaise, Hugo Grotius a recours aux « innombrables preuves de la perfidie, tyrannie et hostilité » des Portugais,¹¹ documentation remise par les directeurs de la VOC. Le traité grotien a fini par ne pas correspondre à ce que les négociants avaient en tête lorsque qu'ils avaient demandé une justification formelle de la saisie effectuée par l'amiral Jacob van Heemskerck. Au contraire, « elle a curieusement été mal vue »,¹² Grotius ayant remarqué la crainte générale des Hollandais eux-mêmes à se montrer favorables à la capture du vaisseau portugais.

À la lumière de l'analyse de l'argumentation corroborée utilisée par l'humaniste hollandais, la présente étude prétend réévaluer la condamnation faite à l'encontre des Portugais dans le manuscrit *De Indis*. Les thèmes centraux du *De Iure Belli ac Pacis* (1625) se trouvent déjà annoncés dans cette œuvre sur la loi universelle de la guerre qui a fini par révolutionner la loi naturelle et la théorie des droits naturels.¹³ Du manuscrit à l'œuvre publiée, on considère que sans une analyse comparée, de nombreux arguments auraient été perdus pour ses lecteurs. Si, dans le premier, toute la réflexion tournait autour de l'action des Portugais dans l'Orient, dans l'œuvre considérée comme fondatrice de la théorie moderne des relations interétatiques, les principes généraux sont présentés comme recourant à une rhétorique juridique, à l'appui de citations bibliques

¹¹ *De Indis*, annexe II, doc. V, p. 546.

¹² Martine Van Ittersum, *Profit and Principle: Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies (1595-1615)*, Leiden, Boston, Brill, 2006, p. 188.

¹³ Cf. Richard Tuck, *Natural rights theories, their origin and development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989 ; Richard Tuck, *The Rights of War and Peace, Political Thought and the International Order from Grotius to Kant*, Oxford - New York, Oxford University Press, 1999 ; Edward Keene, *Beyond the Anarchical Society. Grotius, Colonialism and Order in World Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

ou d'extraits d'œuvres de diverses autorités de l'Antiquité classique, telles qu'Aristote, Platon ou Cicéron. Il importe ainsi de connaître l'évolution de la pensée de Grotius pour arriver aux dites lois universelles.

Dans sa réflexion sur le pouvoir souverain des nations, Hugo Grotius considère trois cas : le premier survient lorsque divers États se trouvent liés par une alliance, formant, de ce mode, un ensemble. Chaque nation continue, cependant, d'être un État parfait.¹⁴ L'État est entendu comme « sujet commun de souveraineté » et l'alliance apparaît ici dans un sens aristotélicien, selon lequel « la finalité naturelle d'une alliance est l'assistance mutuelle » contre un ennemi commun.¹⁵ Le deuxième cas se rapporte aux nations qui se trouvent sous le pouvoir d'un autre peuple, comme les provinces romaines au temps de l'empereur Auguste, autrement dit soumises au gouvernement absolu d'une seule personne.¹⁶ Ces nations n'auraient pas de pouvoir souverain et ne seraient pas considérées comme un État, mais comme un membre jouissant de la moindre estime d'un grand État, comme les esclaves sont membres d'une famille.¹⁷ Nous relevons ici une allusion à l'union ibérique. Bien que la référence ne soit pas explicite, il est possible de faire cette déduction dans la mesure où Grotius a écrit dans *De Indis* que « Philippe II est devenu roi de Lusitanie, également connue comme Portugal. »¹⁸ En revêtant la toponymie romaine, le Portugal réacquiert sa condition de province. Nous pouvons ainsi dire que le Portugal est devenu esclave de la grande famille hispanique. Pour Grotius, les raisons qui conduiraient une nation à se soumettre au gouvernement absolu d'une seule personne, renonçant à sa propre souveraineté, peuvent être diverses : s'il n'existait pas d'autre façon de se sauver de la ruine, ni d'autre moyen de subvenir à ses besoins ou encore si un *paterfamilias* doté de

¹⁴ *De Iure Belli ac Pacis* (IBP), I.3.7, p. 260.

¹⁵ Aristote, *Política*, II.2.

¹⁶ IBP, I.3, p. 264.

¹⁷ IBP, I.3.7, p. 259.

¹⁸ *De Indis*, p. 248.

nombreuses possessions ne laissait personne y habiter sous aucune condition. Maître de nombreux esclaves, il pouvait cependant leur accorder la liberté si ces premiers le reconnaissaient comme souverain et lui payaient un tribut.¹⁹ Pour reprendre la référence à l'exemple portugais, les Lusitaniens ont commencé à reconnaître Philippe II et ses descendants comme leurs souverains, leur rendant l'honneur, le tribut et l'obéissance dus aux rois.²⁰

Si, pour Aristote, certains hommes étaient naturellement esclaves, Grotius affirme que les nations peuvent également avoir un certain tempérament, sachant mieux obéir que commander.²¹ Le motif, explique-t-il, n'est pas dû au fait que Dieu n'a pas créé l'homme libre, mais au caractère de certains individus, davantage enclins à être gouvernés selon la volonté souveraine d'un autre que selon la leur.²² Les hommes peuvent devenir esclaves (*servus*) soit en conséquence d'un crime commis, soit volontairement, en vertu d'un accord ou contrat. Au travers du *Pacte* de Tomar de 1581, Philippe II d'Espagne était reconnu par des *cortes* comme monarque portugais.

Le troisième cas relatif au pouvoir souverain surgit quand divers peuples sont gouvernés par une seule et même tête régnante, chacun d'entre eux appartenant toutefois à une communauté différente.²³ L'intention de Grotius est de condamner vigoureusement l'existence de ce corps politique, non seulement du fait de le considérer comme immoral, mais aussi de ne pas lui sembler naturel qu'une tête puisse appartenir à divers corps. Il peut par ailleurs se produire, selon lui, que la tête ait une considération différente pour les corps distincts. C'est précisément cette situation qui, de son point de vue, se vérifie entre les deux peuples ibériques, signalant l'absence d'accord mutuel.²⁴

¹⁹ IBP, I.3, p. 263.

²⁰ *De Indis*, 11.3, p. 248.

²¹ IBP, I.3, p. 264.

²² *De Indis*, p. 95.

²³ IBP, I.3.7, p. 260.

²⁴ *De Indis*, p. 296.

Selon l'humaniste hollandais, les différences peuvent être étendues aux empires respectifs. Dans le manuscrit *De Indis*, Grotius a écrit la phrase, *Alia enim India, alia Americana ratio est*, c'est-à-dire, l'Inde est différente du Nouveau Monde. Lorsque le Portugal a été incorporé dans la monarchie philippine en 1581, une unité politique a été créée, désignée comme union personnelle des couronnes ibériques. Cela signifie que les États, bien qu'ils soient gouvernés par le même souverain, restaient théoriquement indépendants, avec des lois et des intérêts distincts. En concevant l'union personnelle comme l'incorporation du royaume portugais dans la couronne philippine avec les empires respectifs (maritime et continental), Grotius a pu projeter les empires ibériques comme un corps étendu aux limites du monde. Les voyages ibériques en dehors du continent européen et la monarchie duelle ont éveillé le monstre androgyne des écrits platoniques.



Fig. 1 – Reconstitution graphique de l'androgyne platonique par Yves Ubelmann. In Philippe Charlier, *Les monstres humains dans l'Antiquité*, Paris, Fayard, 2008, p. 261.

Selon la description dans le *Banquet* de Platon, auteur fréquemment cité par Hugo Grotius, la force et la vigueur de l'androgyné étaient extraordinaires et son orgueil énorme, finissant par défier les dieux à force de prétendre être comme eux. En colère, Zeus et les autres dieux ont délibéré d'en finir avec son insolence. Afin de l'affaiblir, ils ont décidé de le séparer en deux, Apollon étant chargé à la fin de retordre les visages. Platon a laissé la mémoire de notre humanité primitive, dont l'unité corporelle renvoie à une période de bonheur absolu, l'Âge d'or²⁵, époque où « nous étions un être unique. »²⁶ L'intersexualité a été, en réalité, un thème récurrent dans la culture occidentale et presque obsessionnel pendant l'époque moderne. De l'alchimie aux pamphlets politiques, l'historienne Kathleen Long révèle une identité presque effacée du système juridique, étant cependant l'une des figures les plus visibles de l'époque.²⁷ L'ambivalence corporelle de l'androgyné diminue les frontières entre l'homme et la femme, entre l'humain et l'animal, voire même entre le monstrueux et le divin. Dans une période de grande turbulence épistémologique, religieuse, sociale et politique, d'intense débat sur les « lois naturelles », l'incertitude et l'instabilité de l'hybridité promiscue de l'hermaphrodite se sont révélées un thème fécond pour défendre ou réfuter l'ordre existant. En réévaluant tout un système de valeurs, il n'est pas surprenant que cette réflexion soit également pensée à travers le corps, d'autant plus qu'à cette époque il n'existait pas de distinction entre le naturel ou le biologique et les autres domaines culturels.

L'androgyné en tant que figure de pouvoir divin, de fertilité, assumait un rôle central en tant que Créateur de l'humanité, étant pour cela le symbole de l'unité originale du monde. Cette entité idéale, empli du mystère de la totalité, était considérée

²⁵ Pierre Charlier, *Les monstres humains dans l'Antiquité*, Paris, Fayard, 2008, p. 260.

²⁶ Platon, *Le Banquet*, trad. L. Robin, Paris, Gallimard, 2007, p. 79.

²⁷ Kathleen Long, *Hermaphrodites in Renaissance Europe. Women and Gender in the Early Modern World*, Aldershot, Ashgate, 2006.

comme une image exemplaire de l'homme parfait. Il s'agit d'un homme parfait en tant qu'« être total », d'un être puissant en raison de sa double nature. La perfection humaine était imaginée comme une unité sans fissures, qui n'était rien de plus qu'un reflet de la perfection divine, du Tout-Un. L'idée que la perfection consiste en une unité-totalité s'inscrit dans une conception similaire. Un signe distinctif d'une totalité originaire au sein de laquelle toutes les possibilités sont réunies, dont la plénitude se doit à la fusion des sexes. C'est le désir de récupérer cette unité, une nostalgie du paradis perdu, qui a conduit l'homme à concevoir les opposés comme des aspects complémentaires d'une réalité unique. Un « corps de doctrine sur une espèce particulière », l'androgynisme, est donc venu à être créé. Comme l'a mentionné John Elliot, « pendant le Moyen-âge, la conscience historique des élites gouvernantes des territoires chrétiens était imprégnée d'un sens d'unité perdue, une unité qui remontait à l'Hispanie romaine. »²⁸ De son point de vue, ce serait « une erreur d'ignorer ou de sous-estimer l'importance psychologique et politique du concept sous-jacent de l'Espagne dans la création et le maintien de cette monarchie composite ».²⁹ Bien que l'on n'entrevoie pas concrètement de stratégie générale pour l'ensemble de l'« empire » philippin, nous pouvons inférer l'existence d'une communauté idéalisée qui englobe toute l'*orbis terrae*. L'empire d'Alexandre le Grand ou l'expansion progressive de la République romaine ont suggéré la possibilité d'un État élargi aux dimensions du monde.

Grotius entend condamner l'être androgynisme conçu en tant que corps unique : l'État ibérique, une unité indifférenciée de dimension universelle. En lui, le Portugal avait abdiqué son pouvoir souverain, cessant d'être un État, pour devenir une simple province du grand État. Celui-ci était vu comme un empire du fait que son peuple

²⁸ John Elliot, « Constitucionalismo antiguo y moderno y la continuidad de España », trad. M. Balcells, *Cuadernos de Alzate*, n° 33 (2), 2005, p. 10.

²⁹ A propos des monarchies composites, plus précisément, sur l'union ibérique, voir Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

possédait le « monopole du monde entier ». Il se déclare ainsi contre l'existence de l'androgynisme ibérique, un empire uni et total. L'humaniste hollandais condamne également l'androgynisme entendu comme corps, mais en résultat de l'union de deux corps distincts. Dans ce cas, les États seraient indépendants, bien qu'intégrant le même corps politique. Grotius suscite une réflexion sur la distance précaire entre le statut d'incorporation volontaire, où la loi et les coutumes seraient respectées, et celui de province conquise, sujette au contrôle effectif du territoire. Dans les deux cas, nous pouvons mentionner une allusion de la pensée grotienne à l'existence d'un corps politique androgynisme d'aspect universel, l'empire ibérique.

En défiant les dieux, l'existence de l'androgynisme est devenue monstrueuse. Selon Platon, bien que la nostalgie de ces temps subsiste en chacun de nous, « à cause de notre conduite injuste, notre unité a maintenant été défaite par Dieu. »³⁰ Grotius saisira la leçon de la sentence platonicienne dans son *De Indis* qui prétend être, au fond, un procès juridique, dans l'objectif de prouver la « conduite injuste » de l'androgynisme ibérique qui a comme résultat en l'inévitable démembrement du monstrueux empire, ébranlant par là même l'autorité pontificale. La liaison du Portugal aux Espagnes, étant vue comme un symbole de fidélité amoureuse en même temps que l'union paradoxale entre deux extrêmes, finit par témoigner de la luxure qui conduit à la mort. Le demi-dieu assailli par la soif de pouvoir a été touché par la démesure et par l'excès, occupant la place de despote.

Grotius affirme que bien que les fauves aient été créés par Dieu, l'homme devrait les tuer, les détruire ou alors se les approprier, dans la mesure où ils sont dangereux³¹. C'est dans cet objectif que l'humaniste hollandais élabore dans le chapitre XI de *De Indis* un procès de condamnation de l'androgynisme, rapportant les crimes

³⁰ Platon, *Banquet...* op. cit., p. 79.

³¹ *De Indis*, p. 135.

commis par les Portugais contre la nature et contre la création divine. La nation portugaise attaquait de cette façon les lois et l'ordre public, exposant de nombreux peuples à la contagion du crime³². Poursuivant ce chemin nocif, ils n'épargnaient ni la réputation, ni la propriété, ni la vie des Hollandais³³. Ils perturbaient les royaumes indiens, et leurs peuples aussi bien sujets qu'alliés, avec des activités perverses et des cruautés abominables, suscitant de toute part et simultanément un état d'agitation émanant d'une aveugle suspicion³⁴. Ils ont mis fin aux bénéfices ainsi qu'aux obligations sacrées, conventions tacites que pas même l'inimitié publique ne détruisait entre des hommes de vertu raisonnable³⁵. Ces agissements dépassaient de loin les limites observées même entre ennemis, et pour cela ils ne méritaient pas même pour Grotius d'être qualifiés de simplement hostiles. Tous ces faits étaient des preuves claires et manifestes d'une hostilité « transcendant les limites de la haine humaine. »³⁶ Dominés par le désir et par une arrogance monstrueuse, ils démontrent un caractère inné similaire aux bêtes.³⁷

Cette description grotesque à l'appui de preuves déterminantes contre les Portugais, reprend des lieux communs de la dite « légende noire » contre les peuples de la Péninsule ibérique. L'œuvre d'Hugo Grotius s'inscrit dans cette littérature de propagande négative dans l'objectif de discréditer moralement la puissance politique de l'époque. En règle générale, la comparaison entre l'ennemi et le monstre apparaît dans ces rapports de façon presque inévitable. La légende prétend précisément anéantir symboliquement l'ennemi monstrueux. Grotius, en prouvant historiquement que les Portugais et les Espagnols étaient des peuples exceptionnellement cruels, intolérants,

³² *De Indis*, p. 60.

³³ *De Indis*, p. 288.

³⁴ *De Indis*, pp. 259 et 267.

³⁵ *De Indis*, p. 252.

³⁶ *De Indis*, p. 288.

³⁷ *De Indis*, p. 292.

traîtres et tyranniques, a révélé la quintessence du « mal politique » dans le monde. Pour Hugo Grotius, l'empire s'est converti en l'incarnation du mal. La nature bestiale ou diabolique de l'androgynisme ibérique qui a eu un jour la prétention de devenir divin s'est ainsi révélée. L'ennemi des Hollandais et de l'humanité est devenu un véritable scandale qu'il convenait de détruire.

À travers ce processus, les Portugais se sont révélés un peuple enclin à commettre des excès, désireux de dominer une si vaste portion du monde et de pratiquer le commerce dans le seul but d'obtenir des bénéfices au prix de l'appauvrissement des autres. Par leur intempérance, leur inconstance et leur soif incontrôlée d'appropriation et de domination, ils ont fini par réduire ces territoires à un état d'esclavage. Le comportement frauduleux, les violations des engagements, les calomnies faisaient des Portugais un peuple traître et déloyal, en somme, le faux ami. Ils exhibaient publiquement leur opulence arrogante avec des habits luxueux et corrompaient avec des présents et promesses. En révélant les caractéristiques efféminées des Portugais, Grotius a démontré le désordre hiérarchique entre le masculin et le féminin. Ils exerçaient également une violence exacerbée contre leurs ennemis, provoquant des situations d'une énorme barbarie. Le désordre sans limites provoqué par la conduite cruelle du peuple portugais dans les Indes orientales, ainsi que des Espagnols dans les Indes occidentales et en Europe, a instauré le chaos de toute part. Nous voyons ainsi comment l'androgynisme ibérique, l'empire universel, symbole d'harmonie et de totalité est devenu un être irrationnel, sans foi ni loi, une entité déréglée et dominée par une folie démesurée, créant un état chaotique universel.

Le procès grotien qui suit les cas de l'Inquisition, plus concrètement ceux qui ont été la cible de poursuites pour sodomie, prouve que les Portugais ne pouvaient pas revendiquer le droit au domaine et qu'aucune capacité ne pouvait leur être attribuée

pour gérer leur empire maritime. Grotius va encore plus loin. À l'instar du peuple de Sodome et Gomorrhe qui a souffert d'un cataclysme d'origine divine ou comme l'androgyné de Platon qui a été détruit par les dieux, le peuple portugais devrait lui aussi souffrir d'une punition, en accord cette fois avec la loi des hommes, quoique révélée par Dieu. À l'exemple des bulles papales, les « crimes commis contre la société humaine » pouvaient justifier une guerre juste. Les Portugais qui avaient autrefois décidé de devenir volontairement esclaves en se soumettant à l'autorité royale espagnole, pouvaient maintenant être capturés dans une guerre juste et devenir des *genuine servitus*.

Dans l'intention de détruire l'empire universel, l'androgyné ibérique, Grotius a fini par mettre en cause l'ensemble du système de valeurs qui soutenait la dynamique corporative de la société, laquelle avait rendu possible et légitimé l'empire ibérique. C'est seulement à partir de ses cendres qu'il serait permis de créer une nouvelle base théorique pour le système international. La nécessité de démembrer l'empire universel a permis à Grotius d'ouvrir la voie à l'élaboration d'une théorie des relations internationales.

L'humaniste hollandais a défendu des principes généraux contre la tyrannie portugaise dans les Indes orientales, mais ses idées ont fini par avoir une forte répercussion parmi les Portugais eux-mêmes. La doctrine politique grotienne a été considérée par le vicomte de Santarém, en 1836, comme « un très fort manifeste à l'encontre de la Castille qui montre bien que la révolution de 1640 se préparait déjà bien des années auparavant »³⁸. Plus récemment, Borges de Macedo a réitéré l'opinion citée :

³⁸ Marcello Caetano, « Introduction », in Serafim de Freitas, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses* (1625), Lisbonne, Inst. de Alta Cultura, 1961, pp. 46 et 54.

« C'est dans cet idéal du *Mare Liberum* que les Portugais se sont libérés en 1640. »³⁹

Même Serafim de Freitas, le juriste portugais connu pour avoir réfuté les thèses de *Mare Liberum*, bien qu'il ait dédié son œuvre *Do Justo Império asiático português* (1625) à Philippe IV d'Espagne et n'ait pas tari d'éloges à l'égard de son gouvernement, trouve une voie pour sa déposition. Selon Serafim de Freitas, le crime et le pêché ne se trouvaient dans la nation portugaise, laquelle avait donné des preuves de grandes vertus, longuement décrites dans son œuvre. Les Portugais ont toujours privilégié la cause de la religion,⁴⁰ en donnant constamment un bon exemple de foi dans toutes les régions du monde. Tous les maux ont été manifestement concentrés sur celui qui leurs gouvernait et les dévoyer du salut éternel. Ainsi, le Portugal, à l'instar de la nation hollandaise, se révolte contre le roi Philippe IV. La nation portugaise devient, similairement, une nation en rébellion, dans une perspective pontificale, jusqu'à la reconnaissance de son indépendance, en 1669, après vingt-huit années de guerre contre l'Espagne.⁴¹

³⁹ Jorge Borges de Macedo, « O *Mare Clavsym* na Evolução da política externa portuguesa no século XVI », in *Mélanges offerts à Frédéric Mauro*, Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, vol. XXXIV, Lisbonne-Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995, p. 149.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 367.

⁴¹ Le traité de Madrid, du 5 janvier 1668, scelle la paix entre le Portugal et l'Espagne. L'année suivante, par la bulle *Dilectum Filium*, le Saint Siège reconnaît l'indépendance portugaise. (Cf. Jesus Maria Usunáriz, *España y sus tratados internacionales: 1516-1700*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2006, pp. 408-419.

« NOTRE GOUVERNEMENT ÉTAIT HERMAPHRODITE »

À Lisbonne, en 1748, António Freire de Andrade Encerrabodes, envoyé diplomatique en Angleterre, observant les ambiguïtés politiques existant au Portugal, a proféré le commentaire suivant selon le témoin Alexandre de Gusmão : « Et Enserrabodes, ne sachant plus à qui adresser ses lettres de créances, en raison du jeu de bousculade où il s'est vu, a dit que notre gouvernement était hermaphrodite. »⁴² Or, le gouvernement portugais était alors classé comme un être hermaphrodite. L'usage de cette notion dans le domaine politique semble révéler la continuité de cette condition ambiguë dans le cadre de catégories qui régissent la vision du monde. L'imaginaire corporel dans l'élaboration de théories organiques de la communauté politique continue au XVIII^e siècle d'être largement diffusé dans le discours politique portugais.

Quant à l'hermaphrodite, son ambiguïté perturbe, mais fascine également. Marie Delcourt considère ce paradoxe comme mettant en relation l'expérience de l'horreur et l'exaltation du sacré.⁴³ Sur le plan physiologique, la condition de l'hermaphrodite s'exprime morphologiquement par l'existence en un même individu des deux organes génitaux, le masculin et le féminin. Selon Aristote, le sein droit est comme celui d'un homme et le gauche comme celui d'une femme.⁴⁴

⁴² « Alexandre de Gusmão à D. Luís da Cunha, Lisbonne, le 11 février 1748 », in Alexandre de Gusmão, *Genealogia geral da Nação Portuguesa pela qual se desvanece a opinião dos Senhores Puritanos*, Bibliothèque nationale de Portugal, Mss. 258, n° 5, f. 6.

⁴³ Marie Delcourt, *Hermaphrodite. Mythes et rites de la bisexualité dans l'Antiquité classique*, Paris, PUF, 1968, p. 50.

⁴⁴ Jacques Duval, *Des Hermaphrodites*, Rouen, David Gevffroy, 1612, p. 300.



Fig. 2 – « L’Hermaphrodite (Androgyne) », in Ulisse Aldrovandi, *Monstrorum historia cum paralipomenis historiae omnium animalium...*, Bologne, Nicolai Tebaldini, 1658. Gravures de Jean-Baptiste Corialan, p. 42.

Si, à première vue, l’hermaphrodite renvoie à une définition simple, l’opinion des auteurs a considérablement varié au long de l’histoire, provoquant les réactions les plus diverses, parfois extrêmes, voire même lugubres. L’observation biologique devait correspondre à un certain ordre que l’on voulait défendre, donnant ainsi une notion de l’importance que revêtait l’abord du thème, toujours tenu pour délicat. Ambroise Paré (1510-1590), médecin de la cour royale française et considéré comme le père de la chirurgie moderne occidentale, a suivi une admirable méthode systématique, en distinguant quatre types d’hermaphroditisme.⁴⁵ Le premier, l’hermaphrodite mâle, possède un sexe masculin parfait et qui peut reproduire, il est dépourvu, toutefois, d’un

⁴⁵ Ambroise Paré, *Les Œuvres*, Paris, Gabriel Buon, 1575, p. 811.

sexe féminin bien formé. Au contraire, l’hermaphrodite femelle aurait un organe féminin parfait, pouvant également concevoir, mais un organe masculin présentant une malformation. Le troisième cas d’hermaphroditisme survenait si l’on vérifiait la présence équivoque des deux organes génitaux, ne pouvant engendrer d’aucune sorte. Ces hermaphrodites ne seraient *ni* mâles *ni* femelles, soit, ni d’un sexe ni de l’autre. La coexistence des deux sexes en un corps neutralise au moins le pouvoir reproductif du corps en question. Les parties mal accommodées ne pouvaient pas procréer, étant donc stériles. Cet hermaphrodite deviendrait un défaut de conformité accompagné d’impuissance.⁴⁶ Le dernier cas découlait de l’observation des deux sexes bien formés, agrégés de façon distincte et avec une faculté de reproduction. Ces hermaphrodites seraient *simultanément* mâles et femelles. Désigné par androgyne, c’est le degré le plus parfait d’intersexualité.

Dans un poème médiéval intitulé *De Hermaphrodito*⁴⁷, l’hermaphrodite est prédestiné par la prophétie divine à subir une mort tripartite, terminant castré, pendu et jeté à l’eau. Il convient de remarquer la désignation latine *neutrum* pour se rapporter à l’hermaphrodite. L’étude du corps « ambigu, promiscue, mixte, *neuter* et efféminé » (Joshua Poole, 1657)⁴⁸ ouvre la voie à une nouvelle approche de l’étude du neutre et de la neutralité.

Évoquant les analogies entre le corps humain et la société, le monarque était vu comme la tête sacrée du royaume, garantissant de cette façon la légitimité, dès lors qu’un royaume dépourvu de monarque équivalait à un être dépourvu de tête.⁴⁹ Si le roi

⁴⁶ Michel Foucault, *Les Anormaux. Cours au Collège de France. 1974-1975*, Paris, Seuil/Gallimard, 1999, p. 67.

⁴⁷ Poème communément attribué à un auteur latin, Hildebert de Lavardin (1056-1133), que Kathleen Long a dûment signalé, il semble toutefois probable qu’il ait circulé à l’époque de la Renaissance en tant que travail classique d’António Panormitano (Kathleen P. Long, *op. cit.*, p. 18).

⁴⁸ Joshua Poole, *The English Parnassus*, Londres, Tho. Johnson, 1957 ; cité par Ruth Gilbert, *Early Modern Hermaphrodites: Sex and other Stories*, New York, Palgrave, 2002, p. 9.

⁴⁹ Anne-Marie Brenot, « Le Corps pour Royaume. Un langage politique de la fin du XVI^e siècle et début du XVII^e », *Histoire, économie et société*, 1991, n° 4, p. 452.

avait pour tâche de dicter et contribuer à l'harmonie générale du corps social, il devait avant tout gérer ses propres passions de façon à pouvoir être reconnu comme gouverneur suprême.⁵⁰ La légitimité de la dynastie royale de Bragance serait principalement assurée si le monarque faisait preuve d'une pleine capacité gouvernementale. Le roi, en tant que *paterfamilias* d'une dynastie élargie aux limites du royaume ou aux confins de sa souveraineté, devait avoir la capacité d'exercer avec modération, le contrôle et la domination (*imperium*). Or, Jean V était en proie à d'assez fréquentes crises d'épilepsie depuis son enfance. Une longue tradition médiévale associait l'épilepsie à une possession démoniaque.⁵¹ C'est peut-être ce qui a conduit Pierre II à céder « à l'infant François tout ce qu'il a pu lui laisser et qui était disponible. »⁵² Par son testament, Pierre II semble avoir créé une alternative à la couronne joanine, peut-être pour s'être souvenu du problème d'incapacité à gouverner de son frère, le roi Alphonse VI qu'il a remplacé sur le trône. Ce roi a été considéré comme « inapte pour le gouvernement et inutile pour le mariage. »⁵³

Une des causes de la maladie épileptique de Jean V a été associée « aux excès qu'il commettait avec les femmes. »⁵⁴ Dans une lettre rédigée en août 1709 par le futur cardinal Álvaro Cienfuegos adressée à l'empereur Joseph I^{er}, il est mentionné que les inclinaisons que Jean V dit avoir à l'intérieur et à l'extérieur du Palais sont feintes. Pour dissimuler ce « défaut naturel occulte », Jean V feint d'avoir d'autres amours, lesquels

⁵⁰ Ana Isabel Buescu, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-1549)*, Lisbonne, Edições Cosmo, 1996, p. 200.

⁵¹ Pedro da Horta, *Informe Medico-moral de la penosíssima, y rigorosa enfermedad de la Epilepsia*, Madrid, Oficina de Domingo Fernandez de Arrojo, 1763, p. 6.

⁵² Tristão da Cunha de Ataíde, *Portugal, Lisboa e a corte nos reinados de Pierre II e Jean V: memórias históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1^o Conde de Povolide*, introduction d'António Vasconcelos de Saldanha e Cármen M. Radulet, Lisbonne, Chaves Ferreira, Publ. S.A., 1990, p. 189.

⁵³ Paulo Drummond Braga, *Pierre II (1648-1706)*, Lisbonne, Tribuna, 2006, p. 75 ; Cf. Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisbonne, Círculo de Leitores, 2006, p. 98.

⁵⁴ « Memória sobre Portugal », Archives du Ministère des Affaires étrangères, *Correspondance politique, Portugal*, vol. 45, fl. 358v.

sont « certainement artificiels. »⁵⁵ Parmi la noblesse, rares étaient ceux qui ignoraient l'homosexualité du roi, également connu de quelques personnes du peuple. En cette matière, Cienfuegos affirme que la reine aura été mal instruite, malgré ses efforts à écrire on ne peut plus clairement que Marie-Anne devait simultanément gouverner en tant que reine, mais aussi en tant que roi. Depuis le début, elle avait dû imposer obéissance au roi et l'assujettir comme un enfant, finissant ensuite par avoir tous les hommes du royaume de son côté. La reine devrait utiliser la stratégie de la crainte, dans la mesure où celle de l'amour était inutile avec son mari.

Outre l'incapacité d'Alphonse VI à laisser une descendance et les appréhensions relativement à celle de Jean V, une rumeur courait sur la stérilité des femmes portugaises.⁵⁶ Le mariage de Catherine de Bragance avec Charles II d'Angleterre, célébré en 1662, n'avait pas laissé de postérité. La probable stérilité de l'infante Françoise, sœur de Jean V, a certainement contribué à faire échouer diverses négociations matrimoniales.⁵⁷ Cette princesse de Portugal était parmi la liste des fiancées possibles pour Louis XV présenté dans le Conseil du 31 mars 1725, mais le rejet fut diligent car elle était « d'une nation peu féconde et d'une famille dont on n'estime pas que la santé soit bonne ».⁵⁸ Marie-Barbara, fille de Jean V, n'a pas non plus laissé de descendance de son mariage avec Ferdinand IV d'Espagne. La fécondité des membres de la dynastie royale portugaise était donc mise en doute. Quant à Jean V, il a fini par assumer son principal devoir en tant que « père de famille », à savoir « donner la succession qui se devait à son royaume afin qu'elle ne passe pas à un

⁵⁵ « Álvaro Cienfuegos à l'empereur, Lisbonne, le 30 mars 1709 », Archives de l'Etat autrichien, *Département d'Etat, Portugal*, Cx. 11, f. 66v.

⁵⁶ « D. Luís da Cunha, Paris, le 12 mai 1724 », Archives nationales-Torre do Tombo de Portugal, Ministère des Affaires étrangères, Liv. 793, f. 241.

⁵⁷ L'abbé de Mornay écrit que « son embonpoint doit faire craindre qu'elle n'ait point d'enfants » (« Abade de Mornay au marechal d'Huxelles, Lisbonne, le 30 avril 1715 », Archives du Ministère des Affaires étrangères de France, *Correspondance politique, Portugal*, vol. 48, f. 149v.)

⁵⁸ Cité par Michel Antoine, *Louis XV*, Paris, Fayard, 1989, p. 153.

royaume étranger. »⁵⁹ Pour tenir sa promesse au cas où il aurait une descendance, il a fait édifier le Couvent royal de Mafra, l'« Escorial portugais. »⁶⁰ Une fois les doutes de succession dynastique dissipés, l'infant François a renouvelé ses espoirs lorsque, en 1715, Jean V a résolu de s'absenter du royaume pendant deux ans afin d'entreprendre un voyage en Europe. Jean V voyant son projet de voyage échouer, ne voulait pas permettre à son autre frère, l'infant Manuel, de voyager. Contrariant la volonté royale, ce prince a fini par fuir du royaume en 1715. Son retour a été exigé dès la première heure, sans aucun succès. Manuel a témoigné au sein d'innombrables capitales européennes, pendant presque 20 ans, de l'incapacité du roi portugais à gouverner sa propre famille, soulevant probablement des suspicions quant à ses capacités à administrer un royaume. Les dernières années du règne ont été caractérisées par une longue maladie contractée par Jean V, le 10 mai 1742, après une attaque suivie de paralysie. À l'époque de cette attaque infortunée, tous semblaient convenir qu'il « paraissait être devenu sot », ⁶¹ et presque une année plus tard « on a voulu savoir si le roi était capable de gouverner, ce à quoi les médecins ont répondu que l'esprit royal n'était pas toujours apte. »⁶² Profitant de cette infortune royale, la cour espagnole a envoyé le marquis de Candia dans l'objectif de changer la politique gouvernementale portugaise. Il avait comme mission d'inciter la princesse Marie-Anne-Victoire, fille de Philippe V d'Espagne, à manœuvrer avec une discrète sagacité auprès du prince du Brésil, Joseph, son époux, afin de l'encourager à prendre les rênes du gouvernement.⁶³

⁵⁹ D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, intr. et notes d'Abílio Diniz Silva, Lisbonne, CNCDP, 2001, p. 19.

⁶⁰ La première pierre du couvent de Mafra a été posée le 17 novembre 1717 et l'édifice a été consacré le 22 octobre 1730. (Cf. António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Lisbonne, Livros Horizonte, 2002).

⁶¹ « Jorge Macazaga au marquis de Villarías, Lisbonne, le 29 mai 1742 », Archives générales de Simancas, *Portugal*, Leg. 7190.

⁶² « Jorge Macazaga au marquis de Villarías, Lisbonne, le 8 janvier 1743 », Archives générales de Simancas, *État, Portugal*, Leg. 7191.

⁶³ « Marquis de Candia au marquis de Villarías, Lisbonne, le 12 de janvier 1744 », Archives générales de Simancas, *État, Portugal*, Leg. 7195.

Sa mission n'a pas été couronnée de succès, dans la mesure où le prince Joseph est seulement monté sur le trône après la mort de Jean V, le 31 juillet 1750.

Ce long règne a indubitablement été marqué par la découverte de l'or au Brésil. Parallèlement à la diminution de l'importance portugaise dans l'océan Indien, on assistait à un plus grand investissement politique et économique du Portugal aux Amériques. Il s'agissait des « mouvements pendulaires de l'empire », ⁶⁴ selon l'expression de Leonor Freire Costa. Cette fois dans le clair objectif de domination d'un espace, un système de capitaineries a été adopté et s'est transformé en une économie d'exportation. ⁶⁵ Toute une société a commencé à s'organiser en fonction de l'acquisition et du flux de l'or. ⁶⁶ La politique extérieure joanine « incrustée d'or », a très tôt commencé à promouvoir une image d'opulence et de magnanimité au travers des ambassades envoyées à d'autres cours européennes. En proclamant dans les diverses cours catholiques que la richesse portugaise provenait des mines d'or au Brésil, on faisait réapparaître l'ancien problème moral de l'utilité des richesses.

Or, l'empire étant vu comme un corps mystique, la tête du royaume avait pour fonction de dicter aux autres membres du corps ce qu'il fallait produire pour vivre ensemble en harmonie et en bonne santé : « enfin, qu'il est nécessaire dans l'ordre général des choses, que certaines Nations soient complètement oisives, tandis que d'autres travaillent, selon ce qu'ordonne la Providence. » ⁶⁷ Certains auteurs mercantilistes ne s'insurgeaient pas contre l'existence du luxe, à partir du moment où les articles manufacturés étaient produits dans le royaume. Le luxe concourait à débilitier

⁶⁴ Leonor Freire Costa, *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (séc. XVII)*, Lisbonne, Livros Horizonte, 2002, p. 64.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁶⁶ Voir Leonor Freire Costa et Maria Manuela Rocha, « Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII », in *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 77-98 ; Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa, « A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%, Lisboa », in *Gabinete de História Económica e Social*, Lisbonne, ISEG – GHES, 2002. URL: <http://hdl.handle.net/10400.5/824>.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 51.

la monarchie portugaise car son origine se situait essentiellement en dehors du royaume.⁶⁸

L'origine des richesses du Portugal était, par conséquent, « mauvaise et viciée ». ⁶⁹ L'or existait davantage pour la destruction et la ruine, parce qu'« on l'ouvrait pour les ostentations et les excès de vanité ». ⁷⁰ Les richesses étaient, en réalité, « à l'origine des malheurs les plus grands et des ruines les plus fatales » ⁷¹ et son ostentation et l'excès étaient des signes d'injustice, rappelant les mots d'Aristote : « le riche est soit une personne injuste, soit l'héritier d'une personne injuste. » ⁷² Cela faisait longtemps que l'or était dénoncé pour favoriser la superbe avec ses pompes, ses apparats et vanités, donner origine à la luxure et à l'arrogance, créer la sensualité et enfin susciter la fainéantise et engourdir les sens. Si le commerce luxueux des Indes orientales avait été considéré comme la cause de l'« esprit malade de la nation portugaise », ⁷³ avec l'or brésilien, les accusations sur la richesse injuste persistaient. La légende noire du peuple portugais subsistait et « la tyrannie, l'avarice et les vices de ses gouverneurs superbes » avaient rendu ce peuple « aussi ridicule que Don Quichotte, sans être aussi courageux, si vertueux et même sagaces que ce héros de la Manche. » ⁷⁴

On dénonçait le souverain injuste, montrant une cupidité excessive, qui employait ses sujets dans les mines d'or, où un grand nombre d'entre eux périraient misérablement. ⁷⁵ À cause de l'or, on avait commis d'abominables crimes dans le monde et finalement provoqué la ruine de tous les biens, dignes de ce nom. L'or était, en fin de

⁶⁸ *Profecia Politica, Verificada en lo que està sucediendo à los Portugueses por su ciega aficion à los Ingleses*, Madrid, en la Imprenta de la Gaceta, 1762, p. 83.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 33.

⁷⁰ Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, préf. et notes d'Afonso Lopes Vieira, Lisbonne, Livraria Sá da Costa, 1945, pp. 141-142.

⁷¹ Feliciano Joaquim de Sousa Nunes, *Discursos Político-Morais*, Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, p. 81.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 91.

⁷³ « Mémoire sur le commerce du Portugal, janvier 1737 », Archives nationales de France, *Correspondance Consulaire*, B/III/385, fol. 29.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Francisco Rodrigues Lobo, *op. cit.*, p. 130.

compte, un venin mortifère pour la vie humaine⁷⁶ et les mines d'or étaient la nouvelle origine des calamités humaines. Pour Adam Smith, la recherche de l'or était un projet dispendieux et incertain, finissant par mener ceux qui s'y consacraient à la ruine.⁷⁷

Le 1^{er} novembre 1755 a eu lieu le grand tremblement de terre. En passant par les ruines des principales rues de la ville de Lisbonne, un survivant du terrible tremblement de terre, de nationalité anglaise, a déclaré : « Je crois qu'une destruction aussi totale se serait difficilement produite ailleurs sur Terre, depuis le renversement de *Sodome* et *Gomorrhe*. »⁷⁸ Ce jour fatal de Tous les Saints a suscité une réflexion sur les causes d'un désastre de cet ampleur. Le père Gabriel de Malagrida (1689-1761) dans *Juízo da Verdadeira causa do Terramoto* (1756) a attribué la responsabilité de cette tragédie à « nos intolérables péchés »⁷⁹. Le jésuite Malagrida a également rattaché l'excès de péchés pratiqués par des serfs rebelles et défaillants à la cause d'une aussi grande punition et fléau, condamnant le royaume à la décadence. À cause de l'indignation de Dieu, une grande punition a été affligée, comme un « coup de fouet ». La cour du Portugal, où « l'épée de la fureur divine avait déjà tellement pénétré les terres », ⁸⁰ a ainsi souffert d'une « grande cueillette d'âmes pécheresses emmenées en Enfer ». La *Vim Divinam* s'est fait sentir par le fer, le feu et l'épée, destinés à l'« extermination des pécheurs ». Dans la mesure où ce monde n'est pas une maison sans maître⁸¹, les tremblements de terre n'avaient pas d'autre cause que l'indignation de Dieu. À cet égard, le *Juízo* (« Jugement ») du père Malagrida décrit la cause de la chute du royaume du Portugal, en particulier sa capitale, Lisbonne, qui autrefois avait été si riche et

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 145.

⁷⁷ Adam Smith, *An Inquiry into the Nature And Causes of the Wealth of Nations*, vols I, Londres, MetaLibri, p. 53.

⁷⁸ « An account of the late dreadful earthquake and fire, which destroyed the City of Lisbon », in Judite Nozes, *The British earthquake of 1755: some British eye-witness accounts*, Lisbonne, The British Historical Society of Portugal, 1987, p. 27.

⁷⁹ Gabriel Malagrida, *Juízo da verdadeira causa do Terramoto, que padeceo a corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755, Lisboa, Na Off. De Manoel Soares, 1756*, p. 4.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 8.

opulente. Il l'attribue à l'excès de péchés, ceux-ci ont notamment consisté en la vie mondaine et en les divertissements pervers d'un peuple enrichi et remis à l'abondance de sa luxure. Et enfin le manque de crainte de Dieu, à qui le culte n'était pas dûment rendu, démontrait la superbe d'un peuple. Pour tous ces péchés, il a souffert de la colère de Dieu, qui a fini par dicter sa chute.

Nous souhaitons faire remarquer la similitude de cette description et de la condamnation de l'empire ibérique proférée par Hugo Grotius, antérieurement mentionnée. Si l'œuvre de Grotius peut être considérée comme un tremblement de terre théorique dans le panorama théologique juridique, il a également été visionnaire de la véritable catastrophe qui a ravagé Lisbonne en 1755. La condamnation de l'humaniste hollandais a été effectuée après l'ouverture d'un procès juridique où l'on a attesté des incommensurables actes abominables des Portugais. Avec le tremblement de terre de 1755 les pertes humaines sont attestées sous les décombres d'une ville. Une condamnation a été faite, visible de tous, laquelle a déterminé la ruine de tout un système, depuis longtemps sur le déclin. L'attribution de la tragédie du tremblement de terre à de simples causes naturelles, par Voltaire, Rousseau, Adam Smith, Kant et d'autres, a rendu possible la formulation, littéralement, sous les ruines de Lisbonne, d'un nouvel ordre pour le monde, dans la ligne de pensée d'Hugo Grotius. Un monde toujours plus sécularisé, en vue de la consolidation de l'État moderne. Diego Téllez Alarcia mentionne que « le tremblement de terre de Lisbonne peut être entendu comme un tournant dans l'histoire de l'humanité. Il a marqué la transition entre une interprétation des causes de ces événements physiques en tant que signes surnaturels et une vision plus neutre, voire même séculaire, proto-scientifique. Il s'est agi du

catalyseur d'une révolution intellectuelle ».⁸² Le processus qui a marqué l'époque des Lumières, trouve, toutefois, ses racines dans une période relativement plus reculée.

⁸² Diego Téllez Alarcia, « Spanish interpretations of the Lisbon earthquake between 1755 and the war of 1762 », in Theodore E. D. Braun, John B. Radner, *The Lisbon earthquake of 1755. Representations and reactions*, Oxford, Voltaire Foundation, 2005, p. 52.

LA CRÉATION D'UN ÉTAT NEUTRE

Selon une conception médiévale de la guerre juste, seule une des parties au conflit entreprenait la guerre de façon juste. Un soutien au côté juste était demandé aux États tiers, faute de quoi, selon les termes d'António de Sousa de Macedo (1606-1682), « qui n'est pas pour moi est contre moi »⁸³. Selon cette conception, le droit à être neutre n'existe pas. La nouveauté à l'époque moderne est l'apparition du neutre en tant que catégorie juridique. La possibilité d'existence de la neutralité apparaît avec la création d'un espace juridique et politique international, lequel a été créé en alternative aux valeurs qui soutenaient la Chrétienté et la Monarchie universelle. Dans l'introduction de *Mare Liberum*, Hugo Grotius écrit que « la monarchie n'est pas au-dessus des lois, mais qu'elle en tire son origine ainsi que l'action ». Selon ce qu'écrit le père Manuel Rodrigues Leitão (1630-1691), « il faut qu'il y ait des lois qui président aux hommes [...] il ne faut pas que les hommes, avec leur arbitre, président à la loi, et à la raison. »⁸⁴ Il est garanti que toute l'humanité a été introduite et soumise à la loi.⁸⁵ Dans la première édition de *De Iure Belli ac Pacis* (1625), dans la plus fameuse observation du livre sur le rôle limité de Dieu, il affirme : « ce que je viens de dire serait pertinent si l'on pouvait supposer (ce que nous pouvons faire avec délicatesse) que Dieu n'existe pas, ou que les questions humaines ne le concernent pas »⁸⁶. Grotius accepte l'idée que Dieu a créé et peuplé le monde, mais, dans sa perspective, il n'était pas nécessaire de penser au caractère divin de la création pour appréhender le monde et l'homme.

⁸³ António de Sousa de Macedo, *Armonia Política dos Documentos Divinos com as Conveniências de Estado. Exemplar de Príncipes*, Coimbra, António Simões Ferreira, 1737, p. 50.

⁸⁴ Manuel Rodrigues Leitão, *Tractado analytico e apologetico sobre os provimentos dos bispados da Coroa de Portugal. Calumnias de Castella convencidas: Resposta a seu author D. Francisco Ramos del Manzano. Justifica-se o procedimento do senhor Rey D. João IV e do senhor Rey D. Affonso VI, seu filho, com a Sé Apostolica*, Lisbonne, Of. Deslandesiana, 1715, p. 44.

⁸⁵ IBP, I.1.2.17, p. 175.

⁸⁶ IBP, III, p. 1748;

Nous voyons, donc, que le nouvel ordre du monde prétend être désacralisé, mettant en cause l'autorité pontificale et se détachant du système héréditaire et hiérarchisé, inscrit dans les liens de parenté et d'obéissance. La société se fonde sur le corps artificiel du Droit, dont le lien avec elle régulé par les lois et les contrats est caractérisé, par son objectivité et formalisation, par une neutralité affective. La fondation contractuelle du politique a éloigné toute ingérence papale dans la juridiction séculaire. Un vide de pouvoir ne parvient pas à en résulter car le pouvoir a été progressivement exercé par les souverains des États nations émergents. Le renforcement du pouvoir royal s'accompagne d'une prolifération du réseau diplomatique⁸⁷ dans l'objectif d'exécuter les politiques extérieures gouvernementales dans leur propre intérêt. Les États en sont progressivement venus à affirmer leur individualisme politique et une activité gouvernementale et administrative centralisée. Le nouveau système de relations internationales surgit, donc, « à partir du moment où les princes ont commencé à suivre la maxime de se conduire selon leurs propres intérêts. »⁸⁸ Dans la société des nations, l'État prétend agir avec une totale capacité de négociation. Ce changement doit être entendu comme une évolution significative des mentalités, selon laquelle le commerce commence à être vu comme une activité noble. En même temps que les changements influent sur les comportements sociaux, il convient de mentionner qu'un processus similaire va influencer la pratique diplomatique et promouvoir le développement contractuel des affaires étrangères entre États paritaires. Graduellement, la négociation est passée au centre de l'interaction entre les hommes, même dans la noblesse et dans l'essentiel des relations entre les États.

⁸⁷ Lucien Bély, *Les relations internationales en Europe. XVII^e-XVIII^e siècles*, Paris, PUF, 1991, p. 339 ; Pedro Cardim *et al.*, « A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajetórias », in Nuno G. Monteiro *et al.* (org.), *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisbonne, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 285.

⁸⁸ « Lettre traduite du portugais », Archives du Ministère des Affaires étrangères de France, *Correspondance politique, Portugal*, vol. 35, f. 428.

Le commerce est désormais conçu comme un échange neutre, sans aucun caractère affectif. De cette interaction commerciale, dans un espace communautaire bureaucratisé, marqué par la neutralité émotionnelle, des contrats sont scellés librement, des biens s'échangent et l'argent circule.⁸⁹ Pour cette raison, les manuels sur l'« art de négocier »⁹⁰ deviennent fondamentaux, comblant une lacune, ils sont rendus nécessaires par les nouvelles nécessités de la politique extérieure des États. Ce sont précisément ces manuels qui promeuvent l'introduction du Droit international public. La négociation devient ainsi d'une grande utilité, dès lors que tous les États cultivent des liaisons et des commerces nécessaires, de sorte à pouvoir être vus comme membres d'une même république. D. Luís da Cunha mentionne à ce propos : « La divine providence a permis ce même manque réciproque de certains genres, sur l'un et l'autre des hémisphères, pour que les nations communiquent et que se forme une Société de la République universelle. »⁹¹ Le commerce est vu comme le vecteur d'une sociabilité universelle, dont la dépendance construit un espace de réciprocité potentiellement pacificateur.⁹² En visant l'idéal de la Société de la République universelle et dans l'objectif d'obtenir les biens nécessaires à la vie et à la conservation d'un État, la diplomatie de négociation usait de moyens pacifiques.⁹³ La recherche d'un système d'équilibre raisonnable et l'aspiration à la paix perpétuelle sont des idéaux qui émergent avec une croissante intensité suite à l'échec de la politique hégémonique européenne de Louis XIV et de

⁸⁹ Le caractère neutre de l'argent a été mentionné par David Hume dans l'ouvrage *Political Discourses* (1752).

⁹⁰ François de Callières, *De la manière de négocier avec les souverains : de l'utilité des négociations, du choix des ambassadeurs et des envoyez, et des qualitez nécessaires pour réussir dans ces emplois*, Amsterdam, pour la Compagnie, 1716 ; édition consultée : *L'art de Négocier sous Louis XIV*, Paris, Nouveau Monde éditions, 2006. Antoine Pecquet, *Discours sur l'art de négocier*, Paris, Chez Nyon, 1737 ; Gabriel Bonnot de Mably, *Principes des Négociations pour servir d'introduction au droit public de l'Europe* (1757), intr. et notes de Marc Belissa, Paris, éditions Kimé, 2001.

⁹¹ D. Luís da Cunha, *Instruções Políticas...* *op.cit.*, p. 368.

⁹² « Negociação » in Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, pp. 258-259.

⁹³ José Calvet de Magalhães, *A Diplomacia Pura*, Lisbonne, Editorial Bizâncio, 2005, p. 27.

l'expérience de la bataille du « roi de la guerre. »⁹⁴ L'aspiration à la paix, « ce sentiment d'humanité »,⁹⁵ est une des principales prémisses attribuées aux neutres. Pour cette raison, leur conduite, antérieurement tenue pour infâme, est devenue l'objet croissant d'éloges au long du XVIII^e siècle. Les nations neutres étaient, alors, considérées comme fortunées, car leurs gouverneurs avaient su chercher tous les avantages du commerce, en même temps qu'ils garantissaient la tranquillité.⁹⁶ Cependant, l'indifférence à l'égard de ce qui se passait dans les autres États était vue de façon péjorative. Le *Journal de Verdun* témoigne d'un ton incrédule quant à la tranquillité dans laquelle on vivait au Portugal pendant la guerre de Succession d'Autriche : « La cour semble n'avoir pris aucun parti sur les affaires qui sont sur le point d'incendier toute l'Europe. »⁹⁷ Les Portugais, démontraient un « mépris des étrangers. »⁹⁸ Selon le marquis de Torcy, ils s'informaient très peu de ce qui se passait dans les autres nations. Ils vivaient une « situation du non-savoir »⁹⁹, comme si l'autre leur était indifférent.

Rappelons à ce propos Francisco de Vitória (1483-1512) lorsqu'il évoque l'expérience des Portugais en Inde, établissant des relations entre égaux, sans présomption de conquête.¹⁰⁰ Selon ce juriste, il n'y avait aucune autre aspiration que celle de communiquer. Par cet exemple, on prétend défendre le principe selon lequel chaque nation avait le droit de garder sa religion et ses propres normes, un droit revendiqué par Hugo Grotius au nom de la liberté de commerce et de navigation. Ce

⁹⁴ Expression de Joël Cornette, *Le roi de guerre. Essai sur la souveraineté dans la France du Grand Siècle*, Paris, éditions Payot & Rivages, 1993.

⁹⁵ Gabriel Bonnot de Mably, *op. cit.*, p. 48.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 173.

⁹⁷ *Suite de la Clef, ou Journal historique sur les matieres du tems [Texte imprimé] : contenant aussi quelques nouvelles de litterature, & autres remarques curieuses...*, Paris : E. Ganeau, Marçø de 1727, pp. 184-185.

⁹⁸ « Marquis de Torcy à l'abbé de Mornay, Versailles, le 22 mars 1714 », Archives du Ministère des Affaires étrangères, *Correspondance politique, Portugal*, vol. 47, fl. 2v.

⁹⁹ Jacques Derrida, « Une hospitalité à l'infini », in Mohammed Seffahi, *Autour de Jacques Derrida. De l'hospitalité. Manifeste*, Genouilleux, éditions la passe du vent, 2001, p. 116.

¹⁰⁰ Anthony Pagden, « Commerce and Conquest: Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the freedom of the seas », in *Mare Liberum*, n° 20, 2000, p. 42.

juriste hollandais évoque à nouveau les Portugais, mais cette fois pour les condamner, pour avoir, dans sa perspective, l'injuste prétention de porter la religion et la civilisation aux autres peuples. La neutralité a cessé d'exister face aux autres religions et aux normes sociales différentes. En fin de compte, l'« indifférence » pourrait devenir un encouragement à la communication et à la sociabilité. C'est sur cette prémisse que va se baser la codification juridique qui établit les règles de conduite entre les États. Face à ce qui précède, nous voyons que les États neutres émergent dans un monde qui chemine lui-même vers la neutralité.

La neutralité a, cependant, été un droit qui est né dans la mer, c'est-à-dire comme résultat de l'intensité du commerce. Il s'agit, répétons-le, d'un aspect fondamental de la conception d'un nouvel ordre de la société. La législation, en influant sur l'activité maritime, précède, ainsi, le concept de neutralité pour les États, par la grande « indéfinition » de ses limites territoriales et politiques.¹⁰¹ Pour cette raison, il est important de souligner la fonction centrale de la mer dans la consolidation de la doctrine de neutralité. Le rôle du Portugal en tant que puissance maritime devient sans aucun doute pertinent dans l'élaboration de ce concept.

Le principe de la liberté des mers appliqué en temps de guerre, se traduisait dans le droit des nations neutres à poursuivre les habituels échanges commerciaux sans interférence des belligérants. La liaison entre l'idée du *Mare Liberum*, selon laquelle la mer devrait être libre et navigable pour toutes les nations, ainsi que la naissance conceptuelle des droits des neutres doit être soulignée. Le commerce maritime révèle la principale préoccupation de la loi de la neutralité, c'est-à-dire, le transport de charges sur la mer. Le premier système de transport maritime a été défini par le *Consolato del Mare* (1494, Barcelone), selon lequel « le pavillon ne couvre pas la marchandise ». La

¹⁰¹ Jean-Jacques Langendorf, *Histoire de la Neutralité : une perspective*, Gollion, Infolio, 2007, p. 47.

France, constamment absorbée dans des conflits avec d'autres nations européennes, a préféré développer un autre principe, « bateau neutre, marchandise neutre ». Toutefois, le premier accord européen qui a établi cette règle a été signé, en 1654, entre le Portugal et l'Angleterre, pendant la guerre de Restauration portugaise. Un accord similaire a été établi, en 1661, avec la Hollande, après l'engagement direct de l'armée britannique dans la guerre péninsulaire. Ces traités conféraient le droit aux Anglais et aux Hollandais de suivre librement l'échange commercial sans interférence des belligérants, les Portugais et les Espagnols, puissances maritimes de l'époque. Après la fin du conflit entre le Portugal et l'Espagne, d'autres forces naviguaient dans la mer. Les neutres, en proclamant la liberté des mers veulent, au fond, voir cesser toute revendication monopolistique. En ce sens, la neutralité était une autre façon de faire la guerre aux puissances dominantes, essayant d'en finir avec leurs droits extraordinaires au moment où elles se trouvaient fragilisées en vertu de leur participation à l'effort de guerre. Devant ce nouveau scénario, le Portugal a assuré, dans la mesure du possible, ses monopoles de navigation et le commerce avec le Brésil et l'Orient. En même temps, il revendiquait la liberté des mers en tant que nation neutre. Il faut mentionner, cependant, que le Portugal pouvait difficilement tirer profit du commerce bilatéral avec les Anglais ou les Hollandais, dans la mesure où les accords « bateau neutre, marchandise neutre » ne suivraient pas le principe de réciprocité. Les mêmes droits n'ont donc pas été ajustés à la condition neutre du Portugal, au moment où la Grande-Bretagne ou les États généraux se trouvaient impliqués dans les guerres européennes.

À partir de la fin du XVII^e siècle, la Grande-Bretagne, à son tour, a adopté un ensemble de mesures qui lésaient sérieusement les droits des neutres. Détentrice d'une puissante force navale, protégée par un ensemble d'actes de navigation, elle a allongé la liste des produits de contrebande, a augmenté les visites des navires neutres et a, en

outre, commencé à s'opposer au principe de « bateau neutre, marchandise neutre ». Au long du XVIII^e siècle, la Grande Bretagne s'est affirmée en tant que puissance maritime dominante. Dans une tentative d'opposition à la domination des mers par les Britanniques, la Ligue de la Neutralité Armée s'est formée, en 1780, à l'initiative de la tsarine russe. Le Portugal y a adhéré deux années plus tard, souscrivant à la revendication de la liberté de navigation de la part des neutres. C'est, précisément, contre les puissances maritimes que la notion de neutralité portugaise a évolué, dans l'objectif de combler la perte graduelle du monopole de navigation et de commerce.

Pendant les négociations d'une Convention de Neutralité, en 1741, lors de la guerre entre l'Espagne et la Grande-Bretagne, le Portugal, en exigeant pour les navires neutres des droits de libre navigation dans le *Rio de la Plata*, en direction de la colonie du *Sacramento*, prétendait pallier l'absence de structure défensive effective dans ces régions. La caractéristique originale de cette convention consistait en l'apparition d'une conception élargie de la neutralité car, en effet, elle n'incluait pas seulement la métropole, mais aussi la colonie de Sacramento. Cela s'est traduit en l'expansion considérable des droits des neutres, arrivant même à inclure des territoires outre-mer. Nous voyons, ainsi, comment la neutralité et la défense de la liberté de navigation, ont encore servi de prétexte pour acquérir des droits et un domaine dans des zones outre-mer.

Le refus de s'engager ouvertement dans des conflits européens de la part du Portugal a été interprété par l'historiographie comme une politique favorable à la Grande-Bretagne, se heurtant aux intérêts de l'Espagne et de la France. L'article IV du projet de ladite Convention de neutralité de 1741 prévoyait l'ouverture des ports portugais aux navires des nations belligérantes. Aussitôt que la cour anglaise a pris connaissance de cette négociation, Lord Tirawley a reçu des ordres à Lisbonne pour

employer tout son « crédit à contrarier » tout progrès. La rencontre des navires anglais avec ceux des ennemis sur les côtes portugaises pourrait perturber tout le commerce et provoquer de grands préjudices,¹⁰² et, surtout, obstruer le chemin vers le Sud de l'Espagne, plus concrètement vers Cadix et Gibraltar. L'ouverture des ports portugais semblait montrer l'impartialité dans la mesure où les deux parties impliquées dans le conflit avaient un libre accès aux ports. Cette concession était, donc, difficilement acceptable par la marine anglaise. Le Portugal, en étant impartial, serait finalement partisan, sa neutralité avec de telles prérogatives se révélant un immense désavantage pour la Grande Bretagne.

L'Espagne a été décrite par l'historiographie comme une puissance toujours déterminée à « assiéger » le Portugal par la frontière terrestre. En fait, le conflit entre le Portugal et l'Espagne, en 1735, révèle la construction d'un discours diplomatique, basé sur les articles du traité d'alliance perpétuelle avec la Grande Bretagne, ayant pour objectif d'activer l'appui militaire et la protection anglais devant la menace d'invasion espagnole. Ce discours était étayé par de longues années de neutralité portugaise dans les confrontations européennes. Toute menace à la tranquillité devrait, nécessairement, partir du côté espagnol. Ainsi, la neutralité portugaise sert-elle à renforcer les accusations contre les pernicieuses intentions des Espagnols, invariablement accusés d'initier des projets de conquête du royaume du Portugal. Le gouvernement portugais essaie de convaincre les Anglais de l'imminence d'une menace, unique façon d'obtenir son appui militaire lorsque, en réalité, les troupes espagnoles étaient « totalement employées dans d'autres régions », à soutenir le roi de Naples et de Sicile dans les duchés italiens contre les forces impériales. Pour cela, « il était difficile d'imaginer que l'Espagne, dans de telles circonstances, puisse songer à attaquer le Portugal à l'intérieur

¹⁰² « D. Luís da Cunha, Londres, le 29 août 1702 », Archives nationales-Torre do Tombo de Portugal, Ministère des Affaires étrangères, liv. 777, f. 113.

de ses frontières. »¹⁰³ Le discours portugais tendait, en fin de compte, à manipuler le caractère défensif de l'alliance pour la rendre offensive. Un État neutre, par le caractère fragile de sa situation, pouvait imposer ses droits au travers de représailles, ce qui aboutirait probablement à une déclaration de guerre. Au lieu d'éviter à tout prix la participation à une guerre, s'agissant par définition de la politique d'un État neutre, le Portugal, en 1735, utilise l'ambiguïté de sa condition pour provoquer le conflit armé et obtenir l'appui de la Grande Bretagne contre l'Espagne. Une instrumentalisation de la neutralité portugaise à des fins belliqueuses est ainsi mise en œuvre.

De toute façon, la neutralité portugaise a été déclarée, tacitement ou expressément, face à divers conflits au long du XVIII^e siècle, à savoir, au début de la guerre de Succession d'Espagne, en 1702, à l'occasion de la Quadruple Alliance contre l'Espagne formée en 1718, à l'occasion de la signature du traité de Vienne et de la formation de la Ligue de Hanovre (1725), pendant la guerre de Succession de Pologne (1733-1738), la guerre de l'Oreille de Jenkins (1739-1748), la guerre de Succession d'Autriche (1741-1748), la guerre de Sept Ans (de 1756 à l'invasion franco-espagnole en 1762) et la Guerre d'Indépendance des États-Unis (1775-1783). Nous pouvons voir que, au cours de la période analysée, la neutralité a été une politique suivie de façon persévérante au Portugal, dans le cadre de laquelle diverses déclarations verbales et conventions écrites ont été élaborées. À cette époque, le droit à être neutre dépendait davantage d'accords bilatéraux et de convenances des grandes puissances et pays belligérants que d'un droit en soi, basé sur une loi reconnue par tous. La nécessité croissante d'une loi générale des nations va inclure dans sa codification le traitement doctrinal de la neutralité, patrimoine théorique qui accompagne la pratique d'États qui, toujours plus fréquemment, invoquent la neutralité face à une rupture belliqueuse entre

¹⁰³ « Duc de Newcastle au Lord Tyrawley, le 18 de Abril de 1735 », Bibliothèque britannique, Add. 23627, f. 58.

des puissances. La déclaration de neutralité est un droit qui a été conquis, bien qu'il n'ait jamais été tenu pour acquis. La capacité de librement de déclarer neutre était conçue comme un acte de souveraineté : « parce qu'ici on désire beaucoup la neutralité en cas de rupture, bien qu'on dise que ceux du traité de Vienne veulent absolument que Sa Majesté portugaise se déclare et dont la précision est considérée comme indécente à l'égard de sa souveraineté. »¹⁰⁴ Le droit à rester neutre, suppose, ainsi, l'existence d'un État souverain,¹⁰⁵ d'une décision morale censée être respectée par les puissances belligérantes, mais, pourtant, souvent violée, notamment quand la neutralité se vérifiait potentiellement déstabilisatrice de stratégies des puissances belligérantes, pouvant favoriser ou contrarier leurs intérêts. Après le commencement de la guerre de Succession d'Espagne, la neutralité portugaise ne convenait pas à la Grande-Bretagne. Pour cette raison, à court d'arguments, John Methuen a recouru à l'intimidation, en déclarant qu'au cas où le Portugal n'entrerait pas dans l'alliance contre la France, il ne pourrait pas rester ami de l'Angleterre. Cela a été interprété par tous comme une menace contre le roi du Portugal.¹⁰⁶ L'initiative portugaise d'assouvir son désir de neutralité était donc limitée. Nous pouvons, pour cela, nous demander jusqu'à quel point l'entrée du Portugal dans la guerre n'a pas été sa propre option.¹⁰⁷

Des années plus tard, sous le règne de Joseph I, le Portugal a recouru encore une fois à son statut de pays neutre face à un conflit européen, la guerre de Sept Ans. On relève, encore une fois, la fragilité de sa politique et la violation de l'immunité de l'État

¹⁰⁴ « Jorge Macazaga au marquis de Villarias, Lisboa, 14 de Julho de 1739 », Archives générales de Simancas, *État, Portugal*, Leg. 7186.

¹⁰⁵ Michael Walzer, *Guerras Justas y Injustas: un razonamiento moral con ejemplos históricos*, Barcelone, Paidós Ibérica, 2001, p. [313].

¹⁰⁶ « John Methuen au comte de Nottingham, Lisbonne, 9 mars 1703 », Bibliothèque britannique, add. 29590, f. 227v.

¹⁰⁷ Nuno Gonçalo Monteiro, « Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais », in José Luís Cardoso et al., *O Tratado de Methuen (1703)*, Lisbonne, Livros Horizonte, 2003, p. 98.

neutre. L'intérêt « universel de la tranquillité publique des Puissances Neutres »¹⁰⁸ est révoqué par l'entrée des troupes franco-espagnoles dans le royaume. Cette attitude a été considérée par Joseph I comme une « invasion violente inattendue »¹⁰⁹ et une offense aux Droits divin et naturel et des gens. Ce souverain a alors résolu d'employer tous les moyens possibles pour défendre la neutralité de ses royaumes. L'objectif de soutenir cette politique neutre, a fini par le conduire à la guerre, de façon « à servir d'exemple universellement nuisible à toutes les autres Puissances pacifiques. »¹¹⁰ À la fin de XVIII^e siècle, la neutralité portugaise se révèle encore comme une expérience impossible.

¹⁰⁸ *Razon de entrar en Portugal las Tropas Españolas, como amigas, y sin-razon de recibirlas, como enemigas*, Madrid, en la Imprenta de la Gaceta, 1762, p. 39.

¹⁰⁹ Idem, *ibídem*, p. 47.

¹¹⁰ Idem, *ibídem*, p. 49.

CONCLUSION

Cette étude a prétendu réévaluer l'héritage d'Hugo Grotius et plus concrètement les arguments utilisés contre l'action des Portugais dans l'océan Indien. Elle s'est fondée sur une analyse comparée du manuscrit *De Indis*, écrit en 1606 et seulement publié en 1868 sous le titre *De Iure Praedae Commentarius*, avec l'ouvrage *De Iure Belli ac Pacis* (1625). Dans ces traités, Hugo Grotius condamne fermement l'existence d'un corps politique universel pour le considérer immoral et contre-nature. La monarchie espagnole, en incorporant le Portugal, en 1581, a créé une union des couronnes ibériques. Le caractère duel de la monarchie, ainsi que les voyages maritimes ont éveillé l'ancienne figure des écrits platoniciens, l'androgynie. En révélant la nature monstrueuse de l'androgynie, il a présenté un cas d'une telle déviance qu'il ne pouvait avoir aucune similitude humaine. Son infidélité à Dieu a été prouvée et sa nature malveillante démontrée. L'humaniste hollandais a usé de tous les arguments disponibles pour retirer absolument tous les droits des Portugais dans les Indes orientales, démontrant leur incapacité à gérer leur empire maritime, finissant par aggraver juridiquement l'empire ibérique dans sa totalité. En mettant en cause tout le système de valeurs qui avait antérieurement rendu possible et légitimé l'existence d'un empire à l'échelle universelle, Grotius a attaché une légende noire à l'action portugaise en Orient.

La mort de l'androgynie ibérique signifie, en réalité, la fin d'un monde fabuleux peuplé de monstres. La condamnation d'Hugo Grotius contre un être bestial élimine la partie animale de l'homme, celui-ci commençant seulement à exister dans sa nature humaine. En cherchant la finitude corporelle marquée par la spatialité du corps des

individus, il essaie de trouver les limites du pouvoir de l'homme. La mort de l'homme androgyne de dimension universelle, l'empire ibérique, a encore signifié l'émergence des relations entre les États régulées par un système juridique. Grotius, en concentrant son analyse sur l'océan Indien, a dévié le point de mire du Droit vers un terrain quasiment « vierge » ou sans profondeur juridique, la mer. Il l'a considérée comme potentiellement féconde pour créer une nouvelle perspective pour une vie morale et politique au sein de laquelle tous les hommes pouvaient donner leur consentement. La condamnation de l'empire *maritime* portugais et par corolaire de l'empire universel, l'androgyne ibérique, a permis l'émergence d'une théorie des relations internationales. L'introduction d'un langage positif, s'efforçant de retirer la dimension métaphysique du discours et de l'appauvrir des analogies qui liaient l'homme au monde, rend également manifeste l'impossibilité d'atteindre l'universalité des savoirs. Pour toutes ces raisons, l'œuvre grotienne est une réfutation de l'existence de l'homme universel (*homo universalis*) de la Renaissance. Le profond changement dans la perspective ontologique du monde et de l'homme lui-même est sous-jacent aux événements qui ont précipité le déclin du pouvoir portugais dans l'océan Indien et la fin de l'union ibérique.

La discussion sur les relations avec les Indes orientales, dans le cas d'Hugo Grotius, et sur la colonisation des Amériques, dans le cas du père António Vieira, a exercé une énorme influence sur les changements culturels et les mentalités des Européens eux-mêmes. Ils mènent une critique de toute l'organisation sociale et politique au sein de la Chrétienté elle-même, dans l'objectif de trouver une réponse au problème moral de la liberté humaine. Ils prétendent donner à l'homme une responsabilité dans l'agencement du monde, affirmant la souveraineté de l'être humain sur l'ordre naturel. Grâce à la raison, les hommes pourraient être capables, par eux-mêmes, de donner une finalité à l'univers. Ils placent l'homme dans une position de

quasi-égalité avec Dieu ou tout au moins au-dessus de tous les autres êtres. L'objectif est de rendre l'égalité et la liberté à toute l'humanité.

De la même manière, dans la société des nations, chaque État devrait être libre de suivre son destin et capable de dicter ses propres intérêts. Par conséquent, la Monarchie universelle a commencé à devenir la cible d'une critique croissante. Les États nation qui s'y substituèrent ont commencé à être entendus comme libres et membres égalitaires dans le système d'équilibre des pouvoirs. On chemine, alors, vers une codification juridique, dans l'objectif de réguler les relations entre les États, de façon à remplacer l'ingérence papale dans les sujets séculiers. C'est seulement au sein de cette société qu'existe la possibilité qu'un État neutre existe, soit, capable de voir sa politique de neutralité comprise comme juste et respectée comme un droit. Nous suivons de près l'exemple portugais qui, par sa spécificité à tous les niveaux, a permis une meilleure compréhension du propre concept de neutralité.

Pour la définition de sa politique multi-facettes, des conceptions corporatives et contractualistes ont nécessairement dû se côtoyer. Jusqu'à la moitié du XVIII^e siècle, les ambiguïtés senties, oscillant entre un côté et son opposé, ont été pensées dans le cadre d'une idéologie corporative. En ce sens, si l'on considère les allégories entre le corps et la société, le gouvernement portugais était considéré comme hermaphrodite. Du Portugal, venaient des nouvelles de maladie, d'impuissance et de stérilité. On vivait encore un luxe excessif, en même temps qu'on témoignait de l'existence de grandes carences, confirmant, pour cela, que les dépenses étaient irrationnelles. L'or, source de vice, était vu comme le véritable mal des Portugais et la nouvelle origine des calamités humaines. Il engendrait la déshumanité. Suivant le destin des hermaphrodites, son existence était immorale et illégitime. Pour tous leurs péchés, selon la prédication du père Malagrida, les Portugais ont souffert d'un châtement divin, le tremblement de terre

du 1^{er} novembre 1755. À cause de ce jour, toute une vision du monde qui était contestée depuis longtemps est tombée par terre.

La perspective séculaire du monde a progressivement imposé le droit comme base de l'organisation sociale, entre les hommes et entre les États. La neutralité est une création juridique, s'étendant aux domaines les plus divers, soutenue par une machine bureaucratique toujours plus complexe. De la pratique commerciale à la négociation politique, l'espace communautaire est marqué par la neutralité affective. Impliquant un changement substantiel des mentalités, l'évolution est lente et graduelle. Le propre concept de neutralité a évolué au long des temps. Si, pour Hugo Grotius, la nation neutre avait le devoir de favoriser le belligérant qui faisait la guerre pour une juste cause, pour Vattel le neutre devrait démontrer une stricte impartialité envers les puissances belligérantes. À la même époque, la neutralité pouvait également être entendue de différentes façons, par exemple par des nations neutres et par des nations belligérantes. L'ouverture des ports portugais à toutes les nations durant la guerre de l'Oreille de Jenkins a notamment été perçue comme une mesure impartiale face aux belligérants. Cette attitude de la part du Portugal était, en fin de compte, perçue comme assez nuisible aux intérêts britanniques. Les interprétations à propos de la neutralité variaient, également, parmi les nations neutres elles-mêmes. Le Portugal, en 1780, a justifié son refus à participer à la Ligue de la Neutralité armée pour vouloir suivre une neutralité sans faille pendant la Guerre de la Révolution américaine. La neutralité était entendue comme impartiale seulement dans le cas de non adhésion à la ligue des Neutres. La conception de neutralité pouvait encore être différente dans un même État en fonction des périodes où il était belligérant et où il était neutre. Par exemple, la Grande Bretagne, en tant que nation neutre pendant la guerre de la Restauration portugaise, a bénéficié du principe « bateau neutre, marchandise neutre ». En tant que

pays belligérant et détenteur d'une puissante armée, elle a tenté de venir à bout de ce principe pour en imposer un autre, celui du « pavillon ne couvre pas la marchandise ».

Dans la perspective portugaise, la neutralité a été une politique suivie au long du XVIII^e siècle comme forme de protection de l'intégrité territoriale et d'inviolabilité des eaux territoriales, autrement dit, comme affirmation de sa propre souveraineté. La neutralité a également été une voie pour acquérir des droits et des territoires dans les Amériques, plus concrètement dans le *Rio de la Plata* et les terres avoisinantes. Ne pouvant s'imposer d'une autre façon, par sa politique de neutralité, le Portugal a comblé la perte graduelle du monopole de navigation et de commerce. Bénéficiant d'un statut pacifique et d'un scénario de paix dans le royaume, la neutralité portugaise a été, au fond, une façon de faire la guerre aux puissances dominantes, de manière non déclarée et beaucoup plus subtile.